



# Domínios de Lingu@gem

4º Trimestre 2015  
Volume 9, número 5  
Número especial

ISSN: 1980-5799

## Expediente

### Universidade Federal de Uberlândia

*Reitor*

Prof. Elmiro Santos Resende

*Vice-Reitor*

Prof. Eduardo Nunes Guimarães

*Diretora da EDUFU*

Profa. Joana Luiza Muylaert de Araújo

*Diretora do Instituto de Letras e Linguística*

Profa. Maria Inês Vasconcelos Felice

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - Campus Santa Mônica - CEP:  
38.408-144 - Uberlândia - MG  
Telefax: (34) 3239-4293  
Email : [vendas@edufu.ufu.br](mailto:vendas@edufu.ufu.br) | [www.edufu.ufu.br](http://www.edufu.ufu.br)

### Editoração e Diagramação: Prof. Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

Domínios de Lingu@gem, v. 9, n. 5, 2015, Uberlândia, Universidade Federal  
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2007-

Trimestral.

Modo de acesso:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

Editoração: Guilherme Fromm.

Organização: Cristiane C. de Paula Brito.

ISSN: 1980-5799

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos.  
I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

---

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou à Edufu.*

***Domínios de Lingu@gem*****Diretor**

Guilherme Fromm (UFU)

**Conselho Editorial**

Ariel Novodvorski (UFU)

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Fabio Izaltino Laura (UFU)

Cristiane Carvalho de Paula Brito (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

**Comissão Científica**

Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alice Cunha de Freitas (UFU), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cláudio Márcio do Carmo (UFOP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilma Maria de Mello (UFU), Dilys Karen Rees (UFG), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Fabiana Vanessa Gonzalis (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Francine de Assis Silveira (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Giacomo Figueredo (UFOP), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU), Irenilde Pereira dos Santos (USP), Jacqueline de Fatima dos Santos Moraes (UERJ), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), João Bôsko Cabral dos Santos (UFU), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 - França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria de Fátima Fonseca Guilherme (UFU), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria Helena de Paula (UFG), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – EUA), Miguél Eugenio Almeida (UEMS), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/S.J. Rio Preto), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Silvia Melo-Pfeifer (Universidade de Aveiro – Portugal; Universität Leipzig – Alemanha), Simone Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Sinara de Oliveira Branco (UFCG), Stéfano Paschoal (UFU), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Tommaso Raso (UFMG), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (IFTM), Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Vitalina Maria Frosi (UCS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

**Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc***

Adriana Zavaglia (USP)

Angélica Karim Garcia Simão (UNESP/Rio Preto)

Caio Mira (Centro Universitário Padre Anchieta)

Cristiane Krause Kilian (UNISINOS)

Daniella de Souza Bezerra (IFGO)

Flavio Roberto Gomes Benites (UNEMAT)

Guilherme Veiga Rios (Inep/UnB)

Joana Plaza Pinto (UFG)

Letícia Jovelina Storto (UENP)

Madalena Telles Teixeira (Escola Superior de Educação de Santarém, Portugal)

Marcos Racilan (CEFET/MG)

Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ)

Maria Luceli Faria Batistote (UFMS)

Maria Socorro Coelho (UNIMONTES)

Maryualê Malvessi Mittmann (FACVEST)

Morgana Fabiola Cambrussi (UFFS)

Neiva Machado Soares (UEA)

Paola Giustina Baccin (USP)

Plinio Almeida Barbosa (UNICAMP)

Silvana Silva (UNIPAMPA)

Vania Maria Lescano Guerra (UFMS)

Zelina Márcia Pereira Beato (UESC)

Domínios de Lingu@gem

## Sumário

Expediente .....	2
Sumário .....	5
Apresentação .....	7
Artigos.....	14
A subjetividade da língua na construção de textos jornalísticos - Carlos Alberto Badke (UNIFRA) Celia Helena de P. Della Méa (UFESM), Daiani Ferrari Trindade (UNIFRA) .....	14
Processamento de Linguagem Natural, Linguística de <i>Corpus</i> e Estudos Linguísticos: uma parceria bem-sucedida - Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Lucelene Lopes (PUC/RS), Alena Ciulla (UFRGS) .....	41
A voz da desigualdade e da miséria: reflexos discursivos no léxico da canção <i>O meu guri</i> - Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Raquelli Natale (UFES), Lucia Helena Peyroton da Rocha (UFES).....	60
Análise aerodinâmica da nasalidade coarticulatória no falar florianopolitano - Clara Simone Ignácio de Mendonça (UFSC), Izabel Christine Seara (UFSC) .....	83
Uma relação reflexiva e teórica, por meio da ideia de interação, entre a sociolinguística interacional de John Gumperz e o interacionismo sócio-histórico de Lev Vygotsky - Manuel José Veronez de Sousa Júnior (UFU) .....	105
O papel das <i>affordances</i> na modificação adjetival privativa pela abordagem cognitivista - Dedilene Alves de Jesus (UFRJ), Maria Lúcia Leitão de Almeida (UFRJ) .....	124
Gêneros digitais e relevância na construção de sentido: resultados interpretativos do <i>chat</i> em comparação com a conversação face a face - Dóris Cristina Gedrat (ULBRA).....	140
O comportamento entoacional das exclamativas-wh e das interrogativas-wh no português brasileiro - Karina Zendron da Cunha (UFSC) .....	163
O narrar para explicar e o narrar para argumentar em artigos de divulgação científica midiática (DCM) para crianças e adultos: a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso - Êrica Ehlers Iracet (UNISINOS), Maria Eduarda Giering (UNISINOS).....	193
A referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente no falar de Concórdia (Santa Catarina) - Lucelene Teresinha Franceschini (UNICENTRO) .....	216
Da relação à estrutura: a influência do pensamento saussuriano em meados do século XX - Allana Cristina Moreira Marques (UFU).....	231
Estrangeirismos em propagandas de revistas brasileiras: usos/abusos?! - Flavio Biasutti Valadares (IFSP), Ana Luiza Gerfi Bertozzi (IFSP) .....	247
Tinha uma vírgula no meio da frase: considerações sobre as prescrições do emprego do sinal - Leandro Vidal Carneiro (UFC), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC).....	266
Variáveis facilitadoras na produção de palavras: dados de fala de crianças com Transtorno Fonológico - Letícia Pacheco Ribas (PUC/RS), Bruna Santos Sant'Anna (UFCSPA), Kariny Zencke da Silva (UFCSPA).....	288

Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise <i>corpus-based</i> da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil - Giulia Bossaglia (UFMG).....	309
As locuções: uma breve discussão sobre o seu lugar na Fraseologia - Juliana Cansanção (UFMS), Elizabete Aparecida Marques (UFMS).....	336
O reconhecimento visual da palavra no processo de aprendizagem inicial da leitura numa abordagem dinamicista - Márcia Cristina Bonfim Ramos de Manguiera (UESB), Ronei Guaresi (UESB).....	353
A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico - Bruno Diego de Resende Castro (UFC), Márcio Sales Santiago (UFC).....	374
A heterocorreção heteroiniciada no discurso parlamentar: a elaboração de faces em destaque - Maria Rodrigues de Oliveira (PUC/SP).....	389
Reflexões sobre <i>corpora</i> de pesquisa discursiva e produção oral em aprendizagem de língua inglesa como LE na modalidade a distância - Simone Tiemi Hashiguti (UFU)	410
Uma proposta de vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos direcionada pelo <i>corpus</i> : da teoria à prática - Danila Alves Carvalho (UFU)	424

## Apresentação

### Diálogos e perspectivas em estudos teóricos e aplicados

Este número especial do nono volume da Revista Domínios de Lingu@gem reúne trabalhos que apontam o caráter múltiplo e heterogêneo das pesquisas desenvolvidas no campo dos estudos da linguagem. Sem a pretensão de enquadrar os estudos dessa edição em rótulos ou estabelecer fronteiras fixas entre eles, nos arriscaríamos a dizer que os 21 artigos que compõem esse volume se organizam em 3 eixos temáticos principais, a fim de abordar, sob inúmeras filiações teórico-metodológicas, o funcionamento linguístico-textual e discursivo de diferentes *corpora*, com vistas: (i) a problematizar aspectos sócio-históricos e ideológicos constituídos em distintas práticas de linguagem; (ii) a defender diálogos entre diferentes campos do saber, possibilitando que olhares outros sejam lançados para as diversas áreas do conhecimento; e (iii) a explorar e aprofundar a compreensão do comportamento linguístico, no que se refere a elementos fonéticos, lexicais, sintáticos e semânticos do Português Brasileiro (PB).

Quanto ao primeiro eixo, observamos uma quantidade significativa de estudos que abordam elementos linguístico-textuais e discursivos e tangenciam discussões sobre a relação sujeito-linguagem-sociedade; a constituição de gêneros do discurso; e o ensino-aprendizagem de línguas.

No artigo, *A subjetividade da língua na construção de textos jornalísticos*, Carlos Alberto Badke, Celia Helena de Pelegrini Della Méa e Daiani Ferrari Trindade, fundamentados na Teoria da Enunciação preconizada por Émile Benveniste e na Teoria da Ação Pessoal, investigam marcas de subjetividade em notícias das editorias policiais dos jornais Diário de Santa Maria e A Razão, veiculados em Santa Maria (RS). As análises das notícias evidenciam o uso de elementos como adjetivações, comparações, verbos modalizadores, discursos direto e indireto, dentre outros, pelos locutores, o que aponta a impossibilidade de dissociação sujeito-língua e, portanto, da objetividade jornalística.

Em *A voz da desigualdade e da miséria: reflexos discursivos no léxico da canção O meu guri*, Micheline Mattedi Tomazi, Raquelli Natale e Lucia Helena Peyroton da Rocha apresentam uma proposta de leitura crítica a partir da análise das ideologias e representações mentais materializadas na canção *O meu guri*, de Chico Buarque, cujo

tema versa sobre a desigualdade e a pobreza. As autoras se fundamentam na teoria sociocognitiva de van Dijk, que leva em consideração a tríade: discurso, cognição e sociedade, e no estudo do léxico, a fim de estudar o discurso como prática social. A detalhada análise da canção apresentada pelas autoras permite ao leitor problematizar importantes questões sociais, constituídas na e pela linguagem.

No artigo *Gêneros digitais e relevância na construção de sentido: resultados interpretativos do chat em comparação com a conversação face a face*, Dóris Cristina Gedrat, a partir da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986/1995), debruça-se sobre o funcionamento linguístico do *chat* em aberto, confrontando-o com conversas face-a-face, a fim de discutir como a interpretação do sentido é influenciada pelas qualidades desse gênero digital. Os resultados apontam que mais esforço mental é exigido dos participantes do chat para se atingir a relevância, dada sua natureza hipertextual e à necessidade de utilizarem sinais e marcas não presentes na escrita comum a fim de compensar a falta da presença física e gerar contextualização.

No artigo *O narrar para explicar e o narrar para argumentar em artigos de divulgação científica midiática (DCM) para crianças e adultos: a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso*, Êrica Ehlers Iracet e Maria Eduarda Giering, tomando como *corpus* artigos publicados nas revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, investigam a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discursos. As autoras defendem que a composição dos textos e seu fim discursivo são influenciados por fatores como o contrato de comunicação no qual se inserem, daí contemplarem a hipótese de que um texto predominantemente narrativo pode funcionar para explicar ou argumentar e não apenas narrar.

Em *Estrangeirismos em propagandas de revistas brasileiras: usos/abusos?!*, Flavio Biasutti Valadares e Ana Luiza Gerfi Bertozzi lançam olhares a peças publicitárias presentes na revista *Veja* a fim de discutir o uso de estrangeirismos. Os autores se apoiam na Sociolinguística Variacionista laboviana e utilizam a análise qualitativo-quantitativa de base estatística e descrição de dados. Os resultados apontam a função discursiva como principal razão do uso dos estrangeirismos.

Em *O reconhecimento visual da palavra no processo de aprendizagem inicial da leitura em uma abordagem dinamicista*, Márcia Cristina Bonfim Ramos de Manguiera e Ronei Guaresi, filiadas a uma perspectiva cognitiva, revisitam a literatura acerca do processo inicial da aprendizagem de leitura com vistas a estabelecer uma aproximação do



processo de reconhecimento visual da palavra, a partir da Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Suas considerações abrem espaço para que se repense o ensino da leitura.

No artigo *A heterocorreção heteroiniciada no discurso parlamentar: a elaboração de faces em destaque*, Maria Rodrigues de Oliveira filia-se aos estudos da Linguística Textual, da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional, dentre outros, para discutir o papel das heterocorreções presentes em trechos de discursos parlamentares, no que diz respeito às faces dos envolvidos na interação. As análises apontam que as heterocorreções, mais do que simplesmente salvar as faces, atuam como instrumento de ameaça do orador ou de quem o contesta.

Em *Reflexões sobre corpora de pesquisa discursiva e produção oral em aprendizagem de língua inglesa como LE na modalidade a distância*, Simone Tiemi Hashiguti lança olhares aos processos de aprendizagem de língua inglesa a distância, a partir de uma perspectiva discursiva. A autora problematiza o conceito de arquivo, tendo em vista a constituição de *corpus* híbrido em produção oral em língua inglesa. Suas considerações trazem contribuições para as questões teórico-metodológicas com as quais se deparam analistas do discurso e linguistas aplicados.

Como representativos do segundo eixo de organização temática desse volume, com a proposta de estabelecer diálogos entre diferentes campos do saber, destacamos três artigos:

No primeiro, *Processamento de Linguagem Natural, Linguística de Corpus e Estudos Linguísticos: uma parceria bem-sucedida*, Maria José Bocorny Finatto, Lucelene Lopes e Alena Ciulla adotam uma perspectiva interdisciplinar, colocando em diálogo as Ciências Exatas e as Humanidades, ao trabalhar a associação entre o Processamento de Linguagem Natural (PLN), também chamado de Linguística Computacional, e os Estudos Linguísticos, pela Linguística de Corpus (LC), a fim de discutir um projeto de pesquisa em andamento. Os autores exploram dois *corpora* de textos científicos em português: um de Medicina (na subárea das Pneumopatias Ocupacionais) e outro de Linguística (o *Curso de Linguística Geral* de F. de Saussure), no intuito de detectar e formalizar suas diferenças, sistematizando, posteriormente, seu conteúdo terminológico e textual. O estudo aponta como a articulação do PLN com a LC pode contribuir para o avanço das pesquisas que trabalham a interface linguagem e tecnologia.

No artigo *Uma relação reflexiva e teórica, por meio da ideia de interação, entre a sociolinguística interacional de John Gumperz e o interacionismo sócio-histórico de Lev Vygotsky*, Manuel José Veronez de Sousa Júnior coloca em diálogo o campo da

sociolinguística e o da psicologia ao discutir a teoria da sociolinguística interacional de Gumperz (1994) e a teoria do interacionismo sócio-histórico de Vygotsky (1998), no intuito de delinear seus pontos de convergência e divergência, tomando como base a noção de interação. Após destrinchar os aspectos pertinentes de cada teoria, o autor as relaciona, apontando, por exemplo, o lugar de destaque dado às questões sociais, culturais e históricas por ambos os autores, ainda que se note uma filiação aos pensamentos marxistas em Vygotsky e às tradições sociológicas (pós-marxismo) e a outras correntes linguísticas em Gumperz. Este concebe a interação como comunicação bem-sucedida entre indivíduos, sendo importante a interpretação de suas intenções; aquele enfatiza a aquisição de conhecimento na relação estabelecida entre indivíduos e mundo, por meio de mediação.

Finalmente, em *Da relação à estrutura: a influência do pensamento saussuriano em meados do século XX*, Allana Cristina Moreira Marques discute a visão atribuída a Saussure como estruturalista a partir da noção de relação por ele trabalhada. A autora contempla os estudos de Lévi-Strauss a fim de evidenciar como a teoria saussuriana não ficou restrita ao campo dos estudos da linguagem, mas exerceu influência no pensamento intelectual dos anos 50 e 60.

Em relação ao terceiro eixo, chamamos a atenção para os vários trabalhos que se debruçam sobre a descrição linguística do PB, explorando questões pouco discutidas e encorajando o desenvolvimento de futuras pesquisas na área.

Clara Simone Ignácio de Mendonça e Izabel Christine Seara, em *Análise aerodinâmica da nasalidade coarticulatória no falar florianopolitano*, investigam a nasalidade coarticulatória do PB, mais especificamente no falar florianopolitano, tendo em vista os aspectos aerodinâmicos, cujos estudos ainda se mostram escassos na área. As autoras fazem uma descrição dos índices de fluxo de ar nasal para caracterizar as vogais nasalizadas, a partir da comparação dos dados aerodinâmicos da vogal nasal do PB com o francês. Os resultados apontam uma maior amplitude quanto ao fluxo de ar nasal para as vogais altas nasalizadas em comparação com a amplitude das demais vogais nasalizadas coarticulatoriamente, bem como a semelhança, em termos de duração, da vogal nasalizada em posição tônica com as vogais nasais, porém, superior à das vogais orais.

Em *O comportamento entoacional das exclamativas-wh e das interrogativas-wh no português brasileiro*, Karina Zendron da Cunha discute um experimento piloto de produção de fala com sentenças exclamativas-wh e interrogativas do PB, também na variedade de Florianópolis. A autora trabalha com quatro posições nessas sentenças

(WH, foco, X e sílaba tônica final), no intuito de comprovar as seguintes hipóteses: (i) na posição *foco* o valor de F0 é significativamente diferente das outras posições sentenciais (WH, X e sílaba tônica final) tanto nas sentenças exclamativas-wh quanto nas interrogativas-wh; (ii) as sentenças exclamativas-wh com pronome *E-only* (*como*) devem apresentar comportamento entoacional diferente das sentenças com pronome *non-E-only* (*quanto* e *que*); (iii) as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome WH presente nessas sentenças; e (iv) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com WH *E-only*.

Ainda com o foco na fala, temos o artigo *Variáveis facilitadoras na produção de palavras: dados de fala de crianças com Transtorno Fonológico*, em que Letícia Pacheco Ribas, Bruna Santos Sant'Anna e Kariny Zencke da Silva investigam como as consoantes do PB variam na fala de crianças com Transtorno Fonológico, isto é, que não adquirem todos os fonemas da língua materna dentro de determinado período. Esse estudo contribui com o desenvolvimento de atividades e/ou modelos fonoterapêuticos, ao apresentar resultados das variáveis que facilitam a produção correta de consoantes.

Em *A referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente no falar de Concórdia (Santa Catarina)*, Lucelene Teresinha Franceschini analisa o uso dos pronomes pessoais *nós/a gente* com referência semântica determinada e indeterminada e os possíveis fatores linguísticos e sociais que o condicionam. Inscrita no quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, a autora trabalhou com 24 entrevistas de falantes de Concórdia (SC), utilizando o pacote de programas VARBRUL para a análise estatística dos dados. Os resultados sugerem que o predomínio do pronome *a gente*, em contextos de indeterminação, no falar dessa região.

No artigo *Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise corpus-based da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil*, Giulia Bossaglia trabalha com a teoria *corpus-driven*, que se constitui em uma extensão da Teoria dos Atos de Fala de Austin, para analisar a sintaxe da fala espontânea do português brasileiro. A autora investiga as orações completivas e adverbiais explícitas no intuito de examinar a interface sintaxe/articulação informacional. Os resultados apontam para a forte dimensão pragmática que atua na estruturação da fala, importantes na investigação da diamesia.

Em *O papel das affordances na modificação adjetival privativa pela abordagem cognitivista*, Dedilene Alves de Jesus e Maria Lúcia Leitão de Almeida estudam como as

*affordances* (propriedades invariantes do ambiente oferecidas a uma espécie) atuam na modificação adjetival privativa (construções em que há um predicador e um elemento modificado intensionalmente), com base no quadro teórico da Linguística Cognitiva. As autoras apontam a importância da relação *contexto/frame/affordance* na identificação do tipo de mesclagem conceptual presente nas construções analisadas (tais como ‘loura falsa’, ‘suposto amigo’, ‘castelo de areia’, ‘revólver de mentira’) e defendem a redefinição do próprio conceito de *affordance* com vistas a contemplar um aparato social que considere o papel do contexto e a questão da experiência na interpretação desses adjetivos.

Leandro Vidal Carneiro e Mônica Magalhães Cavalcante, em *Tinha uma vírgula no meio da frase: considerações sobre as prescrições do emprego do sinal*, discutem a forma pela qual as Gramáticas Normativas abordam o uso da vírgula em português. Os autores argumentam que há contradições, vagueza na exposição das regras e incompatibilidade ou ausência delas, o que aponta a necessidade de se refletir mais cuidadosamente, sobretudo no ensino, sobre as regras de utilização da vírgula.

O terceiro eixo temático conta ainda com trabalhos mais diretamente dedicados à investigação e discussão de estudos sobre Fraseologia, Terminologia e Linguística de Corpus.

Em *As locuções: uma breve discussão sobre o seu lugar na Fraseologia*, Juliana Cansanção e Elizabete Aparecida Marques examinam a teoria fraseológica, a fim de discutir o conceito de locução e mostrar seu lugar no campo da Fraseologia.

No artigo *A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico*, Bruno Diego de Resende Castro e Márcio Sales Santiago trazem à baila o posicionamento de revisores de textos técnico-científicos no que diz respeito à relevância da Terminologia para essa profissão. O estudo de caso desenvolvido pelos autores aponta a preocupação dos profissionais da área em relação à compreensão do léxico especializado.

E, em *Uma proposta de vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos direcionada pelo corpus: da teoria à prática*, Danila Alves Carvalho explicita, a partir das discussões da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Linguística de Corpus, dentre outros estudos, as etapas desenvolvidas na construção de um vocabulário bilíngue. A proposta da autora contribui com estudantes e profissionais das áreas de Tradução e Turismo, bem como com as pesquisas desenvolvidas na área.

Com muita satisfação agradecemos a todos os que contribuíram para mais uma edição da *Domínios de Lingu@gem* e convidamos os leitores a se engajarem nas discussões e problematizações levantadas na rede teórico-metodológica e analítica que configura os trabalhos aqui reunidos. De forma especial, agradecemos ao Professor Doutor Guilherme Fromm pela dedicação e compromisso com que tem investido no desenvolvimento da revista e pela oportunidade de nos permitir costurar alguns fios que pudessem conferir um caráter de unidade – ainda que sempre ilusório – às pesquisas publicadas nesse volume.

Cristiane C. de Paula Brito (UFU)

## Artigos

### A subjetividade da língua na construção de textos jornalísticos Language subjectivity in the construction of journalistic texts

Carlos Alberto Badke\*  
Celia Helena de Pelegrini Della Méa\*\*  
Daiani Ferrari Trindade\*\*\*

**RESUMO:** Com essa pesquisa, pretendemos identificar marcas de subjetividade presentes em notícias da editoria policial dos jornais impressos *A Razão* e *Diário de Santa Maria*. Entendemos por subjetividade a capacidade de o locutor se propor como sujeito, conforme postula Émile Benveniste. Constituímos como *corpus* desta pesquisa textos que abordam a notícia do assassinato de Ângelo Razzolini Biazzi, de 23 anos, morto a facadas no centro de Santa Maria/RS, em 14 de agosto de 2011. Nesta proposta de pesquisa, utilizamos a Teoria da Enunciação pelo viés de Émile Benveniste, bem como nos apoiamos em teorias jornalísticas, a fim de justificar as escolhas discursivas para a construção de tais textos. Temos por pressuposto que o princípio da objetividade jornalística, proposto por teóricos ligados ao processo de construção das notícias, pode ser questionado à luz da teoria que discute a enunciação como um lugar de apropriação que o locutor faz da língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciação. Jornalismo. Objetividade. Subjetividade.

**ABSTRACT:** With this research, we intend to identify subjectivity marks in police news of the following two printed newspapers *A Razão* and *Diário de Santa Maria*. We understand subjectivity as the speaker's ability to propose himself or herself as a subject, according to Émile Benveniste approach. Texts about the murder of Angelo Razzolini Biazzi, 23, who was stabbed to death in the city center of Santa Maria on August 14, 2011 are the corpus of this study. In order to develop this research proposal, we will base our analysis on the Theory of Enunciation, as proposed by Émile Benveniste, as well as on journalistic theories, which may justify the discourse choices in the construction of such texts. We assume that the principle of journalistic objectivity, proposed by theorists associated with the news writing process, can be questioned in the light of the theory that discusses enunciation as a place of language ownership made by the subject.

**KEYWORDS:** Enunciation. Journalism. Objectivity. Subjectivity.

## 1. Introdução

O processo de construção das notícias é complexo e passa por várias fases trabalhadas pelo jornalista ou profissional de comunicação. Diversas teorias podem ser

---

\* Mestre em Ciências da Comunicação e docente do Centro Universitário Franciscano UNIFRA.

\*\* Doutora em Letras e docente do Departamento de Letras Clássicas e Linguística da UFSM.

\*\*\* Jornalista e especializanda em Linguagem e Representação no Centro Universitário Franciscano UNIFRA.

usadas como arcabouço para essa construção, cada uma com características específicas que determinam de que forma será esse processo. As notícias que são veiculadas nos meios de comunicação passam por um processo de produção, que vai desde a seleção dos fatos que receberão caráter noticioso até sua produção e publicação, seja em meio impresso ou eletrônico. Elas são produzidas por locutores que se apropriam da língua e na qualidade de sujeitos a colocam em uso, sendo que um de seus critérios de produção é a objetividade, sob o qual o jornalista faria apenas o relato dos fatos, sem incluir impressões ou comentários, contendo sua opinião.

Um dos critérios de noticiabilidade (ou valor-notícia), conjunto de elementos pelos quais as empresas e os trabalhadores da comunicação controlam a produção de informações (TRAQUINA, 2004), levados em consideração durante o processo de construção de uma notícia, é a negatividade. Segundo a tipologia dos valores-notícia propostos, em 1965, por Galtung e Ruge e retomados por Traquina (2003), é o que define que as notícias trágicas despertam maior interesse no público e são as mais fáceis de noticiar. A negatividade é um critério que identificamos nas matérias selecionadas para este estudo, que dão conta da morte de um rapaz de 23 anos, que teria sido morto a golpes de faca na madrugada do dia 13 de agosto de 2011, na Galeria do Comércio, no centro de Santa Maria/RS, por outros três jovens.

Numa rápida leitura em jornal impresso é possível verificar esse aspecto que faz com que os veículos atraiam um número maior de leitores. Marcas como *infelizmente*, *tragicamente*, além da adjetivação e o uso de certos pronomes, são fatores que vão ao encontro do valor-notícia da negatividade. Termos como esses podem ser classificados como dêiticos, que Émile Benveniste (1970), quando trata da Teoria de Enunciação, denomina como indicadores da subjetividade ou índices da enunciação. São essas marcas que buscaremos analisar nas matérias sobre o fato citado que buscam a objetividade, mas presentificam marcas subjetivas.

Baseados nessas concepções, propomo-nos, com esse estudo, analisar as marcas de subjetividade presentes em alguns textos dos jornais A Razão e Diário de Santa Maria. Identificando essas marcas de subjetividade, discutiremos o critério da objetividade jornalística presente na profissão desde o início da vida acadêmica.

## 2. Como se formam as notícias

Os jornais *A Razão* e *Diário de Santa Maria* são periódicos impressos veiculados em Santa Maria, município localizado no centro do Rio Grande do Sul e em cidades dessa região. O *A Razão* foi fundado em 1934, sendo “um dos mais tradicionais veículos de comunicação do interior do Rio Grande do Sul”, apresenta perfil comunitário da cidade e região, com alcance de mais de 40 municípios do Centro e Fronteira-Oeste do Estado, conforme página eletrônica da empresa. Já o jornal *Diário de Santa Maria* teve sua primeira edição veiculada no município em 19 de junho de 2002, com a proposta de fazer “uma nova leitura da cidade”. Integrante do grupo RBS, abrange, além de Santa Maria, 35 municípios do centro do Estado. “Tem no seu DNA a identificação com a população dessa região, sendo reconhecido pelo forte envolvimento com a comunidade na qual atua”, conforme endereço eletrônico do veículo. Os dois jornais contam com versões online, sendo o [www.arazao.com.br](http://www.arazao.com.br) e o [www.diariosm.com.br](http://www.diariosm.com.br). Devemos enfatizar que para nosso trabalho somente textos da versão impressa de ambos os veículos serão analisados.

São diversos os gêneros jornalísticos que encontramos em AR e DSM<sup>1</sup>: notícia (gênero que selecionamos para análise), reportagem, entrevista, artigo, crônica, editorial, sendo esses os mais encontrados. Nilson Lage (1985) diferencia a notícia da reportagem, dizendo que a notícia aborda os acontecimentos como uma série de fatos, enquanto que a reportagem viria como um levantamento maior de dados, seguindo diretrizes pré-estabelecidas para contar esse acontecimento. Para Medina (1978), a diferença entre os dois gêneros está na ampliação das linhas de tempo e espaço na abordagem deste fato:

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou exemplificam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato (Medina, 1978, p.134).

A principal característica do texto jornalístico é o volume de informações factuais, sendo a notícia o texto básico. De acordo com Lage (2005, p. 73), ela expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos sobre um mesmo

---

<sup>1</sup> A partir de agora, utilizaremos as siglas AR para o Jornal *A Razão*, bem como trabalharemos com DSM para registrar o Jornal *Diário de Santa Maria*.



acontecimento. Uma das práticas mais utilizadas durante a construção jornalística é tomar como ponto de partida o aspecto mais relevante do fato e com ele abrir a notícia. O primeiro parágrafo é o que se convencionou chamar de *lead* da notícia, no qual consta “o que, quem, quando, onde, por que”. É o parágrafo-tópico, que inicia pela sentença-tópico. Um texto com esse formato chama-se de pirâmide invertida.

## 2.1 Gatekeeper: escolhas exclusivas do jornalista

As teorias do Jornalismo dão conta de explicar o motivo de as notícias serem como são. Elas buscam esclarecer, de acordo com as mais diversas características e formas de atuação, o porquê e o processo de construção pelo qual passam as notícias que chegam ao nosso conhecimento. No Brasil, o precursor do estudo sobre essas teorias é Adelmo Genro Filho, santa-mariense, que na década de 70, publica artigos sobre “a necessidade de uma teoria do jornalismo” (MEDITSCH, 2004 apud TRAQUINA, 2004). Mundialmente, os estudos sobre jornalismo começam a ter repercussão também nos anos 70, sendo reunidos pelo Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, Nelson Traquina, que se tornara a pessoa mais bem informada sobre o assunto no mundo da língua portuguesa.

O estudo a que nos propomos, baseia-se em uma teoria que determina que as escolhas discursivas são puramente fundamentadas na subjetividade de um locutor que se apropria da língua, colocando-a em funcionamento. Logo, acreditamos que as matérias veiculadas nas editorias policiais de AR e DSM, da forma como são, são frutos de escolha pessoal, como sustenta a Teoria do Gatekeeper, ou Teoria da Ação Pessoal. Através dela, David Manning White, em 1950, sustenta que o processo de produção das notícias é baseado em escolhas pessoais do jornalista, que seria o *gatekeeper* responsável pelos fatos que poderiam ou não virar notícias, além das escolhas discursivas para contar as histórias. Essas preferências seriam definidas através de *gates*, ou seja, “portões” que, como define Traquina (2004, p. 150), “não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não”, além da forma como tratá-la.

Conforme White (1950), este seria um processo arbitrário e altamente subjetivo, condicionado a juízos de valores que partem de uma análise micro-sociológica, em nível do indivíduo, concebida através de experiências, carga de conhecimento e cotidiano próprio do produtor das notícias, e não por constrangimentos organizacionais. Partindo

disso, “no nível individual, a teoria avança uma explicação quase exclusivamente psicológica” (TRAQUINA, 2004, p. 151).

A Teoria da Ação Pessoal, além de sustentar a subjetividade nas escolhas jornalísticas, refutou a Teoria do Espelho, a mais antiga que tentou sustentar que as notícias têm o formato que têm, pois a realidade assim determina. Segundo Traquina (2004, p. 147), trabalhando sob a ótica de o jornalismo ser um espelho da comunidade, “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não dar opiniões pessoais”. A partir dessa perspectiva, existe uma separação entre notícia e opinião pessoal, no caso uma excluindo a outra, sendo o texto jornalístico despido de qualquer traço subjetivo. De acordo com a Teoria do Espelho, os fatos apresentados nas notícias selecionadas por este estudo seriam de tal forma como foram expressos pelos veículos e os jornalistas seriam meros mediadores da realidade, sem levar em consideração que nem sempre os fatos expostos pela mídia são em sua totalidade verdadeiros.

À medida que foram sendo aprofundados os estudos jornalísticos, novas hipóteses foram instauradas, sendo as mesmas baseadas em fatores mais amplos, como contexto, momento histórico e política organizacional da empresa - teorias como a Organizacional, da Ação Política, Construcionista, Estruturalista e Interacionista. Com base nessas teorias, pode-se também analisar os discursos utilizados na construção do texto jornalístico das editorias policiais dos jornais Diário de Santa Maria e A Razão, inclusive das notícias selecionadas. Tendo em vista o que define cada teoria, queremos evidenciar o caráter subjetivo do tipo de construção que cada uma propõe. Para elas, vários outros fatores estariam influenciando o processo de produção, apresentando uma ampla gama de fatores, tirando a responsabilidade unicamente do jornalista. Mesmo com os fatores externos ao profissional que influenciam suas escolhas e formas de trabalhar, é sobre ele que recai a tarefa de contar um fato, do mais feliz – pauta que todo jornalista gosta de fazer, ao mais triste. Por isso, a hipótese da Ação Pessoal ser a que mais se adapta ao desenvolvimento desse trabalho, pois junto a Teoria da Enunciação, trabalha com escolhas subjetivas no nível do indivíduo.

## **2.2 O Jornalismo e o princípio da objetividade**

Desde o ingresso do futuro jornalista nos bancos universitários, um dos assuntos mais tratados é a objetividade jornalística, tida como um norte a ser seguido durante toda

a carreira. Pode-se definir um texto jornalístico como objetivo pelas suas qualidades como a precisão, interesse, verificação, veracidade e neutralidade. Mas como cobrar neutralidade de um jornalista durante a seleção das notícias, bem como durante o processo de produção delas, visto que a escolha das fontes já é um processo altamente subjetivo?

A fonte de qualquer informação nada mais é que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos ‘óculos’ de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses” (Pena 2006, p. 57).

Com isso, percebemos, claramente, que desde a seleção do fato a ser trabalhado até a veiculação dessa notícia, é impossível dissociar o sujeito do resultado final obtido. Nas claras palavras de Pena (2006, p. 50), a “objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim para reconhecer sua inevitabilidade”. Na escolha do que pode virar notícia, já se tem a presença da subjetividade do jornalista, que usa os critérios de noticiabilidade, ou seja, um conjunto de elementos pelos quais as empresas e os trabalhadores da comunicação controlam a produção de informações (TRAQUINA, 2003), para elencar fatos que podem ser noticiados, embora os mesmos fatos possam não ter o mesmo grau de importância para diferentes jornalistas. Wolf (1999) estabeleceu seis critérios de noticiabilidade: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana, mas não explicou uma forma objetiva para a avaliação sobre em qual categoria os fatos se encaixam e se é possível encaixá-los em alguma delas. É uma escolha subjetiva que depende única e exclusivamente do jornalista para virar notícia ou não (conforme a Teoria do Gatekeeper).

No material selecionado para esse trabalho identificamos inúmeras ocorrências subjetivas, entre elas, algumas marcas que, além de posicionar o sujeito na cena enunciativa, encaixam-se no critério jornalístico da negatividade. Os referidos termos podem identificar pensamentos do jornalista ou da empresa para a qual este trabalha, com o objetivo de aumentar o público leitor do veículo. Baseado nisso, podemos chamar essas notícias de objetivas? Abramo (1988, p. 117) discorre sobre a subjetividade inevitável do jornalismo, e complementa a ideia de que o “jornalismo objetivo é uma ilusão que se tenta passar para os jornalistas e deve ser expurgada do espírito dos profissionais. Não existe

um jornalismo objetivo, existem vários”. Enquanto isso, Amaral (1996, p. 77) cita uma conversa com o jornalista Renato Bittencourt, que diz como o jornalismo deve ser:

seco, árido, difícil de entender, na medida em que focalizasse todas as opções e hipóteses. Uma ilustração: obituário costumava ser uma parte objetiva do jornal. Vem a imprensa britânica e resolve que ele tem que ser *interessante*. Então permitiu que seja escrito de forma *subjetiva*. E é matéria assinada para caracterizar que é fruto de um ponto de vista pessoal.

Embora existam autores que ainda acreditam que textos subjetivos ou que expressem a opinião de seu autor, sejam os assinados, percebemos que a objetividade é uma utopia no campo jornalístico, visto que não há como desvincular o indivíduo do jornalista. O processo de construção jornalística depende do sujeito que, conforme as notícias selecionadas, deixa suas marcas, comprovando que a objetividade não passa de um aparato para tentar garantir a credibilidade do veículo e a sua própria credibilidade enquanto profissional. De forma velada, as notícias vão delineando pensamentos e ideologias próprias do jornalista ou do grupo a que ele representa. Mesmo influenciado pela empresa, o jornalista ainda é o centro da construção das notícias, pois é ele que apura os fatos através de inúmeras possíveis fontes para contar uma história, que terá o seu olhar e transmitirá basicamente o que ele quiser transmitir.

### 2.3 A Enunciação do Eu – Tu – Aqui – Agora

A Teoria da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, é uma teoria que considera o homem na língua, quando esse se apropria dela e a coloca em uso, através de atos individuais. É um estudo que indica uma condição linguística cuja unidade é a frase, que tem a enunciação como objeto, e a intersubjetividade como fundamento. Com base nos estudos de Ferdinand de Saussure, que nos apresenta uma dicotomia entre língua e fala, trabalhando com a língua enquanto forma, desvinculando-a da fala, ou seja, do uso, Benveniste (1989, p. 82) estuda a língua em uso e salienta que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, sendo que um discurso novo é produzido a cada nova enunciação.

Para tanto, dois personagens são essenciais durante esse processo, um locutor (sujeito) – aquele que fala para alguém, e o alocutário – aquele para quem se fala. Antes de estabelecidas as pessoas e que a língua seja colocada em funcionamento, ela é somente

uma possibilidade de ser transformada em discurso, apenas uma estrutura complexa de signos, de caracteres que também são uma possibilidade de ser. Esses caracteres e essa estrutura somente terão sentido após o locutor colocá-los em uso, sob a forma de discursos, e atribuindo-lhes sentido.

Com a teoria de Benveniste, todo o sistema submetido à enunciação se dá a partir do “Aparelho Formal da Enunciação” (1970), que tem como componentes o *eu-tu-aqui-agora*, com o qual podemos compreender que a língua em uso depende exclusivamente do sujeito que a coloca em funcionamento - dele próprio, do tempo dele e do espaço em que se encontra. Para introduzir o assunto, em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), Benveniste busca elucidar as noções de pessoa, elegendo a primeira e segunda – *eu* e *tu* – à categoria de *pessoa* e a terceira – *ele* – como uma *não pessoa*. Sob a ótica dos estudos de Benveniste (1989), Flores; Silva; Lichtenberg; Weigert (2008, p. 51) relata que o autor estabelece uma estrutura opositiva entre elas, ele “opõe ‘a primeira pessoa’ e a ‘segunda’ à ‘terceira’ [...] pois tanto a ‘primeira pessoa’ como a ‘segunda’ estão implicadas no discurso, e a ‘terceira’ dele não participa”.

Estabelecidas as pessoas (e não pessoa) por Benveniste, já podemos constituir uma relação de subjetividade, visto que a Enunciação “introduz aquele que fala em sua fala” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Se é pacífico, para Benveniste, que o sujeito está presente em sua fala, podemos dizer, com base na Teoria da Enunciação, que em momento algum o texto jornalístico é algo objetivo. Mesmo na teoria de Lippmann (PENA 2006, p. 51), na qual o método para a construção noticiosa deveria ser objetivo e não o jornalista, não se pode dizer que a prática jornalística seja objetiva, pois não é concebível a separação de língua e sujeito, sendo eles estruturas indissociáveis. Além de que, segundo Flores; Silva; Lichtenberg; Weigert (2008, p. 56), “o uso da língua revela a enunciação no enunciado”, é o *eu* que diz *eu*, no qual está implicado um *tu*, no momento do *aqui* e *agora* - o jornalista se referencia no discurso materializado. Logo, o texto jornalístico, com suas marcas subjetivas, não deixa de ser algo que fala do próprio jornalista, por isso o caráter subjetivo. Além da subjetividade que está implicada na noção de pessoa, Flores; Silva; Lichtenberg; Weigert (2008, p. 52) nos elencam outras duas características propostas por Benveniste, a da unicidade e da reversibilidade. A primeira diz respeito a toda a enunciação ser única e irrepitível, portanto a cada nova enunciação o *eu/tu* passam por um processo de renovação. Já a reversibilidade dá conta de que um *tu* quando se apropria da cena enunciativa, já não seria mais um *tu*, mas um *eu* que renova a enunciação e a

torna nova e única. É um *tu* que passou a ser *eu*, a falar de si – *eu* que diz *eu* – e que tem um novo *tu*, portanto, uma nova enunciação, pois o aqui e agora também foram renovados, instaurando, com isso, uma relação intersubjetiva, dado o poder de dissociação e reversibilidade entre o *eu/tu*.

Instaurado o aparelho formal de enunciação, e estabelecidos os processos de construção discursiva, Benveniste questiona a dicotomia entre língua/fala proposta por Saussure e a ideia de que sejam sistemas isolados, pois acredita que língua e fala sejam os dois pilares de construção da Teoria da Enunciação e do aparelho formal, visto que toda enunciação é concebida a partir da utilização da língua por um sujeito que se apropria dela e a transforma e enuncia sob a forma de discurso.

#### 2.4 Da intersubjetividade ao presente da enunciação

A comunicação é um processo pelo qual a linguagem é utilizada por um *eu* que a emite para um *tu*, o que Benveniste convencionou chamar de processo intersubjetivo, sendo a interação entre *eu* e *tu* e sua inversibilidade, para Flores e Teixeira (2005), o constituinte da relação intersubjetiva. Para que isso seja possível, a língua é o elemento principal, visto a impossibilidade da construção de um sujeito e de uma sociedade sem que a língua seja utilizada como elemento transformador. “A intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 34). Baseado nisso, encaramos a comunicação como a consequência pragmática da língua, visto que lança mão da linguagem para cumprir seu papel, e, para isso, um sujeito, nesse caso um jornalista, a utiliza e enuncia de forma a informar as pessoas, através da significação, pois, conforme Flores e Teixeira (2005), “a função desses signos é a de promover a comunicação intersubjetiva”.

Se Benveniste diz que a subjetividade é a capacidade de um locutor de se propor como sujeito, e quando um *eu* utiliza a língua e enuncia, visto que esse enunciar já pressupõe um *tu*, a enunciação é um ato subjetivo. Quando a enunciação do *eu* por si só já nos impõe um alocutário, podemos chamar de processo intersubjetivo, já que esse mesmo *tu* pode vir a se tornar um *eu*, apropriando-se desse discurso primeiro e concebendo uma nova enunciação (processo de reversibilidade). Com base nisso, por que dizer que a comunicação, em especial o jornalismo, e a construção de notícias é feita seguindo parâmetros objetivos? A objetividade não está na forma de construir notícias, está na essência do sujeito/jornalista/locutor, pois, de acordo com Émile Benveniste, cuja

teoria utilizamos como fonte para nosso estudo, seria impossível dissociar duas estruturas tão complexas, como o homem e a língua. Essa distinção não existe, visto que um é elemento de constituição para o outro. Tanto é verdadeira a afirmação de que língua e indivíduo são inseparáveis, e que o sujeito se coloca naquilo que enuncia, que não existe forma de se conceber uma língua sem espelhar os indivíduos que a utilizam.

Então, Benveniste ilustra seus estudos baseado na presença de um sujeito que atua como agente transformador da língua, fazendo-se presente através da instauração do *eu* (pessoa subjetiva do discurso), mesmo que esse *eu* não seja um *eu* conceitual, ele é apenas uma referência. Um *eu* referencial significando todos os sujeitos que se apropriam da língua e a colocam em uso, não um *eu* personificado, visto que seria impossível criar apenas um único *eu*. Por isso, seu caráter referencial àquele que enuncia, através de um ato individual, não podendo ser identificado fora do discurso, sendo sua realidade a realidade do discurso. E nisso está baseada a subjetividade e, por consequência, a intersubjetividade benvenistiana, já que, conforme vimos anteriormente, todo *eu* pressupõe um *tu*, proporcionando a troca e inversão de papéis entre locutor e alocutário.

O autor nos mostra que, fundamentado por esse sujeito que enuncia, e sendo ele mesmo aquilo que enuncia e algo que fala dele próprio, o “fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 288). Se a língua (em uso) é subjetiva, sendo a linguagem desenvolvida a partir de um sujeito que na enunciação já pressupõe um alocutário, podemos prontamente afirmar, ainda, o caráter intersubjetivo dela, pois é correto sustentar a presença da reversibilidade entre as pessoas do discurso, podendo a pessoa não subjetiva (*tu*) passar a ser pessoa subjetiva (*eu*), e essa, por sua vez, assumir o caráter de pessoa não subjetiva, a quem o discurso é dirigido. Com isso, é aceitável que um leitor dos jornais em questão se aproprie do discurso desses e assumo o papel de pessoa subjetiva, provocando com isso uma nova enunciação e proporcionando que outras pessoas tomem conhecimento sobre os fatos publicados.

Além da subjetividade (a pessoa subjetiva que enuncia) que nos determina a enunciação, a organização temporal também é fator determinante para isso, basta lembrar que um dos componentes do Aparelho Formal da Enunciação é o agora (*eu-tu-aqui-agora*) que, conforme Flores (2009), é o eixo do tempo linguístico que fundamenta a temporalidade na enunciação, sendo o tempo da língua instaurado a cada nova enunciação do sujeito. Sobre esse tempo, convém esclarecer que todos os tempos linguísticos podem estar presentes nesse discurso, embora futuro e passado sejam tempos referenciais,

interiores ao discurso, isto é, tempos que subjazem ao presente da enunciação. Benveniste (2005) salienta que toda língua distingue os tempos, embora essa “linha de participação” seja sempre uma referência ao presente, e esse, por sua vez, seria uma referência temporal àquilo que se enuncia, por isso, o “agora” do aparelho formal de enunciação é o tempo em que se fala (enuncia), embora referências temporais ao passado ou futuro possam ser feitas, como projeções sobre o tempo.

Os discursos se renovam a cada nova enunciação, pois sempre que se enuncia o locutor atualiza as referências objetivas em uma nova instância discursiva, que adquire um novo momento presente. “O tempo linguístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 289). Sobre a subjetividade a qual Benveniste refere-se, Flores (2009) acrescenta o princípio da intersubjetividade corroborado pela instância temporal, podendo o *tu* tomar a palavra de *eu* – convertendo-se em *eu* – e com isso apropriando-se do discurso de *eu*, juntamente com toda a demarcação temporal presente nele. Assim, não só o discurso, mas também suas marcas temporais, passam a ser do *tu*, que assumindo o caráter de *eu*, formam então uma nova enunciação (única e irrepetível, com um novo tempo presente).

Com esse panorama exposto por Benveniste, buscamos, a partir da Teoria da Enunciação, além de identificar as marcas subjetivas presentes nas notícias selecionadas para este trabalho, mostrar quais os recursos mais utilizados durante a construção noticiosa dos dois veículos. Com base em experiência pessoal, anteriormente ao texto impresso e publicado no jornal diário, o jornalista sai em busca das informações necessárias, através de dados de órgãos policiais (neste caso específico), fontes, sejam elas ligadas às vítimas ou não, redação e edição da notícia. É esse processo de edição que nos interessa para tentarmos entender como se estabelece a cena enunciativa. Um repórter redige a matéria, coloca a língua em funcionamento para a produção de um enunciado, que será revisado pelo editor que se usará desse enunciado primeiro para a construção de um segundo enunciado através de sua renovação. Esse enunciado (notícia) renovado chega à casa das pessoas sendo materializado pela língua, estabelecendo uma função supostamente referencial. Assim como a língua tem uma dupla função, de ser signo e significante, produzindo referências, o jornalismo também exerce uma função referencial quando usa a linguagem para significar fatos.



## 2.5 Cenas enunciativas

Princípio básico do jornalismo, a comunicação, o comunicar algo a alguém, é um processo intersubjetivo, que permite a troca de experiências humanas. Os fatos expostos na atividade jornalística são explicados pela linguagem, também subjetiva. Sendo a Enunciação benvenistiana uma teoria que propõe a presença do sujeito na língua, algumas estruturas utilizadas no discurso são capazes de mostrar a presença desse sujeito, que não se apresenta como figura, mas é um “sujeito que diz e que se diz” (FLORES, 2008, p. 77).

Benveniste, em seu artigo “Da subjetividade na linguagem” (1958), fala sobre a linguagem ser algo inerente ao homem, sobre a impossibilidade desse mesmo homem constituir-se sozinho, necessitando da linguagem para concretizar sua existência. Por isso, a comunicação se reflete como uma consequência pragmática da língua, sendo somente estabelecida no momento em que ela encontra-se em uso, externando a subjetividade inerente ao homem. “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1958, p. 286). É isso que o jornalista faz quando enuncia, se apropria da língua que conhece, de forma a estabelecer um elo comunicacional com os leitores de jornais, nesse caso, colocando-se como um elemento interior ao discurso, de forma a deixar implícito “*eu* digo que” antes dele, instaurando o caráter subjetivo.

Um dos primeiros aspectos analisados na busca por esses sujeitos enunciadores são os pronomes pessoais, que, segundo Flores (2008, p. 77), servem como reveladores da subjetividade na linguagem. O autor esclarece que Benveniste, quando pensou em uma forma de analisar as cenas enunciativas, evidenciou a necessidade de separação entre o que é um signo vazio, visto somente sob uma perspectiva semiótica, e um signo que se tornou pleno a partir da perspectiva do discurso. Flores (2008) lembra que apenas são considerados como pronomes pessoais as formas *eu* e *tu*, pessoas do discurso, em detrimento do *ele*, tido como a não pessoa, ou seja, alguém que não fala tampouco a quem o discurso é dirigido – a não pessoa é sobre aquilo que se fala. Além destes, seus desdobramentos também são analisados por Benveniste, sendo o *nós* e o *vós* pessoas *amplificadas*, em contraposição a pessoa *estrita*, ou seja, o singular. O *nós* seria então a presença do *eu* e não *eu/eus* e o *vós* a transição entre o *tu* e o *vós*, ou seja, o alocutário tomado com distanciamento ou não definido. Por isso, sendo a enunciação algo que diz e se diz, apenas os dois primeiros pronomes da lista figuram sob o *status* de pessoa, pois

somente eles são capazes de ter essa dupla característica, poder enunciar e ser o enunciado.

Também nos dão a possibilidade de análise da subjetividade os pronomes possessivos e os demonstrativos, que por referirem às pessoas do discurso também compartilham o *status* de pronomes pessoais. “Podemos dizer que os demonstrativos, *este, esse* etc., se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa *eu* e *tu*, como no latim *hic=este*, perto da pessoa que fala, portanto *eu*; *iste=esse*, perto da pessoa com quem se fala, portanto *tu*” (FLORES, 2008, p. 79). O verbo por sua vez comporta modos de significação objetivo e subjetivo, dependendo da instância do discurso em que está inserido. Pode-se questionar que a origem do princípio da profissão de jornalista de que o texto em terceira pessoa denota objetividade tenha como base a linguística benvenistiana, que contrapõe *eu/tu* a *ele*. Sobre isso, Flores (2008) fala em uma ruptura interna da língua, contrapondo os modos subjetivos e objetivos de significar. O primeiro é representado pelos pronomes *eu/tu* e o segundo sendo representado pela não pessoa *ele*, por isso a orientação de que os textos jornalísticos devem ser redigidos em terceira pessoa.

Essas são algumas marcas que podemos identificar no texto jornalístico, pretensamente objetivo, mas que muitas vezes fogem desse princípio presente nos manuais. Em “Da subjetividade da linguagem” (1958), Benveniste nos mostra as noções de *dêixis*, marcas que identificam o sujeito durante o ato enunciativo, ou seja, indicadores de subjetividade. As *dêixis* são os artifícios utilizados pelo sujeito para situar o alocutário no enunciado. São adjetivos, advérbios, locuções adverbiais e flexões verbais que dão a noção de temporalidade e espacialidade ao leitor.

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Quando enunciamos e utilizamos a *dêixis* para situar o alocutário não estamos fazendo nada mais que expressando nossa subjetividade pela utilização da língua. Em todas as vezes que localizamos nos textos selecionados de AR e DSM termos com a função de *dêixis*, o sujeito enunciador estabelece uma relação semântica para eles, que sozinhos seriam apenas signos vazios. Conforme Benveniste (2005, p. 280), é na e pela

utilização da língua que eles ganham sentido e tornam-se plenos, não existindo fora da enunciação. “Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua”, grifou.

Embora essas marcas tragam ao enunciado outros tempos, o tempo da enunciação é o presente, do aqui e agora. Todo tempo verbal expresso no enunciado subjaz ao presente da enunciação, logo seu tempo é “o tempo em que se fala”. Por isso, toda enunciação é única e irrepetível, por sempre referir a fala do sujeito ao tempo presente, sendo renovada a cada novo ato enunciativo, mesmo que fale de passado ou de futuro.

### 3. Aspectos metodológicos

A partir do método quali-quantitativo de análise, buscamos, com essa pesquisa, identificar marcas de subjetividade presentes nos textos referentes à morte de Ângelo Razzolini Biazzini, de 23 anos, que teria sido atacado e morto a facadas por outros dois jovens na madrugada do dia 13 de agosto de 2011, no Calçadão Salvador Isaías, em Santa Maria/RS. Para tanto, selecionamos quatro cenas enunciativas veiculadas nas editoriais policiais dos jornais Diário de Santa Maria e A Razão, no dia 15 de agosto, sendo uma matéria e uma capa de cada um dos periódicos. Os jornais A Razão e Diário de Santa Maria são periódicos impressos veiculados em Santa Maria, município localizado no centro do Rio Grande do Sul e em cidades dessa região. Os dois jornais contam com versões on-line, sendo o [www.arazao.com.br](http://www.arazao.com.br) e o [www.diariosm.com.br](http://www.diariosm.com.br). Devemos enfatizar que para esta pesquisa somente textos da versão impressa de ambos os veículos são analisados.

Em um primeiro momento, utilizamos os estudos sobre a Enunciação, propostos por Émile Benveniste, para auxiliar na identificação de marcas de subjetividade inseridas nas referidas notícias (fatos enunciativos) – pronomes, advérbios, adjetivos. A partir disso, traçamos um panorama sobre o universo jornalístico, desde o processo de produção das notícias até sua veiculação, revisando o princípio da objetividade jornalística, considerado um dos aspectos responsáveis pela credibilidade dessa prática comunicacional. Nossos apontamentos acerca da realidade jornalística foram guiados por autores como Nelson Traquina (2003 e 2004), e Mauro Wolf (1999), que serviram como arcabouço para o embasamento das rotinas produtivas do jornalista durante o processo de produção noticiosa.

Para finalizar, fizemos uma comparação quantitativa entre as marcas subjetivas encontradas nas notícias selecionadas e estabelecemos uma linha de raciocínio sobre o nível de objetividade de cada um dos veículos analisados, tendo como base os autores já citados. O caráter qualitativo da pesquisa deve-se ao fato de o método trabalhar com uma realidade que não pode ser apenas quantificada. Não trabalhamos apenas com números, embora eles estejam presentes no momento em que comparamos os dois veículos, mas com realidades transmitidas pelos textos, subjetividades dos indivíduos envolvidos durante o processo.

#### 4. Resultados e discussões

A seguir, veremos algumas análises feitas a partir das cenas enunciativas selecionadas.



Figura 1. Texto: Universitário é morto de forma covarde no Calçadão  
A Razão – 15 de agosto de 2011, Capa.

A adjetivação, marca subjetiva, aparece na capa do jornal AR, na chamada para o texto sobre a morte do estudante Ângelo Razzolini Biazzi, “*Universitário é morto de forma covarde no Calçadão*”. Essa informação é baseada nas percepções do sujeito, são critérios pessoais que definem o que seria uma morte provocada de forma covarde. Em momento algum ele nos explica de maneira objetiva em que é baseada sua opinião sobre a caracterização que deu para o crime, ou seja, é uma percepção própria que o locutor espera compartilhar com os leitores do jornal. No texto de apoio, a informação é de que o crime ocorreu “*no Calçadão Salvador Isaía, em pleno Centro de Santa Maria, ao ser atacado por um grupo...*”, sendo que nesse trecho encontramos mais uma expressão que caracteriza a opinião do autor da cena enunciativa, mostrando sua indignação, com o objetivo de chocar os leitores, pois o fato ocorreu na zona central da cidade, onde supostamente não poderiam acontecer fatos como esse ou como se no centro da cidade não devesse haver crimes dessa natureza, ou mesmo de nenhuma tipologia. O trecho “*em pleno Centro de Santa Maria*” também demonstra a presença do sujeito por se tratar de um aposto, uma expressão ou termo acessório explicativo, dispensável, mas que por critério próprio, o locutor julgou ser importante colocá-lo para a melhor compreensão da gravidade dos fatos.

Em todo o texto de apoio, o locutor procura não se comprometer com as informações que está repassando. Ele faz uso do discurso indireto para colocar na voz de outro o que está contando, cujo recurso percebemos em “*Conforme o registro policial*”, “*Os agressores disseram que...*” ou em “*Conforme a Polícia...*”. Identificamos, também, a voz desse locutor quando ele claramente nos diz que não tem certeza sobre o número de pessoas que atacou Ângelo, explicando que foi “*um grupo de pelo menos três rapazes*” e, ainda, emprega verbos modalizadores, no futuro do pretérito, “*teria*” e “*seriam*”, tirando, dessa forma, de sua responsabilidade aquilo que está dizendo, embora esta seja uma das regras de redação jornalística. Da maneira como as informações são colocadas, com a utilização dessas formas verbais, elas são uma suposição, uma possibilidade que o locutor está apresentando, podendo se concretizar ou não.

## polícia

A RAZÃO Segunda-feira, 15 de agosto de 2011 15

## Rebelião no Presídio Estadual de Santiago

Um grupo de aproximadamente cinquenta presos promoveu um motim na tarde de ontem, dia 14, no Presídio Estadual de Santiago mobilizando reforço dos agentes penitenciários e da própria Brigada Militar que realiza a guarda externa.

De acordo com o Major Ney, comandante do 5º Regimento de Polícia Montada da BM, os detentos quebraram vidros e atearam fogo em colchões e mantas com intuito de promover desordem, quebraram vidros e armaram-se com pedras e barras de ferros provenientes da ação de depredação. Segundo oficial, a rebelião iniciou após o término do horário de sol, quando os presos se recusaram a retornar para sua cela, alguns deles escalando os muros na tentativa de fuga evitada pela rápida ação de dois policiais, até chegada de mais brigadianos. Os policiais militares precisaram fazer uso das armas para rechaçar a ação dos detentos que investiam contra os

brigadianos com pedras.

O contingente usado no controle da rebelião totalizou cinquenta e dois brigadianos, que atuaram em conjunto com os agentes penitenciários, inclusive os que estavam de folga. As Polícias Rodoviárias Federal e Estadual também auxiliaram na recomposição da ordem, além do Corpo de Bombeiros que foi chamado para controlar o incêndio provocado pela queima de colchões, em um dos corredores que liga o pátio às celas.

Segundo informações, um detento saiu ferido. Porém, até o final da tarde de ontem as circunstâncias não haviam sido divulgadas, sendo que ele foi encaminhado para atendimento médico. A Brigada Militar manteve durante a noite reforço do efetivo na guarda externa do presídio. Os motivos que ocasionaram a rebelião serão apurados pelo diretor do presídio Antonio Luiz Vieira e através da Delegacia da Superintendência Estadual de Serviços Penitenciários. (Jones Diniz)



Detentos atearam fogos em colchões e quebraram vidros da cadeia

## Prisão por tráfico de drogas

Três homens foram presos em Santiago, às 5h de sábado, por tráfico de drogas. Eles foram abordados na Rua Leônidas de Matos, Bairro das Palmeiras, durante patrulhamento feito por integrantes do Pelotão de Operações Especiais, em uma operação de policiamento. Inicialmente, eles tentaram abordar quatro homens, sendo que ao perceberem a presença da Brigada Militar eles saíram correndo, mesmo assim três deles foram abordados.

A abordagem resultou na apreensão de seis pedras de crack, dois tijolos de maconha e um revólver calibre 38 que tinha sido furtado na Rua José Caetano de Melo. Os poli-



ciais viram quando um deles jogou a arma fora. Foi lavado o flagrante, por porte ilegal de armas e tráfico de drogas, e os três indivíduos encaminhados ao presídio de Santiago. Conforme o delegado, os três já estavam sendo investigados.

## Jovem baleado no Alto da Boa Vista

Na tarde de domingo, por volta das 16h, um adolescente de 14 anos foi baleado quando estava na casa da namorada na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Maria. Ele teria recebido, pelo menos, dois tiros, um no tórax e outro na cabeça. O jovem foi encaminhado ao Hospital de Caridade

Astrogildo de Azevedo. Por volta das 19h, o adolescente foi encaminhado ao bloco cirúrgico. Não havia previsão de término da cirurgia. Segundo o HCAA, após a cirurgia, o adolescente será encaminhado à CTI neurológica. De acordo com a polícia, o provável autor teria 16 anos.

## Jovem é morto no Centro

Rapaz de 23 anos foi esfaqueado durante tentativa de assalto na Galeria do Comércio, próximo ao Calçaço

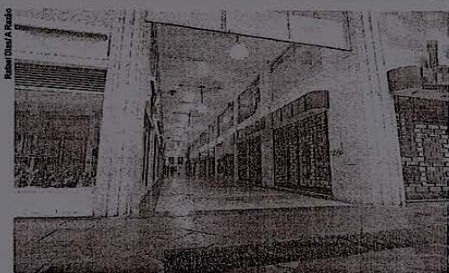
Elisa Pereira

O estudante de Design da Unifra Angelo Razzolini Biazzzi, de 23 anos, morreu no início da manhã de ontem em consequência de duas facadas no tórax desferidas durante tentativa de assalto, que aconteceu no Centro de Santa Maria. Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas faleceu a caminho do Hospital de Caridade.

De acordo com informações obtidas junto à Polícia Civil e Brigada Militar, Angelo foi ferido por volta das 6h30, quando ingressava na Galeria do Comércio pela entrada que fica junto ao Calçaço Salvador Isaiá. Ele estava acompanhado da namorada, também universitária, de 22 anos.

O casal foi abordado por um grupo de jovens do sexo masculino, que teria de três a cinco indivíduos. Pensado contra a parede da loja de calçados, o rapaz foi agredido. Durante a agressão ocorreu o esfaqueamento. O boné da vítima chegou a ser pego, e depois devolvido, por um dos integrantes do grupo. Os assaltantes mencionaram que queriam também o telefone celular de Angelo, mas acabaram não levando o aparelho. Após ferirem o rapaz, todos fugiram do local.

Imagens que podem ajudar a identificar envolvidos no crime foram captadas pela câmera de segurança da Brigada Militar, instalada na entrada do Calçaço próximo ao viaduto Evandro Behr. Segundo o capitão Jair Francisco de Oliveira, comandante do 1º esquadrão da BM, responsável pelo policiamento na região central da cidade, as imagens gravadas a partir das 6h31 deste domingo, da área do Calçaço, mostram pelo menos três indivíduos. O oficial informou que o



Crime ocorreu no centro de Santa Maria, no início da manhã de ontem

material, com duração de 30 segundos, já foi repassado à Polícia Civil. "Nas imagens é possível ver que um dos indivíduos foge para a saída do Calçaço em direção ao Barrial. No entanto, retorna e foge pelo outro lado do Calçaço. Concluímos que ele percebe a presença de guarnição da BM que, naquele momento, atendia uma ocorrência na Rio Branco com Venâncio Aires", afirma o capitão. Foi justante essa guarnição do Pelotão de Operações Especiais, com quatro brigadianos, a primeira a chegar ao local do esfaqueamento.

O delegado André Diefenbach, plantonista da DPPA na tarde de ontem e titular do 1º Distrito Policial, que investigará o homicídio, disse que a namorada do rapaz morto, testemunha do crime, prestou depoimento neste domingo pela parte da manhã. Ela identificou, por fotografias, dois participantes da ação criminosa que resultou na morte do estudante universitário. No entanto, a jovem não teria conseguido ver quem efetuou as facadas contra o namorado, por serem vários os agressores.

André Diefenbach disse que, segundo as informações que chegaram até ele, Angelo não teria reagido ao assalto. O delegado afirmou ainda que os dois indivíduos identificados pela testemunha já têm passagem pela polícia e que



Angelo Razzolini Biazzzi, tinha 23 anos

fariam parte de um grupo que costuma passar as noites na região do Alberto Pasqualini, antiga Rua 24 Horas. "Ainda não vi as imagens disponibilizadas pela Brigada Militar, mas a partir delas e das investigações queremos identificar todos os envolvidos", salientou.

O titular do 1º DP informou ainda que na tarde de ontem foi localizada, pela Brigada Militar, a faca usada no crime. Ela estava embalada em um contêiner de lixo que fica nas proximidades do Lucão Lanches, na Praça Saldanha Marinho.

O corpo do rapaz morto foi levado para Cachoeira do Sul, onde moram seus familiares. O velório iniciou no final da tarde de ontem e o enterro ocorrerá hoje. Também nesta segunda-feira, em Santa Maria, acontecerá uma manifestação de protesto contra a violência, organizado por amigos e colegas de Angelo Razzolini Biazzzi. O ato será realizado, a partir das 11h, na Praça Saturnino de Brito.

## Banco é arrombado

A agência do Banco Santander da Avenida Medianeira, em Santa Maria, foi arrombada, possivelmente ontem à tarde. A Brigada Militar foi acionada às 13h30 por um morador da região. Minutos depois uma guarnição já estava no local. A Polícia Civil chegou em seguida com peritos.

Conforme um policial ouvido por A Razão, a porta da agência foi quebrada e o interior do banco revistado. "Entraram e mexeram em mesas e gavetas. Em princípio não houve arrombamento", disse a fonte, às 15h35, enquanto a gerência do banco era aguardada. Os peritos fizeram levantamento de digitais no local e esperavam a chegada de funcionários da agência para averiguar possíveis ima-



Agência teve porta quebrada

gens da câmera de vigilância.

A agência tem três caixas eletrônicas. A ocorrência de arrombamento seria registrada na Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA). A delegacia da área, possivelmente o 3º Distrito Policial (3º DP), deverá abrir inquérito e investigar o caso.

## Morte

Após meses internado na CTI do Hospital de Caridade, um homem vítima de acidente de motocicleta morreu na madrugada de ontem em Santa Maria. A morte de Alessandro dos Santos Vargas, 34 anos, foi comunicada à polícia pela esposa, moradora da Vila Tropical. O acidente aconteceu no dia 19 de janeiro deste ano, na esquina das avenidas Presidente Vargas com Borges de Medeiros e envolveu um automóvel Corolla e a moto em que Alessandro estava junto com outro homem, que perdeu a perna na colisão. O motorista do carro não se feriu.

Figura 2. Texto: **Jovem é morto no Centro** – A Razão – 15 de agosto de 2011, Página 15.

Utilizar o termo “jovem”, no título de uma matéria - “*Jovem é morto no Centro*” - tem o propósito de evidenciar a idade da pessoa e a prematuridade da morte causada por um crime. O uso de “jovem” chama à intersubjetividade entre locutor e alocutário, que comungam da mesma ideia, de que jovens não deveriam ser mortos, pois têm uma vida inteira pela frente - o *eu* espera que o *tu* pense dessa forma, se antecipa e faz um pré-julgamento desse *tu* antes de redigir a matéria.

No primeiro parágrafo, o sujeito conta que “*Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)*”, e após isso, utiliza o adversativo “mas” para introduzir outra oração de sentido contrário à primeira. O “mas” é empregado para nos dizer que mesmo tendo sido atendido pelo SAMU, que tem a função de prestar o primeiro atendimento às vítimas de acidentes, crimes ou doenças pré-existentes, garantindo que elas tenham mais chances de viver, Ângelo Razzolini Biazzi não sobreviveu aos ferimentos. O “mas” também foi empregado no terceiro parágrafo, quando o sujeito conta que no momento da abordagem, os assaltantes teriam pedido o celular da vítima, “*mas acabaram não levando o aparelho*”, ou seja, o “mas” liga duas ideias que contrastam - “apesar disso, aquilo não aconteceu”.

A incerteza de quem enuncia está presente quando o mesmo diz que “*Ângelo foi ferido por volta das 6h30*”. Já que ele não tem certeza sobre a hora exata em que ocorreu o crime, o sujeito nos passa a inexatidão, tentando evitar se comprometer com a divulgação da hora errada dos fatos. A incerteza é dele, e mesmo nessa situação, ele nos confia a informação inexata. No quarto parágrafo, o uso do pronome demonstrativo “*deste*”, em “*as imagens gravadas a partir das 6h31 deste domingo*”, marca o sujeito que enuncia quando ele nos apresenta o tempo referencial, que nesse caso é o mesmo da enunciação, pois é o presente em que o sujeito está construindo a cena enunciativa, um domingo. Chegamos a essa conclusão levando em consideração que o fato em questão ocorreu na manhã daquele domingo e que a cena enunciativa foi veiculada na edição do dia subsequente ao fato, uma segunda-feira. Baseado nas rotinas produtivas de um jornal impresso e no dia do fato em questão, o texto só poderia ter sido escrito no domingo, por isso percebemos a presença do locutor através do “*deste*”, já que o pronome demonstrativo indica proximidade a quem fala, logo, o jornalista/sujeito/enunciador. Com isso, percebemos o presente referencial (que nos mostra a temporalidade do fato), coincidindo com o presente da enunciação, sempre o presente.

O locutor vale-se das impressões do Capitão Jair Francisco de Oliveira sobre as imagens das câmeras de segurança da Brigada Militar e as utiliza sob a forma de discursos direto e indireto, retirando-se do posto de fonte de informações. Quando um veículo passa suas informações a partir do que viu em imagens, ele próprio passa a ser uma fonte de informações, visto que ele tem acesso a fatos e provas que outras pessoas não têm. Por isso, a palavra do Capitão dando mais legitimidade às informações.

Três parágrafos dessa cena enunciativa são construídos através de discurso indireto do Delegado de Polícia André Diefenbach, nos quais ele narra como teria sido o depoimento da namorada de Biazzi, que estava junto no momento da agressão, bem como outros dados que fazem parte das investigações. Nesses três parágrafos, identificamos pelo menos três marcas do locutor que conta a história - ele utiliza verbos no futuro do pretérito, que tiram sua responsabilidade sobre o que está dizendo. Quando ele diz que “*a jovem não teria conseguido ver quem efetuou as facadas*”, “*Ângelo não teria reagido ao assalto*” e “*dois indivíduos identificados pela testemunha já têm passagem pela polícia e que fariam parte de um grupo*”, ele se exime da culpa, caso as informações não sejam verdadeiras. É uma alternativa bastante utilizada em textos jornalísticos, quando o jornalista busca não se comprometer com o que escreve.

Complementando o discurso indireto do Delegado de Polícia, o sujeito faz uso do aposto para qualificar a namorada da vítima e explicar o porquê de ela ter prestado depoimento “*...disse que a namorada do rapaz morto, testemunha do crime, prestou depoimento...*”. Outro caso de aposto, com o qual percebemos visivelmente a presença do locutor no discurso é em “*André Diefenbach disse que, segundo as informações que chegaram até ele, Ângelo não teria reagido ao assalto*”. A expressão entre vírgulas explica como o Delegado teria chegado à conclusão de que o rapaz não teria reagido ao assalto: por meio de informações que lhe foram repassadas. Nos dois trechos, o aposto se apresenta para explicar uma situação, sendo o mesmo dispensável para o entendimento por parte do alocutário, mas empregado como um recurso linguístico para clarificar os fatos expostos nas cenas enunciativas.



**DIÁRIO DE SANTA MARIA**  
Um jornal do Grupo RBS

SEGUNDA-FEIRA  
15/08/2011  
ANO 10 NÚMERO 2.851

R\$ 1,00  
www.diarosm.com.br

**MAIS** **POLÍCIA**

# Jovem morto a facadas em assalto no Calçadão

É o 5º latrocínio do ano. Desde 2004, não havia tantos roubos com morte

O Calçadão, que foi palco de uma pancadaria envolvendo jovens e adolescentes na última quarta-feira, tornou-se cenário de um assalto com morte no início da manhã de ontem. O universitário Ângelo Razzolini Biazzi, 23 anos, foi morto a facadas por assaltantes a poucos metros de casa em função de um boné, segundo informações da Brigada Militar. No dia anterior, o local onde o crime ocorreu recebeu dezenas de estudantes numa passeata que pedia paz no Calçadão. Biazzi é vítima do quinto latrocínio do ano – desde 2004, não ocorriam tantos roubos com morte em Santa Maria. Hoje, seus colegas da Unifra voltam ao Calçadão para protestar contra a violência. **Páginas 8 e 9**

**EM NOME DO FILHO**  
Ticiano traz dicas de especialista para pais de adolescentes brigões. **Página 10**

**VIVA A FADA**  
Alunos da Escola Medianeira lembraram de campanha em passeata sobre o trânsito. **Página 7**

**TELEVISÃO**  
Bibi vai casar com Douglas em *Insensato Coração*. A surpresa será na noite de núpcias. **Diário 2**

**CINEMA**  
O ator Caio Blat e a diretora Lúcia Murat estão entre os premiados em Gramado. **Diário 2**

**diariosm.com.br**

**NOVA SANTA MARTA**  
Adolescente de 14 anos leva quatro tiros **Página 9**

**REBELIÃO**  
Em Santiago, presos queimam celas e colchões **Página 9**

**SANTA MARIA**  
Assaltantes amarram casal e agridem idosa **Página 9**

**PROFESSOR PASQUALE**  
Vol. 2 - Acentuação  
Hoje nas bancas

Figura 3. Texto: **Jovem morto a facadas em assalto no Calçadão** – Diário de Santa Maria – 15 de agosto de 2011, Capa.

Na linha de apoio à manchete da Capa, o locutor diz que “É o 5º latrocínio do ano. Desde 2004, não havia tantos roubos com morte”, e com isso ele deixa clara a sua marca, utilizando o “tantos” para dizer que o número de latrocínios é muito grande, se comparado

aos outros anos, sendo o maior desde 2004. As estatísticas dizem isso de forma objetiva, já o sujeito emprega o “tanto”, com a intenção de exprimir quantidade, para intensificar o crime de latrocínio (roubo seguido de morte), causando mais impacto que apenas dados numéricos. Ele interpreta os dados e os oferece aos leitores, estabelecendo uma comunicação intersubjetiva.

No texto de apoio à manchete, o sujeito fala sobre o “*Calçadão, que foi palco de uma pancadaria envolvendo jovens e adolescentes na última quarta-feira*”, fazendo referência aos palcos, onde pessoas se apresentam para um público. Ele quis dizer que o Calçadão está se tornando um local para apresentações, nesse caso, apresentações indesejáveis, como brigas e crimes. A palavra palco é utilizada, pois o Calçadão é um local no qual transita um grande número de pessoas diariamente, logo, elas seriam o público das brigas e crimes que passaram a acontecer. O jornalista também nos conta que “...*desde 2004, não ocorriam tantos roubos com morte em Santa Maria*”, o locutor faz uso novamente do “tanto”, também evidenciando o alto número de latrocínios em Santa Maria. Ainda percebemos o sujeito da enunciação através do “seus” em “*Hoje, seus colegas da Unifra voltam ao Calçadão*”, sendo o termo definido com um elemento de coesão – anáfora -, referindo-se a Ângelo Razzolini Biazzi, a 5ª vítima de latrocínio em 2011, em Santa Maria, estratégia de quem redigiu o texto para não repetir o nome da vítima, dando mais fluidez a cena enunciativa. No mesmo texto, identificamos também o elemento dêitico “*Hoje*”, situando o alocutário sobre a temporalidade do discurso, sendo o presente da enunciação diferente do presente sobre o que está enunciando, nesse caso, uma manifestação em protesto ao crime, uma marca temporal interior ao discurso.

DIÁRIO DE SANTA MARIA  
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2011

[ 8 e 9 ]

POLÍCIA

Fiscalização  
na Praça  
Saturnino  
de Brito

Na noite de sexta-feira, policiais da Brigada Militar e fiscais de trânsito da prefeitura fizeram uma operação para tentar liberar o fluxo de veículos na esquina das ruas Doutor Bozano e Duque de Caxias (foto). Foram abordados veículos que passavam pelo local.

## VIOLÊNCIA Ladrões teriam tentado levar boné de estudante, que foi atingido com facadas

# Calçadão: roubo e morte

**Ángelo Razzolini Biazzi, 23 anos, foi a quinta vítima de latrocínio em Santa Maria desde o início do ano**

LÚCIO CHARÃO

Um crime que escancara a violência urbana voltou com força este ano em Santa Maria. Há seis anos, a cidade não tinha um número tão grande de latrocínios (roubo com morte). Pouco depois das 6h30min de ontem, o estudante de Design de Produto da Unifra Ángelo Razzolini Biazzi, 23 anos, foi assassinado no Calçadão Salvador Isaia. Biazzi ingressou uma triste estatística: ele foi a quinta vítima de latrocínio em Santa Maria em 2011 (veja ao lado). Biazzi foi morto com pelo menos duas facadas na região do tórax, na entrada da Galeria do Comércio, mesmo local onde residia em um prédio. Na noite da última quarta-feira, o mesmo Calçadão, tradicional ponto de encontro, foi palco de uma pancadaria: um grupo de jovens agrediu duas pessoas. Ainda no Calçadão, em setembro de 2009, um homem foi assassinado.

Conforme o relato do pai do jovem, o engenheiro eletricitista Bonifácio Biazzi, 57 anos, ele voltava da casa de um amigo após passar a noite assistindo filme. De acordo com a Brigada Militar (BM), o estudante estava com a namorada, Juliana Teixeira Ferreira, 22 anos. Uma câmera da BM registrou o acontecimento. As imagens mostram que, às 6h31min, o casal teria sido abordado por um bando. Em meio a uma suposta discussão, perto da Caixa Econômica Federal, dois dos bandidos teriam começado a empurrar Biazzi em direção à galeria. Neste momento, outro agressor teria se aproximado da vítima, que teria entregue o boné que usava. Na entrada da galeria, o universitário foi esfaqueado pelo menos duas vezes.

A ação durou menos de um minuto: às 6h32min, o trio se dispersou, após supostamente devolver o boné à vítima e fugir sem levar nada. Dois fugiram em direção à Praça Saldanha Maranhão. O terceiro, ao chegar no viaduto Evandro Behr, teria visto uma viatura da BM (chamada para outra ocorrência) e fugiu para a Rua Floriano Peixoto. Minutos depois, a ambulância do Samu chegou. O jovem morreu a caminho do hospital.

– Ele adorava desenhar. Era um ótimo filho – lamentou o pai.

Questionado sobre a violência no Calçadão, o comandante do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMon), tenente-coronel Wladimir Comassetto, argumenta: – A surpresa age em favor do criminoso, e não sabemos que arma ele tem. Toda reação é difícil porque ele (bandido) tem o domínio.

A Polícia Civil já tem suspeitos.

**Enterro** – Natural de Porto Alegre, o jovem morava há três anos em Santa Maria. O corpo foi liberado à tarde do Departamento Médico Legal (DML) e levado a Cachoeira do Sul (onde vive a família), onde será enterrado hoje. Biazzi tinha dois irmãos.

lucio.charao@seer.ufu.br

**13 de junho**

■ **Vítima** – Comerciante Luis Antônio Gracioli, 43 anos

■ **Local** – Avenida Marista 2, Vila Alto da Boa Vista

■ **Crime** – Gracioli levou ao menos quatro tiros (dois na cabeça, um nas costas e um no tórax), por volta das 19h, e morreu no Pronto-Atendimento (PA) do Patronato. Segundo a Brigada Militar, Gracioli estava em casa, no final da Avenida Marista 2, quando a energia elétrica da residência teria sido cortada. Ao sair para ver o que havia acontecido, avistou dois homens e teria começado a lutar com um deles, que estava armado. Gracioli era dono da Madeireira Tarumã, em frente a sua casa, da qual os criminosos levaram R\$ 2 mil

■ **Situação do caso** – O inquérito foi concluído em 27 de junho. Alessandro Fontoura da Fontoura, 24 anos, foi preso no dia 16 de junho (ele estava foragido desde 2 de junho), em Dom Pedro. Em depoimento, ele disse não estar em Santa Maria no dia do crime. Fontoura está no Presídio Regional de Santa Maria

**9 de julho**

■ **Vítima** – Rogério Almiron da Silva, 19 anos

■ **Local** – Rua Rio Pardo, no bairro Dom Antônio Reis

■ **Crime** – Silva foi morto com um tiro no peito após reagir a um assalto. O crime foi por volta das 20h40min. Conforme a polícia, Silva e um amigo saíram de um supermercado que fica perto do Trevo da Uglione, atravessaram a BR-158 e entraram na Rua

Final da noite a ser levado morreu às 4h das 23h de final do grupo Veônibus com Mendes, 65, casal a paradas, na Rua Rua Coronel Maria foram

### Mortes sem motivo

Para a socióloga e doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Rosimeri Aquino da Silva, o número de latrocínio em Santa Maria é um retrato da sociedade atual. Rosimeri, que ainda integra o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS, avalia que matar sem motivo aparente é, infelizmente, cada vez mais comum: – O que a gente percebe é que a violência contemporânea está espalhada, disseminada. Somado à drogadição, há o aspecto subjetivo que é o descaço com a vida. Tudo se torna descartável. Há uma banalização da violência de forma muito incorporada.

O delegado regional de Polícia Civil, Marcelo Arigony, concorda com a pesquisadora: – Cada roubo é um potencial latrocínio. O que a polícia reafirma sempre é que não se reaja. O agressor não tem nada a perder – explica.

Rosimeri ainda vai adiante e la-

### Um pedido por paz

Crianças e adolescentes do BOE (Batalhão de Operações Especiais) Mirim, em Santa Maria, e do Colégio Tiradentes fizeram uma passeata na manhã de sábado, no Calçadão, pedindo paz. Os manifestantes, coordenados pela Brigada Militar (BM), distribuíram 210 rosas – média do número de ocorrências registradas por mês na cidade relacionadas à violência – aos pais.

As 11h de hoje, saindo da Praça Saturnino de Brito, um grupo de cerca de 200 universitários irão se dirigir ao Calçadão com faixas, cartazes e apitos pedindo paz. Os integrantes do manifesto são amigos do estudante de Design de Produto da Unifra Ángelo Razzolini Biazzi, 23 anos, assassinado ontem, com pelo menos dois golpes de faca na região do tórax, na entrada da Galeria do Comércio.

– Ele era um cara muito alegre, feliz. Não causava problema para ninguém – lamenta o amigo Pablo Zambeli, 26 anos.

**GARANTA JÁ SUA SEGURANÇA**

Kit Caixa Eletrônica 7X R\$ 65,00

Pequenos comércios e residências

SECURITY SYSTEM

segurysystem.com.br - Fone (51) 3212.4444

**VÉSPERA**

No sábado, um dia antes do crime, Calçadão Salvador Isaia foi palco de caminhada pela não-violência

**REPER**

Ontem à tarde, a morte do universitário foi basta

**julianamatosrp** **QUE HORROR, JE**  
de Santa Maria | Pol  
clitcrbs.com.br/espe  
1 hour ago

**UFSM Facts** **UFSM**  
Precisamos de se  
#URGENTE. Muit  
2 hours ago

**Kauanagt** **Kaua**  
Onde vai para  
transformaram  
52 minutos ago

**matheusreis** **Ma**  
nota: pensar 2 ve  
3 hours ago

Figura 4. Texto: **Calçadão: roubo e morte** – Diário de Santa Maria – 15 de agosto de 2011, página 8.

Já na cartola da cena enunciativa (frase acima do título da matéria, com informações complementares a ela), “*Ladrões teriam tentado levar boné de estudante, que foi atingido com facadas*”, o locutor faz uso do verbo “ter” no futuro do pretérito, supondo o que teria acontecido e que teria culminado na morte de Ángelo Razzolini Biazzi. No título, uma frase de impacto “*Calçadão: roubo e morte*”. Ele simplesmente localiza onde aconteceu o fato sobre o qual irá nos contar e explica o que nele aconteceu

“roubo e morte”, buscando chamar a atenção do alocutário, de forma que esse se sinta instigado a se aventurar nas linhas do texto. O jornalista podia ter escolhido falar apenas sobre a realidade revelada a partir do crime de latrocínio, em que consiste, número de vítimas, mas não, preferiu dizer no primeiro parágrafo da cena enunciativa que “*Um crime que escancara a violência urbana voltou com força*”, como se os outros crimes não revelassem violência, só o latrocínio. Essa forma de noticiar o fato parece dizer que esse é o “crime mais importante”, no caso, o de mais gravidade. Ainda sobre o latrocínio, esse sujeito diz que “*Biazzzi engrossou uma triste estatística*”, sendo que ele usou o verbo “engrossar”, no sentido de tornar mais numerosos os crimes de latrocínio em Santa Maria, algo que ele poderia ter dito simplesmente com os verbos aumentar, adicionar ou somar, por exemplo. O verbo engrossar, assim como se “engrossa um molho”, parece dar “mais corpo” à frase – sinônimo de vultoso, evidenciando o aumento no número de crimes como o latrocínio. Outra marca pela qual identificamos claramente esse sujeito é a adjetivação de estatística como “triste”. Percebemos o sujeito que associa os números sobre latrocínio com a possível tristeza que o crime proporciona nas pessoas cujos familiares são vítimas, além de uma tristeza generalizada por ser um crime contra a vida por motivo fútil, o que pode revoltar também toda a sociedade. Mais uma vez, o locutor prevê o julgamento do leitor e o antecipa nas páginas do jornal, buscando cumplicidade entre ambos, encontrada nas percepções do crime em questão.

Também no primeiro parágrafo da cena enunciativa, o locutor diz que o número de latrocínios em Santa Maria nunca fora “*tão grande*”, ressaltando assim o número da ocorrência do crime na cidade, mobilizando o leitor de forma mais eficaz do que simplesmente apresentando estatísticas objetivas. O locutor não está apenas mostrando dados, está poupando o trabalho do alocutário, que não precisa interpretar os números, já que o próprio jornalista interpretou e os entregou aos leitores do jornal, sob sua ótica.

Em “*Na noite da última quarta-feira, o mesmo Calçadão, tradicional ponto de encontro, foi palco de uma pancadaria...*”, o locutor se manifesta associando o Calçadão a uma praça de guerra, um palco para apresentações de lutas. Ele fala em pancadaria de forma a depreciar o local e, para poder dizer isso, ele explica e contextualiza acrescentando que “*um grupo de jovens agrediu duas pessoas (na última quarta-feira)*” e “*Ainda no Calçadão, em setembro de 2009, um homem foi assassinado*”. Com esses complementos à frase, ele justifica o palco de pancadaria que o Calçadão teria se tornado.

Os discursos indireto e direto são estratégias utilizadas pelo locutor para contar a história, dando a ela credibilidade, pois ele utiliza discursos da namorada de Ângelo, que estava junto no momento da abordagem, bem como do pai do jovem e do Comandante do 1º Regimento de Polícia Montada, que fala exclusivamente sobre a violência do Calçadão. Isso corrobora o discurso do locutor no início do texto sobre o Calçadão ter se transformado numa praça de guerra, de modo que esse fique isento do que falou, já que está se baseando nas impressões e experiências de uma autoridade policial. Suas falas dão seguimento à história e mostram impressões próprias que o jornalista não deveria estar trazendo para os leitores num texto pretensamente objetivo, embora possamos ver claramente a tentativa de distanciamento desse mesmo jornalista ao colocar outras vozes no texto como ferramenta para, além de contar o fato, atrair leitores para ele. Outro recurso do qual o jornalista lança mão é a transcrição, conforme suas impressões, de imagens de câmeras de vigilância da Brigada Militar. Nessa narração dos fatos, ele emprega termos como “*teria*”, “*suposta*”, “*teriam*”, “*pelo menos*” e “*supostamente*”, o que nos diz que ele não tem certeza do que está vendo, ou se tem, não quer se comprometer publicando uma informação errada ou que não esteja de acordo com as investigações dos órgãos competentes. Dando suas impressões sobre as imagens das câmeras de vigilância, o locutor convida o alocutário a ver sem ver, a ver com seus olhos de locutor.

Para encerrar a cena enunciativa, em “*Enterro - Natural de Porto Alegre, o jovem morava há três anos em Santa Maria*”, mais uma vez temos a presença explícita do locutor no intertítulo da matéria, que tem a função de elemento dêitico, pois dá ao leitor a noção temporal e espacial, dizendo o local de nascimento da vítima, bem como o tempo que ele residia em Santa Maria, além de prestar informações sobre deslocamento do corpo e enterro. Esse locutor optou por essa estrutura para que esses dados acerca de Ângelo não ficassem esquecidos no meio do texto.

## 5. Juntando os fatos enunciativos

Nas cenas enunciativas do jornal AR, encontramos a presença do sujeito enunciador a partir de adjetivações, discursos direto e indireto, verbos modalizadores, além de elementos dêiticos, pronomes demonstrativos, entre outros artifícios, que claramente se prestam a encobrir a presença desse locutor. Quando utiliza um discurso, seja direto ou indireto, o mesmo expressa que aquela voz é de outro e não sua, ou seja,

marcando sua presença de forma efetiva no discurso que, segundo os preceitos da prática jornalística, deveria ser objetivo.

Esses traços subjetivos foram encontrados tanto no texto presente na editoria policial de AR, bem como na manchete de capa do periódico que chama para a leitura do corpo do jornal. Em AR, percebemos em torno de 18 ocorrências subjetivas nas duas cenas enunciativas selecionadas, sendo que não nos detemos no número de vezes em que elas se manifestaram, mas apenas no tipo de evidência encontrada em cada enunciado (por ocorrência, definimos o tipo de marca subjetiva: adjetivação, discursos, dêiticos, etc.).

No DSM, identificamos também como mais recorrentes as marcas subjetivas explicitadas pelos discursos (direto e indireto) e as adjetivações, principalmente com o intuito de esclarecer as figuras presentes na cena enunciativa, como a vítima e o bandido, por exemplo, e demonstrando, ainda, a gravidade do fato. Também percebemos elementos de comparação, anáforas e o uso de aposto. Outro recurso utilizado pelo DSM é o uso da terceira pessoa do singular para falar de si mesmo, com o qual o veículo também tenta estabelecer distância entre o fato e as impressões do jornalista. Analisando as cenas enunciativas do DSM, identificamos em torno de 24 ocorrências de marcação do sujeito, que, de acordo com os ensinamentos jornalísticos, não deveriam existir para que as cenas seguissem o caminho da credibilidade.

Na editoria policial, os discursos trazem outras vozes para auxiliar na compreensão e a adjetivação é muito presente, o que nos permite identificar a rotulação da figura da não pessoa, ou seja, daquele que se fala. Ainda, o emprego dos verbos modalizadores, que trazem a intenção do sujeito de não se comprometer, compõem os textos pretensamente objetivos, embora todas essas marcas do sujeito enunciador sejam, no texto jornalístico, recursos utilizados para não fazer um julgamento antecipado dos fatos, bem como para isentar o jornalista do que o mesmo escreve, visto que ele seria apenas um mediador entre os fatos e a sociedade.

## **6. Considerações finais**

Jornalistas utilizam a linguagem como instrumento de trabalho e lançam mão de artifícios que ela oferece para maquiagem a subjetividade que subjaz qualquer cena enunciativa. A linguagem não pode ser aliada de uma falsa objetividade ou de uma subjetividade velada, mas percebemos que as mais expressivas marcas subjetivas estão

justamente nas suas ferramentas utilizadas para tentar tornar o discurso objetivo. Talvez os exemplos mais expressivos sejam os discursos direto e indireto, que claramente demonstram não se tratar de ditos do sujeito, mas de outra pessoa, além de sinais gráficos, como as aspas, os parênteses, as vírgulas (no caso dos apostos, quando o sujeito acredita ser válido explicar algum aspecto importante do discurso, embora dispensável) ou os travessões, indicando a fala de outro.

Baseando-nos nas ocorrências subjetivas encontradas nas cenas enunciativas, poderíamos inferir que os textos do Diário de Santa Maria revelam maior índices de subjetividade do que os de A Razão, mas, acreditamos, que as análises feitas encaminham para o fato de que não há por que rotular qual é mais ou menos subjetivo, pois a língua toda está marcada pela presença do homem. Convém, ainda, ressaltar que não trabalhamos com o propósito de esgotar as passagens do sujeito nos discursos em questão, apenas demonstrar que elas existem e estão devidamente marcadas, mesmo quando não é essa sua intenção.

Embora sem marcas explícitas, artifícios que delimitamos nesse trabalho, o sujeito subjaz todo e qualquer discurso. Outro aspecto importante que nos impede de afirmar ser um ou outro veículo mais objetivo é que não há objetividade no jornalismo, conforme demonstramos através do estudo da linguagem utilizada nas cenas enunciativas e, ainda, porque o *corpus* selecionado é pouco expressivo para que tal afirmação possa ser feita. Para tanto, seria necessário um estudo mais aprofundado dos dois periódicos selecionados e que este fosse feito com base em todo seu conteúdo e não apenas um recorte, sob pena de criarmos um falso rótulo para os mesmos.

O que podemos concluir, então, baseado na Teoria da Enunciação de Benveniste, é que não há dúvidas de que, quando enuncia, o jornalista se coloca claramente na cena enunciativa e oferece suas impressões como verdadeiras. Por essa razão, não é adequado falar em falta de credibilidade jornalística diante do exposto, visto a impossibilidade de separação entre sujeito e língua. Logo, não se deve pregar, tampouco esperar uma cena enunciativa objetiva em sua essência, ou seja, sem marcas subjetivas, algo impossível, que Benveniste nos apresenta através de estudos sobre a linguagem, a matéria prima da comunicação.

## Referências bibliográficas

ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. Organização e edição: Cláudio Weber Abramo. Companhia das Letras, 1988.

AMARAL, L. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

BENVENISTE, É. Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946). In: BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. Da subjetividade na linguagem (1958). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação (1970). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **(org). Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MEDINA, C. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como elas são**. Nelson Traquina. Florianópolis: Insular, 2004.

\_\_\_\_\_. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.

Artigo recebido em: 19.12.2014

Artigo aprovado em: 09.06.2015



# Processamento de Linguagem Natural, Linguística de *Corpus* e Estudos Linguísticos: uma parceria bem-sucedida

## Natural Language Processing, *Corpus* Linguistics and Linguistics: a successful partnership

Maria José Bocorny Finatto\*  
Lucelene Lopes\*\*  
Alena Ciulla\*\*\*

---

**RESUMO:** Neste artigo, apresentamos um exemplo de pesquisa que integra Processamento de Linguagem Natural (PLN) e Estudos Linguísticos, demonstrando que essa é uma associação possível e benéfica. Utilizamos uma ferramenta para extração de informações relevantes e representação de conteúdo a partir de *corpora* em português, o ExATOlp. Nessa iniciativa, foi utilizado como *corpus* o texto em português do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, para a investigação dos principais termos relacionados a conceitos importantes contidos nessa obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processamento de Linguagem Natural. Linguística de *Corpus*. Estudos Linguísticos.

---

**ABSTRACT:** This article presents a research, in which is exemplified the integration between Natural Language Processing (NLP) and Linguistic Studies of the Text, with the aim of demonstrating that an association is possible and beneficial. A special tool, the ExATOlp, is used to extract relevant information and content representation from *corpora* in Portuguese. In that initiative it was used as a *corpus* the text in Portuguese of the *Course in General Linguistics*, in order to investigate the main terms related to important saussurean concepts in that book.

**KEYWORDS:** Natural Language Processing. *Corpus* Linguistics. Linguistics.

---

### 1. Introdução

Nosso objetivo, neste artigo, é demonstrar, mediante um exemplo pontual de pesquisa em andamento, que integrar o Processamento de Linguagem Natural (PLN) com os Estudos Linguísticos, via Linguística de *Corpus*, é um processo que pode ser muito proveitoso para todos os envolvidos, especialmente para os linguistas abertos ao contato com o novo. Entretanto, é preciso dizer que essa integração ou cooperação nem sempre tende a ser bem aceita, sendo recebida com restrições de ambas as partes. Afinal, trata-se de um diálogo entre cientistas da Computação e cientistas da Linguística ainda pouco disseminado no Brasil. Esses cientistas em contato representam, respectivamente, um diálogo entre as assim chamadas Ciências Exatas e as Humanidades.

---

\* Docente do PPG-Letras-UFRGS e pesquisadora CNPq.

\*\* Professora colaboradora da FACIN-PUCRS e pós-doutoranda DOCFIX-FAPERGS/CAPES.

\*\*\* Professora visitante do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária e do PPG-Letras-UFRGS e pós-doutoranda DOCFIX-FAPERGS/CAPES.

A distância de escopos, acompanhada da diferença de pontos específicos de estudo e de epistemologias, tende a tornar-se uma barreira para concretizar alguma reciprocidade, sobretudo em um cenário universitário como o do Brasil, no qual os estudos linguísticos parecem ter pouca visibilidade para a população em geral, incluindo professores do ensino médio e fundamental, para além do que seja identificado, pelo leigo, como "estudar Gramática". Além disso, a interdisciplinaridade Humanas/Exatas ainda parece um ideal, sem contar que determinados tipos de pesquisas, como as que associam as áreas de Ciências Exatas e Biomédicas, por exemplo, parecem receber mais fomento do que outras parcerias.

Alguns cientistas da Computação, conforme percebemos em nossas experiências de interação, tendem a considerar o diálogo com o linguista algo bastante penoso. Isso porque percebem que o foco de ação do linguista parece geralmente incidir sobre uma problematização, sendo pouco centrado em modos de solução. Alguns linguistas, por sua vez, quando cooperam com cientistas de PLN, tendem a apresentar críticas bastante intensas quanto a uma, assim dita, ingenuidade (linguística) embutida em uma série de produtos e de sistemas computacionais que lidam com a linguagem humana. Assim, conforme vemos, propicia-se a não integração.

Martins (2011), ao tratar dessa inter-relação de saberes, sendo linguista com formação em PLN, elenca uma série de dificuldades enfrentadas pela pesquisa em Linguística Computacional, também conhecida como PLN<sup>1</sup>. Entre essas dificuldades, afirma que os resultados dos aplicativos e ferramentas linguístico-computacionais "ainda que possam ser extremamente úteis, especialmente quando envolvidas habilidades linguísticas mecânicas e repetitivas, longe estão de poder ser considerados verdadeiramente adequados." Do mesmo modo, Dias-da-Silva (1998), sendo matemático e cientista da Computação, com formação posterior em Letras e Linguística, já relatava toda uma série de dificuldades que o pesquisador de PLN tenderia a enfrentar quando buscasse a cooperação por parte de um linguista.

Ao tentar advogar pela validade da conciliação, tomaremos como leitor deste artigo um linguista com formação restrita às Letras e à Linguística, não muito familiarizado com o PLN nem com metodologias estatísticas e computacionais para a descrição da linguagem. Assim, para começar, importa situar o escopo e as especificidades do PLN.

---

<sup>1</sup> Há uma diferença sutil entre PLN e Linguística Computacional, mas não é o caso de aprofundá-la aqui.

Em primeiro lugar, é importante salientar que o processamento automático de línguas naturais, também denominado *Processamento de Língua/Linguagem Natural* ou *Linguística Computacional* (nomes reunidos aqui sob a abreviatura PLN), denota especificamente o objeto da pesquisa de desenvolvimento de sistemas computacionais capazes de processar objetos de natureza linguística (DIAS-DA-SILVA, 1996). Em segundo lugar, julgamos necessário que o nosso leitor compreenda que Linguística de *Corpus* não é sinônimo de PLN, visto que é a referência mais próxima que tem o linguista para um trabalho extensivo e com apoio de aplicativos computacionais.

A Linguística de *Corpus* (LC) é uma Linguística, como qualquer outra, situada no âmbito que conhecemos como Linguística Aplicada. Seu diferencial é o estudo da língua em uso, verificado o uso sempre em grande escala, com apoio informatizado e tratamento estatístico. Como um tipo de Linguística, tem o objetivo de ajudar os linguistas a entender como funciona a língua. Seu principal objetivo é a descrição de usos. Um ponto muito importante a frisar é que os linguistas de *corpus* partem de uma concepção de língua, que é entendida como um sistema probabilístico de combinatórias (para mais detalhes ver BERBER SARDINHA, 2004). Além disso, a padronização e a colocabilidade em torno de uma dada palavra são elementos centrais para a sua descrição em meio ao sistema da língua.

Assim, as ferramentas e métodos computacionais da LC estão a serviço de descrever, em larga escala, os diferentes usos que perfazem a linguagem, revelando respostas, mas também colocando muitas novas perguntas (e problemas) para o investigador que se debruce sobre a investigação de algum fenômeno linguístico. Nesse sentido, a Linguística de *Corpus* situa-se no âmbito da Linguística Aplicada, podendo ser entendida tanto como uma abordagem, quanto como uma metodologia. Suas implicações teóricas e metateóricas são de longo alcance, conforme Rajogopalan (2007). Ao privilegiar a observação estatística em larga escala e a identificação de padrões de uso e de combinatórias entre palavras a partir de extensas coleções de amostras de usos de línguas, a LC lança mão dos *corpora* ou *corpus*. Objetos centrais, definidores dessa Linguística, esses são os grandes acervos de textos em formato digital reunidos criteriosamente para um dado fim de estudo, de modo que representem a língua em suas diferentes possibilidades de acontecimento.

Por outro lado, o PLN mostra-se como uma área de investigação em Ciências da Computação, situando-se como uma subárea da Inteligência Artificial. Conforme Rosa (2011), o PLN pode ser definido como a habilidade de um computador em processar a

mesma linguagem que os humanos usam no seu dia-a-dia. Embora também lide com *corpus*, seus interesses são essencialmente aplicados. Para o PLN, não é objetivo descrever e, sim, criar soluções para problemas bastante pontuais, relacionados com o reconhecimento e a reprodução da linguagem humana em alguma escala. As soluções do PLN são sempre pensadas em termos de menor custo e maior benefício. Além disso, soluções diferentes devem ser comparadas entre si, avaliadas em termos de precisão, abrangência e margens de erro embutidas. Tais margens de erro, próprias dos enfoques estatísticos e lógicos, são sempre esperadas, especialmente quando ferramentas computacionais simulam desempenhos humanos, tais como a tradução, a elaboração de resumos, a avaliação de erros, a simulação e o reconhecimento de fala.

Outro argumento importante em favor de estudos que associem PLN e Linguística fundamenta-se no fato de que, de acordo com Branco et al. (2012), a pluralidade da linguagem é um dos maiores patrimônios da humanidade, mas, diante do mundo globalizado, representa uma das maiores barreiras na comunicação, tanto no dia a dia, quanto na esfera dos negócios ou da política e, acrescentamos, da educação e da ciência. Pela necessidade de transpor essa dificuldade, relatam os autores, a União Européia gasta cerca de um bilhão de euros por ano em traduções e interpretações de textos e na mineração de dados. "A tecnologia da linguagem e a investigação sobre as línguas naturais podem dar um contributo decisivo para se ultrapassarem essas barreiras linguísticas" (BRANCO ET AL., 2012, p.1) dizem os autores, que enxergam exatamente nessa conjunção que vimos descrevendo, entre as ciências da Computação e a Linguística, o futuro e o potencial de derrubada desse bloqueio de acesso ao conhecimento.

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, analisar sistematicamente as particularidades linguísticas das diferentes línguas, para que as ferramentas computacionais de apoio - inclusive os tradutores automáticos, mas não apenas - possam ser desenvolvidas, especializadas e adaptadas. É com o intuito de fazer esse levantamento, no que diz respeito à língua portuguesa, que Branco et al. (2012) se dedicam nessa publicação. Ressaltamos, aqui, apenas algumas das informações no que diz respeito à importância da língua portuguesa no mundo: além de ser uma das 23 línguas oficiais da União Europeia, é uma língua falada por cerca de 220 milhões de pessoas, é língua administrativa e de trabalho de 27 organizações internacionais e é a quinta mais utilizada na internet. No entanto, o português ainda é um idioma em que se dispõe de pouco ferramental computacional especializado, o que faz com que a maioria dos sistemas

computacionais não tenha um desempenho tão bom para o português, o que reforça, também nesse ponto, o aspecto positivo da pesquisa nessa área.

## 2. PLN e Estudos Linguísticos: uma associação possível e útil

Como mencionamos na introdução deste artigo, não só é possível, como também pode ser muito útil alguma cooperação entre colegas linguistas e cientistas de PLN. É preciso, no entanto, ter em mente, de maneira clara, os objetivos, limitações e benefícios de cada um dos parceiros de integração.

Retomando a discussão de Martins (2011), que, a nosso ver, traz uma visão um tanto pessimista a esse respeito, entendemos que já temos mudanças no cenário. Não é nosso objetivo, aqui, traçar o estado da arte da Inteligência Artificial (IA), tampouco revisar exaustivamente as contribuições do PLN, mas mostrar o quanto é possível e adequado o diálogo.

Nos primórdios da IA, criou-se a expectativa de que fosse possível fazer do computador uma máquina que conseguisse raciocinar e tomar decisões, como numa metáfora do cérebro humano. Isso porque, alavancados em grande parte pelo sucesso da máquina de Turing, os estudiosos em IA mostraram que os computadores não eram objetos que realizavam apenas cálculos aritméticos, mas aparentemente podiam simular comportamentos humanos. Um dos conceitos mais recentemente desenvolvidos em IA e que apresentou bom desempenho é o de *conexionismo*, que apresenta um modelo matemático simplificado do que seria o cérebro humano, permitindo a realização de várias tarefas em conexão, simultaneamente.

No entanto, independentemente das questões filosóficas sobre a possibilidade de comparação entre homem e máquina, e ainda que tenhamos muitos avanços no que diz respeito à complexidade de realização de tarefas simultâneas e à rapidez dos programas de computador, o problema parece residir no fato de que a máquina funciona apenas para um estado de coisas predefinido. Tal problema se aplica também e de maneira crucial ao tratamento computacional da linguagem humana, quando, sabemos, essa é uma atividade que envolve mudanças, associações, improvisos e conceitos que são constantemente reformulados pela interação entre os falantes e que não podem ser estabelecidos *a priori*. Tal impasse, ao contrário de ser visto como uma anomalia, pode ser visto como um desafio. Além disso, esse é o ponto principal da contribuição da Linguística para o PLN,

qual seja, o de fornecer dados linguísticos que a máquina não é capaz de inferir, mas pode, em parte, processar, melhorando o seu desempenho.

E, justamente por ter se deparado com esse impasse, grande parte das vertentes da IA deixou de lado a tentativa de desenvolver máquinas "inteligentes", voltando-se mais para o desenvolvimento de ferramentas de auxílio ao ser humano em análises e tomada de decisões. Uma das áreas que mais tem se destacado nesse sentido é o PLN, com aplicativos que, conforme Branco et al. (2012), "vieram ajudar ainda mais a automatizar e a facilitar o processamento da linguagem e comunicação", entre os quais destacamos os editores de texto e seus diversos recursos e aplicações, que vão desde o uso pessoal até o uso em larga escala pelas editoras, gráficas e escritórios de tradução, as mensagens eletrônicas em *e-mails*, *chats* e redes sociais, as ferramentas de busca por palavras-chave, o *data mining* (mineração de dados) e as ferramentas de tradução automática.

Ou seja, se de um lado houve, um dia, a expectativa de que a máquina reproduzisse o comportamento humano ao pensar, tomar decisões e se comunicar por meio da linguagem, essa não é a tarefa a que se propõe o PLN e muito menos a Linguística. Assim, ilustrando a caracterização do que se propõe ou não a ser uma ferramenta de PLN, vale dizer que o *Google Translator*, por exemplo, não foi criado para traduzir poemas, mas, sim, para ajudar uma pessoa a entender um texto de jornal em uma língua sobre a qual esse falante tem pouco ou nenhum conhecimento. Parece-nos, então, que os colegas mais pessimistas ou reticentes em relação à integração entre essas ciências estabelecem uma expectativa dentro de uma versão forte da IA, enquanto nós tendemos a perceber e a interagir com pesquisadores de PLN que têm consciência das limitações da máquina e das diferentes tarefas e contribuições que a Computação e a Linguística têm ao tratar a linguagem.

Martins (2011) indica que PLN e Linguística devem ser vistos como disciplinas autônomas, com métodos e objetivos próprios, com o que também estamos de acordo. Discordamos, porém, quando o autor diz que, sob a ótica do PLN, deveria ser investigada a possibilidade de replicar o dinamismo e a instabilidade próprios da linguagem. Nota-se aí um retorno à visão forte de IA, que alimentava a ideia de replicação de um cérebro humano, que é o único "aparelho", que se conhece até hoje, capaz de produzir e interpretar o dinamismo e a instabilidade próprios da linguagem. Ao que nos parece, o autor não fornece informações que indiquem como se poderia chegar a esse modelo ideal. Em nossa opinião, em prol de um diálogo que é cada vez mais demandado, é interessante que nos concentremos no que pode ser feito e traz resultados práticos - mesmo que não perfeitos.

Martins (2011), assim como vários outros estudiosos, duvida, então, "de um diálogo profícuo e interdisciplinar entre Linguística e Inteligência Artificial". Em nosso trabalho, pensamos o oposto. Partimos do princípio de que a tecnologia da linguagem, de acordo com Branco et al. (2012), é uma tecnologia facilitadora. O objetivo do estudioso em PLN é o de criar ferramentas robustas que deem conta de uma série de tarefas que envolvem processamento de linguagem natural, especialmente as multilíngues e/ou as que implicam grandes volumes de texto e informação. Enquanto linguistas, nesse trabalho associado ao PLN, valemo-nos de informações recuperadas pelos sistemas automáticos para nossas análises e descrições da língua, especialmente em se tratando de um grande volume de dados, e contribuímos para a melhoria desses sistemas, com a consideração de regras linguísticas que possam ser a eles integradas. Essas informações, por serem geradas automaticamente, com base em formalizações diferentes, estão longe de espelhar um conjunto perfeito de dados para o linguista. Por outro lado, por melhor que seja a compreensão de um fenômeno linguístico, raramente ele poderá ser formalizado em toda a sua complexidade em linguagem de máquina, ou linguagem de programação. Por isso, os parâmetros que usamos para julgar o desempenho de um tradutor automático, por exemplo, não são os mesmos de que nos valem ao avaliar o desempenho de um tradutor humano. Contudo, não há como negar a importância desse tipo de recurso no âmbito do que ele se propõe, que é auxiliar o ser humano em tarefas que envolvam a linguagem natural, especialmente no que diz respeito ao tempo de processamento.

Feita essa contextualização, passamos agora à apresentação de um projeto de pesquisa por nós desenvolvido.

### **3. PLN e Linguística: um exemplo de integração**

#### **3.1 Contextualização do projeto de pesquisa**

Embora ainda em curso e iniciado há pouco, nosso trabalho que associa PLN, Linguística de *Corpus* (LC) e Estudos Linguísticos pode servir aqui como exemplo, pois teve seu mérito reconhecido, como ideia, em um edital de fomento a pesquisas que envolvessem interdisciplinaridade Humanas/Exatas e alguma inovação tecnológica. Foi o único contemplado na área de Letras/Linguística na UFRGS no ano de 2012.

O projeto intitulado *Recuperação da informação em representação do conhecimento em bases de textos científicos de Linguística e de Medicina* iniciou em novembro de 2012 e foi contemplado por uma bolsa para pós-doutorado DOCFIX,

subsidiada pela CAPES e pela FAPERGS. Nessa investigação interdisciplinar, associam-se Letras/Linguística e Ciência da Computação/Processamento da Linguagem Natural. São explorados dois *corpora* de textos científicos em português: um de Medicina, na subárea das Pneumopatias Ocupacionais, e outro de Linguística, que é o texto em português do *Curso de Linguística Geral (CLG)* de F. de Saussure, organizado por C. Bally e A. Sechehaye. Ambos os *corpora* estão sendo tratados linguisticamente e computacionalmente com vistas à representação automática do seu conteúdo e à sistematização de sua informação terminológica e textual.

A escolha desses dois *corpora* em especial - um de Medicina, outro de Linguística - foi guiada pela hipótese principal de que há diferenças entre o tratamento de textos científicos de áreas médicas e de ciências humanas, como a Linguística, de modo que se pretende detectar diferenças, formalizá-las e colocá-las em um sistema automático para a representação de conteúdo sob a forma de ontologias. As diferenças a formalizar alcançam as características dos diferentes gêneros discursivos envolvidos no estudo, considerando que o material de Medicina inclui artigos, teses, dissertações, textos de popularização para leigos e legislação relacionados a Pneumopatias Ocupacionais.

Com esse estudo, buscamos estabelecer parâmetros para subsidiar programas computacionais, tendo em vista um melhor desempenho em diferentes frentes de investigação que lidam com a linguagem científica escrita (ensino, descrição linguística, representação do conhecimento). Além da comparação entre os *corpora* de Medicina e de Linguística, pretendemos estudar cada *corpus* em separado, com diferentes objetivos. No que diz respeito ao material de Pneumopatias Ocupacionais, por ser ele composto de uma miscelânea de gêneros discursivos, investigaremos mais a fundo a questão da tipificação por gêneros discursivos. Acreditamos que os parâmetros que encontrarmos para a classificação de gêneros podem também auxiliar na automatização da extração e organização de informações dos textos - especialmente nesse caso, que se trata de Saúde Pública e as informações precisam ser divulgadas da maneira mais ampla, rápida e eficiente possível.

Neste trabalho, limitamo-nos ao trabalho com o *corpus* do CLG. Afora se tratar de obra fundadora da Linguística Moderna e um texto de complexidade e profundidade singulares, também particular é a concepção deste livro, pois que foi escrito com base em notas de alunos e por autores que não o próprio Saussure. E, somando-se a essa múltipla interpretação de que foi resultado o CLG, trabalhamos com uma tradução de tal texto, de que, é sabido, decorrem novas interpretações e releituras. Muitos dos conceitos tratados



no CLG foram, ainda, motivo de controvérsia e discussão, como em Culler (1979), Bouquet (1997), Normand (2000), Jäger (2003) e Trabant (2005), entre outros, especialmente a partir da descoberta dos manuscritos de Saussure. A tradução do CLG para o português brasileiro foi feita no final da década de 60 e não foi feita uma revisão sistemática dessa tradução desde então.

Muitos assuntos podem, então, ser objeto de pesquisa, em se tratando do CLG. De nossa parte, iniciamos pela investigação desse *corpus*, que é o enfoque deste artigo, para um reconhecimento inicial da obra como um todo. Prosseguimos com o estudo sobre a referência aos principais conceitos-chave em Saussure, considerando um trabalho de cotejo entre a tradução brasileira que conforma o *corpus* e o seu original em francês. Observamos, no entanto, que não é nossa intenção propor uma nova tradução, mas apenas apontar alguns aspectos de tradução que possam ter influenciado a recepção da leitura tradutória no que diz respeito às ideias de Saussure no Brasil. Alguns desses problemas já foram por nós apontados em Ciulla; Finatto (2013) e fazem parte de uma das frentes de pesquisa dentro do projeto.

### 3.2 O trabalho com o CLG: aproximação da obra como *corpus* de estudo

A pesquisa apresentada neste artigo integra mais proveitosamente os recursos do PLN com os estudos linguísticos: trata-se da investigação dos principais termos relacionados a conceitos importantes no CLG. Partimos do pressuposto de que um panorama em larga escala, como o que as ferramentas automáticas permitem, pode proporcionar uma outra visão do CLG, que, até hoje, vem sendo analisado em detalhes e em partes segmentadas. Por isso, quanto à metodologia, lançamos mão, de um lado, do ferramental e do tratamento automático da LC, que já são excelentes para o grande volume de dados com que contamos. No entanto, eles não são sofisticados o suficiente para um tratamento refinado dos *corpora* do ponto de vista estatístico, conforme já mencionado. Tampouco podemos produzir, com ferramentas como geradores de contextos ou listadores de palavras e de *chunks*<sup>2</sup>, algum recurso que permita uma visualização mais abrangente do conteúdo desses *corpora*. Assim, nos valemos da LC para os parâmetros de frequência e combinatória, por exemplo, mas avançamos rumo ao PLN, elegendo uma ferramenta em especial: o ExATOlp - *Extrator Automático de*

---

<sup>2</sup> Chunks, em PLN, são sequências de duas ou mais palavras que operam como uma unidade. Essas unidades não são processadas palavra por palavra, mas são armazenadas e puxadas da memória como um conjunto.

*Termos para Ontologias em Língua Portuguesa*. Trata-se de uma ferramenta computacional que é ao mesmo tempo aplicável a qualquer domínio, dirigido a textos escritos em português e implementa diversas técnicas avançadas de PLN que foram propostas no contexto da tese de doutorado de Lopes (2012), desenvolvida no grupo de PLN da PUCRS, liderado pelas professoras e pesquisadoras Renata Vieira e Vera Strube de Lima. Informações sobre o grupo podem ser encontradas em <http://www.inf.pucrs.br/~linatural/index.html>.

Partindo de um processo com base linguística e estatística, a principal vantagem dessa ferramenta é que ela fornece, dentre diversas funcionalidades, uma lista dos sintagmas nominais (SNs) que são os mais relevantes de um *corpus* em língua portuguesa, considerando outros *corpora* como elementos de contraste ao *corpus* estudado. Esse processo auxilia a identificação de temas e termos recorrentes e de maior especificidade para o *corpus* em questão. No caso do CLG, especialmente pelos problemas de interpretação relacionados a essa obra, esse trabalho é de grande interesse, no sentido de identificar uma *terminologia saussureana*.

Do ponto de vista prático, para iniciar qualquer trabalho de processamento automático de texto, é preciso preparar os *corpora*. Em primeiro lugar, de modo geral, é preciso obter o texto em formato .pdf, para então converter o arquivo no formato .txt. Após a correção dos erros de grafia que são gerados nessa conversão e da supressão, tanto dos caracteres não processáveis pela máquina, como travessões, quanto das partes irrelevantes para a pesquisa, como a numeração das páginas, pode-se, então, submeter o texto para o processamento automático. Essas decisões já devem ser feitas em conjunto pelo especialista em Computação e em Linguística, sob pena de o recorte não apresentar dados adequados após o processamento.

Para o processamento no ExATOlp, em especial, além da preparação do *corpus* em .txt, é preciso também proceder ao *parsing* do texto, isto é, identificar cada uma das partes do discurso, etiquetando-as, para que o ExATOlp possa reconhecer os SNs e processá-los de modo a apresentar os principais candidatos a SNs relacionados a conceitos importantes no *corpus* a ser analisado. Conforme já salientamos, lidamos com um texto em português que é fruto de tradução do francês, e essa condição tende a repercutir sobre seu tratamento como *corpus* em português.

O *parser* eleito para a etiquetagem prévia de nosso *corpus* em português foi o PALAVRAS, ferramenta desenvolvida por Eckhard Bick, desde 2000, na Universidade de Arhus, Dinamarca. Essa escolha foi guiada pelo fato de que esse é o *parser* atualmente

compatível com o ExATOlp. Dito de modo simples, para que o ExATOlp reconheça os sintagmas mais relevantes no texto com que trabalha, é preciso que a classe e a função de cada uma das palavras que o compõe estejam previamente marcadas no *corpus*.

O processo de anotação linguística do PALAVRAS é aplicado individualmente a cada frase do documento a ele submetido. Cada frase reconhecida é armazenada como uma estrutura em árvore composta por nós terminais, representados graficamente pelas folhas da árvore, onde aparecem as palavras; e por nós não-terminais, onde aparecem as categorias gramaticais. Um exemplo do que faz automaticamente o PALAVRAS, numa versão de uso livre, pode ser visto na Figura 1.

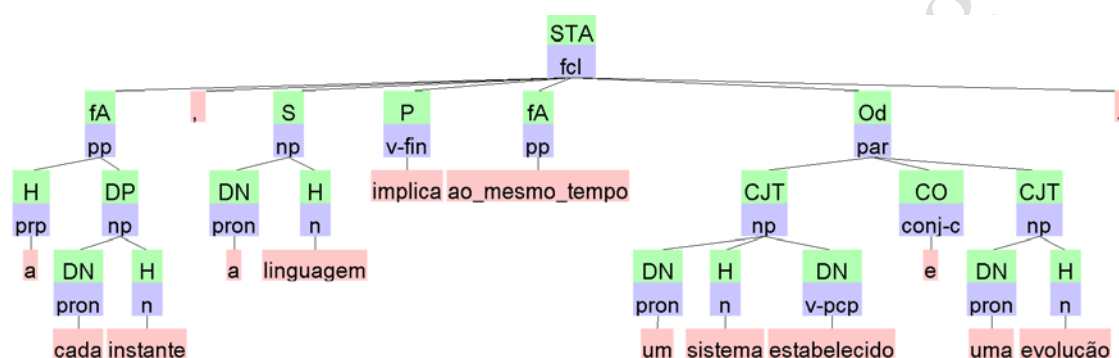


Figura 1. Anotação sintática gerada pelo PALAVRAS para a frase do CLG: A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução.

Feita a etiquetagem do *corpus* do CLG e do *corpus* de Pneumopatias Ocupacionais pelo PALAVRAS, obtemos arquivos prontos para serem processados pelo ExATOlp. No Diagrama 1 a seguir, em detalhes de cada etapa, o processamento do ExATOlp pode ser mais bem compreendido:

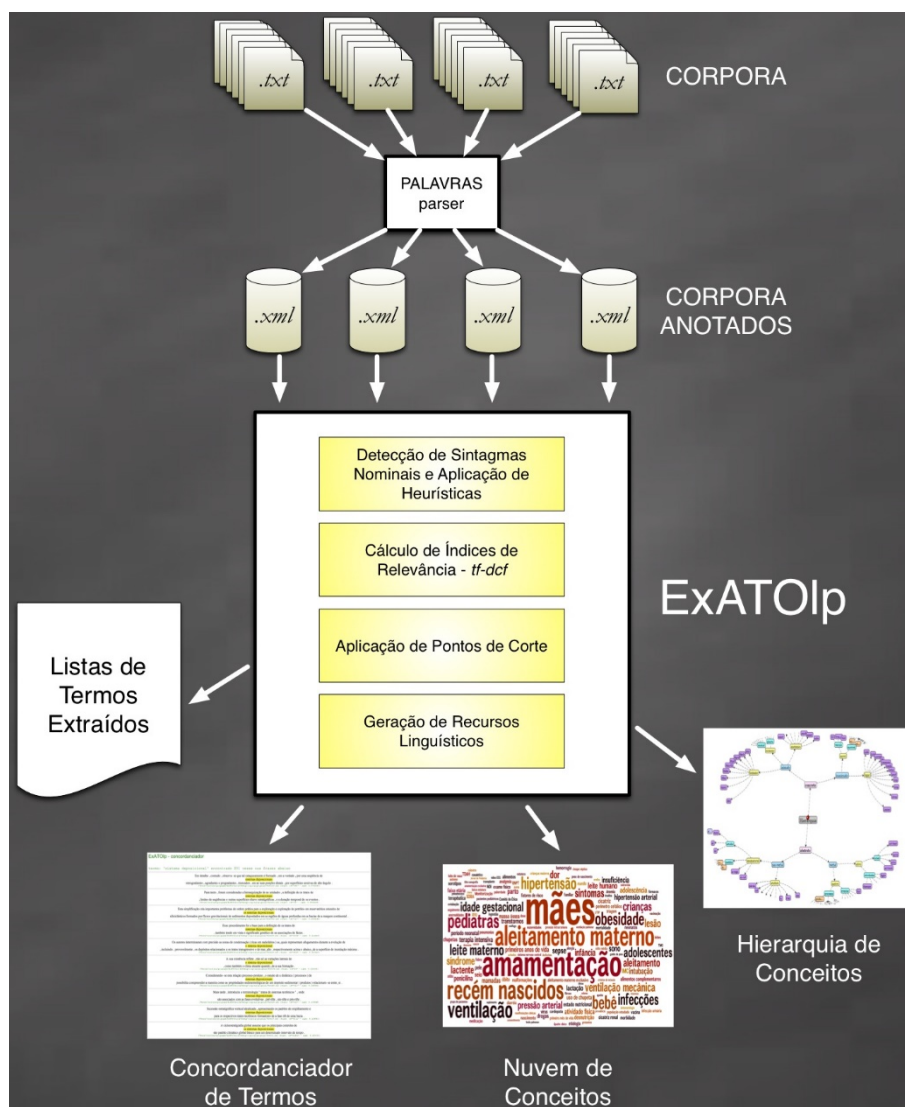


Diagrama 1 - Processamento do ExATOlp.

Cabe salientar que a identificação dos sintagmas nominais mais relevantes feita pelo ExATOlp é um processo com base linguística e estatística. A base linguística manifesta-se por meio de heurísticas que permitem identificar com maior qualidade os SNs do *corpus*, enquanto a base estatística se manifesta por meio do cálculo de um índice de relevância que leva em conta a frequência e especificidade de cada SN extraído, sempre em relação aos *corpora* ou ao *corpus* de contraste. O contraste é feito, comparando-se os índices de frequência dos SN do *corpus* de estudo com os que são encontrados em outros *corpora*, entendido, aqui, que todos os SN, tanto do *corpus* de estudo como os dos *corpora* de contraste, foram previamente selecionados pelo sistema do ExATOlp entre os que têm maior chance de desempenhar um papel de termo, pela sua posição sintática (de sujeito ou objeto). Assim, *grosso modo*, após essa seleção, se um desses SN é bastante frequente no *corpus* de estudo, mas também nos *corpora* de contraste, isso significa que

não é um bom candidato a termo, pois não é específico da área de domínio do *corpus* em estudo. Por outro lado, se ele aparece pouco ou nem aparece nos *corpora* de contraste, mas aparece no *corpus* de estudo, é um candidato a termo. Informações mais detalhadas do processo com base linguística pode ser encontrado no trabalho de Lopes (2012), e do processo com base estatística, no trabalho de Lopes; Fernandes; Vieira (2012).

A seguir, nas Figuras 2 e 3, o resultado do processamento do CLG, a partir do contraste com *corpora* das áreas de Pediatria, Computação e Geologia, é representado graficamente através de uma das possibilidades que o ExATOl<sub>p</sub> oferece para os resultados. Trata-se de uma árvore hiperbólica, trazendo a partir do centro os termos mais relevantes do *corpus* a ele submetido. As árvores hiperbólicas podem ser movimentadas e aumentadas, o que facilita a visualização dos SNs e de suas relações com outros SNs. Porém, aqui nas figuras é apenas uma ilustração.

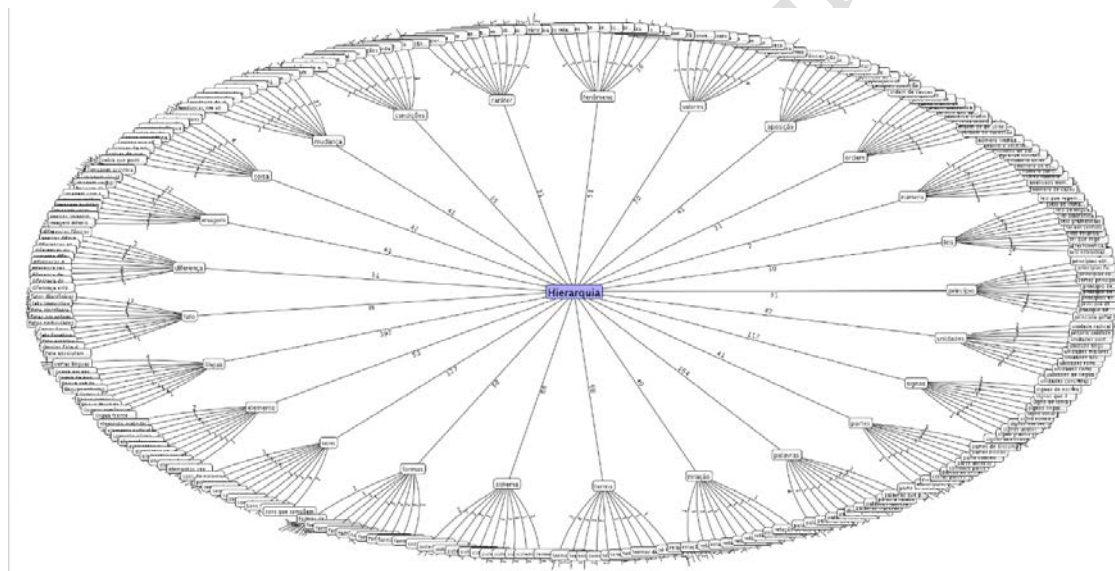


Figura 2. Visualização da hierarquia de conceitos do CLG extraída pelo ExATOl<sub>p</sub>.

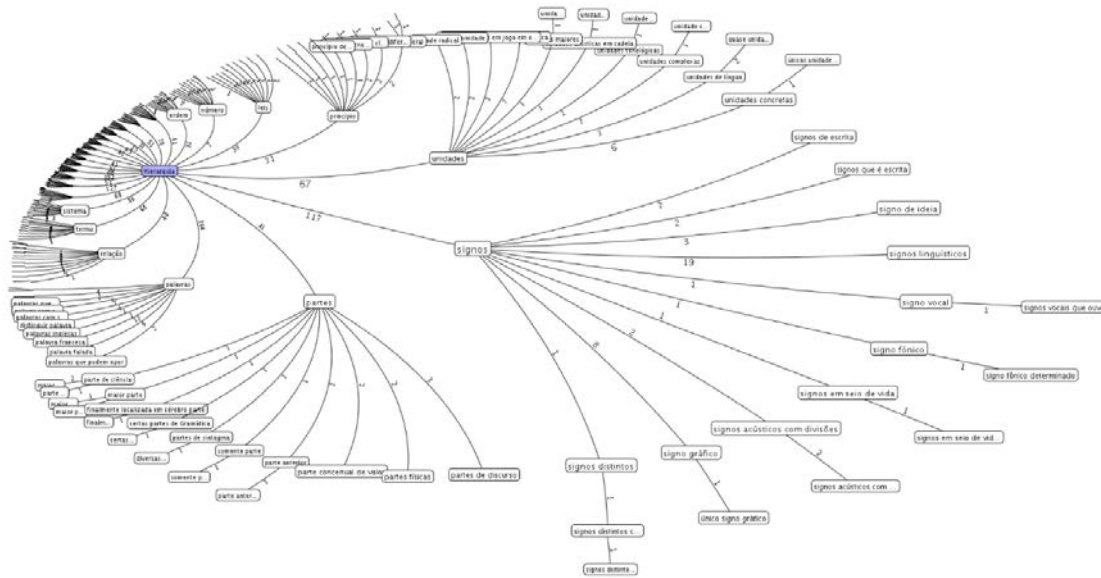


Figura 3. Visualização da hierarquia de conceitos do CLG extraída pelo ExATOlp, com ênfase nas relações de um dos termos (o termo “signos”).

Nas árvores hiperbólicas, os termos aparecem em etiquetas, ligados aos outros termos aos quais se relacionam semanticamente, o que a autora chama de *hierarquia de conceitos*. A árvore hiperbólica gerada pelo ExATOlp permite uma visualização interativa, ou seja, é possível clicar nas etiquetas, modificando o formato do gráfico, para visualizar em detalhe as relações entre cada um dos termos, conforme demonstramos na Figura 3. Além disso as arestas que conectam um termo do nível mais alto da hierarquia com seu sucessor imediato indicam o número de ocorrências desse termo sucessor no *corpus*. Por exemplo, o termo “signos” está ligado ao termo “signos linguísticos” por uma aresta que indica 19 ocorrências do termo “signos linguísticos”. Igualmente a aresta que liga o centro da árvore (etiqueta “Hierarquia”) ao termo “signos” indica que esse termo ocorreu 117 vezes no *corpus*. Cabe salientar que o número de ocorrências expresso na árvore hiperbólica serve como indicativo da importância de cada termo para o domínio.

Outra possibilidade de visualização das informações extraídas pelo ExATOlp é a *nuvem de conceitos*, como mostramos na Figura 4, que indica os termos mais relevantes do *corpus* CLG. Nesse tipo de representação, o tamanho da letra com que os SNs são escritos varia de acordo com sua relevância no *corpus*, da letra maior, para o mais relevante, à menor, para o menos relevante. Conforme citado anteriormente, a relevância leva em consideração a frequência e especificidade de cada termo em comparação com os *corpora* de contraste. Dessa forma, a Figura 4 indica que os termos “Linguística” e “signos” são claramente mais relevantes que todos os demais.





Figura 7. Visualização da nuvem de trigramas mais relevantes do CLG extraída pelo ExATOlp.

Observamos também que, na listagem de bigramas, aparecem mais termos que podem ser reconhecidos como específicos da Linguística Saussureana, como "imagem acústica", "signos linguísticos", "Linguística diacrônica" e "relação sintagmática". E, com raras exceções, como "igual modo", todos os bigramas mais frequentes são termos específicos do domínio da Linguística. Nos trigramas, são colocados em relevo outros tantos termos importantes e específicos da teoria de Saussure, como "estado de língua", "arbitrariiedade do signo" e "sistemas de valores". Aparentemente, bi e trigramas são menos propensos à ambiguidade do que unigramas. A combinação de termos simples em compostos concede especificidade ao conceito, caracterizando o SN como termo. Além disso, há uma tendência, e essa é uma hipótese a ser testada em trabalhos futuros, de que termos compostos sejam mais frequentes em textos especializados.

Apesar de ainda inicial, esse estudo revela que a aplicação de métodos automáticos para a extração de informação pode ser muito útil para o trabalho do terminólogo, identificando de maneira rápida itens lexicais que podem ser considerados efetivamente como termos. Essa mesma tarefa, considerando-se o trabalho humano, demandaria muito mais tempo, especialmente numa obra complexa como o CLG.

Uma outra observação importante é a de que a maior parte dos termos considerados como relevantes pelo ExATOlp dizem respeito à Fonologia. Esse resultado, que aponta para uma saliência dos estudos em Fonologia a partir de Saussure, não traz exatamente uma novidade, mas pode ser considerado surpreendente, já que outros assuntos, como a arbitrariiedade do signo e as dicotomias (entre língua e fala, associações sintagmáticas e paradigmáticas, sincronia e diacronia, por exemplo) ocupam, em geral, a posição dos "assuntos saussureanos por excelência". A relevância da contribuição de Saussure, no CLG, para a Fonologia fica, então, como sugestão para pesquisas futuras. Tal observação confirma, em parte, a hipótese inicial de nosso trabalho, de que uma visão



panorâmica da obra, via ExATOl<sub>p</sub>, poderia proporcionar uma visão diferenciada da obra, que normalmente é estudada por partes, de modo fragmentado.

Além da análise dos resultados obtidos a partir dessas duas diferentes metodologias, para um trabalho futuro, será elaborada a lista de referência dos principais termos relacionados a conceitos importantes em Saussure, a partir da opinião de especialistas, o que é interessante do ponto de vista do aprofundamento da reflexão teórica e é necessário para o teste de precisão de ferramentas, em especial o ExATOl<sub>p</sub> e diferentes metodologias.

Outra pesquisa que se apresenta como sugestão, a partir dos resultados da extração automática de termos, é sobre as recategorizações, ou seja, com que termos e tipos de construções os conteúdos foram referidos e retomados e quais as consequências dessas escolhas. Ainda que se trate de um trabalho com resultados mais voltados para os estudos linguísticos do texto, ele pode ser útil no sentido de aperfeiçoar sistemas de extração automática e a análise de seus resultados.

#### **4. Considerações finais**

Neste artigo, mostramos que, se de um lado, a Computação e o PLN trabalham com sistemas de organização da informação e dados estatísticos, visando criar ferramentas computacionais com melhor desempenho no tratamento da linguagem, a Linguística, por outro lado, pode fornecer a descrição de regras ou de alguns padrões para que se possa lidar com dados linguísticos dentro de um *corpus* previamente selecionado e preparado. Note-se que a própria seleção e preparação eficiente desse material, assim como todo o processo de tratamento automático de fenômenos linguísticos, depende do conhecimento de ambas as partes.

Apresentamos também um exemplo prático e bem-sucedido de cooperação entre pesquisas de PLN e Estudos Linguísticos. Essa é uma frente de investimentos promissora, que tende a evidenciar e a divulgar o que faz um linguista e que importância tem o seu trabalho em diferentes contextos de aplicação, especialmente no que diz respeito ao tratamento da língua portuguesa em ambientes digitais.

Cabe salientar que a geração de todos os resultados apresentados nas figuras desse artigo foram gerados de maneira completamente automática pelo ExATOl<sub>p</sub> sem necessidade de intervenção humana. No entanto, esses resultados automáticos carecem de uma profunda análise humana que só linguistas estão capacitados a executar. Esse exemplo ilustra, portanto, o potencial colaborativo do PLN e Estudos Linguísticos.

Por fim, consideramos importante divulgar uma pesquisa como a nossa, que toma o CLG como *corpus*. O relato visa incentivar outros colegas linguistas, especialmente os que já tenham tido contato com algum produto Linguística de *Corpus*, a avançar na direção do diálogo com os colegas do PLN, especialmente no Brasil, onde nos deparamos com uma carência de estudos que associam linguagem e tecnologia. Hoje, não se trata mais de uma opção, mas sim, de uma necessidade.

### Referências bibliográficas

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BRANCO, A.; MENDES, A.; PEREIRA, S.; HENRIQUES, P.; PELLEGRINI, T.; MEINEDO, H.; TRANCOSO, I.; QUARESMA, P.; STRUBE DE LIMA, V. L.; BACELAR, F. **The Portuguese Language in the Digital Age / A Língua Portuguesa na Era Digital**. 1. ed. Berlin: Springer, 2012. v. 1.

BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000.

CIULLA, A. ; FINATTO, M. J. B. O signo linguístico em Saussure: algumas questões sobre a tradução para o português brasileiro. **Traduzires**, v. 2, p. 55-64, 2013.

CULLER, J. **As idéias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

DIAS-DA-SILVA, B. C. **A fase tecnológica dos estudos da linguagem: o processamento automático das línguas naturais**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araquara, 1996.

\_\_\_\_\_. Concepções e finalidades da análise gramatical e o processamento automático das línguas naturais. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL), 1998, São José do Rio Preto. **Programação e Resumos...** São José do Rio Preto: Setor de Publicações/IBILCE-UNESP, 1998, v. XLV, p.185-185.

\_\_\_\_\_. A construção da base da Wordnet.Br: conquistas e desafios. In: III WORKSHOP DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA LINGUAGEM HUMANA (UNISINOS), 2005, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2005, p.2238-2247.

JÄGUER, L. La pensée épistémologique de F. de Saussure. In: BOUQUET, S. (Ed.). **L'Herne: Saussure**. Paris: L'Herne, 2003.

LOPES, L. **Extração automática de conceitos a partir de textos em língua portuguesa**. 2012. 113f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Faculdade de Informática, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2012.

LOPES, L., FERNANDES, P., VIEIRA, R. Domain term relevance through tf-dcf. In: ICAI - International Conference in Artificial Intelligence, 2012, Las Vegas, EUA. **Proceedings of ICAI'12**. Las Vegas, EUA: Worldcomp, 2012. p. 1-7.

MARTINS, R. O pecado original da linguística computacional. **Revista Alfa**, São Paulo, v.55, n.1. 2011.

NORMAND, C. **Saussure**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

RAJOGOPALAN, K. A linguística de *corpus* no tempo e no espaço: visão reflexiva. In: GERBER, R.M.; VASILÉVSKI, V. (Orgs.). **Um percurso para pesquisas com base em corpus**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2007, p.23-44.

ROSA, J.L.G. **Fundamentos da Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

TRABANT, J. Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes item sur l'étymologie saussurienne. In: CHISS, Jean-Louis; DESSONS, Gérard. **Langages**. Paris: Larousse, n.159, septembre, 2005.

Artigo recebido em: 09.01.2015

Artigo aprovado em: 05.06.2015

# A voz da desigualdade e da miséria: reflexos discursivos no léxico da canção *O meu guri*

The voice of inequality and poverty: discursive reflections on the lexicon of song *O meu guri*

Micheline Mattedi Tomazi\*

Raquelli Natale\*\*

Lucia Helena Peyroton da Rocha\*\*\*

---

**RESUMO:** O objetivo principal deste estudo é analisar as ideologias e as representações mentais que se materializam na prática discursiva social da canção *O meu guri*, de Chico Buarque, com base na proposta teórica sociocognitiva de van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012). Para tanto, elegemos o léxico como categoria principal de análise. Os resultados iniciais indicam que as escolhas lexicais utilizadas para compor a canção desvelam uma vida de miséria e desigualdade social vivida por uma mãe e um adolescente em conflito com a lei. Este estudo espera contribuir com uma proposta de leitura crítica que problematize questões significativas para a sociedade que, são materializadas na linguagem pelo discurso como prática social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria Sociocognitiva. Desigualdade social. Léxico. Leitura crítica.

**ABSTRACT:** The aim of this study is to analyze the ideologies and mental representations that are materialized in social discursive practice of the song *O meu guri*, Chico Buarque, based on sociocognitive theoretical proposal by van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012). Therefore, we chose the lexicon as main category of analysis. Initial results indicate that the lexical choices used to compose the song unveil a life of poverty and social inequality experienced by a mother and adolescents in conflict with the law. This study hopes to contribute to a proposed critical reading that problematizes significant issues for society that are embodied in language by discourse as a social practice.

**KEYWORDS:** Sociocognitive Theory. Social inequality. Lexicon. Critical reading.

---

## 1. Considerações iniciais

Falar de léxico e discurso, num primeiro momento, é apostar numa quase redundância, não fora a maneira de se pensar a linguística moderna e, conseqüentemente, o léxico, que marca indelevelmente o estruturalismo, deixando respingar, no aqui e agora do século XXI, questões que a princípio seriam inquestionáveis. Isso porque coube ao

---

\* Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, [michelinetomazi@gmail.com](mailto:michelinetomazi@gmail.com)

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, [raquellinatale@gmail.com](mailto:raquellinatale@gmail.com)

\*\*\* Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, [lhpr@terra.com.br](mailto:lhpr@terra.com.br)

estruturalismo, de modo geral, e à linguística de modo particular, a rejeição da própria noção de palavra e, por conseguinte, sua importância e funcionalidade na língua. Paradoxalmente, a história nos faz ver que as palavras sempre chamaram a atenção do ser humano, justamente pelo que não se conseguiu perceber em seu apagamento baseado na crença de que ela, a palavra, era pouco operativa, viés que desconsiderou não só sua função, mas sua capacidade de poder, de domínio de língua, de enunciação e de discurso.

Portanto, é preciso recuperar, mesmo que seja brevemente e às soltas, a tumultuada trajetória do léxico, marginalizado, passivo e rejeitado pelo estruturalismo, frente à noção de morfema, para reconhecer o seu retorno em qualquer reflexão que procure compreender a significação. Então, o léxico renasce na *logofilia*, que dominou as ciências da linguagem, a “loucura das palavras persegue sem trégua o laço umbilical que liga o significante ao significado, pra rompê-lo, reconstruí-lo ou transfigurá-lo” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 45). Para nós, falar de léxico e discurso, ainda não nos permite apenas desvendá-los como objetos articulados no texto, ajudando um ao outro, dialogicamente, na produção dos efeitos de sentido que passa, significativamente, pelo sujeito, pela história e pela sociedade. Ainda uma vez é preciso viver, conhecer ou mesmo reconhecer o luto do léxico para ter certeza de que ele (re)vive para sempre no discurso.

Nesse empreendimento linguístico, a palavra ressurgiu como um fato social que está sujeito às forças sociais que permeiam as relações entre os sujeitos. Esse reconhecimento da força das palavras, de seu peso e de sua astúcia faz com que a linguística leve em consideração que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes e que a sua escolha pelo sujeito está diretamente ligada ao seu posicionamento e ao acontecimento no qual elas são proferidas. Nesse sentido, a proposta da interface entre léxico, discurso e ensino não deixa de ser um convite instigante para nós, que acreditamos em um ensino da língua voltado para uma abordagem em que a representação do léxico inclui a representação de suas propriedades gramaticais, morfossintáticas, bem assim como das propriedades semântico-conceituais e instrumentais que sustentam o seu funcionamento em cotextos e em situações pragmáticas diversas (RIO-TORTO, 2006).

O Léxico tem uma natureza pluridimensional, como defende Rio-Torto (2006, p. 1), conseqüentemente o seu estudo não se confina a abordagens monodimensionais, já que envolve antes a morfologia das unidades lexicais que o integram, a semântica e a sintaxe interna e externas destas, o funcionamento discursivo-pragmático que os falantes delas fazem.

Em consonância com Rio-Torto (2006, p. 3), concebemos o léxico com a função de produzir, armazenar, processar e transmitir signos que os falantes usam como estratégia linguística da qual se valem para construir seus discursos. E é, nesse aspecto, que as escolhas lexicais feitas pelos usuários da língua evidenciam as condições e as restrições que presidem ao funcionamento, aos diversos níveis (fonológico, morfológico, sintático. semântico), das unidades sgnicas, consideradas nas práticas discursivas.

Para Rio-Torto (2006, p. 3),

A inter-relação entre léxico e gramática tem sido largamente evidenciada pela investigação levada a cabo no último meio século. Os desenvolvimentos em psicolinguística, em psicologia cognitiva e em neurociências da linguagem vêm demonstrando que o processamento da linguagem e dos signos linguísticos se faz de forma articulada e conexionística, complementando-se as diferentes dimensões - funcionais, gramaticais e lexicais, paradigmáticas, sintagmáticas e discursivas de uma palavra para a caracterização e para o funcionamento da mesma.

Desse modo, a perspectiva que queremos adotar aqui estabelece uma articulação entre o estudo do léxico e a teoria sociocognitiva de van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012), que é construída a partir da tríade: discurso, cognição e sociedade. A escolha desse aparato teórico justifica-se pela possibilidade de se trabalhar o discurso como uma prática social, que resulta das complexas relações entre as estruturas sociais e as estruturas discursivas mediadas pela cognição. Nesse sentido, os termos discurso, cognição e sociedade assumem conceitos próprios dentro da teoria, compõem os vértices de um triângulo e estão intimamente interligados, como veremos adiante.

Escolhemos, dentre as estruturas discursivas relevantes para o trabalho, o léxico, por acreditarmos que os elementos lexicais se manifestam discursivamente nos enunciados e revelam valores ideológicos e visões de mundo dos sujeitos da enunciação. Além disso, considerando a importância de um tema que nos faça refletir sobre minorias sociais, selecionamos um texto cuja relevância social é inegável, mesmo possuindo caráter ficcional, pois apresenta relevância social ao representar a desigualdade e a pobreza. Elegemos uma canção de Chico Buarque, *O meu guri* (1981), para analisar o discurso que ali se materializa do ponto de vista da ideologia, da representação e da cognição.

Nessa perspectiva, dividimos este artigo da seguinte forma: a primeira seção apresenta a proposta sociocognitiva de van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012). A segunda

seção procura destacar a importância de uma visão discursiva que leve em conta os aspectos sociocognitivos para a análise do léxico. Para isso, é apresentada uma lista dos tipos de controle contextual que envolve a escolha e a variação lexical que será utilizada na análise. A terceira seção é destinada à análise da canção a partir do que foi discutido e apresentado anteriormente para a proposta de interface entre discurso, léxico e ensino. Por último, são apresentadas as considerações finais.

## **2. Discurso, cognição e sociedade**

Com base na orientação sociocognitiva de van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012), o discurso é definido, de maneira ampla, como acontecimento comunicativo, o que inclui a interação verbal, os textos escritos, os gestos, as imagens e qualquer outra significação semiótica ou multimodal. Van Dijk (2011) observa que, para interpretar o discurso, é preciso compreendê-lo em seu contexto, ou seja, não só em termos de estrutura textual (sintáticas, lexicais, argumentativas, etc.), mas, principalmente, na relação entre a estrutura textual e os aspectos específicos de uma situação ou acontecimento, isto é, a estrutura social. Surge, então, a necessidade de uma interface cognitiva entre uma situação comunicativa e um discurso ou texto. Essa mediação é feita pelos modelos mentais, que são divididos em: modelos de contexto, que são interpretações subjetivas únicas dos participantes ou definições subjetivas das situações interacionais, nos quais aparecem as experiências vividas pelo corpo, percepções, emoções, referentes à situação comunicativa em curso (VAN DIJK, 2001); e modelos de evento, que consiste no que se sabe sobre as situações de que falam e escrevem os enunciadores, e que atua como ponto de partida tanto para quem constrói o discurso como para quem o interpreta.

Assim, se os modelos de contexto são entendidos como definições de participantes, isto é, como construções mentais, então, eles são capazes de funcionar como uma interface entre as estruturas sociais (grupos sociais, gêneros sociais, organizações, etc.) e as estruturas discursivas (tema, sintaxe, estruturas retóricas, léxico, etc.).

Essa relação ocorre no sistema cognitivo individual de cada participante. Contudo, todas as ações discursivas praticadas por cada indivíduo na sociedade são mediadas pelas ideologias dos grupos sociais dos quais participam esses indivíduos. Portanto, todos os discursos proferidos pelos enunciadores, direta ou indiretamente, estão inevitavelmente ligados às ideologias do grupo ao qual participam e compartilham de um conhecimento

geral que pertence a um sistema cognitivo social. Assim, debruçar-se sobre a ideologia para a análise de um texto é, antes de tudo, descrever as crenças específicas e fundamentais de grupos de pessoas, já que uma ideologia é a base das representações sociais compartilhadas por um grupo social.

Para van Dijk (2010), a ideologia possui uma dimensão cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as atitudes sociais e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de maneira que possam oferecer a percepção e interpretação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo como um todo.

Para evidenciarmos as ideologias presentes no objeto de estudo, é preciso observar as estruturas sociais (sociedade) e as estruturas discursivas (discurso) que sejam relevantes para as questões sociais. Dentre as diferentes estruturas discursivas (registro, tema, suposições e inferências, ambiguidades, negação aparente, modalização, sintaxe, nominalizações, marcadores discursivos, sinônimos, metáforas, tempo, agentividade, entre outras), a categoria léxico foi escolhida para esta análise porque, além de figurar uma categoria importante de análise, ela ainda é pouco explorada em análises críticas do discurso.

Acreditamos que explorar o léxico via discurso crítico em atividades de leitura e interpretação de texto fornece à prática pedagógica condições de contribuir para que o sujeito-estudante-leitor possa se tornar autônomo na interpretação das ideologias que subjazem aos discursos os quais fazem parte do seu cotidiano sócio-histórico-cultural. Por falta de espaço, neste artigo, não apresentaremos um referencial teórico para a questão do ensino, mas apresentamos, para consulta e pesquisa, os trabalhos de alguns autores cuja preocupação com o ensino de prática de leitura e interpretação está voltada para essa visão crítica (HEBERLE; MEURER, 1993, BAYNHAM, 1995; MEURER, 2000; HEBERLE, 2000, AMARAL, 2012).

Na próxima seção, apresentamos o embasamento teórico para o trabalho com o léxico como estrutura discursiva para, no item subsequente, apresentarmos a leitura interpretativa do texto (canção).



### 3. O léxico como estrutura discursiva para análise de questões sociais

Segundo van Dijk (2012, p. 238), a escolha lexical é definida pelos “significados ou pelos modelos de eventos subjacentes dos usuários da língua: como uma estratégia geral, as pessoas optam pelas palavras que expressam de maneira mais exata possível a informação específica que está presente nesses modelos de eventos”. De acordo com o autor, a escolha que fazemos do léxico pode revelar muito de nossa identidade social, emoções, estado de espírito, opiniões, além de revelar também nossa relação com o outro, nossa maneira de falar, mais ou menos formal, entre outras coisas relacionadas ao homem, à sociedade e à cultura.

O peso das nossas escolhas lexicais não pode ser desconsiderado em uma análise textual-discursiva. Isso porque as unidades lexicais da língua retratam a experiência humana acumulada e traços das práticas culturais e sociais dos grupos. O conjunto de unidades lexicais é, portanto, memória de nossa cultura, daí a importância dos dicionários serem vistos como um fato social, histórico e ideológico. Essa dimensão discursiva do dicionário, da lexicografia, é defendida por Nunes (2006) para quem o dicionário precisa ser visto como lugar de constituição de sentidos por sujeitos e para sujeitos, considerando sempre a relação língua-sujeito-sociedade para a circulação dos sentidos em diálogo com os processos históricos e sociais de significação. Portanto, é dessa maneira que as unidades do léxico, quando manifestadas na língua em uso, refletem as alterações das práticas sociais, permitindo que se evidenciem os incessantes movimentos humanos em seus hábitos sociais e culturais.

Outro ponto que tem recebido atenção renovada nos estudos críticos do discurso, segundo van Dijk (2012), é o reconhecimento de que a seleção lexical envolve condicionamentos contextuais que podem estar representados no modelo de contexto. Van Dijk (2012) defende que a variação lexical é particularmente sensível ao contexto e, a fim de propor uma análise discursiva do léxico que leve em conta o contexto social e a variação lexical, o autor apresenta alguns tipos de controle contextual da escolha e variação lexical, muitos deles já explorados em trabalhos da sociolinguística, sob outra perspectiva. Apresentamos, abaixo, alguns desses tipos que julgamos relevantes para o trabalho com o léxico e, principalmente, para a análise que faremos da canção escolhida. Ao lado desses tipos de controle contextual da escolha e variação lexical, estão alguns exemplos da maneira como eles podem se manifestar:

Quadro 1: Tipos de controle contextual da escolha e variação lexical, adaptado de van Dijk (2012, p. 239-40).

<b>TIPOS DE CONTROLE CONTEXTUAL DA ESCOLHA E VARIAÇÃO LEXICAL</b>	
Tipo de situação	Formal <i>versus</i> informal; expressões que definem o registro e a variação de estilo lexical; variação de classe; formas prestigiadas <i>versus</i> formas discriminadas.
Variações regionais/dialetais	Português do Brasil <i>versus</i> português de Portugal ou dialeto português da Bahia <i>versus</i> dialeto português de São Paulo.
Identidade social e estereótipo	por gênero, classe, etnia, idade, etc.
Usos especializados <i>versus</i> não especializados	Papéis dos participantes e escolarização, conhecimento, situação institucional, etc.
Posição social	<i>Status</i> dos participantes da interação, poder, fama; pronomes que exprimem deferência, cumprimentos, pronomes de tratamento.
Relações sociais entre participantes	Amigos <i>versus</i> inimigos, intimidade <i>versus</i> distância entre participantes, patrão <i>versus</i> empregado.
Avaliações, apreciações	Opiniões, atitudes do enunciador e imagem projetada do interlocutor; palavras positivas <i>versus</i> neutras <i>versus</i> negativas; eufemismos <i>versus</i> hipérboles.
Emoções	Verbos e substantivos de emoção quando usados em primeira pessoa; qualificativos.
Ideologia	Perspectiva, crenças e opiniões do enunciador ou de seu interlocutor.
Tipo de atividade	Expressões (dêiticas, performativas) que indicam que tipo de (inter)ação social está sendo realizada por meio do fragmento do discurso.
Objetivos	Substantivos, verbos, advérbios, etc. que indicam as intenções, propósitos, alvos ou objetivos do enunciador.
Variações de gênero	Modo de falar masculino <i>versus</i> modo de falar feminino.

Van Dijk (2012) esclarece que essa lista de tipos de controle contextual da escolha e variação lexical está longe de ser completa, mas ela demonstra que quase todas as categorias contextuais apresentam alguma forma de realização lexical. É preciso levar em conta, também, que os ambientes, a classe, o gênero social e as questões de identidade podem relacionar-se de maneiras complexas enquanto condições da variação lexical. Assim, para dar conta da escolha lexical contextualmente condicionada, precisamos considerar que muitos outros condicionamentos podem combinar-se de várias maneiras

e, então, será necessário reconstruir os contextos, os participantes e outros eventos igualmente específicos. Diante das diferentes fontes de variação contextual da escolha do léxico, van Dijk (2012, p. 244) chama atenção para a necessidade de definir “contexto em termos da maneira como os falantes se representam a si próprios e aos outros participantes, bem como às outras dimensões relevantes do evento comunicativo, em um modelo mental dinâmico”.

Essa perspectiva dinâmica e discursiva de trabalho com o léxico requer um olhar atento para o que, de fato, torna-se condição essencial do uso e variação da língua. Segundo van Dijk (2012, p. 244), para isso é necessário considerar: “o ambiente espaço/temporal, tal como é experienciado; a natureza do evento e a interação, tais como são definidas; as diferentes identidades e relações (gênero social, etnia, ocupação, escolarização, poder, distância, etc.), tais como são assumidas, desempenhadas ou atribuídas”. Portanto, não são as dimensões objetivas ou reais da situação social que vão definir o uso e a variação da língua, mas todas as dimensões relevantes do evento comunicativo.

Há, na proposta de van Dijk (2012) uma ressalva para o fato de não incluir na lista dos condicionamentos contextuais a categoria de gênero textual/discursivo e a categoria de tema e assunto. Para o autor, essas categorias não dependem diretamente do contexto, mas incorporam uma noção mais complexa que envolve propriedades contextuais e textuais.

Na seção seguinte, procuramos aplicar os pressupostos teóricos e metodológicos da proposta sociocognitiva na canção *O meu guri*, procurando demonstrar a importância de se trabalhar com o léxico observando os tipos de controle contextual, que envolvem a escolha e variação lexical na leitura e interpretação de textos. Ademais, esperamos que a leitura interpretativa do léxico no discurso da canção, que será apresentada adiante, possa de alguma maneira contribuir para tornar as aulas destinadas ao ensino de leitura e interpretação mais significativas também em termos sociais.

#### **4. *O meu guri* numa perspectiva discursiva do léxico**

Aparentemente muito simples, a canção *O meu guri* de Chico Buarque tem no ritmo, no tecido sonoro e, particularmente, em certas categorias gramaticais, as chaves que apontam, para além da superfície, o tom, a atitude do enunciador diante de um tema social que, em um primeiro momento, pode passar despercebido para o leitor.

Vamos, pois, à letra da canção *O meu guri*, produzida em 1981. O texto expõe, pela voz de um enunciador, a história de vida de um guri, desde o nascimento, até a sua morte.

- |  |  |
|--|--|
| 1. Quando, seu moço, nasceu meu rebento        | 25. Chega no morro com o carregamento          |
| 2. Não era o momento dele rebentar             | 26. Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador |
| 3. Já foi nascendo com cara de fome            | 27. Rezo até ele chegar cá no alto             |
| 4. E eu não tinha nem nome pra lhe dar         | 28. Essa onda de assaltos tá um horror         |
| 5. Como fui levando, não sei lhe explicar      | 29. Eu consolo ele, ele me consola             |
| 6. Fui assim levando ele a me levar            | 30. Boto ele no colo pra ele me ninar          |
| 7. E na sua meninice ele um dia me disse       | 31. De repente acordo, olho pro lado           |
| 8. Que chegava lá                              | 32. E o danado já foi trabalhar, olha aí       |
| 9. Olha aí                                     | 33. Olha aí, ai o meu guri, olha aí            |
| 10. Olha aí                                    | 34. Olha aí, é o meu guri                      |
| 11. Olha aí, aí o meu guri, olha aí            | 35. E ele chega                                |
| 12. Olha aí, é o meu guri                      |  |
| 13. E ele chega                                |  |
|  | 36. Chega estampado, manchete, retrato         |
| 14. Chega suado e veloz do batente             | 37. Com venda nos olhos, legenda e as iniciais |
| 15. E traz sempre um presente pra me encabular | 38. Eu não entendo essa gente, seu moço        |
| 16. Tanta corrente de ouro, seu moço           | 39. Fazendo alvoroço demais                    |
| 17. Que haja pescoço pra enfiar                | 40. O guri no mato, acho que tá rindo          |
| 18. Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro     | 41. Acho que tá lindo de papo pro ar           |
| 19. Chave, caderneta, terço e patuá            | 42. Desde o começo, eu não disse, seu moço     |
| 20. Um lenço e uma penca de documentos         | 43. Ele disse que chegava lá                   |
| 21. Pra finalmente eu me identificar, olha aí  | 44. Olha aí, olha aí                           |
| 22. Olha aí, ai o meu guri, olha aí            | 45. Olha aí, ai o meu guri, olha aí            |
| 23. Olha aí, é o meu guri                      | 46. Olha aí, é o meu guri                      |
| 24. E ele chega                                |  |

No nível da superfície textual, é possível fazer um levantamento das marcas lexicais indicadoras dos envolvidos na interação: um sujeito responsável pelo que diz em uma situação sócio-histórica, que se manifesta nas formas do pronome pessoal *eu* e suas variantes; um interlocutor, aquele a quem se diz o que se tem a dizer, marcado pelo vocativo *seu moço*; e um referente, de que ou de quem se fala, marcado explicitamente pelo substantivo *guri*. Ainda nesse nível, é possível identificar duas categorias importantes que estão relacionadas ao cenário dessa interação: o ambiente/lugar, marcado pelos advérbios de lugar (lá, aí, cá); e o tempo (quando, já, um dia, de repente).

Pretendemos, pois, num primeiro momento, trazer à tona, para a leitura, as marcas lexicais dos participantes da interação. Para tanto, selecionamos os itens lexicais e a

maneira como eles aparecem nos versos da canção, bem como os efeitos de sentido que pudemos perceber. Na instância enunciativa, cremos ter encontrado a voz de uma mulher, que, numa análise mais apurada, poderia ser interpretada como a figura materna de um garoto marcado por uma trajetória de vida marginalizada. No âmbito da descrição, encontramos marcas lexicais que julgamos atestar essa leitura: o caráter possessivo com que se refere ao menino (meu rebento, meu guri); a constante utilização da primeira pessoa do singular, feita de maneira explícita (E eu não tinha nem nome pra lhe dar) e/ou representada pela desinência verbal (como fui levando), ou ainda pela forma do pronome oblíquo *me* (ele um dia me disse).

Vale ressaltar que o emprego da primeira pessoa e dos pronomes possessivos nos leva à inferência de um caráter extremamente subjetivo, o que nos direciona para um léxico que se volta às emoções desse enunciador. Se os pronomes do caso reto exprimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos em função complemento, os possessivos são uma variante dos pronomes pessoais, empregados com a finalidade de expressar uma relação de apropriação entre uma pessoa (o possuidor) e uma coisa (o possuído). Os possessivos, quando unidos a nome referente à pessoa, denotam relação afetiva intensa, razão pela qual é possível a inferência com a figura da mãe. Além disso, o artigo diante do possessivo induz à ideia de familiaridade.

Isso poderia explicar a carga semântica e discursiva da escolha do léxico para a construção do sintagma nominal no título, que se caracteriza pela presença dos determinantes *o* e *meu*. Do ponto de vista semântico e discursivo, essas classes de palavras têm um importante papel para a produção de sentido do texto, já que o emprego do artigo definido recebe um valor significativo junto ao pronome possessivo que restringe o significado e o valor da palavra *guri*, determinando-o fortemente correlacionado à voz do enunciador.

Na instância do interlocutor, a quem é dirigida a enunciação, ainda sob um ponto de vista macro do texto, encontramos o *outro*. A representação dessa escolha lexical aponta para a posição social do participante da interação, ou seja, o vocativo *seu moço* expressa a maneira como o enunciador está vendo o seu interlocutor e qual a relação que estabelece com ele. Ao reconhecer esse participante introduzido pela segunda pessoa, percebemos que há um condicionamento contextual relacionado com a posição social ocupada por ele.

Da mesma maneira, na instância do referente, encontramos escolhas lexicais que nos direcionam para a representação de quem se fala nessa enunciação. Esse

reconhecimento é feito pelo uso do substantivo *guri*, o filho, marcado no texto pelos pronomes de terceira pessoa ou pela troca de item lexical. Como tipo contextualmente condicionado, a escolha lexical do substantivo *guri* aponta para uma variação regional, se se considera que *guri* é utilizado no sul do país e não em outras regiões do Brasil como referência a menino, criança.

Toda essa estratégia de construção de participantes envolvidos na enunciação é apresentada na primeira estrofe. Nela, já salta aos olhos de qualquer leitor a utilização e a escolha desses itens lexicais cujo significado (semântico) assinala e incide sobre a contextualização. Assim, ao se projetar como eu no discurso, a figura feminina que enuncia instaura não só a sua presença, mas a do seu interlocutor virtual, o tu, bem como o ambiente, um *aqui* e o tempo um *agora*, construindo o cenário da enunciação.

Esses itens lexicais apontam para categorias dos modelos de contexto, como participantes, tempo e espaço. Essas categorias funcionam como guias para a nossa interpretação acerca da situação comunicativa que é narrada na canção. A partir disso, acionamos os modelos de evento que possuímos sobre a situação de que fala o enunciador e inferimos de que se trata de uma mãe falando de um filho que tem uma trajetória de vida marginalizada.

Acreditamos que a construção do texto, sua forma, a partir de quatro estrofes, pode ser considerada como parte do cenário social que se quer criar, já que há, na produção dessas estrofes, um segmento temporal que coloca em destaque a história que se quer contar sobre o *guri*. Nessa representação do tempo linguístico, o diálogo encenado no texto tem como ponto de partida o presente da enunciação, mas é preciso ressaltar que a questão da representação desse tempo já é, *a priori*, inerente ao *eu* do enunciador, que, no caso de *O meu guri* parece participar de um diálogo virtual, já que o seu interlocutor, *seu moço*, não aparece de viva voz. Nessa projeção ou retrospectão; ou melhor, nesse deslocar-se, enunciado e interpretado por um eu (a figura materna), e um tu (seu moço), num determinado espaço enunciativo (*aqui*, *aí*, *cá*, *lá*), acontece o estabelecimento da interação.

Assim, a primeira estrofe projeta a enunciação para um tempo passado, ou seja, para trás no discurso, e apresenta as circunstâncias em que se deu o nascimento, *o rebento*, o rebentar do *guri*. O primeiro verso é iniciado pela conjunção adverbial *quando* que opera essa localização temporal no passado e põe em questão o próprio ato desse nascer explicitado em *não era o momento dele rebentar*. Esse nascer parece estar revestido de um novo sentido, ao ser acompanhado pelo substantivo *reberto*, cujo sentido

dicionarizado é filho, descendente. O verbo *rebentar* (nascer, surgir) conjugado à expressão *não era o momento* parece apontar para a falta de hora, a impropriedade do nascimento, cuja leitura pode ter direções diferentes: não seria o momento porque o filho nascera fora do tempo, ou seja, prematuro (nível denotativo) o que não é reiterado pelo texto, pois não há outros indícios para tal ilação; ou não seria o momento porque não existiam condições ou intenções para que esse guri pudesse nascer (nível das pressuposições).

Dessa maneira, a escolha lexicográfica de *reberto* motiva outros possíveis sentidos: pequeno broto de planta, galho jovem para enxerto, fruto, produto, filho; já o signo *rebentar* pode aplicar-se a outros sentidos além de nascer, ou seja, arrebentar, estourar, manifestar-se com violência, fazer-se em pedaços, desabrochar, surgir. É preciso, então, reconhecer que léxico e sintaxe estão articulados de forma intrínseca para a construção de efeitos de sentido. No entanto, é no funcionamento lexical que encontramos respaldo para sustentar a interpretação do texto. Se pensarmos nos remanejamentos entre significantes e significados podemos buscar, a partir do significante *rebentar*, os possíveis significados; no entanto, todos os significados apontam para o sentido do texto no nível sintagmático, sendo que, em nível paradigmático também os outros significados acabam tendo uma parcela de contribuição aos efeitos de sentido.

Nesse movimento do léxico, a escolha dos signos *nasceu*, *reberto* e *rebentar* (versos 1 e 2) conjugada à expressão de negação *não era o momento*, parece motivar uma leitura de impropriedade desse nascimento e não uma leitura de um nascimento *prematuro*, cujo sentido para nós já se convencionou, em extensão, para toda criança nascida antes do tempo normal da gestação. Do ponto de vista sociocognitivo, essas escolhas lexicais direcionam um gesto de interpretação que vai muito além de uma leitura superficial, já que é a partir delas que começamos a recuperar a posição enunciativa de quem fala no texto, tanto do ponto de vista de sua identidade social, quanto de sua posição social. Isso é ratificado com a escolha do verbo *rebentar*, forma variante de *arrebentar*.

No verso seguinte (3), a figura feminina (representante das minorias) conta ao interlocutor, *seu moço* (alguém respeitável), que esse *reberto* apresenta feições que lembram a miséria ou a falta. Novamente, são os itens lexicais que vão nortear nossa interpretação e direcioná-la para o tema social que começa a emergir do e no texto. Ao enunciar que o rebento *foi nascendo com cara de fome*, há uma indicação clara de ausência, de falta, de miséria de um dos provimentos essenciais a todo indivíduo, a alimentação. Não se pode deixar de perceber, aqui, a construção de uma identidade de

minorias sociais, bem como não se pode desconsiderar que a fome, a falta de recursos básicos é um dos grandes problemas sociais de nosso país, sem falar do controle de natalidade ou de sua ausência, reiterado com a presença do elemento lexical *já* (anterioridade). Além disso, essa construção, que indica o modo como o filho nasceu, *com cara de fome*, reforça a leitura da desigualdade, da desnutrição de pessoas que vivem em estado de profunda pobreza.

O verso (4), seguinte, apresenta outros sinais de que esse *nascimento*, esse arrebentar-se aconteceu numa época inadequada: pensamos que, além de ter deixado claro o sentido social de falta, explorado no signo *fome*, a mãe chama a atenção para outro fato que ajuda a construir sua identidade social, isto é, o seu estado civil. Parece-nos que essa mãe é solteira (mãe solteira), e, além de não possuir, e, por isso, não poder oferecer ao filho um dos elementos indispensáveis para todo ser humano: a alimentação, ela também não poderia dar a ele um nome, pois não tinha *nem nome pra lhe dar*. Esse verso parece sugerir, portanto, uma identidade social do filho como bastardo, de pai desconhecido.

De fato, a marca indicada pelo item lexical *nem* poderia atestar a leitura que acabamos de fazer, uma vez que, ao utilizá-lo, a figura materna deixa pressupor a falta de outras coisas tão essenciais quanto o nome, além de sugerir, também, a questão do desconhecimento do seu próprio pai, sendo, ela também bastarda. O guri não tinha pai, pois não podia ganhar um nome, nem a própria mãe possuía pai, pois que ela mesma não tinha nem nome para promover o legado, por causa do anonimato daquela paternidade ou porque ela também não possuía sobrenome. Assim, os valores ideológicos e estereotipados vão surgindo no texto e a questão dessa falta, que se perpetua, estaria também denunciando crenças e relações sociais degradadas (na sociedade patriarcal, o nome vem do pai; nesse caso, o pai não foi identificado ou não quis assumir a paternidade).

São as escolhas lexicais dos próximos versos (5-6) que fortalecem essa leitura. A mãe (re)afirma, em primeira pessoa, a não existência de um outro, no caso, o pai. Esses versos demonstram a relevância do movimento léxico-sintático no discurso, já que, associado à forma verbal *fui levando*, está o pronome de terceira pessoa que passa a assumir duas funções sintáticas: a de objeto direto da locução verbal *fui levando* e certamente a de sujeito de *a me levar*. Essa "junção" de objeto e sujeito, esse duplo papel, esse duplo lugar em que o ele do enunciado promove a simbiose, objeto de *levando* e sujeito de *a me levar* é estratégia de estruturação discursiva para a construção contextual que se quer evocar: a ligação mãe e filho aponta para o mesmo círculo vicioso da não



identidade, da relação social perversa, das relações de dominação.

Com efeito, vale ainda ressaltar a noção de formalidade/informalidade que vai sendo construída nesse texto. Entre os versos cinco e seis (5-6), parece existir uma construção sintática contraditória quanto ao grau de formalidade *versus* informalidade, revelando características dos registros formal e informal, que apontam para o tipo de situação dos envolvidos nessa interação.

Existe no texto um duplo registro: um, no quinto verso, em que o enunciador, pelo que fala e pela maneira como fala, pode ser reconhecido como uma pessoa culta e linguisticamente consciente; e um outro, no sexto verso, cujo registro denuncia um uso linguístico menos tenso. Esse duplo registro causa efeitos sobre a análise: a mãe parece adequar a sua fala diante do interlocutor que vai sendo esboçado no texto. Assim, em termos de expressividade, há certo tom de formalidade, caracterizado por um léxico mais sóbrio (como fui levando não sei lhe explicar), e, por outro lado, há um outro tom informal que exprime a subjetividade emotiva da simbiose mãe *versus* filho (Fui assim levando ele a me levar). Assim, o relato oral, em discurso direto, seria, pois, carregado de avaliações, com o emprego do pronome subjetivo usado como objeto, com um tom de autocrítica, instaurada pelo elemento lexical *como*, que deixa entrever um questionamento, ratificado pelo *assim*, *em fui assim* (desse modo) *levando*.

É nessa perspectiva que a variação do estilo lexical reflete o tipo de situação vivido. Isto é, essa mudança ilustra a variação de classe social. Ademais, o uso de formas prestigiadas e formas discriminadas também direcionam para estereótipos sociais.

No verso (7), temos a remissão ao passado e a inclusão de uma categoria discursiva diferente, o discurso indireto. Embora o uso dos tempos verbais no texto indicie a enunciação através do presente, o enunciado desse verso remete ao passado, e essa remissão é feita objetivamente pela escolha do verbo *disse*, acompanhado da expressão *um dia*, e a desinência verbal *-isse* do *disse* rimando. Essa referência ao passado é construída a partir da própria estrutura do discurso indireto, ou seja, um verbo *dicendi* na terceira pessoa conjugado a uma oração subordinada substantiva objetiva direta e também pela utilização do mecanismo da *dèixis* instaurado pelo advérbio *lá* que referencia o que está longe da primeira (eu = figura materna), da segunda pessoa (tu = seu moço) e próximo da terceira pessoa (ele = guri). No entanto, esse advérbio *lá*, se é menos localizável em relação às duas pessoas (o *lá* parece indicar um lugar longe da figura materna e do seu moço), por meio do discurso indireto, cuja voz é a do próprio guri, esse *lá* acaba reportando-se a um espaço também distante do ele, que o enuncia indiretamente, mas

como o fizesse em forma profética, uma vez que joga para o futuro a possibilidade de mudar de vida, em termos financeiros, se tomados o verbo *chegar* e o advérbio *lá* (*chegava lá*) como uma expressão cujo sentido é lograr êxito, ter sucesso ou ainda ter ascensão social.

Tal movimento dialógico em discurso direto que traz no seu bojo um indireto referenciado é extremamente relevante. Explicamos: se a estrutura do discurso direto continuasse, a leitura desse advérbio (*lá*) seria diferente, já que seria colocado numa relação em que estaria longe apenas dos dois interlocutores. Assim, o que seria próprio das construções com o advérbio *lá*, ou seja, fazer remissão a um espaço semântico menos localizável, é reforçado, hiperbolizado, uma vez que ele não está apenas longe dos interlocutores, mas das três pessoas do discurso. Além disso, é importante ressaltar que o referente desse advérbio locativo não está exposto apenas pelo uso de uma escolha lexical anafórica ou catafórica e sua retomada é feita contando com as representações mentais, ou seja, os modelos mentais de acontecimentos, já que o leitor precisa inferir que essa forma é ligada ao interdiscurso da fala popular (linguageira) - Eu ainda chego lá - indicada no oitavo verso.

Parece-nos, pois, que, ao usar essa expressão idiomática, cujo estatuto discursivo já é preestabelecido pelos usuários da língua, a enunciadora, além de indicar o lugar desejado pelo guri, deixa uma marca clara de um desempenho linguístico mais popular e consagrado pela opinião comum, a doxa. Desse modo, esse discurso, já codificado, busca apoiar-se sobre uma ideia estabelecida pelo senso comum, não-refutada pela coletividade e dada como verdadeira. Ao empregar essa fala popular, o texto parece investir em uma estratégia discursiva que visa à persuasão face ao pré-construído e convoca, chama para dentro do texto, uma fala social.

Os versos nove e dez (9-10) reforçam essa construção situacional e avaliativa que está sendo construída. A seleção da forma verbal *olha*, no imperativo, seguido do dêitico espacial *aí* em contraposição com o advérbio *lá* do oitavo verso, subverte todo um processo de operação mostrativa, apreciativa, que só pode ocorrer mediante recursos linguísticos: a figura materna recorre, ou finge recorrer aos olhos do corpo e finge ser guiada numa percepção concreta. O sujeito poético radica as coordenadas enunciativas do eu, enunciadora (mãe), dirijo-me a tu, interlocutor (seu moço) e apresento a você a história da minha vida e da vida dele (do guri), que você pode capturar com os olhos do corpo. Além disso, a unidade léxica *olha aí* também poderia funcionar como uma possível marca conversacional quando usada com valor ponderativo, ou seja, a enunciadora (mãe),

dirigindo-se ao interlocutor (seu moço), refere-se à história de vida do filho (guri) como quem diz: *olha aí* onde ele foi parar. Nesse sentido, essas escolhas lexicais apontam para o objetivo dessa enunciação, mais uma comprovação da importância de se considerar o controle contextual da escolha e variação lexical.

Outro fator importante a ser destacado é a questão da força do gesto encarnado nas palavras. Nesse engendrar simbólico da gestualidade, a enunciadora parece estar apontando para o chão, perto do interlocutor, sugerindo que há um corpo (uma presença física) perto do tu (seu moço). Esses versos, em nossa interpretação, podem ser lidos como uma possível distância entre os participantes, já que o eu não parece estar no mesmo lugar (aqui) em que se encontra o tu (aí), seu diálogo com ele parece confirmar o diálogo virtual, pois que a voz do interlocutor não aparece *in praesentia*.

A construção do verbo *olhar*, seguido do dêitico *aí* é reiterada no refrão, que compreende os três últimos versos da estrofe. Essa oração é repetida quatro ou cinco vezes no final de cada estrofe, instaurando uma recorrência e uma simultaneidade e marcando a importância do gesto que se quer explicitar, ou seja, supõe o apontar, o aí, perto do tu.

Mas o refrão não nos chama a atenção só por apresentar essa estratégia; há ainda nele a construção de outro efeito de sentido que se deve considerar. Ao pronunciar o refrão, a mãe parece encher-se de um sentimento diferente do explicitado até o momento de sua enunciação. Verifica-se que a imagem funesta instaurada pelo signo *rebento* desaparece, talvez, o filho já não represente mais uma ameaça ou um estorvo para a figura da mãe, ele já não é *rebento*, mas sim *guri*, um menino, uma criança. Assim, defendemos que a troca do item lexical será, aqui, de suma importância, uma vez que ela deixa transparecer uma nova visão na relação social entre mãe e filho. Nessa perspectiva, diante de uma suposta alienação da mãe parece surgir um sentimento de orgulho dessa mãe pelo seu *guri*.

Essa mudança lexical utilizada para se referir ao filho (primeiro *rebento*, depois *guri*) também instaura uma mudança de modelos de contexto dos leitores, já que a interpretação do participante *rebento* é diferente de *guri*.

Dessa forma, ao escolher os substantivos *rebento versus guri* talvez haja mesmo um indício intencional de se jogar com sentidos diferentes, tanto em termos de tom quanto em termos de propriedade. A figura materna, ao se referir ao filho, que nasceu em condições de extrema miséria, utiliza as formas *rebento/rebentar*; já quando se refere ao irônico *sucesso* de seu filho, utiliza a forma *guri*, o que poderia evidenciar, nesse caso, um paralelo entre *rebento/guri* e *rebentar/nascer*. Além disso, ao utilizar o item lexical

*guri*, cuja origem está no dialeto tupi e significa *pequeno*, a figura materna já imprime no seu enunciado o tom afetivo de proteção, além, é claro, daquela leitura que indica a variação regional.

Na segunda estrofe, percebemos como a reprodução discursiva da desigualdade social está sendo apresentada temporalmente no texto. A mãe dirige sua fala para outro momento da vida do menino, um período que parece ser estabelecido pelo próprio signo *guri*; isto é, ainda pequeno, criança, o menino começa a sair para o batente, cujo sentido no nosso modelo mental é o de trabalho, e passando a efetuar pequenos roubos (corrente de ouro, bolsa), furtos, que são narrados como presentes pela figura materna (versos 14-15). O fato de o filho chegar veloz (correndo) e suado do batente (batente, expressão informal, cujo significado é trabalho duro, pesado) e ainda trazer para a mãe um presente, está acompanhado do verbo *encabular*; este produz dois sentidos: um, segundo o qual, a mãe se sentiria envergonhada diante de um presente, o que poderia refletir a falta de jeito da mãe ao ser presenteada; e o outro, que apontaria para a vivência de um sentimento de vergonha, ou mesmo de dominação e poder simbólico por parte do *guri*, já que ele está sendo construído como um menor infrator. O texto, então, constrói estruturas discursivas que vão direcionando a compreensão da estrutura social que se quer mostrar na reprodução da desigualdade social.

A voz da figura materna parece estar sugerindo dois registros, ou seja, duas vozes, uma mais formal, que utilizaria signos como *reberto*, *encabular*, *meninice*, *batente* para enunciar os feitos do *guri*; e outra, mais popular, que seria responsável por enunciar, a partir de uma visão ingênua, toda a trajetória do menino. Essa segunda voz seria a responsável pelo refrão, que é repetitivo, próprio de uma linguagem mais popular e de todas as construções que sofrem algum desvio da norma culta: e eu não tinha nem nome *pra* (redução gramatical de para > pra) lhe dar; fui assim levando *ele* a me levar; *me* trouxe uma bolsa; essa onda de assaltos *tá* (está > tá) um horror, além dos versos eu consolo *ele*, ele me consola; *boto* ele no colo *pra* ele me ninar, que são construções que reiteram aquela leitura do círculo vicioso, das condições sociais desiguais. Portanto, a atitude do *guri*, ao presentear a mãe, que parece alegrar essa segunda voz da figura materna, é o que deixam transparecer os versos dezesseis e dezessete, que soam com um tom interjetivo e hiperbólico.

A partir do verso dezoito, é possível inferir, novamente, a questão da construção social da identidade dos envolvidos nessa enunciação. As escolhas lexicais dos versos (18-21) reforçam a leitura que foi feita, na primeira estrofe, em relação à

identidade/identificação social dos participantes, bem como de sua representação social. Se, no quarto verso da primeira estrofe, a mãe conta/canta que não tinha nem nome para dar ao filho, isso se confirma na segunda estrofe, quando a questão da identidade social é novamente recuperada. Leia-se, pois, que, nesse momento do poema, a pretensa figura da mãe, como não tendo sequer um documento que pudesse comprovar a sua identidade, apropria-se dos pertences pessoais (chave, caderneta, terço e patuá, um lenço) e também do próprio documento de outra pessoa, vítima do roubo praticado pelo filho.

Dessa forma, tais versos, além de comprovarem a condição social da mãe, pobre e sem instrução, reiteram também a ideia de ser ela mesma bastarda, sem origem, numa visão explícita de repetição da situação de miséria, de categorias que parecem estar apontando para uma desigualdade social, cujo ciclo não se interrompe: há a perpetuação da bastardia e de condições sociais adversas, ou seja, de organização social propiciadora de promiscuidade e da ausência de lei, uma ausência que já é por si mesma geradora e perpetuadora da violência e da desigualdade.

Na terceira estrofe, a partir do verso vinte e cinco, o enunciador passa a presentificar outro momento da vida do guri: trata-se de um período em que ele, já maior, comete roubos também maiores. O guri já não traz para casa pequenos furtos como os descritos na segunda estrofe, mas furtos maiores (chega no morro com o carregamento / pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador); isto quer dizer que a imagem social do guri é outra. Com efeito, isso parece, pois, comprovar que o passado vai mesmo sendo presentificado pelo texto, e cada estrofe estaria marcando uma fase de vida do guri, bem como a construção social do menor infrator que vai se constituindo como marginal. Além da questão da identificação social, que se reiterou na segunda estrofe, sendo, pois, de suma importância para o sentido do texto, outra imagem é formada: trata-se de uma suposta preocupação da figura materna com a segurança do filho, o que parece reforçar a questão da violência e da marginalização.

Essa preocupação pode ser lida, também, como uma construção ideológica de religiosidade heterodoxa, sincrética, brasileira, marcada, sobretudo, pelos itens lexicais que foram indicados na segunda estrofe (terço e patuá) e que travam uma relação dialógica com o verbo rezar na terceira estrofe, sendo, pois, itens lexicais que remetem a formações ideológicas do discurso religioso.

Também nos três primeiros versos dessa estrofe “chega no morro com o carregamento/pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador/ rezo até ele chegar cá no alto”, há uma indicação do campo mostrativo espacial, ou seja, o lugar de onde o enunciador

fala é indicado pela expressão *cá no alto e no morro*. A descrição física desse lugar direciona a nossa leitura para as favelas, uma vez que, em sua maioria, elas são construídas nos morros e costumam abrigar os menos privilegiados na sociedade, o que reforça a questão do tema da desigualdade social.

O verso vinte e nove (Eu consolo ele, ele me consola) permite retomar a mesma circularidade linguística do sexto verso da primeira estrofe (fui assim levando ele a me levar). Essas construções, que compreendem estratégias de pronominalização, confirmam o jogo intersubjetivo que há no texto, uma vez que, ao alternar o lugar da terceira pessoa, ora como objeto, ora como sujeito, o enunciador denuncia a própria circularidade, o círculo vicioso que está sendo constantemente reiterado pelo poema-canção e reflete não só as variações sociais, mas as próprias questões que tocam a minoria, como a desigualdade, as relações de poder, a marginalização, entre outros. Assim, esses versos parecem comprovar a simbiose entre mãe e filho, e denunciam uma circularidade do próprio sistema que se repete; esse sujeito que é objeto; essa troca de identidade social, já que não está bem marcada; essa não-definição de papéis numa sociedade, cuja imagem está sendo construída como perversa pelo texto. Nota-se que o próximo verso do poema-canção parece confirmar essa não-definição que está sendo construída; ao dizer *boto ele no colo pra ele me ninar*, o enunciador reafirma essa imagem.

No verso trinta e um, a mãe utiliza elementos coordenados para indicar os feitos do menino e a posição social e hierárquica que ele ocupa na casa, *de repente acordo, olho pro lado/ e o danado já foi trabalhar*. Nesses versos, vai se delineando o lugar do guri como sendo o lugar do próprio pai; é ele que sai cedo para trabalhar e dorme ao lado da mãe. Até a forma de chamá-lo é modificada pelas escolhas do léxico: a figura materna já não o chama de *guri*, mas sim de *danado*. O item lexical *danado* que, no poema canção, equivale a *o hábil; o esperto; o inteligente*, ao passar por uma recategorização em que o adjetivo (classe de incidência, cuja existência depende de um substantivo sobre o qual incida) ganha autonomia, existência própria, porque migra de classe passando a substantivo, perde os atributos depreciativos *furioso, de má índole, ruim* e é ressignificado, adquirindo um valor positivo. Parece, portanto, que nesse momento há um reforço dos valores ideológicos da sociedade patriarcal e é construído um perfil mais masculino e mais amadurecido; já não se trata mais de um menino, mas de um rapaz, cujo campo semântico na escolha das palavras aponta para [+ homem] valente, hábil, esperto. Seguindo esse caminho, o próprio *ninar* receberia uma conotação diferente, no sentido de acariciar. O guri, agora homem, estaria, portanto, ocupando o lugar simbólico do pai e,

ainda uma vez, a perpetuação da não-identidade, da não-identificação e das condições sociais desiguais, da relatividade do nome-do-pai e, portanto, da própria lei. Nesse momento, ocorre uma nova atualização dos modelos de contexto por parte dos leitores que acompanham o “crescimento” do filho: rebento, guri e danado.

Na quarta estrofe, a vida se transforma em morte nas escolhas lexicais. O guri, a sua presença física, não volta para casa, o que chega é sua imagem *estampado, manchete, retrato*, ou seja, chega através da sua foto no jornal. E, por ser ainda menor, *com venda nos olhos, legenda e as iniciais*. Novamente, nossos modelos mentais são acionados para a reconstrução do que envolve o domínio do discurso jornalístico. Quando se trata de menores em conflito com a lei, há um discurso legitimado que passa pela não-identificação da identidade e, portanto, para a invisibilidade desse sujeito, que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve ter sua identidade preservada. A partir do verso trinta e oito, a voz da mãe parece assumir um tom denegatório, uma mistura de realidade, de fantasia e, talvez, de crítica. Ela inverte o real e aponta para o efeito irônico no leitor/ouvinte (eu não entendo essa gente, seu moço/fazendo alvoroço demais). A expressão *essa gente* pode estar se referindo ao povo, aos leitores do jornal ou à própria sociedade. Da mesma forma, ao enunciar esses versos, a mãe dá-nos uma pista de aproximação com o interlocutor. Esse, agora, parece estar próximo da figura materna.

Dessa maneira, o texto direciona a leitura para um cruzamento de vozes que aponta para um cruzamento de valores, crenças e ideologias. Assim, o lugar onde o guri se encontra, desde o início do texto, é desvendado e, junto com ele, também é possível identificar marcas do interlocutor que, até o momento, participava de um diálogo virtual com o enunciador que pode ser representado pela voz do discurso dominante, das elites simbólicas e das relações de poder em nossa sociedade. Nesse caso, o guri estaria, durante todo o momento da enunciação, já sem vida, perto do seu moço e o olha aí, tão reiterado pela figura materna, estaria justamente apontando para o interlocutor, como num gesto, o lugar onde o menino se encontra e a história de sua vida.

Os versos quarenta e dois e os seguintes parecem confirmar essa leitura: a enunciativa afirma que, desde o começo, e esse começo pode ser tomado como o início do texto, mas também como o próprio nascimento do garoto, ela, a figura materna, vinha reafirmando (eu não disse, seu moço) o discurso do próprio garoto, que, já não podendo mais falar, pois estava morto, recebeu pela voz da mãe o direito de enunciar, pelo discurso indireto livre, que *chegava lá*. Isso reforçaria, portanto, o desejo das minorias, dos grupos que sofrem pela desigualdade social e que desejam outro lugar, sociedade, direitos, etc.

Além disso, é importante ressaltar a estruturação das estrofes para essa produção de sentido: todas elas, exceto a primeira, começam com o verbo *chega* e acabam com *ele chega*, o que reitera o próprio chegar lá.

Por isso, esse *lá* é tão distante de todos os personagens do texto; é um "lá" inacessível, representando, pois, a projeção para um futuro utópico. Ele pode ser tomado como o lugar desejado pelo guri, e seria, então, traduzido num desejo de vida digna, com sucesso e conquista, mas acaba sendo *um lugar*, ou seja, o lugar da morte, o que coloca em voga o sentido dos verbos ser *versus* ter, e todas as outras formas de oposição que marcam o tipo de situação social: pobre *versus* rico, escolarizado *versus* não-escolarizado, etc.

A construção do poema ainda permite intuir a ironia, típica, aliás, da gramática do compositor, talvez produzida pelo cruzamento de duas vozes presentes na fala da mãe: uma que eivada de um tom de amargura e desesperança, usa um registro "popular" e outra, cujo tom seria de denúncia e assume características de uma voz mais culta, num chamado registro padrão (Como fui levando, não sei lhe explicar). Por esse caminho, é possível concordar com van Dijk (2012) ao dizer que, embora possamos passar por várias categorias contextuais de variação lexical, os indícios mais óbvios e puros são os controlados por tipos de situação (formal *versus* informal).

Creemos poder dizer, então, que, no discurso de "O meu guri", Chico Buarque deu voz não só a uma figura materna, mas a todas as pessoas que, despossuídas de voz e vez, encontram-se frente ao tema da marginalidade social. O enunciador feminino assume a imagem da mãe socialmente construída, metonímia de uma cidadania posta em questão, um "matriarcado" manco por falta de pai, figura de lei. Assim, a realidade se subverte no discurso "materno": de morte à vida, de insucesso a sucesso, havendo, pois, na inversão dos sucessos, a construção de um herói no discurso materno, de um mártir, num discurso de crítica das desigualdades sociais.

## 5. Considerações finais

A leitura crítica da canção *O meu guri* apresentou itens lexicais que desvelam uma sociedade marcada pela miséria e desigualdade social.

A partir das categorias lexicais analisadas, pudemos evidenciar, na voz da mãe, a representação do menor em conflito com a lei, que nasceu *reberto*, cresceu *guri*, *danado* e depois morreu *retrato*. O ciclo de vida desse guri representa o ciclo de vida de vários



outros guris que moram no morro e que estão fadados ao mesmo destino. São guris que nascem e morrem sem identidade e sem dignidade.

A representação mental estereotipada que temos acerca desses guris é retratada na canção, que explora a possibilidade de escolhas lexicais para resumir em alguns versos milhares de vidas.

Desse modo, essa leitura crítica espera contribuir para que se possa utilizar e ler a canção como uma ferramenta capaz de “quebrar o círculo do senso comum, daquilo que parece natural, não problemático, mas que recria e reforça formas de desigualdade e discriminação” (MEURER, 2000, p.169), que problematiza e discute questões significativas para a sociedade, que são materializadas na linguagem pelo discurso como prática social.

### Referências bibliográficas

AMARAL, L. Possíveis contribuições da análise crítica do discurso para o ensino de português. **Revista Línguas e Letras**, v. 13, n. 24, p. 143-160, 2012.

BAYNHAM, M. **Literacy Practices: Investigating Literacy in Social Contexts**. London: Longman, 1995.

GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Trad.: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HEBERLE, V. M; MEURER, J. L. Reading in English as a Foreign Language. In: CAMPOS, J. (Ed.). **Educação para crescer: projeto melhoria da qualidade de ensino**. Porto Alegre: Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1993. p. 41-58.

HEBERLE, V. M. Critical Reading: Integrating Principles of Critical Discourse Analysis and Gender Studies. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 38, p. 115-138, 2000.

HOLLANDA, C. B. **Letra e música**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p.149-165.

MEURER, J. L. O trabalho de leitura crítica: recompondo representações, relações e identidades sociais. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 38, p. 155-171, 2000.

RIO-TORTO, G. **O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais**. Instituto de Língua e Literatura Portuguesas (ILLP), 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/13412>> Acesso em: 06 abr.2015.

VAN DIJK, T. A. **Ideología**: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. Trad. De Judith Hoffnagel e Karina Falcone (Org.) 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociedad y discurso**: cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación. Trad. Elsa Ghio. Barcelona: Gedisa, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

Artigo recebido em: 20.02.2015

Artigo aprovado em: 05.05.2015

# Análise aerodinâmica da nasalidade coarticulatória no falar florianopolitano

## Aerodynamics analysis of coarticulatory nasalization in Florianopolis speech

Clara Simone Ignácio de Mendonça\*  
Izabel Christine Seara\*\*

**RESUMO:** A nasalidade coarticulatória, fenômeno pouco explorado no PB, é resultado da coarticulação de uma vogal oral com uma consoante nasal que segue ou antecede a vogal oral em sequências VCnV. Este estudo, de cunho introdutório e qualitativo, trata de aspectos aerodinâmicos da nasalidade coarticulatória do PB com dados obtidos através de um piezo-elétrico. Os resultados aerodinâmicos confirmam que a nasalidade das vogais do PB pode ser progressiva, regressiva ou dupla. Enfatizou-se o estudo da nasalidade regressiva, também chamada de antecipatória. Verificou-se a presença de fluxo de ar nasal, em vogais nasalizadas coarticulatoriamente em posição tônica e átona, bem como a duração da vogal nasalizada. O grau de nasalização parece depender da consoante nasal que sucede a vogal. As vogais altas nasalizadas apresentaram fluxo de ar nasal com maior amplitude, se comparada com a amplitude das demais vogais nasalizadas coarticulatoriamente. Os dados apontam para uma duração da vogal nasalizada em posição tônica semelhante à das vogais nasais, porém, superior à das vogais orais. As produções do locutor masculino apresentaram fluxo de ar nasal com maior amplitude quando comparadas ao fluxo de ar nasal das produções do locutor feminino. Esta pesquisa buscou contribuir com o estudo de aspectos aerodinâmicos do fenômeno da nasalidade no PB, especialmente no falar florianopolitano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fonética. Aspectos aerodinâmicos. Piezo-elétrico. Nasalidade. Vogais nasalizadas.

**ABSTRACT:** Nasal coarticulation has been little explored in Brazilian Portuguese (BP). This phenomenon is the result of the coarticulation of an oral vowel with a nasal consonant that either follow or precede the oral vowel in VCnV sequences. The present study, which presents preliminary results based on a qualitative analysis, investigates aerodynamic aspects of BP nasal coarticulation with data obtained from a piezoelectric accelerometer. The aerodynamic results confirmed that BP vowel nasality might be classified as progressive, regressive or both. The study of regressive nasality, which is also regarded as anticipatory, was emphasized in this study. The presence of a nasal airflow in coarticulated, nasalized vowels in stressed and unstressed position was observed, as well as the duration of the nasalized vowels. The nasalization degree seems to be dependent to the nasal consonant that follows the vowel. Nasalized high vowels presented airflow with higher amplitude if compared to the amplitude of other coarticulated, nasalized vowels. These data demonstrate that the duration of the nasalized vowels in stressed position is similar to the duration of nasal vowels, but superior to the duration of oral vowels. The production of the male speaker presented airflow with higher amplitude if compared to the production of the female speaker. Overall, this piece of research seeks to contribute to the study of aerodynamic aspects of BP nasality, specially, in the speech from Florianópolis.

**KEYWORDS:** Phonetics. Aerodynamic aspects. Piezoelectric accelerometer. Nasality. Nasalized vowels.

\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Laboratório de Fonética Aplicada (FONAPLI). Bolsista da Capes. [clara.prof@yahoo.com.br](mailto:clara.prof@yahoo.com.br)

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Pesquisadora do Laboratório de Fonética Aplicada (FONAPLI) UFSC. Pesquisadora do Cnpq. [izabels@linse.ufsc.br](mailto:izabels@linse.ufsc.br)

## 1. Introdução

A nasalidade é um fenômeno que pode ser encontrado em várias línguas naturais, apresentando-se sob a forma de obstruintes nasais, vogais nasais, nasais continuantes, semivogais nasalizadas, vogais nasalizadas e ainda como clicks nasais (FERGUSON, 1975). Fisiologicamente, os sons nasais podem ser caracterizados pelo acoplamento da cavidade oral à cavidade nasal, resultado do abaixamento do véu do palato. (FERGUSON, 1975; MAEDA, 1982 e KRAKOW & HUFFMAN, 1993). Nas línguas de origem indo-europeias, somente o português, o francês e o polonês apresentam nasalidade distintiva (MORAES, 2013).

Moraes (2013), quando descreve a nasalidade da língua portuguesa, a caracteriza como um fenômeno que pode ocupar três posições:

- a) Coda silábica, caracterizando um processo de assimilação regressiva;
- b) Ataque silábico, em posição intervocálica, o que permite que a nasalidade se propague, regressivamente, para a esquerda;
- c) Ataque silábico, caracterizando um processo de assimilação progressiva, para a direita. (MORAES, 2013, p.12)

Moraes (2013) descreve ainda, a partir das três posições silábicas, que o fenômeno de nasalidade pode ser classificado em três tipos: (i) a nasalidade contrastiva, caracterizada pela oposição dos pares mínimos, como em /la/ e /lã/, portanto, trata-se de uma nasalidade distintiva; (ii) a nasalidade alofônica, caracterizada pela presença de uma consoante nasal intervocálica, à direita da vogal nasalizada, que ocorre tipicamente em sílaba tônica diante de consoante nasal, como em cama > [ˈkãma]<sup>1</sup>; (iii) e uma terceira forma, a “coarticulatória”, que pode atingir as vogais tônicas e átonas em ambientes que antecedem ou que sucedem uma consoante nasal, resultando em uma assimilação regressiva (fluxo de ar nasal à esquerda da consoante nasal), progressiva (fluxo de ar nasal à direita da consoante nasal) ou dupla da nasalidade (fluxo de ar nasal à esquerda e à direita da consoante nasal). A nasalidade alofônica não possui um caráter contrastivo, nem tampouco a nasalidade coarticulatória.

Foneticamente, a quantidade de sons vocálicos nasais no PB não parece ser consenso. Observe que, na opinião de Cagliari (2009), considerando todas as variedades dialetais do PB, as sete vogais orais do PB possuem sua contraparte nasal, porém, para o

---

<sup>1</sup> Fonte fonética utilizada: DoulosSIL.

autor, nem todas as variedades dialetais apresentam a contraparte nasal das vogais médias-baixas [ɛ] e [ɔ]. Seara (2000), ao estudar a variedade dialetal florianopolitana, e Sousa (1994), ao estudar outras variedades, observaram que, em seus dados, foram produzidas apenas cinco sons vocálicos nasais, não sendo observadas as vogais nasais médias-baixas [ɛ̃] e [ɔ̃]. Medeiros (2007) também não encontrou, na variedade dialetal de São Paulo, as vogais nasais médias-baixas. A autora observa ainda que as vogais nasais médias-altas [ē] e [ō], nessa mesma variedade dialetal, apresentam ditongação e, por essa razão, as caracteriza como vogais nasais não verdadeiras. Portanto, essa pesquisadora analisou, como vogais nasais verdadeiras, apenas a vogal baixa [ɛ̃] e as vogais altas [ī] e [ū].

No âmbito da Fonética Acústica, diversas pesquisas sobre as vogais nasais do PB já foram realizadas, como, por exemplo, as pesquisas de Cagliari (1977), Souza (1994), Seara (2000), Jesus (2002), Medeiros (2007) e Moraes (2013). Porém, pesquisas aerodinâmicas ainda são escassas no PB. Para Seara (2012)<sup>2</sup>, o resultado de pesquisas aerodinâmicas e articulatórias da nasalidade, combinadas com os resultados acústicos, pode contribuir para uma melhor compreensão do comportamento da nasalidade do PB.

A nossa proposta para a presente pesquisa é dar um primeiro passo no sentido de estudar dados aerodinâmicos da nasalidade coarticulatória do PB, a partir de dados de fala de florianopolitanos. Esses dados foram obtidos através de gravações que utilizaram um dispositivo para análise da nasalidade chamado de piezo-elétrico. Trata-se, portanto, de uma pesquisa ainda introdutória, de cunho mais qualitativo. Assim, pretendemos apresentar uma descrição dos índices de fluxo de ar nasal com o objetivo de caracterizar as vogais nasalizadas, a partir da amplitude das curvas de fluxo de ar nasal (grau de nasalização), apresentadas pelo piezo-elétrico. O ponto de partida é a comparação desses dados aerodinâmicos da vogal nasal do PB com o francês.

## **2. Pesquisas acústicas e aerodinâmicas sobre a nasalidade das vogais do PB**

Amelot (2004) tem se debruçado sobre o estudo de dados aerodinâmicos, acústicos e articulatórios das vogais nasais do francês. Essa autora considera que o termo “assimilação”, utilizado para descrever o fenômeno de nasalidade, tem uma perspectiva

---

<sup>2</sup> Trabalho desenvolvido por Seara e colegas em 2012, intitulado Primeiras considerações sobre a aerodinâmica das vogais nasais do PB: a variedade florianopolitana, na Universidade Federal de Santa Catarina, ainda não publicado.

mais fonológica e que seria mais conveniente que, no campo da Fonética, fosse utilizado o termo “coarticulação”, mais apropriado para a descrição acústico-articulatória e perceptual de fenômenos fonéticos, em geral. Dessa forma, esse será o termo adotado no presente estudo.

Amelot (2004) considera que existem diferenças entre sons nasais e nasalizados. Segundo a autora, essas diferenças levam em consideração o caráter contrastivo dos sons. Em línguas, como o francês e o português, o som nasal tem caráter contrastivo e, nesse caso, na visão da autora, existiria um abaixamento intencional do véu do palato para produzir esse tipo de som, ao contrário dos sons nasalizados que seriam resultado de uma coarticulação não controlada entre dois sons, um oral e outro nasal ou vice-versa.

Sob a perspectiva fonética, o tratamento da nasalidade das vogais é complexo devido às consequências acústicas, observadas quando ocorre o acoplamento entre o trato oral e o nasal, em função do abaixamento do véu do palato (SEARA, 2000; MORAES, 2013, dentre outros). Diversas pesquisas relatam, como consequências acústicas desse acoplamento, um amortecimento da intensidade dos formantes vocálicos mais significativo na zona do primeiro formante e um aumento de sua largura de banda. O efeito acústico varia de acordo com a primeira ressonância do conduto oral, influenciado pela identidade da vogal e pela amplitude do acoplamento, provocando o aparecimento de novas zonas de ressonância como consequência do posicionamento da língua na cavidade oral (VAISSIÈRE, 1994; SOUZA, 1994; SEARA, 2000; MORAES, 2013; dentre outros).

Seara (2000) refere que as análises acústicas da nasalidade, realizadas no PB, apresentam limites por causa da dificuldade de identificar adequadamente ressonâncias referentes ao trato nasal, devido à introdução das antirressonâncias, quando ocorre o acoplamento da cavidade nasal.

Pesquisas sobre as vogais nasais do PB, principalmente na área da Fonética Acústica, são bastante frequentes, por exemplo, as de Cagliari (1977), Souza (1994), Seara (2000) e Moraes (2013). Contudo, o mesmo não pode ser dito de estudos sobre a nasalidade coarticulatória. A pesquisa bibliográfica apontou somente para o estudo de Souza & Pacheco (2012) sobre a nasalidade de três vogais do PB, as que compõem o triângulo vocálico, ou seja, as vogais /ã/, /ĩ/, e /ũ/, na variedade dialetal de Vitória da Conquista (BA). Esse estudo compara F1, F2 e F3 entre vogais nasais, orais e nasalizadas do PB, indicando diferenças nos formantes entre os três grupos de vogais.

Quanto às pesquisas aerodinâmicas da nasalidade no PB, trata-se de um campo que ainda necessita ser explorado. Medeiros *et al.* (2010) apresentaram uma pesquisa sobre a vogal nasal no PB com dados aerodinâmicos e acústicos, porém, com o objetivo de pesquisar o apêndice nasal (murmúrio) e propor uma explicação dinâmica da nasalidade no PB.

Com o foco em análises aerodinâmicas, vejamos na seção a seguir algumas medidas empregadas nessas análises.

### 3. Medidas aerodinâmicas da nasalidade

As pesquisas sobre aspectos aerodinâmicos são realizadas com o auxílio de instrumentos que medem o fluxo de ar oral e nasal, como, por exemplo, o microfone nasal, o nasômetro e o acelerômetro, este último também conhecido como piezo-elétrico (VAISSIÈRE, 1995; 2010). O piezo-elétrico é um dispositivo constituído por duas pequenas pastilhas com cerca de 0,5 cm de diâmetro, fixado com um adesivo no lado externo de cada narina (Figura 1a). O microfone nasal, por sua vez, consiste em um pequeno tubo, que é inserido dentro da porção final de uma das narinas do informante, sendo capaz de captar e gravar a pressão do ar da narina na qual foi fixado (Figura 1b) e o microfone oral, capta os sinais acústicos orais (Figura 1c).

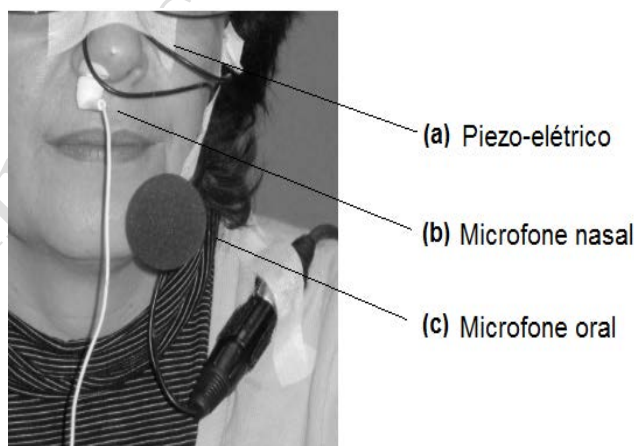


Figura 1: Disposição dos equipamentos utilizados em pesquisas aerodinâmicas: (a) piezo-elétrico, (b) microfone nasal e (c) microfone oral. Divulgação da imagem autorizada.

Essas técnicas identificam a presença do fluxo de ar nasal que sai pelo nariz, indicativa da abertura da porta velofaríngea, permitindo o estudo de aspectos temporais e quantitativos da nasalidade, que, combinado com dados acústicos, amplia as possibilidades de análise dos fenômenos da nasalidade (AMELOT, 2004; VAISSIÈRE *et*

*al.*, 2010; BRKAN, *et al.* (2012). Delvaux *et al.* (2008) apresentam três argumentos a favor das investigações aerodinâmicas: (i) são eficientes para o estudo da nasalidade, pois se constituem em técnicas não invasivas, permitindo a coleta de um grande conjunto de dados; (ii) parâmetros aerodinâmicos fornecem informações detalhadas, tanto de aspectos temporais quanto espaciais da nasalização, importantes para o estudo da coarticulação; (iii) as informações aerodinâmicas fornecem um ponto de vista intermediário entre os aspectos articulatórios e acústicos da nasalidade. A investigação sobre o fluxo de ar nasal oferece ainda informações indiretas a respeito do movimento da porta velar e seus graus de abertura (KRAKOW & HUFFMAN, 1993).

O sinal nasal, obtido pelo piezo-elétrico ou pelo microfone nasal, e o sinal oral, captado pelo microfone acústico, são expressos em RMS (*Root Mean Square*)<sup>3</sup>, valor médio utilizado para grandezas variáveis. Krakow & Huffman (1993) explicam que os sinais assim obtidos, ou seja, o sinal oral e o sinal nasal, são convertidos automaticamente em RMS, permitindo se fazer uma comparação entre a amplitude desses dois sinais, dividindo-se o RMS (n) nasal pelo RMS (o) oral e multiplicando-se por uma constante (C), como na fórmula que segue:

$$\text{RMS (n) / RMS (o) . (C)}$$

O valor da constante (C) é determinado durante a sessão experimental no momento de calibração do aparelho, onde se obtém um valor máximo de nasalização produzida pelo informante, distribuído em uma escala que vai de 0 a 1. (KRAKOW & HUFFMAN, 1993). Os valores de RMS, acústico e nasal, são amostrados digitalmente a cada 2 ms, processados e plotados, gerando curvas do sinal oral (Figura 2a), do sinal nasal do piezo-elétrico (Figura 2b) e do microfone nasal (Figura 2c), correspondentes à quantidade de fluxo de ar nasal durante dada emissão (BULL *et al.*, 1982). Algumas pesquisas convertem esses valores em decibel (dB), como Horii *et al.* (1980), outros mantêm a medida em RMS, como Amelot (2004) e Seara *et al.* (2012).

---

<sup>3</sup> Raiz do valor quadrático médio.



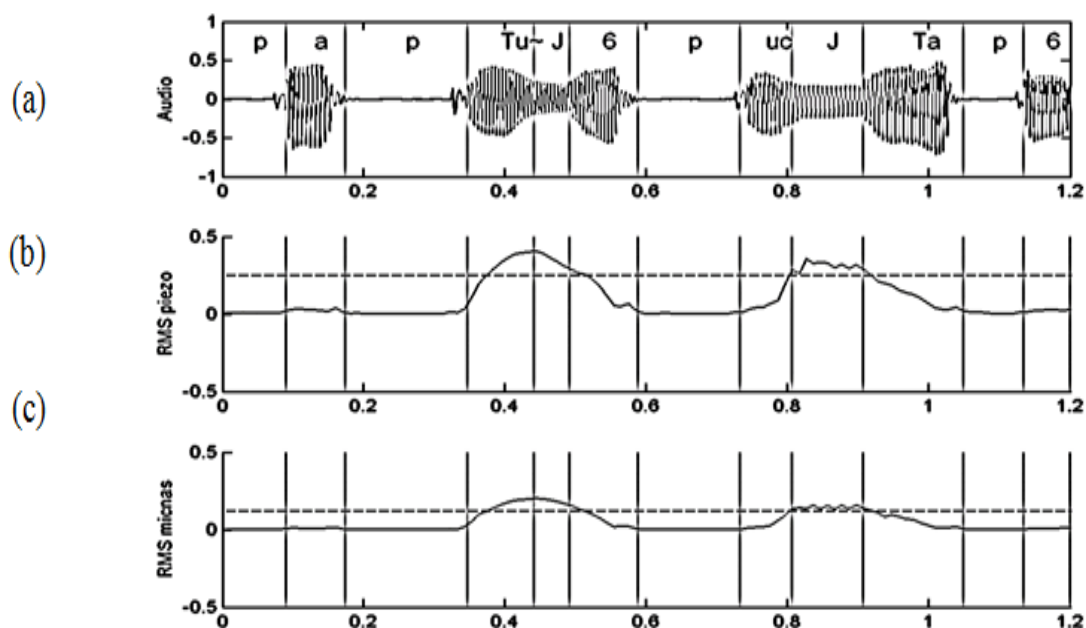


Figura 2: Exemplo dos gráficos gerados a partir dos dados do (a) microfone acústico, (b) piezo-elétrico e (c) microfone nasal.

Os dados obtidos pelo piezo-elétrico e pelo microfone nasal mostram o fluxo de ar nasal, isto é, a corrente de ar que escapa pelas narinas durante a produção de um som nasal. A partir de informações como essas, Amelot (2004), estudando as vogais nasais do francês, variedade parisiense, e Seara *et al.* (2012) estudando as vogais nasais do PB, variedade florianopolitana, conseguiram inferir um comportamento padrão dessas curvas a fim de caracterizar a nasalidade das vogais nasais.

Como referido na seção anterior, devido à dificuldade em encontrar pesquisas aerodinâmicas da nasalidade do PB, fez-se necessário buscar em outras línguas informações que dessem suporte aos dados aerodinâmicos analisados neste estudo.

Basset *et al.* (2002), ao analisarem dados do francês parisiense, oferecem um critério de classificação para a nasalidade coarticulatória com base nas medidas de fluxo de ar nasal, chamadas de NAF (*Nasal Air Flow*). O fluxo de ar nasal pode ser classificado (Figura 3), segundo esses autores, como<sup>4</sup>: (i) antecipado, captado antes do *onset* do segmento nasal; (ii) sincrônico, mas não necessariamente simétrico, visto que o fluxo de ar nasal pode iniciar depois do *onset* da consoante nasal (nesse caso, classificado como atrasado); (iii) continuado, no qual o fluxo de ar nasal é captado após o *offset* da nasal.

<sup>4</sup> Em Basset *et al.* (2002), original em inglês, a classificação é denominada: (i) anticipation; (ii) synchronous, delayed; (iii) carryover.

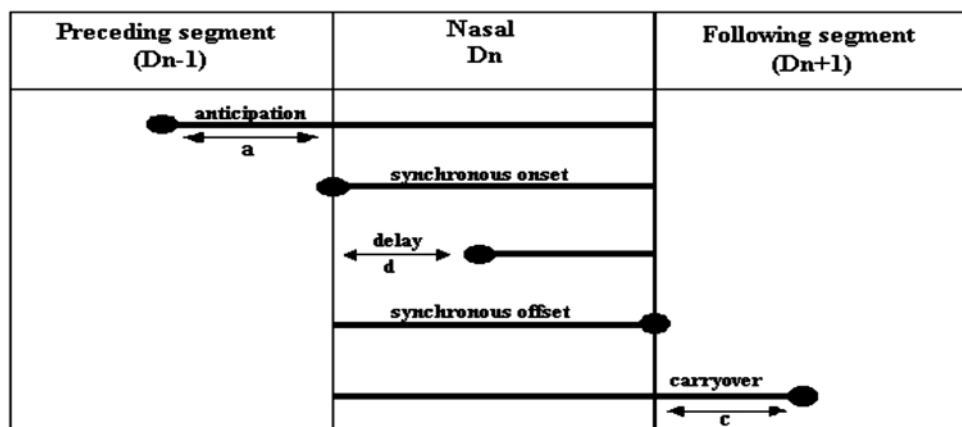


Figura 3: Critérios de classificação do fluxo de ar nasal (Basset *et al.*, 2002, p.89).

Amelot (2004) relata que o francês também apresenta a nasalidade regressiva, contudo em um grau moderado. Vaissière *et al.* (2010) descrevem o piezo-elétrico e o microfone nasal como técnicas não invasivas que, aliadas aos estudos acústicos, podem acrescentar informações relevantes ao estudo da nasalidade.

O objetivo do presente estudo é dar continuidade às análises do fenômeno de nasalidade do PB, sob uma perspectiva aerodinâmica, como já referido anteriormente, olhando a nasalidade coarticulatória. O que se procura é entender o comportamento do fluxo do ar nasal coletado pelo piezo-elétrico nas vogais que se situam antes das consoantes nasais [m], [n] e [ɲ], que fazem parte do repertório fonético do PB, em contextos V<sub>1</sub>C<sub>n</sub>V<sub>1</sub>.

Pretendemos com essas análises responder as seguintes questões:

1. As análises aerodinâmicas verificam a presença da nasalidade coarticulatória no PB?
2. Se verificada a nasalidade coarticulatória, os resultados aerodinâmicos apontam para uma coarticulação regressiva, progressiva ou dupla?
3. Elementos prosódicos, como a tonicidade das vogais nasalizadas, influenciam no fluxo de ar nasal (grau de nasalização)?
4. O grau de nasalização varia dependendo da qualidade da vogal? Em caso afirmativo, quais seriam essas variações?
5. Existem diferenças no grau de nasalização entre informantes de sexos diferentes?
6. A duração da vogal nasalizada é semelhante à duração da vogal oral ou nasal? A tonicidade influencia nessas medidas?
7. A qualidade da consoante nasal influencia o grau de nasalização da vogal que a antecede?

Para responder a estas questões, foram utilizados o corpus, os dados e as técnicas de análise que serão apresentadas na seção seguinte.

#### 4. Metodologia

Os dados analisados neste estudo constituem-se de uma pequena amostra do banco de dados referente à nasalidade das vogais do PB, do projeto “O Detalhe Fonético: análise acústica exploratória de segmentos de fala”, do Laboratório de Fonética Aplicada da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, Processo nº 2057, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Esses dados foram coletados no Laboratório de Fonética e Fonologia da Universidade Sorbonne-Nouvelle (Paris III) em Paris (França).

Para esta análise preliminar, foi observado um conjunto de dados constituído por logatomas, elaborados para apresentar contextos que exibissem o fenômeno da nasalidade coarticulatória. Os logatomas são formados por duas sequências:  $C_1V'C_1V_1CnV - C_1V_1'CnVC_1V$ , onde  $V_1$  é a vogal que pode sofrer os efeitos da nasalidade da consoante  $Cn$ , em ambientes tônico ou átono, respectivamente; e  $Cn$  (em onset silábico) corresponde a uma das três consoantes nasais do PB: [m], [n] e [ɲ]. Foram testadas em  $V_1$  as cinco vogais orais do PB [a], [e], [i], [o] e [u], em contexto que antecede as consoantes nasais. O contexto anterior à vogal  $V_1$  foi ocupado pela oclusiva surda [p] ( $C_1$ ), pois, segundo Ferguson (1975), essa qualidade de consoante impediria a propagação da nasalidade. Ao todo foram analisados 15 logatomas repetidos, no mínimo, duas vezes por dois sujeitos, totalizando um conjunto de 66 dados. Em [1], são apresentados exemplos desses logatomas que foram inseridos na frase veículo *digo* [ $C_1V'C_1V_1CnV - C_1V_1'CnVC_1V$ ] *baixinho*, coletados em ambiente acusticamente tratado.

[1]

papanha – panhapa – sequência  $C_1V'C_1V_1CnV - C_1V_1'CnVC_1V$   
 papema – pemapá – sequência  $C_1V'C_1V_1CnV - C_1V_1'CnVC_1V$

Esta pesquisa contou com dados de dois informantes, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, entre 30 e 35 anos, ambos naturais e residentes em Florianópolis no estado de Santa Catarina, sul do Brasil, com nível superior de escolaridade. Nenhum dos

dois informantes apresenta ou apresentou patologias de linguagem em suas histórias atuais ou pregressas.

Para gravação dos dados analisados no presente estudo, foram utilizados um captador piezo-elétrico (*K&K Sound*) e um microfone acústico (*MicroMic C520L*). O piezo-elétrico foi fixado por um adesivo dupla face nos ossos laterais do nariz, logo acima da cartilagem (Figura 1.a) e ligado a um pré-amplificador (40dB) e a uma placa de aquisição sonora externa (*Motu Ultralite, mk3*, híbrida). O microfone acústico foi acoplado à saída de ar oral (boca), de modo que a distância entre o microfone e os lábios do informante fosse mantida fixa durante toda a gravação dos dados de fala (Figura 1c).

Antes da captação do sinal acústico, o piezo-elétrico foi calibrado, o que aconteceu automaticamente, bastando que o informante produzisse uma sequência CV oral [papapa] e uma sequência CV nasal [mãmãmã]. Depois da gravação do sinal sonoro desses dois dispositivos, os dados foram segmentados e etiquetados manualmente, com o auxílio do *software Praat* (BOERSMA E WEENINCK, 2012). Em seguida, foi rodado um *script*<sup>5</sup> para extração das medidas acústicas de duração, baseadas no microfone acústico, e das medidas aerodinâmicas, baseadas no piezo-elétrico, dos segmentos analisados em suas porções iniciais, mediais e finais. O produto da extração foi inspecionado visualmente para certificação dos resultados. As medidas dos sinais acústicos orais e nasais foram expressas em *Root Means Square* (RMS). As análises estatísticas descritivas foram realizadas com auxílio do programa de estatística SPSS<sup>6</sup>. Na presente pesquisa apresentaremos somente os resultados do piezo-elétrico.

Ao todo foram analisados 66 dados correspondendo a 33 pares de vogais, constituídos de um logatoma com vogal em posição tônica, ao lado de outro logatoma com vogal em posição átona. Plotamos 33 gráficos de curvas de RMS (Figuras 2a e 2b), relativos às consoantes nasais do PB, cuja distribuição é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição das três consoantes nasais do PB nos dados analisados.

Tipo de consoante nasal	Número de dados
[m]	20
[n]	26
[ɲ]	20

<sup>5</sup> Este *script* foi elaborado por Angeliqne Amelot do Laboratoire de Phonétique et Phonologie (LPP) da l'Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, a quem agradecemos.

<sup>6</sup> IBM SPSS Statistic 22.0. Polar Engineering and Consulting, copyright 2012-2014.

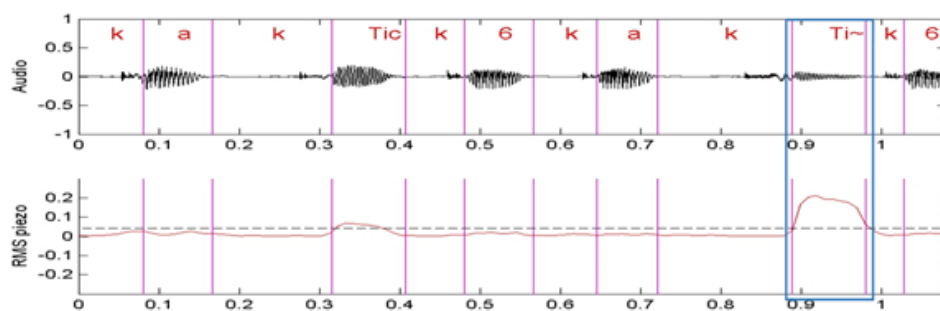
Passemos agora à apresentação e discussão dos resultados e, em seguida, às conclusões da pesquisa.

## 5. Apresentação e discussão dos resultados

Um dos objetivos desta pesquisa foi buscar particularidades nas curvas de RMS, originadas a partir dos dados aerodinâmicos, obtidos pelo piezo-elétrico, concernentes às vogais nasalizadas do PB, variedade florianopolitana. O corpus foi montado com o intuito de observar a nasalidade das vogais [a], [e], [i], [o] e [u], bem como a influência que as consoantes nasais do PB, [m] [n] [ɲ], poderiam exercer sobre essas vogais, ou seja, a nasalidade coarticulatória.

A comparação com os resultados aerodinâmicos das vogais nasais do estudo realizado por Seara *et al.* (2012) nos permitiu fazer algumas inferências, a fim de distinguir, aerodinamicamente, uma vogal nasal de uma nasalizada. Na pesquisa de Seara *et al.* (2012) sobre as vogais nasais, o fluxo de ar nasal mostrou uma tendência de se concentrar no segmento vocálico, com pouca coarticulação (Figura 4a), ao passo que, em nosso conjunto de dados referente às vogais nasalizadas, o fluxo de ar nasal da consoante se estende aos contextos vocálicos contíguos, tanto para a esquerda, quanto para a direita da consoante nasal (Figura 4b), nos dois contextos de tonicidade.

## (a) [ka'kikɛ ~ ka'kikɛ]



## (b) [pa'pane ~ pa'nape]

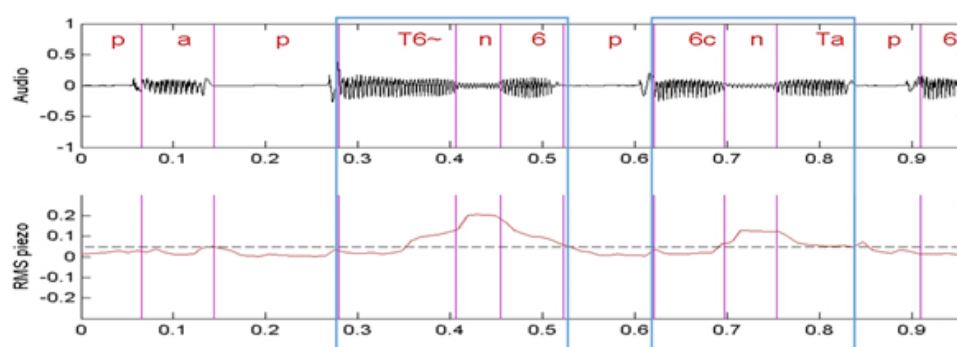


Figura 4: Oscilograma e curva de fluxo de ar nasal, captado pelo piezo-elétrico, da vogal nasal no logatoma [ka'kikɛ ~ ka'kikɛ] (Seara et al., 2012) com a vogal nasalizada no par de logatomas [pa'pane ~ pa'nape].

Todo o conjunto de dados plotados mostrou algum grau de coarticulação na sequência V<sub>1</sub>CnV, tanto progressivamente, atingindo a vogal que segue a consoante, quanto regressivamente, atingindo a vogal que antecede a consoante nasal, independente da qualidade da consoante e da vogal, bem como de sua tonicidade. A presença da dupla coarticulação, afetando tanto a vogal anterior quanto a posterior no mesmo logatoma, observada, por exemplo, nos gráficos exibidos na Figura 5b, foi encontrada com maior frequência, variando apenas o grau de coarticulação, que trataremos mais adiante.

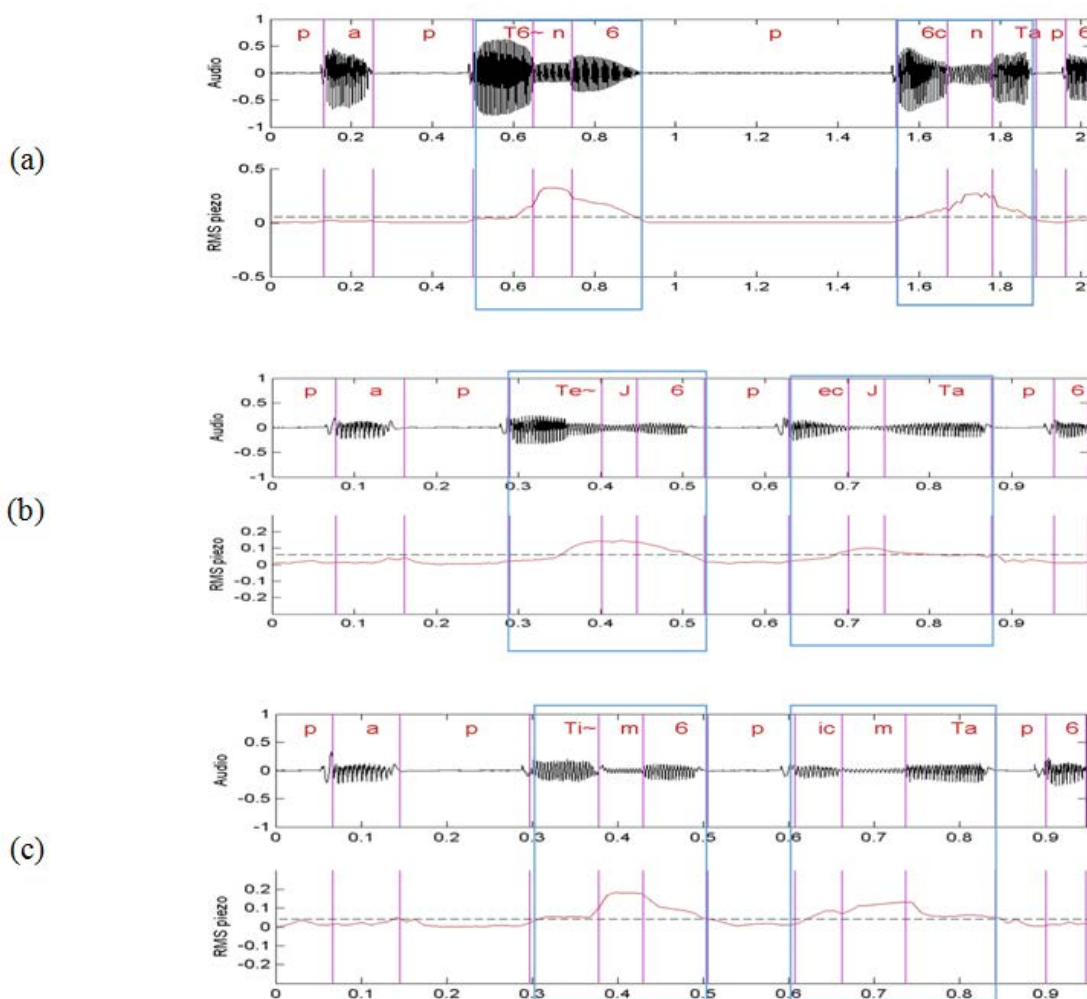


Figura 5: Oscilograma e fluxo de ar nasal dos pares de logotomas: (a) [pa'pɐnɐ~pa'napɐ]; (b) [pa'pɐnɐ~pɐnapɐ]; (c) [pa'pimɐ~pi'mapɐ].

O piezo-elétrico, como lembram Huffman & Krakow (1993), Montagu (2007), Delvaux *et al.* (2008) e Vaissière *et al.* (2010), nos dá uma noção indireta do movimento do véu do palato. Quando temos um escape de ar nasal significa que o véu está se abaixando a fim de que se cumpra um dos requisitos articulatórios de um som nasal, que é o escape de ar pelo nariz. Independente da qualidade da vogal, se alta ou não, e independente da qualidade da consoante nasal, os dados analisados nesta pesquisa sobre a vogal nasalizada revelam que o movimento do véu do palato, para a realização de uma consoante nasal no PB, inicia-se antes da execução da consoante propriamente dita (Figuras 4b e 5b), o que traduz um movimento antecipatório do véu do palato. A vogal que segue a consoante nasal em sequências  $C_1V'C_1V_1CnV - C_1V_1'CnVC_1V$ , independente da tonicidade, também mostra, indiretamente, o movimento do véu do palato. Porém, agora, no sentido inverso, de fechamento do véu do palato.

Em nossos dados, as consoantes nasais eram seguidas por vogais que eram, por

sua vez, seguidas por obstruintes surdas, quando em contexto tônico. Pesquisas, como as de Brkan *et al.* (2012), relatam a possibilidade da existência desses movimentos antecipatórios do véu do palato antes da realização do som nasal, bem como o abaixamento velar que persiste, mesmo depois que o som nasal é realizado. Podemos traduzir o movimento velar (observe os dados dentro dos retângulos na Figura 5) em três estágios: (a) um abaixamento progressivo, (b) uma manutenção da abertura e (c) um fechamento progressivo. A relação do movimento do véu do palato com o tempo, ou seja, com a duração de cada etapa de seu movimento, vai depender, como lembra Delvaux *et al.* (2008), das características do contexto fonológico que antecede e/ou sucede o som nasal, tais como: (i) altura da vogal; (ii) qualidade da consoante nasal; (iii) qualidade da consoante na posição  $C_1$ ; (iv) organização prosódica.

Extraímos os valores relativos ao fluxo de ar nasal de cada vogal nasalizada, ou seja, a primeira vogal ( $V_1$ ) da sequência  $V_1CnV$ , expressos em porcentagem de RMS, bem como sua duração, expressa em *ms*. Esses resultados são apresentados a seguir.

O fluxo de ar nasal (grau de nasalização), identificado nas vogais nasalizadas, é bastante variável, porém uma primeira análise indica que as vogais altas [i] e [u] apresentam uma média de fluxo de ar nasal maior do que as demais, principalmente quando elas se encontram em posição tônica ( $C_1V'C_1V_1CnV$ ), independente do sexo do informante (Figura 6).

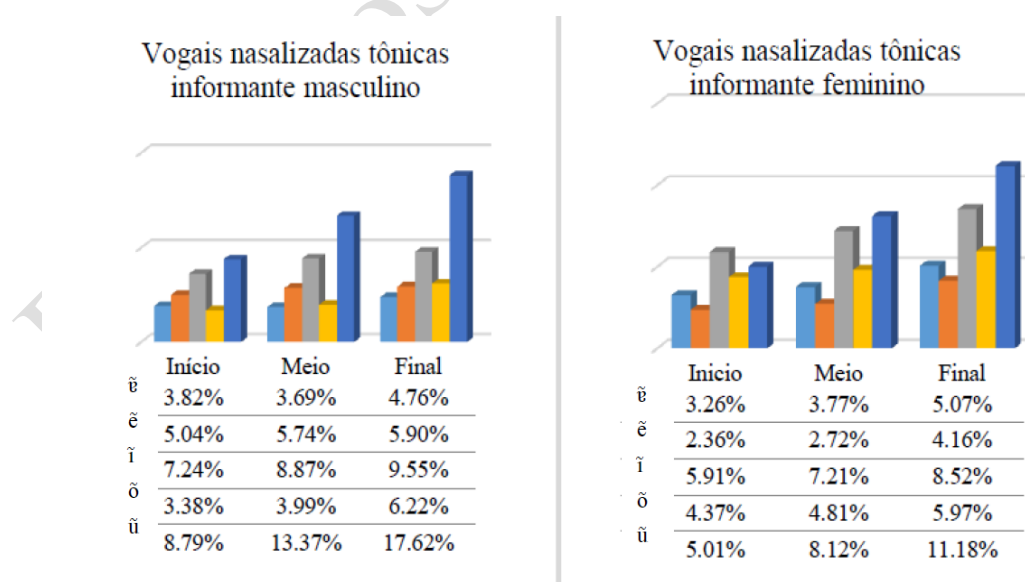


Figura 6: Grau de nasalização das vogais nasalizadas em posição tônica ( $C_1V_1CnV$ ) na produção de sujeitos masculinos e femininos.

Delvaux *et al.* (2008) realizaram um estudo sobre o grau da nasalização, buscando



informações sobre a nasalidade antecipatória, progressiva ou simétrica no francês. Os pesquisadores também reportaram que a antecipação da nasalidade, o que chamamos em nossa pesquisa de nasalidade regressiva, ocorre com maior frequência quando a vogal é alta. Esses autores relatam que existe uma relação entre altura da língua e abertura do véu do palato. Em contextos nasais ( $V_1Cn$ ), as vogais altas apresentam, geralmente, um maior fluxo de ar nasal se comparado com as vogais não altas. A diferença reside, segundo esses pesquisadores, principalmente, na relação do tempo de abaixamento do véu do palato com o fechamento da cavidade oral.

Quando a vogal nasalizada encontra-se em posição átona ( $C_1V_1'CnV C_1V$ ), o conjunto de dados da presente pesquisa mostrou que o grau de nasalização é menor do que o apresentado pelas vogais nasalizadas quando em posição tônica (Figura 7). Esse fato oferece indícios para pensar que o fator tonicidade também poderia exercer algum grau de influência sobre a nasalização no PB, fato que, segundo Delvaux *et al.* (2008), ocorre no francês.

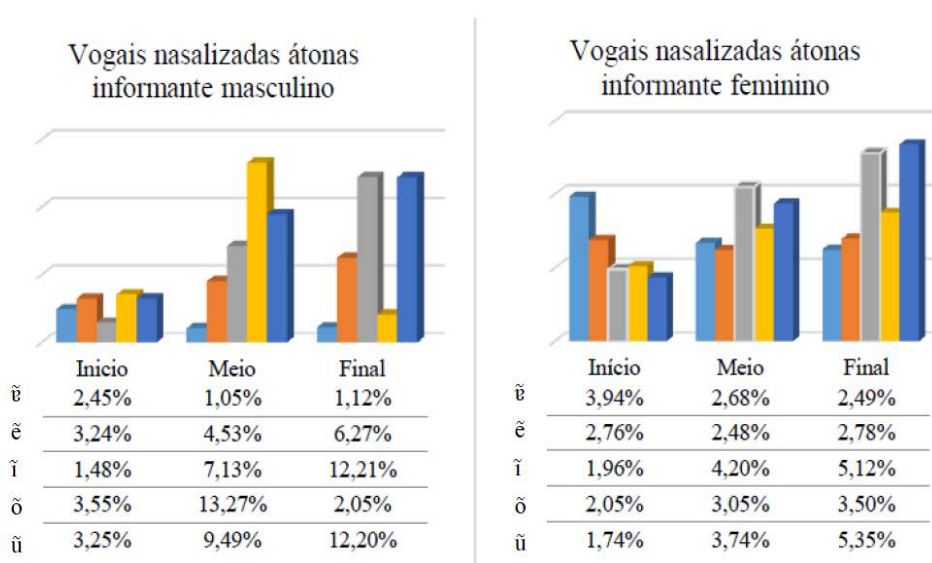


Figura 7: Grau de nasalização das vogais nasalizadas em posição átona ( $C_1V_1'CnV$ ) na produção de sujeitos masculinos e femininos.

Os dados de porcentagem que traduzem o grau de nasalização, apresentados nas Figuras 6 e 7, mostram que quase todas as vogais nasalizadas, principalmente quando elas se encontram em ambientes tônicos, exibem um aumento gradativo do índice de fluxo de ar nasal na sequência  $V_1Cn$  à medida que se aproxima a realização da consoante, o que seria esperado.

Para verificar se existem diferenças entre a duração das vogais nasalizadas dependendo da tonicidade, comparamos as médias de duração dessas vogais, independente da qualidade da vogal, em posições tônicas e átonas. Esses resultados podem ser observados na Tabela 1. Esses dados foram tratados estatisticamente e apontam para uma duração significativamente maior da vogal nasalizada quando em sílabas tônicas.

Tabela 1: Valores médios e desvio padrão da duração (ms) das vogais nasalizadas em posição tônica e átona.

Duração	N	Média	DP (Desvio padrão)
<b>Tônica</b>	37	118,04	40,35
<b>Átona</b>	35	72,25	21,64

\*\*p = 0,001

Ainda com relação à duração das vogais nasalizadas, buscamos compará-las com os resultados de duração das vogais orais e nasais obtidos por Seara *et al.* (2012), na qual foram achadas evidências de que as vogais nasais apresentam maior duração do que sua contraparte oral. O gráfico de comparação entre as médias de duração das vogais orais, nasais, nasalizadas tônicas e átonas é apresentado na Figura 8.

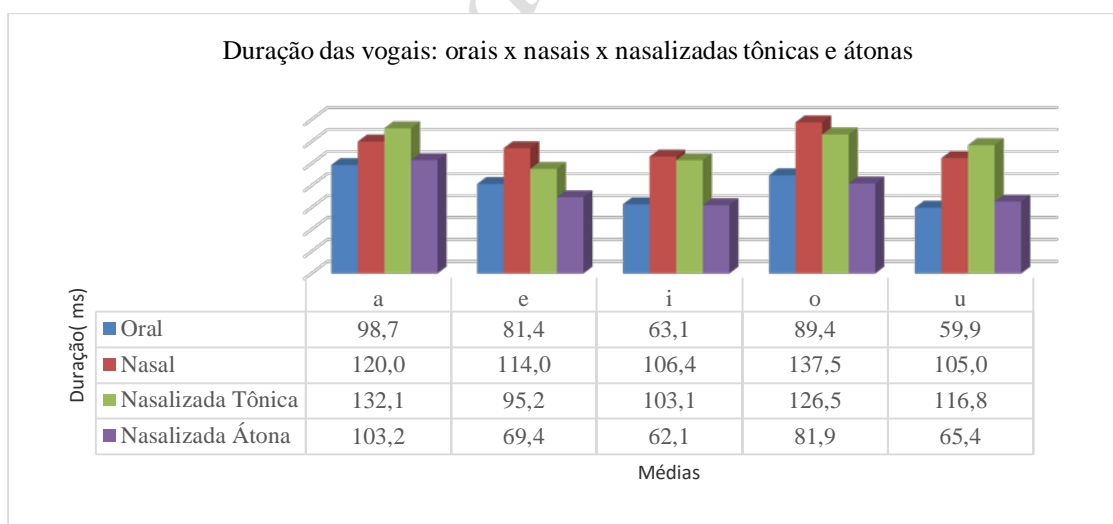


Figura 8: Médias da duração (ms) das vogais orais e nasais (obtidas em SEARA *et al.*, 2012) e das vogais nasalizadas em posições tônica e átona (obtidas pela presente pesquisa).

A distribuição das médias de duração das vogais orais, nasais e nasalizadas tônicas e átonas apresenta indícios de que a duração das vogais nasalizadas tônicas se mostra mais próxima da distribuição de duração da vogal nasal e um pouco acima da vogal oral. Já, a distribuição das médias de duração das vogais nasalizadas átonas se aproxima mais

da distribuição de duração apresentada pelas vogais orais. Essas distribuições são mostradas na Figura 9.

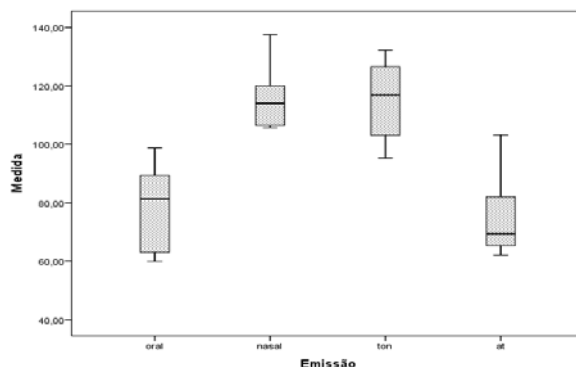


Figura 9: Distribuição da duração (*ms*) das vogais orais e nasais (obtidas em SEARA et al., 2012) e nasalizadas tônicas (ton) e nasalizadas átonas (at) (obtidas pela presente pesquisa).

A fim de verificar se existe variação na amplitude do fluxo de ar nasal, captada pelo piezo-elétrico, entre informantes de sexos distintos, observamos os dados relativos ao grau de nasalização captado no início, no meio e no fim da emissão da vogal nasalizada, em contextos tônicos e átonos, expressos em RMS. Esses resultados são exibidos na Tabela 2.

Tabela 2: Amplitude da curva de fluxo de ar nasal referentes à produção de sujeitos masculinos e femininos.

	Informante	N	Média	Desvio Padrão (DP)
Início	Masculino	30	,043	,034
	Feminino	42	,015	,018
Meio	Masculino	30	,076	,061
	Feminino	42	,026	,020
Fim	Masculino	30	,101	,079
	Feminino	42	,041	,034

\*  $p < 0,05$

Os resultados apresentados pela Tabela 2 mostram diferenças estatisticamente significativas relativas ao grau de nasalização entre informantes de sexos distintos, em consonância com as pesquisas de Amelot (2004) e Montagu (2007), que concluíram haver diferenças nos graus de nasalização entre indivíduos de sexos diferentes, provavelmente por questões anátomo-fisiológicas.

Uma observação mais cautelosa acerca da qualidade da consoante nasal e sua influência sobre a vogal que a antecede apontou um comportamento aparentemente diferenciado das nasais bilabial [m], alveolar [n] e palatal [ɲ]. A transformação dos sinais

gerados pelo microfone acústico e pelo piezo-elétrico em oscilogramas (Figura 10) permitiu a comparação entre os dois sinais e a observação de quando se inicia o fluxo de ar nasal. Para fins de análise, dividimos, em quatro quadrantes equidistantes, a vogal que antecede a consoante nasalizada (em destaque nos retângulos exibidos na Figura 10), com o objetivo de observar a extensão da nasalidade coarticulatória. A consoante [m] apresentou, em 90% dos dados, uma menor coarticulação regressiva, ou seja, um menor índice de antecipação, atingindo cerca do  $\frac{1}{4}$  da vogal antecedente (Figura 10a). A consoante [n] mostrou, em 61,5% dos dados, uma coarticulação maior, quando comparada à consoante [m], atingindo cerca de  $\frac{2}{4}$  da duração da vogal antecedente (Figura 10b). A consoante [ɲ] apresentou uma grande coarticulação, atingindo cerca de  $\frac{3}{4}$  da duração da vogal antecedente em 70% dos dados (Figura 10c).

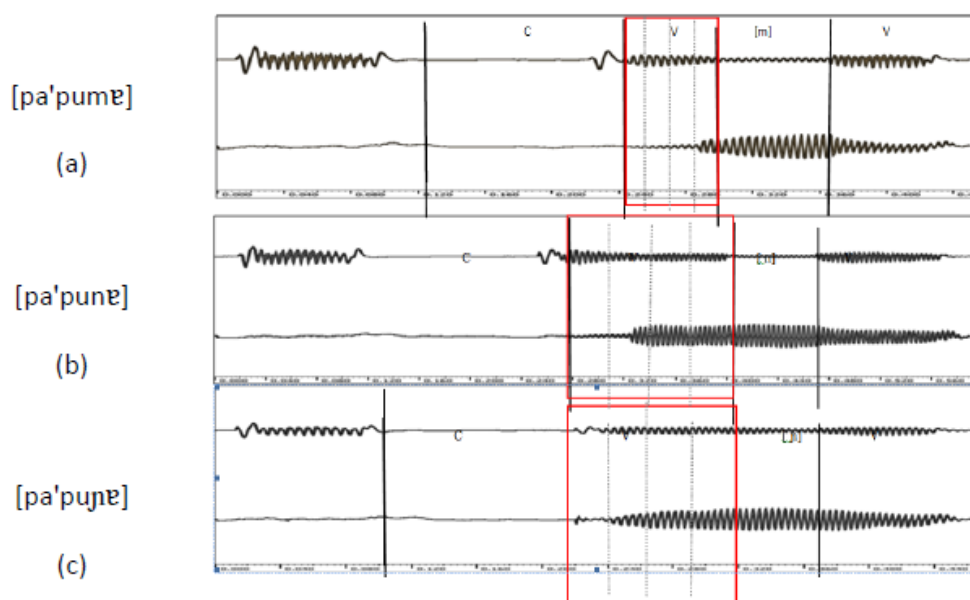


Figura 10: Coarticulação regressiva (fluxo de ar nasal à esquerda) das vogais em contexto tônico antecedendo as consoantes (a) [m], (b) [n] e (c) [ɲ].

Montagu (2007) analisou as vogais nasalizadas do francês e observou a antecipação da nasalização. Através de medições de duração, chegou à conclusão de que, no francês, o grau de abertura da vogal é o fator que faz variar a duração da antecipação, de modo que as vogais [a], [ɛ] e [ɔ] apresentam maior grau de nasalização. Os dados da presente pesquisa ainda não nos permitem fazer uma apreciação segura sobre a relação grau de abertura da vogal e antecipação da nasalização, de modo que é necessário um maior volume de dados para confirmar se essa tendência está presente no PB.

## 6. Discussão final

O abaixamento do véu do palato, durante a emissão da fala, é responsável pelo escape de ar pelas narinas, ocasionando um fenômeno linguístico conhecido por nasalidade. Esse fenômeno pode afetar consoantes e vogais na maioria das línguas, inclusive no PB. Propusemos, neste estudo, uma caracterização aerodinâmica inicial de cunho mais qualitativo da nasalidade coarticulatória das vogais do PB, variedade florianopolitana, quando essas vogais se situam em contexto anterior à consoante nasal, chamada de nasalidade regressiva ou antecipatória. Formulamos sete questões de pesquisa que, juntamente com a análise dos dados, foram respondidas e serão retomadas a seguir.

1. As análises aerodinâmicas verificam a presença da nasalidade coarticulatória no PB?
2. Se verificada a nasalidade coarticulatória, os resultados aerodinâmicos apontam para uma coarticulação regressiva, progressiva ou dupla?

Os dados obtidos a partir do acelerador piezo-elétrico confirmam a presença da vogal nasalizada coarticulatoriamente no PB, atingindo a vogal que antecede a consoante nasal, em sequências  $V_1Cn$ , e também a vogal que sucede a consoante nasal em sequências  $CnV_1$ . Todas as três consoantes nasais do PB exercem efeitos coarticulatórios sobre as vogais [a], [e], [i], [o] e [u]. Logo, a variedade florianopolitana do PB apresenta nasalidade coarticulatória progressiva e regressiva, podendo ocorrer concomitantemente no mesmo logatoma.

3. Elementos prosódicos, como a tonicidade das vogais nasalizadas, influenciam no fluxo de ar nasal (grau de nasalização)?
4. O grau de nasalização varia dependendo da qualidade da vogal? Em caso afirmativo, quais seriam essas variações?

A análise preliminar dos dados mostra uma tendência na variação do grau de nasalização dependendo da pauta acentual, se tônica ou átona. Vogais nasalizadas em posição tônica apresentam um fluxo de ar nasal maior do que as vogais nasalizadas em posição átona. Em posição tônica, as vogais altas [i] e [u], aparentemente apresentam um fluxo de ar nasal maior do que as demais vogais, o que pode ser justificado pela posição alta da língua na emissão desses sons. Já, na posição átona, não foi possível, com esse conjunto de dados, perceber um comportamento recorrente em relação ao fluxo de ar nasal nas cinco vogais.

5. Existem diferenças no grau de nasalização entre informantes de sexos diferentes?

Os resultados desta pesquisa apontam para uma diferença nos resultados do grau de nasalização entre sujeitos do sexo masculino e feminino, justificado por diferenças anatomo-fisiológicas entre os dois sexos.

6. A duração da vogal nasalizada é semelhante à da vogal nasal ou da oral? A tonicidade influencia nessas medidas?

As vogais nasalizadas tônicas aparentemente apresentam uma maior duração quando comparadas com suas correspondentes orais e uma menor duração se comparada às vogais nasais. Quando ocupam a posição átona, os dados não foram conclusivos, mostrando-se semelhantes à duração das vogais orais.

7. A qualidade da consoante nasal influencia o grau de nasalização da vogal que a antecede?

Independentemente da qualidade da consoante, se [m], [n] ou [ɲ], todas elas coarticulam com as cinco vogais antecedentes, nasalizando-as tanto regressivamente quanto progressivamente. Nossos dados sugerem uma diferença no início do fluxo nasal entre as consoantes nasais do PB, de modo que o fluxo nasal para a produção [m] iniciou-se muito perto do onset desse segmento, mostrando pouca antecipação sobre a vogal antecedente. O fluxo nasal para a produção do [n] foi mais significativo se comparado com a nasal bilabial, de modo que a antecipação foi moderada. E, em [ɲ], o fluxo nasal foi mais antecipatório, se comparado com as duas outras consoantes nasais, sendo percebido, em alguns dados, ocupando mais da metade da duração da vogal que a antecede.

Concluimos este estudo, lembrando que ele é resultado de um contato inicial com dados aerodinâmicos provenientes do piezo-elétrico. Não encontramos nenhuma pesquisa anterior no PB que pudesse servir de parâmetro para os dados aqui analisados no que concerne à nasalidade regressiva do PB sob a perspectiva aerodinâmica. Portanto, o objetivo maior deste estudo foi de apontar tendências sobre esse fenômeno que necessita de estudos mais aprofundados, não só na variedade dialetal florianopolitana, focalizada aqui, mas também nas demais variedades dialetais do PB, acrescentando outras variáveis, como a idade e a velocidade de fala.

**Referências bibliográficas**

AMELOT, A. **Étude aérodynamique, fibroscopique, acoustique et perceptive des voyelles nasales du français**. 2004. 204 f. Tese (Doutorado em Fonética) - Université Paris 3 – Sorbonne-Nouvelle, Paris, 2004.

BASSET, P. *et al.* Nasal airflow in French Spontaneous Speech. **Journal of the International Phonetic Association**, Cambridge, n. 31, v. 1, p. 87-100, 2001. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/s0025100301001074>

BOERSMA, P.; WEENINK, D. **PRAAT**: doing phonetics by computer (Version 5.2.15). Disponível em: [www.fon.hun.una.nl/praat](http://www.fon.hun.una.nl/praat). Acesso em: 30 abr. 2012.

BRKAN, A. *et al.* C. Utilisation d'un accéléromètre piézoélectrique pour l'étude de la nasalité du Français Langue Etrangère. In : CONFERENCE CONJOINTE JEP-TALN-RECITAL, 2012, Grenoble. **Anais...** Grenoble, v.1, jun. 2012, p.689-696.

BULL, G., *et al.* **Apparatus for non-invasive measurement and display nasalization in human speech**. Pat. 4.33.276, 22 jun. 1982. 31 p.

CAGLIARI, L. C. **An experimental study of nasality with particular reference to Brazilian Portuguese**. 1977. 320f. . Tese (Doutorado em Letras). University of Edinburgh, Edinburgo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Elementos de fonética do Português Brasileiro**. 2ª Reimpressão. São Paulo: Ed. Paulistana, 2009.

CALLOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. 2a. Ed. Revista. Coleção Letras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DELVAUX, V. **Contrôle et connaissance phonétique: les voyelles nasales du Français**. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em linguística). Université Libre de Bruxelles, Bruxelles, 2003.

DELVAUX, V. *et al.* The aerodynamics of nasalization in French. **Journal of Phonetics**, 34, n. 4, p. 578-606. 2008. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1016/j.wocn.2008.02.002>

JESUS, M. V. Estudo fonético da nasalidade vocálica. In: REIS, César (Org.) **Estudos em fonética e fonologia do português**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p. 205-224.

KRAKOW, R. A.; HUFFMAN, M. K. (1993). Instruments and techniques for investigating nasalization and velopharyngeal function in the laboratory: An introduction. In : KRAKOW, R. A., HUFFMAN, M. K. (Eds.) **Phonetics and phonology, V. 5: Nasals, nasalization and the velum**. New York: Academic Press, 1993, p. 3-62.

FERGUSON, C. A. Universal tendencies and 'normal' nasality. In : FERGUSON, C.A ; HYMAN, L. M.; Ohala, J. J. (Eds). **Nasalfest: Papers from a symposium on nasals and nasalization**. Stanford University: Language Universal Project, Dept. of Linguistic. 1975, p. 175-196

HORII, Y. An accelerometric approach to nasality measurement: a preliminary report. **The Cleft Palate Journal**, Chapel Hill, v. 17/3, p. 254-261, 1980.

MAEDA, S. Acoustic of vowel nasalization and articulatory shifts in French nasal vowels. In: KRAKOW, R. A., HUFFMAN, M. K. (Eds.). **Phonetics and phonology, V. 5: Nasals, Nasalization, and the Velum**. São Diego: Academic Press, 1993, p. 147-167. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1016/b978-0-12-360380-7.50010-7>

MEDEIROS, B. R. Vogais nasais do português brasileiro: reflexões preliminares de uma revisita. **Revista Letras**, Belo Horizonte, v. 74, p. 165-178, mai./ago. 2007.

MEDEIROS, B. R. ; D'IMPERIO, M. ; ESPESSER, R. La voyelle nasale en Portugais Brésilien et son appendice nasal : étudeacoustique et aérodynamique. In : XXVIIes JOURNEES D'ETUDE SUR LA PAROLE, 2008. **Anais...** Avignon: Editions Universitaires d'Avignon, 2008, p. 285-288.

MONTAGU, J. **Étude acoustique et perceptive des voyelles nasales et nasalisées du français parisien**. 2007. 261 p. Tese (Doutorado em Fonética) - Université Paris 3 – Sorbonne-Nouvelle, Paris, 2007.

MORAES, J. A. Produção e percepção das vogais nasais. In: ABAURRE, M.B.M. (Org). **Gramática do português culto falado no Brasil: A construção fonológica da palavra**. São Paulo: Contexto, v. VII, 2013, p. 95-112.

SEARA, I. C. **Estudo acústico-perceptual da nasalidade das vogais do português brasileiro**. 2000. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_; AMELOT, A.; PACHECO, F. **Primeiras considerações sobre a aerodinâmica das vogais nasais do PB: a variedade florianopolitana**. 2012 (não publicado).

SOUSA, E. M. G. **Para a caracterização fonético-acústica da nasalidade no português do Brasil**. 1994. 160f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Unicamp, Campinas. 1994.

SOUZA, L.C. Da S.; PACHECO, V. Uma análise acústica das vogais orais, nasais e nasalizadas do dialeto de Vitória da Conquista, Bahia. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 15/2, p. 401-431, dez. 2012.

VAISSIÈRE, J. Nasalité et phonétique. In: COLLOQUE SUR LE VOILE PATHOLOGIQUE. **Anais...** Lyon, mai., 1996.

VAISSIÈRE, J. *et al.* Multisensor platform for speech physiology research in a phonetics laboratory. **The Journal of the Phonetic Society of Japan**, Tokyo, v.1, p. 65-78. 2010.

Artigo recebido em: 22.02.2015

Artigo aprovado em: 18.05.2015



# Uma relação reflexiva e teórica, por meio da ideia de interação, entre a sociolinguística interacional de John Gumperz e o interacionismo sócio-histórico de Lev Vygotsky

**A reflective and theoretical relationship, through the idea of interaction, between the interactional sociolinguistics of John Gumperz and the socio-historical interactionism of Lev Vygotsky**

Manuel José Veronez de Sousa Júnior\*

---

**RESUMO:** O presente trabalho tem o objetivo de fazer uma relação reflexiva e teórica entre a teoria da sociolinguística interacional de Gumperz (1994) e a teoria do interacionismo sócio-histórico de Vygotsky (1998), apresentando pontos de convergência e de divergência entre elas, a partir da noção de interação trabalhada pelos dois teóricos em questão, capazes de confirmar a pertinência e importância teórica de se tentar dialogar duas áreas a princípio bastante antagônicas entre si: a sociolinguística e a psicologia. Num primeiro momento, será explicitada a teoria da sociolinguística interacional de Gumperz (1994), após, em um segundo momento, será explicitada a teoria do interacionismo sócio-histórico de Vygotsky (1998) e ao final, numa terceira etapa, será apresentada uma relação e uma consequente reflexão entre essas duas teorias (a partir da ideia de interação), verificando se elas são ou não excludentes entre si.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística Interacional. Interacionismo Sócio-Histórico. Gumperz. Vygotsky.

---

**ABSTRACT:** This work aims to make a reflective and theoretical relationship between the theory of interactional sociolinguistics of Gumperz (1994) and the theory of socio-historical interactionism of Vygotsky (1998), presenting points of convergence and divergence between them, from the notion of interaction crafted by two theoretical concerned, able to confirm the relevance and theoretical importance of trying to engage the two areas quite antagonistic principle among themselves, sociolinguistics and psychology. At first, will be outlined the theory of interactional sociolinguistics of Gumperz (1994), after, in a second stage, will be outlined the theory of socio-historical interactionism of Vygotsky (1998) and at the end, a third step, a link will be displayed and a consequent reflection between these two theories (from the idea of interaction), making sure that they are or are not mutually exclusive.

**KEYWORDS:** Interactional Sociolinguistics. Socio-historical interactionism. Gumperz. Vygotsky.

---

## 1. A sociolinguística interacional de Gumperz

Iniciaremos o texto apresentando a teoria da sociolinguística interacional pensada por John Gumperz (1994), especificamente em sua obra intitulada *Discourse Strategies*. Esta teoria é bastante importante dentro dos estudos sociolinguísticos, pois apresenta mais uma corrente importante e interessante de pensamento dentre as existentes na área (como,

---

\* Doutorando em Estudos Linguísticos (bolsista CAPES), linha de pesquisa em Linguagem, Texto e Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

por exemplo, Labov (2008), Hymes (1971), Sapir (1921) etc.)<sup>1</sup>, em que os dados e as relações sociais são imprescindíveis para se pensar a língua, a linguagem e a comunicação.

A Sociolinguística Interacional (SI) se desenvolveu um pouco depois da sociologia da linguagem, da etnografia da comunicação e da sociolinguística laboviana. Ela, com isso, teve seus fundamentos estabelecidos na sociologia interacional, em particular, nos trabalhos de Goffman (1959/1967/1974/1981) e Garfinkel (1967)<sup>2</sup>, especialmente o desenvolvimento da análise da conversação. Porém, a SI também estabeleceu seus fundamentos com os chamados filósofos da linguagem, principalmente a teoria de Grice (1971)<sup>3</sup>. A SI de Gumperz (1994) se desenvolveu, também, a partir da etnografia da comunicação, principalmente com as noções de Dell Hymes (1971)<sup>4</sup> sobre contexto e competência comunicativa. A SI é, pois, um campo interdisciplinar com um patrimônio diversificado.

A SI se diferenciou das outras correntes sociolinguísticas, como a etnografia da comunicação e a sociolinguística laboviana, por exemplo, ao mostrar sua metodologia, isto é, sua maneira específica de tratar o objeto de análise, se validando de instrumentos de análises pertinentes e específicos, bem como sendo auxiliada por teorias que direcionam o processo de investigação. Gumperz (1994) parte do comportamento real dos usuários de uma língua real na comunicação face a face. O conhecimento sociolinguístico que o autor está preocupado está no nível do indivíduo, não no nível da comunidade de fala (como em Labov (2008)), em que ele vê a interação como constitutiva da realidade social, sem a preocupação do vernáculo ou do grau de tensão/distração/relaxamento do indivíduo falante.

A teoria sociolinguística de Gumperz (1994) está fundamentada na interação humana, em que o significado, a ordem, as estruturas, dentre outros elementos, não são e não estão pré-determinados, mas em evolução dentro da interação, baseada em uma complexa gama de material, experiências e fatores psicológicos. Desse modo, percebe-se que a sociolinguística interacional não é individualista, ou associada, ela é essencialmente social.

---

<sup>1</sup> Vide Bibliografia

<sup>2</sup> Vide Bibliografia

<sup>3</sup> Vide Bibliografia

<sup>4</sup> Vide Bibliografia

A metodologia defendida pelo autor-pesquisador se dá a partir de uma microanálise, quer dizer, a interação real é gravada, descrita e analisada. Ele apresenta, com isso, a unidade básica significativa da interação, importante para sua teoria, em termos de significado (sentido), que é a atividade de fala. Esta atividade é, para Gumperz (1994), um conjunto das relações sociais relacionadas com um conjunto de esquemas linguísticos em imbricação que almejam um objetivo comunicativo. Estas atividades de fala estão comumente referidas à cultura (de modo generalizado), através das expressões, nomes, termos, o narrar de uma história para alguém, uma conversa sobre o tempo etc.. Assim, a atividade de fala é um lugar onde se constrói expectativas quanto ao tipo de interação que se está participando.

A atividade de fala da SI também é algo que é fundamentado na intencionalidade. Para Gumperz (1994), a interpretação do significado social na interação é, em grande medida, uma interpretação de intenções. A natureza dinâmica e intencional da interação são dois princípios fundamentais na teoria da sociolinguística interacional. Grande parte do trabalho do autor se baseia na hipótese de que os participantes de diferentes culturas têm diferentes expectativas sobre o que compreende em uma atividade de fala específica (podendo gerar uma comunicação malsucedida). O objetivo da análise sociolinguística interacional de Gumperz (1994) não é fazer afirmações sobre a realidade psicológica, isto é, o que um indivíduo realmente tem em sua mente, mas especificar as condições de uma possível comunicação em sociedade, não determinando significados últimos e estáticos.

A SI não se encontra centrada em teorias da Linguística “tradicional”, pois a preocupação de Gumperz (1994) está na comunicação, em que a intenção não é simplesmente gramatical, ou seja, as unidades de análise podem ser ou não tradicionalmente linguísticas, tais como as atividades de fala já mencionadas, ou se basearem em aspectos da linguística, como a prosódia (considerado um aspecto marginal pela corrente tradicionalista), por exemplo. O estudioso não se baseia, em sua teoria, somente nesses aspectos marginais da linguagem, ele também faz suas pesquisas e análises baseadas em uma linguagem contextualizada. O motivo de ele incluir as características marginais da linguagem é para afirmar que suas conjecturas teóricas não se filiam a uma simples teoria da gramática, mas a uma teoria da linguagem enquanto comunicação.

Esta teoria de Gumperz (1994) está em desacordo com a construção científica da teoria linguística “tradicional”. Para ele, as pistas de contextualização (noção importante em seu pensamento científico e que veremos mais adiante) são impossíveis de descrever

em termos abstratos, elas têm implicações muito mais profundas para a construção teórica em geral e especificamente para uma linguística preocupada com particularidades. O conceito de intencionalidade, assim, é entendido pelo autor como estratégias, objetivos, motivos, intenções, significados e fins. Desse modo, para ele, o que se faz com os comunicadores (falantes) é baseado em um conhecimento tácito (implícito), em que os objetos de estudo são automáticos e o contexto e o tempo limite dos processos de inferência não estão facilmente sujeitos a uma lembrança consciente.

A intencionalidade é uma preocupação fundamental para Gumperz (1994), pois sua teoria da interação é baseada na noção de que os participantes da comunicação (qualquer que seja) fazem inferências sobre os significados das ações dos outros participantes. A interação, para ele, é uma forma de ação e ações são intencionais. O entendimento de inferência em relação à ação, segundo o autor, requer uma teoria da intencionalidade. Esta, não obstante, é uma forma de racionalidade, em que tal intencionalidade é um estado mental, embora Gumperz (1994) não tenha desenvolvido muito este ponto. A racionalidade, com isso, é assumida em sua teoria da sociolinguística interacional, no entanto, esta racionalidade não é uma racionalidade mecanicista, ou seja, uma redução do cérebro a funções involuntárias, mas é uma racionalidade informada por escolhas morais (socioculturais), em que o comportamento da linguagem é normativo.

As ideias e os trabalhos de Grice (1971) - a pragmática e a análise conversacional, por exemplo - influenciaram no desenvolvimento da sociolinguística interacional de John Gumperz (1994), principalmente com o conceito de princípio de cooperação. O princípio de cooperação de Grice (1971) é uma espécie de diretriz normativa para o comportamento, ou mesmo como um reflexo de uma noção específica da cultura, que é um comportamento racional e ordenado. Gumperz (1994), desse modo, destaca o carácter cultural da interpretação. O princípio de cooperação, por sua vez, traz duas noções importantes para o estudo pragmático de Grice (1971) e, conseqüentemente, para a sociolinguística interacional de Gumperz (1994): a noção de implicatura e a noção de inferência (que não entraremos em maiores detalhes).

Contudo, há uma dimensão adicional para o papel do princípio de cooperação na teoria da SI de Gumperz (1994), que vai além das máximas e das implicaturas já faladas. Para ele, há uma dimensão de cooperação relacionada ao envolvimento, ou seja, o que deve ser interpretado tem que ser primeiro criado por meio de interação, pois a interação é feita a partir de uma negociação do que são e não são pressupostos compartilhados, em que a comunicação bem sucedida não é possível sem um acordo a ser feito previamente

em relação ao que está acontecendo. O princípio de cooperação e a conversação, dessa maneira, não são possíveis, para Gumperz (1994), sem as habilidades racionais.

O conhecimento envolvido na interpretação da intenção é o conhecimento social. A racionalidade que o autor propõe é baseada, como já dissemos, pela natureza social da mente, em que a intencionalidade (diferentemente da intencionalidade da pragmática griciana) é uma intenção socialmente comunicativa, imposta pelos determinados tipos de organizações sociais. Para o estudioso, os processos de inferência são derivados de quadros socioculturais, com isso, se aprende ao longo do tempo por meio da interação com os outros e não simplesmente pelo viés irreduzível do processo biológico (cérebro) e “natural”.

Em relação à noção de linguagem, Gumperz (1994) não descarta seu caráter científico, e de fato a aceita como parte de seu conceito de competência comunicativa (que veremos a seguir), porém, ele também não descarta o caráter popular da linguagem. O conhecimento da linguagem comum é uma parte intrínseca na teoria da sociolinguística interacional, tendo, às vezes, até mais importância essa noção comum da linguagem do que a noção científica.

John Gumperz (1994) salienta o conhecimento cultural (social) para se proceder a comunicação, afirmando que a apresentação de uma necessidade comunicacional não vai para fora do texto, ou seja, fora do que as pessoas dizem, para procurar respostas do que ocorreu dentro de uma conversa. Segundo ele, a cultura é uma ordem social que informa o fim da conversação, defendendo, assim, sua postura cultural, dizendo que para se explicar as diferenças entre os falantes (interlocutores) dentro de um conhecimento especificado (numa atividade de fala), o sociolinguista precisa saber como os falantes usam suas habilidades verbais para criarem condições contextuais que reflitam determinadas cenas culturalmente realistas.

Podemos ver agora a definição de comunicação para Gumperz (1994), elemento importante para sua SI: é uma interação, isto é, a comunicação é uma atividade social que requer esforços coordenados de dois ou mais indivíduos. Para ele, uma simples conversa para produzir sentenças, não importa o quão bem formadas ou elegantes para seus resultados, por si só não constituem uma comunicação. Só há comunicação quando um movimento de interação entre os falantes provoca uma resposta.

Cada falante provoca uma resposta com base em uma inter-relação entre a inferência global inicial e as inferências locais geradas por cada troca feita pelos interlocutores. Gumperz (1994) coloca grande ênfase na interpretação preliminar. Para

ele, esta interpretação preliminar depende de inferências indiretas que constroem suposições sobre o contexto, sobre os objetivos interativos e sobre as relações interpessoais que derivam em quadros, ou seja, em termos que possam interpretar o que está acontecendo. Estes quadros definem a interação em termos de uma estrutura ou esquema que são identificáveis e familiares. Segundo o autor, é preciso primeiro ter algum pressuposto, um conjunto de expectativas sobre o que é que se seguiu antes, para que se possa fazer algum sentido. Apesar dos quadros serem um conjunto de expectativas, estas oscilam entre as novas entradas de informações, como receitas de discurso.

Para Gumperz (1994), os sinais que carregam os significados mais sociais são aqueles que têm o papel mais importante no processo de inferência. Estes significados mais sociais são chamados de pistas de contextualização. O autor defende que há toda uma série de pistas de contextualização que podem levar os participantes às interpretações da comunicação estabelecida. As pistas de contextualização são, desse modo, quaisquer recursos das formas linguísticas que contribuam para a sinalização de pressuposições contextuais. Estes sinais podem ter um determinado número de realizações linguísticas, dependendo da forma linguística historicamente dada pelo repertório dos participantes. Estes, para o pesquisador, podem incluir os processos de códigos, os dialetos, as mudanças de estilo etc., assim como escolher entre as opções lexicais e sintáticas, entre as expressões estereotipadas, as aberturas de conversação, as estratégias de fechamento e de sequenciamento, dentre outras.

As pistas de contextualização estão contextualmente vinculadas à comunicação e apesar delas transportarem informações, os significados são transmitidos como parte do processo interativo, pois as pistas de contextualização estão implícitas e são graduais ou escalares. Elas têm, de acordo com Gumperz (1994), uma gama vasta de características da superfície da mensagem, que são meios pelos quais os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam, compreendendo qual atividade de fala é, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada frase se relaciona com o que precede ou segue. A maneira como as pistas de contextualização estão envolvidas na interpretação e na sinalização do sentido é através de uma complexa relação interacional com questões linguísticas e sinais extralinguísticos.

Outro conceito importante para se compreender a SI de Gumperz (1994) é o de competência comunicativa. Para ele, ela é uma forma de conhecimento que nos permite fazer julgamentos a respeito de como agir e como interpretar as ações, ou interações dentro do contexto comunicativo. A aquisição, pelos falantes, da capacidade de

interpretar pistas convencionais e a capacidade de atuar em um estilo particular parece ser assumida, pelo autor, como uma primeira evolução dentro da família destes falantes e, em seguida, além dela, com as redes imediatas de contatos (amigos, escola etc.). Em relação ao conceito de intersubjetividade na SI (também importante), Gumperz (1994) afirma que esta foi influenciada por Schiffrin (1984/1985)<sup>5</sup>, apesar do autor não esclarecer bem esta questão. O nível em que a intersubjetividade é mais importante para o autor está no nível de pressupostos, expectativas compartilhadas sobre o que está acontecendo ou vai acontecer. Desse modo, a teoria da SI de Gumperz (1994) parece exigir tanto uma episteme (um conhecimento científico) quanto um conceito normativo para a intersubjetividade, pois sua relação é que faz com que haja uma comunicação bem-sucedida, ou malsucedida.

Enfim, a questão da comunicação bem-sucedida parece descansar em algum tipo de reciprocidade, e esta reciprocidade parece repousar em algum tipo de intersubjetividade. Segundo o estudioso, a noção de comunicação parece estar relacionada com a noção de intersubjetividade e também, com a noção de comunicação bem-sucedida. A SI, então, é uma teoria baseada na comunicação face-a-face (frente a frente) e está preocupada com a interpretação da intenção (ações) na interação, para se chegar ao significado social. A sociolinguística interacional de Gumperz (1994) se baseia na suposição de um comportamento cooperativo racional, segundo o qual as ações linguísticas são vistas como intencionais, isto é, elas são vistas como pertencentes a um sistema maior de ações simbólicas. Desse modo, as ações linguísticas são parte da comunicação em geral e estão sujeitas às questões socioculturais também em geral, bem como às restrições específicas da interação.

## **2. O interacionismo sócio-histórico de Vygotsky**

Neste momento, apresentaremos a teoria do interacionismo sócio-histórico desenvolvido por Vygotsky (1998), principalmente em seu livro intitulado *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Neste livro, ele apresenta uma nova abordagem de pesquisas e pensamentos, afirmando a ideia de que o homem se faz enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e social e enquanto participante de um processo histórico cultural.

---

<sup>5</sup> Vide Bibliografia.

Dessa forma, o interacionismo sócio-histórico surge da ênfase no social, assim, os estudos de Vygotsky (1998) sobre o aprendizado decorrem da compreensão do homem como um ser que se forma em contato com a sociedade. Para ele, se há a ausência do outro, o homem não consegue se construir. A formação se dá, então, numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor, isto é, o homem modifica o ambiente e o ambiente o modifica. Por isso, o que interessa a ele é a interação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, produzindo, com isso, um conceito importante para sua teoria, o da experiência pessoalmente significativa.

Outro conceito relevante da teoria de Vygotsky (1998) apresentada por ele é a mediação. Segundo sua teoria, toda relação do indivíduo com o mundo é feita por meio de instrumentos técnicos e da linguagem, que traz consigo conceitos consolidados da cultura à qual pertence o sujeito. Todo aprendizado é necessariamente mediado e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo e determinante. Segundo Vygotsky (1998), o primeiro contato da criança com novas atividades, habilidades ou informações deve ter a participação de um adulto (mediador). Ao internalizar um procedimento, a criança se apropria dele, tornando-o voluntário e independente.

O ensino, de acordo com Vygotsky (1998), deve se dedicar ao que o aluno ainda não sabe nem é capaz de aprender sozinho, porque, na relação entre o aprendizado e o desenvolvimento, o primeiro vem antes. Isso se refere a um de seus principais conceitos, a zona de desenvolvimento proximal <sup>6</sup>, que seria, na criança, a distância real de uma criação (aprendizado) mais aquilo que ela tem como potencial de aprender. Quer dizer, a zona de desenvolvimento proximal é o caminho entre o que a criança consegue aprender sozinha e o que ela está perto de conseguir fazer sozinha.

Em relação ao desenvolvimento infantil, Vygotsky (1998) apresenta três aspectos fundamentais para se pensar o processo sócio-interacionista de aquisição de conhecimento: o Aspecto Instrumental, o Aspecto Cultural e o Aspecto Histórico. O Aspecto Instrumental refere-se à natureza, como mediadora das funções psicológicas mais complexas. Não apenas respondemos aos estímulos que nos são apresentados pelo meio, como também o alteramos e usamos as suas modificações. O Aspecto Cultural envolve os meios socialmente estruturados pelos quais a sociedade organiza os tipos de tarefas que a criança em desenvolvimento deve enfrentar, bem como os tipos de

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que há também inúmeros trabalhos práticos (vide bibliografia) que utilizam as pistas de contextualizações aliando à técnica de zona proximal.



instrumentos mentais e físicos que ela dispõe para dominar estas tarefas. Já o Aspecto Histórico são os instrumentos culturais que expandem os poderes do homem e estruturam seu pensamento.

Interessado principalmente nas funções psicológicas superiores e tendo produzido seus trabalhos dentro das concepções materialistas que predominavam na União Soviética após a revolução de 1917, Lev Vygotsky (1998) tem como pressuposto básico a ideia de que o ser humano se constitui na sua relação com o outro no meio social. Assim, para ele, a cultura torna-se parte da natureza humana, num processo histórico que ao longo do desenvolvimento do indivíduo vem moldando o funcionamento psicológico do homem.

O autor dá muita importância ao substrato material do desenvolvimento psicológico, enfocando, com isso, o cérebro, tendo realizado estudos sobre lesões cerebrais, perturbação da linguagem e organizações de funções psicológicas em condições normais e patológicas. Suas pressuposições vêm contemplar a dupla natureza do homem, que é membro de uma espécie biológica que só se desenvolve quando inserido em um grupo cultural.

As concepções de Vygotsky (1998) sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se na sua ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas durante toda a história social do homem na sua relação (interação) com o mundo que o cerca, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos pela cultura, deixando claro que o ser humano se diferencia dos animais porque ele é capaz de criar formas de ação.

Sendo assim, a compreensão do desenvolvimento psicológico não pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso central. O autor não aceitou a ideia de funções mentais fixas e imutáveis, trabalhando com o entendimento de que o cérebro funciona como um sistema aberto e possui grande plasticidade, cuja estrutura e modo de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e ao longo do desenvolvimento individual.

O modelo teórico de Vygotsky (1998) segue condutas interacionistas, como já mencionado, em que o processo de conhecimento é dinâmico e privilegia a interação entre o sujeito que busca conhecer o objeto e o próprio objeto a ser conhecido, estabelecendo-se entre eles relações recíprocas que modificam tanto o primeiro quanto o segundo. No entanto, o autor parece ter analisado de forma diferente o desenvolvimento das funções cognitivas, especificamente humanas, a partir de princípios interacionistas.

Vygotsky (1998) baseou-se nos conceitos de Marx e Engels (materialismo-histórico-dialético)<sup>7</sup> para estender o conceito de mediação na interação homem-ambiente pelo uso de instrumentos e signos. Os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pela sociedade no decorrer de sua história e mudam a forma social e o nível do seu desenvolvimento cultural. Assim, o autor foi o primeiro a sugerir, numa perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, que o processo de conhecimento se dá a partir das relações com os objetos de conhecimento intermediadas pelos outros (indivíduos), que são os responsáveis pela elaboração das estruturas cognitivas do sujeito. Quer dizer, reiterando mais uma vez, a ideia de mediação é de fundamental importância para a compreensão das concepções teóricas de Vygotsky (1998).

Para o autor, o sujeito não tem acesso direto aos objetos, isto é, esse acesso é mediado pelos sistemas simbólicos de que o sujeito dispõe. O conceito de mediação, desse modo, desdobra-se em dois aspectos complementares: o processo de representação mental e a origem social das operações com os sistemas simbólicos. Percebe-se que é a cultura que fornece ao indivíduo os sistemas simbólicos de representação da realidade. Esta noção de cultura integrante do processo de construção de conhecimento e de constituição do indivíduo é central para a concepção de aprendizagem segundo Vygotsky (1998), uma vez que incorpora a experiência dos indivíduos.

De acordo com sua teoria da produção simbólica e material, facilitada por uma dinâmica interativa envolvendo, basicamente, sujeito – mediação – objeto, surgem as funções psicológicas superiores, construídas de fora para dentro do indivíduo. O processo de internalização é, assim, fundamental no desenvolvimento do funcionamento psicológico humano. O estudioso russo acreditava que a internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provocava transformações comportamentais e estabelecia um elo entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual. Assim, para Vygotsky (1998), na melhor tradição de Marx e Engels, o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura.

Na formação do sujeito, o autor afirma que o movimento de individuação se dá a partir das experiências propiciadas pela cultura. O desenvolvimento, então, envolve processos que constituem, mutuamente, da imersão na cultura (qualquer que seja) e na emergência da individualidade. Num processo de desenvolvimento que tem caráter mais

---

<sup>7</sup> Vide Bibliografia

de revolução do que evolução, o sujeito se faz como ser diferenciador do outro, mas formado na relação com o outro (pela interação), singular, mas constituído socialmente e, por isso mesmo, numa composição individual, embora homogênea socialmente.

Vygotsky (1998) defende que as ideias não ocorrem por si mesmas, elas surgem das atividades e estas se definem como tal na inter-relação entre indivíduos e meio. Ele considera que o indivíduo é um ser social e que constrói sua individualidade a partir das interações que se estabelecem entre os indivíduos, mediadas pela cultura. O meio é fonte de conhecimento, o qual é construído a partir da atividade dos indivíduos em interação com os elementos que constituem este meio. Este mesmo meio é natural, social e constituído pela cultura.

Para a teoria interacionista sócio-histórica de Vygotsky (1998), a construção do conhecimento é também realizada através da atividade, entendida, no entanto, como fator cultural. O autor apresenta duas ideias principais sobre a construção do conhecimento formal na escola: uma a que se refere como pré-história da aprendizagem e outra, já mencionada alhures, como a da área de desenvolvimento potencial, ou zona de desenvolvimento proximal. Segundo essa teoria, toda aprendizagem do indivíduo na escola tem uma pré-história, pois a aprendizagem do indivíduo começa muito antes da aprendizagem escolar. Isso equivale a dizer que de certa forma o indivíduo já desenvolveu alguma aprendizagem no seu cotidiano, assim, é necessária uma articulação interna entre conhecimento do cotidiano e o conhecimento formal.

Na vida cotidiana, o ser humano aprende muitas coisas, estas aprendizagens ocorrem em vários níveis e são amplamente determinadas pela cultura e formas de produção. O conhecimento formal, aquele que é sistematizado, requer ações específicas por parte do ser humano. Sem uma organização e coerência interna entre os elementos que compõem o processo, o indivíduo não adquire e nem utiliza esse conhecimento. Desta feita, mesmo que no cotidiano a criança seja capaz de aprender coisas em interação com seu objeto de conhecimento, essa ação vai depender da ação do outro. Vygotsky (1998) afirma que o conhecimento é socialmente construído, ou seja, a única possibilidade de construção de conhecimento é aquela que segue o caminho do interpessoal para o intrapessoal.

Enfim, podemos resumir a teoria de Lev Vygotsky (1998) da seguinte maneira: 1) ela privilegia o ambiente social; 2) para ela o desenvolvimento varia conforme o ambiente; 3) ela não aceita uma visão única, universal, do desenvolvimento humano; 4) a relação homem/mundo é uma relação mediada por instrumentos (símbolos); 5) o

desenvolvimento e a aprendizagem são processos que se influenciam reciprocamente (quanto mais aprendizagem mais desenvolvimento); 6) a linguagem tem uma função central no desenvolvimento cognitivo, com a aquisição da linguagem modificam-se todos os processos mentais, pois a linguagem é fator de interação social; 7) o pensamento e a linguagem procedem de raízes genéticas diferentes, porém, ao longo do desenvolvimento se juntam e se separam repetidas vezes; 8) o uso dos signos como instrumentos das atividades psicológicas transformam as funções mentais elementares (ações reflexas, reações automatizadas) em processos mentais superiores (ações conscientemente controladas, atenção voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, comportamento intencional, capacidade para solução de problemas); 9) o indivíduo percebe e organiza o real através dos dados fornecidos pela cultura; e 10) os sistemas de representação e a linguagem constituem os instrumentos psicológicos que fazem a mediação entre o indivíduo e o mundo.

### **3. A relação reflexiva e teórica entre a sociolinguística interacional de Gumperz e o interacionismo sócio-histórico de Vygotsky, a partir da ideia de interação**

Nesta parte final, explicitaremos uma relação reflexiva e teórica entre a teoria da sociolinguística interacional de John Gumperz (1994) e a teoria do interacionismo sócio-histórico de Lev Vygotsky (1998), que foram apresentadas nas duas seções anteriores deste trabalho. Dessa maneira, em uma proposta de relação, deve-se pensar em dois caminhos interdependentes de reflexão: tentar apresentar aspectos e abordagens que são convergentes às duas teorias e também, tentar apresentar aspectos e abordagens divergentes entre elas, a partir da ideia de interação usada e trabalhada pelos dois teóricos em questão. Este texto, com isso, objetiva a busca de um trabalho teórico que se mostra pertinente e interessante para as duas áreas de conhecimento envolvidas, a sociolinguística e a psicologia.

Notamos que do ponto de vista teórico geral das duas teorias aqui envolvidas e relacionadas, há bastante convergência em relação às questões sociais, culturais e históricas, que são importantes e imensamente consideradas para os dois autores em questão e para suas conjecturas interacionais, porém, é relevante esclarecer que Vygotsky (1998) está mais inclinado aos pensamentos marxistas sobre sociedade, linguagem, cultura e história do que Gumperz (1994), que se aproxima mais das tradições sociológicas (pós-marxismo) e das outras correntes sociolinguísticas. Isto é, Vygotsky

(1998) considera a força do materialismo-histórico-dialético tradicional e Gumperz (1994) se apoia às teorias articuladas pela pragmática e pela etnografia da comunicação.

Percebemos, de início, que a interação para a teoria de John Gumperz (1994) é constitutiva da realidade social, ou seja, ela está fundamentada na relação humana, em que o significado (sentido), a ordem dos acontecimentos na comunicação, as estruturas linguísticas e extralinguísticas utilizadas, dentre outros elementos, não estão pré-determinados, estando assim em evolução, baseada em uma complexa gama de material, experiências e fatores psicológicos. Isto é bastante convergente à interação vista na teoria de Vygotsky (1998), que privilegia o ambiente social, afirmando que o desenvolvimento adquirido no processo de aquisição de conhecimento pode variar conforme o ambiente em que os sujeitos (ou os seres humanos) estão envolvidos, inscritos e interagidos:

What at the level of survey analysis appear as distributional fact here take the form of typified characteristics of the signaling process. It is the fact that it implicitly relies on the everyday knowledge which is acquired through common tradition and shared communicative experience that makes it of interest for the study of social symbolism. (...) What we are talking about here, however, are interpretive preferences which, while perhaps based on perception of linguistic cues, are nevertheless subject to constant change, not context free judgements or grammar like rules. But given the communicative conditions of modern urban life and the need to rely on typifications simply to save time and get on with a task, there is every reason to suppose that the processes we have discussed play an important role in everyday interaction. (GUMPERZ, 1994, p. 36 e 37).

O propósito primeiro deste livro é caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo. Essa análise se preocupará com três aspectos fundamentais: (1) Qual a relação entre os seres humanos e o seu ambiente físico e social? (2) Quais as formas novas de atividade que fizeram com que o trabalho fosse o meio fundamental de relacionamento entre o homem e a natureza e quais são as consequências psicológicas dessas formas de atividade? (3) Qual a natureza das relações entre o uso de instrumentos e o desenvolvimento da linguagem? (...) A capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. (VYGOTSKY, 1998, p. 25 e 38).

Para Gumperz (1994), a interação interpreta o significado social dentro de uma comunicação face-a-face estabelecida, apresentando uma natureza dinâmica e

intencional. Já para Lev Vygotsky (1998), a interação consegue estabelecer uma relação entre o homem e o mundo, e para que isso ocorra de maneira efetiva a interação necessita de mediação, isto é, mediadores que são capazes de conduzir e ministrar com segurança o processo de aquisição de conhecimento (de modo geral). Estes mediadores, por sua vez, são instrumentos, que podem ser símbolos (semiologia) e/ou a linguagem (língua). Vemos, assim, nesse momento, uma divergência entre as duas teorias a respeito da ideia de interação usada. Conseguimos perceber que enquanto a preocupação de Gumperz (1994), com a interação, é a comunicação bem-sucedida frente-a-frente (indivíduo com indivíduo(s)), a preocupação de Vygotsky (1998), com a interação, é a aquisição (aprendizagem) de conhecimento, em que a relação não é somente entre indivíduos, mas também, entre indivíduos e o mundo (natureza):

This book seeks to develop interpretive sociolinguistic approaches to the analysis of real time processes in face to face encounters. It grew out of approximately ten years of field studies of verbal communication in India, Europe and the United States, originally intended to answer questions and test hypotheses arising from earlier ethnographic work on the realization of social categories in language... (...) Yet, important as quantitative sociolinguistics is, its applicability to the analysis of actual processes of face to face communication and to the issues raised in our discussion of structural and generative linguistics is nevertheless limited. (...) The very process of formalizing variable rules, moreover, requires assumptions about cognitive processes and about what is shared. (...) The fact remains that linguistic variable counts, no matter how sophisticated, are statistical generalizations based on data collected by survey methods rather than on findings validated through in depth analyses of linguistic competence. (GUMPERZ, 1994, p. vii e 26).

Quando analisado dinamicamente, esse amálgama de fala e ação tem uma função muito específica na história do desenvolvimento da criança; demonstra, também, a lógica da sua própria gênese. Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 1998, p. 40).

Observamos também que a interação para a teoria de John Gumperz (1994) especifica as condições de uma possível comunicação em sociedade. É a partir da interação que os participantes fazem inferências sobre os significados das ações dos outros participantes. Para a teoria de Lev Vygotsky (1998), todavia, a interação especifica

as condições de aquisição de conhecimento, em que a interação entre os sujeitos e os sujeitos e o mundo produzem e transformam a aprendizagem, havendo o processo de internalização e efetiva aquisição de conhecimento (aprendizado). Mais uma vez percebemos pontos de divergência em relação ao uso e ao pensamento da interação dentro das duas teorias aqui relacionadas:

Communication is a social activity requiring the coordinated efforts of two or more individuals. Mere talk to produce sentences, no matter how well formed or elegant the outcome, does not by itself constitute communication. Only when a move has elicited a response can we say communication is taking place. To participate in such verbal exchanges, that is, to create and sustain conversational involvement, we require knowledge and abilities which go considerably beyond the grammatical competence we need to decode short isolated messages. We do not and cannot automatically respond to everything we hear. In the course of our daily activities we are exposed to a multitude of signals, many more than we could possibly have time to react to. Before even deciding to take part in an interaction, we need to be able to infer, if only in the most general terms, what the interaction is about and what is expected of us. (GUMPERZ, 1994, p. 1).

A maior mudança na capacidade das crianças para usar a linguagem como um instrumento para a solução de problemas acontece um pouco mais tarde no seu desenvolvimento, no momento em que a fala socializada (que foi previamente utilizada para dirigir-se a um adulto) é *internalizada*. Ao invés de apelar para o adulto, as crianças passam a apelar a si mesmas; a linguagem passa, assim, a adquirir *uma função intrapessoal* além do seu *uso interpessoal*. No momento em que as crianças desenvolvem um método de comportamento para guiarem a si mesmas, o qual tinha sido usado previamente em relação a outra pessoa, e quando elas organizam sua própria atividade de acordo com uma forma social de comportamento, conseguem, com sucesso, impor a si mesmas uma atitude social. A história do processo de *internalização da fala social* é também a história da socialização do intelecto prático das crianças. (VYGOTSKY, 1998, p. 37).

Constatamos, mais uma vez, que a interação para a teoria dos dois autores em questão, em determinados momentos e condições, se convergem quando eles afirmam que ela é uma forma de ação, além de ser uma espécie de envolvimento que demanda uma certa criação. A interação, para as teorias de Gumperz (1994) e Vygotsky (1998), faz com que se aprenda com o outro, claro que para este a aprendizagem na interação produz a aquisição de conhecimento e para aquele, a aprendizagem na interação auxilia na efetiva e bem-sucedida comunicação. A interação, para os dois autores, é também responsável pela produção de sentidos:

But the more I learned about the nature and functioning of conversational strategies, the more I became convinced that socio-cultural differences and their linguistic reflections are more than just causes of misunderstanding or grounds for pejorative stereotyping and conscious discrimination. Language differences play an important, positive role in signaling information as well as in creating and maintaining the subtle boundaries of power, status, role and occupational specialization that make up the fabric of our social life. Assumptions about value differences associated with these boundaries in fact form the very basis for the indirect communicative strategies employed in key gatekeeping encounters, such as employment interviews, counselling sessions, labor negotiations and committee meetings, which have come to be crucial in determining the quality of an individual's life in urban society. (GUMPERZ, 1994, p. 6 e 7).

Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas formas caracteristicamente humanas de comportamento produz, mais tarde, o intelecto, e constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humana do uso de instrumentos. (...) As operações práticas de uma criança que pode falar tornam-se muito menos impulsivas e espontâneas do que as dos macacos. Esses, tipicamente, realizam uma série de tentativas descontroladas de resolver o problema em questão. Diferentemente a criança que usa a fala divide sua atividade em duas partes consecutivas. Através da fala, ela planeja como solucionar o problema e então executa a solução elaborada através de uma atividade visível. A manipulação direta é substituída por um processo psicológico complexo através do qual a motivação interior e as intenções, postergadas no tempo, estimulam o seu próprio desenvolvimento e realização. (VYGOTSKY, 1998, p. 33 e 35).

Um momento em que percebemos um ponto ao mesmo tempo de convergência e de divergência é em relação à linguagem e sua noção, pois ambos a consideram, mas cada um a interpreta e a utiliza em sua maneira científica determinada, de acordo com os objetivos e metodologias escolhidas para suas pesquisas. Gumperz (1994), por exemplo, não descarta seu caráter científico (aquele convencionado pela ciência Linguística), apesar de fazer algumas críticas sobre ela, e de fato a aceita como parte de seu conceito de competência comunicativa (já apresentado alhures), porém, ele também não descarta o caráter popular da linguagem (considerando-a também importante para suas investigações). Para Vygotsky (1998), em sua medida, a linguagem é uma função central no desenvolvimento cognitivo (servindo de instrumento mediador), sendo um fator de interação social, apesar de ele não se referir ou utilizar nenhuma teoria linguística específica:



Limited as they are in terms of scope of inquiry, structural grammars are nevertheless quite adequate for the linguist's goals of comparative reconstruction and of basic language typology. Sapir and others after him were able to show that the grammatical patterns they had isolated proved to be remarkably stable over time. While pronunciation, vocabulary and other etic aspects of language are subject to change, core grammatical systems tend to survive intact often for many centuries. For scholars concerned primarily with linguistic prehistory there seemed to be little or no reason to challenge the existing practices. (GUMPERZ, 1994, p. 16).

Nossos experimentos demonstraram dois fatos importantes: (1) A fala da criança é tão importante quanto a ação para atingir um objetivo. As crianças não ficam simplesmente falando o que elas estão fazendo; sua fala e ação fazem parte *de uma mesma função psicológica complexa*, dirigida para a solução do problema em questão. (2) Quanto mais complexa a ação exigida pela situação e menos direta a solução, maior a importância que a fala adquire na operação como um todo. Às vezes a fala adquire uma importância tão vital que, se não for permitido seu uso, as crianças pequenas não são capazes de resolver a situação. Essas observações me levam a concluir que *as crianças resolvem suas tarefas práticas com a ajuda da fala, assim como dos olhos e das mãos*. Essa unidade de percepção, fala e ação, que, em última instância, provoca a internalização do campo visual, constitui o objeto central de qualquer análise da origem das formas caracteristicamente humanas de comportamento. (VYGOTSKY, 1998, p. 34 e 35).

Portanto, a partir do que foi exposto, relacionado e refletido, podemos afirmar que a ideia de interação mobilizada aqui nas duas teorias em questão apresentou pontos de divergências e também de convergências, mostrando, com isso, que as teorias aqui apresentadas e relacionadas, sendo uma da área da sociolinguística e a outra da psicologia, não são excludentes entre si na sua totalidade e generalidade. Vemos que há, com isso, uma possibilidade de unir e/ou compatibilizar estas duas correntes teóricas em prol de uma análise a um mesmo e determinado objeto de estudo, como, por exemplo, o desenvolvimento de métodos e práticas para o ensino e a aprendizagem de línguas, sejam elas maternas ou alvos, vinculadas às questões sociais, culturais e históricas.

Podemos afirmar também que em certos momentos de convergência entre as duas teorias relacionadas a partir da ideia central de interação, houve, às vezes, dentro desta convergência, momentos de divergência, em que notamos alguns caminhos que se diferenciam entre estas teorias e seus modos de conceber a interação, pois uma objetiva o estudo da linguagem relacionada às questões sociais (não marxistas) e a outra objetiva o estudo cognitivo (cérebro e aquisição) relacionado também às questões sociais (mas de caráter marxista).

## Referências bibliográficas

GRICE, P. Utterer's meaning, sentence-meaning, and word meaning. In. **The Philosophy of Language**, ed. J.R. Searle. Oxford: Oxford University Press, 1971.

GUMPERZ, J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## Bibliografia

BEYER, H.O. Porque Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva. **Revista Educação**, n. 26, EdUFMS, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

GERARDI, J.W. **Transgressões convergentes: Vigotski, Bakhtin, Bateson**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. NY: Doubleday, 1959.

\_\_\_\_\_. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Doubleday, 1967.

\_\_\_\_\_. **Frame Analysis**. An essay in the organization of experience. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **Forms of Talk**. Philadelphia: U. of Penn. Press, 1981.

HYMES, D. "Competence and performance in linguistic theory" **Acquisition of languages: Models and methods**. Ed. Huxley and E. Ingram. New York: Academic Press, p. 3-23, 1971.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**; tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. -São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã. Vol. I**. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s/d.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã. Vol. II**. Portugal: Editorial Presença; Brasil : Martins Fontes, s/d.

PINO, A. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAPIR, E. Language. New York: Harcourt, Brace and World. (1929). "The status of linguistics as a science." **Language** 5, p. 207-214, 1921. **crossref** <http://dx.doi.org/10.2307/409588>

SCHIFFRIN, D. **Meaning, Form, and Use in Context: Linguistic Applications.** Washington DC: Georgetown University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **"An empirical basis for discourse pragmatics"** Talk presented at Ferguson-Greenburg Lecture Series; Stanford University, 1985.

Artigo recebido em: 25.02.2015

Artigo aprovado em: 13.05.2015

Domínios de Lingu@gem

## O papel das *affordances* na modificação adjetival privativa pela abordagem cognitivista

### The role of affordances in privative adjectival modification by the cognitive approach

Dedilene Alves de Jesus\*

Maria Lúcia Leitão de Almeida\*\*

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo apresentar o papel das *affordances* na modificação adjetival privativa a partir da análise do processo de integração conceptual (FAUCONNIER E TURNER, 2002). Compreendemos como *affordances*, em termos gerais, as propriedades invariantes do ambiente oferecidas a uma espécie, aquilo que é provido ou fornecido a essa espécie em seu ambiente (GIBSON, 1979); não descartamos a perspectiva dada por Sweetser (1999), quando afirma que as *affordances* cognitivas seriam suportes que dariam condições para uma interpretação não-literal de uma construção nominal modificada. Consideramos como modificação adjetival privativa o tipo de construção em que há um predicador e um elemento modificado intensionalmente, em uma relação de propriedades para propriedades (KAMP, 1975), como em 'loura falsa', 'suposto amigo', 'mãe postiça' e construções 'de + N'. Nessa relação, o modificador faz com que as propriedades do item modificado sejam negadas ou questionadas (formação de paráfrases do tipo 'o que não é N', 'o que pode ou não ser N', 'o que já foi N'/'o que não é mais N'). Dessa forma, faremos uso das conceituações mais atualizadas de *affordance* no campo das ciências cognitivas, observando seu papel no esquema de mesclagem conceptual de algumas construções nominais modificadas.

**ABSTRACT:** The article aims to present the role of affordances in privative adjectival modification from the analysis of conceptual integration (FAUCONNIER and TURNER, 2002). Affordances are understood, in general terms, as environmental invariant properties available to a species in its environment (GIBSON, 1979); we do not exclude Sweetser's claims (1999) that cognitive affordances would provide those give conditions for a non-literal interpretation of a modified nominal construction. We consider privative adjectival modification as a type of construction in which there is a preacher and an intensionally modified element, in a relationship of properties to properties (KAMP, 1975), as in 'false blond', 'supposed friend', 'surrogate mother' and 'de+N' constructions. In this relation, the modifier makes the properties of the modified item to be suspended or questioned (paraphrases of the type 'which is not N', 'which may or may not be N', 'which is no longer N'). Thus, we will make use of the most current concepts of affordances in the field of Cognitive Sciences, noting their role in the conceptual blending scheme of some modified nominal constructions.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Affordances*. Mesclagem conceptual. Adjetivo privativo.

**KEYWORDS:** *Affordances*. Conceptual blending. Privative adjective.

\* Doutoranda em Língua Portuguesa – Departamento de Letras Vernáculas – UFRJ/CAPES.

\*\* Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas – UFRJ/CNPq.

## 1. Introdução

A modificação adjetival privativa é bastante estudada por linguistas cognitivistas (SWEETSER, 1999; COULSON, 2001; COULSON E FAUCONNIER, 1999), mas não tem encontrado espaço nos estudos do PB. A referência específica a adjetivos privativos ocorre em estudo de Pria (2008) acerca do adjetivo ‘falso’; temos também estudos descritivos falando sobre questões intensionais<sup>1</sup> na modificação adjetival (BORGES NETO, 1985; MENUZZI, 1992; ILARI, 1993; CASTILHO, 2010). Ainda assim, não há estudos que apresentem um perfil desse tipo de modificação adjetival.

Os estudos cognitivistas apontam a mesclagem conceptual como a melhor análise para os casos de construções modificadas adjetivas de caráter privativo (*likely candidate*, *child-safe*, *land yacht*, *fake gun*, *stone lion*), no lugar da análise formalista por traços (FRANKS, 1995). Tal análise tem se realizado de forma exaustiva em língua inglesa, mas não temos essas análise em língua portuguesa.

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de análise a partir da teoria da mesclagem conceptual, com ênfase no papel das *affordances*, consideradas por nós fundamentais para o processo de negação/alteração das propriedades intensionais do escopo. Para tanto, trabalhamos com quatro tipos de construção (*revólver de mentira*, *loura falsa*, *mãe postiça e suposto amigo*), em seus contextos discursivos (no caso, textos retirados da internet).

## 2. A modificação adjetival privativa

A modificação adjetival implica um tipo de predicação. O termo predicação pode ser entendido como a operação exercida por um modificador sobre um outro elemento, transferindo a ele propriedades semânticas que antes não lhe eram disponíveis, fazendo com que tais elementos se constituam em um conteúdo proposicional (um fato). Nesse processo, podem ocorrer um desses tipos de transferência para o elemento modificado: a que afeta a intensão, a que afeta a extensão e a que afeta a modalidade. Em outros termos, temos um predicador e um argumento envolvidos nessa operação, que deve ser vista como

---

<sup>1</sup> Estamos considerando aqui a intensionalidade em oposição à extensionalidade, entendendo o primeiro termo como a propriedade dos adjetivos que apontam para objetos fisicamente inexistentes, ou seja, que predicam das propriedades expressas pelo nome-núcleo, e o segundo termo como a propriedade dos adjetivos que predicam dos objetos denotados pelo nome-núcleo (NEGRÃO et al, 2002). Essa relação opositiva é relacionada à estabelecida por Borges Neto (1985) na dicotomia adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos.

um movimento ocorrente em nível de elementos de um sintagma, de uma sentença e até de um texto.

Assim, os elementos presentes em uma predicação adjetiva são geralmente denominados modificador/operador/predicador (adjetivo) e nome/escopo (substantivo). Segundo Castilho (2010), o escopo é o termo sobre o qual age um operador; seria um 'alvo' para o qual o predicador se movimenta, na intenção de gerar modificação em seus traços inerentes. O escopo, na relação predadora adjetiva, geralmente é uma classe de nomes que se liga ao mundo dos objetos, pessoas e coisas. Nessa relação, o predicador opera sobre essa classe-escopo de formas distintas, através de processos de qualificação, quantificação, modalização, localização e focalização (homem *bom*, saída *habitual*, raciocínio *certo*, *presente* momento, vida *particular*), dentre outros.

Franks (1995), dentro da perspectiva das ciências cognitivas, trata a modificação adjetival como um tipo de combinação conceptual, a partir da própria noção de conceito (que perfila a representação, a classificação e a linguagem). Para ele, em expressões como *stone lion* temos um conceito implicitamente vinculado, que atua porque há atributos *default* de *lion* que propiciam uma instanciação dentro da cena comunicativa, dando suporte à especificação de sentido: *lion* pode se referir a um animal, a uma estátua, a um brinquedo, etc., dependendo do contexto em que tal uso ocorre.

A questão da modificação adjetival é tratada, na visão da Linguística Cognitiva (SWEETSER, 1999; COULSON, 2001), através dos mecanismos de composicionalidade linguística em construções A+N modificadas, a partir da teoria de mescla de espaços mentais (FAUCONNIER E TURNER, 2002), uma vez que a análise simplificada de interseção nas relações de nomes com modificadores adjetivais não é considerada suficiente para explicar tal fenômeno.

### 3. O adjetivo privativo

Nas classificações mais gerais a respeito dos adjetivos não-predicativos, existem estudos a respeito de adjetivos que funcionariam como privativos. O comportamento privativo é reconhecido como uma função de um tipo restrito de adjetivos. Pria (2008) apresenta o seguinte quadro comparativo da classificação semântica dos adjetivos nos estudos formais:

Quadro 1. Classificação semântica dos adjetivos (PRIA, 2008, p.25)

<b>autores</b>	<b>Kamp (1975)</b>	<b>Chierchia e McConnell-Ginet (1990)</b>	<b>Kamp e Partee (1995)</b>	<b>Partee (2001)</b>
<b>Classificações</b>	predicativos	intersectivos	intersectivos	intersectivos
	afirmativos	subsectivos	subsectivos	subsectivos
	privativos	não-predicativos	não-subsectivos	não-subsectivos

Nesse quadro, percebemos que a nomenclatura para o adjetivo privativo é diferenciada devido às especificidades observadas por cada estudioso. Kamp (1975) destaca o aspecto singular do privativo, a ponto de não ser representado por esquemas em seu trabalho; Chierchia e McConnell-Ginet (1990) também destacam a ausência de função predicativa nesse adjetivo; Kamp e Partee (1995) e Partee (2001) consideram a classe dos não-subsectivos como composta pelos não-subsectivos planos (alegado, predito) e os não-subsectivos ou privativos (fictício, imaginário), nos quais insere também elementos morfológicos, como os prefixos negativos pseudo-, ex- e não-.

Vamos nos ater à proposta de Kamp (1975), precursora de todas as outras. Para ele, os adjetivos privativos são compreendidos como funções de propriedades para propriedades, ou seja, são funções que se aplicam a nomes, no intuito de gerar alterações nos traços essenciais do nome a que se referem; essas funções diferem de acordo com o tipo de adjetivo (PRIA, 2008). Essa categoria de adjetivo caracteriza-se pela modificação que causa no significado do substantivo – ‘revólver falso’ não é um revólver de verdade, isto é, o adjetivo ‘falso’ muda a propriedade do substantivo ‘revólver’, que se diferencia, dependendo do contexto.

Kamp (1975) estabeleceu o seguinte postulado para esse tipo de adjetivo: Para cada propriedade  $P$  e cada  $w \in W$ ,  $F(P)(w) \cap P(w) = \emptyset$ . Lê-se: “para cada propriedade  $P$  e para cada  $w$  (“mundo possível”)  $\in$  (“pertencente a”)  $W$  (“o conjunto não vazio de todos os mundos possíveis”),  $F(P)(w)$  (“o significado  $F$  na propriedade  $P$  e no mundo possível  $w$ )”  $\cap$  (“interseccionada com”)  $P(w)$  (“a propriedade  $P$  no mundo possível  $w$ )”  $= \emptyset$  (“é um conjunto vazio”)”. Isso quer dizer que o adjetivo privativo transforma a condição de verdade do sintagma nominal, fazendo com que algumas informações do escopo sejam

negadas (revólver falso não é um revólver em todas as suas propriedades essenciais, mas um objeto semelhante em algum aspecto a ele).

#### 4. Breve estudo sobre o conceito de *affordance*

O termo *affordance* foi cunhado por Gibson (1979), na abordagem ecológica sobre a percepção visual, como um neologismo para o verbo *to afford* (oferecer, dispor, proporcionar). As *affordances* seriam propriedades invariantes do ambiente oferecidas a uma espécie, o que é provido ou fornecido a essa espécie em seu ambiente, sendo tanto benéfico quanto prejudicial. Assim, a superfície terrestre possui propriedades que proveem aos animais formas de se fazer uso dela: é horizontal, rígida, tem uma extensão e suporta peso; ela é ‘pisável’ e ‘corrível’. Essas propriedades não são abstratas e atendem às necessidades do animal.

A visão gibsoniana é de cunho interacionista, que afirma a importância da constante interação dos seres humanos com seus ambientes. A primeira restrição feita por Lakoff (1987) à teoria diz respeito ao campo de análise, uma vez que Gibson vincula sua pesquisa à percepção e não à cognição propriamente dita. Lakoff também aponta como estranha às teorias voltadas para a cognição a distinção entre realidade física e ambiente; para Gibson, a realidade física é considerada independente de todos os seres animados, ou seja, o ambiente seria definido em relação à forma como os seres interagem nele. A leitura lakoffiana sobre *affordances* é de que seriam oportunidades de interação proporcionadas pelo ambiente. Apesar dessas divergências, Lakoff observa uma convergência de sua teoria com as ideias gibsonianas sobre a corporificação da língua e a questão das propriedades interacionais.

O termo *affordance* obteve ampla divulgação também nos estudos de teorias da aprendizagem (TOMASELLO, 2003; MENEZES, 2011), além do campo de *design* visual (NORMAN, 1988; GORNIK, 2005), que difundiu o termo ‘*affordance* percebida’, muito utilizado na linguagem da computação.

Ao se referir especificamente às construções com *fake*, *safe* e *intellectual*, Sweetser (1999) admite que leituras metafóricas não são suficientes para definir os tipos de processamento prévio quando se rejeita um sentido literal. A autora afirma que a interação entre os espaços de *frame* estruturado, os mapeamentos inter-espaciais e o fenômeno de zonas ativas cria interpretações variadas para essas construções. Para resolver tal impasse, a linguista aponta para a descoberta de *affordances* cognitivas, que



teriam a função de conectar aspectos ou estrutura cognitiva a outro item, principalmente quando é manifestado um material com estrutura coerente acessada pelo falante. Isso representa afirmar que as *affordances* cognitivas seriam suportes que dariam condições para uma interpretação não-literal de uma construção nominal modificada. Apesar dessa apresentação a respeito das *affordances* cognitivas, a autora não se dedica a mostrar o uso delas em sua análise.

A concepção que aponta para uma abordagem mais linguística da *affordance* aparece nos estudos de Attardo (2005). O linguista atrela o conceito de *affordance* ao de *frames* semânticos, no estudo da fronteira semântica/pragmática. Nessa perspectiva, as *affordances* restringiriam ou guiariam a expansão de sentidos lexicais no processamento de sentenças, não sendo limitadas ao aspecto visual da realidade.

A chamada ‘teoria linguística da *affordance*’, termo cunhado por Attardo, seria guiada pelos seguintes pressupostos:

- a) Palavras ativam *affordances*
- b) A visão socioconstrutivista da *affordance* é possível
- c) Há uma definição intensional de *affordance*, nos termos de crenças e sistemas de crenças (contrariando a visão referencial, que não se ampara na cultura)
- d) A análise sintática é afetada por *affordances*
- e) *Affordance* seria um subesquema de cada *frame*, que enfatiza *slots* de objetos, agentes ou instrumentos.
- f) *Affordances* não são fixas, mas determinadas pelo contexto. Assim, no *frame* básico para MÉDICO, a saliência ocorre em CAPACIDADE PARA CURAR e não em SER HUMANO. Para CAVALO, no contexto de competição, a *affordance* seria CORRER, enquanto no contexto de açougue (em algumas culturas) seria COMER.

Para a análise realizada neste artigo, consideramos válidos os pressupostos acima, além das observações apresentadas por Duque (2013) a respeito da integração de *affordances* e restrições gramaticais na compreensão de uma sentença. Para demonstrar como a percepção de determinada *affordance* comprova a corporificação de uma estrutura conceptual, o autor cita a construção ‘boi voador’ (retirada dos versos de Chico Buarque e Ruy Guerra): a imagem mental construída pode ser de um boi com asas ou um boi com capa. Essa imagem é resultado de um processo de integração conceptual, em que a *affordance* percebida para a mesclagem está ligada ao voo (asa/capa). Corroboramos também com a crítica à teoria inicial de Gibson:

“(…) ao desconsiderar o conhecimento prévio e as expectativas do ator, Gibson contempla apenas as capacidades motoras do ator e não as capacidades perceptivas e mentais. Vale enfatizar que, ao contrário disso, acreditamos que as informações que especificam o *affordance* dependem das experiências do indivíduo e da cultura em que está inserido.” (DUQUE, 2013, p. 482)

A partir dos pressupostos arrolados, correlacionando-os à análise via mesclagem conceptual, estabelecemos as *affordances* como propriedades inerentes a um ser/objeto que se tornam visíveis quando observamos os elementos dos *inputs*. Sua presença é percebida exatamente porque no caso dos adjetivos privativos existe uma propriedade negada ou questionada, o que nos faz focalizar essa propriedade. A *affordance* está geralmente englobada no ‘ser objeto’/‘ser algo’, ou seja, nas propriedades mais essenciais, definidas nos processos de categorização<sup>2</sup>. Então, estamos lidando com categorias básicas nesse processo de mesclagem, que vão se tornando complexas à medida que analisamos os detalhes de sua interpretação nos processos de modificação adjetival privativa.

## 5. Conceito de mesclagem conceptual

A mesclagem conceptual é considerada uma poderosa ferramenta de análise de situações linguísticas e não-linguísticas (FAUCONNIER E TURNER, 2006), sendo utilizada nos estudos cognitivistas para demonstrar o processo de integração conceptual de variadas construções que apresentem relações de referenciação. Evans (2007) esclarece que a mesclagem conceptual deriva de duas abordagens na semântica cognitiva: a teoria da metáfora conceptual e a teoria dos espaços mentais. A mesclagem conceptual é uma operação cognitiva básica para a compreensão do modo como pensamos, sendo considerada a chave para o desenvolvimento de comportamentos humanos que dependem de habilidades simbólicas complexas.

O esquema da mesclagem conceptual, segundo Fauconnier (1997), é elaborado de acordo com os procedimentos abaixo:

---

<sup>2</sup> Compreendemos categorização como “uma forma natural de identificar um tipo de objeto ou de experiência iluminando certas propriedades, atenuando e até escondendo outras. Cada uma das dimensões indica as propriedades que são iluminadas. Ao focarmos um conjunto de propriedades, desviamos nossa atenção das outras” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 266).

a) **Projeção interdomínios** – entidades do domínio-fonte projetam-se em contrapartes no domínio-alvo.

b) **Esquema genérico** – espaço compartilhado pelo domínio-fonte e pelo domínio-alvo; seria a interseção entre os dois domínios.

c) **Mescla** – os domínios são projetados em um quarto espaço, levando os elementos que são contrapartes ou não; as entidades podem, nesse espaço, aparecerem como um só elemento ou serem projetadas separadamente.

d) **Estrutura emergente** – é própria da mescla, sendo formada pela contribuição dos domínios. Pode ser construída de três formas:

- por composição – as relações disponíveis não precisam existir no domínio-fonte ou no domínio-alvo;

- por completamento (complementação) – MCIs<sup>3</sup> e conhecimentos compartilhados de molduras comunicativas podem ser passados dos domínios para o espaço da mescla ou, através da composição, nascem novas relações;

- por elaboração – ‘criação’ cognitiva dentro do próprio espaço da mescla, ocasionada pela nova lógica instaurada.

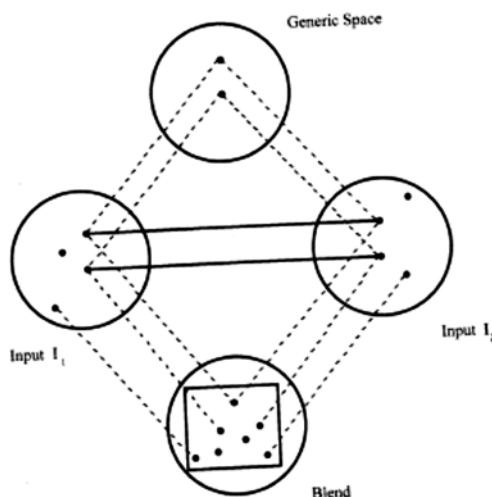


Figura 1. Esquema de mesclagem conceitual (FAUCONNIER E TURNER, 2002)

<sup>3</sup> Modelos cognitivos idealizados, que nos termos de Lakoff (1987) seriam estruturas complexas do conhecimento, relativamente instáveis, que serviriam para embasar estruturas proposicionais, esquemas imagéticos, mapeamentos metafóricos e metonímicos. Para Jesus (2009, p. 30), MCI seria o “conhecimento sobre o domínio ou domínios da experiência que colabora na significação de uma categoria linguística; ele é interindividualmente partilhado pelos membros de um grupo social, tem limite indeterminado e está envolvido em qualquer ato de categorização, sendo imprescindível para formação do significado e pensamento de uma língua”.

A integração conceptual como processo pode ser percebida nesse diagrama básico, em que as linhas representam as projeções e mapeamentos conceptuais, relacionadas a vinculações e coativações neurais.

Enfatizamos que, conforme afirmam Fauconnier e Turner (2006), os diagramas envolvem somente uma parte dos espaços mentais; assim, um espaço-mescla pode ter múltiplos espaços de *input*.

Não poderíamos deixar de apresentar a noção de relações vitais, fundamental para a compreensão do funcionamento detalhado do processo de mesclagem conceptual. A noção de relações vitais é apresentada por Fauconnier e Turner (2002) como uma forma de mostrar o detalhamento de sistematizações nos diferentes tipos de redes integradas, ou seja, no processo de combinações conceptuais. Os autores consideram que muitos fenômenos linguísticos (categorização, metáfora, analogia, gramática, pensamento contrafactual, integração de evento, tipos diversos de aprendizagem e criação artística, dentre outros) são produtos de uma mesma operação imaginativa. Assim, necessitaríamos desses elementos para explicarmos suficientemente o que ocorre nos fenômenos linguísticos em que há integração conceptual.

A explicação por meio desses detalhes nos auxilia na investigação de meios pelos quais um modelo de rede se aplica em diferentes ‘nichos conceptuais’, através do desenvolvimento conceptual com propósitos diversos, em contextos variados, com diferentes *affordances* e pessoas envolvidas, também diferenciadas nas esperanças, crenças e desejos.

As relações vitais são observadas no processo de mesclagem conceptual de construções linguísticas, quando ocorrem as compressões; uma relação vital pode resultar da compressão de outras<sup>4</sup>. As relações categorizadas por Fauconnier e Turner são as seguintes: causa e efeito, tempo, espaço, identidade, mudança, singularidade, parte-todo, representação, papel-função, analogia, desanalogia, propriedade, similaridade, categoria, intencionalidade). Há tipos e subtipos de relações vitais, dependendo da natureza da construção linguística.

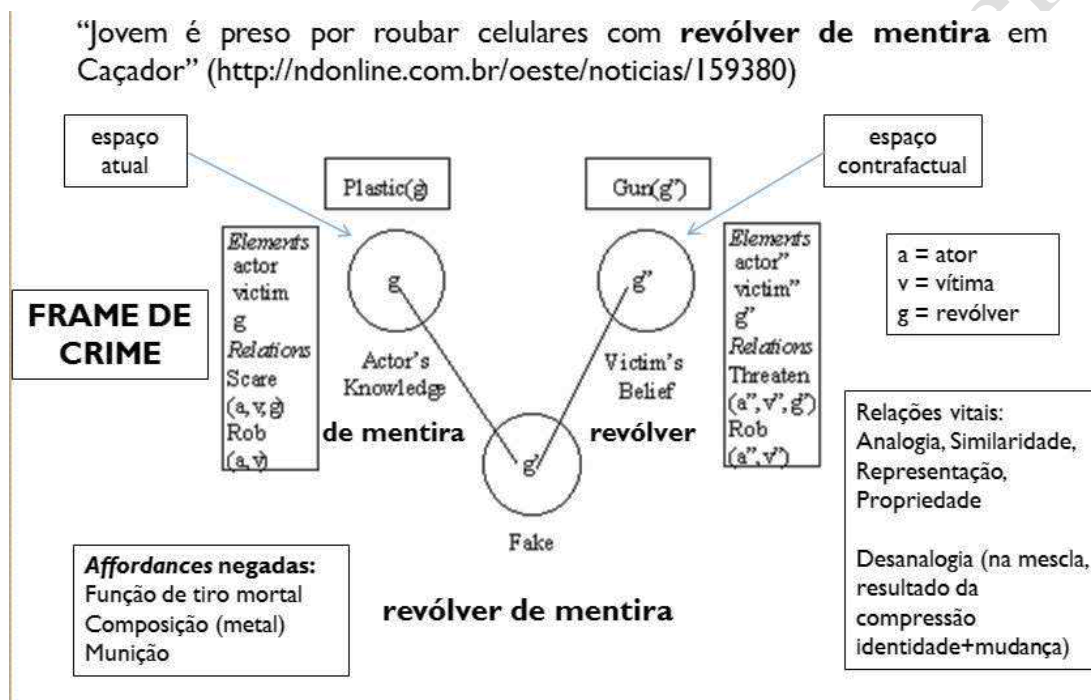
---

<sup>4</sup> Por compressão entendemos o processo que reforça a relação entre os *inputs* de espaços distintos no esquema de mesclagem conceptual, provocando uma fusão de sentidos evocados por domínios diferentes. O resultado de uma compressão aparece na estrutura emergente (espaço-mescla) da integração conceptual (EVANS, 2007).

## 6. Mesclagem conceptual em construções privativas

A partir da ferramenta de buscas Google, retiramos da internet alguns contextos discursivos com construções modificadas privativas, com o objetivo de apresentar o papel das *affordances* no processo de mesclagem conceptual decorrente desse tipo de modificação adjetiva. A seguir, apresentamos uma análise de cada construção<sup>5</sup>.

### a) ‘Revólver de mentira’

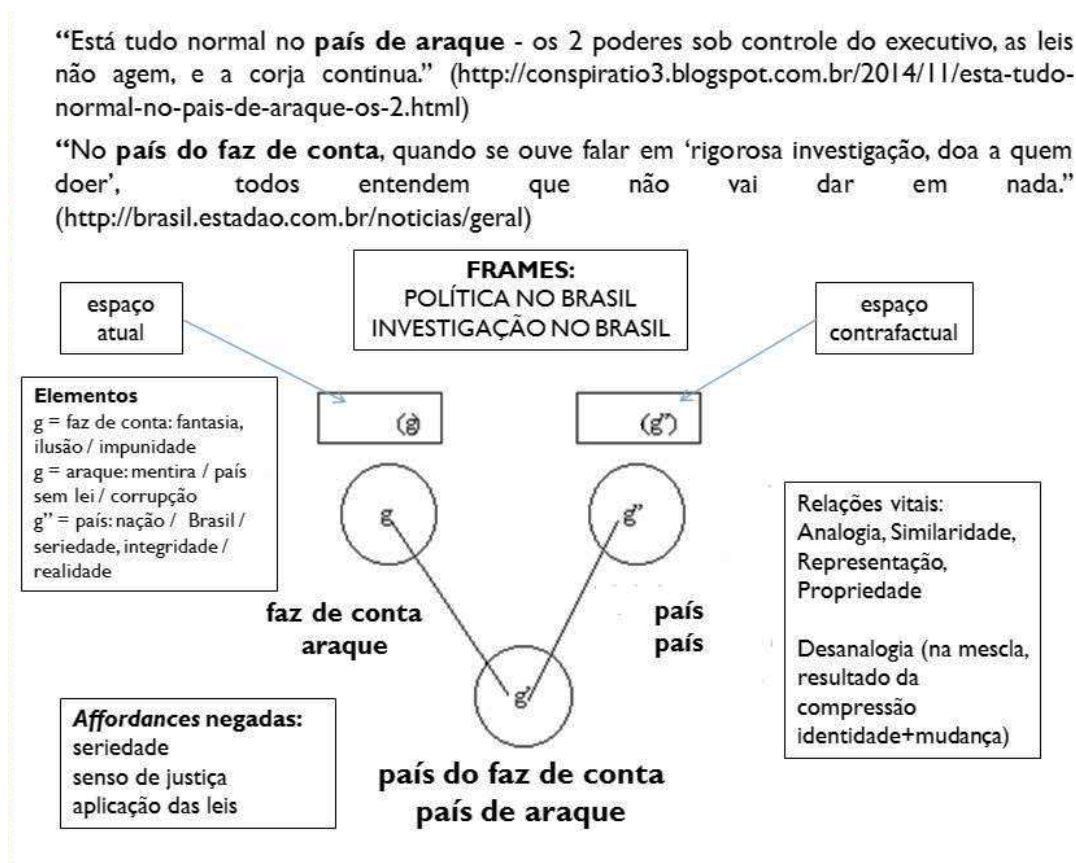


Observando o esquema de mesclagem, as contrapartes seriam revólver (no espaço de crenças da vítima) e não-revólver (no espaço do assaltante), gerando um espaço-mescla de engano. As relações envolvidas na compressão seriam de analogia e similaridade (por causa da semelhança do objeto), representação (formato) e propriedade (tipo de material), além da desanalogia gerada na mescla, confirmando o engano, pois na compressão identidade+mudança há o sentido de negação de algumas *affordances*: função de tiro mortal, composição do objeto e munição. Ou seja, o ‘revólver de mentira’ é um objeto parecido com um revólver de verdade, mas sem a função essencial de atirar, manifestada nas *affordances* citadas; por isso, tal objeto nega as propriedades de revólver.

<sup>5</sup> Salientamos que em nossa análise não apresentamos todos os elementos da mesclagem conceptual (espaço genérico, todos os *inputs*, por exemplo); enfocamos somente os elementos envolvidos na relação privativa que apresentam estruturas suficientes para explicarmos o papel das *affordances* nesse processo.

A negação das propriedades invariantes do objeto é fundamental para o estabelecimento de um *frame* de crime, em um contexto discursivo de notícia jornalística que aponta a intenção de enganar para cometer um delito.

### b) ‘País do faz de conta’ e ‘país de araque’



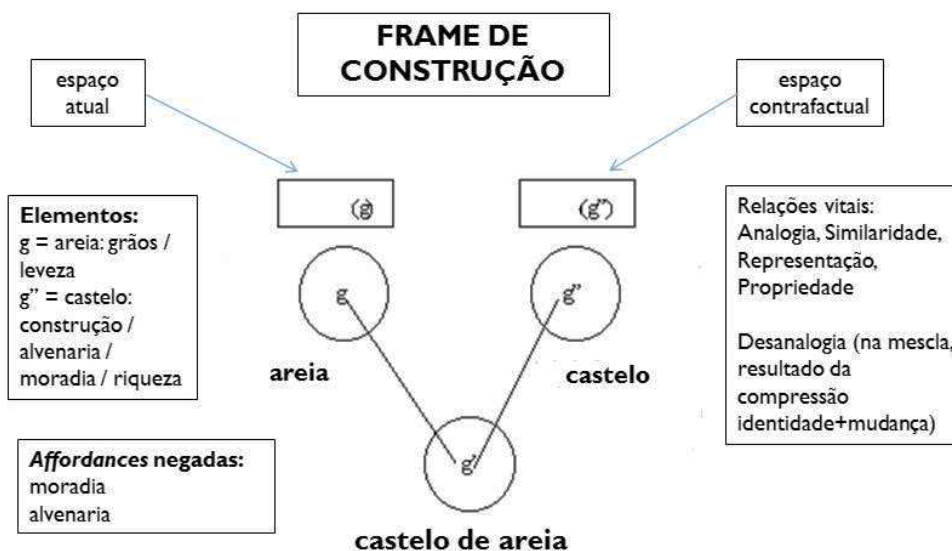
Nos dois casos, observamos uma similaridade no esquema de mesclagem conceptual, muito provavelmente gerada pela proximidade dos *frames*. Em ‘país do faz de conta’, temos as contrapartes país corrupto/país íntegro, em que as *affordances* negadas são ‘seriedade’, ‘senso de justiça’ e ‘aplicação das leis’; essas *affordances* também são negadas no caso de ‘país de araque’, em que temos as contrapartes país sem lei/país sério. Note-se que as *affordances* elencadas são embasadas no conceito que os brasileiros têm a respeito de ‘país’, no sentido de nação. O contexto nos auxilia na percepção dessas *affordances*, quando observamos sentenças opositivas pelo mecanismo da ironia (no primeiro caso, ‘está tudo normal’ tem sentido irônico em relação a ‘país de araque’), assim como a sentença ‘os 2 poderes sob controle do executivo, as leis não agem e a corja continua’ reforçam o enquadre de negação das *affordances*.

As relações vitais perpassam a analogia, similaridade, representação e propriedade, além da desanalogia (nos exemplos, a desconstrução do país sério e íntegro quando há a confrontação entre os *inputs*).

c) ‘Castelo de areia’

“CAT ergue maior castelo de areia do mundo – e depois o põe abaixo”

(<http://www.tecmundo.com.br/curiosidade/69124-cat-ergue-maior-castelo-areia-mundo-poe-video.htm>)



Neste caso, temos um *frame* de construção, em que há as contrapartes areia/castelo; os elementos envolvidos apontam para propriedades essenciais dos *inputs*, com destaque para a gama de elementos de ‘castelo’, que sofrerá modificação quando adjungida à locução adjetiva. A negação das *affordances* ‘moradia’ e ‘alvenaria’ são evidenciadas pela concepção mais global do que seja um castelo de areia: uma construção feita com terra, que não pode abrigar pessoas e tampouco é feita de alvenaria (estrutura de paredes com tijolos e argamassa). O conceito que temos de ‘areia’ nos auxilia na interpretação das *affordances* negadas, uma vez que a composição por grãos e a leveza não são características esperadas de uma construção para se habitar.

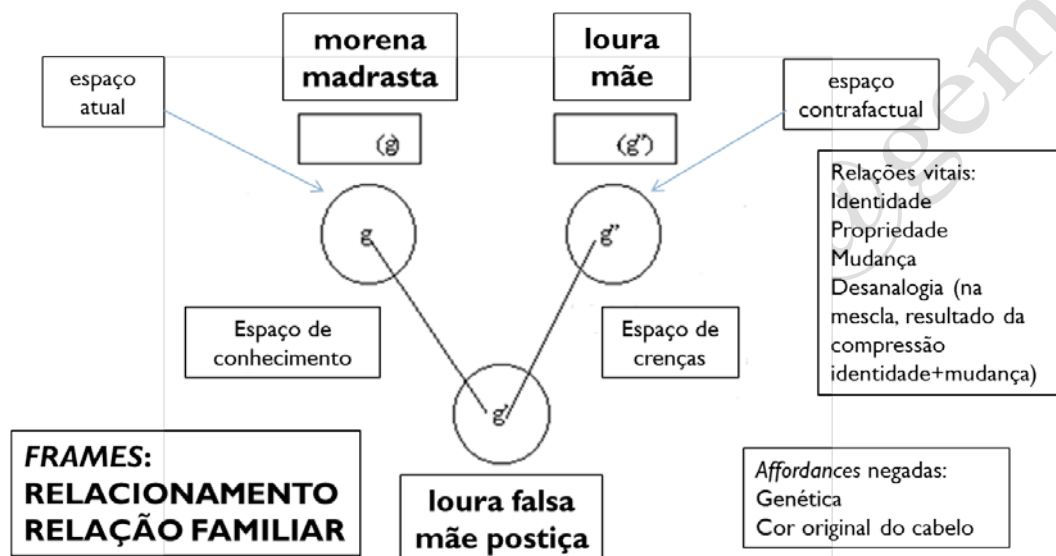
As relações vitais resultantes da compressão são as mesmas observadas nos exemplos anteriores: analogia, similaridade, representação, propriedade e desanalogia.

## d) ‘Loura falsa’ e ‘mãe postiça’

“Conheço uma **loura falsa** / Que era morena”

([http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto.php?id\\_publicacao=2786](http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto.php?id_publicacao=2786))

“(…) cabe à mulher novos papéis, de **mãe postiça** e educadora, quer ela queira ou não.” (<http://www.bolsademulher.com/familia/mae-postica-1/>)



No caso de ‘loura falsa’, temos as contrapartes ‘loura’ (espaço de crenças) e ‘morena’ (espaço de conhecimento), formando uma estrutura emergente no espaço-mescla de negação (não-loura). O frame é de relacionamento, pois há o uso do verbo *conhecer*. A *affordance* negada é a de cor original do cabelo, que reforça as relações vitais ocorridas na compressão: identidade, propriedade, mudança e desanalogia (na mescla).

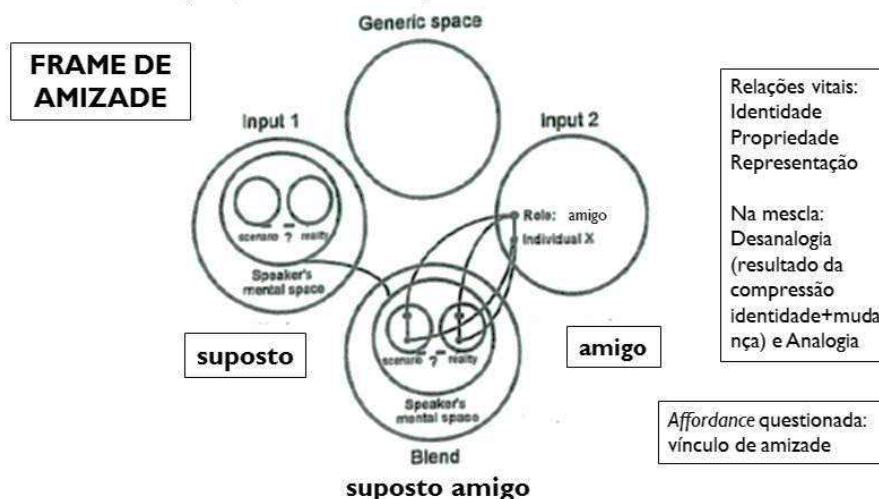
Em ‘mãe postiça’, temos *frame* de relação familiar; no esquema; os *inputs* se contrapõem da seguinte forma: mãe – afeto/genitora/filho e madrasta/enteado/não-genitora, que resultam em uma função afetiva exercida pela madrasta. Assim, a *affordance* negada (genética) reforça a desanalogia gerada pela compressão identidade+mudança, mais até do que no caso de ‘loura falsa’, uma vez que a ‘mãe postiça’ não guarda identidade nem propriedade física da mãe verdadeira, mas a função que exerce pode ser substitutiva à da mãe real.



## e) ‘Suposto amigo’

“Jovem sitiante sai para dormir em casa de **suposto amigo** e desaparece”

(http://www.rotapolicialnews.com.br/2014/05/12/)



Esquema parcial de mesclagem conceitual (SWEETSER, 1999, p. 152)

Nesse caso, estamos lidando com um esquema de mesclagem um pouco diferente: no espaço-mescla temos a sobreposição de papéis e cenários; o espaço mental que emerge na mescla é o do falante e os cenários de realidade e não-realidade coexistem nesse espaço, já que o que é suposto não possui grau de certeza. Por causa desse tipo de relação, ocorre tanto a desanalogia (o ‘amigo’ pode não ser amigo) quanto a analogia (o ‘amigo’ pode ser mesmo amigo). Dizemos, então, que a *affordance* de ‘vínculo de amizade’ é questionada, gerando uma limiaridade entre o verdadeiro e o falso.

## 7. Considerações

A partir de contextos discursivos retirados de textos da internet, buscamos mostrar o papel das *affordances* no processo de mesclagem conceitual das construções adjetivais privativas. Para tanto, apresentamos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e de outras ciências cognitivas para enfocarmos tal análise.

Como observado, é inegável a relação *contexto/frame/affordance* para a identificação do tipo de mesclagem conceitual nas construções apresentadas. Em todos os casos observamos que essa tríade torna-se essencial para a compreensão do processo de mescla, do sentido emergente nas construções. Ainda observamos que as relações vitais decorrentes das compressões nas construções analisadas apontam para alguns

elementos em comum, como a desanalogia; a análise de um maior espectro dessas construções pode confirmar se essa relação vital, em especial, é recorrente no processo de modificação adjetival privativa.

Também concordamos com Attardo (2005) no argumento de que a incorporação das *affordances* favorece a visão corporificada do significado, uma vez que um conceito tão caro à percepção visual deve ser levado em conta na atribuição de sentido quando lidamos, principalmente, com construções modificadas mais complexas.

Por último, entendemos que a redefinição do conceito de *affordance* em um aparato socialmente construído é necessária para sua aplicabilidade na análise de construções modificadas privativas, uma vez que o papel do contexto e a questão da experiência são elementos fundamentais na interpretação desse tipo de adjetivo. A adequação de tal conceito no âmbito linguístico deve ser encarada como mais um processo de interface entre as ciências cognitivas.

## Referências

ATTARDO, S. The Role of Affordances at the Semantics/Pragmatics Boundary. In: BARA, G. B., BARSALOU, L.; BUCCIARELLI, M. (eds.) *Proceedings of the CogSci 2005. XXVII Annual Conference of the Cognitive Science Society*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005. 169-174.

COULSON, S. **Semantic leaps**: frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. Cambridge University Press, 2001. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511551352>

EVANS, V. **A glossary of Cognitive Linguistics**. Edinburgh University Press, 2007.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge University Press, 1985.

\_\_\_\_\_; TURNER, M. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

\_\_\_\_\_. Conceptual integration networks (Mental spaces). In: GEERAERTS, D. (ed.) **Cognitive Linguistics: Basic Readings**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

FRANKS, B. Sense generation: a “quasi-classical” approach to concepts and concept combination. **Cognitive Science**, 19, p. 441-505, 1995. **crossref**  
[http://dx.doi.org/10.1207/s15516709cog1904\\_2](http://dx.doi.org/10.1207/s15516709cog1904_2)

GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1986 [1979].

GORNIAC, P.J. **The affordance-based concept**. Tese de doutorado em Filosofia, Massachusetts Institute of Technology, setembro de 2005.

JESUS, D.A. **A flutuação referencial do SN ‘nós’ indeterminado em textos jornalísticos de opinião**. Dissertação (mestrado). UFRJ / FL / Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), 2009.

KAMP, J.A.W. Two theories about adjectives. In: Keenan, E. L. **Formal semantics of natural language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511897696.011>

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1987. **crossref** <http://dx.doi.org/10.7208/chicago/9780226471013.001.0001>

\_\_\_\_\_; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado de Letras/Educ, 2002.

MENEZES, V.L. Affordances beyond the classroom. In: BENSON, Phil; REINDERS, Hayo. **Beyond the language classroom**. 2011, p. 59-71.

MENUZZI, S.M. **Sobre a modificação adjetival do português**. Dissertação de Mestrado (Linguística), Campinas, UNICAMP, 1992.

NEGRÃO, E. V. ; MÜLLER, A. L.; PEMBERTON, G. M. N. . Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou quantificadores? In: Maria Bernadete M. Abaurre; Angela C. S. Rodrigues. (Org. ). **Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, v. VIII, p. 317-344.

NORMAN. D. **The design of everyday things**. New York: Basic Books, 2002.

PRIA, A. Uma proposta de descrição formal de adjetivos intersectivos, subsectivos e não-predicativos no inglês e no português. **Ícone – Revista de Letras**, São Luís de Montes Belos, v.2, p.16-30, jul. 2008.

SWEETSER, E. Compositionality and blending: semantic composition in a cognitively realistic framework. In **Cognitive Linguistics: Foundations, Scope and Methodology**, eds. Gisela Redeker and Theo Janssen. Berlin: Mouton de Gruyter. pp. 129-162, 1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110803464.129>

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Artigo recebido em: 25.02.2015

Artigo aprovado em: 06.07.2015

# Gêneros digitais e relevância na construção de sentido: resultados interpretativos do *chat* em comparação com a conversação face a face

## Digital text genres and relevance in meaning: chat interpretation results compared to face to face conversation

Dóris Cristina Gedrat\*

**RESUMO:** A partir das conclusões de pesquisas como Xavier (2002), Marcuschi (2010) e Araújo (2010) a respeito das qualidades do *chat* como gênero digital emergente, mostra-se, nesta pesquisa, como a interpretação relevante dos enunciados e, conseqüentemente, a construção de sentido durante a comunicação são influenciadas por tais propriedades, em comparação com o processo de compreensão durante uma conversação face a face. Sobre a interpretação dos sentidos, além do embasamento na teoria da relevância, de Sperber e Wilson (1986/1995), também se consideram as pesquisas em Yus (2008) quanto às alterações da relevância na *web*. Entre as principais conclusões está que os fatores intervenientes devido à transmutação da conversa cotidiana para a esfera da *web* tornam o processamento de efeitos contextuais e a avaliação da relevância, um processo altamente complexo, em que os participantes precisam ter habilidade para fazerem associações entre informações de diversos formatos com o fim de atingirem efeitos contextuais e relevância. Isso gera aumento do esforço mental e, conseqüentemente, diminuição das chances de se chegar à relevância ótima sugerida por Sperber e Wilson.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construção de sentido. Relevância. Conversação face a face. Gêneros digitais. *Chat*.

**ABSTRACT:** Considering Xavier's (2002), Marcuschi's (2010) and Araújo's (2010) conclusions on the peculiar qualities of a chat as an emergent digital text genre, this research aims at showing how relevant interpretation of utterances and, consequently, meaning apprehension during communication are influenced by chat's qualities when compared to the comprehension process during face to face conversation. Regarding sense interpretation, besides Sperber e Wilson's (1986/1995), Yus's (2008) research on relevance alterations in the web is also considered. One of the main conclusions is related to the intervening factors in the process of face-to-face conversation transmutation to the web sphere. With the transmutation, contextual effects processing and, consequently, relevance evaluation become highly complex processes, in which participants must be able to make associations among information coming in many different formats in order to achieve contextual effects and relevance. This increases mental effort thus decreasing chances to reach the optimal relevant outcomes suggested by Sperber and Wilson.

**KEYWORDS:** Sense interpretation. Relevance. Face to face conversation. Digital text genres. *Chat*.

---

\* Doutora em Linguística Aplicada (PUC/RS). Integrante do Curso de Letras da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, RS.

## 1. Introdução

No ambiente hipertextual da *web*, diferentes linguagens fundem-se, participando do processamento das informações na comunicação e, conseqüentemente, influenciando a maneira como os comunicadores realizam a construção de sentido relevante no contexto cognitivo. Este é o tema da pesquisa aqui apresentada.

Em primeiro lugar, exploram-se as principais noções sobre a comunicação enquanto processo cognitivo no qual informações novas interagem com o contexto de informações já presentes na memória dos participantes da comunicação, conforme a teoria da relevância, de Sperber e Wilson (1986/1995). Em seguida, a partir das conclusões de pesquisas como Xavier (2002), Marcuschi (2010) e Araújo (2010) a respeito das qualidades do *chat* como gênero digital emergente, descrevem-se as qualidades que o diferenciam da conversa face a face. Tais diferenças alteram, conforme proposto aqui, a maneira como os interlocutores recebem e processam os efeitos contextuais, influenciando, conseqüentemente, a avaliação da relevância de novas informações. Com respeito à interpretação relevante na *web*, considera-se a pesquisa de Yus (2008) sobre as alterações da relevância na *cibermídia*. Yus aponta as diferenças da disponibilidade de informação contextual em situações face a face e em encontros virtuais como causa dos diferentes resultados interpretativos ou da maior demanda de esforço mental para se chegar a efeitos interpretativos.<sup>1</sup>

Finalmente, confrontam-se as situações de conversa cotidiana com as situações de conversa online, o *chat*, através da análise de quatro fenômenos relacionados à relevância, explicados por Sperber e Wilson: a formação do contexto, a suposição de relevância ótima, a irrelevância de informações e as condições para relevância.

Mostra-se que a forma como os enunciados são transmitidos e recebidos no *chat* altera-se em relação à conversa face a face na medida em que ocorrem na esfera virtual, o que os leva a assimilar as qualidades dos gêneros dessa esfera, principalmente a natureza hipertextual da escrita em que se realiza, caracterizada pela bricolagem de semioses múltiplas, conforme Xavier (2002), fazendo com que os efeitos contextuais sejam disponibilizados e processados com a exigência de esforço extra para se atingir relevância.

---

<sup>1</sup> RAUEN (2010) está entre as pesquisas em Santa Catarina que também investigam as alterações da relevância no espaço da *web*, com aplicação ao ensino.

## 2. Cognição e construção de sentido relevante

O pressuposto básico da teoria da relevância, de Sperber e Wilson (1986/1995), é o de que o comportamento humano, incluindo a comunicação, é dirigido, automaticamente e instintivamente, pela busca da relevância. A construção de sentido, segundo este pressuposto, depende da relevância dos enunciados. A informação mais relevante é aquela que produz o maior número de efeitos contextuais e exige o mínimo de esforço de processamento.

Nesse sentido, uma informação é relevante em um contexto no qual ela gera o maior número de efeitos contextuais e exige o menor esforço de processamento. Efeitos contextuais consistem na modificação e consequente aperfeiçoamento do contexto do enunciado, o que resulta no aperfeiçoamento da representação de mundo do ouvinte. O contexto, segundo Sperber e Wilson (1995, p.134), “consiste não apenas das suposições expressas ou implicadas por enunciados precedentes, mas também das entradas enciclopédicas ligadas a qualquer conceito usado nessas suposições”. Dessa forma, o contexto é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas informações e suposições que afetam a interpretação dos enunciados, e não o estado real do mundo.<sup>2</sup>

A modificação do contexto ocorre através da interação entre informação nova e informação antiga, gerando efeitos contextuais. Estes podem ser de três tipos:

(1) Efeitos contextuais

(i) A informação nova combina-se com o contexto e produz implicações contextuais.

(ii) A informação nova combina-se com o contexto e reforça suposições já existentes no mesmo.

(iii) A informação nova combina-se com o contexto e contradiz suposições existentes, eliminando-as.

Nos três casos em que uma informação é relevante, pois produz efeitos contextuais, sempre há interação entre informação nova e informação antiga, nunca um efeito é produzido apenas por uma, ou por outra. E o contexto onde se processam as

---

<sup>2</sup> Compreendem-se, aqui os termos *pensamento*, *informação* e *suposição* conforme utilizados por Sperber e Wilson (1995, p. 2): “[...] com *pensamentos* queremos dizer representações conceituais (em oposição a representações sensoriais ou estados emocionais). Com *suposições* referimo-nos a pensamentos tratados pelo indivíduo como representações do mundo real (em oposição a ficções, desejos ou representações de representações). [...] Nós utilizaremos os termos de forma mais abrangente, tratando como informação não apenas fatos, mas também suposições dúbias ou falsas apresentadas como factuais”.

informações pode ser formado a partir das informações armazenadas na memória enciclopédica, a partir de informações provindas do meio ambiente, as quais são captadas pelos sistemas sensoriais, ou a partir de representações da realidade implicadas pelo discurso precedente.

Por exemplo, considere-se o diálogo em (2):

(2) Filho (vestindo a camisa da Seleção Brasileira): Mãe, vou lá no Tiago ver futebol.

Mãe: A Copa terminou, agora tudo volta ao normal, lembra?

Ao interpretar o enunciado da mãe, suponhamos que o filho tenha um contexto, na memória de seu aparelho dedutivo, contendo as seguintes suposições:

- (3) (a) A Copa terminou.  
(b) A rotina de atividades do filho havia sido alterada devido à Copa.  
(c) Entre as alterações estava a possibilidade de sair de casa em horário de realizar as tarefas escolares, para ver jogos da Copa.  
(d) Com o final da Copa, o filho não pode mais sair de casa em horário previsto para realizar as tarefas escolares.  
(e) A mãe quer que o filho fique em casa e estude.

A suposição (3a) é expressa no último enunciado a ser processado. As suposições (3b,c,d), combinadas a (3a), geram a implicação contextual (3e). Portanto, este é um exemplo de efeito contextual do tipo (i), em (1), em que a informação nova combina-se com o contexto e produz implicações contextuais.

O filho pode estender este contexto inicial, incluindo mais informações, como, por exemplo, as informações enciclopédicas sobre Tiago, em (4):

- (4) (a) Tiago é um garoto que não dá muita atenção aos estudos.  
(b) A mãe não gosta muito que o filho ande na companhia de Tiago.

A suposição contextual (4b) é reforçada com a informação nova, da mãe, em (2), gerando, assim, o efeito contextual (ii), mencionado em (1), quando a informação nova combina-se com o contexto e reforça suposições já existentes no mesmo.

Finalmente, pode-se exemplificar o terceiro tipo de efeito contextual, em (1), quando a informação nova combina-se com o contexto e contradiz suposições existentes, eliminando-as, ao considerarem-se outras suposições existentes do contexto do filho ao tentar sair de casa. Vejam-se (5a e b):

- (5) (a) Nas últimas três semanas, tenho ido muito à casa do Tiago.  
(b) Vou jogar bola com o Tiago hoje.

A informação nova, isto é, o enunciado da mãe em (2), elimina a suposição contextual em (5b), gerando, assim, efeito contextual e, portanto, atingindo relevância neste contexto.

A comunicação, segundo Sperber e Wilson (1995, p. 158), é um ato ostensivo e intencional, por isso o estímulo produzido para que se inicie a comunicação é aprioristicamente relevante, e disso os autores depreendem a Suposição de Relevância Ótima e o Princípio de Relevância:

- (6) Suposição de Relevância Ótima  
a) O conjunto de suposições {I} que o comunicador pretende tornar manifesto ao ouvinte é relevante o suficiente para fazer valer a pena o ouvinte processar o estímulo ostensivo.  
b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar {I}.
- (7) Princípio da Relevância  
Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima.

Segundo esse princípio, as pessoas tentam encontrar o máximo de efeitos contextuais ao processarem informação e, ao realizar um ato de comunicação, cada comunicador sabe que o estímulo que ele escolheu é aquele que tem mais efeitos contextuais entre os que ele poderia ter escolhido. Alguns enunciados têm mais efeitos contextuais do que outros, por isso a força de sua relevância parece ser maior no contexto por eles acessado do que os outros em seus contextos.

Como a interação entre informação nova e contexto significa a informação nova produzir os efeitos contextuais descritos acima, uma informação nova processada é irrelevante nos seguintes casos: (1) a nova informação não tem conexão nenhuma com a informação já presente no contexto; (2) existe uma suposição equivalente no contexto, porém mais forte, de maneira que a nova suposição não afeta a força daquela que já existe, o que torna a nova informação não informativa e, portanto, irrelevante; (3) a nova suposição contradiz outras suposições existentes no contexto, mas não é forte o suficiente para eliminá-las.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>Sperber e Wilson (1995, p.121) dizem, no entanto, que, mesmo nos casos em que a suposição propriamente dita é irrelevante, a escolha que o falante fez de utilizar uma suposição irrelevante pode ser relevante.



Como foi explicado acima, a informação mais relevante é aquela que produz o maior número de efeitos contextuais pelo menor esforço de processamento mental. Dessa forma, o esforço de processamento exigido ao acessar-se o contexto para a interpretação do enunciado também afeta a avaliação dos graus de relevância, pois efeitos contextuais são produzidos por meio de processos mentais e estes, como todos os processos biológicos, exigem algum esforço. Para explicar a participação do efeito e do esforço na avaliação da relevância, Sperber e Wilson (1995, p.125) adotam o formato de definição com condições de extensão:

(8) Relevância

Condição de extensão 1: uma suposição é relevante num contexto à medida que seus efeitos contextuais neste contexto sejam grandes.

Condição de extensão 2: uma suposição é relevante num contexto à medida que o esforço exigido para processá-la neste contexto seja pequeno.

A partir dessa definição, pode-se verificar que a avaliação da relevância de um enunciado passa a ser uma questão de equilíbrio entre *output* e *input*, entre esforço de processamento e efeitos contextuais. De acordo com Sperber e Wilson (1995, p. 126-127), o esforço de processamento necessário para computar uma implicação contextual ou elevar ou baixar a força de uma suposição não é suficiente para anular a contribuição feita pela implicação à relevância. Por isso, o esforço para se computar uma implicação é proporcional aos efeitos por ele implementados, podendo ser ignorado.

Em resumo, segundo a teoria da relevância, a construção de sentido relevante ocorre mediante a interação entre informação nova e informação antiga. Ao interpretar um enunciado, logo, ao tentar ir ao encontro da intenção comunicativa do falante, o ouvinte entra num processo de interpretação que envolve acesso a conceitos e entradas enciclopédicas (formação de hipóteses) e dedução (confirmação ou rejeição de hipóteses). Assim, a interpretação de um enunciado será o processamento de informações novas combinadas a informações antigas. As informações antigas estão na memória em forma de conceitos aos quais se ligam informações enciclopédicas. As informações nos conceitos e na enciclopédia formam o contexto no qual o enunciado é processado. Portanto, durante o processamento de um enunciado, o contexto vai se formando, a partir de um contexto inicial, e se modificando com o reforço e a eliminação de suposições e com o aparecimento de novas suposições contextuais, que são as implicaturas (suposições e conclusões implicadas).

Tendo sido apresentadas as noções principais sobre a comunicação como processo cognitivo no qual informações novas interagem com o contexto de informações já presentes na memória dos participantes da comunicação, passa-se, na seção 3, a descrever o *chat* enquanto gênero na *web* e as qualidades que o diferenciam da conversa face a face. Tais diferenças alteram, conforme proposto aqui, a maneira como os interlocutores recebem e processam os efeitos contextuais, influenciando, conseqüentemente, a avaliação da relevância de novas informações.

### 3. O *chat* entre os gêneros digitais emergentes

Segundo Marcuschi (2010, p.15), “há um conjunto de gêneros textuais que estão emergindo no contexto da tecnologia digital em ambientes virtuais”. Ele afirma:

Os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita. Contudo, sequer se consolidaram, esses gêneros eletrônicos já provocam polêmicas quanto à natureza e proporção de seu impacto na linguagem e na vida social. Isso porque os ambientes virtuais são extremamente versáteis e hoje competem, em importância, entre as atividades comunicativas, ao lado do papel e do som. Em certo sentido, pode-se dizer que, na atual *sociedade da informação*, a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo (MARCUSCHI, 2010, p.15-16).

Antes de definir cada gênero digital emergente, Marcuschi (2010, p.31) esclarece que o gênero não se confunde com os ambientes gerados pela tecnologia. Os ambientes, ou entornos virtuais, abrigam os gêneros e, por vezes, os condicionam. Assim, seguindo Wallace (2001), o autor descreve um dos ambientes virtuais existentes, o *chat* síncrono: “ambientes em salas de bate-papos entre várias pessoas simultaneamente ou em ambiente reservado. Tem vários formatos no estilo de uma conversação em tempo real. Também vem sendo usado para aula-*chat*”. Segundo Marcuschi, esses ambientes são locais onde os gêneros aparecem, permitindo “culturas” variadas, e sua classificação em tipologias auxilia a compreender tais culturas.

O gênero que nos interessa aqui é um dos que se realiza no ambiente acima descrito, e suas variantes, o *chat* em aberto (bate-papo virtual em aberto – *room-chat*), em que inúmeras pessoas interagem simultaneamente em relação síncrona e no mesmo ambiente. As variantes são: o *chat* reservado (bate-papo virtual reservado), com as falas pessoais acessíveis apenas a dois interlocutores mutuamente selecionados, embora com

acesso aos demais em aberto; *chat* agendado (bate-papo agendado - ICQ), como o reservado, mas tendo sido agendado, oferecendo a possibilidade de mais recursos tecnológicos na recepção e envio de arquivos; *chat* privado (bate-papo virtual em salas privadas), em que apenas dois parceiros de diálogo estão presentes.

Para Marcuschi, é importante investigar a real novidade das práticas, como, por exemplo, nos *bate-papos abertos*, em que, segundo o autor (p.35), “são construídas identidades sociais muito diversas daquelas das *conversações face a face*”. Uma característica marcante em todos esses gêneros digitais emergentes é a utilização da escrita, divergência em relação a suas contrapartes preexistentes<sup>4</sup>.

Segundo Araújo (2004, p. 91), o *chat* é o resultado da transmutação de um gênero existente para um gênero na *web*: “[...] a conversação em tempo real, ocorrida nos *chats*, é resultado da transmutação do diálogo cotidiano de sua esfera de origem para uma esfera eletrônica, que é a *Web*”. O autor explica, em Araújo (2010, p.111), “que é possível flagrar as marcas da transmutação sofrida pelo *chat*, a partir da bricolagem das semioses som-imagem-escrita que se materializa em sua estrutura composicional.”

Araújo toma como base a teoria de Bakhtin (1997) para embasar sua tese de que o *chat* constitui um novo gênero. Bakhtin (1997, p.279-281) mostra que a comunicação realiza-se em esferas, as quais são formadas por “repertórios de gêneros”. Os gêneros organizam as práticas discursivas no interior das esferas. Segundo o mesmo autor, dependendo das esferas, os gêneros são primários ou secundários. Os gêneros primários surgem das “circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea” e os secundários são próprios de “uma comunicação cultural mais complexa e [...] evoluída, principalmente escrita”. Entre os gêneros primários Bakhtin inclui o diálogo cotidiano e a carta e, entre os secundários estão o romance e o discurso científico.

Em Araújo (2010, p. 114), o autor esclarece que assim como as esferas tornam-se mais complexas, os gêneros também se modificam e reformatam, “para dar conta das novas necessidades instauradas nas esferas, que também tendem a se hibridizar, sendo este o caso da *web*”. Segundo Bakhtin, existe *transmutação* quando um gênero primário dá origem a um novo gênero secundário, transmutando-se de uma esfera para outra, originando novos gêneros que apresentam um estilo similar ao domínio discursivo que o absorveu. Nesse sentido, para Araújo (2010, p. 115):

---

<sup>4</sup> No caso dos gêneros *chat*, as contrapartes preexistentes propostas por Marcuschi (2010, p.37) como tentativas aproximadas são, respectivamente, as conversações (em grupos abertos?), as conversações duais (casuais), os encontros pessoais (agendados?) e as conversações (fechadas?).

[...] o *chat* é oriundo do que Bakhtin chama de diálogo cotidiano, uma vez que as marcas da conversa cotidiana permanecem no *chat*. No entanto, tais marcas, uma vez transmutadas pela *web*, parecem gerar uma nova formatação do diálogo cotidiano, o que permitiu a formulação da hipótese segundo a qual o *chat* é uma situação comunicativa complexa pela qual se chega a vários gêneros emergentes.

Na figura 1, Araújo (2010, p.117) propõe sua adaptação das noções de esfera complexa de comunicação e transmutação de Bakhtin (1997), para dar conta da sua proposta de que o *chat* configura-se como um gênero emergente na *web*:

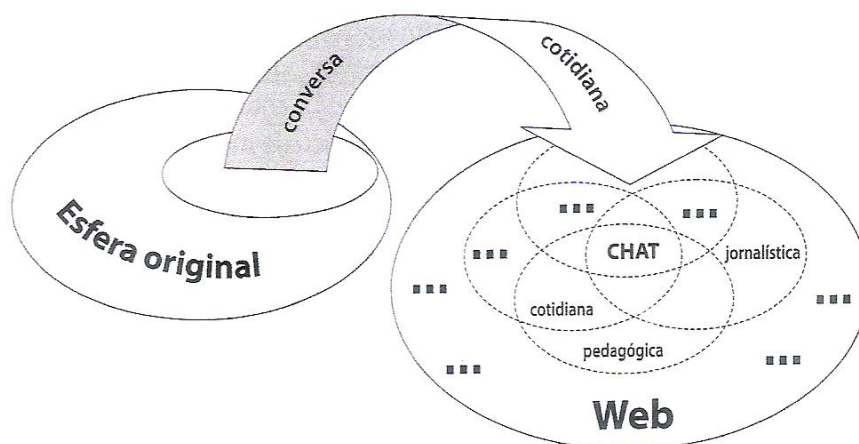


Figura 1: Transmutação do diálogo cotidiano para a *web*  
Fonte: Araújo (2010, p.117)

Segundo a proposta de Araújo, a *web* não seria uma esfera de comunicação geradora de discursos através da qual se chega aos gêneros, tal qual proposto por Bakhtin. “Na verdade, estamos diante de um espaço plural no qual não apenas muitos gêneros são atualizados, mas diversas esferas de comunicação também” (ARAÚJO, 2010, p. 118). Como se pode ver na figura 1, a palavra *chat* encontra-se na intersecção de algumas esferas, mostrando que ele pode servir aos interesses de vários domínios discursivos transmutados pela *web*, “como o cotidiano que se serve de *chats* abertos ou *chats* reservados; o domínio discursivo pedagógico que pode fazer uso do gênero *chat* educacional e o domínio discursivo jornalístico que tem feito uso de *chat* com convidado”. (ARAÚJO, 2010, p. 118)

Como o *chat* e todos os outros gêneros emergentes da *web* trazem as marcas deste espaço plural de práticas de linguagens, Araújo destaca que, entre estas marcas, está a hipertextualidade, que também integra a constituição do *chat*. Na figura 1, a seta que liga os dois círculos grandes, indicando a transmutação do diálogo cotidiano de sua esfera de

origem para a *web*, representa a hipertextualidade constitutiva do *chat*. "Verifica-se, ainda, que a seta não só conduz o diálogo cotidiano para o *chat*, mas representa a assimilação daquele no interior deste, reinterpretando-o." (ARAÚJO, 2010, p. 118)

A noção de hipertexto adotada por Araújo considera a não-linearidade da/na hiperleitura e os *links* e nós textuais, mas não limita-se a isso, considerando, também, conforme Xavier (2002), a reunião das várias mídias. Araújo (2010, p. 132) esclarece, a respeito da figura 1:

[...] além do som, [...], a imagem representa para o *chat* um outro recurso de hipertextualidade, cuja função é a de transmutar gestos e atitudes, peculiares a um diálogo convencional, para a riqueza plurissemiótica do *chat* na *Web*. Esta constatação pode ser relacionada com a complexa formação de gêneros sugerida por Bakhtin (1997, p.281), uma vez que a imagem, transposta para o *chat*, "perde relação imediata com [sua] realidade anterior", já que se torna componente desse novo gênero.

No ambiente hipertextual da *web*, diferentes linguagens fundem-se, participando do processamento das informações na comunicação e, conseqüentemente, influenciando a maneira como os comunicadores realizam a construção de sentido relevante no contexto cognitivo. Este será o tema da próxima seção.

#### 4. Contexto de interpretação relevante no *chat* e na conversação face a face

A conversa cotidiana, "transmutada", nos termos de Araújo (2010), para o *chat* teria a interpretação das informações, logo a construção de sentido do texto, alterada por estar numa esfera hipertextual? Essa é a pergunta norteadora nesta pesquisa. Poder-se-ia dizer que essa transmutação, que altera o estilo da escrita, alteraria também a relevância das informações?

Para chegar às análises e conclusões a seguir, partiu-se da premissa exposta no início do artigo, a saber: "No ambiente hipertextual da *web*, diferentes linguagens fundem-se, participando do processamento das informações na comunicação e, conseqüentemente, influenciando a maneira como os comunicadores realizam a construção de sentido relevante no contexto cognitivo".

Seguindo o princípio da relevância de Sperber e Wilson (1986/1995) - com ênfase no caráter cognitivo da comunicação, em que novas informações interagem com informações já presentes na memória do indivíduo -, tomando por base as descrições e

dados trazidos por Xavier (2002), Marcuschi (2010) e Araújo (2010) sobre a diferença entre a conversa cotidiana e o *chat* hipertextual, além de considerar as descobertas de Yus (2008) sobre o comportamento diferenciado da relevância em textos regulares e em textos na cibermídia, foram selecionados quatro fenômenos explicados por Sperber e Wilson, centrais à teoria da relevância e, portanto, ao processamento de informação e à interpretação do sentido durante a comunicação humana. Esses fenômenos foram analisados à luz das diferenças entre a conversa cotidiana e o *chat*, a fim de se visualizar como a relevância é alterada e, conseqüentemente, os significados são interpretados de maneira diferenciada na comunicação via cibermídia. Tais fenômenos são a formação do contexto, a suposição de relevância ótima, a irrelevância de informações e as condições para relevância.

A seguir, retomam-se as principais características do *chat* e a maneira como elas o tornam diferente da conversa face a face, para, então, proceder à análise dos quatro fenômenos ligados à relevância de enunciados, na tentativa de mostrar como os resultados interpretativos do *chat*, no que tange à relevância e à interpretação de sentidos, são encaminhados de forma diferente se comparados aos da conversa cotidiana.

#### 4.1 Características do *chat* enquanto gênero transmutado

Retomando o que foi demonstrado, o *chat* é considerado por alguns estudiosos um gênero hipertextual. Araújo (2010, p.125), nesse sentido, afirma:

[...] os *chats* que acontecem na *web* poderiam ser chamados de *chats* hipertextuais, por trazerem, em sua textura, marcas indeléveis da riqueza plural da linguagem do hipertexto, de modo que os elementos sonoros, imagéticos e escritos se fundem para compor o texto conversacional, ainda que a escrita, nestes gêneros, apresente características distintas da usual. Isso acontece porque a *web* é um serviço da internet baseado no hipertexto e, por isso, seus gêneros se atualizam com marcas hipertextuais. Sendo assim, a natureza dos *chats* na *web* muda, consideravelmente, porque eles trazem as marcas hipertextuais da hiperesfera em que se atualizam.

Ao descrever as marcas da transmutação da conversa para o *chat* hipertextual, Araújo (2010) destaca alguns exemplos contendo som e imagem, fundindo-se com a escrita e alterando o formato desta no *chat*. Na figura 2, as palavras sublinhadas vêm acompanhadas de som, chamando a atenção do interlocutor, que pode estar em atividade paralela na internet, como enviando e-mails, ou outra:

(12:48:26) Secretã videokê @ grita com b@nb@n@: perdaum, estava minimizada vendo o e-mail! Mas ouvi teu chamado e vim :-))

Figura 2. Referência ao som na escrita do *chat*.

Fonte: Araújo (2010, p.126)

Na figura 2, segundo Araújo, o recurso do som não faz parte da composição do texto conversacional, embora seja importante por estabelecer interação entre os interlocutores. Na figura 3, o autor mostra uma ocorrência em que o som faz parte da composição do texto, apresentando materialidade acústica e visual:

(15:18:41) NokululeOon@h@h grita com TODOS: ATENÇAUMTANANANS TIVAR MIDIS!!!!!!

(15:19:34) NokululeOon@h@h grita TODOS: CLIKEM LÁ EM CIMA EM “PERMITIR MIDI”

(15:21:35) MEL(\*\_\*)LULA LÁ grita com NokululeOon@h@h: kd o midi?

(15:21:47) NokululeOon@h@h grita com MEL(\*\_\*)LULA LÁ: perai

(15: 25:01) NokululeOon@h@h grita com TODOS: 

(15:29:16) âi @ömu tö nervoso grita com NokululeOon@h@h este som é manero. Valeu, amigaum de qual site???

(15:55:03) NokululeOon@h@h grita com âi @ömu tö nervoso: entra no www.geocities.com/audiostore99

Figura 3. Materialidade acústica e visual na comunicação via *chat*.

Fonte: Araújo (2010, p.127)

Como se pode notar, na sétima linha há um ícone, uma marca visual da manifestação sonora. Além disso, a escrita em maiúsculas marca visualmente o tópico da conversação. As três linguagens - o som, a imagem e o texto -, coexistem harmonicamente no hipertexto. Xavier (2002, p. 100) discorre a respeito da união dos vários modos de enunciar no hipertexto:

Essa bricolagem digital de modos de enunciação, em uma mesma e única tecnologia enunciativa, apoia [a] teoria de que o hipertexto disponibiliza ao homem pós-moderno mais um modo de enunciar: o digital, e, ao mesmo tempo, descentraliza a escrita, enquanto tecnologia enunciativa dominante. O hipertexto pulveriza os modos de enunciação e esvazia não só a ideia de predomínio do modo verbal, mas lança [...] vários outros modos que devem ser processados ‘todos ao mesmo tempo agora’.

Com base nos dados em Marcuschi (2010), Araújo (2010) e Xavier (2002), mostra-se, na sequência, como a interpretação relevante dos enunciados e, conseqüentemente, a construção de sentido durante a comunicação são influenciadas pelas propriedades do gênero digital emergente aqui focado, o *chat*, em comparação com o processo de compreensão durante uma conversação face a face. Sobre a interpretação dos sentidos, além do embasamento na teoria da relevância, de Sperber e Wilson (1986/1995), também se consideram as pesquisas em Yus (2008) quanto às alterações da relevância na *web*.

#### 4.2 Resultados interpretativos do *chat* em comparação com a conversação face a face

O *chat*, conforme descrito e analisado nas seções anteriores, identifica-se como um gênero digital cujas qualidades o diferenciam amplamente da sua contrapartida face a face: (1) o diálogo cotidiano é marcado pela oralidade enquanto o *chat* caracteriza-se por uma linguagem oriunda da bricolagem de várias mídias (texto, som, imagem); (2) a reunião de várias mídias, os nós e os *links* textuais transformam o *chat* num gênero hipertextual, esvaziando, segundo Xavier (2002, p.100), a ideia de predomínio do modo verbal e lançando vários outros modos que devem ser processados “todos ao mesmo tempo agora”.

Tais características diferenciadoras do *chat* com relação à conversa cotidiana levam pesquisadores como Yus (2008), entre outros, a investigarem o comportamento da relevância, comparando o *chat* com a sua contrapartida face a face:

[...] algumas qualidades da cibermídia [...] podem alterar a avaliação da relevância (a combinação entre efeitos cognitivos e esforço mental [...]) na informação vinda da troca entre essas mídias e podem influenciar no resultado bem/mal sucedido da comunicação na web. [...] a falta de qualidades orais que as conversações mediadas pela internet exibem podem gerar esforço de processamento adicional quando se procura por uma interpretação relevante (efeitos similares são obtidos, mas o usuário precisa se esforçar mais para retê-los na comunicação baseada no texto). [...] o destinatário precisa dispender esforço mental suplementar para obter algum efeito cognitivo que seria mais fácil reter em situações mais contextualizadas (i.e., com mais suporte de informação não verbal de origem oral e visual). [...] na comunicação baseada em texto da internet, há mais lacunas a serem preenchidas inferencialmente, gerando mais esforço mental devotado para obter efeitos cognitivos semelhantes. (YUS, 2008, p. 634-635)



A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo apontar de que modo a interpretação do sentido, segundo a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986/1995), é influenciada pelas qualidades do gênero digital *chat* em comparação com a interpretação realizada pelos participantes da conversação face a face. A partir das conclusões de pesquisas como Xavier (2002), Marcuschi (2010) e Araújo (2010) a respeito das qualidades desse gênero digital emergente, analisam-se, a seguir, quatro fenômenos relacionados à relevância, explicados por Sperber e Wilson: a formação do contexto, a suposição de relevância ótima, a irrelevância de informações e as condições para relevância. Não há, aqui, a intenção de, a exemplo de Yus (2008), reescrever as condições para relevância de enunciados a partir da nova situação da conversa realizada na *web*, mas sim a de colaborar com as pesquisas na área da semântica e da pragmática e sua aplicação às diversas práticas sociais que envolvem a interpretação no uso da linguagem e a construção do sentido em situações de comunicação.

#### **4.2.1 Formação do contexto de comunicação: a origem das suposições que o compõem**

Conforme apresentado na primeira parte deste trabalho, segundo Sperber e Wilson (1995, p.134), os efeitos contextuais são produzidos mediante a interação entre informação nova e informação antiga, esta já presente no contexto de comunicação. As informações do contexto são aquelas armazenadas na memória enciclopédica, aquelas que provêm do meio ambiente, aquelas captadas pelos sistemas sensoriais e aquelas formadas a partir de representações da realidade implicadas pelo discurso precedente.

Embora, no caso do *chat*, possa-se considerar que o contexto seja formado dessa mesma maneira, também se devem considerar, conforme demonstram as pesquisas aqui mencionadas – Araújo (2010), Marcuschi (2010) e Xavier (2002) -, as qualidades diferenciadoras do *chat* enquanto gênero emergente na *web*, as quais afetam a origem das suposições e informações que compõem o contexto, afetando, portanto, o comportamento da relevância nos ambientes virtuais. A escrita, modalidade da língua em que o *chat* se concretiza, é entremeada por outras linguagens, como a imagem e o som, sem, no entanto, fazer-se uso de gestos, expressões faciais e entonação, próprias da oralidade face a face. Isso altera o formato das informações contextuais provindas *do meio ambiente, aquelas captadas pelos sistemas sensoriais e aquelas formadas a partir de representações da realidade implicadas pelo discurso precedente*, conforme dito no parágrafo anterior, uma

vez que tanto o meio ambiente quanto o discurso precedente integram, em grande parte, o meio digital. Em grande parte porque, mesmo estando neste ambiente, o meio ambiente físico está presente na realidade de cada um que digita, fazendo, portanto, sua parte na composição do contexto.

Assim, com base na figura 2, reproduzida em (9), pode-se visualizar em parte a alteração no formato das informações providas do meio ambiente, uma das fontes para a formação do contexto comunicativo segundo a teoria da relevância:

(9) Figura 2

(12:48:26) Secretã videokê® *grita com b@nb@n@: perdaum, estava minimizada vendo o e-mail! Mas ouvi teu chamado e vim :-)*

Nesta fala de *chat*, a internauta *Secretã videokê®* utiliza sinais de diversas linguagens em sua escrita, caracterizando a bricolagem hipertextual do gênero. A oralidade está presente na escrita de “perdaum”, imitando, na grafia, o som dos fonemas produzidos na fala; o sublinhado representa visualmente o som da alteração no tom da voz; os termos “minimizada”, “ouvi” e “vim” transportam a falante para *dentro* da esfera onde se dá a troca, para dentro da *web*.

A transmutação de uma esfera para outra fica clara a partir desses destaques, permitindo que se visualize o diferente formato das informações contextuais. A oralidade, conforme representada na escrita neste turno de fala, transforma tanto uma, quanto outra modalidade: alterando a escrita (“perdaum” ao invés de “perdão”), introduzindo sinais extralinguísticos como parte dessa escrita (sublinhado com significado de aumento no tom da voz). Além disso, as informações sensoriais também sofrem alteração, uma vez que a internauta se diz “minimizada”, colocando-se no lugar de uma tela do computador, além de dizer que “ouviu” o chamado (o sinal sonoro produzido para alertar alguém sobre algo que está acontecendo, como, por exemplo, um chamado para conversar) e “vim”, como se tivesse se deslocado para outro ponto da *web*, o que explicita a característica hipertextual do *chat*.

Os participantes do discurso estão no ambiente físico, mas não no mesmo, e eles compartilham um ambiente virtual, mas cada um também recebe as informações sensoriais providas do ambiente físico onde se encontram. Pode-se dizer que esse e os demais efeitos da transmutação apontados acima alteram tanto a forma como o falante emite seus estímulos e sua escolha pelo enunciado mais relevante, quanto o recebimento,

por parte do ouvinte, dos estímulos enviados e do esforço de processamento para atingir efeitos contextuais e, portanto, relevância.

#### 4.2.2 A suposição de relevância ótima dos enunciados

Por suposição de relevância ótima, Sperber e Wilson (1995, p. 158) entendem que o estímulo escolhido pelo comunicador é o mais relevante que ele poderia ter escolhido no momento e, portanto, merece o esforço de processado por parte de seu interlocutor. No caso da comunicação nos meios digitais, não há por que pensar que isso não ocorra, embora, novamente, o processo seja alterado pelas qualidades diferenciadoras que definem o *chat*. Como se pode ver na figura 1, que ilustra a transmutação da conversa cotidiana para o *chat* hipertextual, o gênero de origem não apenas é transportado para o *chat*, mas assimilado no interior dele, havendo, nesta transmutação, segundo Araújo (2010, p. 132), a transformação de “gestos e atitudes, peculiares a um diálogo convencional, para a riqueza plurissemiótica do *chat* na *Web*”.

A riqueza plurissemiótica a que Araújo se refere diz respeito à bricolagem som-imagem-texto, características da esfera hipertextual, novamente alterando a formatação do texto escrito, agora permeado de oralidade. Assim, o estímulo produzido/recebido durante a comunicação, mesmo sendo o mais relevante possível para os propósitos comunicativos, será produzido/recebido por vias diversas daquelas em que isso ocorre no diálogo face a face. Como a acessibilidade das informações contextuais é alterada, assim também os efeitos contextuais podem ser diferentes.

Novamente considerando a figura 2, vê-se que o estímulo escolhido como sendo o mais relevante não seria o mesmo que seria escolhido numa situação de diálogo face a face. Nesta, todas as marcas da oralidade que estão inseridas na escrita de *Secretã videokê®* estariam sendo emitidas com gestos, com alteração do tom de voz e expressões faciais. O deslocamento da falante para outra esfera também não ocorreria, pois os dois participantes do diálogo estariam, um em frente ao outro, ou pelo menos no mesmo ambiente físico, sem precisar criar mecanismos para referir à sua presença ou à do outro.

Vê-se, com isso, novamente, a alteração na forma como as suposições contextuais são emitidas e recebidas, para que os efeitos sejam computados e a relevância atingida em situações de trocas verbais na comunicação digital. Por outro lado, com as escolhas diferenciadas em função das características ambientais e do contexto que mistura o físico com o virtual, observa-se que a procura pelo estímulo mais relevante é preservado,

conforme defendido por Sperber e Wilson (1995), na teoria da relevância. Ou seja, dentro do ambiente em que se encontram, conforme as qualidades do meio físico e, no caso do *chat*, virtual/hipertextual no qual atuam, os participantes do discurso sempre escolhem os estímulos mais relevantes, isto é, aqueles que geram o maior número de efeitos contextuais pelo menor esforço de processamento possível.

#### 4.2.3 A irrelevância de novas informações

Uma informação é irrelevante, segundo Sperber e Wilson (1995, p. 121), quando não possui conexão com nenhuma suposição presente no contexto, ou quando já existe uma suposição equivalente, porém mais forte, no contexto, a qual não é afetada pela nova suposição, ou ainda quando a nova suposição contradiz outras já existentes no contexto, mas não é forte o suficiente para eliminá-las.

Para exemplificar, considere-se a figura 3, reproduzida em (10):

#### (10) Figura 3

(15:18:41) NokululeOon@h@h *grita com* TODOS: ATENÇAUMTANANANS TIVAR MIDIS!!!!

(15:19:34) NokululeOon@h@h *grita com* TODOS: CLIKEM LÁ EM CIMA EM "PERMITIR MIDI"

(15:21:35) MEL(\*\_\*)LULA LÁ *grita com* NokululeOon@h@h: kd o midi?

(15:21:47) NokululeOon@h@h *grita com* MEL(\*\_\*)LULA LÁ: perai

(15: 25:01) NokululeOon@h@h *grita com* TODOS:  "

(15:29:16) âi @õmµ *tô nervoso grita com* NokululeOon@h@h este som é manero. Valeu, amigaum de qual site???

(15:55:03) NokululeOon@h@h *grita com* âi @õmµ *tô nervoso*: entra no www.geocities.com/audiostore99

Tomando como contexto as suposições na mente de *âi @õmµ to nervoso* e de *NokululeOon@h@h*, no diálogo acima, qualquer uma das novas informações em (11), se proferidas pelo internauta *âi @õmµ to nervoso*, após a fala de *NokululeOon@h@h*, seriam irrelevantes:

- (11)a. Antes da construção de Brasília, o Rio de Janeiro era a capital do país.
- b. Isto é um *chat* de conversa.
- c. Você está dormindo.

A informação (11a) é irrelevante por ser completamente arbitrária no contexto, não produzindo efeitos contextuais, não tendo conexão com as suposições contextuais existentes. A irrelevância de (11b) se dá porque os interlocutores já estão cientes quanto ao *chat*, de modo que qualquer implicação desse enunciado existe no contexto, já tendo, portanto, sido computada. Quanto à (11c), trata-se de uma suposição inconsistente no contexto, por isso irrelevante. O interlocutor está ciente não apenas de estar conversando num *chat*, mas também de que essa atividade é incompatível com estar dormindo, tratando-se, portanto, de uma contradição. Como a nova informação não consegue excluir a que já existe, ela não causa nenhum efeito contextual, sendo, então, irrelevante.

Portanto, com relação à irrelevância de novas suposições e informações, nas trocas do *chat*, uma nova informação é irrelevante pelos mesmos motivos arrolados por Sperber e Wilson (1995), quando falam da comunicação face a face: a nova informação não possui conexão com nenhuma suposição presente no contexto, ou já existe uma suposição equivalente a ela, porém mais forte, por isso não é afetada pela nova suposição, ou ainda, a nova suposição contradiz outras já existentes no contexto, mas não é forte o suficiente para eliminá-las. Essas três fontes de irrelevância de uma nova informação/suposição foram exemplificadas acima, considerando o *chat*. Além disso, também se pode ver que, conforme dito por Sperber e Wilson (1995, p. 121), a escolha por um enunciado irrelevante pode ser altamente relevante no estágio em que se encontra a comunicação, segundo os propósitos do falante. Ou seja, a escolha de (11a), (11b) ou (11c) por *ái @õmu to nervoso* pode ser proposital, com vistas a atingir a relevância que deseja que seu interlocutor *NokululeOon@h@h* atinja. Por exemplo, *ái @õmu to nervoso* poderia estar querendo disfarçar e mudar de assunto, pois sabe que algum outro internauta conhecido está conectando e não quer que ele saiba da conversa que está tendo com *NokululeOon@h@h*.

Por outro lado, novamente, a forma como os enunciados irrelevantes são transmitidos e recebidos altera-se em relação à conversa face a face na medida em que ocorrem na esfera virtual, o que os leva a assimilar as qualidades do gênero *chat*, principalmente a natureza hipertextual da escrita em que se realiza, caracterizada pela bricolagem de semioses múltiplas, conforme Xavier (2002). Essa variação em relação à conversa face a face leva o *chat* à utilização de sinais e marcas que não pertencem à escrita comum, mas que são utilizados em grande parte para compensar a falta dos gestos e das expressões faciais, além do tom de voz, fazendo com que os efeitos contextuais sejam

disponibilizados e processados com a exigência de esforço extra para se atingir relevância.

#### 4.2.4 Condições para relevância

As condições para que um estímulo seja relevante estão expressas em (8) e são reproduzidas a seguir:

##### (8) Relevância

Condição de extensão 1: uma suposição é relevante num contexto à medida que seus efeitos contextuais neste contexto sejam grandes.

Condição de extensão 2: uma suposição é relevante num contexto à medida que o esforço exigido para processá-la neste contexto seja pequeno.

Como o processamento de informações é um processo mental, ele exige esforço, o qual entra na avaliação da relevância. Se uma informação produz efeitos contextuais exigindo demasiado esforço mental, outra que produza os mesmos efeitos e exija menos esforço de processamento atingirá um grau mais alto de relevância do que ela.

Conforme Yus (2008, p. 637):

Leitores de cibernotícias também acessam a relevância da informação que estão lendo, mas a forma como o texto é apresentado e a disponibilidade das informações contextuais em ambas as mídias (impressa e *online*) pode alterar o equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforço de processamento, conseqüentemente, da eventual satisfação do usuário.

Yus chega a propor que as condições para relevância sejam reescritas quando se referem a textos adaptados para a internet. Ele considera, entre outros, o fato de que a relevância do que um leitor recebe *online* tem origem na combinação de fontes diferentes de informação, não na leitura linear de um artigo de notícia. Assim, Yus (2008, p. 638) propõe a seguinte alteração nas condições de relevância propostas por Sperber e Wilson:

Condição (a): Uma suposição é relevante para um indivíduo à medida que os efeitos contextuais atingidos quando ela é otimamente processada sejam grandes.


Condição (b): Uma suposição é relevante para um indivíduo à medida que o esforço exigido para processá-lo otimamente não seja inutilmente aumentado pela qualidade da interface (ou por que o texto processado tenha sido literalmente transferido para a mídia *online*, ou por que as fontes adicionais de informação contextual não oferecem interesse suplementar em troca deste esforço).

O autor refere-se a textos na internet de forma geral, mas, considerando as trocas comunicativas no *chat*, também é possível apontarem-se características desse gênero que podem bem interferir no recebimento da informação e no seu processamento, afetando a relevância. Conforme Araújo (2010, p. 115), já citado anteriormente, “as marcas da conversa cotidiana permanecem no *chat*”, mas, “uma vez transmutadas pela *web*, parecem gerar uma nova formatação do diálogo cotidiano”.

Araújo (2010, p. 132), também já citado anteriormente, explica que, além do som, “a imagem representa para o *chat* um outro recurso de hipertextualidade, cuja função é a de transmutar gestos e atitudes, peculiares a um diálogo convencional, para a riqueza plurissemiótica do *chat* na *Web*.” Todas essas características diferenciadoras do *chat* em relação à conversa cotidiana, face a face, fazem com que a disponibilização e o processamento de efeitos contextuais durante a comunicação sejam um tanto mais complexos no meio digital, uma vez que, além de não contarem com o apoio de fatores extralinguísticos próprios da comunicação cotidiana, também “misturam” diversas linguagens numa escrita completamente modificada em relação à escrita comum.

Observe-se, novamente, a figura 3, reproduzida em (12), como exemplo do ponto aqui tratado, de que as condições para relevância são alteradas no *chat*, se comparadas à conversa cotidiana. Imagine-se a conversa no *chat* da figura 3 realizada face a face, conforme (13), onde os nomes dos internautas foram substituídos por letras (A,B, C):

(12) Figura 3

(15:18:41) NokululeOon@h@h *grita com* TODOS: ATENÇAUM TANANANS TIVAR MIDIS!!!!!!  
 (15:19:34) NokululeOon@h@h *grita* TODOS: CLIKEM LÁ EM CIMA EM “PERMITIR MIDI”  
 (15:21:35) MEL(\*\_\*)LULA LÁ *grita com* NokululeOon@h@h: kd o midi?  
 (15:21:47) NokululeOon@h@h *grita com* MEL(\*\_\*)LULA LÁ: perai  
 (15: 25:01) NokululeOon@h@h *grita com* TODOS:   
 (15:29:16) âi ©ömu tö nervoso *grita com* NokululeOon@h@h este som é manero. Valeu, amigau de qual site???  
 (15:55:03) NokululeOon@h@h *grita com* âi ©ömu tö nervoso: entra no www.geocities.com/audiostore99

(13)A: Todos! Atenção! Ativar as mídias! Todos cliquem em cima de “Permitir mídias”!

B: Cadê as mídias, A?

A: Espera. Todos cliquem no ícone com a seta e o sinal de pausa.

C: Esse som é manero, A. Valeu, amigão, de qual site?

A: Entra no [www.geocities.com/audiostore99](http://www.geocities.com/audiostore99).

Em primeiro lugar, a versão face a face em (13), do diálogo no *chat* em (12), integra todos os participantes no mesmo ambiente físico, que é uma das fontes de informações contextuais para a interpretação de novas informações e suposições. Sabemos que, no ambiente cognitivo de cada indivíduo, o mesmo estímulo físico e a mesma informação percebida pode associar-se de forma diferente às informações contextuais já existentes. Mesmo assim, o fato de o ambiente físico ser o mesmo para todos é uma boa indicação de que os mesmos fatores contextuais estarão disponíveis de forma igual a todos, o que os torna mais facilmente processáveis por todos também, tornando as condições para relevância mais fáceis de serem atingidas.

Além disso, vê-se, em (12), a transmutação de sons, de gestos e atitudes próprios da conversa convencional para a riqueza plurissemiótica do *chat* na *Web*, mencionada por Araújo (2010, p. 132). Tais alterações também levam a alterações na disponibilidade e na forma como são processados os efeitos contextuais durante a comunicação. Todos os efeitos gerados pelas diferentes linguagens (som, imagem, escrita) estão representados ao mesmo tempo no texto do *chat*, tendo sido transmutados do ambiente convencional de uma conversa. Tal carga de efeitos de naturezas diversas de uma só vez também influencia a forma como cada um é processado e, portanto, a sua força na modificação do ambiente cognitivo durante a comunicação.

Nesse sentido, Yus (2008) propõe a reescrita das condições para relevância acima citada. Os fatores intervenientes devido à transmutação da conversa cotidiana para a esfera da *web* tornam o processamento de efeitos contextuais, logo, a avaliação da relevância, um processo altamente complexo, em que os participantes precisam ter habilidade para fazerem associações entre informações de diversos formatos para atingirem efeitos contextuais e relevância. Isso gera aumento do esforço mental e, conseqüentemente, maiores chances de não se chegar à relevância ótima sugerida por Sperber e Wilson.

## 5. Considerações finais

Com esta pesquisa, almejou-se trazer à tona as transformações que um gênero textual sofre ao ser transmutado para a esfera da *web*, tendo como foco principal os efeitos dessas transformações na avaliação da relevância e na construção do sentido do texto. O texto escolhido foi o *chat*, oriundo, segundo Bakhtin (1997), do diálogo cotidiano.



Verificou-se que, ao ser transmutado, o diálogo cotidiano perde algumas de suas características marcantes, como, por exemplo, concretizar-se, predominantemente, na oralidade, e assimila características dos gêneros digitais, como, por exemplo, a natureza hipertextual, incluindo a bricolagem de várias semioses (som-imagem-texto). Tudo isso altera o processamento das informações e a forma como são disponibilizados os efeitos contextuais, o que resulta na alteração da avaliação da relevância.

A partir da análise de quatro dos principais fenômenos descritos por Sperber e Wilson (1995), na teoria da relevância, a saber, a formação do contexto, a suposição de relevância ótima, a irrelevância de informações e as condições para relevância, constatou-se que, embora o princípio da relevância permaneça, seu comportamento sofre consideráveis alterações. Tais alterações, geralmente, tornam mais difícil atingir a relevância, uma vez que o esforço mental exigido ganha peso extra com a hipertextualidade e a bricolagem de diversas mídias.

O ambiente físico, uma das fontes das informações contextuais, não é o mesmo para os internautas que se comunicam, mas entra no processo. Por sua vez, o ambiente na *web*, que também entra como fonte de informações contextuais, envolve os dois comunicadores. A partir desses dois ambientes, cada interlocutor escolhe os enunciados mais relevantes para obter o máximo de efeitos contextuais, porém, as escolhas são diferenciadas devido às características do contexto, que inclui tanto o ambiente físico, quanto o virtual. Dessa forma, além das escolhas, também o recebimento das informações é alterado, gerando-se esforço mental extra para seu processamento.

Finalmente, a utilização, no *chat*, de sinais e marcas que não pertencem à escrita comum, para compensar a falta dos gestos e das expressões faciais, além do tom de voz, é forte indício para se considerar que os efeitos contextuais sejam disponibilizados e processados com a exigência de maior esforço para se atingir a relevância.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, J.C.R. A conversa na web: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, L.A, XAVIER, A.C. (org.), **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.91-109.

ARAÚJO, J.C.R. Transmutação de gêneros na web: a emergência do chat. In: MARCUSCHI, L.A, XAVIER, A.C. (org.) **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010. 240 p.

BAKHTIN, M.M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 512 p.

MARCUSCHI, L.A, XAVIER, A.C. (org.) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 195 p.

MARCUSCHI, L.A, XAVIER, A.C. (org.) **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010. 240 p.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L.A, XAVIER, A.C. (org.), **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3 ed. São Paulo: Contexto 2010. p. 15-80.

RAUEN F. J. Interação discente/docente em espaço virtual de aprendizagem: análise com base na teoria da relevância. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 41, p. 231-250, 2010.

SPERBER, D. e WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Blackwell, 1986/1995. 326 p.

XAVIER, A.C.O. **O hipertexto na sociedade da informação**: a constituição do modo de enunciação digital. 2002. Tese de doutorado. Unicap.Campinas, 2002.

YUS, F. Alterations of relevance in cyber-media. **Universitas Psychologica**, n.3, pp. 629-642, set.-dez. 2008.

WALLACE, P. **The psychology of the internet**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 294 p.

Artigo recebido em: 26.02.2015

Artigo aprovado em: 29.06.2015

## O comportamento entoacional das exclamativas-wh e das interrogativas-wh no português brasileiro

### The intonational behavior of wh-exclamatives and wh-interrogatives in Brazilian Portuguese

Karina Zendron da Cunha\*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar o comportamento entoacional de sentenças exclamativas e interrogativas com pronome em português brasileiro, variedade de Florianópolis. Tendo em vista que analisamos quatro posições nas sentenças interrogativas-wh e exclamativas-wh (WH, foco, X e sílaba tônica final), nossas hipóteses preveem que (i) na posição *foco* o valor de F0 é significativamente diferente das outras posições sentenciais (WH, X e *sílaba tônica final*) tanto nas sentenças exclamativas-wh quanto nas interrogativas-wh; (ii) as sentenças exclamativas-wh com pronome *E-only* (*como*) devem apresentar comportamento entoacional diferente das sentenças com pronome *non-E-only* (*quanto* e *que*); (iii) as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome WH presente nessas sentenças; e (iv) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com WH *E-only*. Com o intuito de comprovar nossas hipóteses, apresentaremos o resultado de um experimento piloto de produção de fala. Para a análise dos dados, utilizamos o *script* MOMEL/INTSINT for Praat. Os resultados do experimento corroboraram nossas hipóteses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sentenças exclamativas. Sentenças interrogativas. Interface sintaxe-prosódia.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze the intonational behavior of exclamative clauses, as well as interrogative clauses with pronoun in Brazilian Portuguese, as spoken in Florianópolis. Considering that we have studied four positions in wh-interrogative and wh-exclamative sentences (*WH, focus, X and tonic final syllable*), our hypotheses predict that (i) the focus position F0 value is significantly different from other sentential positions (WH, X and stressed final syllable), in both wh-exclamative clauses and wh-interrogative clauses; (ii) the wh-exclamative clauses with the E-only pronoun *como* (how) show different intonational behavior than clauses with non-E-only pronoun *quanto* (how much) and *que* (what); (iii) the wh-interrogative clauses have the same intonational behavior, regardless of the WH pronoun present in them; and (iv) the wh-interrogative clauses have the same intonational behavior of wh-exclamative with pronoun E-only. In order to prove our hypotheses, we present the result of a speech production pilot experiment. For data analysis, we used the MOMEL/INTSINT for Praat script. The experimental results corroborated our hypothesis.

**KEYWORDS:** Exclamative clauses. Interrogative clauses. Syntax-prosody interface.

\* Mestre em Letras e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). [karinazendron@gmail.com](mailto:karinazendron@gmail.com)

## 1. Introdução

Desde os primeiros estudos a respeito das sentenças exclamativas-wh é sabido que essas sentenças têm algo em comum com as sentenças interrogativas (VILLALBA, 2008). Segundo Zanuttini e Portner (2003), tanto interrogativas quanto exclamativas denotam um conjunto de proposições e, dessa maneira, sua sintaxe é semelhante no que diz respeito a esse aspecto de seus significados. Segundo esses autores, as diferenças sutis entre exclamativas e interrogativas são explicadas pela presença, nas exclamativas, do morfema abstrato que expressa factividade. De acordo com essa perspectiva teórica, portanto, as exclamativas são factivas.

Embora haja uma linha de pesquisa que questione a análise da factividade nas exclamativas (CASTROVIEJO, 2006; MAYOL, 2008), optamos, neste artigo, por seguir a perspectiva de Zanuttini e Portner (2003), que retomam a definição de Sadock e Zwicky (1985) para quem esse tipo de sentença é um par que inclui forma gramatical e uso conversacional. Para Zanuttini e Portner (2003), propriedades sintáticas, como a presença de uma estrutura operador-variável e de um morfema abstrato factivo, contribuem para o componente semântico<sup>1</sup>. A estrutura operador-variável gera um conjunto de proposições alternativas e o morfema abstrato factivo é responsável pela factividade, ou seja, o conteúdo proposicional de uma exclamativa é pressuposto. Veja em (1) alguns exemplos desse tipo de sentença.

- (1)
- a. Como é lindo aquele homem!
  - b. Quanto livro que você comprou!
  - c. Que alto que ele é!

Com base em Zanuttini e Portner (2003), há dois tipos de sentença exclamativa-wh em italiano, paduano e inglês: (i) as que contêm um pronome do tipo *E-only* e (ii) as que contêm um pronome do tipo *non-E-only*. O pronome wh que ocorre apenas nas exclamativas é o do tipo *E-only*, enquanto o tipo que pode ocorrer tanto nas exclamativas quanto nas interrogativas é o do tipo *non-E-only*. Esse pronome que ocorre apenas nas exclamativas contém um morfema que não está presente nos outros pronomes e tem uma relação “especial” com o operador factivo. Além disso, esse wh ocupa uma posição

---

<sup>1</sup> No exemplo (2) é possível visualizar, em representações sintáticas de exclamativas-wh do PB, a posição ocupada pelo morfema factivo abstrato e a estrutura operador-variável.

bastante alta no CP<sup>2</sup>, enquanto os outros ocupam uma posição mais baixa<sup>3</sup>. Zanuttini e Portner (2003) chegam a essas conclusões com base em dados do italiano, do paduano e do inglês, mas dados preliminares, apresentados em Zendron da Cunha (2012) e Zendron da Cunha e Seara (2014), podem indicar que as exclamativas-wh do PB também apresentam essa divisão. Os resultados desse estudo mostraram que as sentenças que contêm o pronome *como*, como em (1a), são do tipo *E-only*, enquanto as que contêm os pronomes *quanto* e *que*, como em (1b) e (1c), são do tipo *non-E-only*. Através de alguns testes semânticos, chega-se a conclusão de que as exclamativas-wh do PB apresentam representações sintáticas como as apresentadas em (2).

(2)

a. Exclamativas com WH *E-only*:

[<sub>CP</sub> Como é lindo<sub>i</sub> [<sub>C</sub> Ø [<sub>CP</sub> FACT [<sub>C</sub> Ø [<sub>IP</sub> aquele homem t<sub>i</sub>]]]]]

b. Exclamativas com WH *non-E-only*:

[<sub>CP</sub> Quanto livro<sub>i</sub> [<sub>C</sub> Ø [<sub>CP</sub> FACT [<sub>C</sub> que [<sub>IP</sub> você comprou t<sub>i</sub>]]]]]

Ainda em Zendron da Cunha (2012), verificou-se se, entre esses dois tipos possíveis de exclamativas-wh do PB, na variedade de Curitiba, existem diferenças no comportamento entoacional. Os resultados mostraram que o comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only* se assemelha ao do de outro tipo de exclamativa, as *small clauses* livres<sup>4</sup>, ou das interrogativas-wh (conforme o padrão apresentado em ZENDRON DA CUNHA (2012) para as SCLs; e MORAES (1998; 2008) para as interrogativas). Já as exclamativas-wh com pronome *non-E-only* têm uma curva de F0 mais próxima da curva das sentenças interrogativas sim/não (conforme o padrão

<sup>2</sup> Complementizer Phrase.

<sup>3</sup> Para mostrar qual é a diferença entre as exclamativas-wh com pronome *E-only* e as exclamativas-wh com pronome *non-E-only*, os autores fornecem dados do italiano, do paduano e do inglês. Nos exemplos do italiano em (i), temos em (ia) uma exclamativa-wh com pronome *E-only* e em (ic) uma exclamativa-wh com pronome *non-E-only*.

a. Che tanti libri che ha comprato!

[Quantos livros que ele comprou!]

b. \*Che tanti libri ha comprato?

[Que tantos livros comprou?]

c. Quanto è alto!

[Como é alto!]

d. Quanto è alto?

[Qual é a altura (dele)?]

Veja que, em (ia), o pronome *che* ocorre na exclamativa, mas não ocorre em sua contraparte interrogativa (ib), enquanto o pronome *quanto* ocorre tanto na exclamativa (ic) quanto em sua contraparte interrogativa (id).

<sup>4</sup> As *small clauses* livres são sentenças exclamativas cujo predicado precede o sujeito e nas quais não há verbo conjugado visível, como em “Muito inteligente esse menino!”.

apresentado por MORAES (1998); SOSA, NUNES e SEARA (2014); dentre outros). Os resultados apresentados em Zendron da Cunha (2012) foram confirmados em Zendron da Cunha e Seara (2014) por meio de testes estatísticos.

Com o objetivo de dar continuidade ao estudo, neste artigo propomos um experimento piloto de produção de fala que conterà um número maior de sentenças exclamativas-wh do que o experimento apresentado em Zendron da Cunha (2012) e contará ainda com um novo tipo de sentença: as interrogativas-wh. Neste piloto, também pretendemos controlar de maneira mais efetiva efeitos microprosódicos que podem ter interferido nos resultados alcançados por Zendron da Cunha (2012). Além disso, levaremos em consideração outra variedade do PB, a de Florianópolis.

Considerando quatro posições a serem analisadas em cada sentença: *WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final* (posições a serem melhor explicitadas na seção de metodologia)<sup>5</sup>, o experimento supracitado deverá responder às seguintes questões: (i) em um mesmo tipo de sentença, seja exclamativa-wh ou interrogativa-wh, o valor de F0 na posição *foco* é significativamente diferente do das outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*)?; (ii) as sentenças exclamativas-wh com pronome *E-only* têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *non-E-only*?; (iii) Há alguma diferença no comportamento entoacional das interrogativas-wh relacionada ao pronome *WH* presente na estrutura?; (iv) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only*, conforme prevê Moraes (2008)?

Nossas hipóteses são as seguintes: (i) em um mesmo tipo de sentença, seja exclamativa-wh ou interrogativa-wh, o valor de F0 na posição *foco* é significativamente maior do que o valor de F0 das outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*); (ii) as sentenças exclamativas-wh com pronome *E-only* (*como*) devem apresentar comportamento entoacional diferente das sentenças com pronome *non-E-only* (*quanto* e *que*), o que deverá corroborar os resultados apresentados em Zendron da Cunha (2012) e Zendron da Cunha e Seara (2014); (iii) as sentenças interrogativas-wh com pronome têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome *WH* presente nessas sentenças; (iv) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only*, conforme prevê Moraes (2008).

---

<sup>5</sup> Considerando-se a sentença “Como é lindo aquele homem!”, *WH* corresponde à palavra *como*, *foco* corresponde ao predicativo *lindo*, *X* corresponde à palavra *aquele* e *sílaba tônica final* corresponde à sílaba tônica da palavra *homem*.

Acreditamos, portanto, que, no final do enunciado, as exclamativas-wh com pronome *como* seguem o padrão descendente e as com pronome *quanto* e *que* apresentam padrão ascendente. Dessa forma, a curva entoacional das exclamativas-wh com pronome *como* coincidiria com a curva apresentada por Moraes (2008) para as interrogativas-wh (notação H+L\*+L%); já a curva das exclamativas com WH *quanto* e *que* teria um padrão entoacional mais próximo do padrão apresentado por Sosa, Nunes e Seara (2013), para as sentenças interrogativas sim/não (com notação L+H\*L%).

## 2. Metodologia

Para verificar se há diferenças entre o comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only* e das exclamativas-wh com pronome *non-E-only* e se o comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only* se assemelha ao das interrogativas-wh, no experimento de produção de fala, foram gravadas cinco repetições de vinte e quatro sentenças, doze exclamativas (quatro com pronome *que*, quatro com *como*, quatro com *quanto*) e doze interrogativas (quatro com pronome *que*, quatro com *como*, quatro com *quanto*). Cada uma dessas sentenças foi antecedida pela leitura de um contexto que dava sentido à sentença que seria produzida. Veja no Anexo 1 a lista completa de sentenças juntamente com os contextos utilizados na gravação.

Uma informante do sexo feminino<sup>6</sup>, falante nativa do PB, variedade de Florianópolis, foi gravada. A informante não apresenta distúrbios de articulação, ressonância ou fonação, tem mestrado completo e 30 anos de idade. Apesar de cada sentença ter sido gravada cinco vezes pela informante, uma rodada foi descartada<sup>7</sup>. Dessa forma, descontando a rodada descartada, temos um total de 96 enunciados para análise.

Para a análise aqui apresentada, cada sentença foi dividida em quatro partes de acordo com a posição das palavras: *WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*. Vejamos ao que corresponde cada uma dessas partes a partir da sentença em (1a) (Como é lindo aquele homem!). Assim, *WH* corresponde aos valores de F0 mais proeminentes presentes na posição *WH* (que, no exemplo em (1a), corresponde à palavra *como*), *foco* corresponde

---

<sup>6</sup> Nesta etapa da pesquisa optou-se por restringir o perfil dos informantes, que serão todos do sexo feminino. Em estudos futuros pretende-se estender o experimento a informantes do sexo masculino para que se possa comparar os resultados.

<sup>7</sup> A rodada descartada foi aquela que apresentou mais falhas, seja na gravação, seja na pronúncia de determinada sentença.

aos valores de F0 mais proeminentes presentes na posição *foco* (por exemplo, o predicativo *lindo* em (1a)), *X* corresponde aos valores de F0 mais proeminentes presentes na penúltima palavra do enunciado (por exemplo, a palavra *aquela* em (1a)) e posição *sílaba tônica final* corresponde aos valores de F0 da sílaba tônica final (no exemplo (1a), a primeira sílaba da palavra *homem*).

Conforme já explicitado, a coleta de dados baseou-se em leitura dirigida, ou seja, cada sentença foi apresentada à informante inserida em um contexto que supostamente favorecia a interpretação relevante para os propósitos desta pesquisa; e a informante deveria ler apenas a sentença-alvo. Seara e Figueiredo Silva (2007) argumentam que essa metodologia favorece a coleta de dados de fala menos controlada, apesar de lida, pois busca a espontaneidade por meio de contextos em que as sentenças-alvo estão inseridas, os quais devem propiciar uma boa interpretação da situação. Os dados foram apresentados à informante em slides, aleatoriamente, e cada uma das sentenças foi inserida em um contexto discursivo diferente<sup>89</sup>.

A gravação foi realizada em uma cabine com tratamento acústico no Laboratório de Fonética Aplicada (FONAPLI), localizado no Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a gravação das sentenças, utilizamos o computador MAC OS X, versão 10.6.8 e a interface de áudio MOTU UltraLite-mk3 acompanhada pelo software CueMix FX, versão 1.6. Utilizamos o software Ocenaudio, Versão 2, e o microfone dinâmico unidirecional Shure SM48, que opera na faixa de 55 a 14.000 Hz. Como a média de F0 nas mulheres fica em torno de 200 Hz, esse microfone é adequado para a coleta dos valores de F0 de nossa informante. A taxa de amostragem do sinal para a gravação foi de 44.100 Hz por 16 bit.

A análise dos dados foi feita com o auxílio do programa PRAAT, versão 5.1.38 e do *script* MOMEL/INTSINT for PRAAT, versão 10.3. O MOMEL (**MO**délisation de **MEL**odie), proposto por Hirst em 1983, tem como propósito reduzir a curva de frequência fundamental a pontos-alvo. Os dados do MOMEL, por sua vez, servem de entrada para o sistema de transcrição INTSINT (**IN**ternational **T**ranscription **S**ystem for **IN**Tonation) para representações qualitativas. O INTSINT, segundo Celeste (2007), foi

---

<sup>8</sup> Todos os contextos estão disponíveis no Anexo 1.

<sup>9</sup> É importante mencionar que os contextos criados para a produção das sentenças envolvem atos de fala de natureza diferente. Essas variáveis não foram controladas neste experimento piloto, mas devem ser levadas em consideração em estudos futuros.



desenvolvido com o objetivo de se postular um sistema de códigos para análise prosódica capaz de representar qualquer distinção significativa na entoação.

O INTSINT utiliza oito símbolos ortográficos abstratos para representar os pontos-alvo obtidos através da estilização feita pelo MOMEL; são eles: T (*top*), M (*mid*), B (*bottom*), H (*higher*), S (*same*), L (*lower*), U (*upstepped*), D (*downstepped*). Esses símbolos são de três tipos: (1) T, M e B são os tons absolutos para cada falante. T e B correspondem aos pontos-alvo mais altos e mais baixos respectivamente para cada falante, representando, dessa maneira, a sua tessitura; (2) H, S e L: são os tons relativos que, diferentemente dos tons absolutos, são estabelecidos levando em consideração o segmento tonal precedente; (3) U e D: são os tons relativos iterativos que, assim como os tons relativos, são estabelecidos a partir do ponto antecedente, mas que geralmente envolvem mudanças graduais e em menor escala nos valores de F0.

Neste artigo, optou-se por manter a divisão entre tons altos (T, H e S (este último quando antecedido por um tom alto)), médios (M) e baixos (B, L e S (este último quando antecedido por um tom baixo)), alto relativo ao ponto precedente (U) e baixo relativo ao ponto precedente (D).

A análise estatística foi realizada a partir do Programa SPSS<sup>10</sup> e teve o objetivo de verificar se havia diferenças significativas de valores de F0 entre as posições-alvo das sentenças consideradas na presente análise. Como variável dependente foi considerada a frequência fundamental (F0) e como variáveis independentes, as posições das sentenças (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) e os tipos de sentença, agrupados de acordo com o pronome *wh* das exclamativas e das interrogativas (*como*, *que* e *quanto*). Uma vez que os dados apresentaram distribuição normal<sup>11</sup>, utilizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) para medidas repetidas, com o intuito de averiguar se houve diferenças na variável dependente avaliada de acordo com três condições distintas (sentenças com *que*, *como* e *quanto*, e considerou-se um nível de significância de 5% ( $\alpha = 0,05$ ), conforme convencionado em pesquisas sociais (MARTINS, 2011; BARBETTA, 2011). O teste ANOVA foi utilizado em três momentos diferentes: (i) no primeiro, para verificar se há diferenças significativas entre o valor de F0 nas posições (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) para cada tipo de sentença; (ii) no segundo momento, verificamos se há diferença

---

<sup>10</sup> SPSS Statistic 22.0. Polar Engineering and Consulting, copyright 1989-2013.

<sup>11</sup> Para averiguar a normalidade dos dados foram aplicados os testes Kolmogorow-Smirnov e Shapiro-Wilks, os quais testam a hipótese nula (H0) de que a distribuição da variável é aproximadamente normal. Foi considerado o nível de significância convencional ( $p < .05$ ).

entre o valor de F0 nas posições *WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final* nos três tipos de sentença<sup>12</sup>; (iii) por fim, comparamos as médias de F0 nas posições *WH*, *foco*, *X* e *sílaba final* entre exclamativas-wh com pronome *E-only* e interrogativas-wh com pronomes *como*, *que* e *quanto*.

O teste ANOVA, entretanto, mostra-nos apenas se foram detectadas diferenças. Quando verificadas diferenças, recorremos a um teste *Post-hoc*, as *Pairwise Comparisons* de *Bonferroni*, que permite comparar as condições duas a duas.

### 3. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentaremos os resultados da análise de 96 enunciados proferidos por uma informante. Esta seção está dividida da seguinte maneira: nas Subseções 3.1 a 3.4, apresentaremos os resultados referentes às exclamativas-wh com pronomes *como*, *que* e *quanto*, respectivamente; nas Subseções 3.5 a 3.8, apresentaremos os resultados referentes às interrogativas-wh com pronomes *como*, *que* e *quanto*, respectivamente; por fim, na Subseção 3.9, iremos comparar os resultados referentes ao comportamento das exclamativas-wh com pronome *E-only* e das interrogativas-wh com pronomes *como*, *que* e *quanto*.

#### 3.1 Exclamativas-wh com pronome COMO

As sentenças analisadas nesta subseção são as seguintes:

- (3)
- a. Como é lindo aquele homem!
  - b. Como tá madura a laranja!
  - c. Como é lindo o Léo e a Maria!
  - d. Como aquela casa tá vazia!

A seguir será apresentada a Tabela 1, que exhibe os resultados do teste ANOVA que verifica se há ou não diferenças estatisticamente significativas entre a média de F0 entre as posições sentenciais (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas-wh com pronome *como*.

---

<sup>12</sup> Foi considerado apenas um ponto por vogal, o qual foi atribuído automaticamente pelo *script* MOMEL.

Tabela 1. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição de *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba tônica final*, com relação às sentenças exclamativas-wh com pronome *como*.

	<b>WH</b> ( <i>n</i> = 15) Média (DP)	<b>FOCO</b> ( <i>n</i> = 15) Média (DP)	<b>X</b> ( <i>n</i> = 15) Média (DP)	<b>Tônica Final</b> ( <i>n</i> = 15) Média (DP)	F (3,42)
Posição	188 (18)	259 (37)	206 (9)	216 (25)	54,387***

\*\*\* $p < .001$

Pela média de F0 apresentada na Tabela 1, podemos observar que o comportamento entoacional dessas sentenças é representado por um valor de F0 mais alto sobre a posição *WH*, seguido pelo *foco*. Esse valor cai sobre o constituinte *X* para, em seguida, subir levemente sobre a *sílaba tônica final*. O teste ANOVA, comprova que há diferenças significativas entre o valor de F0 em função da posição sentencial,  $F(3,42) = 54,387$ ,  $p < .001$ .

Os valores obtidos através do Teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelaram que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente maiores do que os valores das posições *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ), mas que não há diferença significativa entre os valores de F0 entre a posição *foco* e a posição *WH* ( $p > .05$ ). Além disso, esse teste mostrou que não há diferença significativa entre o valor de F0 da posição *X* para a posição *sílaba tônica final* ( $p > .05$ ).

Esse resultado corrobora parcialmente a hipótese (i), qual seja, a de que na posição *foco* o valor de F0 é significativamente maior do que nas outras posições sentenciais (*X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas. Nas subseções 3.2 e 3.3 veremos se esse resultado se mantém para as exclamativas-wh com pronome *que* e *quanto*, respectivamente.

Analisaremos agora a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT. Observe na Figura 1 o resultado obtido.

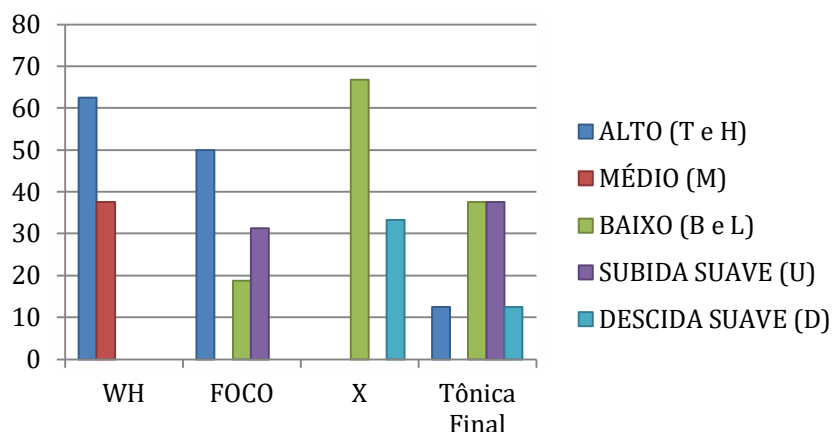


Figura 1. Porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para as posições analisadas nas sentenças exclamativas-wh com pronome *como*

Observe que os tons altos (representados pelos símbolos do INTSINT T, H e S antecedido por tom alto) prevalecem sobre a posição *WH*. 62,5% dos tons que recaem sobre essa posição apresentam tom alto. Sobre a posição *foco*, houve 50% de incidência de tons altos, porém também são observados 18,8% de tons baixos (representados por B, L e S antecedido de tom baixo), o que pode explicar o fato de haver valores médios mais baixos de F0 sobre essa posição quando comparada com a posição *WH*. Os tons baixos, por sua vez, prevaleceram sobre a posição “X” com 66,7% de ocorrência. Sobre a *sílaba tônica final*, observamos uma certa aleatoriedade de tons altos (12,5% de tons altos e 37,5% de subida suave, perfazendo um total de 50% de tons altos) e baixos (37,5% de tons baixos e 12,5 de descida suave, perfazendo um total de 50% de tons baixos), sem nenhum comportamento mais frequente. No entanto, esse último resultado é de certa forma surpreendente, pois acreditávamos que encontraríamos mais tons baixos do que altos sobre a sílaba tônica final. É fato que a subida suave é uma subida menos considerável do que aquela ocorrida ao se atribuir tom alto, o que pode explicar o fato de que, embora haja uma subida na curva de F0, esse aumento é pequeno e relativo a um tom anterior baixo. Contudo, como esses resultados dizem respeito a um estudo piloto, com apenas uma informante, é possível que, ao fim do nosso estudo, tendo em mãos dados de outros informantes, essa aleatoriedade seja diminuída.

Para observar melhor o comportamento entoacional desse tipo de sentença, veja, na Figura 2, uma curva prototípica deste tipo de enunciado, relativa a uma das realizações da exclamativa-wh, “Como é lindo aquele homem!”.

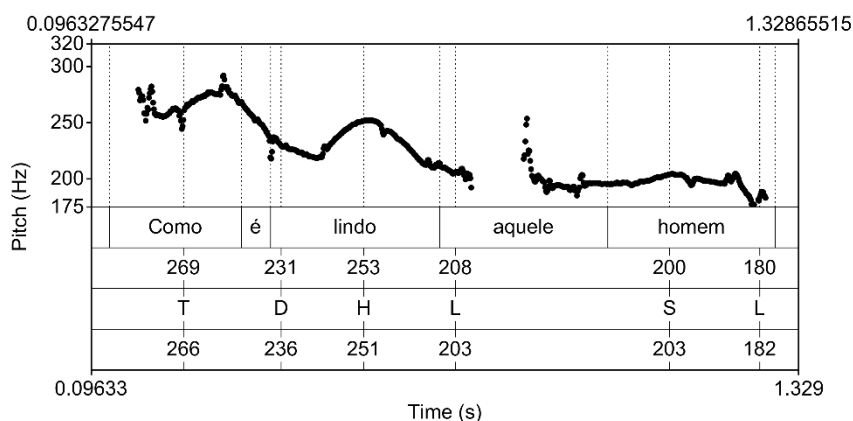


Figura 2. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: "Como é lindo aquele homem!"

Na Figura 2, é possível perceber que, no início da curva, sobre a posição *WH*, há um valor de F0 alto (299Hz) e que ele cai consideravelmente ao longo do enunciado. A pequena subida sobre a tônica final é desconsiderada no cálculo feito pelo *script* MOMEL/INTSINT.

### 3.2 Exclamativas-wh com pronome *QUE*

Nesta subseção, as sentenças consideradas para análise foram as seguintes:

- (4)  
 a. Que alto que ele é!  
 Que inteligente esse menino!  
 Que cuidadoso é o teu jardineiro!  
 Que bolsa linda aquela lá!

A seguir será apresentada a Tabela 2, que exhibe os resultados do teste ANOVA que verifica se há diferenças estatisticamente relevantes entre a média de F0 entre as posições sentenciais (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas-wh com pronome *que*.

Tabela 2. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba tônica final*, com relação às sentenças exclamativas-wh com pronome *que*.

	<b>WH</b> (n = 16) Média (DP)	<b>FOCO</b> (n = 16) Média (DP)	<b>X</b> (n = 16) Média (DP)	<b>Tônica Final</b> (n = 16) Média (DP)	F (3,45)
Posição	266 (27)	298 (37)	213 (20)	254 (32)	32,844***

\*\*\*p < .001

Por meio das médias de F0, apresentadas na Tabela 2, podemos ter uma ideia a respeito do comportamento entoacional dessas sentenças, as quais apresentam um valor de F0 mais alto sobre a posição *foco* que cai sobre a posição *X* para, em seguida, subir sobre a *sílaba tônica final*. O teste ANOVA, comprova que há diferenças significativas entre o valor de F0 em função da posição sentencial,  $F(3,45) = 32,844$ ,  $p < .001$ .

Os valores obtidos através do teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelaram que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente maiores do que os valores das posições *WH*, *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ). Além disso, esse teste mostrou que, diferentemente do que ocorre com as exclamativas-wh com *como*, há diferença significativa entre o valor de F0 da posição *X* para a posição *sílaba tônica final* ( $p < .05$ ), ou seja, há um aumento considerável no valor de F0 de *X* para a última sílaba tônica do enunciado.

Esse resultado corrobora mais uma vez a hipótese (i), qual seja, a de que na posição *foco* o valor de F0 é significativamente maior do que em outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas-wh.

Nosso próximo passo é analisar, a partir da Figura 3, a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT para as sentenças exclamativas-wh com pronome *que*.

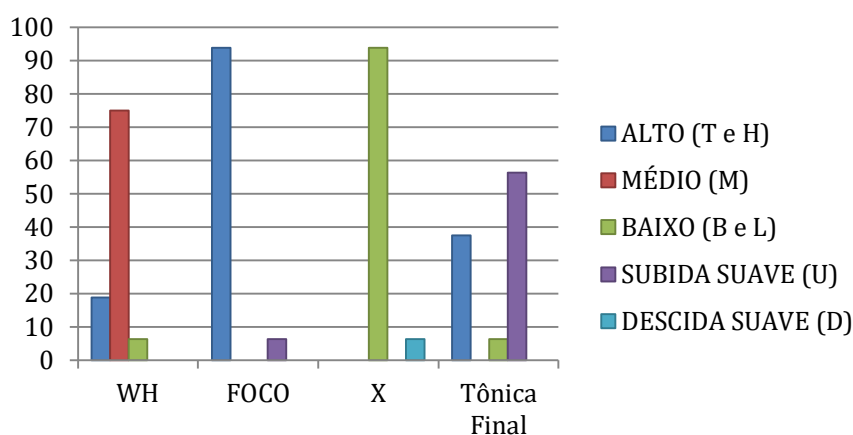


Figura 3. Porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para as posições analisadas nas sentenças exclamativas-wh com pronome *que*

A Figura 3 mostra que o tom médio prevaleceu sobre a posição *WH* com 75% das ocorrências. Sobre a posição *foco* 93,8% dos tons apresentam tom alto e 6,2%, subida suave. Os tons baixos, por sua vez, prevaleceram sobre o *X*: foram 93,8% de tons baixos e 6,2% de descida suave. Sobre a *sílaba tônica final*, a maior parte das realizações foi de subida suave (56,3%) e de tons altos (37,5%). Veja que a distribuição de tons sobre a

exclamativa-wh com pronome *que* é bastante diferente da distribuição de tons nas exclamativas-wh com pronome *como*, o que sugere que não podemos agrupar esses dois tipos de sentença, reforçando nossa hipótese de que há mais de um tipo de sentença exclamativa-wh em PB.

Observe agora a curva de F0 de uma das realizações da sentença “Que alto que ele é!”.

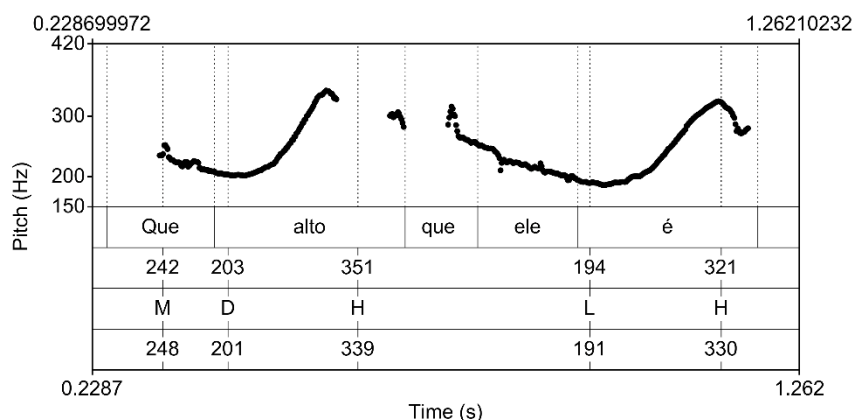


Figura 4. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: “Que alto que ele é!”

Veja que a curva, apresentada na Figura 4, tem um comportamento diferente da curva apresentada na Figura 2 para as exclamativas-wh com pronome *como*. Aqui a subida sobre a *sílaba tônica final* é bastante expressiva e, além disso, entre as posições *WH* e *foco*, é a posição *foco* que recebe os tons mais altos, diferentemente da exclamativa-wh com pronome *como*, que exibe os tons mais altos sobre a posição *WH*.

### 3.3 Exclamativas-wh com pronome *QUANTO*

Nesta subseção, será descrito o padrão entoacional das sentenças exclamativas-wh com pronome *quanto* conforme os resultados obtidos por meio do experimento de produção. As sentenças analisadas estão apresentadas em (5).

- (5)
- Quanta barata nessa casa!
  - Quanto doce a Maria come!
  - Quanto homem nesse lugar!
  - Quanto livro que tu comprou!

A Tabela 3 exibe os resultados do teste estatístico que verifica se há diferenças significativas entre a média de frequência fundamental (F0) da posição *foco* e a das demais posições (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas-wh com pronome *quanto*.

Tabela 3. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição de *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba final*, com relação às sentenças exclamativas-wh com pronome *quanto*.

	<b>WH</b> (n = 16) Média (DP)	<b>FOCO</b> (n = 16) Média (DP)	<b>X</b> (n = 16) Média (DP)	<b>Tônica Final</b> (n = 16) Média (DP)	F (3,45)
Posição	258 (34)	307 (47)	228 (39)	273 (42)	22,868***

\*\*\*p < .001

De acordo com a média de F0 apresentada na Tabela 3, podemos observar que a curva entoacional dessas sentenças apresenta valor médio de F0 mais alto sobre o *foco*. Esse valor cai na posição *X* para, em seguida, subir sobre a *sílaba tônica final*. Veja que a posição *foco* apresenta valor médio de F0 maior do que o da posição *WH* e a subida de *X* para a *tônica final* se assemelha ao que acontece com as exclamativas-wh com pronome *quanto*. Esses dois comportamentos se distanciam do comportamento das exclamativas-wh com pronome *como*. O teste ANOVA, comprova que há diferenças significativas entre o valor de F0 em função da posição sentencial,  $F(3,45) = 22,868$ ,  $p < .001$ .

Os valores obtidos através do teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelaram que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente maiores do que os valores das posições *WH*, *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ). Esse teste também mostrou que, diferentemente do que ocorre com as exclamativas-wh com *como*, há diferença significativa entre o valor de F0 da posição *X* para a posição *sílaba tônica final* ( $p < .05$ ), ou seja, há um aumento considerável no valor de F0 de *X* para a última sílaba tônica do enunciado.

Esse resultado corrobora mais uma vez a hipótese (i) de que na posição *foco* o valor de F0 é significativamente maior do que em outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) nas exclamativas-wh.

Analisaremos agora a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT para as exclamativas-wh com pronome *quanto*. Observe, na Figura 5, os resultados obtidos.



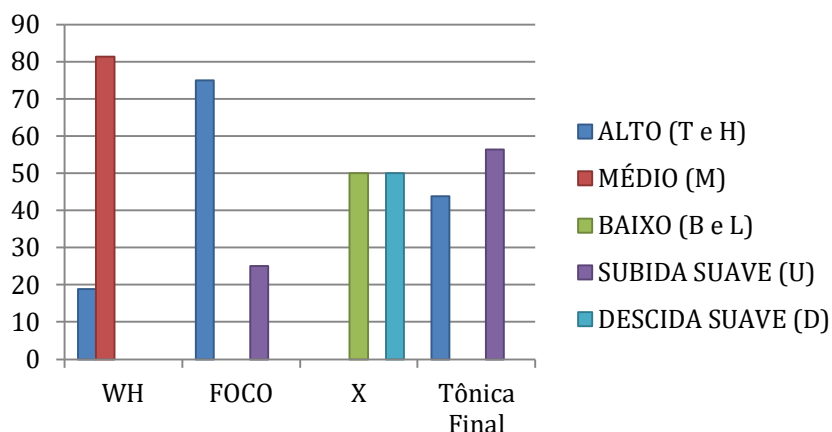


Figura 5. Porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para as posições analisadas nas sentenças exclamativas-wh com pronome *quanto*

A Figura 5 mostra que o tom médio prevaleceu sobre a posição *WH* com 81,2% de ocorrência. Os tons altos prevalecem sobre o *foco* com 75% de incidência de tons altos e 25% de subidas suaves. Os tons baixos e descidas suaves, por sua vez, prevaleceram sobre o *X*: 50% de tons baixos e 50% de descidas suaves. Por fim, sobre a *sílaba tônica final* prevaleceram os tons altos com 56,2% de subidas suaves e 43,8% de tons altos. Veja que a distribuição de tons nas exclamativas-wh com pronome *quanto* se assemelha com a distribuição de tons das exclamativas-wh com pronome *que*, o que sugere haver um comportamento entoacional bastante semelhante entre as exclamativas-wh com pronome *que* e *quanto*. E ainda podemos dizer que a distribuição de tons das exclamativas-wh com pronome *que* e *quanto* difere daquele apresentado pelas exclamativas-wh com pronome *como*. Esse fato favorece nossa hipótese de que as exclamativas-wh com pronome *que* e *quanto* pertencem a um mesmo grupo, qual seja, o das exclamativas-wh com pronome do tipo *non-E-only*, o qual se diferencia de outro grupo, o das exclamativas-wh com pronome *como*, as *E-only*.

Veja, na Figura 6, a curva de F0 de uma das realizações da sentença exclamativa-wh com pronome *quanto* “Quanto homem nesse lugar!”.

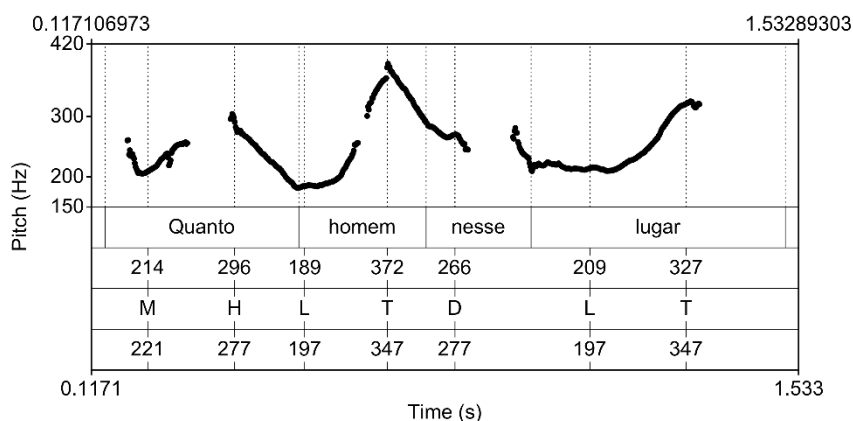


Figura 6. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: “Quanto homem nesse lugar!”

A curva, apresentada na Figura 6, tem um comportamento bastante semelhante ao da curva apresentada na Figura 4 para a sentença exclamativa-wh com pronome *que*, exibindo tom médio sobre a posição *WH*, tom alto sobre a posição *foco*, queda sobre a posição *X* e aumento considerável de F0, representado por tom alto, sobre a *sílaba tônica final*. Esse comportamento, por outro lado, diferencia-se daquele da curva representada na Figura 2 para as exclamativas-wh com pronome *como*, já que o tom mais alto da sentença aparece recorrentemente na posição *WH*.

### 3.4 Comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only* e *non-E-only*

Nesta subseção, verificaremos se o comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto* é o mesmo ou não. Para isso, iremos comparar estatisticamente as médias de F0 em cada posição sentencial (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) e verificar, por meio do teste ANOVA, se há diferenças significativas entre essas posições dependendo do pronome wh presente nas exclamativas.

Na posição *WH*, o teste ANOVA revelou que, comparando as médias de F0<sup>13</sup> das exclamativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto*, não há diferenças significativas no valor de F0,  $F(2,30) = 3.186$ ,  $p > .05$ .

Na posição *foco*, comparando as médias de F0 das exclamativas com pronome *que*, *como* e *quanto*, o teste ANOVA revelou que há diferenças significativas,  $F(2,30) = 4,907$ ,  $p < .05$ . Entretanto, na comparação dois a dois, o teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelou que os valores na posição *foco* para exclamativas

<sup>13</sup> As médias de F0 e o desvio padrão de cada posição para as exclamativas com WH *como*, *que* e *quanto* estão disponíveis nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3, nas tabelas 1, 2 e 3, respectivamente.

com pronome *que*, *como* e *quanto* não apresentam valores significativamente diferentes ( $p > .05$ ).

O teste ANOVA mostrou que, na posição *X*, comparando as médias de F0 das exclamativas com pronome *que*, *como* e *quanto*, não há diferenças significativas no valor de F0,  $F(2,28) = 2,227$ ,  $p > .05$ ).

Por fim, na posição *sílaba tônica final*, o teste ANOVA revelou que, comparando as médias de F0 das exclamativas com pronome *que*, *como* e *quanto*, há diferenças significativas no valor de F0,  $F(2,30) = 11,136$ ,  $p < .05$ . Na comparação dois a dois, o teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelou que os valores na posição *sílaba tônica final*, o valor para as exclamativas com pronome *como* é significativamente menor do que para as exclamativas com pronome *que* e *quanto* ( $p < .05$ ). Entre estas duas últimas, entretanto, não há diferenças significativas ( $p > .05$ ).

De acordo com os resultados apresentados em relação ao comportamento entoacional das sentenças, é possível concluir que podemos separar as exclamativas-wh com pronome *que* e *quanto*, por um lado, e as exclamativas-wh com pronome *como*, por outro. Ou seja, os resultados alcançados até o momento sugerem que há, sim, comportamentos entoacionais diferentes para as exclamativas-wh com pronome do tipo *non-E-only* (*quanto* e *que*) e para as exclamativas-wh com pronome do tipo *E-only* (*como*), que parecem estar relacionados às diferenças entre os valores de F0 na sílaba tônica final. O fato de as exclamativas com pronome *como* não apresentarem diferenças significativas nos valores de F0 da posição *WH* para a posição *foco*, nem da posição *X* para a posição *sílaba tônica final*, ao contrário das exclamativas com pronome *que* e *quanto*, que apresentam aumento significativo no valor de F0 de uma posição para outra, também favorece nossa hipótese. Logo, corroboramos nossa hipótese (ii), qual seja, a de que as sentenças-wh com pronome *E-only* (*como*) apresentam comportamento entoacional diferente das sentenças com pronome *non-E-only* (*quanto* e *que*), como preveem os resultados de Zendron da Cunha (2012) e Zendron da Cunha e Seara (2014) para os dados do PB, variedade de Curitiba.

### 3.5 Interrogativas-wh com pronome COMO

Nesta subseção, as sentenças em (6) foram consideradas para análise.

- (6)
- a. Como você conheceu aquele homem?

- b. Como você faz bolo de laranja?
- c. Como se conheceram o Léo e a Maria?
- d. Como aquela casa ficou vazia?

A Tabela 4 apresenta os resultados do teste ANOVA que verifica se há diferenças estatisticamente significativas entre as médias de F0 entre as posições sentenciais (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) nas interrogativas-wh com pronome *como*.

Tabela 4. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição de *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba final*, com relação às sentenças interrogativas-wh com pronome *como*.

	<b>WH</b> (n = 16) Média (DP)	<b>FOCO</b> (n = 16) Média (DP)	<b>X</b> (n = 16) Média (DP)	<b>Tônica Final</b> (n = 16) Média (DP)	F (3,25)
Posição	297 (61)	328 (47)	237 (44)	218 (59)	17,250***

\*\*\*p < .001

De acordo com a média de F0 apresentada na Tabela 4, podemos observar que a curva entoacional dessas sentenças apresenta um valor de F0 mais alto sobre a posição denominada *foco*. Esse valor cai sobre a posição *X* e continua a cair sobre a posição *sílaba tônica final*. Sobre a posição *WH*, temos um valor médio de F0 alto, bastante semelhante ao valor de F0 sobre a posição *foco*. O teste ANOVA, comprova que há diferenças significativas entre o valor de F0 em função da posição sentencial,  $F(3,25) = 17,250$ ,  $p < .001$ .

Os valores obtidos através do teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelaram que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente maiores do que os valores das posições *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ). Entretanto, entre *WH* e *foco* não há diferença significativa ( $p > .05$ ).

Esses resultados corroboram parcialmente a hipótese (i), qual seja, a de que, na posição *foco*, o valor de F0 é significativamente maior do que nas outras posições sentenciais (*X* e *sílaba tônica final*) nas interrogativas-wh, exceto pelo fato de não haver diferenças significativas entre *foco* e *WH*.

Analisaremos agora a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT para as interrogativas-wh com pronome *como*. Observe, na Figura 7, o resultado obtido.

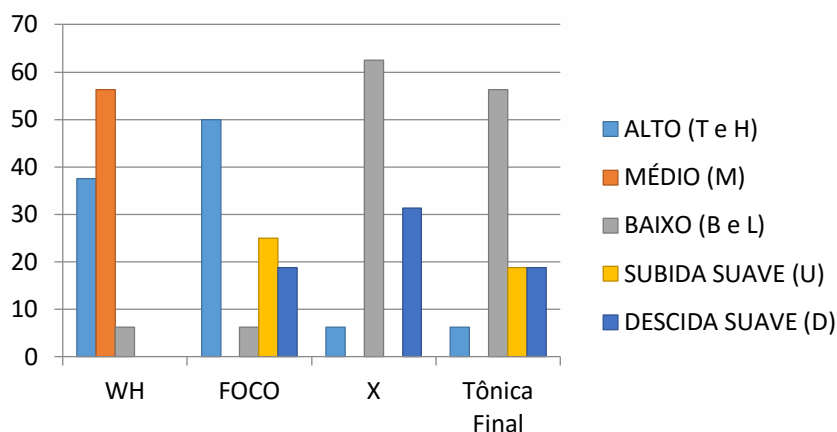


Figura 7. Percentagem de atribuição de tons alto, médio e baixo para as posições analisadas nas sentenças interrogativas com *WH como*

Conforme é possível observar na Figura 7, o tom médio prevalece sobre a posição *WH* com 56,3% de ocorrência, seguido pelos tons altos com 37,5%. Sobre a posição *foco*, prevalecem os tons altos com 50% de tons altos e 25% de subidas suaves. Os tons baixos, por sua vez, prevaleceram sobre a posição *X* com 62,5% de ocorrência, seguidos por 31,3% de descidas suaves. Sobre a posição *sílabo tônica final*, a maior parte das realizações foi de tons baixos (56,2%) e de descidas suaves (18,8%).

Observe agora, na Figura 8, a curva de F0 de uma das realizações da sentença interrogativa-wh com pronome *como* “Como que se conheceram o Léo e a Maria?”.

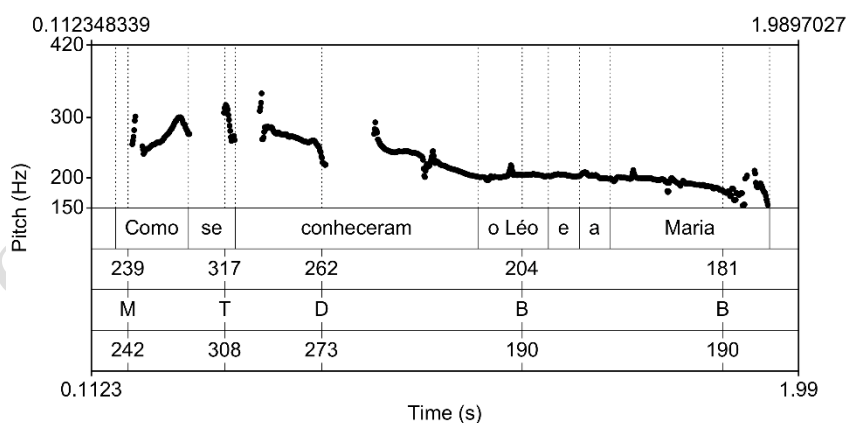


Figura 8. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: “Como se conheceram o Léo e a Maria?”

Veja, na Figura 8, que, no início da curva, sobre a posição *WH*, há um tom alto que cai consideravelmente ao longo do enunciado, chegando a tons baixos.

### 3.6 Interrogativas-wh com pronome *QUE*

Nesta subseção, as sentenças em (7) foram consideradas para análise.

- (7)
- a. Que tipo de homem ele é?
  - b. Que nota você deu pra esse menino?
  - c. Que formação tem o seu jardineiro?
  - d. Que preço é aquela lá?

A Tabela 5 apresenta as médias de F0 para cada uma das posições analisadas e os resultados do teste ANOVA.

Tabela 5. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição de *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba final*, com relação às sentenças interrogativas-wh com pronome *que*.

	<b>WH</b> (n = 15) Média (DP)	<b>FOCO</b> (n = 15) Média (DP)	<b>X</b> (n = 15) Média (DP)	<b>Tônica Final</b> (n = 15) Média (DP)	F (3,42)
Posição	268 (20)	310 (22)	224 (32)	199 (25)	93,239***

\*\*\*p < .001

Por meio das médias de F0 apresentadas na Tabela 5, podemos observar que as sentenças interrogativas-wh com pronome *que* apresentam um valor de F0 mais alto sobre a posição *foco* e esse valor cai sobre a posição *X* para, em seguida, cair mais sobre a posição *sílaba tônica final*. O teste ANOVA, comprova que há diferenças significativas entre o valor de F0 em função da posição sentencial,  $F(3,42) = 93,239$ ,  $p < .001$ .

Os valores obtidos através do teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* mostram que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente superiores do que os valores das posições *WH*, *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ).

Esses resultados corroboram mais uma vez a hipótese (i) de que na posição *foco* o valor de F0 é significativamente superior se comparado ao das outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) nas interrogativas-wh. Vimos na Subseção 3.5 que algo parecido acontece para as interrogativas-wh com pronome *como* e veremos, na Subseção 3.7, se a hipótese é também corroborada para as interrogativas-wh com pronome *quanto*.

Nosso próximo passo é analisar, a partir da Figura 9, a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT para as sentenças interrogativas-wh com pronome *que*.

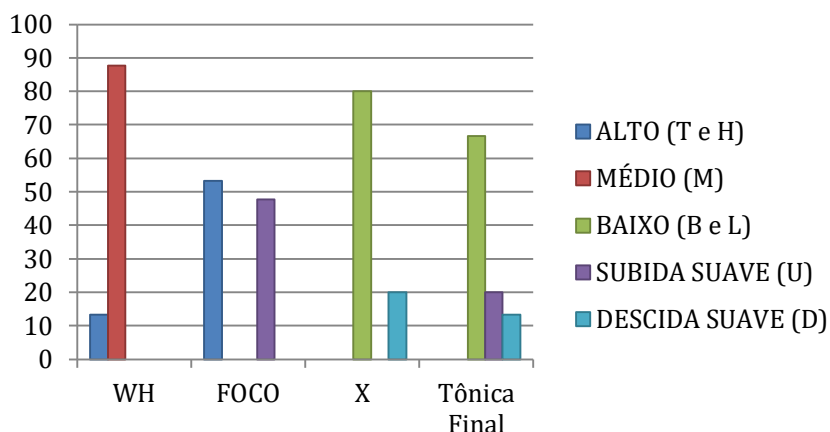


Figura 9. Porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para as posições analisadas nas sentenças interrogativas-wh com pronome *que*

Sobre a posição *WH* prevalecem os tons médios com 87,7% de ocorrência. Na posição *foco* há 53% de tons altos e 47,7% de subidas suaves; já na posição *X* há 80% de tons baixos e 20% de descidas suaves. Na posição *sílaba tônica final*, houve 66,7% de tons baixos.

Diante desses resultados, é possível notar que a distribuição de tons nas sentenças interrogativas-wh com pronome *que* é bastante parecida com a apresentada na Figura 6 da Subseção 3.5 para as interrogativas-wh com pronome *como*. Em ambos os casos, temos maior porcentagem de tons médios sobre a posição *WH*, tons altos sobre a posição *foco*, tons baixos sobre a posição *X* e tons baixo sobre a posição *sílaba tônica final*. Esses resultados reforçam a hipótese (iii) de que as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome WH presente nelas.

Observe agora, na Figura 10, a curva de F0 de uma das realizações da sentença interrogativa-wh com pronome *que*, “Que preço é aquela lá?”

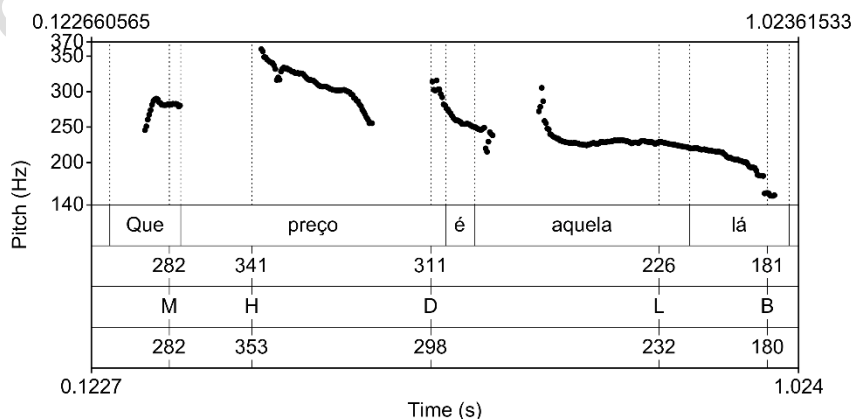


Figura 10. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: “Que preço é aquela lá?”

Na Figura 10, é possível perceber que, no início da curva, sobre a posição *WH*, há um tom médio. Sobre a posição *foco*, observa-se um tom alto. Veja que, após a posição *foco*, o valor de F0 cai consideravelmente. Esse comportamento é bastante semelhante ao comportamento entoacional da interrogativa-wh com pronome *como*, que pôde ser visto por meio da Figura 8, na Subseção 3.5.

### 3.7 Interrogativas-wh com pronome QUANTO

Em (8), são apresentadas as sentenças consideradas para análise nesta subseção.

- (8)
- a. Quantas mulheres limpam a casa?
  - b. Quanto doce você come?
  - c. Quantos homens estavam naquele lugar?
  - d. Quantos livros que você comprou?

Na Tabela 6, a seguir, são apresentados os valores médios de F0 para cada posição analisada e os resultados do teste ANOVA.

Tabela 6. Comparação dos valores médios e desvios padrões da frequência fundamental (F0) em Hertz entre a posição de *foco* e as posições *WH*, *X* e *sílaba final*, com relação às sentenças interrogativas-wh com pronome *quanto*.

	<b>WH</b> ( <i>n</i> = 16) <i>Média (DP)</i>	<b>FOCO</b> ( <i>n</i> = 16) <i>Média (DP)</i>	<b>X</b> ( <i>n</i> = 16) <i>Média (DP)</i>	<b>Tônica Final</b> ( <i>n</i> = 16) <i>Média (DP)</i>	F (3,45)
Posição	246 (44)	343 (85)	232 (33)	224 (63)	13,028***

\*\*\*p < .001

As médias de F0, apresentadas na Tabela 6, nos permitem ter uma ideia a respeito do comportamento entoacional das sentenças interrogativas-wh com pronome *quanto*. Essas sentenças apresentam um valor de F0 mais alto sobre a posição *foco*. Esse valor cai sobre a posição *X* para, em seguida, cair mais sobre a posição *sílaba tônica final*. O teste ANOVA mostrou que há diferenças significativas entre as médias de F0 nas posições sentenciais consideradas,  $F(3,45) = 13,028$ ,  $p < .05$ .

O teste *Post-hoc Pairwise Comparisons de Bonferroni*, por sua vez, mostrou que os valores de F0 na posição *foco* são significativamente superiores do que os valores das posições *WH*, *X* e *tônica final* ( $p < .05$ ).



Esse resultado, juntamente com os resultados apresentados nas Subseções 3.5 e 3.6 para as interrogativas-wh com pronome *como* e *que*, respectivamente, corrobora a hipótese (i), qual seja, a de que na posição *foco* o valor de F0 é significativamente superior ao valor de F0 nas outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) nas interrogativas-wh.

Nosso próximo passo é analisar, a partir da Figura 11, a distribuição de tons atribuídos pelo INTSINT para as sentenças interrogativas com WH *quanto*.

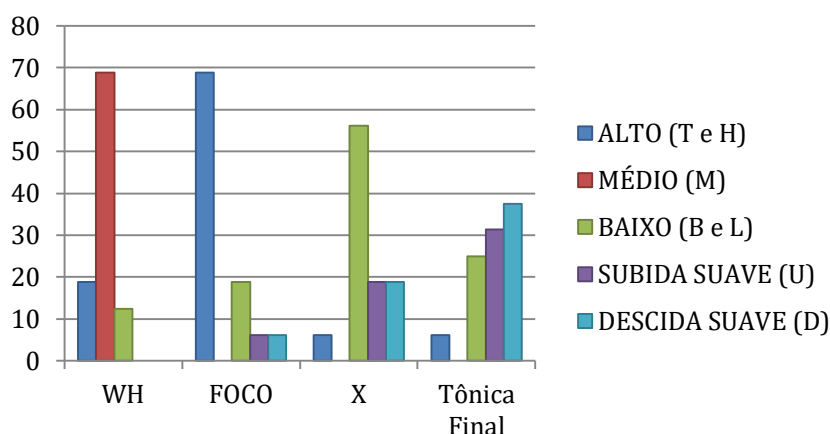


Figura 11. Porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para as posições analisadas nas sentenças interrogativas-wh com pronome *quanto*

Conforme é possível observar na Figura 11, os tons médios ocorrem 68,8% sobre a posição *WH*. Os tons altos prevalecem sobre a posição *foco* com 68,8% e há ainda 6,2% de subidas suaves. Os tons baixos, por sua vez, prevaleceram sobre a posição *X* com 56,2% e ainda com 18,8% de descidas suaves. Sobre a posição *sílaba tônica final*, houve 37,5% de descidas suaves e 25% de tons baixos, perfazendo 62,5% de tons baixos.

Diante desses resultados, é possível notar que a distribuição de tons nas sentenças interrogativas-wh com pronome *quanto* é bastante parecida com a distribuição de tons apresentada na Figura 6, Subseção 3.5, para as interrogativas-wh com pronome *como*, e na Figura 9, Subseção 3.6, para as interrogativas-wh com pronome *que*. Nos três casos, temos maior porcentagem de tons médios sobre a posição *WH*, tons altos sobre a posição *foco*, tons baixos sobre a posição *X* e tons baixo sobre a posição *sílaba tônica final*. Nesse último caso, porém, há uma pequena diferença, já que sobre a posição *sílaba tônica final* das interrogativas-wh com pronome *quanto* prevalecem os tons de descida suave. Apesar dessa pequena diferença, esses resultados reforçam a hipótese (iii) de que as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do

pronome WH presente nessas sentenças. Na Subseção 3.8, veremos se os resultados do teste ANOVA para as médias de F0 de cada uma das posições corroboram nossa hipótese (iii).

Na Figura 12 apresentamos a curva de F0 de uma das realizações da sentença interrogativa-wh com pronome *quanto*, “Quantas mulheres limparam a casa?”.

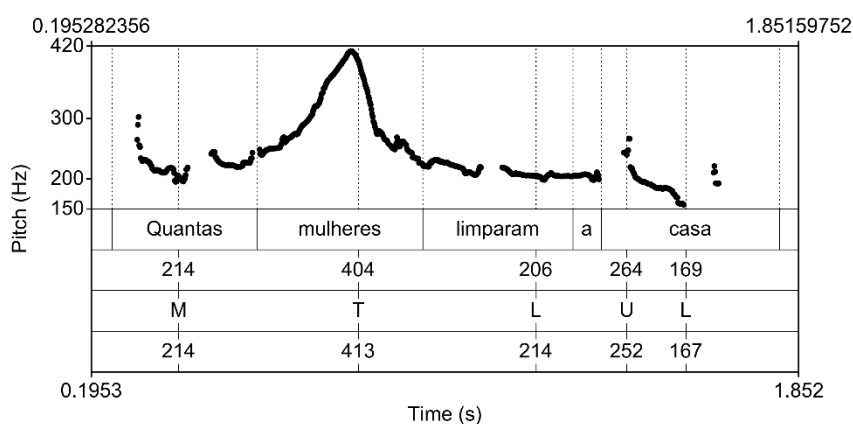


Figura 12. Curva de F0 e transcrição dos valores de F0 e da notação do MOMEL/INTISINT da sentença: “Quantas mulheres limparam a casa?”

Veja, na Figura 12, que, no início da curva, sobre a posição *WH*, há um tom médio. Esse tom passa a alto sobre a posição *foco*. Veja que, após a posição *foco*, o valor de F0 sobe levemente sobre a posição *sílaba tônica final*. Esse comportamento é bastante semelhante ao comportamento entoacional das interrogativas-wh com *como* e *quanto*, que pôde ser visto por meio das Figuras 7 e 10, nas Subseções 3.5 e 3.6, respectivamente. Esse leve aumento sobre a posição *sílaba tônica final* pode também apresentar certa semelhança com o comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *como*, descrito na Subseção 3.1.

### 3.8 Comportamento entoacional das interrogativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto*

Nesta subseção, temos o intuito de corroborar a hipótese (iii) de que as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome WH presente nessas sentenças. Para isso, iremos comparar as médias de F0 em cada posição sentencial (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) para as interrogativas com *como*, *que* e *quanto* e verificar, por meio do teste ANOVA, se há diferenças significativas entre essas posições dependendo da pronome WH presente em sua estrutura.

Na posição *WH*, o teste ANOVA revelou que comparando as médias de F0<sup>14</sup> das interrogativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto* observaram-se diferenças significativas,  $F(2,28) = 8,744$ ,  $p < .05$ . Na comparação dois a dois, o teste *Post-hoc Pairwise Comparisons* de *Bonferroni* revelou que os valores na posição *WH* apresentam valores significativamente diferentes para as interrogativas-wh com pronome *como* e *quanto* ( $p > .05$ ), mas que não há diferença significativa entre os valores de F0 para as interrogativas-wh com pronome *como* e *que*, por um lado, e *que* e *quanto*, por outro.

Na posição *foco*, o teste ANOVA revelou que comparando as médias de F0 das interrogativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto* não houve diferenças significativas,  $F(2,28) = 2,316$ ,  $p > .05$ .

O teste ANOVA mostrou que, na posição *X*, comparando os valores médios de F0 das interrogativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto*, não foram observadas diferenças significativas,  $F(2,28) = 0,702$ ,  $p > .5$ .

Por fim, na posição *sílaba tônica final*, o teste ANOVA revelou que, comparando as médias de F0 das interrogativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto*, não houve diferenças significativas,  $F(2,28) = 1,165$ ,  $P > .05$ .

Diante dos resultados apresentados, é possível concluir que as sentenças interrogativas-wh não apresentam diferenças significativas entre os valores médios de F0 para as posições *WH* (exceto pela diferença, nesta posição, entre as interrogativas com pronome *como* e *quanto*), *foco*, *X* e *sílaba tônica final*, o que sugere que estamos diante de um mesmo comportamento entoacional para as interrogativas com *WH como*, *que* e *quanto*. Como vimos nas Subseções 3.5, 3.6 e 3.7, a distribuição de tons também favorece a hipótese de que estamos lidando com o mesmo padrão entoacional. Diante disso, corroboramos a hipótese (iii), qual seja, a de que as sentenças interrogativas-wh têm um mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome *WH* presente nelas.

### 3.9 Interrogativas-wh versus Exclamativas-wh com pronome *como*

Nesta subseção, com o intuito de corroborar a hipótese (iv), qual seja, a de que as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only*, conforme prevê Moraes (2008), comparamos as médias de F0 em cada posição sentencial (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) das exclamativas-wh com

---

<sup>14</sup> As médias de F0 e o desvio padrão de cada posição para as interrogativas com *WH como*, *que* e *quanto* estão disponíveis nas subseções 3.5, 3.6 e 3.7, nas tabelas 4, 5 e 6, respectivamente.

pronome *como*, por um lado, com as médias de F0 das mesmas posições das interrogativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto*. Por meio do teste ANOVA, verificamos se há diferenças significativas entre essas posições.

Na posição *WH*, o teste ANOVA revelou que, comparando as médias de F0<sup>15</sup> da exclamativa-wh com pronome *como* e das interrogativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto*, não há diferenças significativas,  $F(1,14) = 0,002$ ,  $p > .05$ .

Na posição *foco*, comparando os valores médios de F0 da exclamativa-wh com pronome *como* e das interrogativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto*, há diferenças significativas,  $F(3,42) = 11,068$ ,  $p < .05$ . Na comparação dois a dois, o teste *Post-hoc Pairwise Comparisons de Bonferroni* revelou que o valor da média de F0 da exclamativa-wh com pronome *como* é significativamente inferior ao valor da média de F0 das interrogativas-wh com pronome *que*, *como* e *quanto*.

O teste ANOVA mostrou que, na posição *X*, comparando os valores médios da exclamativa-wh com pronome *como* e das interrogativa-swh com pronome *como*, *que* e *quanto*, não há diferenças significativas,  $F(3,39) = 2,078$ ,  $p > .05$ .

Por fim, na posição *sílaba tônica final*, o teste ANOVA revelou que, comparando os valores médios da exclamativa-wh com pronome *como* e das interrogativas-wh com pronome *como*, *que* e *quanto*, não há diferenças significativas,  $F(3,42) = 0,988$ ,  $p > .05$ .

Diante dos resultados apresentados, é possível concluir que as sentenças interrogativas-wh não apresentam diferenças significativas entre os valores médios de F0 para as posições *WH*, *X* e *sílaba tônica final* em relação às exclamativas-wh com pronome *como*. Na posição de *foco*, porém, os valores médios de F0 são significativamente mais altos nas interrogativas-wh do que nas exclamativas-wh com pronome *como*. Diante disso, podemos corroborar parcialmente a hipótese (iv), qual seja, a de que há um mesmo comportamento entoacional entre as exclamativas-wh com pronome *E-only* e as interrogativas-wh.

Estudos futuros, com mais dados, poderão nos auxiliar a ratificar os resultados aqui apresentados.

---

<sup>15</sup> As médias de F0 e o desvio padrão de cada posição para a exclamativa com *WH como* estão disponíveis na subseção 3.1, na tabela 1, e para as interrogativas com *como*, *que* e *quanto*, estão disponíveis nas subseções 3.5, 3.6 e 3.7, nas tabelas 4, 5 e 6, respectivamente.

#### 4. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo verificar o comportamento entoacional das exclamativas-wh e das interrogativas-wh do PB, variedade de Florianópolis, por meio de um experimento piloto de produção de fala.

Nossos resultados corroboraram nossas quatro hipóteses iniciais: (i) na posição *foco* o valor médio de F0 é significativamente maior do que nas outras posições sentenciais (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*) tanto nas sentenças exclamativas-wh quanto nas interrogativas-wh<sup>16</sup>; (ii) as sentenças exclamativas-wh com pronome *E-only* (*como*) devem apresentar comportamento entoacional diferente das sentenças exclamativas-wh com pronome *non-E-only* (*quanto* e *que*), o que corrobora os resultados apresentados em Zendron da Cunha (2012) e Zendron da Cunha e Seara (2014); (iii) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional, independentemente do pronome WH presente nelas; (iv) as sentenças interrogativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional das exclamativas-wh com pronome *E-only*, conforme prevê Moraes (2008), embora haja diferenças entre exclamativas-wh *E-only* e interrogativas-wh na posição *foco*.

#### Referências

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 9. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

CASTROVIEJO, E. **Wh-Exclamatives in Catalan**. Universitat de Barcelona, doctoral dissertation, 2006.

CELESTE, L. C. **MOMEL e INTSINT**: uma contribuição à metodologia do estudo prosódico do Português Brasileiro. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

HIRST, D. The analysis by synthesis of speech melody: from data to models. **Journal of Speech Sciences**, vol. 1, n. 1, 2011, pp. 55-83. Disponível em: <<http://www.journalofspeechsciences.org>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

MARTINS, C. **Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS**. Braga: Psiquilibríos, 2011.

---

<sup>16</sup> Essa diferença só não é observada entre a posição WH e foco nas exclamativas com pronome *como*, as exclamativas com wh *E-only*, o que só favorece nossa hipótese de que há comportamentos entoacionais diferentes entre as exclamativas com wh *E-only* e *non-E-only*.

MAYOL, L. Catalan “Déu n’hi do” and conventional implicatures in exclamatives. **Catalan Journal of Linguistics** 7, p. 135-156, 2008.

MORAES, J. A. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; Di Cristo (Org.). **Intonation systems: a survey of twenty languages**. Cambridge University, Cambridge, 1998.

\_\_\_\_\_. The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. *Speech Prosody*, 4, 2008, Campinas. **Proceedings...**, Campinas, 2008. p. 389-397. Disponível em: <<http://sprogis.isle.illinois.edu/sp2008/papers/8inv.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SADOCK, J. M.; ZWICKY, A. Speech act distinctions in syntax. In: SHOPEN, T. (Ed.) **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp.155-196.

SEARA, I. C. ; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Metodologia para descrição da entoação na interfacesintaxe-fonologia. In: **Revista Intercâmbio**, Volume XVI. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X-, 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3612>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SOSA, J. M.; NUNES, V. G.; SEARA, I. C. Variação prosódica das sentenças interrogativas totais no falar catarinense: um estudo experimental. **Leitura**, Maceió, n. 51, p. 139-163, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1477>>. Acesso em: 10 maio 2015.

VILLALBA, Xavier. Exclamatives: a thematic guide with many questions and few answers. **Catalan Journal of Linguistics**, 7, p. 9-40, 2008. Disponível em: <<http://revistes.uab.cat/catJL/article/view/131/143>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ZANUTTINI, R., PORTNER, P. Exclamative clauses: at the syntax-semantics interface. **Language** 79, nº 1, p. 39-81, 2003. Disponível em: <<http://www9.georgetown.edu/faculty/portnerp/nsfsite/excl-paper.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ZENDRON DA CUNHA, K. **Sentenças exclamativas em português brasileiro: padrão entoacional e sintaxe**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/27360>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

\_\_\_\_\_; SEARA, I. C. O padrão entoacional das exclamativas-wh em português brasileiro. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 18, n. 2, p. 211-229, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/13-CUNHA-E-SEARA.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

## Anexo 1

A seguir estão disponíveis os contextos utilizados no experimento de produção de fala:

1. Surpresa ao conhecer o namorado da Maria, Joana diz:  
**- Que alto que ele é!**
2. A professora Soraia nunca havia notado o desempenho brilhante do aluno João. Ao corrigir uma de suas redações, a professora, pasma com tamanha criatividade, exclama:  
**- Que inteligente esse menino!**
3. João, admirado com a beleza do jardim de Maria, comenta:  
**- Que cuidadoso é o teu jardineiro!**
4. Maria e Joana estão fazendo compras no shopping. Ao olhar a vitrine de uma loja, Maria diz admirada:  
**- Que bolsa linda aquela lá!**
5. Maria está em um restaurante esperando atendimento. Passa por ela um garçom muito bonito. Maria então comenta com Joana:  
**- Como é lindo aquele homem!**
6. Maria queria fazer um suco bem azedo para colocar na massa do bolo e, para isso, foi à feira com sua mãe comprar laranjas. Ao olhar para as frutas, Maria exclama:  
**- Como tá madura a laranja!**
7. Joana estava passeando com um amigo na praça quando viu Léo e Maria passarem de mãos dadas. Admirada com a felicidade do casal, Joana exclama:  
**- Como é lindo o Léo e a Maria!**
8. Joana foi visitar sua cidade natal neste sábado. Saudosista, resolveu entrar na velha casa de seus avós e se surpreendeu com o vazio deixado pelo tempo. Ao contar o episódio para seu amigo, lamentou:  
**- Como aquela casa tá vazia!**
9. Maria foi visitar sua filha, que há pouco tempo foi morar sozinha. Ao entrar na cozinha, Maria diz espantada:  
**- Quanta barata nessa casa!**
10. Helena tem muita inveja do namoro de Maria e Léo. Um certo dia vê Maria comendo uma barra de chocolate na cantina e comenta com Léo:  
**- Quanto doce a Maria come!**
11. Helena e Joana saem juntas para uma balada “mulheres *free*”. Ao chegar no local Joana se espanta:  
**- Quanto homem nesse lugar!**
12. Maria chega em casa cheia de sacolas da livraria. Sua filha admirada exclama:  
**- Quanto livro que tu comprasse!**
13. Joana e Maria estavam conversando sobre tipos de homens e, segundo Joana, há os homens sérios, os homens bobos, os homens bonitos, os homens inteligentes etc. No meio dessa conversa, Maria confessa que está apaixonada por um vendedor de carros e, ao saber disso, Joana pergunta:  
**- Que tipo de homem ele é?**
14. Duas professoras, Joana e Maria, estavam conversando sobre as notas de um seminário apresentado individualmente pelos alunos. Maria gosta muito do aluno João e, apontando para o nome dele na chamada, pergunta para Joana:  
**- Que nota você deu pra esse menino?**
15. Joana ficou muito surpresa ao ver o jardim de Pedro. Supondo que o novo jardineiro de Pedro tenha muito conhecimento, Joana pergunta ao amigo:  
**- Que formação tem o seu jardineiro?**
16. Joana entra em uma loja e vê uma bolsa linda. Apontando para ela, Joana pergunta à vendedora:  
**- Que preço é aquela lá?**
17. Julia e Maria estavam em uma festa. Julia, imaginando que Maria não conhecia João, apontou para ele disse que não gostaria de conversar com ele, pois eles tiveram alguns

desentendimentos no passado. Maria disse que já conhecia João há algum tempo.

Espantada, Julia pergunta:

- **Como você conheceu aquele homem?**

18. Joana está passando o fim de semana na casa de sua avó que, para agradá-la, fez diversos doces. Joana acha que já está na hora de se arriscar na cozinha e pergunta para a avó:

- **Como você faz bolo de laranja?**

19. Joana sempre admirou muito o casal Léo e Maria, seus colegas de trabalho. Por curiosidade, Joana pergunta a sua secretária:

- **Como se conheceram o Léo e a Maria?**

20. Maria, sempre que visitava sua avó, reparava na casa de um vizinho que fora seu namoradinho secreto na adolescência. Nesta última visita, Maria reparou que a casa estava completamente abandonada. Preocupada, ela aponta para a casa e pergunta a sua avó:

- **Como aquela casa ficou vazia?**

21. Julia havia contratado uma empresa para fazer a faxina da mansão de seu patrão (já abandonada há uns 5 anos). Admirada com a rapidez no serviço, ela pergunta à uma funcionária:

- **Quantas mulheres limpam a casa?**

22. A médica de Joana está preocupada com o nível de glicose de sua paciente. Na consulta, ela pergunta a Joana:

- **Quanto doce você come?**

23. Joana estava indignada com a sujeira deixada na casa de um amigo após uma festa de aniversário. Conversando com Maria, sua irmã, ela pergunta:

- **Quantos homens tavam naquele lugar?**

24. Maria e Joana estavam conversando sobre uma super promoção que aconteceu no último fim de semana em uma livraria. Joana disse que havia comprado vários livros e Maria pergunta:

- **Quantos livros que você comprou?**

Artigo recebido em: 26.02.2015

Artigo aprovado em: 19.06.2015



# O narrar para explicar e o narrar para argumentar em artigos de divulgação científica midiática (DCM) para crianças e adultos: a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso

## Narrating-to-explain and narrating-to-argue in scientific popularization texts for children and adults: the relation between the sequential dominant and the discursive macroact

Êrica Ehlers Iracet\*  
Maria Eduarda Giering\*\*

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso em textos de DCM construídos por meio do encaixamento de sequências narrativas e explicativas ou argumentativas. Para tanto, analisam-se artigos publicados nas revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, considerando-se aspectos relacionados ao contrato de mediação da ciência (CHARAUDEAU, 2008a, 2009) e à estruturação sequencial dos textos (ADAM, 2011). Como resultados, evidenciam-se a organização textual predominantemente narrativa a serviço de diferentes macroatos discursivos, bem como a influência direta do contrato de comunicação midiático na construção de gêneros textuais híbridos, baseados no narrar para explicar e no narrar para argumentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Divulgação Científica Midiática. Narrar Para Explicar. Narrar Para Argumentar. Dominante Sequencial. Macroato De Discurso.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the relation between the sequential dominant and the discursive macroact in DCM texts constructed through the embedding of narrative and explicative or argumentative sequences. Toward that, articles published in magazines *Ciência Hoje* and *Ciência Hoje das Crianças* are analyzed, considering aspects related to the science mediatization contract (CHARAUDEAU, 2008a, 2009) and to the sequential organization of texts (ADAM, 2011). As results, the textual organization predominantly narrative towards different discursive macroacts is evidenced, as well as the direct influence of the mediatic communication contract in the construction of hybrid textual genres, based on narrating-to-explain and narrating-to-argue.

**KEYWORDS:** Mediatic scientific popularization. Narrating-to-explain. Narrating-to-argue. Sequential dominant. Discursive macroact.

## 1. Introdução

A divulgação científica midiática (DCM), voltada tanto para adultos quanto para crianças, é um domínio discursivo no qual podem ser encontrados diversos gêneros textuais, organizados das mais variadas formas e a serviço de diferentes finalidades discursivas. O grupo de pesquisa Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos (CCELD), coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Eduarda Giering e vinculado

\* Mestra em Linguística Aplicada. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

\*\* Doutora em Linguística Aplicada. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGLA-UNISINOS), tem se ocupado da análise desses diferentes gêneros inseridos no âmbito da DCM. Como pesquisadora participante desse grupo, observei, em diversos estudos realizados, a ocorrência de certo hibridismo na organização textual – textos de aparência puramente narrativa, porém publicados em contextos cujos fins discursivos transcendem os limites da narrativa, estando relacionados, por exemplo, à explicação de determinados temas/fenômenos científicos ou, ainda, à argumentação em favor de tese também inserida no âmbito da ciência.

Todavia, assim como ocorre com a DCM em geral, parece não haver pesquisas focadas na análise desses gêneros híbridos; por esse motivo, dedico-me, neste artigo, à análise de dois exemplos de organização narrativa com diferentes fins discursivos – explicar e argumentar -, publicados no contexto da DCM direcionada tanto ao público infantil, quanto ao público adulto. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar, em textos que apresentam o que chamarei, conforme Adam (2011), de agenciamento plurissequencial heterogêneo – por meio do encaixamento entre sequências narrativas e explicativas ou argumentativas -, a relação que se estabelece entre a dominante sequencial e o macroato de discurso (ou fim discursivo), tendo como base algumas questões norteadoras: qual a dominante sequencial (sequência encaixante) – a sequência narrativa ou a explicativa / argumentativa?; qual o macroato de discurso – narrar ou explicar / argumentar?; a sequência dominante e o macroato coincidem? Se não, de que forma uma serve ao outro?.

A relevância social desta pesquisa está na importância da difusão de práticas vinculadas à popularização científica - bem como do modo com estas se dão -, por meio da compreensão das estratégias adotadas por cientistas e jornalistas para divulgar temas da ciência a adultos e crianças.

Como dito anteriormente, o objetivo principal deste estudo é analisar a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso (fim discursivo) dos textos. As sequências textuais, conforme veremos mais adiante (na seção que apresenta a base teórica deste trabalho), são esquematizadas segundo macroações discursivas – narrar, explicar, argumentar, descrever; a pesquisa aqui desenvolvida, contudo, parte da hipótese de que um texto predominantemente narrativo (ou seja, em que uma sequência narrativa apresenta efeito de dominante) pode estar a serviço de um macroato de discurso que não seja apenas narrar, mas explicar ou argumentar, por exemplo. Em outras palavras,

acredita-se que há outros fatores que influenciam na composição dos textos e no seu fim discursivo, como o contrato de comunicação no qual os textos estão inseridos.

A seguir, serão apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam esta pesquisa, no que diz respeito às características situacionais que envolvem a produção dos textos, ou seja, ao discurso de mediatização da ciência (CHARAUDEAU, 2008a, 2009), bem como à estrutura das sequências narrativa, explicativa e argumentativa, às combinações de sequências e ao efeito de dominante e, por fim, aos macroatos de discurso (ADAM, 2011). As últimas seções serão destinadas aos procedimentos metodológicos empregados, às análises propriamente ditas e à discussão dos resultados e considerações finais.

## **2. A divulgação científica na mídia**

A divulgação científica, em termos gerais, abrange diversos domínios cujo propósito é a difusão dos temas da ciência a um público leigo, não-especializado. De acordo com Bueno (1984), tais domínios compreendem os livros didáticos, as aulas de ciências do ensino médio, os cursos de extensão para não-especialistas, as histórias em quadrinhos, os suplementos infantis, os folhetos de extensão rural e de campanhas de educação voltadas para determinadas áreas (como saúde e higiene), os fascículos de ciência e tecnologia produzidos por grande editoras, documentários, programas especiais de rádio e televisão e, evidentemente, o jornalismo científico. Estes últimos – programas especiais de rádio e televisão e jornalismo científico -, aliados a outras diversas modalidades, fazem surgir uma ramificação da DC, da qual fazem parte os textos analisados neste trabalho: a divulgação científica midiática (ou DCM).

Para Giering e Souza (2012, p. 1), “uma característica marcante da divulgação científica midiática é o fato de ela se situar na intersecção de três discursos: o científico, o midiático e o didático” (Figura 1):

## Contrato de comunicação Artigos DC

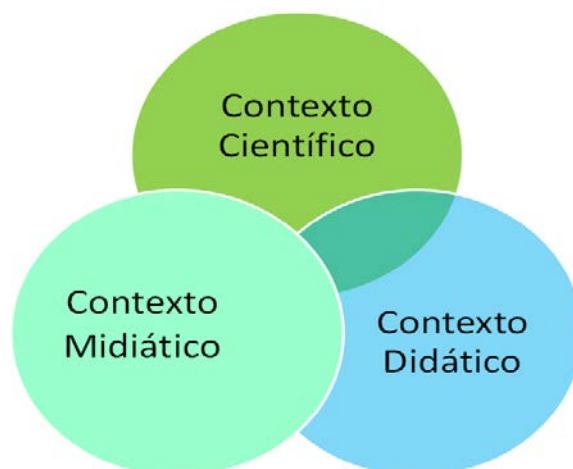


Figura 1 - Intersecção de três discursos: científico, midiático e didático  
Fonte: Giering e Souza (2012, p. 1)

Compreender essa intersecção, ainda segundo as mesmas autoras, culmina na tomada da DCM como “um objeto de investigação que exige atenção para as condições situacionais de sua produção” (GIERING; SOUZA, 2012, p. 1), ou seja, para o contrato de comunicação no qual se insere. A noção de contrato de comunicação é postulada por Charaudeau (2009, p. 67-68), que afirma:

Todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação. [...] Por conseguinte, os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação. [...] O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever [...] a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*.

Dessa forma, considerando-se o foco deste trabalho na divulgação científica midiática, é importante assumir que qualquer discurso que se insira no domínio situacional da mídia deverá atender às finalidades do contrato de comunicação adjacente a esse domínio, as quais Charaudeau (2009) denomina *visadas*. Nesse sentido, o autor afirma que:

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas [...]: uma visada de *fazer saber*, ou visada de informação [...], que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência (CHARAUDEAU, 2009, p. 86).

Assim, é nessa tensão entre o informar e o captar que se esquematizam os textos produzidos no âmbito da divulgação científica na mídia. Em outras palavras, entende-se que os textos de DCM, tendo em vista a dupla necessidade da informação/explicação de temas da ciência ao público em geral e da captação do interesse dos leitores pelos temas divulgados, recorrem a um processo de coconstrução, permeado pela escolha de estratégias pertinentes às características do contrato, o qual Grize (1982) define como um procedimento de “esquematização”. A noção de esquematização postulada por este autor refere-se claramente à construção, por parte do produtor do texto, de um “microuniverso” que, sendo verossímil e valendo-se de diferentes estratégias de captação, tende a facilitar a compreensão do leitor acerca das informações veiculadas no texto.

Nesse sentido, é possível afirmar que as opções de organização feitas pelo produtor do texto estão (ou, pelo menos, devem estar) estritamente vinculadas à situação comunicativa que envolve a produção do texto. Isto significa que, para ser sucedido e satisfatoriamente compreendido, o produtor precisa fazer uso de determinadas estratégias para adaptar seu texto ao público-alvo. De acordo com Giering (2012)<sup>1</sup>, uma estratégia possível ao procedimento de esquematização é a utilização de narrativas (na totalidade ou em partes do texto), a qual pode organizar-se de variadas formas e atender a diferentes propósitos.

O processo de esquematização de textos de DCM, além de estar inserido na já mencionada tensão midiática entre a informação e a captação, também precisa atender a algumas restrições pertinentes ao contrato de comunicação da mídia, as quais são apontadas por Charaudeau (2008a) como restrição de visibilidade, restrição de legibilidade, restrição de seriedade e restrição de emocionalidade. Aqui, interessam, particularmente, as restrições de seriedade e de emocionalidade.

---

<sup>1</sup> Este postulado de Giering foi realizado, em 2012, durante as reuniões do grupo de pesquisa que coordena, do qual fiz parte como bolsista de iniciação científica e, agora, participo como orientanda de mestrado.

A *restrição de seriedade*, conforme o linguista, “é marcada por alguns mesmos procedimentos emprestados para assegurar a legibilidade do discurso de vulgarização, [...] os procedimentos que, na verdade, desempenham o papel de *argumento de autoridade*” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 21). Nesse âmbito, o produtor do texto assume-se como um mediador entre o conhecimento científico e a compreensão do público leigo, divulgando os temas da ciência de modo acessível, mas, ao mesmo tempo, fiel, ou pelo menos verossímil, aos conceitos científicos aí envolvidos.

A *restrição de emocionalidade*, de acordo com Charaudeau (2008a), privilegia efeitos afetivos sobre o leitor, sendo também:

[...] marcada por uma organização descritiva e narrativa que tanto apresenta a pesquisa científica como uma aventura em busca da verdade, que pode antropomorfizar os elementos da natureza ou os componentes químicos do organismo, emprestando-lhes intenções, convertendo-os em agentes ativos que têm intenções e projetos de busca [...]. Do mesmo modo, organiza-se um vocabulário metafórico e metonímico que transforma elementos inertes ou sem atitude cognitiva em personagens de narrativas mais ou menos míticas (CHARAUDEAU, 2008a, p. 21-22).

Dessa forma, atendendo à restrição de emocionalidade, a organização narrativa pode funcionar como uma estratégia para tocar o lado afetivo do leitor, despertando-lhe sensações e aproximando-o ainda mais do “microuniverso” criado pelo texto.

Tendo discutido as características do contrato de comunicação que permeia a produção de textos de DCM, passamos às definições, postuladas por Adam (2011), da estrutura das organizações sequenciais a serem analisadas nos textos componentes do *corpus* deste estudo, bem como dos tipos de combinações possíveis entre tais organizações, levando-se em consideração o efeito de dominante sequencial e o macroato discursivo pretendidos por textos construídos por meio dessas combinações de sequências.

### **3. A estruturação sequencial, as combinações de sequências e o macroato de discurso**

Em seus estudos sobre textualização, inseridos na Análise Textual dos Discursos, Adam (2011) postula que a estrutura de um texto vai além da simples

combinação linear de proposições-enunciados<sup>2</sup>, resultando do agrupamento semântico dessas proposições em unidades textuais complexas, dentre as quais o linguista distingue os períodos e as sequências. Segundo ele, os períodos consistem em unidades de organização mais frouxa, enquanto as sequências, possuindo uma estrutura mais complexa, são unidades textuais tipificadas. Nesse sentido, Adam (2011, p. 204) afirma:

De amplitude potencialmente menor que as sequências, os períodos são unidades que entram diretamente na composição das partes de um plano de texto. As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições.

O linguista acrescenta, ainda, que essas macroproposições organizam-se em uma rede hierárquica – “cada macroproposição adquire seu sentido em relação às outras” (ADAM, 2011, p. 205) -, o que faz com que a sequência configure-se como uma estrutura autônoma, dotada de uma estrutura interna própria, cuja relação com o conjunto mais amplo, o texto, é de dependência-independência.

Segundo Adam (2011), há cinco tipos de sequências: narrativa, argumentativa, explicativa, descritiva e dialogal. Essas diferentes organizações estão ligadas a macroações discursivas que estão impregnadas na cultura – por meio da leitura, escuta e produção de textos – e, por isso, podem ser facilmente transformadas em esquemas de reconhecimento e de estruturação da unidade global do texto. Adam, então, propõe esquemas para definir a estrutura das organizações sequenciais, dos quais nos interessa, aqui, os esquemas referentes às estruturas das sequências narrativa, explicativa e argumentativa, respectivamente.

A organização da sequência narrativa é uma das mais conhecidas, sendo corroborada, inclusive, pelos estudos literários. A sequência narrativa, conforme Adam (2011), é composta por cinco macroproposições de base (Pn): situação inicial (Pn1), nó desencadeador (Pn2), re-ação ou avaliação (Pn3), desenlace/resolução (Pn4) e situação final (Pn5). É importante ressaltar que as macroproposições narrativas não estão sujeitas a uma ordem rígida, sendo fundamentais para que uma sequência se configure como narrativa apenas o nó (perturbação) e o desenlace (no

---

<sup>2</sup> Para Adam (2011), a unidade textual elementar é a proposição-enunciado, a qual, sendo considerada o produto de um ato de enunciação, reúne propriedades sintáticas e semânticas, constituindo uma microunidade sintática e, ao mesmo tempo, uma microunidade de sentido.

qual a perturbação pode ser resolvida ou não). Na figura abaixo, as macroproposições aparecem em forma de esquema:

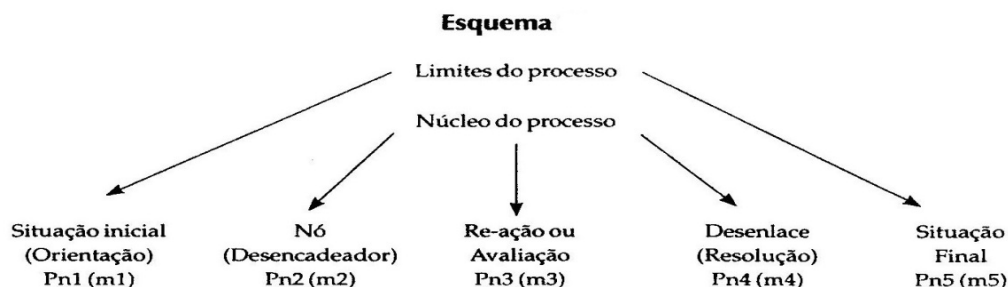


Figura 2 - A sequência narrativa e suas macroproposições  
Fonte: Adam (2011, p. 225)

A sequência explicativa, por sua vez, é definida por Adam (2011) com base nos postulados de Grize (1990) e Coltier (1986). Esses autores concordam que a explicação surge a partir do questionamento acerca de um objeto complexo, o qual dá origem a uma fase de resolução e, em seguida, a uma fase conclusiva. Partindo desses pressupostos, Adam (2011) descreve a organização da sequência explicativa da seguinte forma: a explicação é precedida, geralmente, por uma descrição que possui o objetivo de contextualizar/introduzir o objeto problemático (P.explicativa 0); em seguida, surge o problema (P.explicativa 1), propriamente dito, o qual suscita uma resposta/explicação (P.explicativa 2), que, por sua vez, leva a uma conclusão/ratificação/avaliação (P.explicativa 3). O linguista resume essa estrutura no seguinte esquema:

### Esquema 27

		P.explicativa 0	Esquematização inicial
Sequência explicativa	Por que p?	P.explicativa 1	Problema (questão)
	Porque q	P.explicativa 2	Explicação (resposta)
		P.explicativa 3	Ratificação-avaliação

Figura 3 – Estrutura da sequência explicativa  
Fonte: Adam (2011, p. 245)

Por fim, no que concerne à estrutura da sequência argumentativa, Adam (2011) postula que a argumentação envolve, basicamente, dois movimentos peculiares: demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou argumentos pertencentes a uma tese contrária. Portanto, levando em consideração a apresentação de dados/fatos que conduzam a uma asserção conclusiva (tese), bem como a possibilidade de uma contra-



argumentação, o linguista esquematiza, da seguinte forma, a sequência argumentativa prototípica:

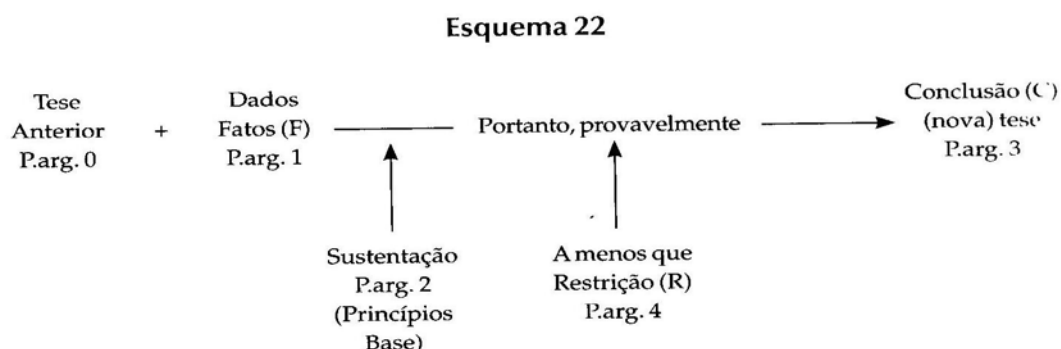


Figura 4 – Sequência argumentativa prototípica  
Fonte: Adam (2011, p. 234)

Contudo, Adam (2011, p. 234) afirma que:

esse esquema não está estruturado numa ordem linear obrigatória: a (nova) tese (P.arg 3) pode ser formulada de início e retomada, ou não, por uma conclusão que a repete no final da sequência, sendo que a tese anterior (P.arg 0) e a sustentação podem estar subentendidos.

De qualquer forma, o autor acrescenta que a organização da sequência argumentativa desdobra-se em dois níveis: i) *justificativo*, no qual são colocados os dados/fatos, e o interlocutor é pouco levado em conta; ii) *dialógico ou contra-argumentativo*, em que a argumentação é negociada com um possível contra-argumentador, por meio da utilização de estratégias argumentativas que visem à transformação dos conhecimentos (ADAM, 2011).

Teorizando sobre a estruturação sequencial dos textos, Adam (2011) estabelece que são possíveis construções com agenciamento unissequencial (apenas uma sequência organiza todo o texto, o que, segundo o autor, consiste em um agenciamento mais simples, porém mais raro) ou plurissequencial (homogêneo, no qual sequências de um único tipo são combinadas, ou heterogêneo, em que tipos diferentes de sequências são misturados). No caso de agenciamento plurissequencial, as diferentes sequências podem ser combinadas, basicamente, de três modos: por sucessão (sequências coordenadas), por montagem em paralelo (sequências alternadas) e por encaixamento (sequências inseridas). Neste estudo, é levantada a hipótese de que os textos que compõem o *corpus*

são construídos por encaixamento de sequências, ou seja, que uma sequência está inserida na outra.

De acordo com Adam (2011), quando há essa heterogeneidade sequencial na construção textual, a caracterização do texto como predominantemente narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo ou dialogal resultará do que ele chama de *efeito de dominante*. Nesse sentido, o autor afirma que “o efeito de dominante é, em termos de sequências, determinado seja pelo maior número de sequências de um certo tipo que aparecem no texto, seja pelo tipo da sequência encaixante (que abre e fecha o texto)” (ADAM, 2011, p. 276). Neste trabalho, procura-se, entre outras coisas, verificar a dominante sequencial dos textos por meio da identificação da sequência encaixante.

#### 4. Metodologia

Para os fins desta pesquisa, são analisados dois artigos de divulgação científica midiática – um direcionado ao público infantil, e outro, ao público adulto -, publicados, respectivamente, nas revistas impressas *Ciência Hoje das Crianças* (CHC) e *Ciência Hoje* (CH), a saber: *Robertinho e eu debaixo d'água* (CHC, edição 208, dez./2009) e *A Quântica, a Relatividade e a Fada Sininho* (CH, edição 281, mai./2011). Ambos os textos apresentam organização narrativa, porém o primeiro está inserido em um contexto de explicação, e o segundo, de argumentação.

Após uma breve análise do contrato de comunicação midiático em que se inserem os artigos, segundo os postulados de Charaudeau (2008a, 2009), os textos são analisados de modo a: i) identificar as sequências que os compõem; ii) verificar a combinação de sequências por encaixamento, identificando a sequência encaixante (dominante) e a encaixada; iii) identificar o macroato discursivo dos textos; e, por fim, iv) estabelecer, em cada texto, a relação entre a dominante sequencial e o macroato de discurso. Para tanto, levam-se em consideração os estudos de Adam (2011), comentados anteriormente, sobre estruturação sequencial e combinações de sequências.

A seguir, serão apresentadas as análises qualitativas dos dois artigos.

#### 5. O narrar para explicar em um texto de DCM para crianças

Para facilitar a apresentação e a compreensão da análise, o texto *Robertinho e eu debaixo d'água* (CHC, edição 208, dez./2009) é reproduzido a seguir, com suas frases enumeradas:

**(1) Robertinho e eu debaixo d'água**

(2) Você nem imagina a aventura que eu e meu amigo Robertinho vivemos nas últimas férias. (3) Tudo começou quando ele me convidou para ir ao clube, e disse para eu não esquecer de levar a sunga. (4) O banho de piscina foi a maior diversão e uma oportunidade de - quem diria?! - fazermos até descobertas científicas!

(5) A piscina do clube era bem grande, mas a gente ficou só na parte rasa com a mãe do Robertinho, que tinha levado duas pistolas d'água e um balde para a gente brincar. (6) Depois de muito acertar o Robertinho com a pistola d'água, resolvi brincar com o balde, para variar.

(7) Uma hora resolvi empurrar o balde para dentro d'água de cabeça para baixo, bem retinho, sem deixar ele virar para nenhum lado. (8) Foi um pouco difícil. (9) Descobri que quanto maior a parte do balde que eu empurrava para dentro d'água maior era a força que eu tinha de fazer. (10) Eu lembrei que meu amigo gostava de estudar essas coisas. (11) Nós dois já tínhamos nos divertido muito fazendo experiências nas aulas de ciências do colégio. (12) Então, chamei Robertinho na mesma hora para vir ver o que eu tinha descoberto. (13) Ele logo se animou.

**(14) Aventuras subaquáticas**

(15) - Uau, que legal! Vamos ver se a gente consegue empurrar até o fundo?

(16) Foi um pouco difícil puxar o balde para o fundo, porque o ar dentro dele puxava com força para cima. (17) Depois de algum tempo, no entanto, conseguimos encostá-lo, e eu pisei em cima dele para fazer com que ficasse lá.

(18) Aí, o Robertinho mergulhou para ver de perto, e voltou à superfície com aquela interrogação de história em quadrinhos na cabeça. (19) Eu já conhecia aquela cara. (20) Ele estava perto de fazer alguma nova descoberta científica.

(21) - O que foi? - perguntei.

(22) - Huumm! Não sei direito. (23) O plástico do balde é um pouco transparente e dá para ver a linha que separa a água do ar que prendemos dentro dele. (24) Ela não está exatamente na boca do balde, mas um pouco para cima, para dentro do plástico - respondeu meu amigo.

(25) - Bom, vai ver uma parte do ar saiu enquanto a gente empurrava o balde para o fundo... - eu disse.

(26) - Pode ser, mas, neste caso, a gente deveria ter visto alguma bolha de ar subindo, e eu não me lembro de ter visto nenhuma. (27) Você viu alguma?

(28) - Não, não vi, mas eu não estava prestando atenção nisso.

(29) - Vamos fazer de novo, desta vez prestando atenção - sugeriu Robertinho.

(30) Tomamos todo o cuidado para esvaziar completamente o balde e emborcá-lo na água bem em pé e o empurramos bem devagar até o fundo, sem deixar sair nenhuma bolha. (31) Quando o balde chegou ao chão da piscina, Robertinho pisou nele e, desta vez, eu mergulhei para ver o que tinha acontecido:

(32) - A mesma coisa! A linha que o ar faz com a água está mesmo um pouco mais para dentro do balde! - falei, meio esbaforido.

(33) Como bons cientistas, imediatamente pensamos em mil coisas. (34) De onde vem a força que puxa o balde para cima? (35) Para onde foi o ar da parte do balde perto da boca agora ocupada pela água? (36) E assim por diante. (37) Mas antes que pudéssemos chegar a qualquer conclusão, os olhos do Robertinho começaram a brilhar e ele olhou para mim com aquele sorriso sapeca que ele faz quando tem

alguma ideia maluca. (38) Nem precisei perguntar.

### **(39) Faro de cientista**

(40) - Vamos fazer isso na parte funda da piscina! - ele falou. (41) - Vamos ver o que acontece.

(42) - Na parte funda? (43) Mas eu não sei se a gente consegue mergulhar até o fundo! - disse eu, meio sem fôlego só de pensar. (44) - Além disso, se aqui a gente já teve de fazer um bocado de força para empurrar o balde até o fundo, imagina na parte funda!

(45) - Humm. Acho que já sei o que vai acontecer. (46) Mas você tem razão. (47) Pode ser perigoso.

(48) - Então, vamos desistir?

(49) - Claro que não. (50) Vamos chamar a minha mãe.

(51) Para nossa sorte, a mãe do Robertinho era bem empolgada com o faro de cientista do filho e mergulhava muito bem. (52) Ela não teve dificuldades em convencer o salva-vidas do clube a auxiliá-la neste experimento científico muito importante. (53) Lá se foram os dois para a parte funda da piscina. Eu e o Robertinho acompanhamos da borda.

(54) Quando os dois retornaram à superfície, a mãe do Robertinho disse toda animada:

(55) - Sim, a linha entre o ar e a água fica mais para dentro do balde!

(56) Mas o Robertinho não se satisfaz:

(57) - Mas o quanto para dentro? (58) Muito ou pouco? - perguntou.

(59) A mãe do Robertinho não sabia dizer e o meu amigo não se deu por vencido. (60) Correu até a mesa onde tínhamos deixado nossas coisas e voltou com um lápis 6B que sacou da mochila. (61) Jogou para a mãe no meio da piscina e pediu:

(62) - Mãe, empurra até o fundo de novo e faz uma marquilha no lado do balde, na altura onde está a linha entre o ar e a água.

(63) Quando a mãe do Robertinho retornou, com o balde marcado, eu e o Robertinho achamos que ela estava mais para dentro do balde do que quando tínhamos feito a experiência na parte rasa da piscina, mas é claro que quisemos verificar.

(64) Voltamos para a parte rasa e refizemos a experiência, desta vez marcando com o lápis. (65) Bingo! (66) A linha marcada pela mãe do Robertinho na parte funda da piscina ficava bem mais para dentro do balde do que a que nos marcamos na parte rasa!

(67) - Está vendo só? (68) Quanto mais no fundo, mais a água empurra o ar para dentro do balde! - concluiu Robertinho.

### **(69) Profundímetro???**

(70) Mas eu estava apenas começando a entender aonde ele queria chegar com isso. (71) Ele, então, me mostrou que na borda da piscina havia uma marcação, que indicava a profundidade em metros em cada parte dela.

(72) - Aqui na parte rasa a profundidade é de apenas um metro. (73) Mas lá no fundo, onde a mamãe afundou o balde, diz que tem três metros. (74) Se a gente fizer marcas no balde para diferentes profundidades, a gente passa a ter um instrumento para medir a que profundidade estamos. (75) Por exemplo, aposto que se a gente mergulhar ali no meio da piscina, onde o fundo está a dois metros de profundidade,

a linha que o ar faz com a água no balde vai ficar entre as duas marcações que fizemos a lápis.

(76) Não preciso dizer que fomos lá testar, e o Robertinho tinha razão. (77) Aproveitamos para fazer uma marquinha correspondente aos dois metros de profundidade e rabiscamos os números do lado das marquinhas.

(78) Robertinho e eu estávamos radiantes! (79) Fomos correndo mostrar nosso novo instrumento para a mãe do Robertinho, que nos parabenizou:

(80) - Que bacana, meninos! (81) Vocês calibraram direitinho o profundímetro de vocês.

(82) - "Calibramos"? - perguntei.

(83) - "Profundímetro"? - perguntou o Robertinho.

(84) Sim. *Profundímetro* é como a gente chama o aparelho que serve para medir a que profundidade estamos dentro da água. (85) Todo mergulhador usa um como parte de seu equipamento de mergulho. (86) O de vocês tem um formato meio diferente. (87) Mas, nos profundímetros que os mergulhadores usam, a ideia é a mesma: quanto mais fundo, mais a água empurra uma coluna de ar, marcando a profundidade numa escala com números que correspondem a diferentes profundidades.

(88) - Mas e o que é "calibrar"? - lembrei.

(89) Ah, sim. (90) *Calibrar* é verificar que os números e as marquinhas na escala do aparelho correspondam às profundidades reais. (91) Vocês confiaram nas indicações de profundidade escritas na borda da piscina, mas poderiam ter medido as profundidades vocês mesmos. (92) Sabem como poderiam fazer isso?

(93) - Usando uma fita métrica? - sugeri.

(94) - Medindo com uma régua a altura dos azulejos e somando o número de azulejos do fundo até a linha d'água? - sugeriu o Robertinho.

(95) - Sim, das duas formas - disse a mãe do Robertinho. (96) - Mas e quando a gente for usar o profundímetro de vocês no mar, mergulhando até dez metros de profundidade? (97) Acho que vocês vão precisar primeiro baixar uma corda com um peso na ponta, e amarrar fitinhas a cada metro. (98) Assim, vocês vão poder descer devagar e fazer marcas de metro em metro.

(99) - Como é que é? (100) A gente vai mergulhar de verdade, no mar? - perguntou Robertinho com os olhos arregalados.

(101) - Se vocês quiserem... - disse a mãe do Robertinho.

(102) - É claro que queremos! - dissemos.

### **(103) Meninos ao mar!**

(104) Combinamos, então, que iríamos no final de semana. (105) A mãe do Robertinho ligou para uma operadora de mergulho e marcou os mergulhos, explicando o que planejávamos fazer.

(106) No sábado de manhã, bem cedo, tomamos nosso lugar no barco da operadora de mergulho. (107) Os instrutores ficaram impressionados com o nosso profundímetro e no caminho para o local do esperado mergulho explicaram o que precisávamos saber para ir até o fundo de maneira segura.

(108) Equipamento de mergulho é um negócio muito legal: roupa emborrachada, cilindro com ar comprimido, máscara, nadadeiras e até um cinto com chumbo para a gente conseguir afundar. (109) Tudo isso pesa muito, e é difícil andar no barco com o equipamento, mas na água fica tudo confortável.

(110) Como nos nunca tínhamos mergulhado, descemos cada um junto de um

instrutor, que ajudava a gente. (111) Descemos com o balde, quer dizer, com o profundímetro, acompanhando a corda presa a uma bóia que um dos instrutores tinha preparado para a gente ver a profundidade. (112) A cada metro, a corda tinha uma fitinha presa. (113) Quando chegamos na primeira fitinha, a linha entre o ar e a água no balde estava praticamente na marquinha que tínhamos feito na piscina do clube, correspondendo a um metro de profundidade. (114) A mesma coisa aconteceu para dois e três metros de profundidade. (115) A partir do quarto metro, fizemos novas marcas, e quando chegamos bem perto do fundo, a dez metros de profundidade, a linha entre o ar e a água já estava no meio do balde.

(116) Depois disso, os instrutores nos levaram para passear ao longo do costão, indo às vezes mais para o raso para ver o coral e outras vezes mais para baixo para ver o fundo arenoso. (117) O Robertinho não perdia de vista o nosso profundímetro, que ele comparou várias vezes com o profundímetro do instrutor, ficando contente com o resultado.

(118) Na volta ao barco, estávamos felizes. (119) Vimos lindos peixes coloridos, tartarugas, lulas e até uma arraia enorme. (120) A mãe do Robertinho perguntou:

(121) - E aí, meninos? (122) Usaram o profundímetro de vocês?

(122) - Sim, mãe! Funcionou direitinho! - disse o Robertinho, orgulhoso. (123) - Eu achei curioso que as marcas, que fizemos a cada metro, não ficaram com o mesmo espaço entre elas... (124) Fico me perguntando o que aconteceria se a gente fosse ainda mais fundo.

(125) - Será que em algum momento a linha entre o ar e a água iria chegar ao final do balde? - falei.

(126) - Boa pergunta, mas eu acho que não - disse o Robertinho. (127) - Acho que quanto mais fundo, mais difícil fica empurrar o ar para o fundo do balde. (128) Por isso, as marquinhas vão ficando cada vez mais próximas umas das outras. (129) Acho que nosso profundímetro funcionaria para qualquer profundidade.

(130) - Bom, e agora que vocês têm um profundímetro, o que pretendem fazer com ele? - perguntou a mãe do Robertinho.

(131) - Eu quero fazer uma pesquisa sobre os animais e verificar quais vivem em profundidades - respondi, empolgado. (132) - Percebi que alguns peixes só ficam na parte rasa, outros, no fundo, e, outros, ainda mais ou menos no meio.

(133) - Reparei que lá no fundo a gente vê tudo verde-azulado, mas, no raso, não. (134) No raso, a gente vê as coisas com mais cores. (135) Eu quero medir a partir de qual profundidade as cores começam a desaparecer. (136) Pode ser que eu consiga entender por que isso acontece, não é? — disse o Robertinho.

(137) - Uau, excelentes idéias, meninos! - comentou, orgulhosa, a mãe do Robertinho. - (138) Algo me diz que teremos de voltar a mergulhar em breve. (139) Pelo visto, esse balde ainda vai participar de muitas aventuras subaquáticas, hein?

(140) E, assim, voltamos para casa, cochilando enrolados em gostosas toalhas, no deque do barco, sentindo a brisa salgada da tarde que já corria, sonhando com baldes, peixes e bolhas de ar.

**Roberto Pimentel,**  
**Colégio de Aplicação,**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro.**  
(PIMENTEL, 2009)

Como os demais textos publicados em meio midiático, o artigo em análise constitui-se em um contrato de comunicação com uma dupla finalidade. Atendendo à visada de informação - fazer-saber - (Charaudeau, 2009), o produtor do texto utiliza-se do discurso para divulgar uma informação científica a um determinado público que ele presume desconhecer-la; a informação consiste na explicação sobre a relação do ar com a água em diferentes profundidades e a elaboração/utilização de um instrumento denominado “profundímetro”. Por outro lado, a visada de captação - fazer-sentir - se verifica quando o produtor se vale de estratégias linguístico-discursivas específicas para disseminar, de maneira compreensível e interessante, o tema da ciência ao público infanto-juvenil. Assim, constata-se sua intenção de captar a atenção do público-alvo para a informação científica divulgada na mídia. Como exemplo de tais estratégias, tem-se a produção de textos com organização narrativa, o que ocorre no artigo analisado.

A partir da organização narrativa e da explicação contida no artigo, pode-se observar, portanto, que o texto é construído por meio de um agenciamento plurissequencial heterogêneo, o qual apresenta, pelo menos, dois tipos de sequências bem marcadas: uma sequência narrativa e uma explicativa.

Em linhas gerais, a sequência narrativa evidencia-se, principalmente, pela presença de um nó (perturbação) no desenrolar da trama. Brincando com um balde em uma piscina de clube, duas crianças acabam deparando-se com uma situação-problema: ao afundarem o balde na água, percebem que a linha que separa o ar da água está um pouco para dentro do objeto, e não na boca, como era esperado. Após repetirem a experiência e observarem que a explicação do fenômeno nada tem a ver com possíveis escapes de ar, os meninos resolvem mergulhar o balde na parte mais funda da piscina e, com o auxílio da mãe de um deles (de Robertinho) e de um lápis 6B, chegam à resposta para o problema e acabam transformando o baldinho em um profundímetro, instrumento para medir profundidades. As macroproposições da sequência narrativa, conforme Adam (2011), podem ser melhor visualizadas por meio do seguinte quadro:

Quadro 1 – Sequência narrativa do texto *Robertinho e eu debaixo d'água*

<b>Pn1 – Situação inicial</b>	<i>Segmentos 2 a 17:</i> As personagens vão à piscina do clube e resolvem brincar com um balde, afundando-o na água. Percebem que, à medida que o balde vai afundando, precisam fazer mais força para empurrá-lo para dentro da água.
-------------------------------	--

<b>Pn2 – Nó</b>	<p><i>Segmentos 18 a 24:</i> Mergulhando para ver o balde afundado, Robertinho percebe que a linha que separa o ar da água está um pouco para dentro do balde, e não na boca no objeto, como era esperado.</p>
<b>Pn3 – Ações/reações</b>	<p><i>Segmentos 25 a 31:</i> As crianças suspeitam de que, ao afundarem o balde, uma parte do ar tenha escapado e decidem afundá-lo novamente para ter certeza, evitando a ocorrência de bolhas.</p> <p><i>Segmentos 33 a 66:</i> Como a hipótese levantada anteriormente não se confirma (nenhuma bolha se forma, e a linha entre o ar e a água continua dentro do balde), as personagens resolvem afundar o objeto na parte funda da piscina e, com a ajuda da mãe de Robertinho, marcar com um lápis a altura do balde em que a linha aparece.</p>
<b>Pn4 – Desenlace</b>	<p><i>Segmento 32:</i> Após afundarem o balde novamente na água, evitando a ocorrência de bolhas, os meninos percebem que a linha entre o ar e a água continua exatamente no mesmo lugar – dentro do balde. As ações realizadas nos segmentos 25 a 31, portanto, não resolvem a situação-problema (nó).</p> <p><i>Segmentos 67 a 102:</i> Contando com o auxílio da mãe de Robertinho para afundar o balde na parte funda da piscina e fazendo marcas nas alturas em que aparecem as linhas nas partes rasa e funda, respectivamente, as crianças finalmente descobrem a resposta para suas dúvidas – quanto mais no fundo, mas a água empurra o ar para dentro do balde. As experiências de Robertinho e seu amigo com o balde e as marquinhas feitas com lápis acabam dando origem a um profundímetro, aparelho utilizado para medir profundidades.</p>
<b>Pn5 – Situação Final</b>	<p><i>Segmentos 103 a 140:</i> Contando mais uma vez com o apoio da mãe de Robertinho, e com auxílio de mergulhadores profissionais, as crianças testam seu “profundímetro” no fundo do mar e voltam para casa satisfeitos com suas descobertas e cheios de ideias para futuras experiências.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.



O nó dessa sequência narrativa – o fenômeno científico derivado da relação do ar com a água em diferentes profundidades – suscita uma explicação, a qual, por sua vez, integra uma sequência explicativa. Segundo Adam (2011), a sequência explicativa parte de um questionamento seguido, imediatamente, por uma fase resolutive e, por fim, por uma fase conclusiva. Esses três momentos da explicação podem ser claramente identificados no texto em análise, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Sequência explicativa do texto *Robertinho e eu debaixo d'água*

<b>P.explicativa 0 – Esquematização inicial (introdução do objeto problemático)</b>	<i>Segmentos 7 a 17:</i> Afunda-se o balde na piscina e percebe-se que é preciso mais força à medida que ele vai afundando.
<b>P.explicativa 1 – Problema (questão)</b>	<i>Segmentos 18 a 66:</i> Observa-se que a linha que separa o ar da água está um pouco para dentro do balde, e não na boca do objeto. O mesmo ocorre quando o balde é mergulhado na parte mais funda da piscina. A altura em que a linha surge, porém, varia entre a parte rasa e a funda.
<b>P.explicativa 2 – Explicação (resposta)</b>	<i>Segmentos 67 a 102:</i> Conclui-se que quanto mais no fundo, mais a água empurra o ar para dentro do balde e observa-se que o balde, com as marcas indicando as alturas em que a linha apareceu em cada parte da piscina, pode ser utilizado como um instrumento para medir profundidades.
<b>P.explicativa 3 – Ratificação-avaliação</b>	<i>Segmentos 103 a 129:</i> Testa-se o “profundímetro” no fundo do mar e comprovam-se as descobertas realizadas anteriormente.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Pela distribuição das duas sequências entre os segmentos numerados do texto, demonstrada nos quadros, é possível verificar um agenciamento plurissequencial por encaixamento, no qual a sequência encaixante é a narrativa, pois esta abre e fecha o texto (segmentos 2 a 140), e a encaixada é a sequência explicativa (segmentos 7 a 129). Disto depreende-se que a sequência que possui efeito de dominante no texto é a narrativa, já que, consoante Adam (2011), o efeito de dominante, nos casos de encaixamento de sequências, é determinado pelo tipo da sequência encaixante; pode-se afirmar, portanto, que o texto analisado é predominantemente narrativo.

Todavia, as características situacionais de produção do texto – trata-se de um artigo publicado em veículo midiático destinado à divulgação da ciência para crianças –, bem como o foco da narrativa na descoberta e explicação de um fenômeno científico, indicam que o macroato discursivo do texto transcende os limites do narrar, estando estritamente vinculado à informação/explicação, ao público infantil, do fenômeno científico em questão. A narrativa, com efeito, é construída em prol da explicação, funcionando com um pano de fundo para a sequência explicativa. Esse gênero textual híbrido baseia-se, portanto, no que aqui se define como *narrar para explicar*.

## 6. O narrar para argumentar em um texto de DCM para adultos

Da mesma forma que o primeiro texto analisado, e pelo mesmo motivo, o artigo *A Quântica, a Relatividade e a Fada Sininho* (CH, edição 281, mai./2011) é reproduzido a seguir:

### (1) A quântica, a Relatividade e a Fada Sininho

(2) A natureza é muito maior do que nosso senso comum.

(3) Nunca dispenso o café da tarde. (4) É um momento especial não só pelo sabor, mas também pela companhia das duas senhoras que, por 30 anos, atendem ao nosso compromisso vespertino. (5) Apesar de centenárias, as senhoras Relatividade e Quântica continuam deslumbrantes.

(6) Mas, ontem, ao contrário do usual, elas pareciam cansadas. (7) “O que foi?”, perguntei. (8) Elas se entreolharam, mas foi a senhora Relatividade que tomou a palavra. (9) “É uma longa história, mas vou encurtá-la para você. (10) Antigamente, maldiziam-nos apenas porque ofendíamos o senso comum. (11) Mais tarde, vários experimentos confirmaram todas as nossas previsões, mas mesmo assim nossa vida não se tornou fácil. (12) Meu amigo Albert Einstein (1879-1955), por exemplo, insistia em que o fato de não poder se prever, com absoluta precisão, em um dado instante, a posição e a velocidades das partículas deveria apenas indicar a limitação de minha amiga Quântica. (13) Alguma outra teoria, dizia Albert, seria capaz de fazer previsões arbitrariamente precisas, eliminando todas as incertezas. (14) Foi uma pena que Einstein não estivesse vivo em 1964, quando o então jovem físico irlandês John Bell (1928-1990) abriu caminho para que se mostrasse que a Quântica estava certa, e que o fato de não se poder conhecer tudo com infinita precisão era uma característica da natureza. (15) Algo parecido acontece com a taxa de deslocamento dos objetos: o fato de foguetes não poderem exceder a velocidade da luz não é uma limitação tecnológica, mas um impedimento físico. (16) A natureza não tem a obrigação de se organizar de acordo com o que achamos intuitivo. (17) A natureza é muito maior do que nosso senso comum.”

(18) Foi quando resolvi intervir. (19) “Hoje tudo mudou”, disse eu. (20) “O

mundo moderno não seria o mesmo sem vocês, e não há quem não reverencie as senhoras Relatividade e Quântica”, arrisquei, em tom bajulador.

(21) “Sim”, retrucou a senhora Relatividade. (22) “Mas eis que agora isso também se tornou um problema. (23) Recentemente, lemos na seção de ciência de um grande jornal que, segundo a Quântica, ‘a mente humana determina a realidade’ e que ela passaria ‘a ocupar uma posição central na concepção do real’. (24) Sinceramente, não sei o que o eminente escritor queria dizer, mas certamente nada tem a ver com a Quântica. (25) De cura quântica à queixa de ‘falta de tempo’ no mundo moderno por causa da relatividade, o caso é que somos usadas para justificar quase qualquer coisa que transcende o natural; ‘tudo é relativo’, dizem alguns; ‘tudo é incerto’, advogam outros, como se tudo o que fugisse ao razoável pudesse ser explicado usando-se os preceitos da física moderna. (26) Falso, falso, falso.”

(27) Foi quando a senhora Quântica, com voz embargada, resolveu tomar a palavra. (28) “Obviamente, a humanidade se sente frágil e desprotegida. (29) Esse é um terreno fértil para que o misticismo frutifique; e nada melhor do que evocar teorias que poucos entendem para justificar fenômenos que ninguém viu. (30) Contudo, somos senhoras distintas, e assim, sempre que se precisar de alguém a quem atribuir declarações fantasiosas, seria melhor chamar a Fada Sininho, que, além de guardar o eterno frescor da juventude, vive na Terra do Nunca, que é o único lugar onde tudo vale e qualquer coisa é possível.”

**George Matsas**  
**Instituto de Física Teórica,**  
**Universidade Estadual Paulista**

(MATSAS, 2011)

No texto publicado em uma coluna de opinião da revista brasileira de divulgação científica *Ciência Hoje*, para argumentar a favor de sua tese de uma forma que efetivamente convença o leitor sobre a validade da opinião defendida, tanto pelo lado racional (restrição de seriedade) quanto pelo emotivo (emocionalidade), o produtor cria uma história fictícia, personificando e transformando a Quântica e a Relatividade em actantes do processo narrativo. Ao mesmo tempo, o autor utiliza-se de tais estratégias para dirigir uma crítica e demonstrar sua opinião de maneira sutil, embora categórica, o que lhe permite, até mesmo, ganhar um certo distanciamento do que foi escrito.

Em termos gerais, o artigo foi escrito, por George Matsas, para evidentemente criticar a tendência que a humanidade tem de justificar qualquer fenômeno que “transcenda o natural” com o senso comum ou com teorias científicas, como a Quântica e a Relatividade, que, por vezes, nada têm a ver com aquilo que se deseja explicar. Ao mesmo tempo, e como consequência direta da crítica, o produtor defende a tese de que nem tudo que há, ou que acontece, na natureza pode ser definido precisamente, seja pela

ciência ou pela intuição humana. A opinião do autor pode ser resumida pela frase em destaque na coluna: “A natureza é muito maior do que nosso senso comum”.

A organização narrativa e o movimento argumentativo constituintes do texto indicam um agenciamento plurissequencial heterogêneo, formado por uma sequência narrativa e uma sequência argumentativa.

A exemplo do primeiro texto analisado, a sequência narrativa identificada em *A Quântica, a Relatividade e a Fada Sininho* apresenta as cinco macroproposições propostas por Adam (2011), descritas no seguinte quadro:

Quadro 3 – Sequência narrativa do texto *A Quântica, a Relatividade e a Fada Sininho*

<b>Pn1 – Situação inicial</b>	<i>Segmentos 3 a 5:</i> O narrador toma o café da tarde, todos os dias, na companhia das deslumbrantes senhoras Relatividade e Quântica.
<b>Pn2 – Nó</b>	<i>Segmento 6:</i> Em determinado dia (ontem), porém, as duas senhoras parecem cansadas.
<b>Pn3 – Ações/reações</b>	<i>Segmento 7:</i> O narrador fica intrigado com a aparência abatida das duas senhoras e pergunta o motivo.
<b>Pn4 – Desenlace</b>	<i>Segmentos 8 a 26:</i> A Quântica e a Relatividade justificam sua frustração, relacionando-a ao fato de a humanidade ter o costume de utilizá-las para explicar fenômenos sobrenaturais, “como se tudo o que fugisse ao razoável pudesse ser explicado usando-se os preceitos da física moderna”.
<b>Pn5 – Situação Final</b>	<i>Segmentos 27 a 30:</i> A senhora Quântica compreende que a humanidade age de tal modo devido ao sentimento de fragilidade e desamparo, porém sugere que as “declarações fantasiosas” sejam atribuídas à Fada Sininho, que vive em um lugar (a Terra do Nunca) onde tudo é possível.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em meio à narrativa, verifica-se, no texto a presença de um movimento argumentativo, caracterizado pela apresentação, logo de início de uma tese, seguida por dados/fatos que a comprovam – movimento justificativo (ADAM, 2011) -, por uma sustentação baseada na contra-argumentação – movimento dialógico ou contra-argumentativo (ADAM, 2011) – e por uma fase conclusiva, na qual a tese é ratificada. O quadro a seguir elucida as proposições que compõem essa sequência argumentativa:

Quadro 4 – Sequência argumentativa do texto *A Quântica, a Relatividade e a Fada Sininho*

<b>P.arg. 0 - Contextualização e adiantamento da tese</b>	<i>Segmentos 10 a 14:</i> A tese defendida é, inicialmente, contextualizada pelo fato de a Quântica e a Relatividade terem sido, ao longo da história, alvo de diferentes críticas, ora por desafiarem o senso comum, ora por não serem capazes de possibilitar previsões completamente precisas sobre determinados fenômenos; no entanto, foram comprovadas todas as previsões realizadas por essas duas áreas da física, bem como o fato de que, na natureza, nem tudo pode ser conhecido com absoluta precisão (adiantamento da tese).
<b>P.arg. 1 – Dados, fatos</b>	<i>Segmentos 15 a 17:</i> O dado relativo à taxa de deslocamento dos objetos, exemplificado pelo fato de haver um impedimento físico demonstrado pelos foguetes ao não serem capazes de exceder a velocidade da luz, justifica a opinião/tese já revelada na contextualização e retomada nos segmentos 16 e 17.
<b>P.arg. 2 – Suturação (argumentos e contra-argumentos)</b>	<i>Segmentos 18 a 26:</i> A crítica ao conteúdo de um texto publicado na seção de ciência de um grande jornal e ao costume que a humanidade tem, atualmente, de utilizar os preceitos da física moderna para explicar tudo o que foge à razão funciona como contra-argumento à possível ideia (demonstrada nos segmentos 19 e 20) de que o mundo moderno não é o mesmo dos tempos descritos na contextualização (P.arg 0) e de que hoje a Quântica e a Relatividade são teorias reconhecidas e reverenciadas.
<b>P.arg. 3 – Conclusão (ratificação da tese)</b>	<i>Segmentos 27 a 30:</i> Conclui-se que a humanidade, por sentir-se frágil e desprotegida, acaba recorrendo a “teorias que poucos entendem” para justificar fenômenos aparentemente injustificáveis ou, até mesmo, inexistentes. A tese é, então, ratificada pela irônica sugestão de que se apele à Fada Sininho, que vem de um lugar onde tudo é possível, quando for preciso atribuir “declarações fantasiosas” a alguém.
<b>P.arg. 4 – Concessão / restrição</b>	<i>Segmentos 28 e 29:</i> Reconhece-se o motivo pelo qual a humanidade age da forma criticada no artigo – o sentimento de fragilidade e desamparo constitui um terreno fértil para que o misticismo frutifique -, porém isto não modifica ou interfere na opinião defendida.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Novamente, a partir da distribuição das sequências entre os segmentos textuais, pode-se identificar um encaixamento de sequências, no qual a sequência encaixante é a narrativa (segmentos 3 a 30), e a encaixada, a argumentativa (segmentos 10 a 30). Mais uma vez, portanto, fica claro que o efeito de sequência dominante, que abre e fecha o texto, é desempenhado pela sequência narrativa.

A exemplo do primeiro texto analisado, temos, neste caso, um texto predominantemente narrativo. Contudo, novamente as condições de produção do texto – artigo de opinião publicado em um periódico de divulgação científica direcionado ao público adulto – indiciam um macroato de discurso diferente, o qual consiste na defesa da opinião do produtor textual sobre determinado tema relacionado à ciência. Semelhantemente ao que constatamos na análise do primeiro texto, trata-se, mais uma vez, de um gênero textual de construção híbrida; desta vez, porém, ancorado na estratégia do *narrar para argumentar*.

## 7. Resultados e considerações finais

A partir das análises acima desenvolvidas, confirma-se a hipótese, previamente mencionada, de que textos predominantemente narrativos (cuja sequência de efeito dominante é a narrativa) podem estar a serviço de um macroato discursivo que não seja apenas narrar, mas, como demonstram os textos analisados, explicar ou argumentar, por exemplo. Fica igualmente evidenciada a influência direta das condições de produção relativas ao contrato de comunicação midiático, no qual se inserem os textos, nas organizações textuais híbridas baseadas no narrar para explicar e no narrar para argumentar.

O texto dirigido ao público infantil é, claramente, organizado de modo narrativo para tornar mais interessante (visada de captação) e contextualizada e explicação acerca do tema científico que se pretende divulgar. As próprias características da narrativa, como a presença de personagens infantis diretamente envolvidas nas descobertas científicas realizadas, demonstram o fato de a narrativa estar efetivamente a serviço da explicação, uma vez que são responsáveis pela inserção do leitor-criança no universo científico criado pelo texto.

Por sua vez, o artigo voltado ao público adulto, por meio da organização narrativa, procura sensibilizar o leitor, com vistas a convencê-lo da opinião/tese defendida pelo produtor sobre assunto relacionado à ciência. Nesse sentido, verifica-se uma estratégia de

captação do interesse e da adesão do público para a crítica veiculada no texto, bem como de observação da restrição de emocionalidade da mídia.

Em última instância, evidencia-se a utilização da narrativa como estratégia de organização de textos de DCM direcionados tanto a crianças quanto a adultos. Ademais, observa-se a eficiência do emprego de tal estratégia para o alcance de diferentes finalidades discursivas.

### Referências bibliográficas

ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise dos discursos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BUENO, W. da C. **Jornalismo científico no Brasil**: os compromissos de uma prática dependente. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1984.

CHARAUDEAU, P. Du discours de vulgarisation au discours de médiatisation scientifique. In: \_\_\_\_\_. **La médiatisation de la science**. Bruxelles: Éditions de Boeck, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

COLTIER, D. Approches du texte explicatif. **Pratiques**. Metz, v. 51, 1986, p. 3-22. Tradução de Ignacio Antonio Neis, Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras da PUC/RS, mai. 1987.

GIERING, M. E.; SOUZA, J. A. S. Informar e captar: objetos de discurso em artigos de divulgação científica para crianças. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, C. M. C.; MARQUESI, S. C. **Referenciação**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2012.

GRIZE, J-B. **Lógica e linguagem**. Paris: Ophrys, 1990.

MATSAS, G. A quântica, a relatividade e a fada Sininho. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, n. 281, p. 15, mai. 2011.

PIMENTEL, R. Robertinho e eu debaixo d'água. **Ciência Hoje das Crianças**. Rio de Janeiro, n. 208, p. 2-5, dez. 2009.

Artigo recebido em: 27.02.2015

Artigo aprovado em: 19.05.2015

## A referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente no falar de Concórdia (Santa Catarina)

### The semantic reference of personal pronouns nós/a gente in the spoken language of Concórdia (Santa Catarina)

Lucelene Teresinha Franceschini\*

**RESUMO:** Neste artigo analisamos a referência semântica do sujeito no uso dos pronomes pessoais *nós/a gente* no falar de Concórdia – Santa Catarina. Nosso objetivo é analisar o uso desses pronomes com referência semântica determinada e indeterminada, bem como os grupos de fatores linguísticos e sociais que possam, eventualmente, estar condicionando esses usos. Este estudo está apoiado, especialmente, nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista. A amostra foi constituída por 24 entrevistas, coletadas entre os anos de 2007 e 2010 e distribuídas por duas faixas etárias (26 a 45 anos; 50 anos ou mais); sexo (masculino; feminino) e três níveis de escolaridade (fundamental I; fundamental II; ensino médio). Para a análise estatística dos dados coletados foi utilizado o pacote de programas VARBRUL (PINTZUK, 1988). Os resultados gerais indicam que no falar de Concórdia o pronome inovador *a gente*, além de predominar largamente com referente indeterminado, contexto que provavelmente propiciou sua entrada no sistema pronominal, já apresenta um uso próximo àquele do pronome *nós* em contexto de determinação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística. Pronomes nós/a gente. Referência semântica.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze the semantic reference of the subject in the use of personal pronouns *nós/a gente* in the speech of the city of Concórdia, State of Santa Catarina, southern Brazil. Our objective was the analysis of the use of both determined and undetermined semantic references, as well as groups of linguistic and social factors that could eventually be connected to such use. This study was primarily based on the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics. The sample consisted of 24 interviews that were collected between 2007 and 2010 and distributed according to two age ranges (26 to 45 years of age; 50 and over); gender (male; female) and three education levels (elementary school; middle school; high school). The VARBRUL (PINTZUK, 1988) program package was used in the statistical data analysis. The overall results indicate that, in the speech of Concórdia, the innovative pronoun *a gente*, in addition to being largely prevailing with an undetermined referent, which is a context that likely favored its adoption as a pronoun, already presents a use as close as that to the pronoun *nós* in a determined context.

**KEYWORDS:** Sociolinguistics. Pronouns nós/a gente. Semantic reference.

## 1. Considerações iniciais

Muitos estudos já foram realizados sobre os pronomes pessoais, com abordagens as mais variadas e enfoques diversos. Porém, parece que a discussão sobre a referência

---

\* Pós-Doutoranda em Linguística - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR. Bolsista PNPd/CAPES. E-mail: [lucelef@bol.com.br](mailto:lucelef@bol.com.br)



semântica dos itens dessa classe apresenta-se ainda como uma das questões mais polêmicas nesse campo. Vários autores se interessaram por essa questão e buscaram, assim, identificar a ‘referência’ dos pronomes, o que os levou necessariamente à análise da função que esses elementos desempenham no discurso.

Em nosso estudo, a análise da variação pronominal nós/a gente levou-nos a pensar na questão da multiplicidade referencial do sujeito e na necessidade de verificar quais são os tipos de referentes que predominam no uso desses pronomes, assim como os fatores que estariam influenciando esses usos.

Neste artigo, utilizando a metodologia da sociolinguística variacionista, procuramos analisar a referência semântica no uso dos pronomes pessoais nós/a gente a partir de dados provenientes de 24 entrevistas realizadas em Concórdia, Santa Catarina. Essas entrevistas foram realizadas entre os anos de 2007 e 2010, e distribuídas por sexo, duas faixas etárias (26 a 45 anos e 50 anos ou mais) e três níveis de escolaridade (fundamental I, fundamental II e ensino médio).

Pesquisas já realizadas sobre a multiplicidade referencial de nós/a gente indicam que esses pronomes *nem sempre* se referem à primeira pessoa do plural, pois podem designar também referentes genéricos, e mesmo referir-se ao próprio falante: ‘*eu*’. Para melhor entendermos a multiplicidade referencial dos pronomes pessoais detectados em nossos dados e, assim, fundamentarmos nossa análise, revisamos alguns estudos sobre os pronomes pessoais, em especial textos de Benveniste (1995), relacionando-os a alguns trabalhos desenvolvidos sobre o assunto no Brasil (ILARI; FRANCHI; NEVES, 1996; LOPES, 1998; NEVES, 2000, 2008).

## 2. O sistema de pronomes pessoais

A classificação dos pronomes pessoais na Gramática Tradicional é feita a partir de uma concepção segundo a qual as estruturas linguísticas refletem diretamente as coisas, ou seja, na qual os referentes são considerados como realidades independentes das práticas discursivas e, nesse caso, *referir* é considerada uma atividade de “etiquetar” um mundo existente e não uma atividade discursiva. Os gramáticos perpetuam, assim, a divisão fixa e estável das pessoas da gramática grega, na qual há a 1.<sup>a</sup> pessoa – *eu*, a 2.<sup>a</sup> pessoa – *tu*, e a 3.<sup>a</sup> pessoa – *ele*. Nesses estudos, a classe dos pronomes pessoais apresenta três pessoas que são simetricamente tratadas. Essa simetria entre as pessoas é criticada por Benveniste, que destaca:

Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia. (BENVENISTE, 1995a, p. 248)

A partir da concepção de que o discurso abrange a relação entre a linguagem e o mundo, entende-se que os seus referentes não são entidades definidas *a priori* e estáveis, mas entidades construídas, nas quais o significado revela-se no evento discursivo. Essa instabilidade é considerada como um problema para alguns, em especial para os gramáticos, tendo em vista que abala a estrutura do que é visto como universal e único. Mas torna-se necessário entender essa instabilidade como o resultado do processo interacional de uma língua em uso e, sobretudo, reconhecê-la como uma propriedade inerente a um discurso do qual participam sujeitos que também se definem *na e pela* língua.

Em seu artigo *A natureza dos pronomes*, Benveniste (1995b) enfatiza a necessidade de se considerar particularmente a situação dos pronomes pessoais:

Não é suficiente distingui-los dos outros pronomes por uma denominação que os separe. É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu, tu, ele*, abole justamente a noção de “pessoa”. Esta é própria somente em *eu/tu*, e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu*. (BENVENISTE, 1995b, p. 277)

Em outro artigo, *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (1995a, p. 250) também destaca as diferenças entre *eu, tu e ele*. O autor afirma que “uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas.”. Refutando, assim, a homogeneidade apresentada pela teoria clássica, o autor parte das definições empregadas pelos gramáticos árabes: para esses gramáticos, a primeira pessoa é *aquele que fala*; a segunda, *aquele a quem nos dirigimos*; mas a terceira é *aquele que está ausente*. Benveniste destaca que nessas denominações encontra-se implícita uma noção ‘justa’ das relações entre as pessoas, principalmente por revelar o que realmente diferencia a terceira pessoa das duas primeiras. Assim, o autor denomina a terceira pessoa *não-pessoa*, porque, enquanto o *eu* é aquele que enuncia, e o *tu* é aquele a quem o *eu* se dirige, o *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos, ou nenhum.

O princípio sobre o qual Benveniste estabelece a oposição entre *eu, tu, ele* considera o *discurso, a língua em emprego e em ação*, conforme destacou Flores (2008,

p. 51). É, então, com base no discurso que Benveniste opõe a *primeira pessoa* e a *segunda* à *terceira*, pois tanto a *primeira pessoa* como a *segunda* estão implicadas no discurso, enquanto a *terceira* dele não participa.

Uma questão relevante, e diretamente relacionada ao nosso estudo, é a chamada *pluralização* dos pronomes, também presente no texto de Benveniste (1995a, p. 256). O autor diz que o simples fato de que palavras diferentes são geralmente empregadas para *eu* e *nós* (e também para *tu* e *vós*) já seria suficiente para não incluir os pronomes nos processos ordinários de pluralização, pois, segundo ele, na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal. Uma diferença fundamental apontada pelo autor entre os pronomes pessoais e outras classes de palavras é a *unicidade* e a *subjetividade* inerentes a *eu*, o que contradiz a possibilidade de uma pluralização. A partir dessas considerações, pode-se perceber, então, que no caso dos pronomes pessoais a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização.

Benveniste destaca ainda que inúmeras línguas possuem uma diferenciação da forma verbal da primeira pessoa do plural sob dois aspectos distintos, *inclusivo* e *exclusivo*, o que denuncia uma complexidade particular.

O “não-eu” implícito e necessário em “nós” é notoriamente susceptível de receber, em línguas muito diversas, dois conteúdos precisos e distintos. “Nós” se diz de uma maneira para “eu + vós” e de outra para “eu + eles”. São as formas inclusiva e exclusiva que diferenciam o plural pronominal e verbal da primeira pessoa numa grande parte das línguas ameríndias, australianas, no papua, malaio-polinésico, dravídico, etc. (BENVENISTE, 1995a, p. 256)

O autor ressalta aqui a necessidade de se reconhecer que a distinção das formas *inclusiva* e *exclusiva* se modela sobre a relação estabelecida entre a *primeira pessoa* e a *segunda* do singular, e entre a *primeira pessoa* e a *terceira* do singular, respectivamente. Nota-se claramente nos textos de Benveniste a significativa diferença entre o plural *exclusivo* e o *inclusivo*, assim como a problemática questão da *pluralização dos pronomes*.

### 3. A indeterminação do sujeito

Considerando particularmente a indeterminação do sujeito, também presente na análise da referência semântica dos pronomes *nós/a gente*, podemos observar, no uso corrente da língua, que formas pronominais são frequentemente utilizadas com esse valor

semântico em muitas línguas, e entre elas no português do Brasil (doravante PB). A gramática tradicional, porém, geralmente cita apenas duas formas de se indeterminar o sujeito, conforme observamos em Cunha e Cintra (2001, p. 128): a) com o verbo na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural sem sujeito; e b) com o pronome *se* junto ao verbo na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular.

Como alguns estudos já demonstraram (MILANEZ, 1982; MENON, 1994; SETTI 1997), há várias formas de se indeterminar o sujeito, além das citadas acima. Milanez (1982) analisou 20 horas de gravação do Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta) de São Paulo. No *corpus* analisado detectou a presença dos seguintes recursos de indeterminação: *a gente, você, eles, eu, nós, o/um indivíduo, o/um sujeito, o/uma pessoa, o/um cara, a/ uma pessoa*, que classificou como formas representadas por sujeito lexical; e um grupo de formas sem sujeito lexical: ( $\emptyset$  + 3.<sup>a</sup> p. sing.), ( $\emptyset$  + 3.<sup>a</sup> p. pl.), *se* e ( $\emptyset$  + *infinitivo*).

Menon (1994), em pesquisa realizada com 68 informantes, também do Projeto NURC de São Paulo, encontrou 12 variantes para indeterminar o sujeito: *a gente, eles, eu, formas nominais, nós, se, você, vocês, VPSA (Voz Passiva Sem Agente), VPASSINT (Voz Passiva Sintética), ØV3PS (Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito), ØV3PP (Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito)*.

Já Setti (1997) analisou 72 entrevistas do banco de dados VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil), considerando as três capitais da região Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre). Apesar de o *corpus* analisado ser de outra região, a autora encontrou nos dados as mesmas variantes apontadas por Menon, incluindo ainda para Florianópolis e Porto Alegre o pronome *tu*, não presente em trabalhos anteriores.

Percebe-se, a partir desses estudos, que a indeterminação do sujeito apresenta uma grande diversidade de recursos, muito superior aos apresentados pela gramática tradicional. Outra questão fundamental no estudo da indeterminação é a diferença entre esta e a indefinição, conceitos não claros na gramática tradicional.

Segundo Milanez (1982), vários aspectos devem ser considerados na distinção entre esses dois conceitos, como, por exemplo, o fato de que a indeterminação apresenta recursos sintaticamente bem distintos entre si (tanto formas verbais como itens lexicais de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas), enquanto que a indefinição envolve formas lexicais exclusivas de 3.<sup>a</sup> pessoa: *alguém, algo, uns, tudo, nada*, etc. Para a autora, outra característica essencial da indeterminação é a generalização, que na indefinição é apenas uma

possibilidade, e mesmo quando generaliza, esta distingue-se da indeterminação pela natureza limitada dessa generalização. Desse modo, segundo Milanez, a indefinição pressupõe um conjunto fechado de elementos que pode ser expresso ou na sua totalidade (*todos, tudo*), ou no seu esvaziamento (*nenhum, nada*) ou parcialmente (*alguns, uns, etc.*). Ao contrário, os recursos da indeterminação não apresentam esse aspecto quantitativo, pois na indeterminação o referente, por não ser determinado, não pode ser quantificado.

Menon (1994) analisou detalhadamente a questão da indeterminação do sujeito em sua tese, e para o levantamento dos dados a autora estabeleceu uma série de *testes* que tinham por objetivo verificar se uma forma linguística poderia ser considerada um recurso utilizável para a indeterminação do sujeito. Um dos testes propostos pela autora, que destacamos aqui, é a *intercambialidade das formas*. Como o pronome *se* é considerado a forma prototípica da indeterminação, esse teste consiste em substituir as formas encontradas por esse pronome e verificar, assim, se o conteúdo semântico da indeterminação permanece. Para esse teste a autora considerou, além do *se*, também a possibilidade de substituição entre as seguintes formas: *a gente, eles, eu, nós, você, vocês*, FN (formas nominais), VPSA (Voz Passiva Sem Agente), VPASSINT (Voz Passiva Sintética), ØV3PS (Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito), ØV3PP (Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito).

Como pode ser observado nos exemplos (1) e (2), extraídos de nossos dados, o mesmo informante usa, alternadamente, os pronomes indeterminadores *a gente* e *você*; e, também, é possível substituí-los, nos dois exemplos, pelo pronome *se* sem alteração do valor semântico-referencial que apresentam. Isso comprovaria, segundo Menon, o caráter indeterminador do uso desses pronomes nesse contexto. No exemplo (1), o falante discorre sobre a necessidade de adequar as técnicas de acupuntura aos problemas de saúde dos pacientes para se obter melhores resultados. Ele usa *a gente* e *você* com valor indeterminado para se referir às pessoas em geral que trabalham com acupuntura. Do mesmo modo, o informante do exemplo (2) alterna o emprego de *a gente* e *você* com valor indeterminado quando fala sobre as formas de tratamento usadas com as pessoas mais velhas.

- (1) Então *a gente* percebe assim, na área tem- tem um determinado tipo de- de problema que *você*...tem mais dificuldade em tê resultado, precisa uma técnica que melhore o desempenho nesse campo, então *a*

*gente* vai buscar. (MS1f)<sup>1</sup>

- (2) É, pelo menos *a gente* sempre aprende isso também, né? que as pessoas mais velha *você* chama de ‘senhor’, ‘senhora’, né? (MP1d)

Em nosso trabalho, para a classificação dos pronomes nós/a gente indeterminados, adotamos a perspectiva de Menon (2006, p.129), segundo a qual “a indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de *referente extralinguístico*”.

#### 4. A referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente

Vários autores analisaram a referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente, e em seus estudos estabeleceram classificações que abarcavam os tipos possíveis de referentes. Alguns desses trabalhos enfatizam os aspectos levantados sobre a categoria de pessoa e número e a noção do *eu-ampliado* de Benveniste. Esses trabalhos procuraram identificar as diferentes possibilidades de referência semântica para as formas pronominais.

Ilari, Franchi e Neves (1996), com base em Benveniste, encontram para a 1.<sup>a</sup> pessoa plural (*nós* ou *a gente*) as seguintes funções:

Afora um tipo de emprego em que um indivíduo institui sua fala como a de um grupo, mas nele não inclui nem a segunda nem a terceira pessoa (plural de modéstia), o pronome *nós* constitui tipicamente a soma de *eu* + *não-eu*. O *não-eu* pode corresponder a uma segunda ou a uma terceira pessoa, ou a ambas conjuntamente, que por sua vez, podem ser ou singulares ou plurais. (ILARI; FRANCHI; NEVES, 1996, p. 88)

Os autores afirmam que da mesma forma que *nós*, a expressão *a gente* geralmente representa um plural que soma *eu* + *não-eu* (1.<sup>a</sup> + 2.<sup>a</sup> e/ou 3.<sup>a</sup>). Basicamente, pode-se dizer que esses estudos tinham como um dos objetivos mostrar como o falante podia utilizar as formas *nós* e *a gente* equivalendo a: a) *eu* + *não-eu*; b) *eu* + ‘*não-pessoa*’ e c) *eu* + *não-eu* + ‘*não-pessoa*’.

Também baseando-se na teoria de Benveniste, Lopes (1998) afirma que o plural, nos pronomes pessoais, pode indicar:

<sup>1</sup> As siglas nos exemplos correspondem à descrição dos informantes: *sexo* (M – Masculino e F – Feminino); *escolaridade* (P – Fundamental I, G – Fundamental II, S – Ensino Médio); *faixa etária*: (1 – 26 a 45 anos e 2 – 50 anos ou mais). As letras *a* – *z* identificam o informante.

- a referência a dois ou mais seres que partilham o mesmo lugar na interlocução e, por conseguinte, são da mesma natureza. Poderíamos citar o uso de *vocês*, dito por um professor para interagir com seus alunos, ou seja, mais de um *você*;
- a referência a dois ou mais seres que ocupam lugares diferentes na interlocução (*nós*, representando *eu+você(s)*, *eu+ele(s)*);
- uma referência indeterminada, porque ao englobar diferentes pessoas, um pronome pode [...] tornar-se tão genérico a ponto de não podermos precisar qual é o seu referente. (LOPES, 1998, p. 407-408)

Em seu estudo sobre os pronomes *nós* e *a gente*, com base em dados do projeto NURC, Lopes (1998) analisou o grau de amplitude do *eu*, e definiu níveis situados entre dois extremos: o grau máximo e mínimo de inclusão do *eu*. Seus resultados mostraram uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O falante utilizava preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor: ‘*eu + você*’, ou a: ‘*eu + ele*’, e quando o falante ampliava a referência, indeterminando-a, havia um maior favorecimento para a forma *a gente*, de maior grau de impessoalidade.

Porém, estudos mais recentes mostraram avanço do pronome *a gente* também no campo da determinação. Omena (2003) observou esse avanço comparando dados dos anos 1980 e 2000 do CENSO-RJ. Tais resultados podem sugerir a generalização de *a gente* em todos os contextos. De acordo com a autora:

No processo de gramaticalização, o traço (de indeterminação) se conservou e a forma ocupou variavelmente os contextos indeterminados da primeira pessoa do plural, mas à medida que vai se estabilizando como pronome, substitui mais e mais a forma antiga. Nesse caso, passa a ser usado frequentemente nos contextos de determinação, como aconteceu com o *on* em francês, que na alternância com o *nous* é caracterizado por Laberge (1977) como definido. (OMENA, 2003, p. 68)

Considerando os trabalhos já realizados sobre a variação *nós/a gente*, e baseando-se em Benveniste, Borges (2004) analisou as modificações semânticas que possibilitaram que a forma *a gente*, de caráter indeterminador, se integrasse no quadro dos pronomes pessoais do PB, com uso referencial específico. O autor propôs em seu trabalho uma escala ou grau de pessoalização para a forma *a gente*, contemplando tanto os contextos

de referência *genérica/não-específica*, como também os contextos de *referência específica*.

Sua hipótese em relação à variável *referência semântica do sujeito* era de que o uso de *a gente* estaria cada vez mais associado a referentes determinados, justamente pelo fato de estar pessoalizando-se no PB. E segundo Borges (2004, p.145), os resultados “parecem indicar que o curso da mudança de *a gente* está num estágio avançado, efetivando-se também como pronome pessoal *pleno*”.

#### 4.1 A referência semântica dos pronomes nós/a gente na amostra de Concórdia

A referência semântica do sujeito tem se destacado como uma variável relevante para a escolha do pronome. Apesar da correspondência apontada entre *nós* e *a gente* na indicação de 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, uma análise preliminar das ocorrências dessas duas formas feita a partir de nossos dados parece indicar que o pronome *nós* geralmente refere-se a um sujeito mais determinado, enquanto *a gente* seria mais utilizado com referente indeterminado, mesmo que também seja amplamente usado em referência à 1.<sup>a</sup> pessoa do plural.

Constatamos também, em nossos dados, que os pronomes *nós/a gente* podem apresentar uma referência semântica *exclusiva* (*eu + ele(s)*) ou *inclusiva* (*eu + tu/você*). Na referência *exclusiva*, o locutor exclui o interlocutor de sua fala, conforme mostra o exemplo (3):

(3) E daí *a gente* vai, *nós* fomo lá pra Jaborá, uns dia lá na sogra do Pedro, ah não, muito longe não. (FG2t)

Neste exemplo, a entrevistada fala sobre os lugares em que ela e o marido foram durante as férias. Os pronomes *a gente* e *nós* usados no decorrer do discurso não incluem o interlocutor, pois se referem a ela e ao marido: ‘*eu + ele*’ ou ‘*pessoa + não-pessoa*’, evidenciando, assim, um uso dos pronomes *nós* e *a gente* com referência *exclusiva*.

Já na referência *inclusiva*, o locutor faz referência a si mesmo e ao seu interlocutor, conforme mostra o exemplo (4):

(4) O que *nós* ia bastante era lá na Joana, né? (FG1k)



No exemplo (4) a entrevistada dirige-se ao marido, solicitando sua confirmação em relação aos lugares que costumavam frequentar (ela e o marido). Neste exemplo, o pronome *nós* refere-se a ‘*eu + tu/você*’, ilustrando um caso de referência *inclusiva*.

Apesar de verificarmos alguns casos de pronomes com referência *inclusiva* em nossa amostra, salientamos que, devido ao reduzido número dessas ocorrências (6), a análise da variável *referência semântica* foi realizada considerando, de um lado, os pronomes com valor semântico *determinado* e, de outro, os pronomes que apresentam um valor *indeterminado*. Nos exemplos abaixo, podemos identificar o uso dos pronomes *nós* e *a gente* com referentes *determinados* (exemplos 5 e 6) e *indeterminados* (exemplos 7 e 8).

Nos exemplos (5) e (6) a referência dos pronomes *nós* e *a gente* é facilmente detectada; no exemplo (5), o falante refere-se a sua família, pois está relatando onde passam as férias; no exemplo (6), a referência também é determinada: a entrevistada usa *a gente* e depois *nós* para referir-se a ela e ao marido.

(5) Nas férias *nós* vamo pra Mato Grosso que tem meu sogro que mora lá, ou *nós* vamo pra Camboriú. (MG2b)

(6) Daí fora disso, também... às vezes *a gente* vai pra Piratuba, né? Itá *nós* fomos também, *nós* saímos bastante. (FS2j)

Já nos exemplos (7) e (8) a referência dos pronomes amplia-se; no (7) o assunto é a infraestrutura do município, o uso do pronome *nós* torna-se mais abrangente, o que é reforçado pelo uso do indeterminador *o cara*. No exemplo (8) a entrevistada usa *a gente* referindo-se às pessoas de um modo geral, o que torna impossível a identificação de um referente específico.

(7) Funciona, funciona sim, porque hoje o que *nós* temo aí, tá loco... não tem o que *o cara* se quexá. (MG2b)

(8) É, o SUS, na verdade ele é governo federal, [...] é Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Saúde *a gente* chama de SUS, né? (FS11)

A partir desses exemplos pode-se perceber que os pronomes *nós* e *a gente* não são autorreferenciais, mas sim dependentes do contexto para serem interpretados.

Assim, considerando que a indeterminação do sujeito manifesta-se nos casos em que não podemos determinar claramente o referente, classificamos, de um lado, os

pronomes *nós/a gente* usados como recursos de *indeterminação* e, de outro, essas mesmas formas quando apresentando uma referência *determinada*.

#### 4.2 Análise dos dados

Na análise dos dados de Concórdia, obtivemos 1553 ocorrências dos pronomes *nós/a gente*, sendo 202 ocorrências (13%) de pronomes *nós/a gente indeterminados* e 1351 (87%) de pronomes *determinados*.

Comparando o tipo de referência semântica do sujeito, observamos que o contexto de determinação predomina largamente no uso de *nós* e *a gente* (87% das ocorrências), o que acreditamos estar relacionado ao tipo de dados analisados, pois as entrevistas incitavam os informantes a falarem sobre família, férias, lazer; temas que propiciavam o uso desses pronomes como determinados, pois incluíam o falante e pessoas que geralmente faziam parte de suas relações (cônjuges, filhos, amigos etc.).

Considerando as 202 ocorrências de pronomes indeterminados em nossa amostra, obtivemos 28 ocorrências de *nós* (14%, peso relativo: .17) e 174 de *a gente* (86%, peso relativo: .83). Já em relação aos pronomes com referência determinada, obtivemos 1351 ocorrências de *nós/a gente*, sendo 742 (55%, peso relativo: .56) do pronome *nós*, e 609 ocorrências (45% e peso relativo: .44) de *a gente*.

Pode-se observar que o peso relativo do pronome *a gente* é bem mais elevado na indeterminação (.83), confirmando o predomínio do pronome inovador nesse contexto. Este resultado corrobora os de Omena (1998), Lopes (1998), Tamanine (2002) e Borges (2004), pois em todos esses trabalhos o pronome *a gente*, em relação a *nós*, predominou no campo da indeterminação.

Em contexto de determinação, o pronome *nós* foi favorecido (.56), embora *a gente* já apresente um uso bastante significativo (.44). Alguns estudos de tendência também apresentaram resultados relevantes para a sustentação da hipótese em favor do aumento do uso de *a gente* com referente determinado. Zilles (*apud* BORGES, 2004) encontrou os seguintes valores para o *a gente específico* no falar de Porto Alegre: de 33% na década de 1970, passou para 51% na década de 1990. Omena (2003), para o Rio de Janeiro, também verificou um aumento do uso de *a gente* na determinação: de 67% na década de 1980, passou para 80% na década de 2000. Esses resultados indicam, portanto, um aumento significativo no uso de *a gente* no campo da determinação no PB.

Considerando a variável faixa etária, verificamos que na análise geral dos pronomes nós/a gente (determinados e indeterminados) os falantes *mais jovens* (26 a 45 anos) favorecem o uso do pronome inovador *a gente* (.55) na mesma proporção em que os *mais velhos* favorecem a manutenção do pronome conservador *nós* (.55).

A fim de melhor analisarmos o uso dos pronomes *nós/a gente*, efetuamos o cruzamento da variável *referência semântica do sujeito* com as *variáveis sociais*. Como já destacamos, os pronomes *nós/a gente* com referentes específicos, isto é, determinados, representam 87% das ocorrências em nossa amostra.

Os resultados dos cruzamentos indicam que o uso de *a gente* em contextos de *indeterminação* é praticamente o mesmo no sexo masculino (88%) e no feminino (85%), nas faixas etárias 1 (87%) e 2 (85%) e nos níveis de escolaridade fundamental I (86%), fundamental II (81%) e ensino médio (92%), este último apresentando um percentual de *a gente* indeterminado mais elevado.

Na análise dos pronomes com referência semântica determinada, constatamos um percentual de uso do pronome *nós* no sexo *feminino* de 57%, e no sexo *masculino* de 51%, o que indica que em contextos de determinação a frequência de uso do pronome *nós* pelas mulheres é levemente superior ao de *a gente*; já a frequência de uso dos pronomes *nós* e *a gente* pelos homens é praticamente a mesma.

Em relação à *faixa etária*, constatamos que os *mais jovens* apresentam o mesmo uso para os dois pronomes com referência semântica determinada (50%), enquanto entre os *mais velhos* predomina o uso do pronome *nós* (60%), com um resultado próximo ao encontrado na fala das mulheres.

Esses resultados, embora em percentagens, nos fornecem informações interessantes sobre a interação dos fatores nos dados analisados. Os cruzamentos da referência semântica do pronome com as variáveis sociais indicam, portanto, que em contextos *indeterminados* o uso de *a gente* predomina em todos os grupos analisados: nas duas faixas etárias, no sexo masculino e no feminino e nos três níveis de escolarização; já em contextos de *determinação*, os *mais jovens* e os *homens* apresentam a mesma frequência de uso para *nós* e *a gente*; enquanto as *mulheres* e os falantes *mais velhos* apresentam um maior uso do pronome *nós*. Esses resultados indicam que o uso do pronome canônico *nós* está sendo mantido principalmente pelas mulheres e pelos falantes mais velhos.

## 5. Considerações finais

Os resultados de nossa análise confirmaram a tendência geral verificada em outros estudos sobre as variáveis *nós/a gente*, ou seja, mostraram que contextos de *indeterminação* favorecem o pronome inovador *a gente* (.83). Assim, verificamos que o pronome *a gente* é frequentemente utilizado como recurso de indeterminação do sujeito pelos falantes de nossa amostra, já a probabilidade de utilização do pronome *nós* como indeterminado mostrou-se bastante restrita.

Constatamos também que no uso de *nós/a gente* com referência indeterminada é a forma *a gente* que prevalece na fala dos informantes de ambos os sexos, das duas faixas etárias e dos três níveis de escolaridade, ou seja, todos os falantes de nossa amostra usam principalmente o pronome *a gente* nesse contexto.

Já os contextos de referência determinada favorecem o pronome canônico *nós* (.56). Observa-se, porém, que a diferença na probabilidade de uso dos pronomes *nós/a gente* não é muito elevada nesse contexto (.56 e .44, respectivamente), indicando um avanço do pronome inovador também na determinação. Quanto às variáveis sociais, os falantes mais jovens e os homens utilizam os pronomes determinados *nós* e *a gente* praticamente na mesma proporção, enquanto as mulheres e os falantes mais velhos usam principalmente o pronome *nós*. Seriam, então, principalmente esses grupos – os falantes com mais de 50 anos e as mulheres – que estariam favorecendo a manutenção do pronome conservador *nós* na fala da comunidade analisada.

No falar de Concórdia, portanto, o pronome inovador *a gente*, além de predominar largamente com referente indeterminado, contexto que propiciou sua entrada no sistema pronominal, já apresenta um uso próximo àquele do pronome *nós* em contexto de determinação.

## Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. Estrutura de relações de pessoas no verbo. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995a, p. 247-259.

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995b, p. 277-283.

BORGES, P. R. S. **A gramaticalização de a gente no português brasileiro**: Análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. 2004,

227 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CUNHA, C.; L. CINTRA. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLORES, V. N. *et al.* **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCESCHINI, L.T. **Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia – SC**. 2011. 253 f. Tese (Doutorado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ILARI, R.; C. FRANCHI; M. H. M. NEVES. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: A. T. CASTILHO; M. BASÍLIO (Orgs.). **Gramática do português Falado**. Volume IV - Estudos Descritivos. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, C. R. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. São Paulo: **DELTA**, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000200006>

\_\_\_\_\_. A gramaticalização de *a gente* em português de tempo real de longa e curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 47-80, jul. 2004.

MENON, O. P. S. **Analyse sociolinguistique d' indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil à partir des données du NURC – SP**. Tese (Doutorado em Linguística). Département de Recherches Linguistiques, Universidade Paris VII, 1994.

\_\_\_\_\_. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: Paulino Vandresen. (Org.). **Variação, mudança e contato linguístico no português da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT - Editora da Universidade Católica de Pelotas, v. 1, 2006, p.125-167.

MILANEZ, W. **Recursos de indeterminação do sujeito**. Dissertação (Mestrado em Letras). 1982, 149 f. Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1982.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo, UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Os pronomes. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Vol. II. Campinas, Unicamp, 2008.

OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.) **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998, p.185-215.

\_\_\_\_\_. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 63-80.

OMENA, N. P. & BRAGA, M. L. *A gente* está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLICA, M. C. **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 75-84.

PINTZUK, S. **VARBRUL programa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

SETTI, A. C. R. **A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil**. 1997. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TAMANINE, A. **A alternância nós/a gente no interior de Santa Catarina**. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

ZILLES, A. M. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de *a gente*? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 27-44, jun. 2007.

Artigo recebido em: 27.02.2015

Artigo aprovado em: 04.05.2015

# Da relação à estrutura: a influência do pensamento saussuriano em meados do século XX

From relation to structure: the influence of Saussure's thought in middle of the twentieth century

Allana Cristina Moreira Marques\*

---

**RESUMO:** Este trabalho tem por objeto apontar como a noção de relação movimentada pelo linguista genebrino Ferdinand de Saussure em sua teoria, em especial, na definição do sistema e das unidades linguísticas, possibilitou a leitura de Saussure como estruturalista e rendeu a ele o reconhecimento de pai do estruturalismo europeu. Para tanto, em um primeiro momento, com base nos postulados do *Curso de Linguística Geral*, evidenciamos como Saussure concebe a natureza do fato linguístico a partir de relações. Em seguida, com base em autores que se dedicaram ao estudo da teoria saussuriana e que leram Saussure como estruturalista, partimos para o entendimento das noções de estruturalismo e estrutura, buscando apontar como se deu a passagem da noção saussuriana de sistema de relações para estrutura. Por fim, a título de exemplificarmos como o princípio saussuriano da relação influenciou o pensamento moderno, consideramos as marcas desse princípio na antropologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ferdinand de Saussure. Relação. Estrutura. Estruturalismo.

**ABSTRACT:** This paper aims at showing how the notion of relation, used by the linguist Ferdinand de Saussure in his theory especially in the definition of system and of the linguistic units, allowed the reading of Saussure as an structuralist and crediting him the father of European Structuralism. For that, we firstly based our work on the postulates of the *Course of General Linguistics* to show how Saussure understands the nature of the linguistic fact from the notion of relation. Then we took some authors who studied Saussure's theory and who read him as an structuralist to understand the notions of Structuralism and structure, trying to point out how Saussure's concept of system was conceived from relations to structure. Moreover, to exemplify how the Saussurean principle of relation influenced the modern thought, we considered the features of this principle in Anthropology.

**KEYWORDS:** Ferdinand de Saussure. Relation. Structure. Structuralism.

---

## 1. Introdução

Em um trabalho de análise da teoria linguística de Ferdinand de Saussure, Claudine Normand (2011) afirma que de Saussure é possível fazermos somente leituras pessoais que implicam escolhas, interpretações e, ao mesmo tempo, esquecimentos e reduções. Segundo ela, desde a publicação do *Curso de Linguística Geral* (CLG), diferentes interpretações foram feitas sobre a teoria saussuriana, como aquelas do

---

\* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [lanacrismm@yahoo.com.br](mailto:lanacrismm@yahoo.com.br)

funcionalismo da escola de Praga, as do formalismo de Hjelmslev, as do sociologismo de Meillet, as do behaviorismo Bloomfieldiano, dentre outras que poderíamos destacar. “Cada geração de leitores produziu, e continua produzindo, seu modo preferencial de leitura, marcado pelo contexto intelectual da época” (NORMAND, 2011, p. 12), o que nos permitiria, segundo Normand, traçar a história do pensamento saussuriano. A leitura de Normand, assim como a dos demais leitores de Saussure, é resultado de uma escolha. A autora opta por ler Saussure pelo viés da epistemologia, isso porque, segundo ela, ler Saussure por essa perspectiva é considerar a novidade radical do pensamento saussuriano frente aos linguistas que o antecederam e mesmo aqueles contemporâneos a ele.

Neste trabalho, porém, trataremos de Saussure a partir de outra perspectiva, aquela que vê na produção teórica do linguista suíço o marco que deu origem ao estruturalismo na Europa. A nosso ver, essa leitura parece ser a principal escolha daqueles que se dedicam a historiar a Linguística ou didatizá-la, distinguindo as diferentes tendências teóricas que surgiram ao longo do tempo no interior dessa ciência, dentre as quais está incluso o estruturalismo, e, ainda, daqueles que se dedicam a historiar ou compreender o estruturalismo de um modo geral, isto é, abarcando as diversas áreas influenciadas por esse pensamento.

A tarefa de conceitualização e de entendimento do estruturalismo foi desempenhada por diversos autores de diferentes áreas. Isso se deve ao fato de que, embora o estruturalismo europeu<sup>1</sup> tenha um início bem definido, com a teoria linguística saussuriana, os fins a que ele chegou são quase imperscrutáveis, tendo em vista que ele influenciou fortemente outras ciências, tais como a antropologia, a psicanálise e a filosofia, fato que rendeu à Linguística o reconhecimento de ciência piloto das ciências humanas.

A questão de como a teoria saussuriana influenciou as demais áreas do conhecimento humano é, sem dúvida, importante. Para essa questão, não parecer haver uma única resposta. Há aqueles que afirmam que de Saussure as ciências humanas herdou o rigor científico ou o grau de formalização, para outros o novo método ou a distinta maneira de conceber o objeto, isto é, a partir de uma estrutura. Tais respostas não são excludentes e parecem se completar. Todavia, é, sobretudo, o caráter estrutural de sua

---

<sup>1</sup> Embora o estruturalismo tenha tido outra vertente na América do Norte representado por Leonard Bloomfield e com surgimento independente do estruturalismo desenvolvido na Europa, neste trabalho deter-nos-emos essencialmente sobre questões referentes ao estruturalismo europeu, que tem seu início reconhecido por grande parte dos teóricos com a teoria saussuriana.



teoria que deu as bases para o movimento do saber denominado estruturalismo. Como se sabe, em sua teorização, Saussure não utilizou o termo estrutura teoricamente. Somente mais tarde essa teoria foi lida como de caráter estrutural. Isso se deve ao fato de que Saussure definiu a língua como um sistema de signos e, mais especificamente, atribuiu às unidades linguísticas do sistema uma natureza relacional. Assim, ele define o fato linguístico como desprovido de substância e definido inteiramente por suas relações. Todavia, Saussure não somente coloca as unidades linguísticas em relações, mas define as relações como condição de existência delas. A noção de relação, como se vê, ocupa lugar central na teoria saussuriana. A nosso ver, esse princípio proposto pelo linguista influenciou fortemente as ciências humanas de diferentes maneiras.

Pensando o alcance desse princípio linguístico de Saussure, buscamos, neste trabalho, evidenciar como a noção de relação movimentada por ele possibilitou a interpretação da noção de estrutura, noção fundamental para os estudos desenvolvidos em meados do século XX, em diferentes ciências humanas, época em que se reconhece o êxito do estruturalismo na Europa. A título de exemplo, dedicamo-nos, neste artigo, a evidenciar essa influência na antropologia desenvolvida pelo filósofo e antropólogo Lévi-Strauss, fundador da antropologia estruturalista. Acreditamos que o exercício de leitura do trabalho do antropólogo nos permitirá averiguar como o fundamento saussuriano de que a língua é um sistema em que suas partes são definidas inteiramente por suas relações, e não em si mesmas, influenciou o pensamento estruturalista da metade do último século.

## **2. A teoria linguística da relação**

A elaboração teórica do linguista Ferdinand de Saussure é reconhecida pela mudança decisiva que esse pensamento introduziu no campo da investigação linguística. Em um movimento de recusa às teorias de seus antecessores, Saussure propõe um novo modo de estudo da língua. Para o genebrino, não cabe à linguística estabelecer normas de uso, como fazia a Gramática sem qualquer visão científica, ou se dedicar a história dos textos, como fazia a Filologia sem qualquer preocupação primeira com a língua, nem tão pouco comparar as línguas apenas para estabelecer os parentescos linguísticos, como fazia a Gramática Comparada. Era preciso redefinir o campo de estudos bem como seu objeto.

Saussure propõe, então, a língua como o único e verdadeiro objeto da ciência linguística. Essa ciência deve investigar a língua por ele mesma, e não mais a partir de

objetivos secundários, como até então os estudiosos procediam no trato da língua. A demarcação do campo de estudos e a definição do objeto exigiram de Saussure uma redefinição do próprio entendimento de língua. Assim, contrariando as correntes concepções daquele momento, Saussure rejeita a definição de língua como representação do pensamento ou mesmo aquela que considera a língua como uma nomenclatura para os objetos do mundo, e propõe que “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2012[1970], p. 55).

Ao definir a língua como um sistema de signos, Saussure movimentava uma noção que, a nosso ver, é de suma importância nas elaborações saussurianas, a noção de relação. Definir a língua como um sistema é entender que as partes desse sistema estão unidas em relações. Saussure vai além e atribui às relações entre os elementos linguísticos a condição de existência dos mesmos. Como se vê a noção de relação é fundamental para o entendimento da noção de sistema linguístico em Saussure, bem como para o entendimento da entidade linguística, o que nos atesta a centralidade dessa noção.

## 2.1 O caráter relacional do sistema e das unidades linguísticas

A afirmação de que, para Saussure, a língua é um sistema é bastante recorrente nas propostas de apresentação da teoria saussuriana. Todavia, é preciso compreender o alcance dessa afirmação. Embora haja no CLG um capítulo dedicado à definição do que é língua, esta noção parece ser tratada por Saussure ao longo de todo o CLG. A noção de sistema aparece já no início da conceitualização realizada pelo linguista. Na distinção entre língua e linguagem, Saussure define pela primeira vez a língua enquanto sistema de signos, ao afirmar que não parece ser a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituição de uma língua, isto é, “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (SAUSSURE, 2012[1970], p. 42).

Um trecho adiante nos será mais esclarecedor na questão do sistema linguístico. Saussure afirma que na esfera da linguagem que corresponde à língua, é preciso “acrescentar uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema” (p. 44). Neste trecho contém o cerne da questão da língua enquanto sistema. Nele, Saussure evidencia que considerar a língua como sistema requer que não tratemos mais de signos isolados, mas sim de signos unidos por um mecanismo de associação e coordenação.

Para Normand (2009), afirmar que a língua é um sistema não constitui uma novidade saussuriana. Isso porque já as gramáticas assinalavam a organização da língua. Nas palavras da autora: “Que todos os elementos de uma língua se articulam, determinam-se reciprocamente, é bem conhecido desde sempre pelas gramáticas, que se empenham, precisamente, em descrever as relações características de uma língua ou outra” (NORMAND, 2009, p. 50). Entretanto, segundo ela, Saussure utiliza o termo “sistema” de um modo mais preciso, significando *funcionamento* ou *mecanismo* e remetendo diretamente à questão das unidades linguísticas.

Ducrot (1968) também não atribui a Saussure à introdução da noção de estrutura na linguística. E afirma que já desde o século XVIII e XIX é recorrente a ideia de que cada língua possui uma organização própria. Entretanto, para o autor, a contribuição saussuriana está em pressupor no elemento o sistema. Isso porque, segundo ele, há uma ideia central no CLG de que os elementos linguísticos não são dados ao linguista logo à primeira vista e que a descoberta desses elementos é a mesma coisa que a descoberta das relações mútuas de tais elementos. Nas palavras do autor,

O sistema linguístico, para Saussure, não é construído pela reunião de elementos preexistentes; não se trata de ordenar um inventário dado em desordem, de ajustar as peças de um quebra-cabeça. A descoberta dos elementos e a do sistema constitui uma única tarefa. (DUCROT, 1968, p. 66)

No CLG, Saussure afirma que qualquer consideração em Linguística depende inteiramente do que se designa por unidade. Assim, no intuito de compreender a verdadeira natureza das unidades linguísticas, Saussure coloca em questão as noções de identidade, realidade e valor. Qual seria a identidade das unidades linguísticas e quando podemos falar que estamos diante de uma mesma unidade? Para ele, a identidade das unidades não pode ser determinada nem puramente por seu conteúdo semântico, nem puramente por sua materialidade. Ele exemplifica. Se ouvirmos repetidas vezes a expressão “Senhor!” ao longo de uma conferência, teremos a impressão de que se trata sempre de uma mesma expressão e, portanto, uma mesma identidade. Todavia, se considerarmos as variações de volume, de entonação, de diferenças fônicas, nas diferentes ocorrências, veremos que não há identidade material e semântica absoluta, tendo em vista as diferenças fônicas e de sentido nas diversas ocorrências da expressão.

No que tange à realidade das unidades linguísticas, Saussure coloca em questão o que seria real na língua. Ele se indaga, nesse sentido, se a classificação feita pela

gramática constitui uma realidade da língua ou se ela é extralinguística. Ele aponta que a classificação de substantivos e adjetivos dada pela gramática é defeituosa, tendo em vista, por exemplo, que ora uma palavra classificada como um substantivo funciona como um adjetivo, evidenciando, com isso, que a gramática trabalha com conceitos sem realmente saber se eles são constitutivos do sistema linguístico. Assim, segundo ele, para sabermos se um fator é realmente uma realidade concreta da língua, “devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação” (SAUSSURE, 2006[1970], p. 156).

Saussure afirma que as noções de identidade e de realidade não se diferenciam da noção de valor. Para exemplificar o que ele entende por valor, ele aponta que se considerarmos o cavalo, peça do jogo de xadrez, por sua materialidade pura, fora de sua casa e fora do jogo, ele não é um elemento real e concreto. Para ser real e concreto ele precisa ser revestido de valor. Ele se questiona que, se essa peça for destruída, ela poderá ser substituída por outra? E responde: “não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor” (p. 156). A partir dessa exemplificação, Saussure atesta que no sistema linguístico as noções de identidade e valor se confundem e, por isso, “a noção de valor recobre as de unidade, de entidade concreta e de realidade” (p. 156).

Normand (2009) afirma que a preferência pelo termo valor, em Saussure, repousa no fato de que, enquanto o termo unidade implica uma possibilidade de isolar os elementos da língua, e o termo entidade levanta uma questão filosófica, o termo valor pressupõe a existência de uma relação (NORMAND, 2009, p. 79). Assim, nas palavras da autora,

Para compreender a verdadeira natureza das unidades linguísticas, é necessário parar de querer isolar formas que seriam observáveis em si e admitir que elas não podem ser apreendidas se não em suas relações com outras, que elas só existem, do ponto de vista linguístico, nessas relações (NORMAND, 2009 [2000], p. 79).

Ao tratar da noção de sistema na linguística saussuriana, Benveniste (1966) também evidencia com as unidades linguísticas para Saussure são definidas por suas relações e não mais por si mesmas. Segundo ele, a partir da teorização saussuriana “a noção positivista do *fato* linguístico é substituída pela noção de *relação*” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 23, grifos do autor), o que resulta, para Benveniste, numa substituição do “atomismo” pelo “estruturalismo” linguístico.

Cada uma das unidades de um sistema define-se assim pelo conjunto das relações que mantém com as outras unidades e pelas oposições em que entra: é uma entidade relativa e opositiva, dizia Saussure. Abandona-se pois a ideia de que os dados da língua valem por si mesmo e são “fatos” objetivos, grandezas absolutas, susceptíveis de se considerarem isoladamente. Na realidade, as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 23, grifos do autor).

Todavia, é preciso ressaltar que as relações não definem apenas o modo de organização das unidades. Às relações Saussure atribui uma importância ainda maior, a existência das unidades linguísticas. Nesse sentido, o fato linguístico só existe devido às relações estabelecidas no interior do sistema. Segundo Normand,

é impossível apreendê-las [as unidades linguísticas] fora do sistema específico em que elas são tomadas, pois **é nele que está seu modo de realidade**; elas só possuem existência para um locutor nas relações recíprocas que mantêm e que lhes dão sentido. Abordadas **fora dessas relações**, as unidades linguísticas não passam de elementos materiais desprovidos de significação; em outras palavras, **elas não são mais linguísticas** (NORMAND, 2009 [2000], p. 50, grifos nossos).

Como vimos, a questão da relação é de extrema importância para uma nova concepção de língua como um sistema de signos que conhece somente sua ordem própria. A nosso ver, ao colocar as unidades em relação e definir que a existência dessas unidades está condicionada a elas, Saussure dá as bases daquilo que, mais tarde, será reconhecido como o estruturalismo. Em análise a trabalhos que se intitulam como estruturalistas, podemos ver como a noção de relação em Saussure possibilitou uma leitura estruturalista de sua produção teórica e influenciou diversas áreas do conhecimento. Assim, procuraremos, adiante, acompanhar, mesmo que minimamente, essa passagem, da noção de sistema linguístico, inteiramente definida pela noção de relação, para a noção de estrutura no interior da linguística, no intuito de evidenciarmos a influência de Saussure no pensamento de meados do século XX.

### 3. Da relação à estrutura em Linguística

Em um capítulo intitulado “Estrutura em linguística”, Émile Benveniste no livro *Problemas de Linguística Geral I* aponta como o termo *estrutura* e os termos *estrutural*, *estruturalismo* e *estruturalistas* ganharam no interior da linguística um valor doutrinal.

Segundo o autor, o termo estrutura passou a ser utilizado pouco antes de 1930, por linguistas que reagiam à concepção puramente histórica da língua, isto é, aquela que isolava seus elementos perseguindo suas transformações. Era consenso entre tais linguistas que o princípio da estrutura teve origem na teoria de Saussure, o que rendeu a ele o reconhecimento de precursor do estruturalismo na Europa. Porém, Benveniste (1966) nos alerta para o fato de que Saussure não utilizou o termo estrutura. Sua noção central era a de sistema, que contém, segundo Benveniste, o embrião da concepção de estrutura. As leituras que relembavam a noção de sistema, tais como as feitas por Meillet e Grammont, afirmava uma característica do sistema, a de que nele tudo se liga (cf. p. 99). As leituras da teoria saussuriana também ressaltavam dois importantes princípios de Saussure, o de que a língua é forma e não substância e o de que as unidades da língua são definidas apenas por suas relações. Para Benveniste, tais leituras colocavam em evidência a *estrutura* dos sistemas linguísticos.

Mas é somente nas atividades do Circulo Linguístico de Praga (CLP), que tinha como precursores Saussure e Baudoin de Cortenay, que o termo estrutura apareceu pela primeira vez em uma acepção mais precisa. Segundo Benveniste, nesses trabalhos, a noção de “estrutura” se liga intimamente à de “relação” no interior do sistema. Para exemplificar ele destaca as seguintes passagens de um dos trabalhos do CLG: “o conteúdo sensorial desses elementos fonológicos é menos essencial que as suas relações recíprocas no seio do sistema” e “é preciso caracterizar o sistema fonológico (...) especificando obrigatoriamente as relações que existem entre os citados fonemas, quer dizer, traçando o esquema de estrutura da língua considerada” (CLP *apud* BENVENISTE, 1966, p. 100-101). Para Benveniste,

Trata-se, pois, propondo-se a língua como sistema, de analisar-lhe a estrutura. Cada sistema, sendo formado de unidades que se condicionam mutuamente, distingue-se dos outros sistemas pela organização interna dessas unidades, organização que lhe constitui a estrutura. Certas combinações são frequentes: outras, mais raras; outras enfim, teoricamente possíveis, não se realizam nunca. Encarar a língua (ou cada parte de uma língua – fonética, morfologia, etc.) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e

descrever é adotar o ângulo “estruturalista” (BENVENISTE, 1966, p. 102).

A noção de estrutura assim definida se diferencia da noção de sistema proposta por Saussure, nos sugerindo que aquela é uma especificação desta. Isso porque, ao falar do sistema linguístico, Saussure remete ao funcionamento ou mecanismo geral da língua, enquanto para Benveniste a noção de estrutura está ligada a uma língua particular, o que justifica o uso da construção “estrutura do sistema”. Todavia é importante ressaltar que a noção de estrutura pressupõe a noção de sistema. Há entre elas uma dependência teórica. Isso porque o entendimento de estrutura em linguística, no sentido teórico do termo, só foi possível por causa da noção de sistema.

A noção de estrutura no interior da Linguística não se restringe a aceção dada por Benveniste em seu trabalho. Essa noção já havia sido fortemente utilizada nos trabalhos do CLP, principalmente na fonologia de Troubetzkoy e Jakobson, e também por outros autores anteriores a Benveniste, como ele mesmo testemunha. Todavia, a interpretação da teoria saussuriana por Benveniste nos serve de exemplo de como a noção saussuriana de sistema, em que os signos estão unidos por relações, foi associada à noção de estrutura.

#### **4. Da estrutura ao Estruturalismo**

Há aqueles que reconhecem o estruturalismo como um “movimento” ou “corrente de pensamento” que influenciou, no início do século XX, diversas ciências humanas que encontraram no modelo linguístico de Ferdinand de Saussure suas bases epistemológicas. Todavia, a definição do que é estruturalismo não se dá de maneira fácil. São vários os teóricos que se dedicaram, e outros que ainda hoje se dedicam, a perseguir a história desse movimento que alcançou os mais diferentes lugares do conhecimento humano. François Wahl (1968) é radical, coloca em questão a própria existência do estruturalismo. Ele afirma: “digamo-lo francamente; quando nos interrogamos acerca do Estruturalismo, não compreendemos, as mais das vezes, do que se quer falar” (WAHL, 1968, p. 13). Para ele, melhor do que tratar do “que é o estruturalismo”, seria tratar das “modificações recentes do saber e do que as agrupa como estruturalistas” (p. 13). A resposta de Roland Barthes (1999) para a questão também parece radical, nega, pelo menos por enquanto, que o estruturalismo seja um movimento.

Que é o estruturalismo? Não é uma escola nem mesmo um movimento (pelo menos ainda não), porquanto a maior parte dos autores a que se aplica ordinariamente tal designação não se sentem, por forma alguma, ligados entre si por uma solidariedade de doutrina ou de combate. Nem chega a ser um léxico: “estrutura” é um termo já antigo (de origem anatomista e gramatical), hoje em dia muito usado: todas as ciências sociais recorrem a ele abundantemente e o uso da palavra não distingue ninguém, apenas serve para polemizar sobre o conteúdo que se lhe deve dar. (BARTHES, 1999, p. 19)

Coelho (1999) também se propõe a responder do que é estruturalismo na apresentação da coletânea *Estruturalismo – antologia de textos teóricos*, em que se reúne uma série de importantes autores que, para além da Linguística, trataram da influência do estruturalismo em suas áreas específicas do saber, demonstrando a variedade de domínios que o estruturalismo atingiu. Coelho designa por estruturalismo “um lugar de teoria e o ponto de encontro de múltiplas atividades dispersas” (COELHO, 1999, p. iv). O autor afirma que este conceito não designa um objeto específico, mas pode abarcar “certo tipo de *atividade* e certa forma de *linguagem*” (p. x). Ele atesta que o estruturalismo “contém implícitas várias filosofias, que inevitavelmente se explicitam, por vezes de um modo contraditório, neste ou naquele autor” (p. x). Definir o estruturalismo deste modo é reconhecer neste “lugar de teoria” uma multiplicidade de ideologias, o que, de acordo com Coelho, evidencia o fato de que não há unidade em seu interior.

Coelho afirma que, ao reunir em uma coletânea textos que representam o estruturalismo, sua pretensão não foi a de expor a verdadeira teoria estruturalista. Isso porque, segundo o autor, não há um estruturalismo ideal, bem como não há um cartesianismo ou marxismo ideal, nos lembrando da afirmação do próprio Marx: “Não sou marxista”. Para o organizador da antologia, “uma filosofia nunca existe no momento decisivo em que se projeta, embora seja esse o único instante que a sua voz se manterá íntegra” (p. iv). No entendimento de Coelho, “uma filosofia só é o que é na realidade na medida em que se transforma em múltiplos discursos que nela se originam” (p. iv). Para Coelho o estruturalismo, se na verdade existe, está somente em suas manifestações.

A compreensão que Coelho (1999) tem sobre o estruturalismo enquanto manifestação parece ser coerente com aquilo que é dito por Wahl (1968). Para Wahl, falar do estruturalismo é falar de modificações do saber, que estão em uma segunda geração. Isso porque, segundo o autor, tratam-se “daqueles que se colocam no momento em que não se tem mais que produzir os instrumentos revolucionários de uma pesquisa, mas de



praticar essa pesquisa, de medir-lhe as dificuldades e talvez os limites, não menos que a realidade” (WAHL, 1968, p. 13).

Assim, a partir do que é dito por Coelho e Wahl, podemos dizer à maneira de Salum (2006[1970]), na apresentação brasileira do CLG, que Saussure fora estruturalista antes do termo, ou, de um modo muito mais radical, podemos afirmar que o próprio Saussure não foi estruturalista. Entretanto, afirmar que Saussure não foi estruturalista só possível a partir do entendimento de estruturalismo enquanto manifestações, enquanto conjunto de produções teóricas transformadas pelo discurso de Saussure.

## 5. O modelo estrutural: da Linguística à Antropologia

Como vimos anteriormente, a noção de relação movimentada na teoria saussuriana deu as bases para uma leitura estruturalista da produção teórica do linguista genebrino. No entanto, essa leitura não ficou restrita ao âmbito dos estudos linguísticos. Muitos teóricos de outras áreas viram em Saussure uma teoria da estrutura, muitas vezes influenciados por outros leitores de Saussure. Neste tópico, trataremos de um exemplo em especial: a influência saussuriana na antropologia estrutural de Lévi-Strauss. A nosso ver, diversas passagens da teoria do antropólogo retomam o princípio saussuriano da relação e nos permite ver a forte influência de Saussure no desenvolvimento de outras áreas que não a linguística.

A relação entre língua e cultura estabelece há tempos uma proximidade entre a linguística e a antropologia. Por tratarem de objetos afins, tais ciências se encontram continuamente relacionadas. Todavia, com o advento da linguística enquanto ciência moderna, a proximidade entre tais áreas se tornou mais tênues. Isso porque, como veremos adiante, a linguística influenciou fortemente o modo de análise na antropologia. Se antes os elementos eram estudados em si mesmo, agora eles só podem ser compreendidos no interior de uma estrutura, isto é, a partir de suas relações.

François Dosse (1993), no livro *História do Estruturalismo: O campo do signo 1945/1966*, retrata como a antropologia estrutural de Lévi-Strauss encontrou seu modelo na linguística estrutural. Filósofo de formação, Lévi-Strauss dá início a sua carreira de etnólogo em 1934, quando recebe um convite para se candidatar a uma cadeira de sociologia na Universidade de São Paulo. Após voltar à França, o etnólogo expõe seus trabalhos e, segundo Dosse, começa a ser notado por um reduzido grupo de especialistas. Em 1939, ele parte novamente, dessa vez para o exílio em fuga à ocupação alemã. Seu destino será Nova York, onde recebe um convite da *New School for Social Research*. É

lá que se dará um encontro entre Lévi-Strauss e Jakobson, entre a Antropologia e a Linguística.

Nova York torna-se o lugar decisivo da elaboração de uma antropologia estruturalista, graças a um encontro decisivo entre Lévi-Strauss e seu colega linguista da *New School*, Roman Jakobson, exilado como ele e que dá aulas de fonologia estrutural de francês. Esse encontro vai ser particularmente fecundo, tanto no plano intelectual quanto no afetivo. Uma cumplicidade amistosa nasce desse momento e jamais será desmentida. Jakobson assiste aos cursos de Lévi-Strauss sobre o parentesco, e Lévi-Strauss acompanha os cursos de Jakobson sobre o som e o sentido (...). É da simbiose de suas investigações respectivas que vai nascer a antropologia estrutural. (DOSSE, 1993[1991], p. 33).

Dosse (1993) afirma que, até então, a antropologia, na França, estava ligada às ciências da natureza e possuía caráter naturalista e biologista. Segundo ele, “essa disciplina designava-se, portanto, num determinismo essencialmente biológico” (p. 37). Lévi-Strauss, porém, busca seu modelo nas ciências humanas, precisamente, na ciência linguística. É nessa ciência que o etnólogo buscará um modelo de cientificidade.

Segundo Dosse, em sua investigação antropológica, Lévi-Strauss retoma os paradigmas básicos da fonologia de Jakobson, a partir dos quais se entende que:

A fonologia tem por objeto ultrapassar o estágio dos fenômenos linguísticos conscientes, não se contenta em considerar os termos em sua especificidade mas entende apreendê-los em suas relações internas; introduz a noção de *sistema* e visa à construção de *leis gerais*. Toda a abordagem estruturalista se insere nessa ambição. (DOSSE, 1993[1991], p. 42).

Em seu livro *Antropologia Estrutural*, Lévi-Strauss (1958) ressalta a importância da linguística para o desenvolvimento da antropologia. Segundo o autor, a linguística ocupa lugar excepcional entre o conjunto de ciências sociais, embora ela não seja uma ciência social como as outras. Isso porque a linguística, para ele, a partir da formulação de um método positivo e o reconhecimento dos fatos que deverão por ela ser analisados reivindicou o estatuto de ciência.

Para Lévi-Strauss, os estudos de fonologia, em especial, renovaram as perspectivas da linguística e não se limitaram a essa disciplina. Segundo ele, essa inovação reside, principalmente, no estabelecimento de quatro procedimentos fundamentais do método fonológico propostos por N. Trubetzkoy: i) a passagem do estudo dos fenômenos linguísticos conscientes para o estudo da infraestrutura

inconsciente; ii) a recusa de tratar as entidades de modo independente, e a introdução da noção de sistema, tratando os termos em relações<sup>2</sup>; iii) a fonologia deixa de apenas declarar que os fonemas pertencem a um sistema e passa a evidenciar os sistemas fonológicos concretos e suas estruturas; iv) a procura por leis gerais. Tais princípios influenciaram, segundo o autor, o modo de proceder dos sociólogos:

como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação; como eles, só adquirem essa significação se integrados em sistemas; os “sistemas de parentesco”, assim como os “sistemas fonológicos”, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; e finalmente, a recorrência, em regiões afastadas do mundo e em sociedades profundamente diferentes, de formas de parentesco, regras de casamento e atitudes igualmente prescritas entre certos tipos de parentes etc., leva a crer que, num caso como no outro, os fenômenos observáveis resultam da operação de leis gerais, mas ocultas. O problema pode, portanto, ser formulado do seguinte modo: numa *outra ordem de realidade*, os fenômenos de parentesco são fenômenos do *mesmo tipo* que os fenômenos linguísticos. Poderiam os sociólogos, utilizando um método análogo *quanto à forma* (senão quanto ao conteúdo) ao que é utilizado pela fonologia, levar sua ciência a um progresso análogo ao que acaba de se dar nas ciências linguísticas? (LÉVI-STRAUSS, 1981, p. 46)

Conquanto o antropólogo veja a grande contribuição da linguística à antropologia no surgimento da fonologia, é inegável o reconhecimento da teoria saussuriana nos postulados do estudioso. Isso porque a fonologia proposta por N. Trubetzkoy foi bastante influenciada por Saussure. Embora o fonólogo aponte a insuficiência da teoria saussuriana na conceitualização da noção de fonema, Trubetzkoy conceitua o próprio fonema a partir de conceitos saussurianos, como o de valor linguístico e de significante, por exemplo, como pode ser visto nas seguintes passagens: “o que distingue o fonema do som não é o seu caráter puramente psíquico, mas antes seu caráter diferencial – o que faz dele um valor linguístico” (TRUBETZKOY, 1981, p. 16-17) e, ainda, “o que a fonologia quer estudar não são os sons, mas os fonemas, isto é, (...) os elementos constitutivos do significante linguístico” (p. 18). Ao distinguir a fonética da fonologia, Trubetzkoy evidencia novamente o princípio da relação de Saussure. Vejamos: “A fonética, individualista e atomista, por natureza, estuda os fenômenos fônicos isolados; a fonologia,

---

<sup>2</sup> Embora Lévi-Strauss não mencione a influência do pensamento saussuriano em relação ao segundo procedimento do método fonológico estabelecido por N. Trubetzkoy, é evidente as marcas da teorização saussuriana. É importante lembrar que as teorias desenvolvidas pelo Círculo Linguístico de Praga, do qual Trubetzkoy fazia parte, foram altamente influenciadas por Saussure.

universalista [ou estruturalista] por natureza, parte do sistema como de um todo orgânico cuja estrutura ela estuda” (p. 20). Essas passagens evidenciam a forte influência do pensamento saussuriano no CLP, que, por sua vez, influenciará a antropologia estrutural de Lévi-Strauss.

Essa influência pode ser observada na própria definição dada pelo antropólogo à noção de estrutura. Segundo ele, “uma estrutura apresenta um caráter de sistema. Consiste em elementos tais que uma modificação de qualquer um deles acarreta uma modificação de todos os demais” (LÉVI-STRAUSS, p. 306). Essa afirmação nos remete a própria teoria do valor linguístico de Ferdinand de Saussure.

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recear*, *temer*, *ter medo* só têm valor próprio pela oposição; se *recear* não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes. Inversamente, existem termos que se enriquecem pelo contato com outros (...). Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia. (SAUSSURE, 2012[1970], p. 163).

Ainda de um modo mais específico, podemos verificar a influência saussuriana no estudo das relações de parentesco desenvolvido por pelo antropólogo.

Vemos, assim que, para ser compreendido, o avunculado deve ser tratado como uma relação inserida num sistema, e que e o sistema que deve ser considerado, em seu conjunto, para perceber sua estrutura. Essa estrutura se funda em quatro termos (irmão, irmã, pai, filho), unidos entre si por dois pares de oposições correlativas, de tal modo que em cada uma das duas gerações em questão sempre há uma relação positiva e uma relação negativa. Se nos perguntarmos o que e essa estrutura, e qual sua razão de ser, a resposta e a seguinte: essa e a estrutura de parentesco mais simples que se possa conceber e que possa existir. E, na verdade, *o elemento de parentesco*. (LÉVI-STRAUSS, 1958, p. 59).

Como se vê, para o antropólogo, o elemento de parentesco avunculado, isto é, o tio materno, assim como os outros, deve ser estudado no interior de um sistema, em que se percebe uma dada estrutura, tendo em vista que em cada cultura este elemento é compreendido de um modo determinado.

## 6. Considerações finais

Neste trabalho, tivemos por objetivo apontar como a noção de relação movimentada por Saussure em sua definição de língua enquanto sistema de signos, cuja identidade é definida inteiramente pelas relações estabelecidas entre eles, possibilitou uma leitura de Saussure estruturalista, levando o reconhecimento do mesmo como pai do estruturalismo na Europa.

Como vimos, a interpretação estrutural do sistema linguístico proposto por Ferdinand de Saussure se deu no interior da própria linguística. Todavia, essa leitura alcançou diversas áreas do conhecimento. A veracidade dessa afirmação foi averiguada na leitura realizada por nós dos postulados teóricos de Lévi-Strauss sobre a antropologia estrutural. Nesta teoria, vimos como o sistema de parentesco, por exemplo, é estudado pelo antropólogo a partir do princípio das relações. É somente no interior de um sistema que um elemento de parentesco pode ser definido, nos remetendo à característica fundamental do elemento linguístico proposto por Saussure. Por meio dessa análise foi possível observarmos mais de perto como a teoria saussuriana influenciou o pensamento intelectual dos anos 50 e 60, anos em que se deu o êxito do estruturalismo europeu.

## Referências

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5a edição. Campinas: Pontes Editores, 2005[1966].

COELHO, E. P. (Selec. e introd.). **Estruturalismo**: antologia de textos teóricos - Foucault Derrida, Lévi-Strauss, Althusser, Lacan, Sartre, Barthes, Sebağ e outros. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo**: O campo do signo 1945/1966. Trad. Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DUCROT, O. **Estruturalismo e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1968.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1958].

NORMAND, C. **Saussure**. Trad. de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009 [2000].

\_\_\_\_\_. Saussure: uma epistemologia da Linguística. In: **As bordas da linguagem**. Org. Eliane Mara Silveira. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Org. por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira de Isaac

Nicolau Salum. Trad. De A. Chelini; J. P. Paes e I. Bliksten. 34a edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

TRUBETZKOY, N. A fonologia atual. In: **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Volume II. Fonologia e Sintaxe. Org. Marcelo Dascal. Campinas: 1981.

Artigo recebido em: 27.02.2015

Artigo aprovado em: 08.06.2015

Domínios de Lingu@gem

# Estrangeirismos em propagandas de revistas brasileiras: usos/abusos?!<sup>1</sup>

Loanwords on Brazilian magazine's publicity: using/abusing?!

Flavio Biasutti Valadares\*  
Ana Luiza Gerfi Bertozzi\*\*

---

**RESUMO:** O artigo trata do uso de palavras estrangeiras dentro do contexto publicitário. Como objetivo, analisa peças publicitárias veiculadas na revista *Veja*, em perspectiva laboviana, com o levantamento de termos estrangeiros presentes na publicidade da revista; apoia-se na Sociolinguística Variacionista como aporte teórico e utiliza como procedimento metodológico a análise qualitativo-quantitativa de base estatística e descrição de dados coletados. Conclui que o uso de termos estrangeiros em peças publicitárias revela-se muito mais como estratégia de discurso do que propriamente necessidade comunicativa.

**ABSTRACT:** The article deals with the use of foreign words - loanwords - on the advertisement context. It aims at analyzing texts on *Veja* magazine, searching for the presence of foreign terms on its publicity. The work is based upon Labov perspective about language variation and Variationist Sociolinguistic and it uses qualitative-quantitative statistical based analysis as methodological procedure, besides the description of the collected data. The article concludes that the use of foreign terms in advertisement texts is much more a strategy of speech than an actual communicative necessity.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística. Estrangeirismos. Publicidade.

**KEYWORDS:** Sociolinguistics. Loanwords. Advertising.

---

## 1. Introdução

Faraco (2001, p. 9) considera que estrangeirismos “atuam como palavras ou expressões de outras línguas, usadas em algumas áreas do nosso cotidiano”. Nesse sentido, Valadares (2002) expõe que eles são resultantes, principalmente, do contato linguístico e que são ferramentas de uso constante em diversas comunidades linguísticas.

Neste artigo, investigamos como a produção publicitária se apresenta como um possível introdutor de estrangeirismos destinados a uma comunidade linguística, nesse caso, a revista *Veja*. Dessa forma, fizemos o levantamento de usos de palavras estrangeiras no contexto publicitário da revista *Veja*, procurando identificar se supostamente teria havido um abuso na escolha de tais palavras ou se teria ocorrido

---

<sup>1</sup> Resultado de Iniciação Científica Voluntária, do Programa de Pesquisa do IFSP/*Campus* São Paulo, e do grupo de pesquisa, certificado CNPq, Descrição do Português do Brasil/IFSP.

\* Orientador, docente do IFSP/*Campus* São Paulo. Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP, Pós-Doutorado em Letras/UPM-SP.

\*\* Orientanda de IC voluntária, IFSP/*Campus* São Paulo. Graduada em Letras Português do IFSP/*Campus* São Paulo.

necessidade comunicativa no sentido de não existir termo equivalente em língua portuguesa.

Nas palavras de Zilles (2001, p. 155), “há mudanças espontâneas, que parecem resultar de motivações internas aos sistemas linguísticos (...) e mudanças que resultam de contato entre línguas (...) ou de situações de dominação política e imposição linguística (...)”. Isso demonstra que as variações que encontramos em todos os idiomas não ocorrem de maneira desregrada e aleatória, muito pelo contrário, demonstra também o papel fundamental que uma língua tem sobre outras.

De outra forma, Schmitz (2001) apresenta pontos interessantes sobre os conceitos de abuso, já que nenhuma legislação vai impedir eventuais exageros ou abusos no uso do idioma por parte de seus usuários. A legislação citada por Schmitz é o Projeto de Lei 1676/99 que dita regras para o uso de estrangeirismos dentro do território brasileiro. Ele ressalta que “o mero fato de lançar os estrangeirismos nos jornais [e revistas] faz com que as palavras comecem a ingressar como parte do idioma. O processo é irreversível. Não se trata de um ‘uso gratuito’ ou um abuso no emprego de empréstimos”. (SCHIMTZ, 2001, p. 96)

A citação de Schmitz (2001) nos indicia que o uso no discurso publicitário pode agir como termômetro e vitrine para o discurso que é usado entre os falantes. Temos, então, um ponto de partida e uma justificativa para as análises que seguem nessa pesquisa: avaliar como um dos meios de comunicação de massa faz uso dos estrangeirismos em seu discurso publicitário.

Nossa base teórica apoia-se na Sociolinguística Variacionista, de base laboviana; como procedimento metodológico, adotamos a análise qualitativo-quantitativa por meio de análise estatística e descrição de dados coletados. Assim, garantimos a cientificidade necessária à consecução do objetivo e da análise apresentada.

## **2. A Sociolinguística Variacionista e os estrangeirismos**

Constatamos que, a partir dos estudos de Labov (1972), a variação passa a ser considerada como inerente, regular e, enquanto tal, passível de uma análise linguística sistemática. Como indica Lorengian-Penkal (2004),

os estudos de Labov não se situam à margem de uma linguística da língua, uma vez que ele considera que esta só tem sentido em um contexto social. Em outras palavras, diferentemente de Saussure e Chomsky, por exemplo, Labov quer buscar a estrutura heterogênea da



língua enquanto falada por uma comunidade ou grupo social. Seu foco de interesse não são as formas categóricas da língua, mas as variantes – formas alternativas de se dizer a mesma, permitidas pela própria estrutura da língua e motivadas por condicionamentos externos; Labov quer mostrar a existência e o funcionamento de regularidades na variação, quer mostrar que esta é sistemática e previsível. (LORENGIAN-PENKAL, 2004, p. 70)

Dessa forma, a Sociolinguística, como indicam Chambers (1995), Monteiro (2000), Mattos e Silva (2002), Camacho (2003; 2013), Mollica (2003), Cezario e Votre (2008) e Gonçalves (2008), trata de evidenciar a heterogeneidade inerente da linguagem, demonstrando que a variação é sistemática, regular e ordenada, além de estudar a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais.

Conforme Salomão (2011, p. 188), a Sociolinguística como um campo específico de estudo “se desenvolveu, sobretudo a partir da década de 1960, que representa o marco do início dos estudos mais sistemáticos na área”. Relata:

Shuy (2003) conta que, para se ter uma ideia de quão recente era o termo “sociolinguística”, a terceira edição de 1961 do Dicionário Internacional *New Webster* não trazia esta palavra. Entretanto, suas origens se situam bem antes. Paulston e Tucker (2003) afirmam que o termo “sociolinguística” foi cunhado em 1939 no título do artigo de Thomas C. Hodson, *Sociolinguistics in India* publicado no periódico *Man in India*. Foi inicialmente usado pelo linguista Eugene Nida na segunda edição de seu *Morphology* (1949, p. 152), mas há também a atribuição do termo a Haver Currie, que usou o termo em um trabalho apresentado em uma conferência em 1949 e depois em uma publicação no *Southern Speech Journal* em 1952. (SALOMÃO, 2011, p. 188)

Salomão (2011) explicita, também, que, quando a Sociolinguística se tornou popular como um campo de estudo no final dos anos 60, houve duas denominações para o estudo da intersecção e interação entre linguagem e sociedade: sociolinguística e sociologia da linguagem. Inicialmente, sinônimos, após algum tempo, passou a ser feita uma distinção: a sociolinguística preocupa-se com uma descrição maior e mais ampla da linguagem, tendo em foco o efeito da sociedade sobre a língua (realizada principalmente por linguistas e antropólogos), e a sociologia da linguagem enfoca a explicação e previsão de fenômenos de linguagem no comportamento social, ou seja, o efeito da língua na sociedade (conduzida principalmente por cientistas sociais, assim como por alguns linguistas).

A autora situa a formalização inicial de uma escola teórica sociolinguística a partir de uma reunião, em maio de 1964, organizada por William Bright, na Universidade de Los Angeles (UCLA), com a participação de 26 linguistas, cuja produção científica se focava, em sua maioria, no campo da Linguística social. Entre os participantes estavam William Labov, Dell Hymes, John Gumperz, Charles Ferguson, entre outros, unidos pela vontade difusa de apresentar uma alternativa ao crescente prestígio e predomínio mundial de uma Linguística cada vez mais formal, representada pelas pesquisas de Chomsky, voltadas para a produção de modelos explicativos abstratos sobre a competência linguística.

Salomão (2011) explica que “à época da conferência, uma série de estudiosos estava investigando a relação entre linguagem e sociedade”, citando Henry M. Hoenigswald, John Gumperz, Einar Haugen, Raven I. McDavid Jr., Dell Hymes, John Fischer, William Samarin, Paul Friedrich e Charles Ferguson. E declara que os trabalhos dos participantes advinham de tradições de pesquisa bastante diferentes, como a geografia linguística, línguas em contato, mudanças históricas, etnografia e planejamento linguístico, e as palavras-chave que estabeleciam uma ligação entre elas eram *linguagem e sociedade* e *sociolinguística*.

William Bright, então, foi o encarregado da publicação das atas (*Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*, 1966) e tentou sintetizar as diferentes contribuições, definindo o objeto de estudo deste campo como sendo a diversidade linguística, cujos fatores condicionantes, a seu ver, estariam relacionados à identidade social do falante, à identidade social do destinatário e ao contexto. Identifica um conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais se supõe que a diversidade linguística esteja relacionada, como: identidade social do emissor ou falante; identidade social do receptor ou ouvinte; o contexto social e o julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento linguístico e sobre o dos outros, isto é, as atitudes linguísticas. (MONTEIRO, 2000).

Alkmin (2001) assinala que o estabelecimento da Sociolinguística, em 1964, é precedido pela atuação de vários pesquisadores, que buscavam articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural. Destaca Hymes (1962) e Labov (1963), com a publicação de Hymes de um artigo que propõe um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, e o trabalho de Labov sobre a comunidade da ilha de *Martha's Vineyard*, em que sublinha o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação linguística, isto é, da diversidade linguística observada.

Para Labov (1994), toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança, existindo imposições socioculturais que contribuem para que determinadas palavras sejam usadas e tenham consequente relevância na comunidade linguística. Por isso, toda mudança linguística, a nosso ver, traz consequências cujos benefícios só são legitimados *a posteriori*, muitas vezes, impedindo que se tenha uma noção mais exata e relevante das inovações sofridas pela língua, que nunca pode ser considerada velha ou nova, mas em constante transformação. (BAGNO, 2001; COSERIU, 1979; DIAS, 1996; TARALLO, 1989).

Labov (2008) também mostrou que a mudança linguística não pode ser compreendida fora da vida social da comunidade em que ela se produz, uma vez que pressões sociais são exercidas constantemente sobre a língua, ou seja, a explicação da mudança linguística, em suas palavras, “parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística”. (LABOV, 2008, p. 19).

Assim, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e Mudança Linguística compõe um aporte teórico basilar para análise de usos de estrangeirismos em uma língua. Utilizamos tal aporte para analisar as palavras estrangeiras utilizadas em peças publicitárias veiculadas na revista *Veja*.

O estrangeirismo, na visão de Valadares (2014, p. 111), são palavras, efetivamente, oriundas de outro sistema linguístico, “tomadas por empréstimo para suprir alguma necessidade conceitual, de ordem tecnológica, ou para a expressão de elementos socioculturais, referentes às trocas de ordem linguístico-cultural entre comunidades falantes de idiomas diversos”.

Conforme Garcez e Zilles (2001, p. 15), “é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas”. Biderman (2001) indica três diferentes tipos de estrangeirismos que ocorrem na língua portuguesa: 1) *Decalque* — versão literal do lexema-modelo concretizado, tendo em vista que tais palavras são calques literais da palavra estrangeira, como em retroalimentação, supermercado e cartão de crédito; 2) *Adaptação* da forma estrangeira à fonética e à ortografia brasileira, quando, em geral, o estrangeirismo já foi adotado há muito tempo pela nossa cultura, por exemplo, boicote (*boy-cott*), clube (*club*) e drinque (*drink*); e 3) *Incorporação* do vocábulo com a sua grafia original, por exemplo, *hardware*, *check-up* e *best sellers*.

Nesse ponto, é válido observarmos que os empréstimos linguísticos são imanentes aos sistemas linguísticos. Eles podem contribuir para a inovação linguística, isto é, os

usuários de uma língua, ao fazerem uso de um empréstimo, estariam atestando que aquele determinado uso é possível dentro do sistema daquela língua, já que atende à estrutura, com adaptações, via de regra, fonéticas, ainda que mínimas.

Carvalho (2002, p. 21) confirma que “todos os empréstimos só podem ser reconhecidos como termos da língua portuguesa ao se adaptarem a padrões criados pelos termos populares, tanto no nível fonológico, quanto na tipologia silábica, além da estruturação morfológica”. A autora salienta que o empréstimo, quanto à forma de adoção, pode ser simples, quando constituído de uma unidade lexical apenas; ou composto, quando constituído de mais de uma unidade lexical. Muitos empréstimos compostos são, no entanto, adotados como simples: *pull-over* — pulôver, *roast-beef* — rosbife. Além disso, a adoção pode ser completa, adoção do conjunto significante mais significado — nhoque, basquete; ou incompleta, adoção de um novo significante para um significado já existente na língua — *griffe* em francês, sinônimo de marca em português. (CARVALHO, 2002, p. 70-74).

Quanto à forma de derivação, ainda segundo Carvalho (2002), os empréstimos podem ser classificados em diretos e indiretos. O empréstimo direto é aquele que deriva diretamente da língua fonte: futebol, por exemplo, que derivou de sua língua de origem, do inglês *football*. O indireto tem a língua fonte como intermediária no processo de adoção: humor (português), do francês *humeur*, mas emprestado para o português do inglês *humour*.

Sandmann (1997) aponta três grupos de neologismos por empréstimos: lexical, semântico e estrutural. O lexical ocorre quando há incorporação de palavra estrangeira em sua forma original, seja no aspecto fonológico-ortográfico (*pizza*), ou no ortográfico (*clip* e *grid*); morfossintático (*campus-campi*); plenamente adaptado à língua portuguesa (*blecaute* e *robe*), ou estar em processo de adaptação (*stand*>estande). O semântico é a tradução ou substituição de morfemas, mantendo marcas da importação (*hot dog*>cachorro quente). No caso do estrutural, é a importação de modelo não vernáculo, como determinante + determinado (videoconferência).

Nessa perspectiva, a verificação de que o uso de palavras estrangeiras vem ocorrendo em escala cada vez maior no português do Brasil traça um perfil, em alguns usos, de uma possível mudança linguística. É interessante notarmos que o processo de

mudança linguística implica a ocorrência de variantes concorrentes<sup>2</sup> até que uma delas sobressaia em relação à outra, daí caracterizando efetivamente a mudança linguística, quando se passa ao uso de apenas uma das formas.

De outro modo, palavras importadas sem equivalente em língua portuguesa como *apartheid*, *impeachment* e *réveillon* são utilizadas em nossa língua em sua grafia original, ainda que no uso oral estejam adaptadas ao sistema fonológico da língua portuguesa. Também, expressões como *check-up* e *personal trainer* apresentam-se com equivalente em língua portuguesa, mas são comumente usadas na forma importada. Nesse sentido, Coseriu (1979, p. 32) salienta o fato de a língua “não estar feita”, e sim, que ela “se faz continuamente pela atividade linguística concreta”.

Labov (1994) indica que não se deve parar no que é estritamente linguístico. Isso evidencia que, havendo maior contato, as trocas linguísticas dão-se de maneira mais acentuada e promovem uma série de alterações nos usos dos falantes, seja por razões efetivamente comerciais, seja por transmissão cultural. Desse modo, a língua, instituição social de domínio público, apresenta no uso cotidiano seu maior veículo de divulgação e, por consequência, de troca. A fala das pessoas recebe influências às mais diversas, desde a conversa com amigos até a leitura de periódicos.

Com isso, entendemos que as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade linguística, e que o contato entre os dialetos e a língua torna-se uma força com movimento comum e de grande relevância nesse processo, uma vez que a renovação de uma língua é algo imprescindível para a sua própria manutenção e sobrevivência e só assim poderão ser criados novos significados e atender às novas demandas da sociedade. Dessa forma, Labov (1994) ressalta que toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança.

Carvalho (2009, p. 78) confirma que “nossa língua portuguesa vive, como as demais, em permanente elaboração”, reiterando que “à medida que é veículo de novas experiências e valores, precisa adequar-se para permanecer como instrumento de comunicação, o que determina a necessidade de empréstimos”.

Assim, podemos considerar que muitos empréstimos linguísticos externos são passíveis de se constituir em direção a promover mudança linguística, com casos em

---

<sup>2</sup> Tarallo (1997, p. 8) aponta que “em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação. [...] a essas formas de variação dá-se o nome de variantes. Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”.

início de implementação, outros em fase de conclusão, ou mesmo como um estereótipo linguístico que pode se tornar um fato em mudança. (MATTOS E SILVA, 2002).

### 3. Análise dos dados

A pesquisa foi dividida em três partes: na primeira, levantamos conceitos, teorias e pensamentos de pesquisadores e linguistas que fossem relevantes para o trabalho. O segundo momento foi dedicado à construção de tabelas e gráficos das palavras estrangeiras encontradas nas revistas. Por último, análise e interpretação dos dados obtidos.

Foram utilizados como *corpus* todos os anúncios publicados nas edições selecionadas (números 32, 34, 35, 36 e 37, do ano 47, da revista *Veja*, Agosto e Setembro de 2014), levando-se em conta todo o texto que fazia parte deles.

Zilles (2001) assevera que todo estrangeirismo passa pelo crivo dos usuários que os manipula e transforma-os até que os empréstimos possam vir a se tornar naturais aos falantes. Esse processo – chamado de *aportuguesamento* – pode transformar completamente a palavra, ou adaptá-la à fonética e conjugação da língua destino. Contudo, para os fins desta pesquisa, levamos em consideração apenas aqueles estrangeirismos que ainda são reconhecidos como palavras estrangeiras, ou seja, palavras com grafia em língua estrangeira.

Identificamos também uma série de *slogans* escritos em língua inglesa, nas revistas pesquisadas, tendo optado por não utilizá-los em nosso *corpus*, devido a comporem frases completas e não palavras/lexias simples, não se enquadrando como estrangeirismos ou empréstimos. Encontramos também diversas marcas registradas e nomes de produtos escritos em língua inglesa. Apesar de estes serem palavras pontuais, ou expressões; no texto, elas não estão ali como substitutas de palavras do português. Assim, também não foram inclusas em nossas análises.

Dessa maneira, selecionamos toda e qualquer palavra simples em língua estrangeira que fizessem parte da peça publicitária. Para conseguirmos uma noção mais clara de tais números, as propagandas foram separadas como segue abaixo:

TABELA 01 - Divisão das palavras estrangeiras dentro do contexto analisado

Mês/Número	Sem Estrangeirismos	Com Estrangeirismos	Somente com <i>slogans</i> e marcas em língua inglesa	Total de Propagandas
Ago. 2014 - nº 32	22	18	9	<b>49</b>
Ago. 2014 - nº 34	20	13	8	<b>41</b>
Ago. 2014 - nº 35	17	8	6	<b>31</b>
Set. 2014 - nº 36	15	16	4	<b>35</b>
Set. 2014 - nº 37	15	14	7	<b>36</b>
Totais	89	69	34	<b>192</b>

A tabela 1 mostra claramente que a escolha de palavras estrangeiras é algo corriqueiro aos redatores das propagandas, visto que 103 levam algum tipo de palavra estrangeira em seu discurso, do total de 192 propagandas publicadas.

A análise do uso dos estrangeirismos levantou um total de 233 palavras. Estas são usadas em diversos contextos e, muitas vezes, repetem-se. Levamos em conta as propagandas destinadas à venda de serviços e bens de consumo nas seguintes áreas: setor automotivo, alimentação, vestuário, móveis, imóveis, eletrônicos e eletrodomésticos, serviços bancários, de telefonia e internet, hotelaria, cultura, saúde, companhias aéreas, educação, revistas e jornais e construção e infraestrutura. As tabelas 02 e 03 mostram como os estrangeirismos figuraram em cada uma dessas áreas.

TABELA 02 - Distribuição das propagandas com estrangeirismos

Com Estrangeirismo:			
Bens de Consumo:		Serviços:	
Automotivo:	13	Correios:	0
Alimentação:	0	Bancários:	6
Vestuário:	6	Telefonia & Internet:	1
Móveis:	1	Automotivos:	0
Imóveis:	4	Hotelaria:	2
Eletrodomésticos & Eletrônicos:	8	Cultura:	2
		Saúde:	0
		Companhia Aérea:	4

		Educação:	8
		Assinatura de Revistas & Jornais:	14
		Construção e Infraestrutura:	0
<b>Com Estrangeirismo</b>			
Total de Bens de Consumo:	32	Total de Serviços:	37

TABELA 03 - Distribuição das propagandas sem estrangeirismos

<b>Sem Estrangeirismo:</b>			
Bens de Consumo:		Serviços:	
Automotivo:	22	Correios:	1
Alimentação:	10	Bancários:	8
Vestuário:	16	Telefonia & Internet:	4
Móveis:	0	Automotivos:	3
Imóveis:	5	Hotelaria:	2
Eletrodomésticos & Eletrônicos:	4	Cultura:	9
		Saúde:	5
		Companhia Aérea:	0
		Educação:	16
		Assinatura de Revistas & Jornais:	17
		Construção e Infraestrutura:	1
<b>Sem Estrangeirismo</b>			
Total de Bens de Consumo:	57	Total de Serviços:	66

As áreas destacadas foram aquelas que mais tiveram propagandas publicadas. No caso do uso de estrangeirismos, essas áreas foram o setor automotivo e o de venda de assinaturas de jornais e revistas. Em ambos os casos, é a tecnologia que demanda o uso de tais estrangeirismos. Nos casos dos automóveis e caminhões, palavras como *start/stop*, *air-bag*, *bluetooth*, *display*, *paddle shifter*, por exemplo, mostram ao possível comprador que a tecnologia utilizada nos carros é importada e mais inovadora. No caso das assinaturas, é a necessidade de ampliar as plataformas que traz o apelo à tecnologia. Em um mundo mais 'digitalizado', as pessoas estão cada vez mais lendo notícias e livros em seus *tablets*, *laptops*, *desktops* e *smartphones*. Em ambos os exemplos, é possível notar



uma preocupação dos publicitários em modernizar seus produtos e seus discursos, sendo identificado, por nós, que uma das ferramentas para a consecução disso é o uso de estrangeirismos.

Na análise das cinco edições da revista, foi contabilizado um total de 192 propagandas, das quais 69 apresentam estrangeirismos em seus textos publicitários, conforme tabela 01. Nas tabelas 04 a 08, destacamos como foi a distribuição desses 66 estrangeirismos entre o mercado de serviços e o de bens de consumo.

TABELA 04 - Edição de Ago. 2014 - Nº 32

Com estrangeirismo:		Sem Estrangeirismo:	
Bens de Consumo:	10	Bens de Consumo:	13
Serviços:	8	Serviços:	18

TABELA 05 - Edição de Ago. 2014 - Nº 34

Com estrangeirismo:		Sem Estrangeirismo:	
Bens de Consumo:	4	Bens de Consumo:	9
Serviços:	9	Serviços:	19

TABELA 06 - Edição de Ago. 2014 - Nº 35

Com estrangeirismo:		Sem Estrangeirismo:	
Bens de Consumo:	3	Bens de Consumo:	11
Serviços:	5	Serviços:	12

TABELA 07 - Edição de Set. 2014 - Nº 36

Com estrangeirismo:		Sem Estrangeirismo:	
Bens de Consumo:	7	Bens de Consumo:	9
Serviços:	9	Serviços:	10

TABELA 08 - Edição de Set. 2014 - Nº 37

Com estrangeirismo:		Sem Estrangeirismo:	
Bens de Consumo:	7	Bens de Consumo:	7
Serviços:	7	Serviços:	15

Procuramos interpretar esses números de diversos pontos de vista e, com isso, elaboramos diversas tabelas (cf. em resultados obtidos). Dessa forma, realizamos duas análises: uma quantitativa e outra qualitativa que nos proporcionaram uma visão crítica e mais completa do objeto dessa pesquisa. Com a ideia de melhor entendermos as escolhas dentro do discurso da revista, pesquisamos o perfil do leitor. Para isso, usamos as informações divulgadas pela própria editora (Abril) sobre esta revista e outras publicações de seu portfólio.

TABELA 09 - Perfil dos leitores da revista *Veja* (como publicado pela Editora Abril)

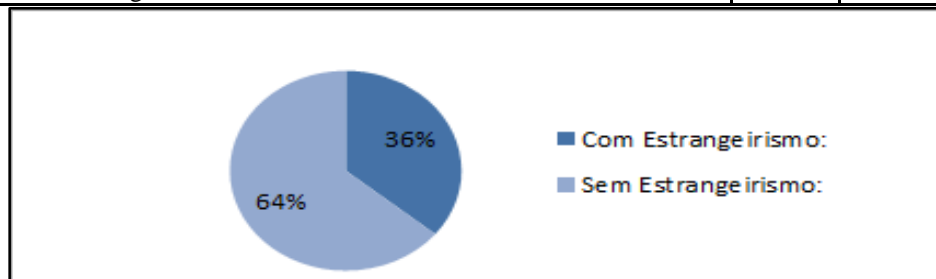
Perfil dos leitores															
R e v i s t a	Sexo		Classe Social					Faixa Etária							
	M	F	'A'	'B'	'C'	'D'	'E'	2 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 49	+50
V e j a	45%	55%	20%	50%	27%	3%	0%	0%	3%	7%	8%	20%	22%	9%	31%

Como mostrado na tabela 09, o público majoritário da revista é feminino (55%). Deste público, 50% pertencem à classe alta (classe B) e têm entre 25 e 44 ou acima de 50 anos. Esse público, de maneira geral, não teria problemas para entender a linguagem escolhida pelos redatores publicitários, uma vez que são consumidoras de cultura e produtos importados.

Com as informações coletadas, é possível ter um panorama de como os estrangeirismos se dividem pelas publicações analisadas. A tabela 10 mostra os percentuais totais de propagandas com e sem estrangeirismo por todas as cinco edições. Esse gráfico mostra como o uso de estrangeirismos já está intrinsecamente aceito pelos leitores e redatores da revista, sendo parte integrante desse discurso. Mesmo que o número total de propagandas com estrangeirismos ainda seja menor que o número de propagandas sem estrangeirismo, temos mais de um quarto do texto publicitário analisado recorrendo aos empréstimos como ferramenta linguística.

TABELA 10 - Visão geral das propagandas

Total de Propagandas Analisadas		
Número de Propagandas:	192	%
Com Estrangeirismo:	69	36%
Sem Estrangeirismo:	123	64%



A análise das propagandas resultou ainda em uma lista com todos os estrangeirismos usados – um *ranking* com a quantidade de vezes em que cada um deles foi usado ao longo das cinco edições (cf. anexo). Tal lista expõe que as palavras estrangeiras escolhidas pelos redatores das propagandas, muitas vezes, possuem equivalentes em língua portuguesa. Isso demonstra que a escolha vai além da simples necessidade de uma complementação de vocabulário ou da praticidade de escrita. No caso dos textos publicitários, o objetivo é aproximar da melhor forma possível o discurso e a forma do texto da propaganda com o discurso e a forma dos textos da vida do comprador.

Assim, chegamos à descrição dos dados coletados com a indicação de que o *corpus* selecionado mostra que termos estrangeiros utilizados em peças publicitárias cumprem uma função discursiva, mas por vezes utiliza de certo abuso nas escolhas lexicais, caracterizando um processo que objetiva dar maior visibilidade ao produto ou serviço ofertado. Simultaneamente e em paralelo, é um gênero que traz em si a possibilidade de inserção de termos estrangeiros para nossa língua.

#### 4. Conclusão

Nosso artigo analisou, na perspectiva laboviana, dados de propagandas veiculadas na revista *Veja*, com o objetivo de descrever usos de palavras estrangeiras na publicidade. A análise chegou a algumas conclusões a partir da proposta elaborada no projeto de pesquisa – iniciação científica “Estrangeirismos em propagandas de revistas brasileiras: usos/abusos?!”.

Como nos assevera Alves (2002, p. 72), o léxico de um idioma “não se amplia exclusivamente por meio do acervo já existente: os contatos entre as comunidades

linguísticas refletem-se lexicalmente e constituem uma forma de desenvolvimento do conjunto lexical de uma língua”.

Nesse ponto, citamos Crystal (2005, p. 139) que salienta: “precisamos aceitar as mudanças na língua como um processo normal. [...] A mudança é inevitável, contínua, universal e multidirecional. As línguas não melhoram nem pioram ao mudar. Apenas se modificam”. Para Faulstich (1999, p. 56), “nenhuma língua se desnacionaliza porque expressões estrangeiras entram nela”. Em sua concepção, a questão é saber até onde tais expressões passam a fazer parte da língua como sistema e até onde são registros que passam a fazer parte de um código usado em situações específicas.

Com isso, salientamos que nossa pesquisa visou a mostrar como o gênero textual publicitário pode contribuir também para os processos de variação e mudança linguística, ou seja, como bem salienta Labov (2008), quanto a tais processos, a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos usuários e dos estilos por meio de regras que governam a variação na comunidade linguística. Além disso, nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

### Referências bibliográficas

ALKMIN, T. Sociolinguística — Parte I. In MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

ALVES, I. M. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 2002.

BAGNO, M. **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAMACHO, R. G. **Da Linguística formal à Linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (orgs) **Português brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, N. Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In ALVES, I. M. *et al* (orgs.). **Os estudos lexicais em diferentes perspectivas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. v. 1, 255p.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In MARTELOTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/Edusp, 1979.

CRYSTAL, D. **A revolução da linguagem**. Tradução de Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil**. Campinas/SP: Pontes, 1996.

FARACO, C. A. (org.) **Estrangeirismos — guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.

FAULSTICH, E. A função social da terminologia. **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa/org.** Ângela C. de S. Rodrigues, Ieda Maria Alves, Norma S. Goldstein. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

GARCEZ, P. de M. e ZILLES, A. S. M. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In FARACO, C. A. (org.) **Estrangeirismos — guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.

GONÇALVES, C. R. **Uma abordagem Sociolinguística do uso das formas você, ocê e cê no português**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, 349p. Tese (Doutorado).

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1

LOREGIAN-PENKAL, L. **(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul**. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2004, 261p. Tese (Doutorado).

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez. 2011. p. 187-207

- SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1997.
- SCHMITZ, J. R. A língua portuguesa e os estrangeirismos. In FARACO, C. A. (org.) **Estrangeirismos** — guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001.
- TARALLO, F. **A pesquisa sócio-linguística**. São Paulo: Ática, 1997.
- TARALLO, F. **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas/SP: Pontes, 1989.
- VALADARES, F. B. **Uso de estrangeirismos na língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002, 155p.
- VALADARES, F. B. **Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo/SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014, 190p.
- ZILLES, A. S. M. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (org.) **Estrangeirismos** — guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001.

## Anexo

TABELA 11 - Ranking do uso dos estrangeirismos nas cinco edições

	Número 32 - Ago. 2014	Número 34 - Ago. 2014	Número 35 - Ago. 2014	Número 36 - Set. 2014	Número 37 - Set. 2014	Totais
	39	45	26	72	51	233
Air Bag	0	1	0	0	0	1
All	0	0	0	0	0	0
Bankline	0	0	0	1	0	1
Bike	1	1	1	0	0	3
Bluetooth	2	1	1	1	0	5
Blue-Ray	1	0	0	0	0	1
Business Class	0	0	0	0	1	1
Check-up	0	0	0	0	2	2
Chek-In	0	1	2	1	0	4
Check-list	0	0	0	0	1	1
Chip	0	0	0	0	2	2
Conmfort	0	0	1	0	0	1

Conference Call	0	0	0	0	1	1
Deck	0	1	0	0	0	1
Design	4	0	2	1	0	7
Desktop	1	1	1	1	1	5
Display	0	0	0	0	1	1
Dock Station	0	0	0	0	0	0
Drones	0	1	0	17	0	18
E-mail	0	0	0	1	2	3
Finance	0	0	1	0	0	1
Fitness	0	0	0	1	0	1
Flat	0	0	0	1	0	1
Flex	0	1	0	0	0	1
Full	1	1	0	0	0	2
Gay	0	1	0	0	0	1
Gourmet	0	0	0	1	0	1
Hold	0	0	1	0	0	1
Home	0	0	0	2	0	2
Hotspot	0	1	0	0	0	1
Internet	2	0	0	2	3	7
Laptop	1	1	1	1	1	5
Luxury	0	2	0	0	0	2
Media	0	0	0	0	0	0
Mentoring	0	1	1	2	1	5
Mobile	0	0	0	0	2	2
Motoboy	0	0	0	1	0	1
Notebook	3	0	2	4	3	12
Now	1	0	0	0	0	1
No-show	0	1	1	1	0	3
Office	0	0	0	1	0	1
Open House	0	0	0	1	0	1

Online	2	2	0	5	4	13
Outlet	0	1	0	0	0	1
Paddle Shifters	0	1	0	0	0	1
Pay-per-use	0	0	0	3	0	3
Pitch	0	0	0	0	1	1
Podcasts	0	1	0	0	1	2
Premium	0	1	3	0	0	4
QR Code	1	0	0	1	0	2
Rally	0	0	0	0	2	2
Ranking	0	1	0	0	0	1
Resort	0	1	0	2	0	3
Sedan	0	0	1	0	0	1
Select	0	1	0	0	0	1
Software	0	0	0	2	0	2
Shopping	0	2	0	2	0	4
Show	1	0	0	0	0	1
Sign & Go	0	2	0	0	0	2
Site	2	2	3	3	5	15
Slim	1	0	0	0	0	1
Smartphone	2	1	0	2	6	11
Spa	1	0	0	1	0	2
Start-Stop	1	2	1	1	0	5
Start up	0	0	0	0	1	1
Stand	0	0	0	0	0	0
Store	0	0	0	0	0	0
Super	0	1	0	0	1	2
Tablet	5	2	1	2	6	16
Test-drive	2	2	0	1	0	5
Touch	1	0	0	0	1	2
Touchscreen	1	1	1	3	0	6



---

Tour	0	1	0	1	0	2
Turbo	0	2	0	0	0	2
Upgrade	1	0	0	0	0	1
Underwear	0	0	0	1	0	1
Web	0	0	0	0	1	1
Website	0	1	1	1	0	3
Way	0	0	0	0	0	0
Wi-fi	1	1	0	0	0	2
Workshop	0	0	0	0	1	1
<b>TOTAIS</b>	<b>39</b>	<b>45</b>	<b>26</b>	<b>72</b>	<b>51</b>	

Artigo recebido em: 27.02.2015

Artigo aprovado em: 10.06.2015

## Tinha uma vírgula no meio da frase: considerações sobre as prescrições do emprego do sinal<sup>1</sup>

There was a comma in the middle of the sentence: considerations about the prescriptions of the use of this punctuation mark

Leandro Vidal Carneiro\*

Mônica Magalhães Cavalcante\*\*

**RESUMO:** Apresentamos os resultados de uma pesquisa em que se buscou verificar a abordagem das Gramáticas Normativas (GN) sobre o emprego da vírgula nas frases em português. A pesquisa faz parte de um projeto maior, realizado por integrantes do Protexto – UFC/Fortaleza, que investigou como vários outros fenômenos linguísticos são abordados pelas GN. O *corpus* constituiu-se de cinco GN e de um livro especializado no assunto do emprego do sinal de pontuação em foco. Para a coleta dos dados, realizou-se uma leitura do que cada autor diz sobre os casos em que o sinal deve ou não ser utilizado e, por meio de um método comparativo, procurou-se destacar as semelhanças e as diferenças entre as regras apresentadas nas obras. Os resultados apontam as muitas divergências no tratamento do assunto, tais como as contradições, em um mesmo compêndio; as incompatibilidades entre as regras que, para o mesmo ambiente sintático, ora recomendam o uso da vírgula, ora não; a ausência de regras que prescrevam os casos onde o sinal não deve ser utilizado; a vagueza na exposição das regras, não compensada pelos exemplos dados, entre outras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vírgula. Regras. Gramática normativa.

**ABSTRACT:** In this article we present the results of a research in which we tried to verify the approach of Normative Grammars (NG) about the use of the comma in Portuguese sentences. This research is part of a major project, performed by members of Protexto-UFC/Fortaleza, which tried to investigate how many other linguistic phenomena are approached by NG. The *corpus* is constituted by Five NG and a specialized book in the topic at issue: the punctuation mark comma. To collect the data, we read what each author said about the cases in which the mark should or not be used. Through a comparative method we tried to highlight the similarities and differences about the rules presented in their works. The results indicate many divergences in the subject usage, just like contradictions in a same compendium, between rules that in the same syntactic environment, at times affirm the use of the mark, at other times deny it; the absence of rules in one of the works that prescribe the cases in which the mark should not be used; vagueness in the rules exposition, not rewarded by the given examples, inter alia.

**KEYWORDS:** Comma. Rules. Normative grammar.

<sup>1</sup> O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa maior – totalmente desenvolvida por alunos da graduação integrantes do PROTEXTO – em que se buscou investigar como as normas de concordância, regência, colocação e virgulação são apresentadas nas GN. O interesse pela investigação surgiu a partir dos questionamentos e reflexões dos alunos das disciplinas Texto e Discurso e Língua Portuguesa: Frase, do curso de Letras da UFC/Fortaleza, quando nas aulas se discutiam os critérios das competências avaliadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio para a correção da redação dos participantes.

\* Aluno graduando em Letras pela Universidade Federal do Ceará, UFC/Fortaleza.

\*\* Doutora em Linguística Textual pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como Professor Assistente na Universidade Federal do Ceará, onde desenvolve pesquisas sobre referência, intertextualidade e argumentação. É coordenadora do grupo de pesquisa PROTEXTO.

## 1. Considerações iniciais

O emprego correto da vírgula em textos escritos em língua portuguesa é, sem dúvida, uma das maiores dificuldades que o aluno, e, muitas vezes, o próprio professor, encontra na hora de elaborar e de corrigir as redações, ou mesmo as atividades referentes ao ensino/aprendizagem das orações, quando no âmbito das aulas de sintaxe. O objetivo deste trabalho é, justamente, fornecer ao corretor de redação uma visão geral das normas que apresentam mais uniformidade entre os gramáticos e das que aparecem de maneira inconstante.

Luft (2009) diz que a dificuldade nos usos é oriunda da relação, equivocadamente ensinada, que se faz entre pausa na fala e pausa na escrita, sendo, então, a vírgula usada na escrita para marcar a pausa na fala. O autor esclarece que “a pontuação em língua portuguesa obedece a critérios sintáticos, e não prosódicos” (p.07), e que, por isso, “nem a toda pausa corresponde uma vírgula, nem a toda vírgula corresponde uma pausa” (p.07).

Luft afirma ainda que, sendo de base sintática a virgulação em língua portuguesa, não se deve separar o que é sintaticamente ligado e que, para virgular bem, é preciso que o escritor tenha um bom conhecimento das estruturas sintáticas.

O autor acusa as gramáticas normativas – doravante GN – de apresentarem regras precárias e deficientes, que não conseguem abranger todos os casos particulares. Observa ainda que, em algumas gramáticas mais atuais, de autores conceituados, persiste a ilusão da virgulação baseada em critérios prosódicos.

De fato, sobre a vírgula, Souza (2013), diz que

a gramática tradicional trata da vírgula como elemento de pontuação que marca, sobretudo, a pausa, sem dar a devida ênfase aos aspectos linguísticos e semânticos que motivam o uso da pontuação de forma enfática ou comparativa. (SOUZA, 2013, p.16).

A autora, após fazer uma leitura do que 17 GN de várias épocas dizem sobre o sinal de pontuação em foco, conclui que entre os gramáticos não há critérios uniformes para o uso da vírgula: em geral, essas obras limitam a ocorrência do sinal gráfico ao ritmo, desconsiderando, assim, os critérios sintáticos.

Compartilhando do pensamento de Luft (2009), Araújo-Chiuchi (2009) observa que as gramáticas são, com muita frequência, consultadas para análises do emprego da vírgula, mas não colaboram nesse exercício porque apresentam uma variedade de regras de usos e escolhas, gerando, desse modo, pouco consenso sobre o conjunto de normas.

A autora acrescenta que, em consequência disso, o escrevente enfrenta uma grande variação de prescrições e orientações tanto no uso da vírgula em determinado local do parágrafo ou frase, quanto em relação ao uso de vírgula ou outro sinal de pontuação (geralmente, o ponto-e-vírgula).

Araújo-Chiuchi (2009) afirma que o problema oriundo do impasse sobre usar ou não usar uma vírgula não é, todavia, gerada apenas pelas GN, pois também se lê nos materiais didáticos que

a pontuação é predominantemente ligada à fala, mais frequentemente à pausa e a entonação (...) trata-se de uma visão da pontuação como sinais gráficos relacionados unicamente à representação de aspectos da oralidade, o que, em certa medida, revela uma visão de escrita como representação unívoca e acabada da fala. (ARAÚJO-CHIUCHI, 2009, p.02-03).

Isto é, conforme a autora, tanto nas GN quanto nos materiais didáticos persiste a ideia de que a pontuação está relacionada à pausa e à entonação da fala. Para a autora, essa concepção de pontuação é o fator que provoca muitos dos empregos da vírgula que são considerados como erros de pontuação, quando se leva em consideração as normas gramaticais sobre os itens que compõem os enunciados/frases.

Pensando em colaborar para uma correção de redação mais condizente com o maior ou o menor rigor das normas de virgulação – e mais justa, tendo em vista essa flutuação –, o PROTEXTO desenvolveu uma pesquisa em que se buscou verificar a abordagem das GN sobre o emprego da vírgula nas frases escritas em português, isto é, os casos para os quais é prescrito o uso obrigatório, o uso facultativo ou a restrição de uso do sinal, almejando que os resultados possam contribuir para o ensino de uma parte da sintaxe dessa língua, aquela que diz respeito à pontuação.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a concretização da pesquisa.

## **2. Procedimentos metodológicos**

Nesta seção, apresentamos os critérios utilizados para a seleção do material de pesquisa e como realizamos a coleta dos dados. Escolhemos as obras conforme os seguintes critérios:

1. Referência: as gramáticas mais recorrentes em consultas de trabalhos dos estudiosos da língua em geral;
2. Ano da edição: os exemplares mais recentes, de datas que não ultrapassassem uma década em relação ao momento da pesquisa;
3. Propósitos: entre as obras escolhidas, encontram-se quatro GN usadas, hoje em dia, no ensino básico – Cegalla (2005), Cipro Neto e Infante (2006), Cunha e Cintra (2007) e Lima (2006) –, uma GN que foca concursos – Almeida (2010) – e uma obra especializada no assunto do uso da vírgula, contendo, portanto, uma abordagem mais aprofundada – Luft (2009).

Uma vez realizada a escolha, efetuamos a coleta das informações em cada obra.

Para a análise dos dados, observamos detalhadamente o que cada autor apresenta, em sua respectiva obra, sobre o emprego da vírgula.

No seu livro dedicado exclusivamente à problemática do uso da vírgula, Luft (2009) afirma que, em português, o emprego deste sinal de pontuação é regido exclusivamente por critérios sintáticos, ficando de fora critérios prosódicos, como a curva melódica ou a entonação.

Aceitando esse argumento, reconhecemos como didático, e coerente, o modo como Cipro Neto e Infante (2006) abordam o assunto, pois as regras vêm distribuídas ao longo de doze páginas (349, 350, 371, 372, 391, 392, 408, 409, 426, 443, 457 e 458), que percorrem toda a seção destinada à sintaxe. Além disso, os autores dividem as regras de emprego da vírgula em subseções: primeiro, conforme cada termo da oração; depois, conforme cada tipo de oração, sejam as subordinadas ou as coordenadas, fato que evidencia a preocupação dos autores em destacar que a virgulação tem, em português, caráter essencialmente sintático.

Verificamos também que, para cada regra dada, os autores oferecem exemplos práticos e não se atêm às exceções para cada uma delas, eliminando da descrição o caráter estilístico que, algumas vezes, é atribuído à virgulação. Isso não os impede de esclarecer alguns contextos em que o uso da vírgula é facultativo.

Devido, especialmente, à opção desses dois autores de privilegiar o aspecto sintático da virgulação, elegemos essa GN como o parâmetro para a análise das demais, isto é, usamos as regras discriminadas nesse compêndio gramatical para verificar quais delas são apresentadas nas outras cinco obras e quais não são.

Uma vez que atentamos para a nomenclatura que cada autor utiliza para nomear e descrever as regras, mesmo quando elas eram nomeadas com outros termos nas demais GN, observamos se se tratava ou não do mesmo critério e, sempre que necessário, fizemos, ao longo deste trabalho, as devidas ressalvas.

### 3. Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção, tecemos algumas considerações sobre os problemas encontrados no tratamento das normas de emprego e de omissão da vírgula presentes nas GN em exame. Refletimos, sobretudo, sobre as incoerências entre as regras, a ausência de regras e o excesso de casos facultativos.

#### 3.1 Prescrições semelhantes

A maior parte das prescrições elencadas a seguir aparece em todas as gramáticas. Alertamos que, em Lima (2006), encontramos apenas *uma* regra de omissão da vírgula – a que diz respeito à coordenação de termos assindéticos –, da qual falaremos mais adiante. Esclarecemos que, embora os autores divirjam na forma de apresentação de cada uma delas, de uma maneira geral, as prescrições são idênticas.

Desse modo, diz-se, consensualmente, que se a vírgula com as seguintes finalidades:

I. Para separar vocativos (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Luft (2009) acrescenta que, se, no meio da frase, o termo deve ser intercalado entre duas vírgulas:

- (1) “Se eu tenho de morrer na flor dos anos, *Meu Deus*, não seja já!” (ALMEIDA, 2010, p. 453, grifos nossos);
- (2) “Olha, *Roque*, você vai me dar um remédio.” (CEGALLA, 2005, p.428, grifos nossos);
- (3) “Participação crítica, *cidadãos*, é o caminho para um país melhor.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.392);
- (4) “Que idéias tétricas, *minha senhora!*” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.645, grifos nossos);

(5) “Deixe-me, *senhora*.” (LIMA, 2006, p. 552, grifos nossos);

(6) “Vem muita, *gente*.” (LUFT, 2009, p.71, grifos nossos);

II. Para separar apostos (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Almeida (2010) prescreve o uso tanto para apostos de valor explicativo, quanto para apostos oracionais. Cunha e Cintra (2007) prescrevem o uso do sinal para separar qualquer outro elemento de valor meramente explicativo. Luft (2009) faz exceção aos apostos especificativos:

(7) “E aqui, *nesta serra inacessível*, que debes esperar.” (ALMEIDA, 2010, p. 453, grifos nossos);

(8) “São Marcelino Champagnat, *fundador da Congregação dos Irmãos Maristas*, destaca-se entre os grandes educadores da juventude. ” (CEGALLA, 2005, p.428, grifos nossos);

(9) “Caetano Veloso, *compositor consagrado*, não suporta quem desrespeita sinal vermelho.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.392, grifos nossos);

(10) “Alice, *a menina*, estava feliz.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.645, grifos nossos);

(11) “Matias, *cônego honorário e pregador efetivo*, estava compondo um sermão. ” (LIMA, 2006, p. 553, grifos nossos);

(12) “O criador de Capitu, *Machado de Assis*, nasceu em 1839.” (LUFT, 2009, p.64, grifos nossos);

III. Para omitir verbos, ou termos, ou marcar-lhes a supressão (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Todos esses autores dizem que também se deve usar vírgula para omitir uma palavra ou um grupo de palavras. Luft (2009) observa, no entanto, que essa é “uma regra artificial, apenas parcialmente confirmada na prática de bons escritores” (p.25), sendo, portanto, mais um caso de vírgula facultativa. Chamamos a atenção para o fato de que os casos de flutuação prescritiva dessa natureza levam a indecisões para o usuário comum e mais ainda para os corretores de redação. O autor acrescenta que, quando se marca

a elipse de um verbo com uma vírgula, a pontuação anterior – aquela que separa as orações – deve ser maior: ponto-e-vírgula ou ponto:

- (13) “‘Na sala, apenas quatro ou cinco convidados.’ A vírgula indica a supressão da forma verbal havia ou estavam.” (ALMEIDA, 2010, p. 453);
- (14) “‘Uns dizem que se matou, outros, que fora para o Acre. [=outros diziam que fora para o Acre.]’” (CEGALLA, 2005, p.429, , grifos no original);
- (15) “‘Eu trabalho com fatos; você, com boatos.’” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.350);
- (16) “‘No céu azul, dois fiapos de nuvem.’” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.646);
- (17) “‘‘Uma flor, o Quincas Borba.’’” (LIMA, 2006, p.553);
- (18) “‘Sou gremista; eles, colorados.’” (LUFT, 2009, p.26);

IV. Para separar o adjunto adverbial anteposto ou intercalado (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Esta norma é uma das que mais apresentam imprecisões. Almeida (2010) afirma que a regra vale tanto para o termo deslocado quanto para o termo intercalado (ex. 19a); mas, sendo curto o adjunto adverbial, dispensa-se a vírgula (ex. 19b). As dificuldades começam na determinação daquilo que é considerado “adjunto adverbial curto”: como os usuários da língua e corretores de redação decidirão sobre o limite de extensão de adjunto adverbial que deve ser marcado por vírgula por estar deslocado de sua posição canônica na sentença? Cunha e Cintra (2007) e Lima (2006) falam apenas do adjunto adverbial anteposto e afirmam que, se o termo for curto, mesmo que venha deslocado, dispensa-se a vírgula (ex. 22a e 22b e 23, respectivamente). Cegalla (2005) não indica em qual posição – se anteposto ou intercalado – deve estar o termo para que este seja separado. Seus exemplos, contudo, exibem apenas o termo anteposto. Luft (2009), por sua vez, diz que, quando o adjunto adverbial vem intercalado, usam-se “ou duas vírgulas (...), ou nenhuma.” (p.31), obviamente referindo-se às situações de intercalação e anteposição, respectivamente. Cipro Neto e Infante (2006) chegam a afirmar que é facultativo se separar, por vírgula,



o adjunto adverbial quando este vem após o verbo e seu(s) complemento(s) (ex. 21a), porém explicam, logo em seguida, que a separação é obrigatória quando o termo está anteposto ou intercalado, mas dispensável quando o adjunto é de pequena extensão (ex. 21b). A indefinição paira, portanto, sobre marcar ou não com vírgulas o deslocamento de adjuntos adverbiais considerados “curtos” e sobre quão curtos devem ser os casos que dispensariam as vírgulas:

(19a) “*Uma noite*, no seio da cabana, a virgem de Tupã tornou-se esposa de Martim.” (ALMEIDA, 2010, p. 453, grifos nossos);

(19b) “O estudo *sempre* se torna um sacrifício.” (ALMEIDA, 2010, p. 453, grifos nossos);

(20a) ““Eis que, aos poucos, *lá para as bandas do oriente*, clareia um cantinho do céu.”” (CEGALLA, 2005, p.429, grifos nossos);

(20b) ““*Dentro do navio* homens e mulheres conversavam.”” (CEGALLA, 2005, p.429, grifos nossos);

(21a) ““Encontrei alguns amigos, *ontem à noite*, na praça’ ou ‘encontrei alguns amigos *ontem à noite* na praça’””. (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.391, grifos nossos);

(21b) ““*Ontem à noite*, encontrei alguns amigos na praça. (...) *Ali* se vendem esses produtos.”” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.391, grifos nossos);

(22a) “*Lá fora*, a chuvada despenhou-se por fim.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.645, grifos nossos);

(22b) “*Depois* levaram o Ricardo para a casa da mãe Avelina.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.646, grifos nossos);

(23) ““*Por impulso instantâneo*, todo o ajuntamento se pôs de pé”” (LIMA, 2006, p.553, grifos nossos);

(24) “Ou, *se houver necessidade*, serão feitas algumas alterações.” (LUFT, 2009, p.32, grifos nossos);

V. Para separar/isolar a oração subordinada adjetiva explicativa da sua principal (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Todos os autores explicam, à exceção de Cegalla (2005), com critérios semânticos, os porquês dessas normas. Não nos ocuparemos aqui de tais justificativas, todas relacionadas à distinção sintática entre orações subordinadas adjetivas restritivas e explicativas. Esta prescrição se mostra, assim, consensual:

(25) “E essa força, *que é tudo*, vem de um nada.” (ALMEIDA, 2010, p. 455, , grifos no original);

(26) ““O coronel ia enchendo o tambor do revólver, *do qual nunca se separava.*”” (CEGALLA, 2005, p.429, grifos nossos);

(27) “O país, *cuja distribuição de renda é indecente*, não tem perspectiva de civilizar-se.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.426, grifos nossos);

(28) “O Loas, *que tinha relações sobrenaturais*, diagnosticara um espírito.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.649, grifos nossos);

(29) ““A ele, *que é o descanso da corporação*, nenhum preito lhe renderam.”” (LIMA, 2006, p.557, grifos nossos);

(30) “Em cima havia uma salinha, [que era] *mal iluminada por uma janela* que [a janela] dava para o telhado dos fundos.” (LUFT, 2009, p.56, grifos nossos)

VI. Para separar orações coordenadas assindéticas (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006; LUFT, 2009). Os autores analisados são também unânimes no estabelecimento desta norma. Luft (2009), todavia, não apresenta exemplos para essa norma:

(31) “No alto da figueira estava, no alto da figueira fiquei.” (ALMEIDA, 2010, p. 454);

(32) ““Os passantes chegam, olham, perguntam e prosseguem.”” (CEGALLA, 2005, p.428);

(33) “Alguns reclama, um ou outro protesta, ninguém reivindica.”” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.457);

(34) “Pois eu caçaca, visgava, alçapava.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.647);

(35) ““Há sol, há muito sol, há um dilúvio de sol.”” (LIMA, 2006, p.555);

Vale ressaltar, neste ponto, o que as gramáticas costumam prescrever sobre a vírgula antes do ‘e’ que inicia oração coordenada sindética aditiva. (ALMEIDA, 2010; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2006), advertem que se deve usar a vírgula antes do *e* quando os sujeitos das duas orações forem diferentes.

(36) “*Um* deitou-se na rede, e *outro* telefonava.” (ALMEIDA, 2010, p. 455,

grifos nossos);

(37) “*O presidente convocou os ministros, e o Congresso começou a trabalhar.*” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.458, grifos nossos);

(38) “*O sol já ia fraco, e a tarde era amena.*” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.647, grifos nossos);

(39) ““*Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se.*”” (LIMA, 2006, p.555, grifos nossos);

Assim, recomenda-se que não se use a vírgula antes do ‘e’ que inicia oração coordenada quando os sujeitos das duas orações são os mesmos (CIPRO NETO E INFANTE, 2006; CUNHA E CINTRA, 2007; LUFT, 2009). Luft (2009), no entanto, alega que a vírgula é facultativa antes da conjunção *e* quando a parte esquerda da coordenação for muito longa. Mais uma vez, deparamo-nos com a imprecisão do que pode ser considerado “muito extenso”, o que contribui para interpretações diferentes quanto à norma. Almeida (2010), Cegalla (2005) e Lima (2006) nada falam sobre o assunto;

Esclarecemos que não se deve confundir este uso da vírgula com aquele em que apenas se separam termos. Almeida (2010), Cipro Neto e Infante (2006) e Cunha e Cintra (2007) prescrevem o uso do sinal para os casos de polissíndetos e para os casos em que a conjunção não tem valor aditivo. Em Cegalla (2005), não encontramos nada sobre essa regra. Lima (2006) também cita o emprego do sinal “para acentuar, numa estrutura, o vulto das coisas enumeradas” (p. 555), isto é, os casos de polissíndetos;

(40a) “Ele fez o céu, e a terra, e o mar, e tudo quanto há neles.” (ALMEIDA, 2010, p. 455, grifos nossos);

(40b) ““Estudou o ano inteiro, e não conseguiu aprovação no concurso.” (valor adversativo)”. (ALMEIDA, 2010, p. 455);

(41) “O menino girava em volta da mãe, e vinha, e tornava a ir, e ainda uma vez voltava, e se afastava, e ameaçava falar o que queria, e fazia meia-volta...” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.458);

(42) “E eles riem, e eles cantam, e eles dançam.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.647);

(43) ““Seca a terra aparece, e nela é tudo informe, e rude, e solitário, e mudo.”” (LIMA, 2006, p.555);

VII. Vírgula antes das orações coordenadas iniciadas por conjunções adversativas, alternativas, conclusivas ou explicativas (ALMEIDA, 2010; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; LIMA, 2006). Cunha e Cintra (2007) prescrevem o uso da vírgula apenas para as orações coordenadas iniciadas por conjunções adversativas ou conclusivas.

(44) “O senhor (...) estava avisado do que ia acontecer, *portanto* não chore mais.” (ALMEIDA, 2010, p. 454, grifos nossos);

(45) “A queimada das florestas nativas representa grande desperdício, *mas* continua a ser praticada neste país.” CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.457, grifos nossos);

(46) “Vá aonde quiser, *porém* fique morando conosco.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.648, grifos nossos);

(47) “Não se deve julgar o homem por uma só ação, *senão* por muitas.” (LIMA, 2006, p.556, grifos nossos);

Até este momento, discutimos as normas mais ou menos consensuais de emprego da vírgula. Agora, trataremos das situações em que os autores proíbem a virgulação. Assim, não se usa vírgula:

I. Entre o sujeito e o predicado/verbo (ALMEIDA, 2010; CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; LUFT, 2009). Nesta norma, as recomendações se distanciam um pouco do que se costuma encontrar em alguns textos literários clássicos e em uma outra opinião, de Evanildo Bechara (2009), não utilizada na análise deste trabalho. Isso pode colaborar para correções diferenciadas e, consequentemente, para uma atribuição diferenciada de pontos às redações. De um modo geral, sustenta-se que não se separa sujeito de predicado. Para Almeida (2010) e Luft (2009), por exemplo, não se usa vírgula nem mesmo quando o sujeito é extenso. Luft (2009) acrescenta que a vírgula pode ser usada aos pares, para marcar encaixe(s). Cegalla (2005) afirma que “não se emprega vírgula entre o sujeito e o verbo da oração, quando juntos” (p.429), o que nos permite a interpretação de que, quando separados, deve-se usá-la. Esse modo de enunciar a norma abre espaço para a indefinição: sempre que sujeito e verbo estiverem “separados”, deve-se empregar a vírgula? Se pensarmos, no entanto, na intercalação de adjuntos adverbiais entre o sujeito e o verbo, caímos na mesma

dúvida sobre a virgulação nos adjuntos adverbiais deslocados. Cipro Neto e Infante (2006) repetem a recomendação de Almeida (2010) e de Luft (2009): não se usa vírgula nem mesmo quando o sujeito é muito longo ou vem depois do predicado. Todavia, lemos em Bechara (2009) que há um caso em que é possível (mas não obrigatório) pôr vírgula entre sujeito e predicado. Isso aconteceria depois de um sujeito expandido pela oração adjetiva: “Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância [M.M]” (BECHARA, 2009, p. 610). Cunha e Cintra (2007) não fazem menção a esta regra diretamente, porém alegam que “os termos essenciais e integrantes da oração se ligam uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados com vírgula” (p.650). A tendência, mas não o consenso, é que não se deve empregar a vírgula entre o sujeito e o predicado;

(48) “A sua compleição robusta / ostenta-se nesta ocasião em toda a plenitude.” (ALMEIDA, 2010, p. 456);

(49) “Atletas de várias nacionalidades participarão da grande maratona.” (CEGALLA, 2005, p.429);

(50) “Todas as tentativas de mudar a relação entre trabalho capital e trabalho resultaram em fracassos.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.349)

(51) “O Jardim de Infância Vovô Ruy tratará o seu filho como...” (LUFT, 2009, p.23);

II. Entre o verbo e seus complementos (ALMEIDA, 2010); CEGALLA, 2005; CIPRO NETO E INFANTE, 2006; LUFT, 2009). Almeida (2010) alerta que não se deve separar, com vírgula, o verbo do seu complemento nem mesmo se o objeto indireto antepuser o objeto direto. Cegalla (2005) afirma que “não se emprega vírgula entre o verbo e seus complementos, quando juntos” (p.430), o que permite a interpretação de que, quando separados, deve-se usá-la. Cipro Neto e Infante (2006) dizem que não se deve pôr vírgula nem mesmo nos casos em que o complemento estiver anteposto ao termo que completa.

(52) “Pagarei ao farmacêutico a conta.” (ALMEIDA, 2010, p. 456);

(53) “Dona Elza pediu ao diretor que colocasse o filho em outra turma.” (CEGALLA, 2005, p.430);

(54) “É preciso saber reagir às palavras dos provocadores com lucidez.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.371);

(55) “O estudante comprou livros.” (LUFT, 2009, p.12);

### 3.2. Os casos (mais) divergentes

De início, destacamos alguns problemas que encontramos na obra de Lima (2006) quanto ao tratamento do emprego da vírgula. Dentre eles, apontamos a divisão de uso e não uso do sinal. Como mencionamos anteriormente, o autor apresenta apenas as regras de uso e apenas *uma* regra de omissão da vírgula, não esclarecendo em quais outros contextos sintáticos da oração não se deve usá-la. Além disso, salvo o caso dos adjuntos adverbiais, do qual falaremos mais adiante, o autor não expõe outros casos de uso facultativo. A omissão nos leva a entender, talvez precipitadamente, que, *em todos os outros ambientes sintáticos que não aqueles contemplados pelas regras de uso, não se deverá usar a vírgula.*

Fator agravante da situação é a quantidade imensa de exemplos retirados de obras de grandes nomes das literaturas de língua portuguesa, o que lhes atribui caráter estilístico, visto que o texto literário, não é novidade, tem um estilo bem diferenciado do texto jornalístico, do texto publicitário e dos textos das redações oficiais.

Apontamos o problema referente à presença de regras em algumas obras e ausência delas em outras, como, por exemplo, a regra que prescreve o emprego da vírgula para isolar o objeto direto ou indireto pleonástico, que é citada apenas por Almeida (2010) e Cipro Neto e Infante (2006), como no exemplo:

(56) ““Ao ingrato, eu não o sirvo porque me não magoe.”” (ALMEIDA, 2010, p. 454, grifos no original);

(57) “Aquelas frutas, plantara-as na primavera.” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.371);

Assim também acontece com a norma que prescreve uso facultativo de vírgula entre o verbo passivo, o agente da passiva e o sujeito passivo, citada apenas por Luft (2009). A norma é descrita de modo confuso, pois o autor se contradiz, visto que, em outras páginas, ele diz que não se deve usar vírgula nem entre o sujeito e o predicado, nem entre o verbo e os seus complementos. Além disso, chamamos a atenção para a maneira como uma mesma regra vem apresentada nas diferentes obras. Cegalla (2005),

por exemplo, fala que a vírgula pode ser empregada para separar “termos que desejamos realçar” (p.430) e dá um exemplo de uma frase com um objeto direto pleonástico antecipado:

(58) “*o dinheiro*, Jaime o trazia escondido nas mangas do paletó” (CEGALLA, 2005, p. 430, grifos nossos);

Sabemos que tanto o objeto direto como o objeto indireto pleonástico são termos realçados, entretanto, não apenas eles, mas muitos outros termos podem ser realçados.

O problema é criado quando o autor usa a palavra *realçar*, que faz parte do mesmo campo semântico de *ênfatizar*. Um advérbio de intensidade, por exemplo, pode receber uma ênfase maior na fala, sendo, pelo aluno/escritor, conforme a regra do autor citado, isolado do restante da frase, gerando uma frase como a do exemplo seguinte:

(59) Naquele dia nós andamos, *tanto!*

Parece-nos confusa e vaga a explicação sobre o uso da vírgula para separar esses termos que desejamos realçar, principalmente se levarmos em consideração que os alunos, por teimosia ou não conhecimento/compreensão da composição das frases, costumam levar para a escrita as pausas da fala.

Apontamos ainda um problema referente aos casos facultativos de emprego da vírgula. Sobre a vírgula nas subordinadas adverbiais, Cipro Neto e Infante (2006) dizem que “a separação é optativa quando a oração subordinada está posposta à principal e é obrigatória quando a oração está intercalada ou anteposta” (p.443); Lima (2006), por outro lado, diz que se deve usar vírgula para separar a oração subordinada adverbial, reduzida ou desenvolvida, da principal, quer aquela venha anteposta ou quer venha posposta a esta. Desse modo, para uma mesma situação – a posposição da subordinada adverbial – Cipro Neto e Infante (2006) apontam uso facultativo, ao passo que Lima (2006) aponta uso obrigatório.

(60) “‘Tudo continuará como está *se você não intervier*’ ou ‘Tudo continuará como está, *se você não intervier.*’” (CIPRO NETO E INFANTE, 2006, p.443, grifos nossos);

(61a) “‘Juro que ela sentiu certo alívio, *quando os nossos olhos se encontraram...*’” (LIMA, 2006, p.557, grifos nossos);

(61b) “‘*Enquanto o senhor escarneceu o feitio das minhas botas*, estava no

seu ofício e no seu direito.” (LIMA, 2006, p.557, grifos nossos);

Ainda sobre as orações subordinadas adverbiais, apontaremos a seguir uma divergência sobre o uso, ou não, da vírgula antes da adverbial consecutiva.

### 3.2.1. A vírgula e a oração subordinada adverbial consecutiva

A prescrição do emprego ou da omissão da vírgula antes da oração subordinada adverbial consecutiva vem apresentada em apenas duas obras: a de Cegalla (2005) e a de Lima (2006).

Lima (2006) adverte que se deve usar vírgula para separar a oração subordinada adverbial consecutiva da sua principal, assim:

(62) “(...) e o fulgor das pupilas negras fuzilava *tão* vivo e por vezes *tão* recobrado, *que* se tornava irresistível.” (LIMA, 2006, p. 556, grifos no original).

Isso está em conformidade com a regra apresentada pelo autor para as orações subordinadas adverbiais: usa-se a vírgula “para separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não integrantes), quer antepostas, quer postostas à principal.” (LIMA, 2006, p.556).

Seguindo o argumento de Luft (2009), que afirma ser a vírgula um sinal de pontuação que indica falta ou quebra de ligação sintática no interior das frases, verificamos um equívoco na regra imposta pelo gramático Rocha Lima, pois, na estrutura da oração subordinada adverbial consecutiva, encontramos um elemento que depende sintaticamente de outro que está na oração principal, como os vocábulos *tão*, *tão* e *que*, que o autor utiliza no seu exemplo, transcrito em (3). Vejamos outro exemplo:

(63) Ontem choveu *tanto* / *que* inundou tudo.

Como podemos observar, a conjunção integrante que inicia a oração subordinada consecutiva depende - sintática e semanticamente - do advérbio de intensidade que pertence à principal. Este pode, às vezes, vir elíptico. Colocar vírgula entre esses dois itens significa ‘quebrar’ o conjunto da frase e criar uma separação que não deveria existir, alegando que entre os dois itens não há nenhuma ligação sintática.



Cegalla (2005), por sua vez, diz que não se deve usar vírgula para separar a subordinada adverbial consecutiva da sua principal. Embora essa regra seja bem coerente com o critério sintático da sentença é, todavia, destoante de outra regra do mesmo autor que diz: não se deve usar vírgula para separar a oração subordinada adverbial – tanto a reduzida como a desenvolvida – da principal.

Percebemos, então, dois problemas: o primeiro diz respeito ao fato de se poder ou não usar a vírgula para separar a oração subordinada adverbial consecutiva da sua principal, uma vez que dois conceituados autores ditam regras diferentes; o segundo diz respeito à falha de Cegalla quanto à definição das regras para as orações subordinadas adverbiais em geral, desenvolvidas ou reduzidas. Em um primeiro momento, este autor afirma que se deve usar vírgula para separá-las das suas respectivas principais; em outro, ele coloca uma restrição à regra e afirma que não se usa vírgula entre a consecutiva e a sua principal.

Por fim, acrescentamos que não encontramos em nenhuma das obras uma regra específica que esclareça se se deve, ou não, usar vírgula para separar as orações subordinadas adverbiais finais das suas principais. Também não encontramos nada que prescreva o emprego ou a omissão de vírgulas entre as orações subordinadas adverbiais concessivas e suas respectivas regentes, nem entre as condicionais e suas regentes. Encontramos apenas as informações sobre *as adverbiais em geral*, com todas as problemáticas apontadas.

### 3.2.2. O tamanho do adjunto adverbial

Por ser a norma que mais flutuação admite nas correções de redação, retornamos, agora, ao uso de vírgulas para separar ou intercalar o adjunto adverbial.

Esta norma, mesmo estando presente em todas as obras, sendo, à primeira vista, igual em todas, vem apresentada de maneiras diversas: Cunha e Cintra (2007), por exemplo, falam apenas do adjunto adverbial antecipado, sem dizer se se deve ou não usar a vírgula para separar o adjunto adverbial que vem intercalado no meio da frase.

Cegalla (2005) adverte que o adjunto adverbial deve ser separado por vírgula, mas não informa em qual posição o termo em questão deve estar para que se aplique o sinal de pontuação, se antecipado ou intercalado. O autor apresenta três exemplos, um com dois adjuntos intercalados entre vírgulas:

(64) “eis que, *aos poucos*, lá para as bandas do oriente, clareia um cantinho do céu.” (CEGALLA, 2005, p.329, grifos no original)

e o outro com o termo antecipado:

(65) “*com mais de setenta anos*, andava a pé.” (CEGALLA, 2005, p.329, grifos no original);

do terceiro exemplo falaremos mais à frente.

Lima (2006) menciona apenas o caso do adjunto adverbial invertido e apresenta o seguinte exemplo:

(66) “*por impulso instantâneo*, todo o ajuntamento se pôs de pé.” (LIMA, 2006, p.553, grifos nossos);

Luft (2009), sobre essa questão, diz que, quando o termo está intercalado, usam-se duas vírgulas para separá-lo ou nenhuma, mas nunca só uma. Por outro lado, o autor termina por se contradizer ao afirmar que não se usa vírgula para separar o advérbio quando este está entre o verbo e o seu complemento. Como o adjunto adverbial pode também ser expresso por apenas um advérbio, o autor nos põe a dúvida: afinal, deve-se ou não separar dos outros termos o adjunto adverbial que está intercalado?

Outro problema surge com as prescrições de Almeida (2010), Cipro Neto e Infante (2006), Cunha e Cintra (2007) e Lima (2006) que dizem que, se o termo for curto, como, por exemplo, apenas um advérbio ou uma locução adverbial, não deve ser separado do restante da oração.

Como dissemos no início deste trabalho, para nós, essa explicação é vaga, pois ficamos sem saber o que é um adjunto adverbial curto. Se um adjunto adverbial for considerado curto quando apresentar apenas um vocábulo – um advérbio, no caso – quantos vocábulos serão necessários para que se considere um adjunto adverbial longo?

Acrescentamos que Souza (2013), consultando outras GN, além destas que usamos neste trabalho, deparou-se com o mesmo problema: “outra regra que não apresenta critérios claros é a de que ‘adjuntos de pequeno corpo’(...) podem dispensar a vírgula. O que podemos entender por pequeno corpo?” (p.32). Para ela, esse critério, além de não ser coerente, não é facilmente compreendido e aplicado pelos estudantes. A autora acusa as GN analisadas de não usarem precisão vocabular para formular essa norma. Reflitamos sobre as três frases seguintes:

(67) *Ontem* choveu muito.

(68) *Ontem à tarde* choveu muito.

(69) *Na tarde de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e nove* choveu muito.

Em todos os três exemplos, temos, antes do verbo, um adjunto adverbial de tempo. O segundo deles é maior que o primeiro e menor que o terceiro. Deve-se ou não separá-lo do restante da frase? Qual seria, afinal, o critério a ser adotado para que se possa considerar um adjunto adverbial curto ou longo?

Os autores dizem que um adjunto adverbial é curto quando o termo apresenta apenas um advérbio ou uma locução adverbial. Para o primeiro caso – só um advérbio –, a explicação é satisfatória. Para o segundo – uma locução adverbial –, todavia, a explicação, e muito menos os exemplos apresentados, não elucidam a questão, pois as locuções variam em dimensão e quantidade de itens vocabulares.

Observemos o segundo – que repetimos logo abaixo – e o terceiro exemplos que Cegalla (2005) apresenta sobre os adjuntos adverbiais:

(65) “*com mais de setenta anos*, andava a pé.” (CEGALLA, 2005, p.329, grifos no original);

(70) “*dentro do navio* homens e mulheres conversavam.” (CEGALLA, 2005, p.329, grifos no original);

Nos dois exemplos, temos adjuntos adverbiais antecipados, oportunamente não constituídos por apenas um advérbio, uma locução adverbial, portanto. No primeiro deles, o termo vem separado com vírgula; no segundo, não há vírgula.

Os exemplos de Cunha e Cintra (2007) são menos esclarecedores ainda, pois trazem um mesmo adjunto adverbial antecipado, que ora é separado por vírgula, ora não o é:

(71) “*Depois* levaram Ricardo para a casa da mãe Avelina.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.646, grifo nossos);

(72) “*Depois*, tudo caiu em silêncio.” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.646, grifo nossos);

Cipro Neto e Infante (2006), por fim, dizem que é facultativo usar a vírgula para separar o adjunto adverbial que está depois do verbo e seus complementos. O emprego do sinal é, todavia, obrigatório quando o termo estiver intercalado ou anteposto. Os autores, assim como todos os outros, caem no dilema da extensão (sempre imprecisa) do adjunto adverbial.

### 3.2.3. Vírgula entre a oração principal e a subordinada adjetiva restritiva

Apenas Cipro Neto e Infante (2006) e Luft (2009) fazem referência às adjetivas restritivas e à possibilidade, ou não, de se usar vírgula antes delas, separando-as das suas respectivas principais.

Os primeiros dizem que não se usa vírgula nem mesmo nos casos em que a oração subordinada adjetiva for muito longa. Luft (2009), por sua vez, alega que, nesses casos, a vírgula *pode* ser usada e que isso configura, portanto, um caso de facultatividade.

Temos, mais uma vez, duas prescrições diferentes para o mesmo ambiente sintático.

### 3.2.4. Outros casos

Nesta seção, discutimos algumas das normas que constam em apenas uma obra, sem problematização. Mencionamos, oportunamente, o autor que as apresenta, a fim de que possamos observar algumas divergências a mais no confronto das obras analisadas:

Almeida (2010) diz que se usa vírgula para isolar topônimos seguidos de data:

(73) “São Paulo, 21 de setembro de 2002.” (ALMEIDA, 2010, p.454);

Cegalla (2005) diz que se usa a vírgula para separar os elementos paralelos de um provérbio:

(74) “Mocidade ociosa, velhice vergonhosa.” (CEGALLA, 2005, p.429);

Cunha e Cintra (2007) dizem que se usa vírgula para isolar os elementos repetidos:

(75) “Só minha, minha, minha, eu quero!...” (CUNHA E CINTRA, 2007, p.645);

Lima (2006) afirma que se usa vírgula nas datas:

(76) “31, janeiro, 1902.” (LIMA, 2006, p.553);

Luft (2009) acrescenta que se usa vírgula para evitar ambiguidades:

(77a) “O aluno trabalha, segundo o professor / o aluno trabalha segundo o professor” (LUFT, 2009, p.10);

(77b) “Não fala, de medo / não fala de medo” (LUFT, 2009, p.10).

Este trabalho constata, assim, que, dada a imprecisão e a divergência entre gramáticos e entre autores de compêndios gramaticais, é necessário ponderar sobre a punição aplicada às redações nos casos em que não as normas não são consensuais.

A exposição das divergências e da oscilação entre as prescrições para o uso da vírgula presentes nos seis compêndios analisados neste trabalho nos levam ao seguinte questionamento: qual deve ser a GN mais adequada para a consulta em sala de aula/concursos? Qual obra deve ser tomada como norte para a correção de redações e/ou outros textos escritos?

Diante das conclusões a que chegamos nesta pesquisa, não há como responder satisfatoriamente a essas indagações. Longe de querer resolver o impasse das prescrições entre os autores das obras em foco ou de indicar uma GN como a mais correta, este trabalho propõe apenas uma breve reflexão sobre como essa oscilação prescritiva se reflete no ensino e que problemas ela pode ocasionar.

#### **4. Considerações finais**

Neste trabalho, mostramos os resultados de uma pesquisa que procurou trazer a nu as divergências e as oscilações nas prescrições sobre o emprego correto da vírgula existentes entre algumas GN.

Os resultados da nossa pesquisa apontam algumas divergências nas abordagens sobre o emprego da vírgula por parte dos renomados autores, como, por exemplo, as contradições, na obra de Cegalla (2005), entre as normas que, para o mesmo contexto sintático – no caso, as orações subordinadas adverbiais – ora afirmam a necessidade de emprego do sinal, ora a negam.

Apontam também a ausência de regras, na obra de Lima (2006), que prescrevam os casos em que o sinal não deve ser utilizado. Além disso, há regras apresentadas em

uma obra e ausentes em outras; também há vagueza na exposição das regras, não recompensada pelos exemplos dados, entre outros problemas.

Esses resultados colaboram para afirmar que as regras explícitas das nossas gramáticas e manuais de português ainda permitem interpretações divergentes, o que pode repercutir negativamente na correção de redações. As regras são, por vezes, “não suficientemente gerais e precisas para abranger casos particulares” (LUFT, 2009, p.08).

Vimos, desse modo, que nem mesmo alguns dos manuais que deveriam apresentar, com absoluto rigor, o emprego correto da vírgula escapam de derrapar em imprecisões e omissões.

Verificamos também que, embora amparadas pela Norma Gramatical Brasileira, NGB, as obras aqui investigadas apresentam algumas diferenças no tratamento de um mesmo objeto, isto é, divergem em alguns critérios para a correta virgulação em língua portuguesa. Os resultados nos fazem vislumbrar quanto ainda poderíamos encontrar divergências entre as prescrições se fosse feito um levantamento dos dados de *todas* as GN de língua portuguesa. A considerar o expressivo número de gramáticas normativas à venda no mercado, muitas delas, obviamente, não puderam ser contempladas na nossa pesquisa.

Não pretendemos que os resultados da nossa pesquisa resolvam o impasse entre as prescrições dos gramáticos. Esperamos tão-somente que este trabalho possa contribuir para gerar reflexões e para ampliar os horizontes do ensino das regras de utilização da vírgula. É necessário que o professor considere a divergência que existe entre os argumentos dos autores desses compêndios prescritivos e pondere sobre o que, efetivamente, deve ser considerado certo ou errado nas avaliações de seus alunos.

A divergência de critérios na correção das redações poderia ser, senão sanada, ao menos reduzida, se as prescrições fossem unânimes nas GN produzidas em língua portuguesa. Esta discussão se configura como uma tentativa de trazer ao professor novas perspectivas para o ensino de redação, pois, se é realmente o ponto-de-vista que faz o objeto, e o conhecimento deve ser dado a todos que o buscam, acreditamos que aos alunos, assim como aos professores, não pode ser negada a perspectiva de diversos olhares sobre o mesmo objeto.

**Referências bibliográficas**

ALMEIDA, N. T. de. **Gramática da língua portuguesa para concursos**. 9ª ed. revista e atualizada. 4ª. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARAÚJO-CHIUCHI, A. C. O uso de vírgulas: evidências da heterogeneidade da escrita. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 40 (2), p. 488-497, mai./ago. 2011.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**, 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Lucerna, 2009.

CEGALLA, D. P.. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. **Gramática da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2006.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon Informatica, 2007.

LIMA, C. H. da R.. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LUFT, C. P.. **A vírgula**: considerações sobre o seu ensino e o seu emprego. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

SOUZA, I. G. de. **Sobre o uso da vírgula**: em redações, em gramáticas e para a linguística. 2013. 77 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 09.06.2015

# Variáveis facilitadoras na produção de palavras: dados de fala de crianças com Transtorno Fonológico

## Facilitating linguistic variables in the production of words: speech data of children with Phonological Disorder

Letícia Pacheco Ribas\*  
Bruna Santos Sant'Anna\*\*  
Kariny Zencke da Silva\*\*\*

**RESUMO:** As crianças, durante o desenvolvimento da linguagem, precisam de um determinado tempo para a estabilidade de todo o sistema fonológico. No entanto, existe uma parcela da população infantil que não adquire todos os fonemas da língua materna no período esperado, caracterizando um quadro de alterações fonológicas sem uma causa conhecida. Este artigo examina a variabilidade de produção de cada consoante do português brasileiro nos dados de fala de crianças com Transtorno Fonológico, sendo delineado um panorama dessas ocorrências a partir de um grupo de variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas para o tratamento estatístico dos dados. Os resultados obtidos mostram que existem alvos em determinados contextos que favorecem a produção correta das palavras pelas crianças, o que facilita a proposição de diretrizes terapêuticas na clínica fonoaudiológica.

**ABSTRACT:** The children, during the language development, need a certain time to the stability of the phonological system. However, there is a portion of the child population that do not get all the phonemes of mother tongue in the expected time, featuring in a situation with phonological changes without a known cause. This article examines the variability in the production of each consonant of Brazilian Portuguese in speech data of children with Phonological Disorder, it being outlined an overview of these occurrences with a group of linguistic and extralinguistic variables considered for the statistical treatment of the data. The results obtained shows that there are targets in certain contexts that facilitate the correct production of words by children, which facilitates proposing therapeutic guidelines in the speech-language clinical practice.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno Fonológico. Fonoaudiologia. GoldVarb-X.

**KEYWORDS:** Phonological Disorder. Speech and language therapy. GoldVarb-X.

### 1. Introdução

O Transtorno Fonológico é um distúrbio da comunicação humana, observado e diagnosticado frequentemente na população infantil. É caracterizado em função de uma produção de fala distinta se comparada às crianças de mesma faixa etária, ou seja, é um desempenho fonológico abaixo do esperado para o período de aquisição, mas sem um

\* Doutor em Letras/Linguística Aplicada (PUCRS); Professora Adjunto do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

\*\* Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Bolsista de Iniciação Tecnológica e Inovação FAPERGS/UFCSPA.

\*\*\* Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Bolsista de Iniciação Científica UFCSPA.



fator etiológico identificável. Nesses casos, os erros de fala, que muitas vezes são observados durante o desenvolvimento normal, apresentam-se persistentes na aquisição fonológica atípica (GRUNWELL, 1990; HENRICH, 2013).

Gierut (2001) refere que na população infantil americana há uma prevalência de 10% de transtornos de comunicação, sendo a maioria de crianças pré-escolares ou escolares. No mesmo sentido, uma pesquisa de Gregoire (1993) remete a percentuais entre 5% e 20% de crianças canadenses pré-escolares com problemas de linguagem no Canadá. Os trabalhos com dados de crianças brasileiras apontam percentuais entre 6% e 25% de prevalência de distúrbios de linguagem na população infantil (CIGANA et al., 1995; ANDRADE, 1997; GOULART e FERREIRA, 2002; PRATES e MARTINS, 2011).

Portanto, tem-se uma realidade em que há uma parcela significativa de sujeitos com um desenvolvimento de linguagem fora do padrão da língua-alvo da comunidade em que estão inseridos. Além das repercussões negativas na fala, as crianças podem também apresentar alterações na alfabetização e na aprendizagem da leitura e escrita, além de dificuldades com interlocutores, devido à ininteligibilidade de fala que remete a ‘rupturas’ e ‘quebras’ na comunicação. Os estudos com dados de aquisição fonológica atípica trazem subsídios importantes para a compreensão dos fenômenos linguísticos nesses casos e para a prática clínica em fonoaudiologia.

### **1.1. Aquisição fonológica típica e atípica: variabilidade de produção dos sons**

A variabilidade de produção de sons é observada durante a aquisição típica, mas vai gradualmente diminuindo até que se complete a sistematização de todos os segmentos em todas as posições silábicas. Essa variabilidade é compreendida em função de uma produção dos sons em três possibilidades: produção esperada, não realização ou substituição por outro segmento. No entanto, algumas classes de fonemas estão mais sujeitas a essa alternância e outras parecem ser mais estáveis e não apresentar tal variabilidade de produção. Em relação ao desenvolvimento fonológico atípico, tem-se a mesma caracterização da produção de fala – com variabilidade de produção – mas, não há uma diminuição desses eventos e o que ocorre é certa estagnação das produções, evidenciadas pelos erros de fala em crianças com idade maior do que 5 anos.

Um dos aspectos observados na aquisição fonológica típica é que há classes segmentais que são adquiridas no início do desenvolvimento fonológico e outras são mais

tardias. Os elementos estabilizados no sistema fonológico das crianças até os 2 anos de idade são: vogais, ditongos, consoantes plosivas, nasais e fricativas labiais, conforme apontam Teixeira (1985), Matzenauer-Hernandorena (1990), Lamprecht (1990), Ilha (1993), Azevedo (1994), Rangel (1998), Fronza (1998), Bonilha (2000, 2004), Oliveira (2002, 2004) e Freitas (2004). Os fonemas adquiridos mais tardiamente são: as fricativas coronais e as líquidas. Até os 3 anos e 6 meses há a estabilização das fricativas coronais, sendo que existe diferença entre elas em relação à idade em que isso ocorre e da posição que ocupam na palavra e na sílaba, já descrito em Savio (2001), Oliveira (2002) e Mezzomo (2004). A classe das líquidas é a mais tardia no desenvolvimento fonológico e, assim como as fricativas, apresentam diferenças entre elas quanto à idade de domínio e à posição silábica e na palavra, sendo que a última aquisição ocorre por volta dos 5 anos para as líquidas coronais ocupando o onset complexo (LAMPRECHT, 1990; MATZENUER-HERNANDORENA, 1990; MIRANDA, 1996; MEZZOMO, 1999; RIBAS, 2002; MEZZOMO, 2004).

As diferentes classes de sons apresentam características distintas quanto à variabilidade de produção. As vogais são realizadas de forma bastante estável e quando ocorre a estratégia de reparo é pela substituição por outra vogal com a maior semelhança de traços fonológicos (BONILHA, 2004). As plosivas e as nasais apresentam baixa ocorrência de substituições durante o desenvolvimento fonológico, sendo a dessonorização e a anteriorização as que mais aparecem nos dados de fala, conforme Freitas (2004). Por outro lado, as fricativas são segmentos em que há uma grande incidência de variabilidade, segundo Oliveira (2004). A classe das líquidas é observada pela presença de várias estratégias de reparo (com substituições e não realizações), sendo a alternância dentro da própria classe a característica mais observada. As substituições por [l] ocorrem com todas as demais líquidas, assim como o uso frequente do glide [j].

A maior variabilidade nas classes de fricativas e líquidas, provavelmente, se deve ao fato de serem mais tardias na aquisição, apresentarem menor estabilidade e, assim, estarem mais sujeitas a sofrer alternância. Tal processo ocorre na aquisição normal até que a criança produza-as regularmente.

Nos casos de Transtorno Fonológico, a criança não adquire todos os fonemas e/ou sílabas de sua língua, mas apresenta regularidades típicas de um sistema fonológico em relação à variabilidade de produção para cada segmento, sendo essa a característica importante que diferencia o processo típico de aquisição fonológica do atípico. No desenvolvimento normal a variabilidade de produção é mutável e dinâmica até que o

sistema esteja estabilizado, enquanto que no com transtorno essa alternância não se modifica com o desenrolar do desenvolvimento e há persistência dos padrões fonológicos sem alcançar a completude.

As pesquisas com dados de fala de crianças com Transtorno Fonológico indicam uma variabilidade de produção semelhante à observada no desenvolvimento típico, em que se encontram as mesmas estratégias de reparo, mas também outras alternâncias incomuns e/ou pouco frequentes.

Para o diagnóstico do Transtorno Fonológico esses achados subsidiam a prática fonoaudiológica, pois a análise de todas as ocorrências de produção para a inferência da organização do sistema fonológico é o que auxilia na avaliação, no diagnóstico e na terapêutica clínica. O resultado de tal análise junto com os dados da história pregressa, indicando a ausência de qualquer etiologia possível, assim como de outras avaliações que excluam alterações orgânicas, cognitivas e/ou neurológicas, permite ao profissional delinear a conduta e o prognóstico do caso.

## 2. Metodologia

Este estudo é do tipo descritivo, observacional e transversal, usando dados secundários, extraídos do banco de dados VALDEF, que foi construído a partir de projeto de pesquisa aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa (CEP Feevale) sob o número 4.07.01.06.345, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinados pelos responsáveis. O objetivo da presente pesquisa é analisar como as crianças produzem as consoantes, verificando quais foram realizadas corretamente e os fatores que influenciam a acurácia da produção.

A composição do banco de dados VALDEF é constituída da amostra de fala e de resultados de diversas avaliações fonoaudiológicas de 130 crianças com diagnóstico de Transtorno Fonológico, falantes monolíngues do português brasileiro (PB), com idades entre 5 a 10 anos. Para a formação do *corpus* deste trabalho foi usado os resultados da produção de fala e da avaliação fonológica de 107 crianças. Optou-se pelo tipo de amostragem probabilística do tipo aleatória simples, já que é um método de seleção no qual cada unidade amostral da população em estudo tem uma probabilidade conhecida e diferente de zero de pertencer à amostra. As margens de erro nesse tipo de amostra, em termos estatísticos, não devem ultrapassar 5%. Portanto, para o cálculo da amostra levou-se em conta o fato de em todo o Banco ter-se 118 dados de sujeitos com transcrições de

fala revisadas por 3 julgadores, atendendo, assim, ao grau de confiabilidade dos dados. Desse quantitativo de 118 sujeitos aplicou-se a fórmula para o cálculo amostral, considerando uma margem de erro de 3%, e obteve-se o resultado de um  $n$  de 107 sujeitos.

A coleta para este estudo focou os resultados da avaliação fonológica dos sujeitos, assim como as informações de dados sociais, que serão descritas posteriormente. Os achados da avaliação fonológica são oriundos de aplicação do instrumento Avaliação Fonológica da Criança (AFC), proposto por Yavas, Hernandorena e Lamprecht (1991), que permite a elicitación de até 125 itens lexicais<sup>1</sup>, sendo que a presente análise recai sobre as transcrições fonéticas das palavras produzidas pelas crianças.

Outra informação colhida da avaliação fonológica das crianças foi o grau de inteligibilidade de fala, que é uma medida calculada a partir da relação entre as consoantes corretas e incorretas produzidas pela criança. Para a caracterização da amostra de fala de cada criança quanto à inteligibilidade do Transtorno Fonológico utiliza-se a classificação de Shriberg e Kwiatkowski (1982), a partir do cálculo do Percentual de Consoantes Corretas (PCC) e considera-se os critérios do PCC Revisado (PCC-R) (SHRIBERG, L. D. et al., 1997), em que não se aceita qualquer tipo de distorção como erro. Este percentual é obtido mediante a divisão do Número de Consoantes Corretas (NCC) pelo Número Total de Consoantes (NTC), multiplicando-se o resultado por 100, ou seja:  $PCC = [NCC/NTC] \times 100$ . Considera-se nesta pesquisa, portanto, a seguinte classificação e seus respectivos percentuais: desvio severo com PCC igual ou menor que 50%; desvio moderado-severo com percentuais entre 51 e 65%; desvio médio-moderado com percentuais entre 66% e 85%; desvio médio com percentuais iguais ou acima de 86%. Têm-se, portanto, quatro grupos, a saber: severo, moderado-severo, médio-moderado e médio.

As demais características levantadas sobre os 107 sujeitos estudados foram: idade, sexo e escolaridade, assim como aspectos linguísticos inerentes às palavras do instrumento AFC (tonicidade, número de sílabas, ambiente fonológico precedente e seguinte, entre outros), caracterizando o material que será analisado estatisticamente a partir da codificação de cada grupo de dados.

Para a realização da análise desses dados, após a codificação de cada variável e suas variantes, foi utilizado o programa computacional da série VARBRUL, Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005), que é executado em ambiente

---

<sup>1</sup> Lista de palavras apresentada no Anexo I, conforme o instrumento AFC.

Windows. A organização dos dados pelo programa ocorre por um algoritmo final que fornece as informações estatísticas, na forma de pesos relativos, para cada fator condicionante da regra variável. A partir daí, foi possível a seleção das variáveis de maior relevância para a aplicação da variante estudada neste trabalho.

Esse tipo de análise já foi utilizado com sucesso e eficácia na análise de dados linguísticos em trabalhos na área da aquisição, mesmo sendo criado originalmente para análise sociolinguística, sua aplicação também tem sido utilizada nos estudos sobre desenvolvimento fonológico típico ou atípico como nos de Miranda (1996), Mezzomo (1999), Vidor (2000), Savio (2001), Oliveira (2002), Ribas (2002), entre outros.

A variável dependente da análise quantitativa dos dados constitui-se de produção correta versus produção incorreta das consoantes, tendo como possibilidades de produção incorreta a substituição por outro segmento ou a não realização da consoante. As produções das vogais não foram analisadas, no entanto, observam-se nos dados que há produções incorretas dos segmentos vocálicos, o que suscita a curiosidade da investigação desse fenômeno em estudos posteriores com os dados do banco VALDEF.

As variáveis independentes analisadas nos dados de produção de palavras das 107 crianças são de natureza linguística e extralinguística. As variáveis linguísticas foram: consoante (abrangendo todas as 19 possibilidades do português brasileiro), contexto antecedente ao segmento consonantal, contexto seguinte, tonicidade (pré-tônica, tônica, pós-tônica), posição na palavra, número de sílabas da palavra, tipo lexical e grau de inteligibilidade. As variáveis extralinguísticas foram: idade, sexo e escolaridade.

Todas essas variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas foram elencadas para este trabalho em função de haver indicação da relevância para a produção correta em trabalhos de aquisição fonológica típica e/ou atípica.

### **3. Descrição e discussão dos dados**

Realizaram-se diversas rodadas no programa Goldvarb X para que se verificasse a influência das variáveis codificadas em diferentes cenários de interação.

A primeira rodada analisou as 11 variáveis independentes e todos os fatores determinados na codificação, conforme referido a seguir. Tais variáveis contemplavam os seguintes aspectos: consoante alvo (cada um dos 19 fonemas consonantais), tonicidade da sílaba da consoante alvo (pré-tônica, tônica, pós-tônica), contexto antecedente à consoante alvo (todas as possibilidades frente aos itens lexicais do instrumento), contexto

seguinte à consoante alvo (todas as possibilidades frente aos itens lexicais do instrumento), posição silábica da consoante alvo (onset simples, onset complexo, coda), número de sílabas (uma, duas, três ou quatro sílabas, conforme as possibilidades das palavras do instrumento), grau de inteligibilidade de fala (um dos quatro grupos), tipo do item lexical (nome, verbo ou adjetivo), idade da criança (5, 6, 7, 8, 9 ou 10 anos<sup>2</sup>), sexo (feminino ou masculino) e escolaridade (caracterizados os que não frequentam a escola e os que estão na educação infantil ou em anos iniciais até o 5º ano).

Os resultados da primeira análise indicaram 10 variáveis relevantes para o fenômeno estudado, ou seja, o que é favorecedor para a produção correta dos segmentos consonantais. O programa não selecionou o fator tipo lexical na rodada *step-up*, mas selecionou o fator tonicidade tanto na rodada *step-up* quanto na *step-down*, o que mostra algum problema na análise com os dados desta variável. Segundo Sankoff (1988), há uma indicação de um status indefinido em relação à variável que se comporta dessa forma. Ao analisar separadamente a variável, foi possível entender que houve uma distribuição não totalmente ortogonal no cruzamento dessa variável com a posição na sílaba, assim como com os contextos antecedente e seguinte. Além disso, a rodada apresentou indicadores problemáticos em relação à convergência da análise, mostrando que não foi possível obter o melhor modelo matemático. Provavelmente, isso ocorreu devido ao grande número de fatores, permitindo que se fizessem novas rodadas com a omissão e ajustes nas variáveis da pesquisa.

Dessa forma, foram feitas novas rodadas até se chegar a um resultado mais satisfatório em relação aos indicadores quantitativos gerados pelo programa.

A rodada, em que se obtiveram os resultados que serão discutidos a seguir, foi ajustada para se observar os seguintes fatores: consoante alvo, tonicidade da consoante alvo, tipo da palavra, grau de inteligibilidade de fala, sexo e idade. As variantes de cada fator estão ilustradas no quadro abaixo.

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que as crianças com 9 e 10 anos que fazem parte do Banco de Dados foram diagnosticadas com Transtorno Fonológico, o que garante que não tinham qualquer comprometimento auditivo ou cognitivo.

Quadro 1 – Grupo de fatores investigados

Variável	Variantes
Consoante alvo	Plosivas labiais/coronais/dorsais, nasais e cada líquida
Tonicidade	Tônica ou átona
Tipo da palavra	Nome, verbo ou adjetivo
Grau de inteligibilidade de fala	Médio, médio-moderado, moderado-severo, severo
Sexo	Masculino ou Feminino
Idade	5, 6, 7, 8, 9 ou 10

Além da omissão de algumas variáveis, também foram ajustadas algumas variantes em função de comportamentos específicos encontrados na análise estatística, permitindo a amalgamação de variantes dentro das variáveis. Tal estratégia foi utilizada em dois casos, a saber:

- no fator ‘consoante alvo’, em que a ocorrência dos pares de plosivas de mesmo ponto de articulação foi semelhante, fez-se o amálgama entre p/b em uma variante, t/d em outra e k/g em outra, assim como com as três nasais em uma variante;

- em relação ao fator ‘tonicidade’ foi possível amalgamar os dados que indicavam sílaba tônica e pós-tônica em uma variante, separando os dados entre os elementos que se situam no pé métrico do acento e os que estão fora do pé, já que muitos trabalhos em aquisição mostram que há maior favorecimento em segmentos posicionados nas sílabas do pé métrico.

O número de células da análise foi de 1.405 e um total de 31 fatores. O percentual total de aplicação da produção correta foi 77,5% e o de produção incorreta de 22,5%. O número de ocorrências de produção correta foi de 26.774 e o de incorretas 7.760, perfazendo um total de 34.534.

O nível zero revelou convergência de iteração 8 e um input adequado, de 0.775, revelando um valor de aplicação em termos percentuais da análise dos dados semelhante (77,5%).

A rodada que se mostrou relevante para o estudo foi a que contemplava a análise de todas as 6 variáveis no nível *step-up* na seguinte ordem: consoante alvo > tonicidade > grau de inteligibilidade de fala > tipo da palavra > idade > sexo. O input obtido nesta rodada foi de 0,85 e a significância de 0,000.

Analisando cada um dos achados da rodada descrita, inicia-se pelos resultados em relação à consoante alvo, tendo-se os indicadores explicitados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Consoante da palavra alvo

Fatores	Ocorrência	%	Peso Relativo
Nasais	4704/4977	94%	0,82
/f/	1093/1185	92%	0,75
Plosivas labiais	3291/3665	89%	0,69
Plosivas coronais	5248/5981	87%	0,64
/s/	2309/2713	85%	0,58
Plosivas dorsais	2984/3542	84%	0,56
/R/	505/607	83%	0,52
/v/	957/1186	80%	0,48
/z/	510/700	72%	0,34
/l/	1900/2705	70%	0,31
/ʃ/	455/ 689	66%	0,27
/k/	394/636	61%	0,22
/ʒ/	510/873	58%	0,20
/r/	1914/5075	37%	0,08

Input 0,85  
Significância 0,000<sup>3</sup>

As realizações referentes a alvos com consoantes nasais, plosivas labiais, plosivas coronais e /s/ mostraram-se relevantes para a produção correta das crianças com Transtorno Fonológico, com ocorrências entre 94% a 85% da aplicação. Tal fenômeno encontra semelhança ao se observar os dados em relação à aquisição típica, pois até os 2 anos de idade todos esses segmentos estão estabilizados na fala das crianças.

As líquidas e as fricativas /v, z, ʃ, ʒ/, por outro lado, são aquelas com menor percentual de produção correta, ou seja, menos de 70%. Sendo que a líquida /r/ diferencia-se significativamente, pois tem apenas 37% de realizações corretas.

Os resultados da pesquisa de Mota (1996), com crianças que tinham diagnóstico de Transtorno Fonológico, evidenciaram que as consoantes /p,t,m,n/ eram elementos sempre presentes nos inventários fonológicos dessas crianças, o que corrobora os achados deste estudo em função de serem segmentos com altíssimo indicador de produção correta.

Um dos motivadores para os achados deste estudo em relação à produção correta pode ser pelo Princípio de Sequência de Sonoridade ou Ciclo de Soância (CLEMETS, 1990), que governa o posicionamento dos fonemas na estrutura silábica. Os segmentos são classificados com relação ao grau de sonoridade, que se refere à configuração do trato vocal. Um som é [+soante] se há um vozeamento espontâneo em produzi-lo; se há alguma obstrução nessa produção, menos característica soante o som terá. As vogais, líquidas,

<sup>3</sup> O input 0,85 e a Significância 0,000 são os resultados obtidos da rodada selecionada pelo programa, levando em conta todos os fatores com relevância estatística. Cada fator é mostrado separadamente para a discussão e expresso nas tabelas de 1 a 7.



glides e nasais recebem um valor positivo para esse traço, enquanto as obstruintes terão um valor negativo, sendo impossível a sonorização espontânea.

A partir da escala de sonoridade, têm-se nas margens das sílabas os segmentos com valores mais baixos e no centro os com mais alta sonoridade. Essa é a concepção que norteia o Princípio de Sequência de Sonoridade.

Há várias escalas hierárquicas de sonoridade referidas e discutidas na literatura<sup>4</sup>, com maior ou menor detalhamento dos valores para os segmentos e/ou classes de segmentos. Para exemplificar, a figura abaixo traz os valores propostos por Clements (1990) para obstruintes (O), nasais (N), líquidas (L), glides (G) e vogais (V).

O	N	L	G	V	
-	-	-	-	+	Silábico
-	-	-	+	+	Vocóide
-	-	+	+	+	Aproximante
-	+	+	+	+	Soante
0	1	2	3	4	

Figura 1 - Escala de sonoridade proposta por Clements (1990).

Clements (op.cit.) afirma que a silabificação obedece ao Princípio do Ciclo de Soância, que é implementado por outros dois princípios: Silabificação Central e Dispersão de Sonoridade. De acordo com esses princípios, as generalizações são expressas em função do modo como os segmentos se organizam nas sílabas e são classificadas de duas formas: i) as que seguem o princípio são chamadas simples ou não marcadas; ii) as que violam o princípio são chamadas complexas ou marcadas.

Pode-se, portanto, entender a facilidade de produção das sílabas compostas de segmentos em que há uma grande diferença de sonoridade entre a margem e o núcleo da sílaba, o que fica evidente nos dados deste estudo com a maior parte das consoantes analisadas aqui, já que as nasais e a maioria das obstruintes são realizadas em número expressivamente mais significativo do que as líquidas.

Em relação às produções incorretas, que são representadas por substituições ou não realizações dos segmentos consonantais, tem-se um baixo índice de aplicação e demonstra claramente um aspecto muito importante: as consoantes que surgem na

<sup>4</sup> Cita-se Jespersen (1904 apud Clements, 1990), Steriade (1982) e Selkirk (1984).

aquisição típica mais tarde no desenvolvimento da linguagem são aquelas que tem pior resultado estatístico de produções corretas e que, frequentemente, são alvos para as intervenções fonoterapêuticas.

Para a prática clínica é importante tal dado, haja vista que a seleção de palavras a serem trabalhadas em terapia com as crianças deve observar o contexto linguístico em que está o fonema-alvo. Portanto, a seleção dos itens lexicais deve privilegiar segmentos com melhor possibilidade de realização adequada nas sílabas em que não há o foco de intervenção, pois se mostram favorecedores da produção correta. Sabe-se que um dos critérios para a intervenção de base fonológica é a mescla do fonema não adquirido em palavras foneticamente mais fáceis para a criança. Observando tais critérios, tem-se um panorama que auxilia a seleção de itens lexicais, independentemente do modelo terapêutico utilizado (MOTA, 2001).

Outro achado interessante na análise dos dados deste estudo é a diferença no número de alvos para cada consoante. Este dado é dependente das palavras do instrumento de avaliação fonológica (AFC), mas como é utilizado em larga escala pelos fonoaudiólogos para o processo avaliativo, os resultados permitem compreender alguns dados, como visto na tabela a seguir.

Tabela 2 – Número de ocorrências de cada classe ou fonema

<b>Fonemas</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
Plosivas coronais	5981	87%	0,64
/r/	5075	37%	0,08
Nasais	4977	94%	0,82
Plosivas labiais	3665	89%	0,69
Plosivas dorsais	3542	84%	0,56
/s/	2713	85%	0,58
/l/	2705	70%	0,31
/v/	1186	80%	0,48
/f/	1185	92%	0,75
/ʒ/	873	58%	0,20
/z/	700	72%	0,34
/ʃ/	689	66%	0,27
/ʎ/	636	61%	0,22
/R/	607	83%	0,52

Input 0,85

Significância 0,000

Os segmentos com mais possibilidade de ocorrência são as plosivas coronais, com 5.981 entradas. Neste estudo os indicadores mostram relevância estatística para a produção correta destes, com peso relativo de 0,64. No entanto, a frequência do número

de alvos dos segmentos com melhor significado matemático (peso relativo 0,82) – as nasais –, e a consoante com pior indicador (peso relativo 0,08 e aplicação de 37%) – o /r/ – não explica os dados, pois o último é um que aparece com um expressivo número de entradas (5075) e tal aspecto não auxilia na acurácia da produção. Por outro lado, alvos com /R/ aparecem com poucas possibilidades de ocorrência, pois existem apenas 607 entradas, mas com significado estatístico em ponto neutro e uma aplicação de 83%.

A outra variável selecionada no programa foi tonicidade da sílaba em que a consoante alvo estava localizada, conforme descrito na tabela abaixo. Observa-se que há um leve favorecimento para as consoantes produzidas corretamente na posição tônica ou pós-tônica. Tanto a sílaba fraca do pé métrico do acento quanto à sílaba forte estão num ponto neutro estatístico (0,51), mas levemente melhor do que a sílaba fora do pé métrico do acento, que aparece como desfavorável (0,47). Conclui-se, então, que as consoantes, quando situadas no pé métrico do acento da palavra, têm melhor desempenho; e quando estão fora deste apresentam-se desfavoráveis para a produção correta.

Tabela 3 – Tonicidade

Fatores	Ocorrência	%	Peso Relativo
Tônica e pós-tônica	19827/25573	77%	0,51
Pré-tônica	6947/8961	77%	0,47

Input 0,85

Significância 0,000

Este achado vem ao encontro dos resultados de Ribas (2002, 2006) para a aquisição típica e atípica do onset complexo, que mostra favorecimento de produção correta para alvos no pé métrico do acento. Também em Miranda (1996), quando mostra a sílaba forte do pé métrico como melhor ambiente para o ‘r-fraco’, mas não se aplica ao restante do percurso de aquisição (já que a autora pesquisou até a idade de 3:9), cujo favorecimento muda para a sílaba direita do pé métrico do acento. Hernandorena e Lamprecht (1997) encontraram a posição de sílaba fraca do pé métrico do acento como a mais favorecedora na produção do ‘r-fraco’ em posição de onset simples e afirmam que a menor distância de sonoridade entre os elementos da sílaba não precisa de um contexto forte de tonicidade. Observando o pé métrico do acento, como faz Matzenauer-Hernandorena (1990), pode-se afirmar que esta é uma unidade que propicia melhor produção dos sons.

Tais resultados também evidenciam um aspecto importante para a seleção de itens lexicais para a intervenção fonoterapêutica de base fonológica com o objetivo de alcançar

melhor acurácia nas produções das palavras pelas crianças com Transtorno Fonológico. Localizando o fonema alvo no pé métrico do acento, tem-se a possibilidade aumentada de produção correta.

A variável referente ao grau de inteligibilidade de fala aparece como terceira selecionada no programa com os dados, conforme mostra a tabela abaixo. Como se esperava, as crianças com nível de inteligibilidade de fala melhor foram as que apresentaram melhores índices de produção correta. Uma curiosidade em relação a este achado matemático é que as com grau do tipo médio aparecem como aquelas que estatisticamente são mais significativas, enquanto as demais ou estão em um ponto neutro ou são muito desfavoráveis para o fenômeno. A tradução desse achado para a clínica fonoaudiológica é de que as crianças que, ao final de todo o processo avaliativo, são classificadas no grupo de inteligibilidade do tipo médio são as que, provavelmente, terão mais sucesso na terapia em relação ao tempo de tratamento.

Tabela 4 – Grau de inteligibilidade de fala

<b>Fatores</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
Médio	10384/11405	91%	0,74
Médio moderado	11786/15073	78%	0,48
Moderado severo	2391/3719	64%	0,28
Severo	2213/4337	51%	0,13

Input 0,85

Significância 0,000

Em relação ao tipo lexical, sabendo que no instrumento de avaliação têm-se substantivos, adjetivos e verbos, os achados apontam para um leve favorecimento das palavras classificadas como nome. No entanto, os indicadores mostram que isso somente é possível quando há uma comparação entre as três possibilidades, já que o peso relativo de 0,50 dos substantivos aparece estatisticamente como neutro. A tabela abaixo mostra tais afirmações.

Tabela 5 – Tipo lexical

<b>Fatores</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
nome	22838/29689	76%	0,50
verbo	3659/4445	82%	0,48
adjetivo	277/400	69%	0,35

Input 0,85

Significância 0,000

A idade das crianças foi a variável seguinte selecionada. Pode-se considerar, portanto, que as variáveis extralinguísticas apareceram como favorecedoras depois de uma seleção de todas as variáveis linguísticas. Pode-se discutir que um fator como grau de inteligibilidade de fala seja entendido como um aspecto não-linguístico, o que não se acredita neste trabalho, uma vez que as medidas de classificação do nível de inteligibilidade da fala de uma criança são obtidas a partir da produção correta das consoantes. A compreensão de ser uma variável linguística, enfim, deve-se ao fato de tal dado ser possível a partir de um critério fonético, de realização conforme o alvo ou não. Sendo assim, descreve-se a seguir (tabelas 6 e 7) os achados das variáveis extralinguísticas deste estudo: idade e sexo, que foram selecionadas por último, nesta ordem.

Tabela 6 – Idade

<b>Fatores</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
10 anos	696/736	94%	0,66
9 anos	2475/2684	92%	0,60
8 anos	2564/3141	81%	0,54
5 anos	5609/7300	76%	0,50
7 anos	5748/7559	76%	0,50
6 anos	9682/13114	73%	0,44

Input 0,85

Significância 0,000

O fator idade revela que as crianças mais velhas do grupo são as que aparecem com os melhores índices, pois o peso relativo foi de 0,66 e 0,60 para 10 e 9 anos, assim como aplicação de 94% e 92%, respectivamente. A partir da idade de 8 anos os indicadores estatísticos não mostram significado relevante e encontram-se em um ponto de neutralidade, sendo que as aplicações são entre 81% a 73% entre as idades de 5 a 8 anos. Um dado interessante é que a idade de 5 anos apresenta aplicação e peso relativo levemente mais favorecedor do que as idades de 6 e 7 anos.

A idade é um fator determinante para a aquisição típica de todo o sistema fonológico e parece desempenhar um papel importante também para as crianças com Transtorno Fonológico. Isto significa que, à medida em que a criança vai ficando mais velha, vai apresentando condições de melhorar sua produção de fala para qualquer elemento do sistema fonológico.

Uma das explicações para que a aplicação e peso relativo sejam mais relevantes na produção correta em crianças mais velhas deve-se ao fato, provavelmente, de que nessa

época da vida das crianças habilidades metalinguísticas atuam de forma mais contundente e explique esses resultados e de outros estudos em que se observa a mesma realidade. Ribas (2006) mostra que quanto mais velha for a criança, mais utiliza mecanismos diferenciados frente a dificuldades com o alvo. Durante a aquisição do onset complexo por crianças falantes de Português Brasileiro, há evidências do uso de um número maior de estratégias de reparo que coocorrem num mesmo alvo, ou seja, há a utilização de duas estratégias em uma mesma palavra. Nesse mesmo sentido, a proposta de Hernandorena (1988) e a de Ramos (1996), que argumentam a favor de um conhecimento e sensibilidade fonológica por crianças mais velhas, mostram a capacidade mais aprimorada da criança frente ao conteúdo fonológico da fala.

Tabela 7 – Sexo

Fatores	Ocorrência	%	Peso Relativo
Meninos	20236/25759	78%	0,51
Meninas	6538/8775	74%	0,44

Input 0,85

Significância 0,000

Quanto ao fator 'sexo', diferenciando as produções das palavras no grupo composto de meninos e meninas, tem-se uma assimetria entre os sujeitos de cada grupo, pois a amostra deste trabalho apresenta dados de 79 meninos e 28 meninas. Isso se deve ao fato de haver mais meninos que apresentam distúrbio da comunicação humana. A disparidade entre o número de crianças do sexo masculino e o do feminino reflete exatamente o que se tem na casuística da clínica fonoaudiológica.

Na rodada que selecionou a variável sexo, os indicadores mostram que há uma leve predominância nas realizações corretas dos meninos se comparados aos números referentes às produções das meninas. Tem-se uma ligeira predominância na aplicação, com percentual de 78% dos meninos frente aos 74% das meninas, com pesos relativos de 0,51 e 0,44, respectivamente. Isso parece demonstrar que, apesar de um *corpus* maior de crianças do sexo masculino, a acurácia da fala não seria muito diferente com pacientes do sexo masculino, mostrando que existem outros fatores que contribuem para a relevância do fenômeno.

Vários trabalhos indicam a diferença significativa no acometimento de distúrbios de comunicação em crianças com idade escolar relacionada ao sexo. É frequente observar mais meninos entre as crianças com distúrbio de linguagem do que meninas. Ou seja, o fato de se terem mais meninos com Transtorno Fonológico do que meninas é respaldado

por diversos trabalhos que apontam a prevalência de distúrbios na comunicação nessa população (SHRIBERG et al., 1986; SHRIBERG, TOMBLIM e McSWEENEY, 1999; WERTZNER e OLIVEIRA, 2002; SILVA, LIMA e SILVEIRA, 2003; FARIAS, ÁVILA e VIEIRA, 2005; CASARIN, 2006).

#### 4. Conclusão

Este trabalho objetivou demonstrar, através dos resultados das variáveis que se mostraram facilitadoras para a produção correta de consoantes, alguns subsídios linguísticos para serem levados em conta no momento de elaborar um planejamento terapêutico a ser desenvolvido com crianças com Transtorno Fonológico. Entende-se que uma aplicação prática desses resultados é o que pode gerar melhor embasamento para atividades e/ou modelos fonoterapêuticos de base fonológica.

Os achados de pesquisas com grande número de dados são importantes para se compreender os fenômenos linguísticos que acometem sujeitos com mesmo diagnóstico fonoaudiológico e as crianças com Transtorno Fonológico possuem características semelhantes, mostrando que se tem uma tipologia generalizada (respeitando algumas especificidades).

Várias pesquisas mostram que estratégias de reparo observadas na aquisição fonológica típica são também vistas nos casos de Transtorno Fonológico. Há achados relacionados a uma maior dificuldade com determinadas consoantes e/ou sílabas (RAMOS, 1996; RIZZOTTO, 1997; VIDOR, 2000; RAMOS et al., 2003; CASARIN, 2006).

Sabe-se que a classe das líquidas é a mais tardia na aquisição fonológica típica, junto com algumas das fricativas. Os últimos elementos a serem adquiridos mostram idade de estabilização no sistema fonológico por volta dos 5 anos, que são as líquidas coronais ocupando o onset complexo (LAMPRECHT, 1990; MIRANDA, 1996; MEZZOMO, 1999; RIBAS, 2002, 2006; MEZZOMO, 2004). Neste trabalho mostram-se alguns aspectos que corroboram esses padrões semelhantes, assim como auxiliam na identificação das consoantes com maior probabilidade de serem segmentos facilitadores da produção correta. Análises mais detalhadas dos dados deste estudo em trabalhos posteriores podem indicar também outros fatores linguísticos e extralinguísticos como favorecedores ou não da produção correta. Tais indicadores auxiliam as condutas em ambiente terapêutico, pois minimizam o tempo de intervenção e reduzem as

possibilidades de frustração das crianças pelo fato de ser possível estimular a inteligibilidade da fala e garantir a eficiência em sua comunicação.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, C. R. F. Prevalência de desordens idiopáticas da fala e da linguagem em crianças de um a onze anos de idade. **Revista de Saúde Pública**, v.31, n.5, p.495-501, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101997000600008>

AZEVEDO, C. **Aquisição normal e com desvios da fonologia do português: contrastes de sonoridade e de ponto de articulação**. 1994. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

BONILHA, G. F. G. **Aquisição dos ditongos orais decrescentes: uma análise à luz da teoria da otimidade**. 2000. 231 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

\_\_\_\_\_. Sobre a aquisição do núcleo complexto. In: LAMPRECHT, R.R. et al. **Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CASARIN, M. T. **Estudo dos desvios de fala em pré-escolares de escolas públicas estaduais de Santa Maria – RS** 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

CIGANA, L; CHIARI, B.; MOTTA, H. B.; CECHELLA, C. Perfil do desenvolvimento fonológico de crianças de creches da rede municipal de Santa Maria – RS, na faixa etária de 4:0 a 6:2 anos. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Carapicuíba, v.7, n.2, p.15-20, set. 1995.

CLEMENTS, G. N. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. E. (eds.). **Papers in laboratory phonology I**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FARIAS, S. R. de; ÁVILA, C. R. B. de; VIEIRA, M. M. Estudo da relação entre fala, tônus e praxia do sistema estomatognático em pré-escolares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA, 13. 2005, Santos. **Anais ... Santos: SBFa**, 2005. 1 CD-ROM.

FREITAS, G. C. M. Sobre a aquisição das plosivas e nasais. In: LAMPRECHT, R.R. et al. **Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 73-81.

FRONZA, C. **O nó laríngeo e o nó ponto de C no processo de aquisição normal e com desvios do português brasileiro** – a existência de uma tipologia. 1998. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Artes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.



GIERUT, J. A.; CHAMPION, A. H. Syllable onsets II: three-element clusters in phonological treatment. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**. V.44, p. 886-904, ago. 2001.

GOULART, B. N. G.; FERREIRA, J. **Teste de rastreamento de distúrbios articulatorios de fala em crianças de 1a. série do ensino fundamental público**. 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GREGOIRE, J. Screening of language disorders in the preschool period. **Can Fam Physician**, v.39, p.856-63, Apr. 1993.

GRUNWELL, P. Os desvios fonológicos evolutivos numa perspectiva linguística. In: YAVAS, M. (org.) **Desvios Fonológicos em Crianças**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

HENRICH, V. **Aquisição fonológica atípica do português brasileiro**: evidências sobre complexidade dos sistemas fonológicos de crianças com desvio fonológico. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ILHA, S. **O desenvolvimento fonológico do português em crianças com idades entre 1:8 e 2:3**. 1993. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

LAMPRECHT, R. R. **Perfil de aquisição normal da fonologia do português**: descrição longitudinal de crianças de 2:9 a 5:5. 1990. 424 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MATZENAUER-HERNANDORENA, C. L. M. **Uma proposta de análise de desvios fonológicos através de traços distintivos**. 1988. 260 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

\_\_\_\_\_. **A aquisição da fonologia do português**: estabelecimento de padrões com base em traços distintivos. 1990. 315 f. Tese (Doutorado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MATZENAUER-HERNANDORENA, C. L. M.; LAMPRECHT, R.R. A aquisição das consoantes líquidas do português. **Letras de Hoje**, v.32, n.4, p.7-22, 1997.

MEZZOMO, C. L. **Aquisição dos fonemas na posição de coda medial, do português brasileiro, em crianças com desenvolvimento fonológico normal**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Sobre a aquisição da coda. In: LAMPRECHT, R.R. et al.; **Aquisição fonológica do português**: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.129-150.

MIRANDA, A. R. M. **A aquisição do ‘r’: uma contribuição à discussão sobre seu status fonológico.** 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOTA, H. B. **Aquisição segmental do português: um modelo implicacional de complexidade de traços.** 1996. 321f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

\_\_\_\_\_. **Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos.** Rio de Janeiro: Revinter, 2001. 109 p.

OLIVEIRA, C. C. **Aquisição dos fonemas /f/, /v/, /ʒ/ e /z/ do português brasileiro.** 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, C. C. et al. Cronologia da aquisição dos segmentos e das estruturas silábicas. In: LAMPRECHT, R.R. et al. **Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p.167-176.

PRATES L. P. C. S.; MARTINS, V.O. Distúrbios da fala e da linguagem na infância. **Revista Médica de Minas Gerais**, v.21, n.4 (Sup11), p.54-60, 2011.

RAMOS, A. P. **Processos de estrutura silábica em crianças com desvios fonológicos: uma abordagem não-linear.** 1996. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RAMOS, A. P.; PERGHER, G.L.; MARQUES, J.; COLLARES, L.; CARREIRÃO, L. Distúrbios fonológicos: perfil fonológico e inteligibilidade de fala. **Cadernos de Pesquisas em Linguística**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 67-78, ago. 2003.

RANGEL, G. **Uma análise auto-segmental da fonologia normal: estudo longitudinal de 3 crianças de 1:6 a 3:0.** 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1998.

RIBAS, L. P. **Aquisição do onset complexo no Português Brasileiro.** 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. **Onset Complexo nos Desvios Fonológicos: descrição, implicações para a teoria, contribuições para terapia.** Porto Alegre: 2006. Tese de Doutorado – PUCRS, 2006.

\_\_\_\_\_. Avaliação Fonológica da Criança Adaptada - AFCA. In: CARDOSO, M.C.A.F. **Fonoaudiologia na Infância: avaliação e terapia.** Rio de Janeiro: Revinter, 2015. p.85-115.

RIZZOTTO, A. C. **Os processos fonológicos de estrutura silábica no desenvolvimento fonológico normal e nos desvios fonológicos evolutivos.** 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANKOFF, D. Variable rules In.: Ammon, U., Dittmar, N.; Mathheier, K.J. (Eds.), **Berlin Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society. Vol. 2.** Walter de Gruyter. 984-997, 1988.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows.** Department of Linguistics. University of Toronto, 2005

SÁVIO, C. B. Aquisição das fricativas /s/ e /z/ do Português Brasileiro. **Letras de Hoje**, v.36, n.2, p.721-727, 2001.

SHRIBERG, L. D. e KWIATKOWSKI, J. Phonological disorders III: a procedure for assessing severity of involvement. **Journal of Speech and Hearing Disorders**, v.47, p.256-270, 1982. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1044/jshd.4703.256>

SHRIBERG, L. D. et alli The speech disorders classification system (SDCS): extensions and lifespan reference data. **J. Speech Hear. Res.**, v. 40, n. 4, p. 723-740, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1044/jslhr.4004.723>

SHRIBERG, L. D.; TOMBLIN, J.B.; McSWEENEY, J.L. Prevalence of speech delay in 6-year-old children and comorbidity with language impairment. **Journal of Speech and Hearing Disorders**, v.42, n.6, p.1461-81, dec.1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1044/jslhr.4206.1461>

SILVA, E. I. da; LIMA, E.M.; SILVEIRA, P.C.M. Ocorrência de desvios fonológicos em crianças de escolas públicas do município de Camaragibe. **Fono Atual**, São Paulo, v.6, n.25, p.4-12, jul./set. 2003.

TEIXEIRA, E. R. **The acquisition of phonology in cases of phonological disability in Portuguese speak subjects.** 1985. Tese (Doutorado) -University of London.

VIDOR, D.C.G.M. **Aquisição das líquidas não-laterais por crianças com desvios fonológicos evolutivos:** descrição, análise e comparação com o desenvolvimento normal. 2000. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

WERTZNER, H. F.; OLIVEIRA, M.M.F. Semelhanças entre os sujeitos com distúrbio fonológico. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Carapicuíba, v.14, n.2, p.143-152, maio/ago. 2002.

YAVAS, M.; MATZENAUER-HERNANDORENA, C.L.M.; LAMPRECHT, R.R. **Avaliação fonológica da criança:** reeducação e terapia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. 148p.

**Anexo**

Abacaxi	Calça	Brincando	Globo	Guarda-chuva
Borboleta	Igreja	Carro	Nuvem	Torneira
Cachorro	Jornal	Criança	Placa	Andando
Cobra	Lápis	Dizer	Tio/Tia	Bicicleta
Comendo	Livro	Dirigir	Tocando	Sapato
Dois	Martelo	Estrada	Trator	Cano
Dragão	Mesa	Frente	Trem	Espelho
Flor	Palhaço	Fumaça	Âncora	Menino
Floresta	Planta	Microfone	Chaminé	Perna
Gramma	Prego	Nadando	Navio	Porta
Grande	Quadro	Trilho	Roda	Saia
Latir	Rádio	Chinelo	Sino	Camisa
Olhando	Tapete	Dedo	Prato	Chave
Orelha	Televisão	Dente	Soprar	Garrafa
Passarinho	Tesoura	Escovando	Vela	Geladeira
Pedra	Antena	Esperando	Vidro	Janela
Peixe	Botão	Nariz	Banana	Fruta
Pulando	Estante	Pescoço	Bolo	Café
Rabo	Franja	Relógio	Fogo	Estrela
Sol	Poltrona	Sabonete	Ovo	Feijão
Tigre	Telhado	Toalha	Tampa	Fogão
Verde	Banquinho	Armário	Brinquedo	Frio
Voando	Blusa	Azulejos	Cruz	Açúcar
Zebra	Bolso	Cabelo	Dinheiro	
Zoológico	Braço	Disco	Gato	

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 26.04.2015

# Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise *corpus-based* da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil

Pragmatic orientation of syntax in spontaneous speech: a corpus-based analysis of complement and adverbial clauses in Brazilian Portuguese

Giulia Bossaglia\*

**RESUMO:** Neste artigo apresenta-se uma análise da sintaxe da fala espontânea do português brasileiro, com base na *Language into Act Theory* (L-AcT; CRESTI, 2000). Esta teoria *corpus-driven* é uma extensão da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962) que estuda a diamesia falada com ênfase em sua dimensão prosódica e individualiza a unidade de referência da fala no enunciado, a menor unidade linguística pragmaticamente autônoma em virtude de sua força ilocucionária, isto é, correspondente a um ato de fala. A sintaxe, neste paradigma, é concebida de forma inovadora, pois a orientação pragmática da fala faz com que relações de dependência sintática tradicionais sejam frequentemente alteradas na interface com a articulação informacional. Com base em um *minicorpus* retirado do corpus C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012) e etiquetado informacionalmente, a análise da subordinação completiva e adverbial do PB falado levou a observar vários fenômenos de interface entre sintaxe e articulação informacional, relacionados com a forte orientação pragmática da fala, nomeadamente: (i) a inversão das hierarquias de dependência sintática tradicionais; (ii) fenômenos de insubordinação (EVANS, 2007), ou seja, estruturas formalmente dependentes do ponto de vista sintático, mas funcionando como unidades autônomas do ponto de vista pragmático em virtude da força ilocucionária que podem veicular na fala.

**PALAVRAS-CHAVE:** Language into Act Theory. Interface sintaxe/articulação

**ABSTRACT:** In this paper the syntax of spoken Brazilian Portuguese is analysed within the paradigm of Language into Act Theory (L-AcT; CRESTI, 2000). This corpus-driven theory is an extension of Speech Act Theory (AUSTIN, 1962) that studies speech with emphasis in its prosodic dimension. L-AcT assumes that the unit of reference of speech is the utterance, conceived as the shorter linguistic unit carrying pragmatic autonomy, i.e. illocutionary force, therefore corresponding to a speech act. Within this paradigm, syntax is understood in an innovative way, since the pragmatic orientation of speech makes the traditional dependency hierarchies change in the interface with informational patterning. The analysis of complement and adverbial clauses in an informationally annotated subcorpus of spoken Brazilian Portuguese C-ORAL-BRASIL corpus (RASO; MELLO, 2012) lead to the observation of different linguistic phenomena at the syntax-informational patterning interface, due to the pragmatic orientation of speech, namely: (i) the reversion of traditional dependency hierarchies; (ii) several phenomena of insubordination (EVANS, 2007), i.e., dependent syntactic structures behaving as independent by virtue of the illocutionary force/pragmatic autonomy they can carry in speech.

**KEYWORDS:** Language into Act Theory. Syntax/informational patterning interface.

\* Pós-doutoranda em Linguística no Laboratório de Estudos Empíricos e Experimentais da Linguagem, UFMG; bolsista FAPEMIG, processo n° 22568.

## 1. Enquadramento teórico: a *Language into Act Theory*

Este trabalho fundamenta-se na *Language into Act Theory* (L-AcT; CRESTI, 2000; MONEGLIA, RASO, 2014), uma extensão da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962) que estuda a fala espontânea de uma perspectiva inovadora: além de ser uma teoria *corpus-driven*, caracterizada por uma sólida verificação empírica com base nos *corpora* de fala do LABLITA – *Laboratorio di Linguistica dell'Università di Firenze* (MONEGLIA, 2005), a L-AcT considera fundamental a análise da dimensão prosódica da fala. Durante muito tempo, de fato, esta diamesia tem sido estudada apenas a partir de transcrições, ou seja, com base em categorias mais adequadas ao estudo da língua escrita.

De fato, com base em critérios prosódicos, a L-AcT individualiza a unidade de referência da fala no enunciado, e não na cláusula (HALLIDAY, 1989; MILLER; WEINERT, 1998), ou na predicação com núcleo verbal (VOGHERA, 1992), ou na sentença (CHAFE; DANIELEWICZ, 1987; CHAFE, 1988). O enunciado é entendido como a menor unidade linguística (ato locucionário: AUSTIN, 1962) dotada de autonomia pragmática, isto é, força ilocucionária (ato ilocucionário: *ibidem*). Ressalta-se que a autonomia pragmática do enunciado, assim como entendido na L-AcT, é sempre veiculada prosodicamente, pois qualquer conteúdo locutivo pode ser interpretado como ato de fala, ou seja, pragmaticamente autônomo, em virtude de específicos perfis prosódicos, como se mostra nos exemplos [1]-[3], extraídos do C-ORAL-BRASIL:<sup>1</sup>

[1] \*HEL: e assim //



[2] \*CEL: pra todo mundo //



[3] \*KAT: ahn //

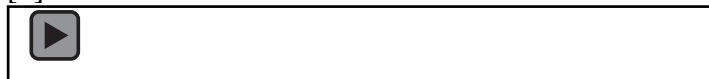


---

<sup>1</sup>Devido à importância da possibilidade de ter acesso ao áudio de cada exemplo, disponibilizam-se os arquivos de som de cada um deles. As siglas precedidas por asterisco correspondem às abreviaturas dos nomes dos falantes utilizadas no *corpus*.

Em [1]-[3], um advérbio, um sintagma preposicional e uma interjeição, elementos sintaticamente não completos, funcionam como unidades pragmaticamente autônomas, ou seja, atos de fala, graças a seu perfil prosódico. Pelo contrário, escutando a frase em [4], observa-se que não se trata de uma unidade pragmaticamente autônoma:

[4] \*JOR: não tem interesse /



A frase em [4], de fato, constitui parte do enunciado maior (é a unidade de Tópico, veja *infra*), reportado em [5], do qual apenas a segunda unidade *porque tudo mundo se defende* é interpretável como pragmaticamente autônoma, porque carrega o núcleo prosódico da ilocução (é a unidade de Comentário, v. *infra*):

[5] \*JOR: não tem interesse /=TOP= porque tudo mundo se defende  
//=COM=

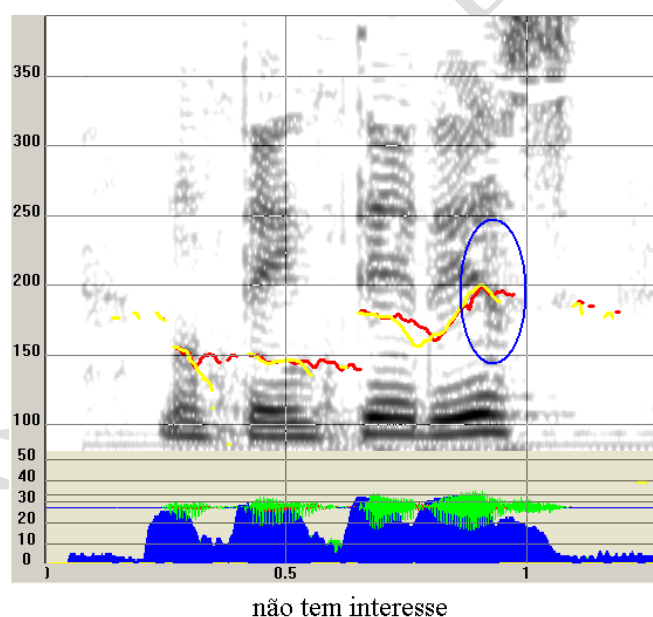


Figura 1. Curva prosódica de TOP de tipo 1

A frase em [4] apresenta um dos quatro possíveis perfis prosódicos de Tópico, nomeadamente o que Mittmann (2012, p. 214) chama de “Tipo 1”: ele se caracteriza por apresentar subida de  $f_0$  na última sílaba tônica, com uma posterior descida na própria tônica ou na pós-tônica. Na Figura 1 acima o círculo evidencia este movimento ascendente-descendente de  $f_0$  próprio desta tipologia de TOP.

A prosódia, portanto, não serve apenas para conferir autonomia pragmática ao conteúdo locutivo, mas também para segmentar o fluxo da fala: cada enunciado, no corpus, é segmentado com base em quebras percebidas como conclusivas (quebras terminais, “//” na transcrição), enquanto quebras percebidas como não conclusivas (quebras não terminais, “/”) delimitam unidades tonais internas a ele (cf. a noção de “*period*” e “*comma intonation*” em CHAFE, 1984, 1988; COUPER-KUHLEN, 1996).<sup>2</sup> São chamados enunciados *simples* aqueles que são formados apenas por uma unidade (cf. [1]-[3]), que é necessariamente aquela de Comentário (COM), pois é a que carrega a ilocução sem a qual não se daria sua autonomia pragmática; enunciados compostos pelo COM e uma ou mais unidades são chamados de *complexos* (cf. [5]).

Além disso, de acordo com o modelo da fonologia perceptual *IPO* – *Institute for Perceptual Research* da Universidade de Eindhoven (T’HART; COLLIER; COHEN, 1990), a L-AcT assume que a  $f_0$  (frequência fundamental) do enunciado possui uma série de movimentos dentro das unidades, involuntários (devidos a fatores micromelódicos contextuais) e voluntários. Estes últimos têm saliência perceptual e carregam específicos valores informacionais. A teoria do grupo *IPO* foi, portanto, implementada na Teoria da Padronização da Informação (*Information Patterning Theory*: CRESTI, 1994; MONEGLIA; CRESTI, 2006; CRESTI; MONEGLIA, 2010; MELLO; PANUNZI; RASO, 2011), segundo a qual as unidades tonais carregam unidades informacionais, caracterizadas por perfis prosódicos, posição com relação ao COM e funções próprias. Os perfis prosódicos individualizados pelo modelo *IPO* são:

- *root*: define o tipo de ilocução e identifica apenas a unidade de COM;
- *prefix*: precede unidades de tipo *root* e é típico do TOP (em PB foram individualizados quatro diferentes formas do perfil de TOP: MITTMANN, 2012, cf. Figura 1 acima);
- *suffix*: segue unidades de tipo *root*, e é típico da unidade de Apêndice de COM (veja Quadro 1 abaixo para a explicação das funções das unidades informacionais individualizadas pela L-AcT);

---

<sup>2</sup> A transcrição das sessões gravadas que compõem o corpus C-ORAL-BRASIL e a anotação de sua segmentação prosódica foram efetuadas por um time de transcritores e segmentadores treinados. A anotação da segmentação prosódica passou por validação estatística interna, através do teste Kappa. Veja Mello et al. (2012) para os detalhes.



- *postfix*: pode preceder ou seguir unidades de tipo *root*, mas não pode ocorrer em posição inicial de enunciado (é o perfil da unidade de Parentético).

No Quadro 1 abaixo apresentam-se as unidades informacionais individualizadas pela L-AcT:

Quadro 1 – Unidades informacionais segundo a L-AcT

	<b>Tipo</b>	<b>Tag</b>	<b>Função</b>
<b>Unidades Textuais</b>	Comentário	COM	Veicula a força ilocucionária do enunciado.
	Tópico	TOP	Define o âmbito de aplicação da força ilocucionária veiculada pelo COM.
	Apêndice de Comentário	APC	Integra textualmente a unidade de COM e conclui o enunciado.
	Apêndice de Tópico	APT	Fornece integração textual à informação contida na unidade de TOP.
	Parentético	PAR	Dá instruções sobre como deve ser interpretado o enunciado ou parte dele.
	Introdutor Locutivo	INT	Sinaliza que o que segue tem nível hierárquico diferente daquele da enunciação (geralmente, é uma meta-ilocução).
<b>Unidades Dialógicas</b>	Alocutivo	ALL	Individualiza o interlocutor, marca coesão social.
	Incipitário	INP	Sinaliza o começo do turno ou do enunciado.
	Expressivo	EXP	Fornece suporte emotivo para o ato de fala, marca coesão social.
	Conector Discursivo	DCT	Sinaliza continuidade de uma sequência com a anterior.
	Fático	PHA	Sinaliza a abertura ou a manutenção do canal comunicativo.
	Conativo	CNT	Induz o interlocutor a cumprir ou desistir de certa ação.

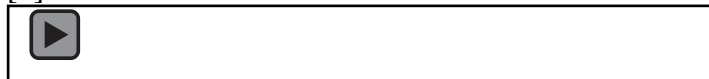
(adaptado de MONEGLIA; RASO, 2014, p. 490-491)

As unidades chamadas de *textuais* são aquelas que compõem o texto do enunciado (TOP, COM, APC/APT) ou, ainda que não o componham, são dirigidas à interpretação dele (PAR, INT); as unidades *dialógicas*, pelo contrário, têm apenas função de regular a interação (correspondem aos que tradicionalmente seriam considerados de marcadores discursivos).

Outras unidades que não de ser mencionadas são os Comentários Múltiplos (CMM), os Comentários Ligados (COB) e as unidades de Escansão (SCA). Os CMM são unidades ilocucionárias que, graças a uma determinada padronização melódica, são

interpretados holisticamente e não como enunciados separados.<sup>3</sup> A relação lógica entre eles pode ser de várias naturezas: causal, condicional, temporal, entre outros. Veja [6]:

[6] \*SIL: uns aceita /=CMM= outros não aceita //CMM



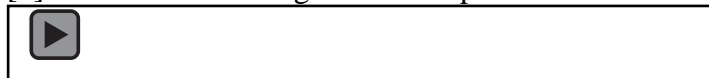
Os COB, pelo contrário, são unidades ilocucionárias justapostas umas às outras em sequência, no processo de o falante dar forma a seu pensamento. Os COB formam Estrofes (CRESTI, 2009), ou seja, sequências terminadas de dimensão muito dilatada, “macroenunciados”, que são típicas de textos monológicos, caracterizados por uma baixa acionalidade. Os COB não recebem interpretação holística, e representam ilocuições homogêneas, da mesma classe, e enfraquecidas. Veja [7]:

[7] \*JOR: e assim eu fiquei dentro dessa outra multinacional por um período /=COB= trabalhando com som automotivo /=COB= &he /=TMT=<sup>4</sup> produtos automotivos da rede de autopeça /=COB= hhh e ferramentas elétrica<sup>5</sup> //COM=



Finalmente, é necessário mencionar as unidades de SCA, ou seja, partes tonais diferentes de uma mesma unidade informacional, que devido ao tamanho do conteúdo locutivo, ou a razões expressivas ou de imperícia na fala, não pode ser realizada por meio de uma única unidade tonal. As unidades de SCA possuem perfil prosódico neutro, que não tem valor informacional, sendo que o perfil prosódico da unidade informacional que é escansionada é realizado apenas na última porção tonal. No exemplo [8] abaixo apresenta-se uma unidade de COM realizada em três unidades tonais, das quais apenas a terceira (*tema*) contém o núcleo prosódico da ilocução:

[8] \*LUZ: são duas vagas /=SCA= pro mesmo /=SCA= tema //COM=



<sup>3</sup> Isto pode acontecer também com unidades de TOP: é o caso das Listas de Tópicos (TPL), Mittmann (2012).

<sup>4</sup> O tag TMT indica a tomada de tempo (*time taking*).

<sup>5</sup> De acordo com as normas de transcrição do C-ORAL-BRASIL, vários fenômenos idiossincráticos da língua falada, como o uso do singular pelo plural, são registrados (para os detalhes: MELLO et al., 2012).

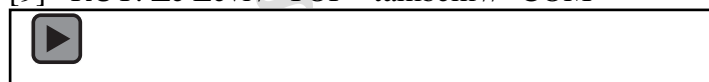
A L-AcT, portanto, conseguiu ampliar o repertório das unidades pertinentes ao estudo da fala, tradicionalmente limitadas àquelas de tópico e comentário apenas (CHAFE, 1976; HALLIDAY, 1989; KRIFKA, 2007).

A articulação do fluxo da fala em unidades informacionais representa um fator crucial na concepção da sintaxe da fala espontânea que a L-AcT sustenta.

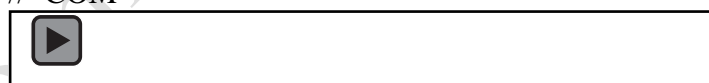
### 1.1. Sintaxe e articulação informacional na L-AcT

Conforme a L-AcT, relações de dependência sintática *stricto sensu* podem existir apenas dentro da mesma unidade informacional (na maioria dos casos, em unidades de tipo textual): as unidades informacionais, de fato, são consideradas “ilhas” sintáticas e semânticas, e o output final do enunciado resulta da *combinação* dos vários elementos linguísticos que o podem compor, sejam estas frases, sintagmas, ou até fragmentos (SCARANO, 2003; CRESTI, 2000; BLANCHE-BENVENISTE, 2000, 2003; CRESTI; MONEGLIA, 2010; CRESTI, 2014). A noção de combinação opõe-se àquela de composicionalidade sintática, e de fato a relação entre as “ilhas” é sempre de tipo informacional, ou seja, é orientada pragmaticamente, já não sintaticamente (CRESTI, 2014). Veja-se [9] - [11]:

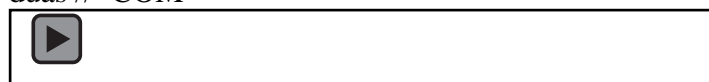
[9] \*RUT: Zê Levi /=TOP= também //=COM=



[10] \*PAU: esse tipo de muro /=TOP= se ficar baixo demais ele fica feio  
//=COM=



[11] \*LUZ: porque eu acho que no mesmo concurso /=TOP= cê nã pode fazer  
duas //=COM=



Os enunciados complexos reportados acima apresentam o padrão informacional TOP/COM, o principal da fala (CRESTI, 2003; CRESTI; MONEGLIA, 2010; MITTMANN, 2012). Pode-se observar que a relação entre as duas unidades informacionais não deve necessariamente ser de natureza sintática: em [9] não é necessário que haja predicação verbal; o sintagma nominal na unidade de TOP em [10]

não pode ser analisado como sujeito sintático do predicado em COM, sendo que este papel já está sendo preenchido pelo pronome *ele*. Em [11] o *verbum putandi*, tradicionalmente analisado como núcleo da regência, está, de um ponto de vista pragmático, “subordinado” ao verbo da completiva, pois tem função de fornecer informação de *background* para a ilocução do COM, no qual pelo contrário é realizado o predicado da completiva (cf. o conceito de *overriding* das completivas com relação à oração principal, quando, na fala, a oração principal é utilizada apenas para apresentar a *stance* do falante, THOMPSON, 2002, p. 134).

A relação entre as duas unidades de TOP e COM, portanto, é de tipo informacional, já não sintático, e é veiculada prosodicamente: o perfil prosódico da unidade de TOP tem função de definir o campo de aplicação da ilocução veiculada pelo COM, e as duas unidades combinam-se por meio desta relação de *aboutness* pragmática.

Voltando, então, a como a sintaxe é entendida dentro do paradigma da L-AcT, a partir da concepção da unidade informacional como “ilha”, distingue-se entre:

(1) sintaxe *linearizada*: estruturas de subordinação e coordenação próprias, realizadas dentro da mesma unidade informacional (cf. o período hipotético realizado na unidade de COM em [10]);

(2) sintaxe *padronizada*: estruturas de subordinação e coordenação realizadas ao longo de mais do que uma unidade informacional, e que, portanto, guardam entre si uma relação de tipo informacional, já não propriamente sintático (cf. oração completiva em [11]).<sup>6</sup>

Nossa análise da sintaxe das orações completivas e adverbiais na fala espontânea do PB considerou, portanto, sua interface com a articulação informacional, visando aprofundar os fenômenos linguísticos relacionados com a forte orientação pragmática desta diamesia.

---

<sup>6</sup> Cf. a distinção entre *integrated* e *fragmented/unintegrated syntax* (MILLER; WEINERT, 1988), e *micro-* e *macro-syntaxe* (BLANCHE-BENVENISTE, 2000, 2003).

## 2. Orientação pragmática da sintaxe do PB falado

Este trabalho sobre sintaxe do PB falado teve como objeto de estudo as orações completivas e adverbiais explícitas. Como nosso objetivo foi estudar a interface sintaxe/articulação informacional, a análise foi feita em um *minicorpus* do C-ORAL-BRASIL anotado informacionalmente, disponível online na plataforma DB-IPIC (*Database for Information Pattern Interlinguistic Comparison*: <http://lablita.dit.unifi.it/app/dbipic/index.php>).

### 2.1. Metodologia

#### 2.1.1 O *minicorpus* de PB falado na plataforma DB-IPIC

A plataforma de busca online DB-IPIC, desenvolvida pelo LABLITA, disponibiliza a seção Informal do *corpus* de italiano falado C-ORAL-ROM, um *minicorpus* de italiano retirado dele, e o *minicorpus* de PB falado que foi a base deste trabalho, extraído do C-ORAL-BRASIL (GREGORI; PANUNZI, 2011, 2012; MITTMANN; RASO, 2011; CRESTI; RASO, 2012; PANUNZI; MITTMANN, 2014).

O *corpus* C-ORAL-BRASIL, do qual foi retirado o *minicorpus* utilizado para este estudo, é um *corpus* de PB falado, baseado na diatopia mineira (principalmente Belo Horizonte e região metropolitana). O C-ORAL-BRASIL é um *corpus* perfeitamente balanceado, construído procurando uma ampla variação diafásica, assim como a diversificação dos falantes, de forma a representar a variedade situacional que caracteriza a fala espontânea (para mais detalhes sobre a construção do C-ORAL-BRASIL: RASO, 2012; sobre o *minicorpus*: PANUNZI; MITTMANN, 2014; MITTMANN; RASO, 2011; CRESTI; RASO, 2012).

Como o C-ORAL-BRASIL, o *minicorpus* inclui, além da transcrição:

1. os metadados: as informações sociolinguísticas de cada sessão gravada;
2. os arquivos de áudio e o alinhamento texto-som, feito por meio do software de análise prosódica WinPitch (MARTIN, 2004): desta forma, é possível o acesso simultâneo à transcrição, ao áudio e ao espectrograma de cada enunciado, de forma a não perder a dimensão prosódica da fala, crucial para a análise desta diamesia;
3. a anotação morfossintática, feita através do *parser* PALAVRAS (BICK, 2000; de momento o *minicorpus* de PB possui anotação morfossintática apenas no

DVD onde são reunidos todos os textos do C-ORAL-BRASIL, cf. <http://www.c-oral-brasil.org/>);

4. a etiquetagem informacional, que foi feita manualmente e diz respeito aos valores das unidades informacionais, de acordo com a L-AcT e com a Teoria da Padronização da Informação (cf. seção 1).

O *minicorpus* de PB é formado por 20 sessões gravadas (dimensões: 29.909 palavras; 5.511 sequências terminadas) escolhidas com base em um alto nível de qualidade acústica: 6 conversações (interações com mais que dois participantes: 4 de contexto privado, 2 de contexto público), 7 diálogos (interações com dois participantes: 5 privados, 2 públicos), 7 monólogos (6 privados, 1 público). Desta forma, o *minicorpus* preserva a mesma estrutura do C-ORAL-BRASIL no que diz respeito à proporção de cada tipologia interacional e dos dois tipos de contexto (familiar/privado e público), e pode ser considerado realmente representativo do *corpus* do qual foi extraído.<sup>7</sup>

### 2.1.2 Coleta e tratamento dos dados

O levantamento das orações completivas e adverbiais foi feito utilizando a interface de busca da plataforma DB-IPIC, procurando no *minicorpus* de PB as ocorrências dos complementizadores e das conjunções subordinativas adverbiais, respectivamente, pois se analisou apenas a subordinação explícita. Com relação às completivas, os dados utilizados para nossa análise foram aqueles anteriormente levantados e apresentados em Bossaglia (2014).

### 2.1.3 Complementizadores/conjunções subordinativas

Por meio da busca das ocorrências dos complementizadores pertinentes, nomeadamente, *que, se, como, porque, quando, onde* e construções interrogativas do tipo *de que que, o que que, por que que, qual que, quanto que, como que*, etc.<sup>8</sup> (cf. BOSSAGLIA, 2014 para os detalhes). Destes, *que é* o mais frequente (aproximadamente

---

<sup>7</sup> Além de ser representativo do C-ORAL-BRASIL, o *minicorpus* de PB da plataforma DB-IPIC é também perfeitamente comparável com o *minicorpus* de italiano, e ainda com um *minicorpus* de inglês americano, extraído do *Santa Barbara Corpus of Spoken American English* (DU BOIS et al., 2000-2005) que em breve integrará a plataforma, de forma a ampliar ulteriormente a base para a comparação interlinguística (RAMOS; CAVALCANTE, em preparação).

<sup>8</sup> Esta é a transcrição utilizada para as correspondentes formas *que é que, o que é que, quando é que*, etc. quando o verbo *é* não é pronunciado pelo falante (MELLO et al., 2012, p. 143).

83% sobre o total dos enunciados), seguido por *se* (11%); os outros complementizadores formam, no seu conjunto, o restante 6%, o qual mostra a forte redução dos *types* de complementizadores na fala.

Foram levantados 211 enunciados contendo orações completivas explícitas (subjativas, objetivas e interrogativas indiretas), correspondendo a aproximadamente a 4% do total dos enunciados do *minicorpus*.

As conjunções que introduzem subordinadas adverbiais no *minicorpus* foram, em um primeiro momento, mapeadas a partir dos textos anotados morfossintaticamente (não é possível, de momento, aplicar o filtro *Part of Speech* à busca no *minicorpus* de PB na plataforma DB-IPIC, cf. seção 2.1.1 acima). As conjunções adverbiais no *minicorpus* são, em ordem decrescente de frequência, *porque*, *se* (condicional), *quando*, *como*, *depois que*, *enquanto que*, *igual*, *apesar que*, *se bem que*, *já que* e *caso*. Destas, *porque* (44% sobre o total dos enunciados levantados), *se* (29%), *quando* (23%) são significativamente mais frequentes do que as outras, cujas ocorrências formam o restante 4%. Aqui também se observa, portanto, uma forte redução das conjunções adverbiais na fala do PB.

Os enunciados contendo ocorrências de conjunções subordinativas com valor adverbial que foram levantados são 405, correspondendo a aproximadamente 7% sobre o total dos enunciados do *minicorpus*.

### 3. Análise dos dados

Com o intuito de analisar a interface sintaxe/pragmática na fala, à luz da distinção entre sintaxe linearizada e padronizada que a L-AcT sustenta, o primeiro fator que se considerou foi a razão entre linearização e padronização no *minicorpus* de PB.

#### 3.1 Linearização vs. padronização

Dentre os enunciados contendo orações completivas, observa-se a prevalência da linearização sobre padronização, em uma proporção de aproximadamente 83% (177 enunciados) vs. 17% (34 enunciados: BOSSAGLIA, 2014). Já no que diz respeito às orações adverbiais, a situação perfila-se diferente, pois apenas em menos de 6% dos enunciados levantados há ocorrência de orações adverbiais linearizadas, ou seja, realizadas dentro da mesma unidade informacional junto com a oração principal. As realizações mais frequentes (aproximadamente 70% sobre o total) são não-linearizadas,

nas configurações que se ilustrarão em 3.2.2 e 3.3.<sup>9</sup> Esta diferença entre a realização das orações completivas e adverbiais é interessante, em quanto do ponto de vista semântico as orações adverbiais possuem um grau muito inferior de integração com sua oração principal com relação às completivas (cf. FOLEY; VAN VALIN 1984, p. 294: “*the closer the semantic relationship, the tighter the linkage*”;<sup>10</sup> veja também GIVÓN 1980, HAIMAN, 1983, LEHMANN 1988, CRISTOFARO, 2003). As subordinadas adverbiais, de fato, são definidas como orações desempenhando função de advérbio com relação ao predicado da principal, enquanto as completivas saturam sua valência (LONGACRE; THOMPSON, 1985, KORTMANN, 1997). Noutros termos, dois eventos ou estados de coisas podem ser relacionados um com o outro de maneira que um (a oração adverbial) represente as circunstâncias em que o outro (a oração principal) acontece (CRISTOFARO, 2003, p. 155). A codificação destas circunstâncias é descrita como opcional, como demonstra o fato que a omissão da oração adverbial não afeta a gramaticalidade da oração principal (HENGEVELD, 1998). As orações adverbiais, prototipicamente, codificam eventos ou estados de coisas semanticamente independentes do evento da oração principal. Pareceria, portanto, que há certo grau de iconicidade (HAIMAN, 1983) na forma como os falantes realizam orações completivas e adverbiais: as primeiras, semanticamente mais integradas, são realizadas de preferência em configuração linearizada, isto é, junto com suas principais em uma mesma unidade informacional, já as outras, semanticamente pouco integradas, são mais frequentemente realizadas em unidades informacionais, ou enunciados, diferentes daqueles da oração principal.

### 3.2 Padrões informacionais

#### 3.2.1 Orações completivas

Orações completivas padronizadas encontram-se principalmente ou em combinações de CMM ou COB, ou no padrão (INT)/TOP/COM (11 ocorrências).<sup>11</sup> Seguem os padrões INT/COM (5), COM/DCT/COM (4), e apenas uma ocorrência de PAR/PAR, uma de COM/APC, uma de TOP/INT. A relevância do padrão TOP/COM e

---

<sup>9</sup> Vários usos peculiares de algumas conjunções subordinativas que não encaixam nas configurações ilustradas em 3.2.2 e 3.3 (*porque* isolado em DCT, *como* introduzindo interrogativas diretas, entre outros) compõem o restante 24%, que não será tratado nesta sede.

<sup>10</sup> “Quanto mais próxima a relação semântica, tanto mais estreita a ligação (sintática)”.

<sup>11</sup> Para os *tags* das unidades, utilizados também como abreviaturas do nome delas, veja o Quadro 1 na seção 1.



das combinações de CMM ou COB é suportada também pelos dados sobre orações adverbiais (veja seção 3.2.2), e sobre estes dois padrões informacionais serão focadas nossas observações.

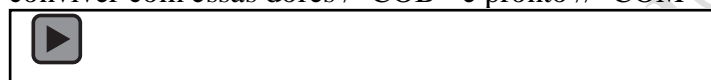
[12] \*PAU: acho que com um metro e vinte /=TOP= ela fica boa /=COM= né //PHA=



[13] \*LAU: tá vendo /=CMM= como é que mudou //CMM=



[14] \*SIL: falou que a idade é assim mesmo /=COB= que ela vai ter que conviver com essas dores /=COB= e pronto //COM=



Em [12] a completiva mantém uma relação pragmática com a principal que “ultrapassa” o nível estritamente sintático. Como já observado anteriormente, no padrão TOP/COM a oração principal em TOP assume função pragmática de definir o campo de aplicação da ilocução veiculada pelo COM (cf. Quadro 1 acima), que, pelo contrário, hospeda a completiva. No padrão TOP/COM, portanto, a organização pragmática da fala opõe-se àquela que seria considerada a hierarquia entre as duas orações num plano propriamente sintático: a oração sintaticamente dependente adquire o status de “principal” do ponto de vista *pragmático*, enquanto a oração que tradicionalmente seria considerada o núcleo da regência, realizada em TOP, serve apenas para fornecer informação de *background* para a completiva.

Nas combinações de CMM e COB, também, pode se observar a reorganização de tais hierarquias sintáticas na fala, ainda que de uma forma diferente. A relação de dependência sintática entre principal e completiva é, de fato, “ignorada” pela organização pragmático-informacional do enunciado: as duas orações estão em um mesmo nível pragmático, pois ambas são realizadas em unidades ilocucionárias, ou seja, ambas as unidades informacionais em que principal e subordinada são realizadas têm a mesma função. Em [13] os dois CMM representam duas ilocuições/ações diferentes (pedido de concordância e repetição)<sup>12</sup>, ligadas por um padrão prosódico que faz com que elas sejam

<sup>12</sup> A definição dos tipos de ilocuições é um âmbito que ainda está sendo explorado, portanto, vamos provisoriamente chamar as duas ilocuições padronizadas em [14] da forma indicada. Cerca de 90 ilocuições

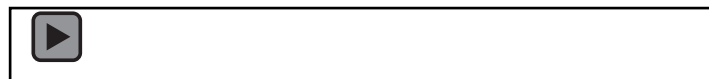
interpretadas como uma única sequência terminada. A completiva no segundo CMM possui valor ilocucionário da mesma forma como a oração principal, ficando num mesmo plano do ponto de vista pragmático.

Em [14], só no primeiro COB a completiva *que a idade é assim mesmo* é analisável como sintaticamente composicional com o *verbum dicendi* que a introduz (*falou*), mas não a segunda (*que ela vai ter que conviver com essas dores*), pois é realizada em outra ilha/unidade informacional, neste caso igualmente dotada de força ilocucionária, com a função de acrescentar informação na lista que a falante está realizando através dos COB.

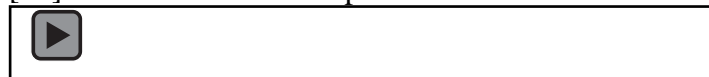
### 3.2.2 Orações adverbiais

Como referido, menos de 6% das conjunções subordinativas adverbiais ocorrem em configuração linearizada (principal e subordinada dentro da mesma unidade informacional), ou seja, introduzindo orações adverbiais próprias. Aproximadamente 40% das ocorrências não linearizadas das orações adverbiais se há em configuração padronizada, isto é, com oração principal e subordinada adverbial realizadas em unidades informacionais diferentes. Observaram-se dois principais padrões informacionais dentro dos quais são realizadas orações adverbiais. Destes, o mais frequente é TOP/COM (aproximadamente 27% sobre o total dos enunciados), com algumas variantes textualmente mais complexas (TOP/INT/COM, TOP/APT/COM). As combinações de CMM ou COB (cerca de 13% sobre o total dos enunciados levantados) representam, com relação à frequência, o segundo padrão informacional no qual são realizadas orações adverbiais.

[15] \*BEL: quando eu cheguei aqui /=TOP= todas minhas calças tinham ficado lá hhh //COM=



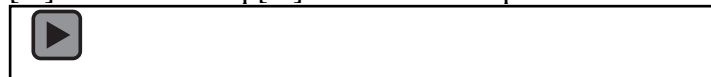
[16] \*SIL: se for vinho importado/=TOP= eu tomo //COM=



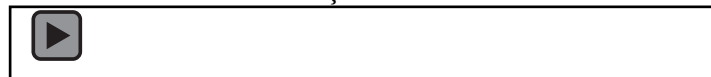
---

diferentes foram individualizadas no *corpus* C-ORAL-ROM italiano (MONEGLIA, 2011) e no C-ORAL-BRASIL (ROCHA, 2013). A L-Act divide as ilocuições em cinco classes diferentes: Representativas (Confirmação, Acordo, Citação, por exemplo), Diretivas (Ordem, Instrução, Chamamento, etc.), Expressivas (Expressão de medo, Expressão de dúvida, etc.), Rituais (Declaração de valor legal, Saudação, Agradecimento, etc.), Recusas.

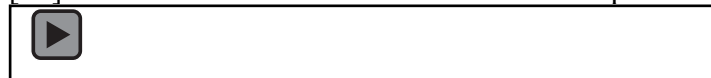
[17] \*ALO: e eu sei que ea devia /=TOP= porque /=SCA= &he /=TMT= foi [/1]=EMP= foi &q [/1]=SCA= nas véspera d' eu vim embora //COM=



[18] \*CEL: mas cê não vai nunca adivinhar nenhuma minha /=CMM= porque eu nũ tenho a mínima noção //CMM=



[19] \*CAR: se ele nũ morrer /=CMM= nũ tem problema não //CMM=



[20] \*RUT: Nossa /=EXP= eu &co [/2]=EMP= eu adoço /=COB= se me chamar //COM=



Ressalte-se que no padrão TOP/COM a oração adverbial é sempre realizada na unidade de TOP, mas apenas no caso de orações temporais ([15]) e condicionais ([16]). De fato, pode se observar que, ainda que os planos pragmático e informacional tenham que representar, para o estudo da fala, os primeiros e os principais níveis de análise, existe certo grau de harmonia entre o valor semântico das orações adverbiais em TOP e a função informacional de tal unidade: como o valor adverbial destas orações delimita, do ponto de vista semântico (tempo, condição), o evento descrito na oração principal, da mesma forma a função informacional do TOP é aquela de definir o campo de aplicação da força ilocucionária do COM. No caso das orações de tipo causal, pelo contrário, o padrão TOP/COM é atestado apenas em um enunciado ([17]), e a oração adverbial não é realizada em TOP, mas no COM: de fato, as orações adverbiais de tipo causal, do ponto de vista semântico, são diferentes das temporais e das condicionais porque têm um escopo de tipo retrospectivo (*backward scope*, cf. COUPER-KUHLEN, 1996), portanto, não poderiam fornecer informação de *background*. Sua realização não marcada é, portanto, após a oração principal.

O mesmo não se aplica, porém, no segundo padrão individualizado: nas combinações de CMM ou COB, como já observado para as completivas, principal e dependente são realizadas em unidades igualmente ilocucionárias, e, portanto, estão num mesmo nível hierárquico, do ponto de vista *pragmático*. Neste padrão aparecem ocorrências de orações condicionais e causais apenas, não havendo atestação de

temporais. Quase a totalidade das orações temporais aparece no padrão TOP/COM, ou seja, sempre prepostas a suas principais,<sup>13</sup> como é previsível devido à informação semântica que carregam: como o TOP serve para a delimitação do campo de aplicação da ilocução, a delimitação temporal que estas orações veiculam se harmoniza com a função informacional de TOP.

No caso dos CMM, também, encontra-se harmonia entre semântica da oração adverbial e função informacional da unidade: como introduzido na seção 1, de fato, os CMM são padronizados melodicamente de forma a serem interpretados como um tudo, em virtude de uma relação lógica reconhecível entre eles que pode ser de varia natureza, nomeadamente, causal (veja [18]), condicional ([19]), entre outros. Observa-se, portanto, que os valores semânticos das orações condicionais e causais se alinham com os tipos de relação lógica que pode existir entre os CMM.

Em [20] temos, em vez, um período hipotético realizado em uma sequência de COB. Note-se que, neste caso, a prótase é realizada no segundo COB, ou seja, seguindo sua apódose. Como já referido, os COB são cadeias de unidades ilocucionárias justapostas umas às outras no processo de o falante construir seu discurso. A prótase em [20] é adicionada à apódose precisamente com esta função (cf. CHAFE, 1984 que sugere que na fala as orações condicionais pospostas tenham valor de *afterthought*; COUPER-KUHLEN, 1996 e FORD; FOX, THOMPSON, 2002 afirmam que trata-se, pelo contrário, de um *incremento* relacionado à construção do turno de fala).

Portanto, em combinações de unidades ilocucionárias pode se observar um maior grau de mobilidade na posição da oração adverbial: em [19] e [20], por exemplo, a prótase ocorre antes e depois da apódose, respectivamente, sendo que no padrão TOP/COM a adverbial (mas não se for de tipo causal, como explicamos anteriormente) é realizada consistentemente no TOP, isto é, é sempre preposta a sua principal devido à sua específica função pragmática.

A realização de orações adverbiais em padrões que envolvem unidades ilocucionárias remete ao segundo mais frequente uso que elas mostraram ter no corpus utilizado, ou seja, um uso insubordinado.

---

<sup>13</sup> Cf. Quirk et al. (1985, p. 744) que sustenta que esta seria a posição não marcada das orações temporais.

### 3.3 Fenômenos de insubordinação

A insubordinação é definida como “*the conventionalised main-clause use of what, on prima facie grounds, appear to be formally subordinate clauses*”<sup>14</sup> (EVANS, 2007, p. 367).<sup>15</sup> Fenômenos de insubordinação são atestados e têm sido estudados em muitas línguas tipologicamente diferentes (FORD; THOMPSON, 1986; STIRLING, 1998 para inglês; MITHUN, 2008 para algumas línguas ameríndias; IWASAKI, 2000 para japonês; LOMBARDI VALLAURI, 2004 para italiano e alemão; VAN LINDEN; VAN DE VELDE, 2014 para holandês; cf. CHAFE, 1984 que já falava de “adverbiais livres”, p. 438). Dentre as várias perspectivas nas quais a noção de insubordinação é analisada na literatura, emerge claramente o envolvimento de fatores pragmáticos no uso que é feito de diferentes tipos de subordinadas a nível interlinguístico, e é interessante observar que o uso insubordinado de orações adverbiais constitui aproximadamente 30% das orações rastreadas no nosso *corpus*, isto é, é o segundo uso mais frequente no *minicorpus* de PB. As orações adverbiais ocorrem isoladamente no enunciado, sem que a oração principal esteja expressa,<sup>16</sup> ou sem que esteja expressa no mesmo enunciado, como se mostra nos exemplos em seguida:

[21]

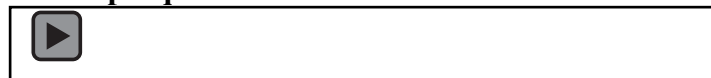
\*REN: a gente vai ter que levar esse então //COM=

\*FLA: cê nã gosta não //COM=

\*REN: não /=CMM= gosto //CMM=

\*FLA: vê o [/1]=SCA= a /=SCA= &valid [/1]=EMP= &he /=TMT=  
fabricação dele //COM=

\*FLA: porque arroz novo é ruim //COM=



<sup>14</sup> “[O] uso independente convencionalizado de algo que, em aparência, parece ser uma oração dependente.”

<sup>15</sup> Observe-se, ainda, que de um ponto de vista semântico as orações adverbiais, em contraste, por exemplo, com as completivas, apresentam um menor grau de integração com a oração principal, e prestam-se à codificação de eventos semanticamente autônomos (GIVÓN, 1980, 1985; LEHMANN, 1988). De forma parecida com os casos observados para as adverbiais realizadas em TOP/COM e em combinações de CMM, parece existir certo grau de harmonia entre a dimensão semântica e aquela pragmática, no uso destas orações na fala.

<sup>16</sup> Lembre-se que Evans (2007, p. 473) especifica sua definição de oração insubordinada indicando como requisito a elipse da oração principal. Não se trata, porém, de elipse da principal, que pode até aparecer às vezes noutro enunciado, mas realmente de uso “desgarrado” de orações formalmente adverbiais (Cf. a noção de *desgarramento* em DECAT, 1999).

O último enunciado reportado em [21] corresponde, formalmente, a uma oração de tipo causal introduzida pela conjunção *porque*. Contudo, o enunciado anterior não pode ser considerado como sua oração principal, pois corresponde a um ato de fala (ilocução) autônomo. Neste caso o *porque* é utilizado como “conector pragmático” entre os dois enunciados: não há relação semântica de causalidade entre as orações *vê a fabricação dele* e *porque arroz novo é ruim*, mas a falante está cumprindo a ação de reforçar a legitimidade de sua ordem acrescentando uma informação.<sup>17</sup> Na posição inicial de enunciado, de fato, várias conjunções coordenativas e subordinativas adquirem funções pragmáticas (tomada de turno, ligação entre enunciados, etc., cf. RASO; MITTMAN, 2012, p. 209-210; CRESTI, 2005, p. 242-243). A oração aparentemente causal corresponde, então, a uma unidade pragmaticamente autônoma, como se pode entender escutando-a isoladamente.

[22]

\*LUZ: ã é importante ã passar em primeiro lugar // =COM=

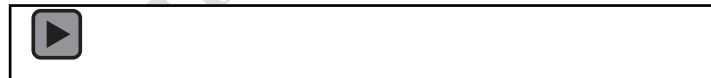
\*LUZ: é importante passar /=COB= isso /=DCT= pruma pessoa nova igual a ela /=COB=que tá começando a + =EMP=

\*LUZ: é legal ter isso no currículo // =COM=

**\*LUZ: igual ele falou com ela // =COM=**

\*LUZ: falou /=INT= não uai // =COM\_r=<sup>18</sup>

\*LUZ: se ocê passar em segundo lugar /=TOP\_r= cê tá muito bem /=COM\_r= ué // =PHA\_r=



Em [22] no quarto enunciado aparece uma oração formalmente modal (*igual ele falou com ela*) e, mais uma vez, prosodicamente interpretável como ato de fala autônomo, como resulta mais evidente ainda escutando-o isoladamente. É reconhecível uma relação com, por exemplo, o enunciado anterior, mas os dois representam duas ações distintas, apesar de, a nível global, serem ligadas na coesão do discurso do falante.

<sup>17</sup> Sweetser (1990, p. 77) define este uso da oração causal como “causa indireta”, que corresponde a uma mudança da relação causal para o plano ou epistêmico (o falante quer justificar uma crença expressa numa oração anterior), ou pragmático (o falante querendo dar conta de um ato de fala que acaba de cumprir).

<sup>18</sup> [TAG]\_r indica que a unidade informacional faz parte de um discurso reportado, neste trecho havendo um COM, um TOP, outro COM e um PHA com esta característica.

[23]

\*OSV: hhh agora /=PHA= &e [1]=EMP= essa conta da caixa um /=TOP=  
 Geraldo falou comigo que o [1]=SCA= o [1]=EMP= o camarada tava aqui  
 antes /=TOP= <tava><sup>19</sup> numa [2]=EMP= não /=PHA= &he /=TMT= pra ir  
 direto no [1]=i-TOP=<sup>20</sup> no [1]=EMP= no [1]=EMP= como é que chama  
 /=PAR= no [1]=EMP= no banco lá /=TOP= é direto lá //COM=

\*CAR: <hum hum> //COM=

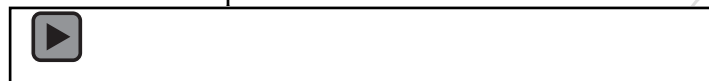
\*OSV: e é +=EMP=

\*OSV: quando veio pra cá não //COM=

\*OSV: essa +=EMP=

**\*OSV: apesar que essa última veio pra cá //COM=**

\*OSV: mas ele falou que geralmente /=TOP= a [1]=EMP= a do caixa um  
 /=TOP= nũ vem pra cá não //COM=



Em [23] a oração formalmente concessiva introduzida por *apesar que* no penúltimo enunciado também constitui um ato de fala autônomo. Como é evidente pela prosódia, a oração concessiva é realizada com aquela que Chafe (1984, 1988) definiria uma “*period intonation*”, isto é, uma entonação conclusiva. É possível reconhecer que *apesar* de a última conta do caixa um ter chegado no próprio lugar, a conta costuma ser paga diretamente no banco, ou seja, pode-se reconstruir uma relação sintática e semântica entre as duas orações *apesar que essa última veio pra cá* e *a do caixa um nũ vem não* como de oração adverbial de valor concessivo e oração principal, mas no discurso do falante estas são realizadas como unidades distintas que estão veiculando dois diferentes atos de fala.

Os trechos em [24] e [25] abaixo oferecem alguns exemplos interessantes de prótases “in subordinadas”, enquanto que em [25], além disso, pode se observar o contraste com outras prótases realizadas no padrão TOP/COM junto com as respectivas apódoses. Em [24], as prótases são utilizadas pela falante para colocar situações possíveis no jogo de mímica do qual está explicando as regras. No enunciado que segue a segunda prótase (*se é um rato*) pode se observar, apesar de ele ser interrompido, que a falante realiza a apódose, contudo, mais uma vez, como enunciado autônomo, e de uma forma (prosódica também) nitidamente diferente daquela em que prótase e apódose são

<sup>19</sup> Os parêntese angulares indicam sobreposições (palavras pronunciadas simultaneamente com outro falante), neste caso entre *tava* (\*OSV) e *hum hum* (\*CAR).

<sup>20</sup> i-[TAG] indica unidade interrompida, neste caso um TOP no meio do qual o falante insere o PAR.

realizadas, na mesma ordem, no padrão TOP/COM. No trecho em [25], ao lado de três períodos hipotéticos realizados por meio deste padrão informacional (primeiro, sexto, oitavo enunciado), há um enunciado constituído apenas por uma prótase, neste caso sem que possa ser individualizada sua apódose nos enunciados contíguos. A prótase insubordinada *se for só dela* corresponde ao ato de fala com o qual \*CAR reforça a informação para seu interlocutor.

[24]

\*BRU: não /=COB= mas cê pode [/2]=SCA= tipo /=INT= &he /=TMT= cê pode fazer assim //COM=

\*BRU: &he /=TMT= <“gato”> /=COM= por exemplo //PAR=

\*CEL: cê pode ter feito <LIBRAS> //COM=

\*LUC: cê pode <hhh> +=EMP=

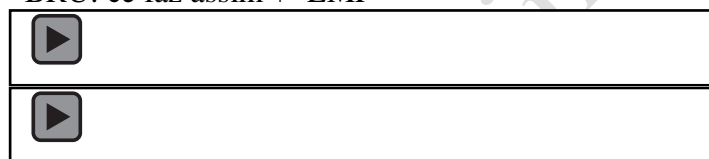
\*BRU: <hhh> não //COM=

\*BRU: <tipo /=INT= se é um [/1]=SCA= um gato> //COM=

\*BRU: gato /=TOP= faz isso /=CMM= nada //CMM=

\*BRU: se é um rato //COM=

\*BRU: cê faz assim +=EMP=



[25]

\*CAR: se a situação dela /=SCA= for /=SCA= pior do que as dos vizinhos /=TOP= aí nós vamo pedir pra /=SCA= tirar ela de lá e pôr no aluguel //COM=

\*CAR: que a gente /=SCA= derruba o barraco dela e +=EMP=

\*OSV: hum hum //COM=

\*OSV: se for <só o dela / então> +=EMP=

\*CAR: <então era melhor até> sair as casa /=SCA= do Minha Casa Minha Vida //COM=

\*OSV: mas se for só o dela então /=TOP= eu tiro //COM=

\*CAR: se for só o dela //COM=

\*CAR: se for mais gente numa situação pior /=TOP= nós vamo ter que pensar //COM=

\*CAR: porque quanto mais pessoas /=CMM= mais /=SCA= a demanda +=EMP=





A insubordinação que as orações adverbiais apresentam na fala diz respeito, portanto, ao nível pragmático: graças a determinados perfis prosódicos elas podem veicular ilocuções, ou seja, tornar-se pragmaticamente independentes, de forma livre com relação a seu status sintático de orações dependentes.

No estudo da fala, portanto, a análise sintática tem que ser feita tendo em consideração, em primeiro lugar, a forma como os falantes constroem o discurso e a interação, ou seja, como organizam pragmaticamente, via prosódia, o conteúdo locutivo.

#### 4. Conclusões

Através desta primeira incursão na sintaxe da fala espontânea do PB, quisemos verificar, mais uma vez, o fato de esta diamesia não poder ser analisada com base nas categorias tradicionalmente aplicadas à análise sintática da língua escrita.

Em primeiro lugar, observou-se uma forte redução dos *types* seja dos complementadores seja das conjunções subordinativas com valor adverbial, sendo que um restrito número de conjunções possui uma representação quantitativamente significativa no *corpus* utilizado.

Contudo, a característica mais interessante no que diz respeito à sintaxe da fala em oposição àquela da escrita é representada por sua orientação pragmática (veiculada pela prosódia), que faz necessário analisar a interface do nível sintático com o nível da articulação do fluxo da fala em unidades informacionais, e em enunciados. No que diz respeito à configuração linearizada das subordinadas, isto é, às subordinadas próprias, observou-se uma forte oposição entre completivas e adverbiais: nas primeiras, a linearização representa a configuração preferencial (cerca de 83% sobre o total das completivas), sendo que nas segundas a realização linearizada é a menos frequente (cerca de 6%). Este fato sugere que existe iconicidade entre o grau de integração semântica da subordinada com sua principal e a forma como são realizadas pelos falantes: as orações adverbiais, que prototipicamente descrevem eventos concebidos como autônomos do evento da oração principal, são na grande maioria dos casos utilizadas em unidades informacionais próprias, com funções próprias. Já as completivas, protótipo de subordinadas integradas semanticamente, dificilmente são realizadas em configurações que as separem de suas orações principais.

A análise das ocorrências de completivas e adverbiais levou a observar a prevalência de dois padrões informacionais: em primeiro lugar, o padrão TOP/COM (que

é também o principal padrão informacional da fala), mais algumas variantes textualmente mais complexas dele, seguido por padrões de unidades ilocucionárias, ou seja, CMM e COB.

No padrão TOP/COM, as relações de dependência sintática tradicionais vêm sendo reorganizadas de forma diferente nas completivas e nas adverbiais: nas completivas, mostramos como, no nível pragmático, é a oração dependente que assume o papel crucial para a fala, carregando a ilocução, enquanto a oração sintaticamente principal, realizada na unidade de TOP, torna-se informação de *background* para a definição do campo de aplicação da força ilocucionária. No caso das adverbiais, no entanto, é a oração subordinada a ser realizada na unidade de TOP (com a exceção das causais, que semanticamente não fornecem informação de *background*), havendo assim certo grau de harmonia entre o valor semântico delas e a função informacional da unidade que as hospeda, isto é, entre a definição de um domínio temporal ou condicional e a definição do campo de aplicação da ilocução.

Nas combinações de CMM e COB, pelo contrário, tanto a principal como a subordinada são realizadas em unidades ilocucionárias, ou seja, elas têm o mesmo grau de relevância pragmática, independentemente de seu grau de dependência sintática. Nas combinações de CMM, os valores adverbiais condicional e causal são harmônicos com o tipo de relação lógica que existe entre tais unidades ilocucionárias.

Já nas sequências de COB, completivas e adverbiais representam acréscimos que os falantes realizam no processo de construir seus turnos. Neste padrão, principal e subordinadas são justapostas por meio de unidades igualmente ilocucionárias, e a nível pragmático desempenham a mesma função de construção do discurso, independentemente de suas aparentes relações sintáticas.

No que diz respeito à subordinação adverbial, ainda, observou-se que o segundo uso mais frequente destas orações (cerca de 30%), no *corpus* utilizado, é o uso insubordinado: as adverbiais isoladas, ainda que sintaticamente não independentes, formam enunciados autônomos do ponto de vista pragmático, em virtude de específicos perfis prosódicos. Quando as orações principais são identificáveis ou reconstruíveis em enunciados contíguos, porém, a forma como são realizadas prosodicamente mostra que a relação que existe entre elas é, em primeiro lugar, uma relação de tipo pragmático, pois principal e subordinada estão veiculando atos de fala diferentes e autônomos, ainda que coesos na economia global do discurso. Acreditamos que este uso insubordinado das orações adverbiais esteja também relacionado com a autonomia semântica que elas,

prototipicamente, veiculam. Do ponto de vista sintático e semântico, de fato, a omissão da adverbial não implica na agramaticalidade da oração principal, pois ambas as orações codificam eventos autônomos. Especularmente, também no nível pragmático, através da prosódia, as adverbiais aparentam manter sua autonomia, sem que a ausência da oração principal (no mesmo enunciado, ou no discurso) impeça que elas cumpram sua função comunicativa.

A estruturação da fala, portanto, é fortemente governada pela dimensão pragmática, que organiza a construção dos enunciados e dos significados no discurso, através de meios primeiramente prosódicos. Acreditamos que estes fatores não podem ser desconsiderados para a análise da sintaxe nesta diáspora.

### Agradecimentos

Esta pesquisa faz parte de projeto de pós-doutorado financiado pela FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, à qual agradeço.

### Referências bibliográficas

AUSTIN, L.J. **How to Do Things with Words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BICK, E. **The parsing system “PALAVRAS”**: automatic grammatical analysis of Portuguese in a constraint grammar framework. Aarhus: Aarhus University Press, 2000. 412 p. Disponível em: <<http://beta.visl.sdu.dk/~eckhard/pdf/PLP20-amilo.ps.pdf>>.

BLANCHE-BENVENISTE, C. **Approches de la langue parlée en français**. Paris: Ophrys, 2000.

BLANCHE-BENVENISTE, C. Le recouvrement de la syntaxe et de la macro-syntaxe. In: SCARANO, A. (Ed.). **Macro-syntaxe et pragmatique**: l'analyse linguistique de l'oral. Roma: Bulzoni, 2003. p. 53-76.

BOSSAGLIA, G. Interface entre sintaxe e articulação informacional na fala espontânea: uma comparação *corpus-based* entre português e italiano. **Caligrama**, v. 19, n. 2, 2014. No prelo.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view in subject and topic. In: LI, C. N. (Ed.). **Subjects and Topics**. New York: Academic Press, 1976. p. 25-55.

CHAFE, W. How people use adverbial clauses. **Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 1984. p. 437-449.

CHAFE, W. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam-Philadelphia: John

Benjamins Publishing Company. 1988. p. 1-27. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.18.03cha>

CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of written and spoken language. In: HOROWITZ, R.; SAMUELS, S.J. (Eds.). **Comprehending Oral and Written Language**. New York: Academic Press, 1987. p. 83-113.

COUPER-KUHLEN, E. Intonation and clause combining in discourse: the case of Because. **Pragmatics**, 6, 3, 1996. p. 389-426.

CRESTI, E. Speech act units and informational units. **Speech Acts and Linguistic Research**, 1994. p. 89-107.

CRESTI, E. **Corpus di Italiano parlato**. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.

CRESTI, E. Illocution et modalité dans le comment et le topic. In: SCARANO, A. (Ed.). **Macrosyntaxe et pragmatique: L'analyse linguistique de l'oral**. Roma: Bulzoni, 2003. p. 133-182.

CRESTI, E. Notes on lexical strategy, structural strategies and surface clause indexes in the C-ORAL-ROM spoken corpora. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Ed.), **C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken romance languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 209-256. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1075/scl.15>

CRESTI, E. Syntactic properties of spontaneous speech in the Language into Act Theory: data on Italian complements and relative clauses. In: RASO, T; MELLO, H. (Ed.). **Spoken Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 365-410. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/scl.61.13cre>

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. Informational Patterning Theory and the corpus-based description of spoken language. The compositionality issue in the topic-comment pattern. In MONEGLIA, M.; PANUNZI, A. (Ed.). **Bootstrapping Information from Corpora in a Cross-Linguistic Perspective**. Firenze: Firenze University Press, 2010. p. 13-46.

CRESTI, E.; RASO, T. **Text annotation of information units through IPIC**. 2012. Disponível em: <http://lablita.dit.unifi.it/ipic>

CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DECAT, M.B.N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta (Linguística e Filologia)**, v.2, n.4, Belo Horizonte: PUC Minas, 1º sem 1999, p. 23-38.

DU BOIS, J.W. et al. **Santa Barbara corpus of spoken American English**. Parts 1-4. Philadelphia: Linguistic Data Consortium. 2000-2005.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (ed.) **Finiteness: Theoretical and Empirical Foundations**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

FORD, C.; THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse. In: TRAUGOTT, E. et al. (Ed.). **On Conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. p. 353-372. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511753466.019>

FORD, C.; FOX, B. A.; THOMPSON, S. A. Constituency and the grammar of turn increments. In: FORD, C.; FOX, B.A., THOMPSON, S.A. (Ed.), **The Language of Turn and Sequence**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 14-38.

GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complement. **Studies in Language**, 4, 1980. p. 333- 377. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/sl.4.3.03giv>

GIVÓN, T. Iconicity, Isomorphism, and Non-Arbitrary Coding in Syntax. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1988. p. 187-219.

GIVÓN, T. **Syntax: A functional-typological introduction**. Volume II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GREGORI, L.; PANUNZI, A. DB-IPIC: an XML database for the representation of information structure in spoken language. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Ed.). **Pragmatics and Prosody**. Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 133-149.

GREGORI, L.; PANUNZI, A. DB-IPIC: an XML database for informational patterning analysis. In: MELLO, H.; PETTORINO, M.; RASO, T. (Ed.). **Proceedings of the VII<sup>th</sup> GSCP International Conference**. Speech and Corpora. Firenze: Firenze University Press, 2012. p.121-127.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and Written language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HART, J. T'; COLLIER, R.; COHEN, A. **A perceptual study on intonation: an experimental approach to speech melody**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511627743>

HENGEVELD, K. "Adverbial clauses in the languages of Europe". In: VAN DER AUWERA, J. (ed), **Adverbial constructions in the languages of Europe** (Empirical approaches to language typology/Eurotyp 20-3). Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110802610.335>

KORTMANN, B. **Adverbial subordination**: A typology and history of adverbial subordinators based on European languages. Berlin: Walter de Gruyter, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110812428>

KRIFKA, M. Basic notions of Information Structure. **Interdisciplinary Studies on Information Structure 6**: The notions of Information Structure. 2007. p. 13-55. <http://edoc.hu-berlin.de/oa/bookchapters/re08JIHtgchw/PDF/23dHYFKxbQaXY.pdf>

LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam-Philadelphia: John

Benjamins Publishing Company. 1988. p. 181-225. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.18.09leh>

LOMBARDI VALLAURI, E. Grammaticalization of Syntactic Incompleteness: Free Conditionals in Italian and Other Languages. **SKY Journal of Linguistics**, 17, 2004. p. 189-215.

LONGACRE, R. E.; THOMPSON, S. A. Adverbial Clauses. In: SHOPEN, T. (Ed), **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 171-234.

MARTIN, PH. WinPitch Corpus: A text to Speech Alignment Tool for Multimodal Corpora. **Proceedings of the 4th International Conference on Language Resources Evaluation**. Lisbon, 26-28 may 2004, 2004. p. 537-540. Disponível em <http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2004/pdf/780.pdf>

MELLO, H. et al. Transcrição e segmentação do *corpus* C-ORAL-BRASIL: critérios de implementação e validação. In: RASO, T.; MELLO, H. (Ed.). **C-ORAL-BRASIL I**. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 125-176.

MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Ed.). **Pragmatics and Prosody**. Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation. Firenze: Firenze University Press, 2011.

MILLER, J.; WEINERT, R. **Spontaneous Spoken Language**. Oxford-New York: Clarendon Press, 1998.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentence. **Language**, v. 84, n.1, 2008. p. 69-119. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1353/lan.2008.0054>

MITTMANN, M. M. **O C-ORAL-BRASIL e o estudo da fala informal. Um novo olhar sobre o Tópico no Português do Brasil**. 2012. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.

MITTMANN, M. M.; RASO, T. The C-ORAL-BRASIL informationally tagged minicorpus. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Ed.). **Pragmatics and Prosody**. Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 151-183.

MONEGLIA, M. The C-ORAL-ROM resource. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Org.). **C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken Romance languages**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 1-70. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/scl.15.03mon>

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. C-ORAL-ROM: Prosodic boundaries for spontaneous speech analysis. In: KAWAGUCHI, Y.; ZAIMA, S.; TAKAGAKI, T. (Ed.). **Spoken Language Corpus and Linguistics Informatics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. **crossref** 89-114. <http://dx.doi.org/10.1075/ubli.5.07mon>

MONEGLIA, M.; RASO, T. Notes on Language into Act Theory (L-Act). In: RASO, T.; MELLO, H. (Ed.). **Spoken Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 468-494.

PANUNZI, A.; MITTMANN, M. M. The IPIC resource and a cross-linguistic analysis of information structure in Italian and Brazilian Portuguese. In: RASO, T.; MELLO, H. (Ed.). **Spoken Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 129-150. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/scl.61.05pan>

RAMOS, A.; CAVALCANTE, F. A criação de um minicorpus anotado prosódica e informacionalmente a partir do *Santa Barbara Corpus of Spoken American English*. Em preparação.

RASO, T. O C-ORAL-BRASIL e a Teoria da Língua em Ato. In: RASO, T.; MELLO, H. (Eds.). **C-ORAL-BRASIL I**. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 91-123.

RASO, T.; MELLO, H. (Ed.). **C-ORAL-BRASIL I**. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RASO, T.; MITTMANN, M.M. As medidas da fala. In: RASO, T.; MELLO, H. (Eds.). **C-ORAL-BRASIL I**. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p.177-220.

SCARANO, A. (Ed.). **Macro-syntaxe et pragmatique: l'analyse linguistique de l'oral**. Roma: Bulzoni, 2003.

STIRLING, L. Isolated *if*-Clauses in Australian English. In: COLLINS, P.; LEE, D. (Ed.). **The Clause in English: In Honour of Rodney Huddleston**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1998. p. 273-294.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511620904>

VAN LINDEN, A.; VAN DE VELDE, F. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and Semantic-Pragmatic values. **Journal of Pragmatics**, 60, 2014. p. 226-250. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2013.08.022>

VOGHERA, M. **Sintassi e Intonazione nell'Italiano Parlato**. Bologna: Il Mulino, 1992.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 01.06.2015

# As locuções: uma breve discussão sobre o seu lugar na Fraseologia

## Idioms: a brief discussion about its place on Phraseology

Juliana Cansanção\*

Elizabete Aparecida Marques\*\*

---

**RESUMO:** Este artigo propõe-se a realizar uma breve revisão da teoria fraseológica, com base na releitura de alguns autores clássicos e de referência fundamental na Fraseologia hispânica, com o objetivo principal de discutir o conceito de locução, a fim de situar essa unidade linguística no campo dos estudos fraseológicos brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fraseologia. Unidades fraseológicas. Locução.

**ABSTRACT:** This paper aims to conduct a brief review of phraseological literature, based on the reading of some classic and fundamental reference authors of the Hispanic Phraseology, with the main purpose of discussing the concept of idiom, in order to place it in the field of Brazilian phraseological studies.

**KEYWORDS:** Phraseology. Phraseological units. Idioms.

---

### 1. Introdução

Biderman (1999), em seu artigo *A delimitação das unidades lexicais*, apresenta os critérios fonológico, morfossintático e semântico como norteadores da delimitação da palavra. A pesquisadora conclui que a partir deles é possível identificar a unidade léxica no discurso em geral. Entretanto, mesmo seguindo tais critérios, existem combinações específicas de palavras que não são explicáveis por meio de critérios gramaticais. Tristá (1988) afirma que, no processo de comunicação, as palavras se agrupam para expressar ideias e essa união pode gerar combinações livres e combinações fixas. Zavaglia (2012) compartilha desse posicionamento e ratifica que o acervo vocabular de um indivíduo é constituído pelas unidades lexicais simples, como *dia*, *cabeça* e *mercado*, por exemplo, pelas unidades compostas, como *guarda-roupa* e *mão-de-obra*, e pelas unidades complexas, como a expressão *esticar as canelas* ou *enfiar os pés pelas mãos*.

Essa observação nos faz refletir acerca da relação entre algumas combinações fixas de palavras, seus significados, seus usuários e o ambiente em que essas unidades circulam. Como explicar, por exemplo, a expressão *Maria é uma mosca morta*? Ou então, como traduzir essa combinação específica de palavras para outra língua, sem que haja

---

\* Mestranda do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

\*\* Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



uma mudança semântica dessa estrutura? Como fazer com que indivíduos pertencentes a grupos culturais diversos compreendam e consigam adequar essa combinação a um contexto real de uso em sua língua?

Em meio a esses apontamentos acerca da relação entre as unidades lexicais simples, compostas e complexas faz-se necessário destacar que buscamos apresentar neste trabalho uma discussão, mesmo que preliminar, sobre a teoria que aborda questões relativas às unidades complexas supracitadas, a saber, a Fraseologia. Visa, sobretudo, a discutir o conceito de locução, com base em pressupostos teóricos fraseológicos, a fim de mostrar o seu lugar no domínio da Fraseologia.

## 2. A Fraseologia como uma via de estudo científico

Para Montoro del Arco (2006), a inserção da Fraseologia no rol das disciplinas linguísticas é um fato que gera muitos questionamentos para a crítica especializada, uma vez que essa se depara com indagações como: a Fraseologia faz parte da Lexicologia ou ela é apenas um objeto interdisciplinar de estudo que não pertence exclusivamente a uma disciplina específica? Pode ser definida como uma disciplina autônoma que se relaciona com as outras na mesma medida?

Tais questões se configuram como um dos dilemas vividos pela Fraseologia. A fim de esclarecer este questionamento, Montoro del Arco (2006) destaca duas possibilidades de entendimento para a Fraseologia. A primeira delas é considerá-la em um sentido amplo e compreende-la como corrente ou ramo de estudo dentro da Linguística, enquanto que a outra possibilidade se configura a partir de uma perspectiva restrita, considerando a Fraseologia como uma disciplina autônoma que estuda um determinado fenômeno linguístico, as unidades fraseológicas.

Vale destacar, neste momento, que o interesse pela delimitação de um estudo focado nas unidades complexas não é de certo modo algo recente, uma vez que Saussure (2001) já chamava a atenção para essas combinações fixas de palavras em seu *Curso de Linguística Geral*. Neste livro, além de apontar para a necessidade de um estudo específico para essas unidades, Saussure descreveu algumas de suas principais características. Segundo ele, tais combinações são:

frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas [...] Esses torneios não podem ser improvisados, são fornecidos pela tradição (SAUSSURE, 2001, p. 144).

Não obstante, segundo Tristá (1988), houve uma tentativa de Bally em instituir a Fraseologia como uma disciplina no início do século XX, entretanto, somente na década de 40 desse mesmo século, com o estudioso russo Vinogradov, é que a Fraseologia foi estabelecida como uma disciplina autônoma. Nesse período, estabeleceu-se também o objetivo da Fraseologia, ou seja, o estudo das leis que condicionavam a falta de liberdade das palavras e de seus significados.

A partir das ideias de Vinogradov acerca dessa disciplina e do fato de o significado do seu objeto de estudo, os fraseologismos, não depender da relação entre a palavra e a unidade complexa, surgiram muitas pesquisas com o intuito de descrever o processo de cristalização dessas unidades no sistema linguístico, assim como a teoria responsável por seu estudo. Como exemplo, podemos citar o posicionamento da pesquisadora Tristá (1988), segundo o qual a Fraseologia se constitui como uma vertente especial da Linguística e tem uma metodologia específica para o estudo de seu objeto. Já para Montoro del Arco (2006, p. 73, tradução nossa):

A fraseologia é uma parte desta disciplina que se ocupa das unidades e sintagmas fixos que comportam o sistema [...] como unidades lexicais, e não concebe ir mais além da análise interna dos componentes de tais unidades<sup>1</sup>.

Como se pode notar, não há uma definição abrangente e aceita por todos os estudiosos que desenvolvem trabalhos no âmbito da Fraseologia. De acordo com o posicionamento de cada teórico, pode-se concebê-la como uma disciplina autônoma, ou apenas uma vertente de outra disciplina, como, por exemplo, a Lexicologia. Em meio a essa diversidade de posições teóricas, optamos por adotar aquela que identifica a Fraseologia como uma disciplina que tem por objeto de estudo as unidades fraseológicas ou fraseologismos (Montoro del Arco, 2006, 73).

### **3. As unidades fraseológicas (UFs): definição e principais características**

As unidades fraseológicas são definidas como

---

<sup>1</sup> La fraseología es una parte de esta disciplina que se ocupa de las unidades y sintagmas fijos que se comportan en el sistema [...] como unidades léxicas, y no concibe ir más allá en el análisis interno de los componentes de dichas unidades.<sup>1</sup>

combinações léxicas que se caracterizam pela fixação interna e unidade de significado, ou seja, que apresentam estabilidade semântico-sintática, equivalente ao lexema simples ou ao sintagma, podem pertencer a vários tipos categoriais e cumprem diversas funções sintáticas [...]. São combinações especializadas em expressar conteúdos de grande complexidade apesar de sua brevidade e simplicidade para o qual as unidades monolexemáticas estão, em certo modo, incapacitadas, razão pela qual constituem um recurso léxico de uso frequente (NAVARRO, 2007, p. 2, tradução nossa).<sup>2</sup>

Com base nessa definição, existe um número considerável de propostas de classificação dos fraseologismos, que se configuram como objeto de estudo da Fraseologia. Tais propostas se baseiam em duas concepções distintas sobre o referido objeto, a saber: concepção ampla, que, de acordo com Montoro del Arco (2006), engloba todas as combinações formadas por, no mínimo, duas palavras; e a concepção restrita, que “reduz seu objeto de estudo àquelas formações que funcionam dentro do âmbito oracional” (MONTORO DEL ARCO, 2006, p. 74, tradução nossa)<sup>3</sup>, ou seja, às locuções, por serem pluriverbais, possuem sentido figurado e alto grau de estabilidade, conforme a descrição de Tristá (1988).

Corpas Pastor (1996) elenca cinco características que considera essenciais para a determinação de uma combinação de palavras como uma unidade fraseológica. São elas:

- ser formada por várias palavras;
- estar institucionalizada, ou seja, convencional devido ao uso frequente;
- possuir estabilidade, visto que seus componentes mantêm certa ordem;
- apresentar algumas particularidades semânticas ou sintáticas;
- ser passível de modificações nos elementos que as integram.

Como exemplo de um fraseologismo, que está de acordo com os pontos destacados por Copras Pastor, temos a seguinte combinação:

O médico alertou ao bêbado que, se ele não parasse com a bebida em excesso,

---

<sup>2</sup> Combinaciones léxicas que se caracterizan por la fijación interna y unidad de significado, es decir, que presentan estabilidad semántico-sintáctica, equivalen al lexema simple o al sintagma, pueden pertenecer a varios tipos categoriales y cumplen diversas funciones sintácticas (...). Son combinaciones especializadas en expresar contenidos de gran complejidad a pesar de su brevedad y simplicidad para lo cual las unidades monolexemáticas están, en cierto modo, incapacitadas, razón por la que constituyen un recurso léxico de uso frecuente.

<sup>3</sup> “reduce su objeto de estudio a sólo aquellas formaciones que funcionan dentro del ámbito oracional”.

iria **bater as botas**.<sup>4</sup>

Ao analisar a combinação destacada no exemplo acima, observamos que está formada por mais de uma palavra, logo, apresenta a primeira característica, isto é, formar-se por várias palavras. É possível constatar também que essa expressão já está cristalizada na Língua Portuguesa falada no Brasil, pois, ao buscarmos essa unidade em páginas *web*, verificamos que seu sentido é contíguo em grande parte das páginas visitadas, ou seja, corresponde ao verbo morrer. Do mesmo modo, notamos que há certa estabilidade entre seus componentes, uma vez que não se pode substituir aleatoriamente qualquer um deles.

Outra característica presente nessa combinação é a particularidade semântica, pois o entendimento acerca do que é expresso por ela não depende da soma de seus elementos; em outras palavras, seu significado é indecomponível. Por fim, encontramos o último elemento, a unidade **bater as botas** é passível de modificação. De fato, o verbo *bater*, por exemplo, pode ser flexionado de acordo com o tempo e a pessoa escolhidos para a elaboração do período, pois ele concorda com os elementos extralinguísticos que influenciam sua utilização. Segue abaixo um exemplo dessa flexão, em que o verbo concorda com o sujeito do ato, havendo, por conseguinte, uma mudança em um dos elementos que compõem a locução.

O cara tomou veneno e **bateu as botas**.<sup>5</sup>

#### 4. Taxionomia das unidades fraseológicas

As unidades fraseológicas, objeto de estudo da Fraseologia, configuram-se como um tipo de unidade lexical que, de acordo com o ponto de vista adotado pelo pesquisador, pode se agrupar em diferentes classes<sup>6</sup>. Partindo de uma concepção ampla,, apresentamos, para este trabalho, a classificação realizada por Corpas Pastor (1996) acerca desse agrupamento dos fraseologismos. Apoiada nas ideias de Casares (1950), a fraseóloga espanhola oferece uma proposta de taxionomia das unidades fraseológicas, que será utilizada neste trabalho.

---

<sup>4</sup>Exemplo extraído da página web dicionário informal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/bater%20as%20botas/>. Acesso em: 05 janeiro 2014.

<sup>5</sup>Exemplo extraído da página web dicionário informal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/bateu%20as%20botas/>. Acesso em: 24 outubro 2014.

<sup>6</sup> Montoro del Arco (2006), apoiado nas colocações de Coseriu (1962), defende as concepções ampla e restrita da Fraseologia.

Corpas Pastor (1996, p. 270) divide os fraseologismos em três esferas distintas:

- I. Esfera I: Colocações;
- II. Esfera II: Locuções;
- III. Esfera III: Enunciados Fraseológicos.

Apresentamos, a seguir, três figuras, por nós elaboradas, que resumem a classificação da mencionada pesquisadora.

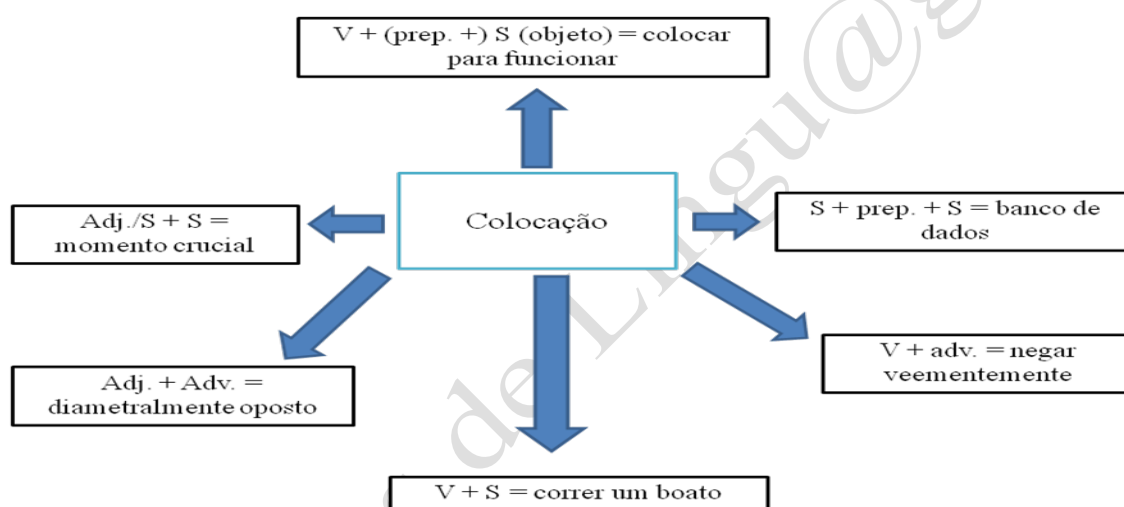
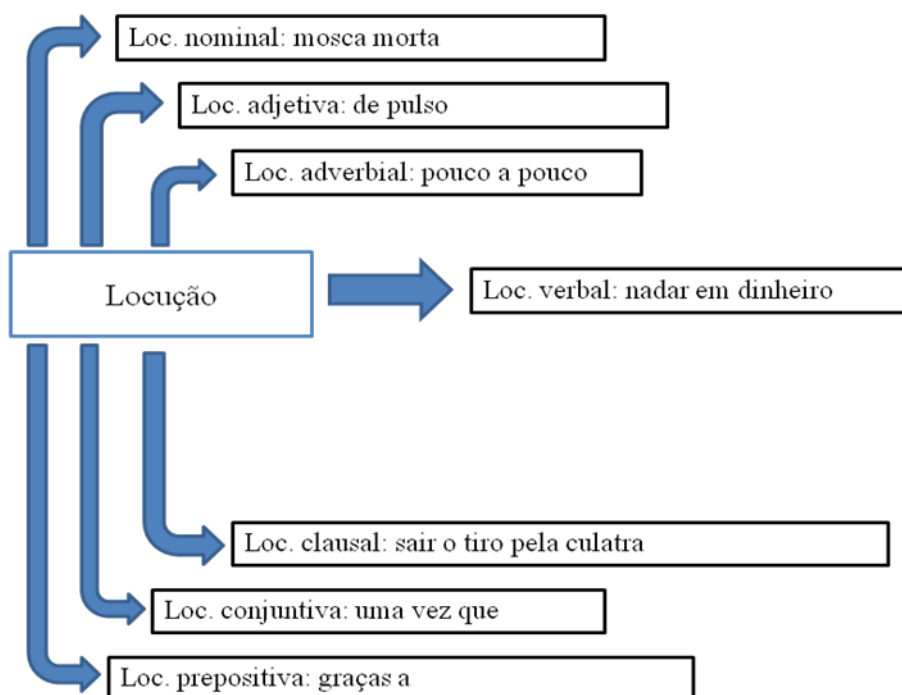
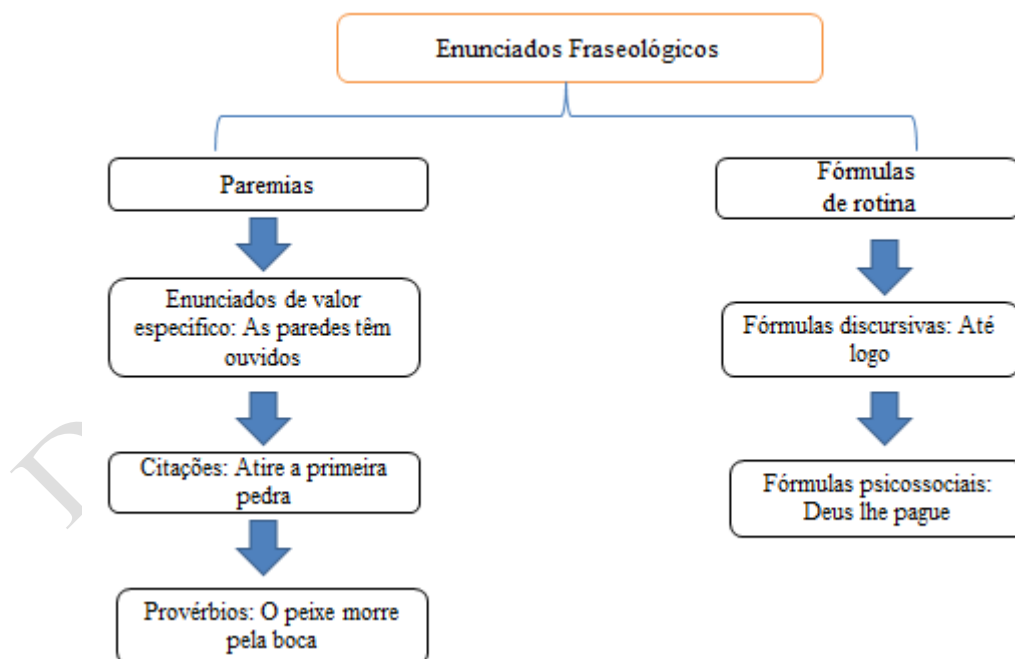


Figura 1 – Esfera I: Colocações<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Figura elaborada pela autora, com base em Copras Pastor (1996). Os exemplos foram traduzidos, quando possível, ou adaptados para a Língua Portuguesa, de acordo com Cruz (2011).

Figura 2 – Esfera II: Locuções<sup>8</sup>Figura 3 – Esfera III: Enunciados fraseológicos<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Figura elaborada pela autora, com base em Corpas Pastor (1996). Os exemplos foram traduzidos, quando possível, ou adaptados para a Língua Portuguesa, de acordo com Cruz (2011).

<sup>9</sup> Figura elaborada pela autora, com base em Corpas Pastor (1996). Os exemplos foram traduzidos, quando possível, ou adaptados para a Língua Portuguesa, de acordo com Cruz (2011).

Passemos então à discussão acerca das três esferas dispostas acima.

Para tanto, selecionamos a definição de Zuluaga (2002, p. 98, tradução nossa), sobre as colocações. Para esse linguista, elas são:

Combinaciones, construcciones lingüísticas compuestas, no limite entre livres e fraseológicas, indicam que não se identificam, propriamente, como nenhuma dessas duas classes, em encaixariam melhor como um fenómeno de intersección, apresentam características comuns tanto com uma quanto com outra<sup>10</sup>.

Como exemplo de colocações, destacamos as unidades presentes nas sentenças abaixo:

“Pussy Riot diz que **corre perigo** de vida.”  
“Vida de Iúlia Timochenko **corre perigo** real.”<sup>11</sup>

Ao analisarmos o sintagma “**correr perigo**”, notamos que ele tem certa estabilidade, assim como o fraseologismo “**bater as botas**”, citado anteriormente, pois, para enfatizar ou até mesmo indicar que o risco é permanente, quem enuncia um período como o exposto acima, não substitui essa combinação por outra qualquer. Ao mesmo tempo, a referida unidade não tem outra característica considerada fundamental por Tristá (1988), o sentido figurado. Essas considerações realizadas a partir da análise da estrutura nos mostram a interseção exposta por Zuluaga entre uma construção livre e uma fraseológica (ZULUAGA, 2002).

Abordaremos, a seguir, a segunda esfera proposta por Corpas Pastor (2006), as locuções. Antes de nos determos na classificação dessa pesquisadora, faz-se necessário mencionar o estudo realizado por Casares (1992 [1950]). Esse linguista foi o primeiro a elaborar uma proposta de categorização para as locuções em língua espanhola e sua taxionomia serviu de base para muitos estudiosos da Fraseologia, bem como para Corpas Pastor.

---

<sup>10</sup> combinaciones, construcciones lingüísticas compuestas, a medio camino entre libres y fraseológicas, indican que no se identifican, propriamente, con ninguna de estas dos clases sino que, más bien, como fenómeno de intersección, presentan rasgos comunes con unas y otras.

<sup>11</sup> Exemplos extraídos da página web DN Globo. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1958548&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1958548&seccao=Europa). Acesso em: 05 janeiro 2014.

A partir da classificação de Corpas Pastor, elegemos uma dentre as sete expostas na figura 2, a fim de exemplificar as locuções. Para tanto, selecionamos a unidade a seguir:

Fulano **vestiu o paletó de madeira** depois que soube que era corno!<sup>12</sup>

Temos nesse exemplo uma locução verbal que apresenta as três condições destacadas por Tristá (1988) como principais para um fraseologismo: a pluriverbalidade, a estabilidade e o sentido figurado. Isso faz com que ela seja considerada por muitos pesquisadores como único objeto de estudo da Fraseologia. Destacamos que essa unidade tem o verbo como portador da função gramatical, uma vez que indica o número e a pessoa necessários para a sua compreensão.

No que se refere à terceira esfera, tem-se os enunciados fraseológicos, que, na classificação de Corpas Pastor (1996, p. 275, tradução nossa), são divididos em parêmiias e fórmulas rotineiras, sendo as últimas subdivididas ainda em fórmulas discursivas e psicossociais. Conforme essa autora, as parêmiias

[...] devido ao distanciamento do emissor, geram implicaturas conversacionais de cuja responsabilidade o emissor está eximido. Enquanto atos de fala, (as parêmiias) realizam atos ilocucionários que produzem no receptor certos efeitos perlocucionários, constituindo, em muitos casos, atos perlocucionários, que servem para convencer, persuadir e instruir o receptor, ou para conseguir que esse faça algo ou atue de uma forma determinada; ainda que, quando não se persiga reação alguma, as parêmiias cumpram mais bem uma função fática.<sup>13</sup>

Como exemplo para as parêmiias, podemos citar o seguinte enunciado:

“As **paredes têm ouvidos...** e língua também!”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup>Exemplo extraído da página web dicionário informal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/bater%20as%20botas/>. Acesso em: 05 janeiro 2014.

<sup>13</sup> [...] debido al distanciamento del emisor [...], generan implicaturas conversacionales de cuya responsabilidad se exime a éste. En tanto actos de habla, realizan actos ilocucionarios que producen en el receptor ciertos efectos perlocucionarios, constituyendo en muchos casos actos perlocucionarios: sirven para convencer, persuadir e instruir al receptor, o para conseguir que éste haga algo o actúe de una forma determinada; aunque, cuando no se persigue reacción alguna, las paremiias cumplen más bien una función fática.

<sup>14</sup> Exemplo extraído da página web pensador uol. Disponível em: [http://pensador.uol.com.br/as\\_paredes\\_tem\\_ouvidos/](http://pensador.uol.com.br/as_paredes_tem_ouvidos/). Acesso em: 05 janeiro 2014.



Trata-se de um comentário que leva a uma verdade incontestável, como se o contexto no qual ele foi dito se adequasse não só ao momento em que foi proferida a unidade, mas também a várias situações anteriores à atual, tornando-se assim uma verdade que dificilmente será contestada.

Já as fórmulas rotineiras não desfrutam dessa independência, pois são fórmulas de interação social dentro de um grupo, que dependem de situações específicas para se concretizarem. Tais fórmulas são utilizadas, em grande medida, quando desejamos saudar ou despedir-se de alguém. Como exemplo, podemos citar as unidades *Bom dia! Sinto muito! Deus te pague! Tudo bem?* Todas tem uma estrita relação com o contexto e necessitam dele para serem utilizadas e compreendidas.

## 5. Os conceitos acerca das locuções

Antes de tratarmos especificamente das locuções, é importante lembrar duas concepções já expostas e que servem como base para a escolha do objeto de estudo quando falamos em unidades fraseológicas. De acordo com García-Page (2008), a concepção ampla engloba elementos muito variados como colocações, rifões, provérbios, locuções, etc., e isso dificulta o estabelecimento de um *corpus*, pois se torna praticamente impossível confeccioná-lo em sua totalidade. Já a concepção estreita, para esse linguista, possibilita uma melhor compreensão dos dados para análise por considerar apenas as locuções.

Não há como falarmos de locução sem trazer à tona os estudos de Casares (1992 [1950]:170), que é considerado como o primeiro linguista, dentro do âmbito do espanhol, a estabelecer uma taxionomia para as locuções. Segundo esse pesquisador, a locução é uma “combinação estável de dois ou mais termos, que funciona como elemento oracional e cujo sentido unitário consabido não se justifica, sem mais, como uma soma do significado normal dos componentes (tradução nossa).<sup>15</sup>”

A partir do estudo do significado e da função gramatical das locuções, Casares estabeleceu dois grupos distintos, a saber, o das locuções “significantes” e o das locuções “conexivas”. As primeiras, que correspondem a uma representação mental, subdividem-se em nominais, adjetivas, verbais, participiais, adverbiais, pronominais e exclamativas, ou seja, as nominais equivalem a um nome, as adjetivas a um adjetivo, as verbais a um

---

<sup>15</sup> combinación estable de dos o más términos, que funciona como elemento oracional y cuyo sentido unitario consabido no se justifica, sin más, como una suma del significado normal de los componentes..

verbo e assim por diante. Já as conexas, que têm a função de conectivo, são divididas em conjuntivas e prepositivas, assumindo as funções de conjunções e preposições, respectivamente.

A seguir, demonstramos como se constituiu a classificação de Casares (1992) a respeito das locuções:

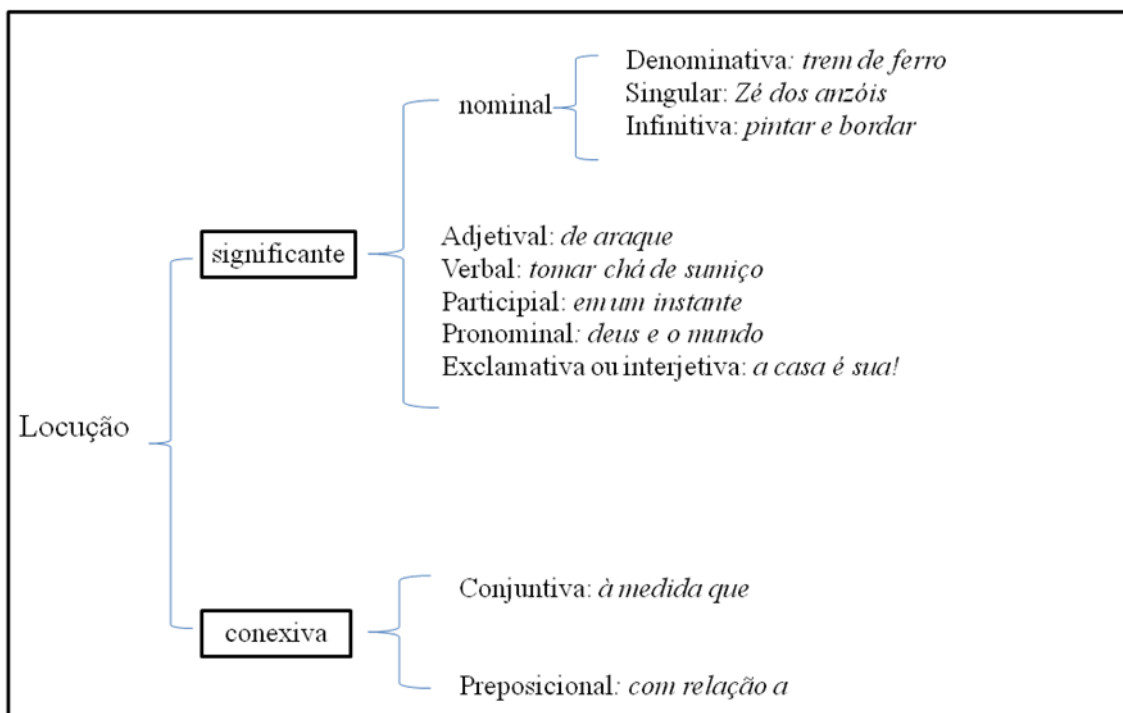


Figura 4 – Classificação das locuções<sup>16</sup>

Montoro del Arco (2006) salienta ainda que as diferentes classificações propostas após a categorização realizada por Casares (1992) sobre as locuções não foram muito distintas. Não obstante, García-Page (2008) afirma que, transcorridos 30 anos dessa taxionomia, as pesquisas na área da Fraseologia deram um salto no mundo hispânico com a nova taxionomia sobre locuções realizada por Zuluaga (1980). O modelo elaborado por esse linguista se constitui como o segundo mais importante da história da fraseologia na Espanha.

Apresentamos a seguir a classificação de Zuluaga (1980).

<sup>16</sup> Fonte Casares (1992).

## Locução

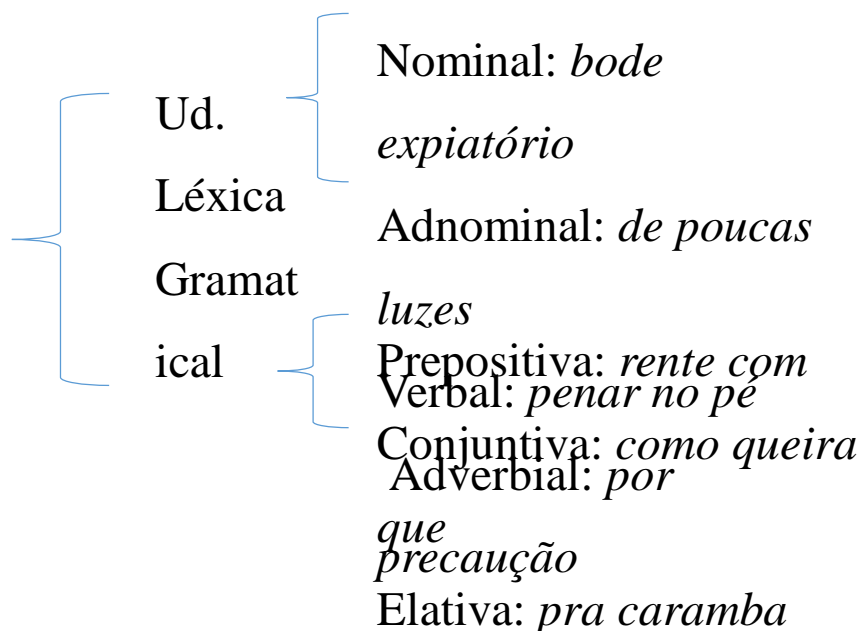


Figura 5 – Classificação das locuções<sup>17</sup>

Ao observarmos a categorização de Zuluaga (1980), notamos que há certa diferença em relação à estabelecida por Casares. Apesar de manter a distinção entre locuções referenciais e funcionais, Zuluaga reduz o número das que classifica como “unidades léxicas”, restando apenas as locuções “nominais”, “adnominais”, “verbais” e “adverbiais”. As locuções participiais agora fazem parte das adnominais. Já as adjetivais não constam da classificação de Zuluaga, assim como as pronominais. Esse pesquisador cria uma nova categoria locucional, a elativa, e a define como gramaticais por entender que elas servem como instrumento gramatical.

Em 2001, é a vez de Leonor Ruiz Gurillo, em seu *Las locuciones del español*, propor uma nova classificação para as locuções espanholas. Vale ressaltar que, em 1996, Glória Corpas Pastor estabeleceu uma taxionomia para as unidades fraseológicas, tendendo-se a um caráter mais amplo dos estudos fraseológicos. Sua classificação, que não considerava somente as locuções, serviu de base para novas taxionomias, como, por exemplo, a realizada pela própria Gurillo (2001). Segundo Garcia-Page (2008), a proposta

<sup>17</sup> Fonte Zuluaga (1980).

de Gurillo se diferencia de todas as anteriores por apresentar uma nova categoria, a locução marcadora.

Segue abaixo a classificação de Gurillo (2001)

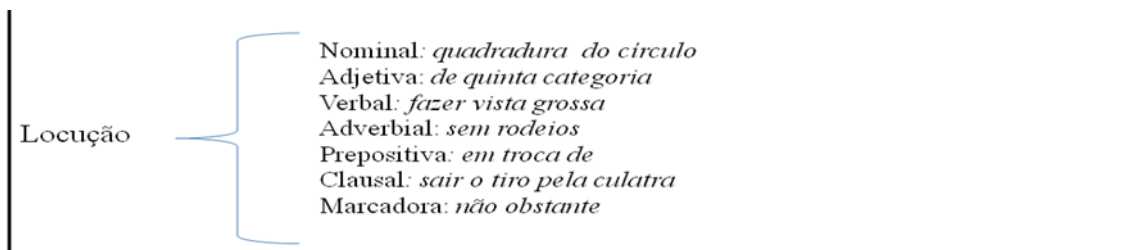


Figura 6: Classificação das locuções<sup>18</sup>

Outro teórico que merece destaque por seu estudo sobre as locuções é Garcia-Page. Em seu livro *Introducción a la Fraseología Española: estudio de las locuciones* (2008), esse pesquisador faz revisão de todas as teorias apresentadas sobre locução e lança então sua proposta de classificação. De acordo com Montoro del Arco (2006), Garcia-Page defende que as locuções são o verdadeiro objeto de estudo da fraseologia e segue suas análises a partir da concepção estreita.

A seguir apresentaremos a tipologia criada por esse linguista.

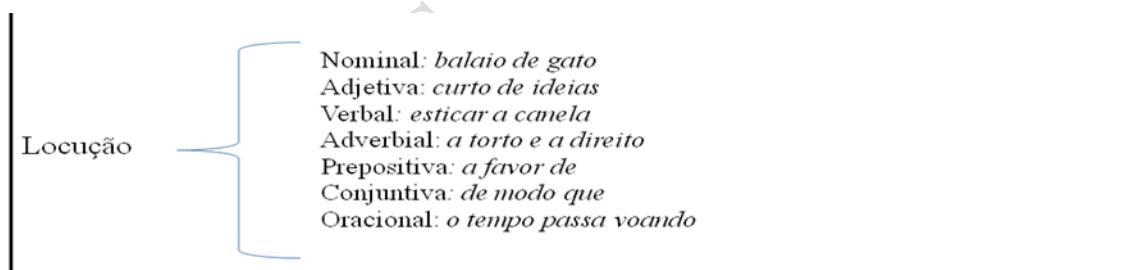


Figura 7: Classificação das locuções<sup>19</sup>

Como podemos observar, a novidade presente na classificação de Garcia-Page (2008) é a inclusão da locução oracional que, segundo ele, tenta dar conta daquelas combinações com forma de oração, que são gramaticalmente completas e seus constituintes fixos. Entretanto, o referido pesquisador destaca que o maior problema dessa classificação é que muitas unidades descritas como enunciados, provérbios, etc. fazem

<sup>18</sup> Fonte Gurillo (2001).

<sup>19</sup> Fonte García-Page (2008).

parte da locução oracional em um primeiro momento e, por conta disso, ele busca especificar essas diferenças para que elas não causem mais dúvidas<sup>20</sup>.

## 6. A problemática acerca do conceito de locução

A discussão acerca do conceito de locução tem se tornado a cada dia o centro das atenções de pesquisas linguísticas não só da concepção restrita da Fraseologia, mas também da sua concepção mais ampla. Um dos maiores problemas que envolvem essa questão é o fato de nem sempre o termo *locução* equivaler ao conceito esperado. Segundo Montoro del Arco (2006), isso se deve a vários fatores como, por exemplo, ao fato de que essa palavra já possui um significado cristalizado pelo uso comum, que é alheio às questões teóricas; por já ter sido utilizada dentro da Fraseologia com um significado ambíguo; pela sua utilização tanto no âmbito gramatical, quanto no fraseológico e, por fim, por sua tradução inadequada para outros idiomas, nos quais existe a mesma *lexia*, mas com um conceito diferente.

A fim de exemplificar com maior exatidão essa problemática acerca do conceito de locução, Olímpio de Oliveira e Silva (2011) destaca o modo como o dicionário Houaiss (HOUAISS, 2009, p. 468) de Língua Portuguesa apresenta uma das definições de locução:

### 3 Rubrica: gramática.

Conjunto de palavras que equivalem a um só vocábulo, por terem significado conjunto próprio e função gramatical única (p.ex., a de adjetivo, donde *locução adjetiva*, a de verbo, donde *locução verbal* etc.). as loc. Podem ser adjetivas (*da cor do mar, de ouro* etc.); adverbiais (*com cuidado, às pressas* etc.); conjuntivas (*posto que, desde que* etc.); interjetivas (*ora, bolas; valha-me Deus* etc.); prepositivas (*em cima de, depois de* etc.); substantivas (*estrada de ferro, casa de saúde* etc.); verbais (conjugações prerifrásticas).

Segundo Silva (2011), essa definição está completamente equivocada, uma vez que abarca muitos conceitos diferentes como locução, sintagma e perífrase verbal, mas não contempla com afinco nenhum deles, gerando assim uma mescla de conteúdos, que

---

<sup>20</sup> Faz-se necessário destacar, antes de passarmos para o próximo tópico, que buscamos apresentar as principais teorias desenvolvidas acerca das locuções.

só aumentam as dúvidas do consulente em relação à utilização desse termo e também o distanciam da vertente fraseológica.

Além dessa dificuldade em se encontrar uma definição que se relacione com as teorias da Fraseologia, para que haja uma homogeneidade acerca do conceito de locução, Silva (2011) salienta que existem distinções entre o que se entende por locução tanto na língua portuguesa, quanto na língua espanhola. No Brasil, a palavra locução remete ao meio gramatical, sendo considerados apenas os seus correspondentes oracionais, devido à tradição que esse termo tem nesse campo de estudo. Em contra partida, na Espanha, considera-se, além do âmbito gramatical, a sua idiomaticidade, ou seja, há uma consolidação na utilização do termo *locução* também nos estudos da fraseologia.

## 7. Considerações finais

Esperamos ter alcançado os objetivos deste artigo a partir da reflexão sobre o estatuto disciplinar da Fraseologia e o lugar das locuções dentro dos estudos fraseológicos. Ao longo do artigo, procuramos apresentar uma perspectiva teórica da disciplina e de seu objeto de estudo, a partir de uma releitura de autores considerados clássicos no âmbito da Fraseologia, os quais buscaram desenvolver suas investigações tomando como base as concepções ampla e/ou restrita para delimitar seu objeto de estudo. Como conclusões, estamos de acordo com o estatuto disciplinar da Fraseologia, com objeto de estudo próprio e princípios teóricos consistentes, situando-a como uma vertente dos estudos lexicais, juntamente com a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia e a Terminografia, as denominadas ciências do léxico.

Sobre as locuções, entendidas como combinações estáveis de palavras que funcionam como elemento oracional e cujo sentido unitário, muitas vezes figurado, é compartilhado pelos membros de uma determinada comunidade linguística, chegamos à conclusão de que essa categoria pode ser interpretada de forma confusa, uma vez que possui um conceito gramatical que se difere do conceito fraseológico mostrado ao longo deste artigo. Esperamos ter oferecido argumentos que sustentem a pertinência da locuções na área da Fraseologia e ter apresentado princípios teóricos suficientes para demarcá-las, contribuindo, assim, com o trabalho lexicográfico.

## Referências

ALVAREZ, M. L. O. , RABASA, F. Y. e BOJÍLOVA, T. I. À beira da morte: uma perspectiva metafórica das expressões idiomáticas em português e espanhol. In: ALVAREZ, M. L. O. e UNTERNBÄUMEN, E. H. (Org.) **Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas**. Brasília: Pontes, 2011, p. 303-323.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de palavra. In: BASILIO, M. (org) **Palavra**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1999. p. 81-97.

CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: C.S.I.C, 1992. 354 p.

CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996. 337 p.

CRUZ, T. J. Os provérbios, a categoria mulher e o protótipo: um estudo sobre a fraseologia, categorização e imagem cognitiva. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). 2012, 240 p. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/bateu%20as%20botas/>. Acesso em: 24 outubro 2014.

GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, M. **Introducción a la Fraseología española: estudio de las locuciones**. Barcelona: Anthropos, 2008. 527 p.

GLOBO. **Vida de Iúlia Timochenko corre "perigo real"**. Disponível em [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1958548&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1958548&seccao=Europa) Acesso em 05 janeiro 2014.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Editora objetiva: 2009.

MONTORO DEL ARCO, E. T. **Teoría Fraseológica de las locuciones particulares. Las locuciones prepositivas, conjuntivas y marcadoras del español**. Frankfurt: Peter D. Lang, 2006. 252 p.

NAVARRO, CARMEN. **Fraseología contrastiva del español y el italiano (análisis de un corpus bilingüe)**. Revista Eletrónica de Estudios Folológicos, nº. 13, julho, 2007.

RUIZ GURILLO, L. **Las locuciones del español actual**. Madrid: Arco/Libros, 2001. 112 p.

\_\_\_\_\_. **Aspectos de fraseología teórica española**. Valencia: Universitat de Valencia, 1997. 140 p.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística Geral**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 312 p.

SILVA, E. de O. O. Dicionário: armas de dois gumes no estudo da fraseologia. O caso das locuções. In: ALVAREZ, M. L. O. **Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológica**. Brasília: Pontes, 2011. p. 161-182.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em ciências da linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S. **Ciências da Linguagem: o fazer científico?** Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 231-264.

ZULUAGA, A. Los ‘enlaces frecuentes’ de María Moliner: observaciones sobre las llamadas colocaciones. **LEA**. Revista de Lingüística española actual, Espanha, n. XXIV, p. 97-114. 2002.

\_\_\_\_\_. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt: Peter D. Lang, 1980. 278 p.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 29.05.2015



# O reconhecimento visual da palavra no processo de aprendizagem inicial da leitura numa abordagem dinamicista

## The visual recognition of the word in learning process start reading an dynamic approach

Márcia Cristina Bonfim Ramos de Manguieira\*

Ronei Guaresi\*\*

---

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre o processo inicial da aprendizagem de leitura, sob a perspectiva cognitiva, buscando uma aproximação do processo de reconhecimento visual da palavra à luz dos fundamentos da Teoria dos sistemas dinâmicos. Inicialmente, serão apresentadas as ideias gerais da Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Posteriormente, será realizada uma revisão de literatura sobre a leitura, em especial, em seu processo inicial de aprendizagem. Finalmente, será apresentado um ensaio analítico especulativo do processamento da leitura no sistema de reconhecimento visual à luz da Teoria dos Sistemas Dinâmicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Aprendizado da Leitura.

---

**ABSTRACT:** This article aims to present a literature review on the initial learning process of reading, cognitive vision to an approximation of the visual recognition process words according to the perspective of dynamic systems. First, an overview with the general ideas of the theory of dynamical systems will be presented. Later, a review of literature on the reading will be performed, especially in its initial learning process. Finally, the processing in the visual recognition will be interpreted from the perspective of Dynamic Systems Theory.

**KEYWORDS:** Reading. Theory of Dynamic Systems. Learning Reading.

---

### 1. Considerações iniciais

A leitura, componente da linguagem, é uma invenção humana relativamente recente (DEHAENE, 2012) e configura-se como um dos instrumentos mais eficientes que o indivíduo pode usufruir para apropriar-se do patrimônio cultural produzido pela humanidade. A competência em escrita, conhecimento e automatização da correspondência grafema-fonema, pressupõe momento de ensino-aprendizagem. A escola é, por excelência, o espaço de construção do conhecimento formal e sistematizado e, nesse contexto, o ensino da leitura e da escrita emerge como um dos seus principais objetivos. Todavia, o desempenho dos alunos nessas atividades revela que a escola tem

---

\* Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail [marciamanguieira\\_ba@hotmail.com](mailto:marciamanguieira_ba@hotmail.com)

\*\* Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professor adjunto do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail [roneiguaresi@yahoo.com.br](mailto:roneiguaresi@yahoo.com.br)

relativo fracasso nesse propósito (GUARESI, 2014; MANGUEIRA, 2014), especialmente nas classes menos favorecidas.

Esse retrato amplamente divulgado nos espaços escolares e por pesquisadores de diferentes áreas é corroborado com dados de avaliações (Inter)-nacionais sobre o desempenho dos estudantes brasileiros que, de maneira consistente, têm evidenciado que um número preocupante de crianças, maciçamente das escolas públicas, chega às séries finais do ensino fundamental sem as competências básicas em leitura e escrita. Segundo os dados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil, entre 65 países participantes, mantém-se nas últimas posições no ranking. Os resultados indicam que o País está abaixo da média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) na avaliação da competência leitora (GUARESI, 2014; MANGUEIRA, 2014). Do mesmo modo, os resultados do Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB, IDEB e INAF confirmam esse cenário<sup>1</sup>.

A repercussão do cenário descrito tem fomentado o crescente interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento a debruçarem na tarefa de compreender o fenômeno subjacente às dificuldades que impedem o êxito no aprendizado da leitura de algumas crianças. A literatura pesquisada revela que, nas três últimas décadas, as investigações acerca desse fenômeno apontam o baixo desempenho nas tarefas de processamento fonológico como uma das causas de dificuldade do aprendizado da leitura (FADINI; CAPELLINI, 2011; MOURA, 2009; CAPOVILLA; GUTSCHOW; CAPOVILLA, 2004). É evidente, desse modo, que esses estudos assumem a habilidade no processamento fonológico como condição *sine qua non* para o aprendizado inicial da leitura. A esse respeito, Snowling (2004) explica que:

(...) ainda que muitas crianças pequenas comecem lendo palavras inteiras pelo reconhecimento visual, elas precisam aprender como as letras nas palavras impressas representam os sons das palavras faladas, se quiserem ser leitores flexíveis (SNOWLING, 2004, p. 17).

A leitura é uma atividade cognitiva extremamente complexa realizada por múltiplos processos linguísticos-cognitivos interdependentes. É bem verdade que não se pode negar a complexidade envolvida no processo de aprendizado da leitura, contudo, nos sistemas de escrita alfabética como o português, a de se considerar o específico à

---

<sup>1</sup> Maiores informações disponíveis em <[portal.inep.gov.br](http://portal.inep.gov.br)>.

atividade: o estabelecimento, em contexto significativo, da relação grafêmico-fonológica (SOUZA, 2011) no seu processo inicial para a formação de um leitor hábil, processo realizado durante o reconhecimento visual da palavra.

Muitos paradigmas foram tomados para explicar os fenômenos relativos aos processos de desenvolvimento e aprendizado da leitura. Contudo, sabe-se que toda abordagem teórica apresenta lacunas e limites e que, por isso, não consegue abranger todos os dados de modo que ofereça uma explicação satisfatória. Nesse sentido, pensar em mudança de paradigma significa buscar novas ferramentas, novos conceitos que ampliem os horizontes da pesquisa empírica (ALBANO, 2012). Nas últimas décadas, estudiosos da Linguística na interface com as Ciências Cognitivas têm utilizado os pressupostos da teoria multidisciplinar conhecida como Sistemas dinâmicos para subsidiar o entendimento dos fenômenos do processamento da linguagem no cérebro humano. Conforme Albano (2012):

A Linguística do século XXI está assistindo a uma mudança de paradigma (...) O que está tomando forma e se impondo gradualmente é o próprio paradigma alternativo, cujo fio condutor mais visível é a tentativa de entender a linguagem como um sistema dinâmico” (ALBANO, 2012, p. 1).

Diante das reflexões expostas, o presente artigo apresenta uma revisão da literatura sobre o processo inicial da aprendizagem de leitura, sob a perspectiva cognitiva, buscando uma aproximação do processo de reconhecimento visual da palavra à luz dos fundamentos da Teoria dos sistemas dinâmicos. Nesse intento, inicialmente, serão apresentadas as ideias gerais da Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Em seguida, prosseguir-se-á uma revisão de literatura, em especial, em seu processo inicial. Finalmente, será apresentado um ensaio analítico especulativo do processamento da leitura no sistema de reconhecimento visual à luz da Teoria dos Sistemas Dinâmicos.

## **2. Teoria dos Sistemas Dinâmicos**

Como o ser humano é capaz de aprender e processar linguagem, em especial a modalidade escrita, elemento cultural recente e complexo? A busca de respostas para essa indagação sempre acompanhou as preocupações humanas ao longo da nossa história. A partir da segunda metade do século XX, as Ciências Cognitivas representam um esforço com fundamentação empírica em torno dos questionamentos epistemológicos relativos à

natureza do conhecimento – seus componentes, suas origens, seu desenvolvimento e sua utilização.

Apesar de sua história recente, essa área dedicada à cognição tem-se mostrado extremamente produtiva, especialmente pelo advento de técnicas de estudo do cérebro em funcionamento. É sabido que o desenvolvimento científico, seja em que área for, focaliza através da sistematização e verificação, dentre outros aspectos, os padrões de regularidades estatísticas. Nessa direção, constata-se que, no curto percurso dessa ciência, diferentes tendências teóricas dos programas de pesquisa cognitivas têm apresentado diferentes pressupostos para significar e pensar os processos cognitivos.

A linguagem como processo cognitivo é um terreno essencialmente complexo, pelo menos nesse momento histórico. Sabe-se que o desenvolvimento de teoria nessa área *a priori* faz supor uma “concepção ou modelo do estado estável do desenvolvimento a ser atingido e do estado inicial desse processo” (CORREA, 1999, p. 340). Entretanto, o que se observa é que dadas as suas características, as investigações científicas acerca da linguagem mostram que os passos trilhados nesse caminho muitas vezes são conduzidos por vias sinuosas, desviantes em razão do surgimento de possíveis variáveis críticas que perturbam o comportamento regular do seu desenvolvimento.

Frente a essa complexidade, os estudos acerca dos fenômenos linguísticos inserem-se num movimento que vem conduzindo os pesquisadores a mudanças de paradigmas na busca de uma melhor compreensão do comportamento dos fenômenos observados. A esse respeito, Thelen e Smith (1994, *apud* BAIA, 2013) apresentam um quadro panorâmico que situa os pressupostos teóricos dessa ciência agrupados em três momentos, a saber, Mentalista/Simbólico, Conexionista e Sistemas Dinâmicos. Conforme as autoras, é, nesse último momento, que emerge a perspectiva dinâmica, cujo paradigma vem em auxílio das pesquisas linguísticas que exibem em algum momento do percurso de desenvolvimento da linguagem a “diversidade, variedade, flexibilidade e assincronia” (BAIA, 2013, p. 26), características que não podem ser ignoradas na geração e interpretação das pesquisas empíricas.

Sistema Dinâmico pode ser definido como um sistema composto por variáveis que interagem e estão em constante modificação simultânea ao longo do tempo (DE BOT; MAKONI, 2005; BAIA, 2013; THELEN; SMITH, 2006).

Originalmente, a Teoria dos Sistemas Dinâmicos desenvolveu-se na área das Ciências Exatas pela necessidade de se construir uma teoria geral dos sistemas que passam de um estado a outro no tempo de forma regrada, ainda que se inicie de forma

aleatória. Contudo, suas características ampliaram seu campo de aplicação, sobrepondo-se à Matemática e à Física (GELDER; PORT, 1995; BLANK; ZIMMER, 2013; KINOUCI, 2004). Kinouci (2004, p. 142) assevera que “desde a década de 1970, houve um rápido desenvolvimento dos fundamentos da Teoria dos Sistemas Dinâmicos e isso proporcionou aos cientistas um maior repertório conceitual-metodológico”. Assim, esse paradigma tornou-se multidisciplinar e seus pressupostos têm sido adequados para as áreas da Biologia, Meteorologia, Medicina, Economia, Engenharia, Oceanografia, Educação e Literatura (JÚNIOR, 2013; FOGEL, 2011; THELEN; SMITH, 2006).

Nas Ciências Cognitivas a sua aplicação surgiu a partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente na área da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, com as propostas de Thelen e Smith (1994), Van Gelder e Port (1995) dentre outros. De acordo com as psicólogas Thelen e Smith (2006):

It is a metatheory in the sense that it may be (and has been) applied to different species, ages, domains, and grains of analysis. But it is also a specific theory of how humans gain knowledge from their everyday actions (THELEN & SMITH, 2006, p.258-259).

A teoria do desenvolvimento de inspiração dinamicista apresentada por Thelen e Smith (1994) exibe uma visão holística dos fenômenos cognitivos. Nessa perspectiva, a cognição é definida como um sistema dinâmico percebido no jogo evolutivo de uma constante recriação de si mesmo e de seu ambiente. A interação entre os elementos internos e o meio ambiente dentro do sistema cognitivo é a característica central dentro da perspectiva dos sistemas dinâmicos. Se há elementos que não interagem com outros não são parte desse sistema (DE BOT; MAKONI, 2005).

Essa atividade interacionista que se percebe nos sistemas dinâmicos pressupõe uma fundamentação emergentista nessa teoria. Os sistemas complexos apresentam novas formas de comportamentos que emergem da atividade de auto-organização realizada nesse processo interativo do sistema, motivada pelo *input*, sem que nenhum componente tenha prioridade sobre o outro (GONÇALVES *et al.*, 1995; JÚNIOR, 2013; THELEN; SMITH, 2006; ZIMMER; ALVES, 2014; SMITH; THELEN, 2003). Segundo Gonçalves *et al.*:

A Teoria dos Sistemas Dinâmicos aponta a auto-organização como um dos elementos básicos para o desenvolvimento do sistema sendo organizada por suas perturbações que acabam rompendo velhas formas

e trazendo com isso a emergência de novos comportamentos (GONÇALVES *et al.*, 1995, p. 9).

Dada a exposição acima, averigua-se que a emergência de novos comportamentos e a auto-organização estão estritamente relacionadas, configurando-se como dois aspectos pilares na visão dinamicista. Retoma-se aqui a ideia de mudança explicitada na definição de sistemas dinâmicos, anteriormente apresentada. Adverte-se, contudo, que essa característica da perspectiva dinâmica não nega a estabilidade dos comportamentos num sistema dinâmico. Baia (2013, p. 29) observa que “é por observar e considerar a existência de padrões regulares que surge a necessidade de explicar o surgimento e a motivação do que causa instabilidade”. O fato do sistema dinâmico estar constantemente mudando ao longo do tempo, faz com que a formação de novos padrões passe por um estágio de flutuação alternando momentos de estabilidade e instabilidade, buscando a reestruturação do sistema.

Essa relativa estabilidade reflete uma condição de uma preferência padrão de comportamento que em termos dinâmicos recebe o nome atrator. Thelen e Smith (2006) explicam que sistema "se instala em" ou "prefere" (grifo das autoras) apenas alguns modos de comportamento porque, em certas condições, tem afinidade com esse estado. Dito de outro modo, o sistema prefere um determinado local no seu espaço de estado, ou fase, quando é deslocado a partir desse local, que tende a voltar. Esses estados atratores caracterizam-se por serem temporários, não fixos e dependentes da força de atração. São preferíveis, mas não necessariamente previsíveis. Desse modo, definem comportamentos estáveis, categóricos em sistemas instáveis (BLANK; ZIMMER, 2013; JÚNIOR, 2013; ALBANO, 2012).

Essa concepção de mudança constante abordada pela perspectiva dinâmica demonstra que o desenvolvimento dentro de um sistema complexo não é tipicamente linear. Esse aspecto importante nessa teoria é caracterizado pela relação causa e efeito. Em sistemas lineares, é possível calcular ou prever os efeitos ou consequências de uma ação o que não é possível em um sistema complexo não linear (JÚNIOR, 2013). Nessa perspectiva, perturbações em um componente do sistema podem afetar de modo intenso ou não outro componente, agregando imprevisibilidade ao estado final do processo. De Bot (2008) faz a seguinte consideração:

(...) there is a non-linear relation between the size of an initial perturbation of a system and the effects it may have in the long run.

Some minor changes may lead to huge effects, while major perturbations may be absorbed by the system without much change.

A exposição discorrida tem explorado algumas das propriedades essenciais de um sistema dinâmico abordadas na literatura. O sistema dinâmico é, então, descrito como não linear, auto-organizado e emergente (SMITH & THELEN, 2003; DE BOT *et al.* 2007). Essas características revelam que o sistema dinâmico é altamente condicionado por seu estado inicial. Isso permite dizer que menores perturbações no início podem conduzir a consequências maiores. (DE BOT *et al.*, 2007). A literatura tem se referido a esse fenômeno como *efeito borboleta*, uma analogia ao trabalho do meteorologista Lorenz que, em 1963, se questionou sobre o impacto de efeitos locais na macroestrutura. A esse respeito, De Bot *et al* (2007) informa:

Related to this is the notion of non-linearity, which means that there is a non-linear relation between the size of an initial perturbation of a system and the effects it may have in the long run. Some minor changes may lead to huge effects, while major perturbations may be absorbed by the system without much change. The sensitivity to initial conditions may depend on one or more critical parameters. Very similar systems may be variably sensitive to initial conditions, which tend to become especially relevant when the system is in a chaotic state (DE BOT *et al.*, 2007, p. 8).

Sumarizando, o sistema dinâmico está em constante interação complexa com o seu ambiente e as fontes internas. Seus múltiplos componentes que interagem produzem um ou muitos pontos de equilíbrio auto-organizados, cujas forma e estabilidade dependem das limitações do sistema (DE BOT; MAKONI, 2005). Tal explanação da Teoria dos Sistemas Dinâmicos impõe-se com bom potencial de explicação sobre o processamento da aquisição e do aprendizado da leitura e da escrita. Na seção a seguir, esta revisão de literatura traz achados neurocientíficos a respeito do processamento da leitura no cérebro humano.

### 3. O ato de ler

Do ponto de vista neurobiológico, “o ato de ler é uma revolução”, uma vez que essa atividade é uma criação cultural recente da humanidade como afirma o neurocientista francês Stanilas Dehaene em entrevista à revista Quanta<sup>2</sup>. De modo geral, a leitura é o

---

<sup>2</sup> O leitor poderá ver mais em <http://www.revistaquanta.com.br/?p=623>

processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita. Nesses moldes, é uma atividade cognitiva extremamente complexa realizada por múltiplos processos interdependentes. Vellutino *et al.* (2004) explicitam que a habilidade de aprender a ler depende da aquisição de diferentes tipos de conhecimento, os quais dependem, por sua vez, do processo adequado de habilidades linguísticas e não linguísticas. Assim, aspectos neurológicos, sensoriais, psicológicos, socioculturais, socioeconômicos, educacionais, dentre outros, estão envolvidos no processo de aprendizagem de leitura (SALLES, 2005; PESTUN, *et al.*, 2002; ARAÚJO; MINERVINO, 2008).

Alguns estudos que investigam a aprendizagem da leitura e da escrita enfatizam que esse é um processo gradativo no qual dois grandes processos estão implicados, a saber, a decodificação, que resulta no reconhecimento imediato das palavras, e a compreensão que está relacionada ao significado (SHAYWITZ, 2006; SALLES, 2005; SALLES; PARENTE, 2002; DEHAENE, 2012). O primeiro deles é específico da leitura. Isso não significa que este se sobreponha ao segundo. Indubitavelmente, reconhece-se que ambos os processos são essenciais para a formação de um leitor hábil, mas “de que modo a criança poderia chegar à significação sem passar pelas palavras?” (MORAIS, 1997, p. 268).

De certo, há um coro de vozes na literatura que, assim como Morais, anuncia que o caminho que leva à compreensão do texto, inicialmente, passa pelo reconhecimento da palavra, sendo necessário que o aprendiz iniciante da leitura compreenda como funciona o sistema de escrita no qual se vai aprender (CORTE-REAL, 2004; MORAIS, 1997; DEHAENE, 2012; PEGADO, 2015). Como afirma Morais (1997, p. 170), “a compreensão de como funciona o princípio alfabético é a chave que permite abrir a porta da aprendizagem da leitura”.

No plano da decodificação, a comunidade científica enfatiza que o modelo que mais bem explica o processamento de leitura é o de duas vias de leitura (PEGADO, 2015), nomeadamente modelos de leitura de rota dupla (SALLES, 2005; SALLES E PARENTE, 2002; DEHAENE, 2012; PINHEIRO, 1994; CAPOVILLA E CAPOVILLA, 2000), a saber, a fonológica e a lexical.

Do ponto de vista biológico, a literatura explica que para ler, é preciso que o sistema visual reconheça o componente visto para em seguida enviar essa informação aos circuitos que tratam da linguagem (PEGADO, 2015; CAVALHEIRO *et al.*, 2010). “A informação visual deve ser extraída, destilada, depois recodificada num formato que restitua a sonoridade e o sentido das palavras” (DEHAENE, 2012, p. 26). Dito de outro



modo, o componente visual captado passa por um processo de decomposição automática em constituintes elementares<sup>3</sup> e posterior reconstituição, antes de serem reconhecidas. Na fase da reconstituição, há duas possibilidades: a palavra pode ser reconhecida no léxico e pronunciada – via rota lexical; ou a palavra é analisada e decodificada por conversão letra-som e só posteriormente ocorre a pronúncia – via rota fonológica (SALLES, 2005; SALLES E PARENTE, 2002; DEHAENE, 2012; PINHEIRO, 1994; CAPOVILLA E CAPOVILLA, 2000). Espantosamente todo esse processo acontece em menos de um quinto de segundo (DEHAENE, 2012).

Na via fonológica, também chamada de via indireta, a leitura é processada por meio da decodificação grafofonêmica, ou seja, a cadeia de letras (grafemas) de um elemento visual é convertida em fonemas da língua para depois ser pronunciada. A via lexical ou via direta, diferentemente, dá acesso direto ao sentido (CAVALHEIRO *et al.*, 2010; ARAÚJO; MINERVINO, 2008; PULIEZI, 2010; SALLES, 2005; PEGADO, 2015), em outras palavras, conecta a representação de letras às palavras do nosso léxico sem passar por uma tradução fonológica (PEGADO, 2015). Conforme Dehaene (2012):

Quando lemos palavras raras, novas, com ortografia regular (vejam-se os neologismos inventados de todo o tipo), nossa leitura passa por uma via fonológica que decodifica os grafemas e deduz uma pronúncia possível e depois tenta acessar a significação. Inversamente, quando somos confrontados com palavras frequentes ou irregulares, nossa leitura assume uma via direta, que recupera desde o início a palavra e seu significado e depois utiliza estas informações para recuperar a pronúncia. (DEHAENE, 2012, p. 53).

Vários pesquisadores concordam com o exposto no excerto acima (PULIEZI, 2010; SALLES, 2005;). O entendimento é que as pseudopalavras e palavras não familiares não possuem entrada lexical, pois o reconhecimento desses *inputs* visuais, por não pertencerem ao “dicionário mental” (DEHAENE, 2012), passaria pela via fonológica seguindo o processo de decodificação grafofonêmica, para depois serem pronunciadas e acenderem a busca de sentido.

Como foi referenciado acima, dois processos – fonológico e lexical – compõem o sistema de reconhecimento visual das palavras. Todavia, deve-se destacar que parte dos

---

<sup>3</sup> Dehaene (2012) informa que é ao ser captada a palavra é desmembrada em fragmentos (constituintes elementares: letras, grafemas, sílabas, morfemas, palavras), montando uma espécie de “árvore”, que seria a “arquitetura” da palavra, contudo acrescenta que a natureza desses constituintes continua um tema de pesquisa muito atual.

pesquisadores concorda com Dehaene (2012, p. 170) quando explica que “nenhuma destas duas vias, por si só, é suficiente para ler todas as palavras”. Esses são dois processos complementares e estão intimamente relacionados. À medida que o leitor torna-se mais experiente, as duas vias são ativadas simultaneamente, funcionando em paralelo, tornando o processo de reconhecimento visual mais eficaz e automático. As características linguísticas do *input* assim como o nível de competência do leitor determinam o tipo de processo a ser usado (SALLES; PARENTE, 2002; PULIEZI, 2010; CORTE-REAL, 2004).

É evidente que a coordenação entre os dois processos acima apresentados é o que se espera de um leitor experiente à medida que a habilidade de leitura se desenvolve. Contudo, a literatura ressalta a importância do processamento fonológico para o aprendizado inicial da leitura (SALLES; PARENTE, 2002; PULIEZI, 2010; CORTE-REAL, 2004; DEHAENE, 2012, MORAIS, 1997; MASCARELLO; PEREIRA, 2013). O processamento da leitura pela via fonológica no processo inicial de seu aprendizado, num sistema de escrita alfabética, caracteriza-se como uma mola propulsora que impulsiona e favorece o desenvolvimento do ato de ler.

Moraís (1997) assevera que a primeira tarefa da criança, no processo inicial de aprendizado, é compreender o princípio alfabético. Nesse sentido, torna-se quase que imperativo que a criança perceba como funciona o sistema de escrita que se vai aprender. A esse respeito, Pegado (2015 *in press*) informa que “no início do aprendizado da leitura, a criança precisa se concentrar na correspondência entre os símbolos visuais arbitrários (grafemas) e os sons que eles representam (fonemas)”.

Paralelamente ao conhecimento da correspondência desses dois elementos, outro aspecto entra em jogo e está sendo muito explorado ultimamente: a consciência fonológica (PULIEZI, 2010; SALLES, 2005; CAMPOS *et al.*, 2012; CARDOSO-MARTINS, 1995). O que temos observado nos estudos referidos é uma tendência em defender a consciência fonológica como aspecto fundamental no processo de aprendizado da leitura e da escrita.

Diversos autores conceituam a consciência fonológica como uma das habilidades metalinguísticas de reconhecimento das características formais fonológicas ou da estrutura sonora da linguagem. Dito de outro modo, a consciência fonológica é a competência que o indivíduo apresenta de refletir intencionalmente sobre os segmentos da fala e manipular conscientemente tais segmentos em atividades de substituição, combinação ou supressão (MOTA; MELO FILHO, 2009; CAVALHEIRO *et al.*, 2010;

CARDOSO-MARTINS, 1995; SIM-SIM, 1998; CAPELLINI; CAPANO, 2009; CAPELLINI *et al.*, 2011; CUNHA ; CAPELLINI, 2011; MOUSINHO *et al.*, 2009; MOURA, 2009; DEUSCHLE & CECHELLA, 2009).

À luz da literatura investigada, verifica-se que, nos últimos vinte anos, a consciência fonológica tem sido referenciada amplamente como uma das variáveis mais efetivas no processo de aprendizagem inicial da aquisição da leitura e escrita. Os autores desses estudos explicam que os estágios iniciais da consciência fonológica têm um efeito facilitador e correlacionam-se com o sucesso na aquisição dessas habilidades (CARVALHO; ALVAREZ, 2000; WAGNER; TORGESEN, 1987; BARRERA; MALUF, 1997; CAPELLINI; CIASCA, 2000; PAULA *et al.*, 2005; BRITO *et al.*, 2006; ADAMS *et al.*, 2006; MORAIS, 1997).

Na próxima seção, nosso intento será o de especular o processamento da leitura à luz da Teoria dos Sistemas Dinâmicos, numa relação que, antecipadamente, entendemos como bem sucedida, ou seja, o potencial da referida teoria se coaduna com o que de fato acontece no cérebro humano no processamento da leitura.

#### **4. Sistema visual de reconhecimento da palavra numa perspectiva dinamicista**

Entende-se sistema dinâmico como um sistema composto por muitas variáveis com estados que mudam ao longo do tempo (GELDER; PORT, 1995). São sistemas auto-organizados e apresentam uma sensibilidade aos seus estados iniciais.

No curso do seu desenvolvimento, as Ciências Cognitivas, assim como outras áreas da ciência, têm adaptado os pressupostos da Teoria dos Sistemas Dinâmicos aos estudos da cognição (THELEN & SMITH, 2006). Entre os seus componentes, a área da linguagem, especificamente as áreas da Fonética e da Fonologia e da Linguística Aplicada, exhibe uma crescente literatura de estudos sobre fenômenos linguísticos abordados sob a ótica dos sistemas dinâmicos (ELMAN, 1995; DE BOT *et al.*, 2007; ALBANO, 2012; BAIA, 2013, BLANK; ZIMMER, 2013; ZIMMER; ALVES, 2014).

Sendo a linguagem um organismo extraordinariamente complexo, esses autores são concordantes em conceber a linguagem como um sistema dinâmico. De Bot e Makoni (2005) explicam que, quando se observa o curso do desenvolvimento da linguagem, verifica-se que este apresenta algumas das características fundamentais de um sistema dinâmico. Conforme os autores:

Language shows all the characteristics of a dynamic system, and accordingly language development can be viewed from a DST perspective: it is a system consisting of many subprocesses (e.g. pragmatic, syntactic, lexical, phonological) that interact (e.g. the syntactic and the pragmatic level), it shows variation over time, it develops through interaction and self-reorganization, it depends on internal and external resources, it shows growth and decline depending on the setting it is in, and it never settles completely (DE BOT; MAKONI, 2005, p. 7).

Pode-se inferir, a partir do exposto acima, que o processamento da linguagem se coaduna com os fundamentos da Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Como os autores descrevem, o desenvolvimento da linguagem é composto por níveis como morfológicos, fonológicos, sintáticos, pragmáticos que interagem entre si e com o meio ambiente. Como um sistema dinâmico, o aprendizado da leitura muda ao longo do tempo através da sua interação e sua auto-organização, e apresenta estados que podem ser descritos como não lineares e períodos de estabilidade e instabilidade.

Ao que parece, esse novo paradigma pode fornecer respostas às inquietudes de várias áreas dos estudos da linguagem cuja explicação, ancoradas nas abordagens tradicionais, não tem sido satisfatória por não englobar todos os processos ou fenômenos envolvidos. Faz-se necessário informar que isso não significa uma ruptura com aquelas abordagens.

Não se trata, porém, de um rompimento gradual com o passado. Os cientistas que hoje aderem à nova visão o fazem tão abrupta e apaixonadamente quanto os que abraçaram a gramática gerativa nas décadas de 1960 e 1970. O que está tomando forma e se impondo gradualmente é o próprio paradigma alternativo, cujo fio condutor mais visível é a tentativa de entender a linguagem como um sistema dinâmico (ALBANO, 2012, p.1).

Como já foi referido, a leitura, frequentemente, tem ocupado o centro das principais preocupações nos estudos da linguagem, mobilizando intensas discussões por instituições e pesquisadores de diferentes áreas. O ato de ler é uma atividade cognitiva e, nesse aspecto, o seu processamento e aprendizado estão imersos num processo amplamente complexo, sendo possível entendê-lo como um sistema dinâmico.

Atendendo ao que se propõe em um dos objetivos desse escrito, parece ser seguro, teórico-metodologicamente, dada as considerações conceituais acima, enveredar-se por esse promissor paradigma para melhor entender os fenômenos observados no processo inicial de aprendizagem da leitura. Um sistema dinâmico é caracterizado pela interação

entre suas variáveis, pela emergência de novos comportamentos, às vezes imprevisíveis, e pela capacidade de auto-organização. Apresenta uma tendência para a não linearidade no desenvolvimento e sensibilidade ao seu estado inicial.

Ao longo desta exposição, foi referido que a descodificação – reconhecimento da palavra – e a compreensão compõem o processo de leitura. Nesse aspecto, a literatura tem afirmado que, no processo de leitura, a evolução para a compreensão do texto, necessariamente, pressupõe a passagem pelo reconhecimento da palavra ao qual exige a compreensão do funcionamento do sistema de escrita no qual o aprendiz iniciante vai aprender (CORTE-REAL, 2004; MORAIS, 1997, DEHAENE, 2012, PEGADO, 2015). Desse modo, o processo de descodificação é visto como condição à aprendizagem da leitura.

Como vimos sucintamente, um sistema é composto por subsistemas que interagem ao longo do tempo. O léxico é visto como um conjunto de regiões do espaço dentro do sistema da linguagem (ELMAN, 1995). Nesse sentido, o sistema visual de reconhecimento da palavra apresenta a característica interativa do sistema dinâmico, tendo em vista que vários componentes (subsistemas) participam interativamente do processo de acesso ao léxico, desde a captação do *input* visual até a representação através da pronúncia. A identificação das letras e das palavras é um processo ativo de decodificação. O reconhecimento de uma palavra reclama a conciliação de múltiplos sistemas cerebrais numa interpretação única da entrada visual (DEHAENE, 2012).

McClelland & Elman (1986) revelam que o reconhecimento é um processo gradual, sujeitos a interações que podem acelerar ou retardar a recuperação de uma palavra em um determinado contexto. Esse aspecto reflete a sensibilidade ao estado inicial de um sistema. Para que o leitor processe o reconhecimento da palavra, entram em jogo as vias fonológica e lexical que atuam para buscar a sonoridade e o sentido das palavras. Após a captação do *input* visual, o sistema de reconhecimento visual é ativado. Depois de fragmentado, o *input* será novamente reconstituído para ser reconhecido. Se acontecer o reconhecimento visual, a rota lexical está operando no momento. Se a palavra não for reconhecida visualmente, ela é processada através da rota fonológica por meio da qual será necessário que o leitor faça a correspondência grafofonêmica para acessar o sentido. A esse respeito, Dehaene (2012, p. 82) explicita que “o tempo que demoramos a ler uma palavra depende, portanto, das suas propriedades intrínsecas que dos conflitos ou das ligações que induzem no seio da nossa arquitetura cerebral”. Assim, pode-se inferir que o reconhecimento da palavra tem uma sensibilidade ao estado inicial, visto que as

características do *input* orientam qual processo será ativado: diante de palavras familiares, por exemplo, o sistema visual de reconhecimento acessa a *via direta* – via lexical; já diante de pseudopalavras e palavras não familiares, a via acessada será a *via indireta* – via fonológica.

Nesse âmbito, na literatura explorada parece haver consenso de que o aprendizado da leitura no seu estágio inicial tem uma relação direta com a utilização, quase exclusiva, da via fonológica (SALLES; PARENTE, 2002; PULIEZI, 2010; CORTE-REAL, 2004; DEHAENE, 2012, MORAIS, 1997; MASCARELLO; PEREIRA, 2013.). Conforme o que foi referido, o aprendizado da leitura pressupõe a compreensão da correspondência grafofonêmica. Especialmente em línguas cujo sistema é o alfabético, essa condição se torna imperativa. Sob esse ponto, a performance do aprendiz em tarefas de processamento fonológico determina o desenvolvimento da sua aprendizagem em leitura. Esse entendimento evidencia uma aproximação, mais uma vez, com o aspecto de os sistemas dinâmicos serem sensíveis às condições iniciais. A capacidade de análise da língua em fonemas e a compreensão que cada palavra é constituída por uma série de fonemas (PULIEZI, 2010), capacidade metalinguística, são, sob esse ponto de vista, determinantes para o aprendizado inicial da leitura. Como numa espécie de *efeito borboleta*, o reconhecimento visual, por meio da rota fonológica, se dará num gradiente de desempenho que poderá ser fomentado em tarefas de consciência fonológica. O que estudos nessa perspectiva sugerem é que, quanto maior for a capacidade do aprendiz iniciante em refletir sobre as unidades mínimas fonológicas de uma língua, menor será a dificuldade para a palavra ser ele pronunciada. O inverso também se aplica.

A emergência de novos comportamentos é um dos aspectos centrais da perspectiva dinâmica. Sob o ponto de vista desenvolvido neste trabalho, a leitura é entendida como um sistema dinâmico em que diversas variáveis interagem constantemente, fazendo emergir novos comportamentos através da sua capacidade de auto-organização. O sistema se auto-organiza devido à sua capacidade inerente de encontrar padrões a partir de algum tipo de interação (BAIA, 2013). No que se refere à leitura no início da aprendizagem, a rota fonológica é, *a priori*, a rota que os aprendizes lançam mão para reconhecer um *input* visual. Todavia, de acordo com a literatura, há um aumento gradual da utilização da rota lexical para o reconhecimento da palavra à medida que o aprendiz vai evoluindo na leitura sem que ele abandone a rota fonológica necessariamente. Dehaene (2012) entende esse fenômeno por rota múltipla, ou seja, o aprendiz, quando vai se tornando mais experiente, é capaz de utilizar as duas rotas

paralelamente. Ao que parece, o que ocorre é que o sistema se auto-organiza através de momentos de estabilidade e instabilidade os quais concorrem para a emergência de novos comportamentos. Quanto mais o aprendiz se familiariza com um *input* visual determinado, menos a via fonológica será acessada para o reconhecimento desse *input* que, sob essa linha de análise, terá sido estabilizado, ficando armazenado na memória lexical. Quando o *input* visual captado for uma palavra com a qual o aprendiz não tem familiaridade ou for uma palavra nova, o sistema se desestabiliza e o acesso para o seu reconhecimento será indireto, pela via fonológica. E, assim, esse processo de reconhecimento visual seguirá nesse curso de mudança e interação constante.

Desse modo, partindo da premissa de que a linguagem pode ser analisada sob uma perspectiva dinâmica, o esforço empreendido, aqui, encontra razão de ser. O que se pode observar, ainda que fragilmente, é que o processo do aprendizado inicial da leitura e da escrita mostra um comportamento com características de um sistema dinâmico, já que o aprendizado da leitura é extraordinariamente complexo que envolve um conjunto de variáveis interagindo com o ambiente e as forças internas ao longo do tempo em momentos de instabilidade e auto-organização.

## 5. Considerações finais

A leitura, nas últimas décadas, tem despertado o interesse de vários pesquisadores acerca dos fenômenos envolvidos no seu processo de aprendizado. Uma das justificativas desse panorama está relacionada com o baixo desempenho dos alunos nessa atividade. Conforme as publicações atuais dos dados oficiais de avaliações (Inter) nacionais, a competência leitora dos alunos, especialmente das classes mais desfavorecidas, têm sido insatisfatória.

É sabido que a leitura é uma atividade cognitiva extremamente complexa realizada por múltiplos processos linguísticos-cognitivos interdependentes. Nessa direção, diversos estudos revelam que as investigações acerca desse fenômeno apontam o baixo desempenho nas tarefas de processamento fonológico como uma das causas de dificuldade do aprendizado da leitura (FADINI; CAPELLINI, 2011; MOURA, 2009; CAPOVILLA; GUTSCHOW; CAPOVILLA, 2004).

A esse despeito, muitos paradigmas foram tomados para explicar os fenômenos relativos aos processos de desenvolvimento e aprendizado da leitura. Nas últimas

décadas, vários estudiosos dos fenômenos relacionados à linguagem têm utilizado os pressupostos dos Sistemas dinâmicos para subsidiar as suas pesquisas.

Como visto, um sistema dinâmico é caracterizado pela interação entre suas variáveis, pela emergência de novos comportamentos, às vezes imprevisíveis, e pela capacidade de auto-organização.

O ato de ler é uma atividade cognitiva, e nesse aspecto, o seu processamento e aprendizado estão imersos num processo amplamente complexo que envolve um conjunto de variáveis interagindo com o ambiente e as forças internas ao longo do tempo. A partir desse entendimento, a Teoria dos Sistemas Dinâmicos se configura como um paradigma seguro para a compreensão dos fenômenos envolvidos nesse processo.

O esforço empreendido neste estudo aponta evidências de que o processo do aprendizado inicial da leitura e da escrita apresenta elementos com características de um sistema dinâmico como apresentado abaixo:

Até acessar o léxico, vários componentes (subsistemas) do sistema visual atuam interativamente no processo de reconhecimento da palavra como num sistema dinâmico. Observa-se que esse processo apresenta uma sensibilidade ao estado inicial na medida em que as características do *input* orientam a via – fonológica ou lexical - pela qual se dará o reconhecimento da palavra. Nesse processo, quanto mais o aprendiz se familiariza com um *input* visual determinado, menos a via fonológica será acessada para o reconhecimento desse *input*. Essa atividade revela a característica da emergência de novas formas dentro de um sistema que se estabelece através de momentos de estabilidade e instabilidade. Nessa perspectiva, a entrada visual de um novo *input* no processo inicial de aprendizagem da leitura, promoverá um momento de instabilidade desse sistema à medida que a via fonológica for utilizada. A familiaridade com esse *input* implicará no seu armazenamento na memória lexical de modo que o sistema volte a sua estabilidade.

Isso implica dizer que este trabalho não teve a pretensão de encerrar em si as possibilidades de investigação acerca desse fenômeno sob a perspectiva dos pressupostos da Teoria dos Sistemas Dinâmicos. Ao contrário, as direções aqui assumidas abrem caminhos para que futuras investigações venham contribuir para o entendimento de como o aprendiz inicial processa a leitura, de modo que desses estudos resultem a elaboração de ferramentas metodológicas que possam colaborar com a mudança do quadro atual da educação brasileira, especialmente no que se refere à competência leitora dos estudantes das classes menos favorecidas.



## Referências

- ADAMS, M. *et al.* **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ALBANO, E. C. Uma Introdução à Dinâmica em Fonologia, com foco nos trabalhos desta coletânea. **Revista ABRALIN**, v. XI, n. 1, p. 1-30, julho, 2012.
- ARAÚJO, M. R; MINERVINO, C. A. S. A. Avaliação cognitiva: leitura, escrita e habilidades relacionadas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 859-865, out./dez. 2008. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400024>
- BAIA, M. F. A. **Os Templates no desenvolvimento fonológico: o caso do Português Brasileiro**. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BARRERA, S. D; MALUF, M. R. Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v.10, n. 1, 125-145, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721997000100009>
- BLANK, C. A; ZIMMER, M. C. A aquisição multilíngue na perspectiva da teoria dos sistemas dinâmicos. **Nonada Letras em Revista**. v. 2, n. 21, jul./dez, 2013.
- BRITTO, D. B. O. *et al.* A importância da consciência fonológica no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 11, n. 3, p.142-6, 2006.
- CAMPOS, A. M. G. *et al.* A consciência fonológica, a consciência lexical e o padrão de leitura de alunos com dislexia do desenvolvimento. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 29, n. 89, p. 194-207, 2012.
- CAPELLINI, S.A. *et al.* Desempenho ortográfico de escolares do 2º ao 5º ano do ensino público. **J. Soc. Bras. Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 23, n. 3, set, 2011. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-18462009005000002>
- CAPELLINI, S.A; CAPANO, T.L.B. Desempenho de escolares com e sem dificuldades de aprendizagem de ensino particular em habilidade fonológica, nomeação rápida, leitura e escrita. **Rev Cefac**. v. 11, n. 2, p.183-93, 2009.
- CAPELLINI, S.A; CIASCA, S.M. Avaliação da consciência fonológica em crianças com distúrbio específico de leitura e escrita e distúrbio de aprendizagem. **Temas Desenvolvimento**, v.8, n.48, p.17-23, 2000.
- CAPOVILLA, A. G. S; CAPOVILLA, F. C. Efeitos do treino de consciência fonológica em crianças com baixo nível sócio-econômico. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 13, n. 1, 7-24, 2000 .

CAPOVILLA, A. G. S; GÜTSCHOW, C. R. D; CAPOVILLA, F. C. Habilidades cognitivas que predizem competência de leitura e escrita. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.6, n.2, dez., 2004.

CARDOSO-MARTINS, C. **Consciência fonológica e alfabetização**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARVALHO, I. A. M. & ALVAREZ, R. M. A. Aquisição da linguagem escrita: Aspectos da consciência fonológica. **Revista Fono Atual**, n.1, 2000.

CAVALHEIRO, L. G *et al.* Influência da consciência fonológica na aquisição de leitura. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v.12, n. 6,1009-1016, nov-dez, 2010.

CORREA, L. M. S. Aquisição da Linguagem: Uma Retrospectiva dos Últimos Trinta Anos. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 15, n. spe, p. 339-383, 1999.

CORTE-REAL, M. J. S. M. **Leitura e insucesso escolar: percursos de crianças “de risco”** – um estudo de caso. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade do Minho, Braga. 2004.

CUNHA, V. L. O; CAPELLINI, S. A. Habilidades metalinguísticas no processo de alfabetização de escolares com transtornos de aprendizagem. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 85-96, 2011.

DE BOT, K. & MAKONI, S. **Language and Aging in Multilingual Contexts**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2005.

DE BOT, K. *et al.* A Dynamic Systems Theory approach to second language acquisition. **Bilingualism: Language and Cognition**. Cambridge University Press, v.10, n.1, p. 7–21, 2007.

DE BOT, K. Introduction: second language development as a dynamic process. **The Modern Language Journal**, v. 92, n. 2, p. 166-179, 2008. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4781.2008.00712.x>

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler**. Tradução: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

DEUSCHELE, V. P.; CECHELLA, C. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: diagnóstico e intervenção. **Rev CEFAC**, v.11, n. 2, 194-200, 2009. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-18462008005000001>

ELMAN, J. L. Language as a dynamical system. In. PORT, R. F. & GELDER, T. V. **Mind as Motion: Explorations in the Dynamics of Cognition**. Cambridge, MA: Mit. Press, 1995, p. 195-223.

FADINI, C. C.; CAPELLINI, S. A. Treinamento de habilidades fonológica sem escolares de risco para dislexia. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v.28, n. 85, 3-13, 2011.

FOGEL, A. Theoretical and Applied Dynamic Systems Research in Developmental Science. **Child Development Perspective**, p. 1-6, 2011. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1111/j.1750-8606.2011.00174.x>

GELDER, V. T., & PORT, R. It's About Time: An Overview of the Dynamical Approach to Cognition. In PORT, R. & GELDER, V. T. **Mind as Motion: Explorations in the Dynamics of Cognition**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995, p. 1-44.

GUARESI, R. Repercussões de descobertas neurocientíficas ao ensino da escrita. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 23, n. 47, p. 51-62, jan./jun., 2014.

GONÇALVES *et al.* Desenvolvimento motor na teoria dos sistemas dinâmicos. **Motriz**, v. 1, n. 1, p. 08-14, 1995.

JÚNIOR, R. M. L. Complexity in Second Language Phonology Acquisition. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 549-576, 2013.

KINOUCI, R. R. **Consciência não-linear**: de William James aos Sistemas Dinâmicos. 2004. 243 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

MANGUEIRA, M. C. B. R. O caráter preditivo da consciência fonológica no processo de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita. **Revista Língu@ Nostr@**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, julho, p. 84-94, 2014.

MASCARELLO, L. J; PEREIRA, M. M. A. Aspectos cognitivos na aprendizagem da leitura. **Revista Memento**, V.4, n.2, jul.-dez. 2013.

MCCLELLAND, J. L; ELMAN, J. L. The Trace Model of Speech Peception. **Cognitive Psychology**, v. 18, n. p. 1-86, 1986.

MORAIS, J. **A arte de ler. Psicologia cognitiva da leitura**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

MOTA, H. B; MELO FILHA, M. G. C. Phonological awareness abilities of individuals after speech therapy. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v.21, n. 2, 119-24, abr.-jun, 2009. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-56872009000200006>

MOURA, O. A consciência fonológica e as dificuldades específicas de leitura. **Rev. Formação ao Centro**, 16, 75-81, 2009.

MOUSINHO, R *et al.* Compreensão, velocidade, fluência e precisão de leitura no segundo ano do ensino fundamental. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, vol.26, n.79, 48-54, 2009.

PAULA, G. R *et al.* A terapia em consciência fonológica no processo de alfabetização. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 17, n. 2, p. 175, maio-ago. 2005.

PEGADO, F. Aspectos cognitivos e bases cerebrais da alfabetização: um resumo para o professor. In NASCHOLD; PEREIRA; PEREIRA; GUARESI. **Aprendizado da Leitura e da Escrita**: a ciência em interfaces. Natal: Edufrn, 2015 (in press).

PESTUN, M. S. V. *et al.* A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 60, n. 2, jul/dez, p. 328-332, 2002. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-282X2002000200029>

PINHEIRO, A. M. V. **Leitura e escrita**: Uma abordagem cognitiva. Campinas, SP: Psy, 1994.

PULIEZI, S. **A contribuição da consciência fonológica, memória de trabalho e velocidade de nomeação na habilidade inicial de leitura**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

SALLES, J. F. **Habilidades e dificuldades em leitura e escrita em crianças de 2ª série**: Abordagem neuropsicológica cognitiva. 2005. 303 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SALLES, J. F; PARENTE, M. A. M. P. Relação entre os processos cognitivos envolvidos na leitura de palavras e as habilidades de consciência fonológica em escolares. **Pro-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 14, n. 2, maio/agosto, 2002.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia**: um novo e completo programa para todos os níveis de leitura. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SIM-SIM, I. **Desenvolvimento da linguagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

SMITH, L. B & THELEN, E. Development as a dynamic system. **TRENDS in Cognitive Sciences** v.7, n. 8, agosto, 2003. **crossref** [http://dx.doi.org/10.1016/S1364-6613\(03\)00156-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1364-6613(03)00156-6)

SNOWING, M. J. Dilexia desenvolvimental: uma introdução e visão teórica geral. In: SNOWING M. J; STACKHOUSE & COLS (orgs). **Dislexia. Fala e linguagem**: um manual do profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, V. V. S. **Dinamicidade e Adaptabilidade em comunidades virtuais de aprendizagem**: uma textografia à luz do paradigma da Complexidade. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

THELEN, E. & SMITH, L. B. **A dynamic systems approach to the development of cognition and action**. Cambridge, MA: MIT Press. 1994.

THELEN, E. & SMITH, L. B. Dynamic Systems Theories. In. DAMON, W. & LERNER, R. M. **Theoretical models of human development**. Handbook of Child Psychology. New York: Wiley, 2006, p. 258-312.

VELLUTINO, F. R *et al.* Specific reading disability (dyslexia): what have we learned in the past four decades? **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 45, n. 1, p. 2-40, 2004. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1046/j.0021-9630.2003.00305.x>

WAGNER, R. K.; TORGESEN, J. K. The nature of phonological processing and its causal role in the acquisition of reading skills. **Psychological Bulletin**, v. 101, n. 2, 192-212, Mar 1987. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.101.2.192>

ZIMMER, M. C; ALVES, U. K. O impacto do Bi/Multilinguismo sobre o potencial criativo em sala de aula – Uma abordagem via Teoria dos Sistemas Dinâmicos. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 23, n. 41, p. 77-89, jan/jun. 2014.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 09.05.2015

## A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico<sup>1</sup>

### The importance of Terminology for revision practice of the technical-scientific text

Bruno Diego de Resende Castro\*  
Márcio Sales Santiago\*\*

**RESUMO:** Este artigo trata da importância da Terminologia para a revisão de textos técnico-científicos segundo a visão dos próprios profissionais de revisão. Utilizamos, para embasar a Terminologia como campo de estudos teóricos e aplicados, as ideias clássicas de Wüster (1998) e, para a concepção linguístico-textual, apoiamos-nos em autores como Hoffmann (1988), Kocourek (1991) e Krieger (2001, 2004, 2013). Como aporte teórico para tratar da prática de revisão, utilizamos as pesquisas de Alves e Andrada (2008), Hendger e Motta-Roth (2010) e Oliveira e Macedo (2011). Analisamos o pensamento dos revisores de textos técnico-científicos acerca da relevância da Terminologia para o ofício da revisão por meio de uma breve entrevista. Realizamos um estudo de caso com revisores, não para generalizarmos ou estabelecer o que eles pensam sobre a relação entre a atividade de revisor e a Terminologia, mas para termos uma noção inicial de como esse trabalho se realiza. Concluímos que o termo é uma preocupação central na prática de revisão de textos técnico-científicos, uma vez que é fundamental que o revisor tenha conhecimento adequado de seu conceito e uso em um contexto específico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terminologia. Texto técnico-científico. Prática de revisão.

**ABSTRACT:** This paper aims to show the importance of terminology for the revision of the scientific and technical texts through the proofreaders. This study is based on the theoretical concepts found in Wüster (1998) to explain the Terminology as a scientific field, and especially the Textual Terminology from Hoffmann (1988), Kocourek (1991), Krieger (2001, 2004, 2013). We also approach the research of Alves and Andrada (2008), Hendger and Motta-Roth (2010), Oliveira and Macedo (2011) for text revision practice. We analyzed the side view of technical and scientific texts proofreaders through an interview. We performed a case study, not to generalize or establish what they think about the relationship between the reviewing activity and terminology, but to have an initial idea of how this work is done. We concluded that the term is a central concern in the proofreading process of scientific and technical texts since it is essential that the proofreader has specialized knowledge of its meaning and use in a specific context.

**KEYWORDS:** Terminology. Technical and scientific texts. Proofreading.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da disciplina ministrada pelos professores Dr. Márcio Sales Santiago e Dr. Júlio Araújo no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual foram discutidos e ampliados os conhecimentos teóricos e práticos sobre os estudos em Terminologia.

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. E-mail: [bruno.bdrc@gmail.com](mailto:bruno.bdrc@gmail.com)

\*\* Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq/Funcap (modalidade DCR) no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. E-mail: [mssantiago12@gmail.com](mailto:mssantiago12@gmail.com)

## 1. Introdução

Através da perspectiva da Terminologia<sup>2</sup> de base textual, propomos, neste artigo, realizar uma abordagem sobre como os profissionais de revisão de textos técnicos lidam com termos específicos das diversas áreas nas quais eles realizam a atividade de revisor. O interesse em realizar essa breve observação se deu por causa da própria prática de revisão de um dos autores e da situação com a qual se deparou em uma revisão de trabalho acadêmico na área de Biologia, na qual era necessário fazer a substituição de um termo por um sinônimo. Foi então necessário explicar para o autor do texto que, naquele trecho, ficaria mais clara a utilização de um termo sinônimo. Por conseguinte, era necessário procurar outro termo que fosse capaz de substituí-lo sem que houvesse a descaracterização da noção explicitada.

Diante desse quadro, procuramos saber se havia trabalhos que analisassem, à luz dos estudos em Terminologia, a atividade de revisor de textos técnico-científicos. Todavia, encontramos uma literatura muito escassa, que não levava em conta os estudos terminológicos. Dessa forma, tomaremos de início algumas breves concepções em torno dos estudos terminológicos para, em seguida, investigarmos os trabalhos sobre prática de revisão de texto. Este será o fio-condutor para observarmos como a Terminologia de base textual pode auxiliar o revisor na prática de trabalho com textos técnico-científicos.

## 2. Sobre a Terminologia

De maneira clássica, pode-se definir a Terminologia como a à área de estudos que tem no termo técnico-científico seu objeto central de análise teórica e aplicada, admitindo que esse elemento é capaz de representar e transmitir o conhecimento especializado. Considera-se ainda que a Terminologia é um campo de conhecimento que tanto pode ser normativo quanto descritivo, de acordo com a perspectiva tomada para o estudo que se quer realizar.

Os estudos clássicos em Terminologia acreditavam que um termo de uma área científica específica poderia ser definido através de seus métodos, técnicas e por meio da lógica, sendo esse termo exterior à língua. Nessa perspectiva, haveria uma língua da área

---

<sup>2</sup> É importante salientar que segundo Krieger (2013, p. 23), “terminologia, grafada com T maiúsculo, é indicativa de campo de conhecimento e, com t, minúsculo, é referente ao conjunto de termos de uma especialidade”, ou seja, “Terminologia” se utiliza para designar o campo de estudos do Léxico, já “terminologia” designa os termos utilizados por uma determinada área de conhecimento, como por exemplo, a engenharia.

técnica ou científica específica, por exemplo, a língua técnica e especializada da Biologia, a qual contém apenas os termos científicos dessa área.

O engenheiro e professor austríaco Eugen Wüster (1898-1977) idealizou a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Para ele, a Terminologia tinha como principal meta a função normalizadora<sup>3</sup> das chamadas línguas de especialidade. Wüster, portanto, acreditava, com base em suas reflexões, que por serem criados termos específicos e com apenas um conceito, haveria também a criação de uma língua específica. Portanto, os estudos linguísticos não dariam conta de observar esse tipo de uso bastante específico do léxico. Essa posição conceitual se devia à necessidade de estabelecer a TGT como uma área independente, embora, segundo Wüster, a Terminologia fosse um campo interdisciplinar, pois, além de ser necessário o conhecimento dos diversos campos de saber, os estudos linguísticos, lógicos e ontológicos se convergem para constituí-la.

A partir desse pressuposto estabelecido pela teoria wüsteriana, surgem os primeiros estudos em Terminologia. Contudo, o aspecto abrangente inferido pela relação interdisciplinar dessa concepção esbarra no propósito padronizador desses estudos. Segundo Wüster, a padronização terminológica era necessária para que houvesse uma “perfeita intercomunicação científica e técnica no plano internacional, unificando, assim, os métodos de trabalho da terminologia” (KRIGER; FINATTO, 2004, p. 28).

Nesse sentido, na área das ciências naturais, a exemplo da Biologia e da Medicina, muitos conceitos eram denominados em grego e latim. Segundo Santiago (2010, p. 398), a escolha pelo grego e o latim para elaborar as chamadas nomenclaturas técnico-científicas se deu porque, tradicionalmente, estas línguas já utilizavam técnicas para criar de forma artificial unidades lexicais com o “intuito de se evitar fenômenos eminentemente linguísticos, como a sinonímia e a ambiguidade”. Ainda segundo esse autor, o sistema mais antigo de classificação foi proposto por Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), com o intuito, à época, categorizar e distribuir todos os seres vivos então conhecidos como plantas ou animais.

Mesmo com essa tentativa de se criar uma nomenclatura técnica sem tantas variações com o objetivo de facilitar a comunicação, sempre haverá diferenças

---

<sup>3</sup> Krieger e Finatto (2004, p.39) estabelecem uma diferença entre normalizar e normatizar: “*normalizar* compreende aparelhar as línguas para todas as formas de expressão, sobretudo a expressão técnico-científica. *Normatizar* diz respeito à fixação de uma determinada expressão como a mais adequada” (grifos das autoras).



terminológicas, como podemos observar na seguinte passagem, retirada de uma apresentação de um livro de sistemática vegetal:

Nos países anglo-saxões, o significado e a utilização de alguns termos e conceitos diferem significativamente do que se utiliza no Brasil: um exemplo claro é o conceito de ovário – os autores classificam como tendo muitos ovários flores que nós classificamos como apresentando ovário apocárpico ou dialicarpelar. (JUDD *et al.*, 2009, p. 5)

Assim, a Terminologia de base linguística foi capaz de observar que a comunicação científica não é tão unívoca quanto pensava Wüster (1998), pois como verificamos na citação anterior, há certa unificação de conceito em uma comunidade científica mais restrita, como por exemplo, a comunidade científica brasileira, podendo então haver mais de um conceito para determinado termo se comparado em comunidades científicas de outros países, como foi verificado no exemplo que apresentamos anteriormente.

Após essa brevíssima reflexão a respeito do uso do latim e do grego, bem como da correspondência de nomenclatura entre línguas, retomamos o pensamento de Wüster (1998) para abordar o conceito de termo, um conceito chave para a TGT. De acordo com seu pensamento, termo é o signo linguístico correspondente ao conceito em um contexto técnico-científico, ou seja, é um nódulo cognitivo.

Todavia, segundo Krieger (2004, p. 328), as contribuições da TGT não foram suficientes para diluir as “fronteiras da dicotomia estabelecida por Wüster (1998) que contrapõe Linguística e Terminologia, o termo, a fraseologia especializada e a definição terminológica ainda carecem de descrições e explicações sobre seu funcionamento”. Igualmente, outras questões foram surgindo, como, por exemplo, a necessidade de se compreender a importância do texto especializado para o estudo terminológico.

A partir disso, iniciam-se o desenvolvimento de noções que consideram o enfoque textualista dentro da terminologia, a partir de autores como Hoffmann (1988) e Kocourek (1991), que consideram o texto especializado como elemento central do estudo das linguagens especializadas. A esta nova abordagem, dá-se o nome de Terminologia Textual ou Terminologia de perspectiva textual<sup>4</sup>.

A relação entre Terminologia e texto teve repercussões importantes para os estudos sobre termos científicos, pois se passou a considerar não apenas o termo em si, mas também o próprio texto especializado. Para Krieger (2004), a partir dessa relação os

---

<sup>4</sup> Para um maior entendimento sobre essa visão, recomendamos Zilio (2010).

estudos terminológicos são impulsionados pelas investigações sobre as características e propriedades de textos de áreas especializadas. Ainda segundo a autora, a Terminologia Textual está associada à integração de componentes da textualidade e da discursividade no quadro teórico e metodológico da Terminologia, disciplina que tem como objeto principal o termo técnico-científico. É esta a perspectiva que seguimos neste estudo.

Segundo Krieger e Finatto (2004), essa relação entre texto e Terminologia tem permitido observar distintas unidades lexicais em diferentes contextos, sendo possível verificar a constituição de um termo, tendo uma visão geral de seu funcionamento tanto em comunicação comum como em especializada. Por conseguinte, é possível observar que propriedades determinado termo deve possuir.

Ainda segundo as autoras, outra importante contribuição desse enfoque “está na identificação dos sintagmas terminológicos, estruturas polilexêmicas predominantes entre as unidades lexicais especializadas e presente em todas as áreas” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 110). Os estudos que focalizam apenas a estrutura morfossintática das linguagens especializadas não dão conta de investigar os diferentes sentidos que unidades lexicais podem assumir, uma vez que dependem das condições de produção e do nível de conhecimento dos indivíduos envolvidos na situação de comunicação especializada.

Concordamos, pois, com a perspectiva de que os termos são componentes dos textos técnico-científicos, conseqüentemente sofrem efeito dessa relação. Logo, é necessária uma abordagem textual para complementar a gramatical para assim estudar de maneira mais completa o fenômeno terminológico.

Como vimos, o principal enfoque dos estudos em Terminologia é o termo que, de acordo com Krieger (2013, p. 27), torna “a comunicação especializada mais objetiva, menos sujeita a ambiguidades e, conseqüentemente, mais eficiente, porquanto favorece uma compreensão comum sobre os conceitos, objetos e processos expressos pelo componente terminológico”. Essa precisão na transmissão de conceitos e ideias nos textos técnicos-científicos, já mostrada por Wüster na TGT, deve-se ao rigor tradicional que advém do positivismo, além da necessidade de conferir pouca variação de sentido do conceito tratado.

O uso de termos técnicos também contribui para a tradução técnica, pois, atualmente, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação, os textos circulam com mais facilidade pelo mundo.

Igualmente, é bastante expressivo, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, o desenvolvimento da Terminologia, o qual está associado à proliferação de termos do conhecimento científico e de produtos tecnológicos. A consequência imediata foi a preocupação por parte dos estudiosos com o surgimento de um elevado número de conceitos e termos novos. Assim, os tipos de comunicações especializadas multiplicam-se em função do nível de formação do público. Para Rey (1979, p. 116), é necessário que as pesquisas deem conta “das dimensões linguísticas, formais e, em particular das léxico-terminológicas dos problemas culturais ou socioeconômicos, torna desejável um grande esforço nesta direção e um desenvolvimento da terminologia”. Seguindo essa perspectiva, é possível entender e tratar os estudos terminológicos como pertencentes às questões da linguagem e não como algo ideal e homogêneo, que propõe apenas a uma comunicação restrita a especialistas, desconsiderando fatores linguísticos como sinonímia, polissemia, ambiguidade e variação.

Em relação ao entendimento do léxico especializado, é importante salientar que a compreensão terminológica é fundamental para que o profissional de revisão de texto possa estabelecer um diálogo com o autor do texto técnico-científico, no intuito de conhecer o léxico especializado da área, para, assim, conseguir realizar sua atividade de revisão com maior eficiência. Em outras palavras, a Terminologia oferece, pois, “ferramentas necessárias tanto de consulta direta dos profissionais que trabalham em organizações privadas e públicas, quanto daqueles que lidam com as linguagens especializadas como redatores técnicos e tradutores. Estes integram o rol dos chamados usuários indiretos da terminologia” (KRIEGER, 2013, p. 28).

Com essa perspectiva, a autora fortalece nossa justificativa de discutir como os profissionais da revisão lidam com esse léxico especializado e como os autores dos textos técnico-científicos se relacionam com os revisores quando há problemas na correção dos textos.

### **3. Sobre a prática de revisão do texto técnico-científico**

A prática de revisão é encarada como uma atividade simples e, até mesmo, renegada por muitos escritores. Em geral, pode-se dizer que qualquer indivíduo que releia seu próprio texto e faça adequações ortográficas ou semânticas, ou estilísticas, está fazendo uma revisão. Apesar de ser tarefa comum, é composta por uma série de regras

que a prescreve, haja vista a necessidade de o texto ser, em primeiro lugar, correto sob o ponto de vista da norma.

Além disso, trata-se de uma atividade bastante desvalorizada, tanto em relação ao grau de importância da revisão para a qualidade do texto, quanto ao aspecto econômico. Isto porque, se considerarmos a primeira razão, muitas pessoas não fazem sequer uma releitura atenta do seu texto ou, mesmo fazendo, não conseguem perceber problemas gramaticais simples, como concordância, regência, coesão, coerência, entre outros. Tal fato pode ocorrer pois o autor ainda está com o texto na memória, ou seja, recorda de como ele foi escrito e, portanto, fica “cego” diante de supostos problemas linguísticos que possam constar.

Em contrapartida, para Hendger e Motta-Roth (2010), o próprio autor do texto poderá ser capaz de realizar a revisão, desde que a faça de maneira contínua, atenta, crítica e corretiva. Nesse sentido, para as referidas autoras, se o indivíduo que escreveu o texto realizar continuamente uma análise, ou seja, ler atentamente, fazer uma autocrítica e corrigir sempre que houver problemas, será possível que o próprio autor tenha condições de revisá-lo. Entretanto, deve tomar cuidado se já estiver muito familiarizado com o texto.

Afora ser de grande valia para o texto, o ofício do revisor é altamente mal remunerado. Isso se deve, segundo Alves e Andrada (2008, p. 14), “por falta de regulamentação, não se exige curso superior específico para o revisor, mas sua função é, normalmente, desempenhada por quem é graduado em Comunicação Social ou Letras”. Logo, sem um regimento que estabeleça o funcionamento da atividade, qualquer profissional pode realizar a atividade de revisor, mesmo sem ter os conhecimentos necessários. A rigor, o profissional de Letras seria o mais adequado, já que durante a graduação, estuda os diferentes aspectos de uso da linguagem, bem como técnicas de análise textual, estrutura da língua etc.

Não basta então ser um falante de uma língua e ter um conhecimento de nível Médio para realizar a atividade de revisor, pois essa atividade demanda muitos outros conhecimentos do que se estuda até o chamada Educação Básica, isto é, o final do Ensino Médio. Desse modo, entender a atividade de revisão como sendo uma atividade que serve apenas para “corrigir”, de acordo com a norma culta, questões gramaticais de ortografia, pontuação, concordância, é deixar de lado aspectos como a intenção e o estilo do autor, a que gênero o texto faz parte, entre outros.

Todavia, o revisor deve ficar atento às normas gramaticais, além de observar outros problemas os quais apontamos anteriormente, principalmente a organização das

ideias, pois o autor “muitas vezes está tão familiarizado com seu texto que não observa certos problemas discursivos” (OLIVEIRA; MACEDO, 2011, p. 4).

Portanto, a atividade de revisão é uma atividade que possui inúmeros aspectos técnicos e específicos da linguagem que apenas profissionais capacitados podem realizar. Salientamos ainda, que aliados aos estudos do texto, comunicação e formais da língua, a Terminologia é um campo de extrema importância para a atividade, como mostraremos a seguir.

#### **4. Sobre o método utilizado**

Nosso estudo iniciou-se a partir de pesquisas em torno da área dos estudos terminológicos e, em seguida, investigamos os trabalhos sobre prática de revisão de texto. Verificamos que a bibliografia que relaciona os estudos terminológicos com a atividade de revisão é escassa, portanto, faz-se necessário uma abordagem como a que propomos. Essa busca foi realizada durante o mês de maio e início do mês de junho de 2014.

Após a elaboração das bases teóricas utilizadas para esta observação, (WÜSTER, 1998; HOFFMANN, 1988; KOCOUREK, 1991; KRIEGER, 2001, 2004, 2013; ALVES; ANDRADA, 2008; HENDGER; MOTTA-ROTH, 2010; e OLIVEIRA; MACEDO, 2011), fomos a campo realizar as entrevistas com os revisores de textos técnicos-científicos. Para tanto, utilizamos como método o estudo de caso, no qual entrevistamos dois revisores, ambos graduados e mestres em Letras.

O informante 1 trabalha com revisão de textos técnico-científicos desde 2009 das mais diversas áreas, principalmente humanas, saúde e natureza, já o 2 trabalha com revisão de textos técnico-científicos desde 2011 nas áreas de humanas, psicologia e enfermagem. Eles foram selecionados porque são profissionais com formação acadêmica na área de Letras e atuam em atividades de revisão há pelo menos três anos, além de se mostrarem solícitos em participar da pesquisa.

O estudo de caso aliado à análise qualitativa nos permitiu constatar o panorama de trabalho desses revisores de texto. Ressaltamos que não é nossa intenção generalizar ou estabelecer como os revisores de texto lidam com termos específicos das diversas áreas nas quais eles realizam a atividade revisional. Pretendemos, sim, apenas dar um passo inicial para investigamos como os revisores de textos técnico-científicos pensam acerca da relevância da Terminologia para seu trabalho.

## 5. Sobre a visão do revisor de textos técnico-científicos

A princípio, é importante salientar que o texto técnico-científico a qual os revisores aqui se referem integram a categoria dos chamados textos monográficos, notadamente, trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado. Contudo, sabemos que existem diversos outros gêneros que encerram características técnico-científicas, como artigos científicos, textos de divulgação científica, bula, entre tantos, e que, como tais, são considerados textos técnico-científicos.

As reflexões sobre como os revisores enxergam sua prática e conseguem lidar com a terminologia das diversas áreas nas quais eles realizam a atividade de revisão são importantes para reconhecer a visão do profissional que trabalha com revisão de textos técnico-científicos. Dessa forma, a fim de identificarmos a identidade desse profissional, realizamos uma breve entrevista composta por cinco perguntas:

- 1) Como deve ser a atuação do revisor de texto em relação ao léxico especializado de determinada área?
- 2) Como o revisor distingue um termo técnico de uma palavra comum do cotidiano?
- 3) Existem casos em que em sua prática de revisor, um termo significava algo em uma área e em outra significava outra coisa?
- 4) O que um revisor de texto técnico-científico pode fazer para tentar entender um termo técnico da área a qual está realizando a revisão?
- 5) Que tipo de problema o revisor pode ter se ele não conseguir entender o que aquele termo representa para área?

Essas perguntas nos permitem examinar a visão dos revisores sobre a importância do termo<sup>5</sup> para os textos técnico-científicos, de que forma a atividade de revisão lida com os termos, qual a importância de se entender um termo técnico no momento da revisão, além de permitir que façamos a relação entre os estudos terminológicos e os estudos linguísticos no tocante ao uso do léxico especializado na produção de textos técnico-científicos. Como queremos entender uma tendência e não afirmar categoricamente como

---

<sup>5</sup> Entendemos, aqui, que outros objetos de estudo e análise, como, por exemplo, as fraseologias especializadas, são importantes para a Terminologia Textual. Para essa perspectiva, o texto é o signo linguístico primário, de modo que aspectos textuais, como elementos coesivos, modalizações, elementos discursivos e terminológicos tendem a ter igual destaque. Entretanto, este artigo detém-se apenas no termo.

é a relação entre o trabalho de revisão e a Terminologia, obtivemos, então, muitas informações esclarecedoras.

A fim de preservar as identidades dos informantes, os entrevistados foram nomeados como revisor 1 e revisor 2. A seguir, iniciamos nossa análise com a fala do revisor 1 sobre o sua resposta para a primeira pergunta:

[...] Quando encontrava um termo técnico da área, geralmente, eu deixava marcado para perguntar para o autor se a escrita era aquela mesma e observava apenas a concordância, a regência...

Nessa fala, o entrevistado evidencia que o trabalho do revisor é muito dependente da Terminologia, pois caso o termo seja escrito de forma inadequada, poderá trazer implicações para ambas as partes (revisor e autor), então, é notória a preocupação do revisor em certificar-se da forma adequada de como o termo deve ser escrito. A outra ação tomada pelo revisor é analisar a adequação à estrutura sintática da língua e também a concordância.

[...] Termo específico é muito nítido, pois o termo aparecia no título ou denotava algum conceito dentro do trabalho.

Segundo o entrevistado, é muito fácil distinguir um termo técnico de uma palavra comum, mas apesar de, muitas vezes, ficar muito claro que se trata de um termo técnico, ele complementa que no decorrer do texto encontra aquele termo denotando algum conceito. Isso vai de encontro à noção contemporânea de termo. Uma dada unidade lexical da língua comum, como ao adentrar em uma área especializada, pode se tornar termo, uma vez que é dessa forma que palavras da língua comum são usadas com valor especializado, o que determina seu estatuto terminológico, a exemplo de *casa*, “lugar onde se mora” de acordo com a língua comum, mas “bem inviolável” no discurso especializado do universo jurídico” (KRIEGER; SANTIAGO, 2014).

Em outro trecho da entrevista, verificamos que o revisor deve estar atento para os prováveis significados dos termos, já que um termo pode apresentar significados dependendo do contexto no qual é utilizado, para identificar qual o significado do termo em determinado contexto, o revisor, segundo o informante, “[...] pergunta para o autor ou procura na internet trabalhos relacionados”.

[...] Já houve casos em que o termo técnico não era restrito a uma área específica. Por exemplo, o termo cultivar, da área de agronomia, que significava uma planta de alguma espécie, era os cultivares de soja. Mas o uso mais recorrente, cotidianamente, desse termo é o cultivo de algo. Porém, esse termo era específico do trabalho revisado, já que na área de agronomia também usa-se o termo cultivar na acepção de cultivo de algo.

O revisor entrevistado explica que em nenhuma hipótese, ele pode deixar de entender o significado de um termo, tendo como último recurso para a resolução desse problema a explicação do autor.

[...] A solução é procurar o autor, pois você não sabe o que ele quer colocar e como colocar, então se recorre ao autor e pergunta o que ele queria dizer.

Podemos observar nessa fala do entrevistado que a tensão entre a prática de revisão, a Terminologia e os conhecimentos linguísticos fica muito clara, pois nesta situação o revisor deve procurar conhecer o termo, saber o que o autor quer transmitir e pensar em uma maneira mais clara de apresentar aquela ideia. Observemos, agora, trechos da fala do revisor 2:

[...] Pode surgir dúvida em relação à escrita de uma palavra... mas, quando eu vejo que é algo que se repete, aquela escrita daquela palavra. Eu já nem mexo, e aí eu procuro pesquisar outros textos da mesma área.

Assim como o revisor 1, o revisor 2 destaca que a preocupação com a grafia do termo e que para ter certeza e segurança de sua forma escrita, o profissional consulta se o termo se repete ao longo do texto, bem como verifica em outros trabalhos a ocorrência da unidade terminológica. Tal preocupação mostra bem a atenção desses profissionais acerca de questões que envolvem a variação ortográfica no uso de determinado termo. Um exemplo disso é o que nos mostra Santiago (2010, p. 407), quando em um estudo que trata da *gripe A H1N1* encontrou três grafias distintas para o termo: “todas as letras e números juntos: *AH1N1*; o tipo separado da composição por espaço: *A H1N1*; e o tipo separado da composição por parênteses: *A (H1N1)*”. Para terminólogos e linguistas, tal fato, embora banal para alguns, pode ser relevante para diferentes estudos do uso de dada terminologia, conforme mostramos.

Como resposta à segunda questão proposta, o revisor 2 diz que, para estabelecer a diferença entre os termos e as palavras, verifica se o termo se repete ao longo do texto



e “[...] também pelo próprio contexto linguístico que está envolvido é... se é assim, alguma coisa que tá sendo definido, então, a gente sabe que é um termo da área”.

Na resposta dada à pergunta três, o revisor 2 confirmou que um termo pode variar de significado “[...] dentro da área, por exemplo, de letras que é a maioria dos trabalhos que revisei, é comum que trabalhos sejam filiados à uma área e a outra, e como eu sou pesquisadora também, é diferente do que eu uso. Então, dentro de uma mesma área pode haver mudança de significado de um termo”.

Sobre a quarta pergunta, o revisor 2 disse que o profissional deve

[...] tentar pesquisar o termo em outros artigos e quando fizer essa pesquisa, se reportar sempre à proposta que tá sendo trabalhada nesse que tá revisando, porque, às vezes, pode ocorrer isso de os termos serem diferentes dependendo da área, então ele tem que tá atento a isso.

No trecho anterior, o entrevistado informa que a orientação seguida por ele é a de pesquisar outros trabalhos científicos com temática relacionada e ser fiel as ideias do trabalho que está revisando, já que os significados podem ser diferentes de um trabalho para outro.

Sobre a pergunta cinco, o entrevistado disse que

[...] se ele não entende o termo, ele não consegue entender algumas coisas da revisão também, assim, em relação a coerência e tudo porque ele precisa saber o significado das palavras pra poder também pensar na coerência desse texto e não só na coesão, precisa conhecer como aquele termo é usado em que sentido pra ver se ele se relaciona com aquelas partes, porque o trabalho acaba sendo não só de revisão ortográfica, mas também um trabalho de ver se as ideias estão coesas, então também isso passa pelo termo, pelo conhecimento do significado das palavras...

Podemos destacar, nessa fala, a necessidade do revisor entender qual o sentido do termo para saber como devem ser realizadas a coesão e a coerência do texto. Então, a atividade de revisão dependente do conhecimento do termo pelo profissional de revisão.

Diante das respostas dadas pelos entrevistados, podemos verificar algumas tendências na prática de revisão de textos técnico-científicos. A primeira é em relação à escrita do termo técnico, constatamos a preocupação dos dois revisores em conferir se a escrita do termo está correta.

Outra tendência encontrada foi em relação à variação de significados que os termos técnicos possuem. Essa constatação reforça a perspectiva linguístico-textual para

os estudos terminológicos, pois, como os entrevistados disseram, podem haver significados distintos para um termo, dependendo do contexto em que ele é empregado.

Sobre a identificação das terminologias, constatamos que a repetição de um termo ao longo do texto e o uso desse termo em situações de definição são aspectos observados pelos revisores para saber se é um termo ou uma palavra de uso comum. Constatamos ainda que é imprescindível ao revisor saber o sentido do termo, pois a atividade de correção não é apenas verificar se o texto está escrito de acordo com a norma culta de determinada língua escrita. Para procurar o sentido do termo, o revisor ou pergunta para o autor do texto ou procura em outros trabalhos a ocorrência da mesma unidade terminológica. Por outro lado, é papel do revisor entender que os termos, tal como as palavras, possuem variação no plano denominativo e conceitual. Nos estudos de Terminologia, tal aspecto linguístico é reconhecido pela Socioterminologia, pela Teoria Comunicativa da Terminologia, pelos enfoques textuais e também pela corrente conhecida como Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Há, enfim, diferentes acolhimentos para a questão da variação denominativa e conceitual.

## **6. Breves considerações finais**

Neste artigo, mostramos através dos estudos em Terminologia a visão dos profissionais de revisão de textos técnicos sobre os termos específicos das diversas áreas nas quais eles fazem trabalho de revisão. Objetivamos também demonstrar que o conhecimento da terminologia de uma dada área do conhecimento é fundamental para complementar a prática de revisão de textos técnicos-científicos.

Por meio dessas metas, confirma-se que as unidades terminológicas podem ter diferentes significados, dependendo do contexto discursivo em que são utilizadas. Assim, ao entender como a prática de revisão lida com a dificuldade de se trabalhar com um repertório lexical particularizado, o revisor precisa não apenas dar conta de resolver problemas de ordem gramatical e de coerência e coesão, mas também tratar do conhecimento especializado abordado pelo texto.

Por fim, verificamos que os revisores conferem a devida importância à compreensão do léxico especializado ao exercer a prática de revisão de textos técnico-científicos, uma vez que o profissional, ao se deparar com termos técnicos, precisa conhecer características fundamentais que são inerentes a um campo que envolve conhecimento especializado, tais como a grafia corrente do termo e aspectos relativos aos

planos semântico e pragmático. Desta forma, os estudos terminológicos oferecem um arcabouço teórico para a abordagem do léxico especializado na revisão de textos técnico-científicos.

## Referências

ALVES, B. V.; ANDRADA, C. F. Revisão de textos técnicos de Engenharia. **Educação & Tecnologia**, v. 13, 2008, p. 09-18.

HENDGER, G. R.; MOTTA-ROTH, D. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

HOFFMANN, L. **Vom fachwort zum fachtext**: beitrage zur angewandten linguistik. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1988.

JUDD, W. S.; *et al.* **Sistemática vegetal**: um enfoque filogenético. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KRIEGER, M. G. A heterogeneidade do léxico especializado e perfis terminológicos. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz. (Orgs.). **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 23-41.

KRIEGER, M. G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: KRIEGER, M. G.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. v. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 327-339.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G.; SANTIAGO, M. S. Estudos de Terminologia para a tradução técnica. **Revista de Letras**, 2014 (no prelo).

KOCOUREK, Rostislav. Textes et termes. **Meta**, v. 36, n. 1, 1991, p. 71-76. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.7202/003330ar>

OLIVEIRA, R. R. F. de; MACEDO, H. R. de. O revisor de textos e as novas tecnologias. In: Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais, 2011. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2011.

SANTIAGO, M. S. Variação denominativa na terminologia médica: o caso da gripe A H1N1. **Tradterm**, v. 16, 2010, p. 397-410. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2010.46326>

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

ZILIO, L. Terminologia textual e linguística de corpus: estudo em parceria. In: PERNA, C. B. L.; DELGADO, H. O. K.; FINATTO, M. J. B. (Org.). **Linguagens especializadas**

**em corpora:** modos de dizer e interfaces de pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 128-151.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 14.07.2015

Domínios de Lingu@gem

# A heterocorreção heteroiniciada no discurso parlamentar: a elaboração de faces em destaque

## The other-initiated other-correction on the parliamentary speech: the face elaboration on focus

Maria Rodrigues de Oliveira\*

---

**RESUMO:** Este artigo trata da heterocorreção heteroiniciada no Discurso Parlamentar e suas implicações para a elaboração de faces de pessoas presentes ou ausentes no cenário discursivo. Com os objetivos de analisar trechos de discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados que contenham sequências reveladoras de cortesia/descortesia que incluam amostras de heterocorreções heteroiniciadas e verificar o papel dessas heterocorreções nesses trechos com foco nos aspectos relativos às faces dos envolvidos na interação, o artigo fundamenta-se em trabalhos de estudiosos da Linguística Textual, da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e de outros textos relacionados ao assunto. Organizado em duas partes, além das considerações iniciais e das considerações finais, apresenta, na primeira parte, considerações teóricas sobre texto e contexto tendo em vista o Discurso Parlamentar e sobre os temas da Linguagem politicamente correta e da heterocorreção heteroiniciada; na segunda parte, encontram-se o *corpus*, sua análise e os resultados obtidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso parlamentar. Heterocorreção heteroiniciada. Linguagem politicamente correta. Elaboração de faces.

---

**ABSTRACT:** This article deals with the other-initiated other-correction on Parliamentary Speeches and its implications to face elaboration of people present or absent on the discursive scenery. It intends to analyze excerpts of speeches uttered at on the Brazilian Deputy Chamber which reveal courtesy/discourtesy sequences containing samples of hetero initiated hetero corrections and verify their function on those discourses focusing aspects related to the faces of the people involved on the interaction. The article is based on Textual Linguistics, on Conversation Analysis and on Interactional Sociolinguistics studies. It is also supported by the Regimento Interno (intern rules) of the Chamber and by other texts related to the matter. Organized in two parts, besides the initial and the final considerations, it presents, on the first part, a theoretical review about text and context having in mind the parliamentary speech and about the politically correct language and the hetero initiated hetero correction; on the second part, it presents the *corpus*, its analysis and the obtained results.

**KEYWORDS:** Parliamentary speech. Hetero initiated hetero correction. Politically correct language. Face elaboration.

---

### 1. Considerações iniciais

O discurso parlamentar desenrola-se em um contexto no qual os oradores expõem suas ideias e defendem pontos de vista seus e de seus partidos, deixando aflorar suas emoções. A confluência de ideologias, as várias identidades sociais e os conhecimentos

---

\* Doutoranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisa desenvolvida com apoio da CAPES.

diversificados reunidos nesse ambiente favorecem o pronunciamento de discursos nos quais são usadas palavras ou termos considerados agressivos ou inadequados, especialmente nos dias atuais, em que se prima pelo politicamente correto. Isso propicia a ocorrência, nesses discursos, de heterocorreções heteroiniciadas, as quais podem envolver, além do autor da fonte do problema e do contestador, um terceiro agente (o presidente da sessão). Geralmente essas correções têm origem na rejeição do discurso do orador por parte de algum interlocutor, que solicita a reformulação do dito ou mesmo sua negação pela omissão, nas atas das sessões parlamentares, de termos “interditados” por serem politicamente incorretos ou ofensivos à honra de pessoas ou de instituições.

Como as heterocorreções geralmente são refutadas pelos oradores, elas costumam provocar interações descorteses e até mesmo ações judiciais. Diante desse contexto, nos propusemos a seguinte questão: As heterocorreções heteroiniciadas no discurso parlamentar cumprem o papel de salvamento de faces ou contribuem para a expansão da ameaça?

Nossos objetivos com este artigo, tendo em vista a questão proposta, são: a) analisar, com fundamento em trabalhos de estudiosos da Linguística Textual, da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e de outros textos relacionados ao assunto, trechos de discursos proferidos na Câmara dos Deputados que contenham sequências reveladoras de cortesia/descortesia que incluam, em sua essência, amostras de heterocorreções heteroiniciadas; b) verificar o papel dessas heterocorreções nos trechos selecionados tendo como foco os aspectos relativos às faces dos envolvidos na interação.

Com a finalidade de responder à nossa questão, adotaremos a seguinte metodologia: i) revisão da literatura relacionada ao tema para embasamento do artigo; ii) seleção de trechos de discursos parlamentares pronunciados na Câmara dos Deputados que contenham sequências corteses/descorteses que envolvam heterocorreções heteroiniciadas; iii) destaque e comentário dessas sequências; iv) análise das sequências destacadas; v) discussão dos resultados.

Além destas considerações iniciais e das considerações finais, o artigo será composto de duas partes: na primeira, serão apresentadas considerações teóricas relacionadas ao texto e ao contexto tendo em vista o contexto do discurso parlamentar, em que o fazer discursivo é regido por normas que visam à proteção de faces tanto dos atores presentes no evento quanto dos ausentes. Como nesse contexto os oradores costumam ser cobrados no tocante ao uso de uma linguagem politicamente correta, esse

tema também será tratado nesta parte do artigo tendo em vista que essa linguagem implica aspectos de cortesia/descortesia nas interações verbais, os quais se revelam com frequência nos discursos parlamentares. Por último, teremos as heterocorreções heteroiniciadas que, no ambiente parlamentar, normalmente se apresentam como desencadeadoras de conflito. Na segunda parte, após as informações relativas ao material selecionado, serão apresentados os trechos escolhidos e destacadas as sequências representativas de cortesia/descortesia, incluindo os pedidos de correção. Em seguida serão expostos e discutidos os resultados.

## 2 Considerações teóricas

### 2.1 Texto e contexto

O contexto não pode ser desprezado quando se pretende entender um texto, seja oral seja escrito. Essa afirmação, expressa de várias maneiras por estudiosos do assunto, é repetida frequentemente em nosso cotidiano. Na verdade, a ideia de contexto está presente em nossas vidas mesmo sem termos consciência desse fato. Quantas vezes ouvimos as expressões “Quando ele/ela disse isso?”, “Onde ele/ela disse isso?”, “Por que ele/ela disse isso?”, com a intenção de justificar uma fala (feliz ou infeliz) ou de interpretar alguma informação carente de esclarecimentos?

Partindo do princípio de que os sentidos do texto são atrelados ao contexto afirmamos, com Koch e Elias (2006, p. 66), que “um estudo do texto sem a consideração do contexto é altamente insuficiente”. A ambiguidade, os implícitos e a adequação do texto ao ambiente interativo são alguns aspectos que atrelam o texto ao contexto, conforme ilustram as autoras com as seguintes asserções: “Certos enunciados são ambíguos, mas o contexto permite fazer uma interpretação unívoca” (p. 66), “O contexto permite preencher as lacunas do texto, isto é, estabelecer os ‘elos faltantes’, por meio de ‘inferências-ponte’” (p. 66), “Os fatores contextuais podem alterar o que se diz” (p. 67) e “Tais fatores se incluem entre aqueles que explicam ou justificam por que se disse isso e não aquilo (o contexto justifica)” (p. 68).

A importância do contexto para a formação dos sentidos do texto é inegável. Mas o que é contexto? Van Dijk (2012, p. 32) relata que os dicionários listam basicamente dois sentidos para contexto, distinguindo contexto verbal e contexto das circunstâncias ou da situação. Conforme o autor, “em ambos os casos, a ideia é que o contexto influencia de algum modo uma palavra, um trecho, um sentido, um acontecimento, ou torna possível

para eles certa interpretação (ou uma interpretação melhor)”. Essa declaração de van Dijk aponta para o fato de que o sentido do texto não é único, ou seja, pode variar de acordo com o contexto, conforme atesta Marcuschi (2003) ao afirmar que os sentidos e as respectivas formas de organização linguística dos textos se dão no uso da língua como atividade situada, tanto na fala quanto na escrita. Segundo esse autor, em ambos os casos a contextualização é necessária para a produção e para a recepção, isto é, para o funcionamento pleno da língua.

Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 25) também aponta para a importância do contexto na organização textual afirmando que, para o enfoque interacionista, “o objeto de investigação não são frases abstratas, mas discursos atualizados em situações de comunicação concretas”. Conforme a autora, o contexto compreende o lugar (o quadro espacial e o quadro temporal), os objetivos (global e pontual) e os participantes (número, características individuais, relações mútuas).

O papel do contexto nas interações verbais pode ser considerado tanto em relação ao processo de produção quanto ao de interpretação. Conforme explica a autora:

No que diz respeito à *produção*, o contexto determina o conjunto de escolhas discursivas que o falante deve efetuar: seleção dos temas e das formas de tratamento, nível de língua, atos de fala etc.

No que diz respeito à *interpretação* dos enunciados pelo receptor, o contexto desempenha, igualmente, um papel decisivo, em particular, para a identificação da significação implícita do discurso dirigido. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 33).

Concluimos estas considerações sobre o contexto em geral com Hanks (2008, p. 174): “Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja ‘contexto de’, ou ‘contexto para’”.

Aproveitando o mote fornecido por Hanks, passaremos a um contexto específico: aquele em que se desenrola o discurso parlamentar.

## **2.2 O contexto do discurso parlamentar**

### **2.2.1 Cenário, rituais, regras**

O cenário do discurso parlamentar é marcado por regras que tornam o fazer do parlamento um ritual preestabelecido e que não deve ser quebrado. Nesse ritual, além do



tempo e da modalidade de fala<sup>1</sup> dos oradores, está prevista a posição dos oradores quando no uso da palavra e formas de polidez que devem ser utilizadas. Assim, o Artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina:

III – o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente impossibilitados;

[...]

V – ao falar da bancada, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa.

Os Incisos IV, VI, VII e VIII do mesmo Regimento estabelecem quando o parlamentar poderá usar a tribuna e regulamentam os turnos:

IV – o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente, nas Comunicações de Lideranças e nas Comunicações Parlamentares, ou durante as discussões, podendo, porém, falar dos microfones de apartes sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser;

[...]

VI – a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso;

VII – se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

VIII – sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo.

As formas de polidez são regulamentadas pelos Incisos XI e XII:

XI - referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

XII - nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas.

Apesar de serem muitas as regras, não há dificuldades para seu cumprimento, já que os integrantes do parlamento aprendem rapidamente como se comportar em tal contexto. De acordo com van Dijk (2001), os parlamentares compartilham grande parte

---

<sup>1</sup>Denominamos “modalidade de fala” ao que Marques (2008a) denomina de “subgêneros” do discurso parlamentar. Nessas modalidades incluem-se as questões de ordem, as justificativas de voto, os encaminhamentos de votação e os debates, dentre outras formas de expressão usadas no parlamento.

de seus conhecimentos e crenças sobre os contextos que constroem e, além disso, sabem como os outros parlamentares definem a situação em curso em termos de seus próprios modelos mentais.

As principais situações em que os parlamentares brasileiros têm a oportunidade de se expressar e são “vigiados” pelas normas regimentais são as sessões ordinárias e extraordinárias, definidas pelo glossário da Câmara dos Deputados como reuniões dos parlamentares em plenário para debate ou deliberação de matérias. O debate, na opinião de van Dijk (2001), é a atividade principal de uma sessão parlamentar e “pertence a um nível mais alto, uma noção discursiva complexa que consiste em uma sucessão de intervenções por parte dos parlamentares, de intervenções do Presidente, de perguntas de suas excelências aos ministros, de interrupções etc”.

Marques (2008a) também destaca a função do debate no discurso parlamentar. Na descrição desse discurso, a autora observa que o discurso político parlamentar “é constituído por diferentes subgêneros<sup>2</sup> onde predominam as interações verbais que privilegiam o dissenso”. Marques (2008b) afirma que o subgênero debate “como gênero discursivo particular é agonal (no sentido de não consensual); no discurso político parlamentar, em particular, tem caráter agonal e agressivo”. Ela adverte, porém, que “a agressividade do discurso político parlamentar em geral, que justifica a sua classificação como um *face-threatening genre*, não é uma agressividade sem limites” já que “é contida, disciplinada pelos códigos de conduta do Parlamento”. A contenção da agressividade deve-se ao caráter institucional do discurso parlamentar e à preocupação com a audiência, o que implica, nesse discurso, a prática da cortesia verbal. Conforme explica a autora, a agressividade é contida porque

[...] é um discurso institucional, mas também porque os interlocutores estão sujeitos ao escrutínio de uma audiência, o povo Português (a agressividade tem retorno em termos da imagem do locutor). Por isso o discurso político parlamentar privilegia comportamentos explícitos de cortesia verbal. (MARQUES, 2008b).

Ainda sobre os debates políticos, a autora afirma que a agressividade que os caracteriza, “sejam debates ‘institucionais’ (parlamentares) ou não (debates políticos televisivos), é dirigida para a função desempenhada, para o grupo que representa e não

---

<sup>2</sup>Como integrantes da categoria de subgêneros do discurso parlamentar a autora inclui a interpelação ao Governo, o debate, as questões de ordem e os apartes, dentre outros componentes desse discurso, por sua vez considerado pela autora como subgênero do discurso político.

para o indivíduo enquanto pessoa”. Essa afirmação de Marques pode ser ilustrada pelo trecho extraído da ata da Audiência Pública realizada em 4 de junho de 2008 na Câmara dos Deputados, com o então Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim, o qual define o discurso parlamentar da seguinte maneira:

O modelo de discurso parlamentar paradigmático é completamente distinto do modelo do discurso judicial, por exemplo. Quando um deputado debate no Congresso Nacional e discute com o Deputado Genoíno, ele não está procurando convencer o Deputado Genoíno, ele está procurando fazer com que outros vejam o que está fazendo em relação ao Deputado Genoíno, porque ele sabe que não convencerá o Deputado Genoíno, e este sabe, por sua vez, que não será convencido. (JOBIM, 2008, p. 58-59).

No debate parlamentar, mesmo estando os integrantes do parlamento cientes das regras que determinam o decoro, por vezes são usadas palavras e expressões não condizentes com o contexto ou interpretadas como tal pelos interlocutores, revelando opiniões, objetivos e emoções, dentre outros fatores. Aqui são providenciais as palavras de van Dijk (2012, p. 238):

Por meio das palavras que usam, os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, seus propósitos, seu conhecimento e os tipos de situações (in)formais ou institucionais em que estão falando ou escrevendo.

Dos termos considerados ofensivos no parlamento brasileiro, além de palavras e enunciados que atacam à honra de pessoas ou de instituições, destacam-se expressões julgadas politicamente incorretas. Assim, dedicaremos algumas linhas ao tema da linguagem politicamente correta.

### **2.2.2 A linguagem politicamente correta: uma forma de cortesia**

Além da linguagem verbal, também os gestos e os atos podem ser considerados politicamente incorretos e serem repudiados por representantes dos mais diversos setores da sociedade, como os movimentos voltados às questões das minorias étnicas e sociais e de defesa dos animais, dentre outros. Os protestos contra o desfile organizado pelo

estilista Ronaldo Fraga na São Paulo Fashion Week em março de 2013<sup>3</sup> por apresentar modelos usando perucas de palha de aço, a reação de funcionárias do IPEA contra o show de mulatas no 6º Forum Acadêmico do Brics em setembro de 2014<sup>4</sup> e a atitude da Rede Globo<sup>5</sup>, também em setembro de 2014, ao demitir o psicanalista Francisco Daudt do programa *Encontro com Fátima Bernardes* após ele haver declarado não gostar de animais de estimação, ilustram a amplitude da ideologia do politicamente correto.

Essa ideologia não se restringe à linguagem, mas sobressai nas discussões que envolvem o tema. Conforme Possenti e Baronas (2006, p. 51), “a expressão ‘politicamente correto’ (ou incorreto) aplica-se não apenas à linguagem, embora esta seja a candidata mais constante àquela qualificação”. Os autores observam que a análise de certos itens lexicais mostra a clara relação desses itens com as formações discursivas históricas nas quais passaram a ter os sentidos que têm. Essa opinião dos autores nos remete ao fato de que os sentidos do texto são construídos no contexto e aquilo que é linguisticamente adequado em um dado momento, em certo local, expresso por determinada pessoa, não necessariamente o será em outra situação. Além disso, não podemos nos esquecer da dinamicidade da língua, fator previsto no *Manual da Folha de S. Paulo*:

Não use, ao menos em textos noticiosos, palavras que sabidamente têm carga pejorativa, como *crioulo* ou *preto* para designar *negro*, *japa* para *japonês*, *gringo* para qualquer *estrangeiro*, *ianque* para *americano*, *polaco* para *polonês*. **O mesmo vale para termos que originalmente designavam etnias e depois receberam sentido depreciativo** ou que, associados a etnias, sejam pejorativos, como *fariseu*, *negrice* ou *baianada*. (p. 68, itálico do autor; negrito nosso).

O “policimento” da linguagem em prol do politicamente correto, em muitos casos, contribui para a rotulação – com termos relacionados a preconceito – daqueles que, ao falar ou ao escrever, escolhem palavras ou expressões “proibidas” mesmo que não tenham consciência do peso de seu texto. No dizer de Possenti e Baronas:

---

<sup>3</sup>MALDJIAN, Mayra. SPFW – Desfile com peruca de bombriil provoca discussão sobre racismo. *Veja São Paulo*. 20 mar. 2013. Atualizado em 18 jun. 2013 por Mayra Maldjian. Disponível em: <<http://veja.sp.abril.com.br/materia/cabelo-bombriil-ronaldo-fraga#3>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

<sup>4</sup>BATISTA, Henrique Gomes. Show de mulatas abre polêmica no Ipea. *O Globo*. 4 out. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/show-de-mulatas-abre-polemica-no-ipea-14137146>>. Acesso em 15 nov. 2014.

<sup>5</sup>BENÍCIO, Jeff. Demissão de psicanalista deixa ‘Encontro’ mais politicamente correto. *Sala de TV*. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/2014/09/21/demissao-de-psicanalista-deixa-encontro-mais-politicamente-correto/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

[...] os locutores que produzem tais discursos acabam por ser classificados, por exemplo, como racistas, machistas (genericamente, preconceituosos), com base em sua prática discursiva, ou pelo menos, também através dela, mesmo que não tenham intenção de produzir os efeitos que produzem falando, ou, ainda mais, mesmo que não se deem conta de que seus discursos, por incluírem determinados termos marcados, têm tais efeitos. (POSSENTI; BARONAS, 2006, p. 50).

Na tentativa de encontrar termos neutros ou apropriados, têm sido apresentadas soluções que nem sempre atendem às expectativas ou que se revelam também preconceituosas causando, assim, rotulações sucessivas de objetos e situações. Isso gera dificuldades para o uso atualizado dos termos politicamente corretos. Basta lembrar o episódio ocorrido na 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no dia 4 de dezembro de 2012, quando a Presidente Dilma Rousseff foi vaiada por ter usado a expressão “portadores de deficiência” em lugar do termo atualizado “pessoas com deficiência”.

Cabe, aqui, a observação de Neves (2012, p. 205) ao se manifestar sobre a polêmica criada pelo Ministério Público Federal com a solicitação de retirada do dicionário *Houaiss* de circulação, sob a alegação de que ele conteria referências preconceituosas e racistas contra ciganos.

Bem sabemos, e também está dito com todas as letras em Borba (2003, p. 7), obra que trata da organização de dicionários, que não existe texto neutro quanto à ideologia, ou seja, quanto a “ideias, opiniões, valores, crenças etc., que expressam, explicam ou justificam a ordem social e as condições de vida do homem em suas relações com os outros homens”.

Uma palavra que se destaca no rol daquelas com as quais é preciso atenção com o uso é “negro”. Essa palavra, atualmente preferida pelos militantes do Movimento Negro, também é usada como adjetivo para fatos ruins ou para seres destoantes de seu meio. Daí expressões como *ovelha negra*, *nuvem negra*, *mercado negro*, *câmbio negro* e *setembro negro*, dentre muitas outras, acarretarem protestos pelo uso tanto da palavra quando de suas derivadas em certos contextos. Conforme Queiroz (2004):

A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a “preto” e utilizam-no com orgulho para afirmar os valores da cultura afrobrasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto “negro” como “preto” podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, no diminutivo “neguinho”, “minha preta” etc.

A edição de maio de 1992 do *Manual de redação* da Folha de S. Paulo apresenta uma relação de termos a serem evitados pelos redatores. Dentre esses termos estão *preto*, *crioulo*, *escurinho*, *alemão*, *moreno* e *de cor*. Outra recomendação é que seja usada a palavra *negro*, mas não *afro-brasileiro* e *cidadão do tipo negróide*. Sobre essas orientações do *Manual*, Possenti e Baronas (2006, p. 57) fazem o seguinte comentário:

É evidente, para quem fala português no Brasil, isto é, para quem está mergulhado nessa cultura, que a primeira lista contém palavras cujo efeito é claramente discriminatório. A última, por sua vez, revela que provavelmente a direção do jornal se deu conta de que a utilização de termos escolhidos com demasiado cuidado denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes racistas.

O parlamento, por se destinar à exposição de ideias e a debates, é campo fértil para a emergência de termos politicamente incorretos. O desconcerto dos parlamentares quando chamados à atenção pelo uso de expressões ofensivas é claro, principalmente quando se trata de racismo ou outros tipos de preconceito. Isso é explicado por van Dijk (2008, p. 190):

Em um contexto político de gerenciamento da imagem pública, a negação do racismo desempenha um papel destacado. Seja qual for a orientação política, ou o partido em questão, inclusive a direita extremista, todos os parlamentares rejeitam enfaticamente qualquer acusação ou sugestão de preconceito, discriminação ou racismo. Na realidade, quanto mais racistas são as opiniões defendidas, mais insistentes são as negações de racismo.

A discordância dos parlamentares com relação aos “deslizes” de seus pares costuma redundar na solicitação de correção, no texto transcrito (ata/anais), do termo considerado ofensivo. A seguir, trataremos do assunto “correção”, com destaque para a “heterocorreção heteroiniciada”, ou seja, a correção provocada e concluída por outro.

### **2.2.3 A heterocorreção no discurso parlamentar: salvamento ou ameaça à face?**

Correção, conforme Barros (2003), é um procedimento de reelaboração do discurso que visa a consertar seus “erros”. Erro, nesse caso, é uma escolha do falante já posta no discurso e considerada inadequada por ele ou por um dos interlocutores. Ainda segundo a autora:

[...] a correção deve ser entendida como um procedimento de reelaboração do discurso com o fim de torná-lo mais “correto” ou “adequado”, segundo o ponto de vista de um ou de ambos os participantes do diálogo para, dessa forma, levar o interlocutor a reconhecer a intenção do falante e garantir a intercompreensão na conversação (BARROS, 2003, p. 158).

Leite & Peruchi (2003) definem correção como uma reelaboração do discurso que suspende temporariamente o andamento da frase para consertar formulações consideradas inadequadas pelo falante ou por seu interlocutor. Além disso, as autoras afirmam que, nesse tipo de reformulação, o falante anula, total ou parcialmente, a formulação anterior, com a finalidade de garantir a boa compreensão entre os participantes da conversação. Corrigir é produzir um enunciado linguístico que reformula um anterior, considerado “errado” aos olhos de um dos interlocutores, assinalam Fávero, Andrade e Aquino (2006), as quais afirmam:

Pode-se dizer que as correções são produtos de um planejamento local, específico da oralidade, mas não são ocasionais nem ocorrem de forma aleatória, já que o falante procura uma palavra ou estrutura nova e/ou mais satisfatória que permita a intercompreensão. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 272-273).

As autoras concluem afirmando que as correções correspondem a um processo altamente interativo e colaborativo e colocam-se como um dispositivo dinâmico em potencial na língua falada, mas é possível passarem erros sem correção do interlocutor por várias razões, destacando-se a tentativa de preservação da face do outro.

Ao se referirem à “tentativa de preservação da face do outro”, as autoras nos remetem para a heterocorreção. Esse tipo de correção não é bem aceito nas interações, conforme assumem diversos autores. Destacamos a opinião de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977, p. 378), os quais informam que há restrições sobre as heterocorreções, o que contribui para a maior ocorrência de autocorreções e, quando elas ocorrem, são frequentemente moduladas e podem ser amenizadas numa escala de “confidência/incerteza”. Uma forma de modulação particularmente comum apontada pelos autores é “*Você quer dizer X?* em que X é uma possível palavra para a correção ou substituição”.

Sobre a discórdia gerada por correções do outro no texto falado, Aquino (1997) relata haver observado em seus estudos que a heterocorreção pode se colocar como elemento promotor do conflito, pois os participantes podem não aceitar o fato de serem

corrigidos ou a correção pode não ser adequada. Com a mesma ideia de que a heterocorreção pode gerar conflito, Barros (2003, p. 175) afirma que, mesmo em um diálogo claramente cooperativo, “o ato de corrigir e, sobretudo o de corrigir o outro, é uma forma de exercer controle sobre o parceiro, de mostrar saber e poder, de brigar pela direção da conversação, de acentuar as diferenças e discordâncias entre os interlocutores”.

Garcez e Loder (2005, p. 291) assinalam que vários autores indicam a existência de entendimento, pelo autor do enunciado fonte do problema a ser reparado, de que o reparo<sup>6</sup> levado a cabo pelo outro pode ser mais que um reparo, mas uma discordância. Isso aponta para a possibilidade de que esse tipo de reparo seja visto pelos interlocutores não só como recurso para a resolução de problemas de entendimento, mas também como um dispositivo para a realização de outras ações sociais dirigidas a coagir o outro ou a constranger sua ação.

Os autores frisam que, sendo o heterorreparo uma ação (des)preferida, uma consequência adicional dessa prática de reparo é o constrangimento para que o participante reparado se explique de alguma maneira e, aí, a delicadeza é ainda maior, porque não é o participante reparador quem tem que se explicar, mas o próprio reparado. Após essas considerações teóricas, as quais julgamos suficientes para o embasamento deste trabalho, passaremos à apresentação e análise dos trechos selecionados.

### **3 A heterocorreção heteroiniciada no contexto parlamentar: a (des)cortesia anunciada**

Para este artigo, selecionamos dois trechos de sessões ordinárias da Câmara dos Deputados em que a heterocorreção heteroiniciada é representada pela solicitação da retirada da palavra “negro” dos *Anais*. O primeiro deles é uma sequência desencadeada pela justificativa de voto<sup>7</sup> do Deputado Alberto Goldman no requerimento de inversão<sup>8</sup> dos itens da ordem do dia da 11ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados<sup>9</sup>, realizada em 28 de janeiro de 2004. O requerimento refere-se à apreciação, em primeiro lugar, das

---

<sup>6</sup>Neste artigo, tomamos correção e reparo como sinônimos por considerarmos que não comporta, neste espaço, uma distinção entre os dois termos.

<sup>7</sup>Modalidade na qual o orador justifica seu voto, o voto de seu partido ou do bloco parlamentar do qual seja líder. Neste exemplo, na qualidade de Líder do PSDB, o orador justifica o voto de seu partido.

<sup>8</sup>“Alteração da ordem da pauta da Ordem do Dia. Só acontece mediante aprovação de requerimento em reunião de comissão ou sessão plenária”. Vide *Glossário*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario/i.html> Acesso em: 10 nov. 2014.

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/v280104.pdf> Acesso em: 28 out. 2014.



medidas provisórias 144 e 145, relativas ao setor elétrico, deixando os outros itens (dez Medidas Provisórias e dois Projetos de Lei) para depois. A fala do Deputado Goldman é contestada pelo Deputado Gabeira, sem partido naquela época.

O segundo trecho é um recorte do Comunicado de Liderança<sup>10</sup> do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, proferido na 237ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados<sup>11</sup>, no dia 12 de setembro de 2007. No Comunicado, o Deputado Pannunzio, do PSDB, partido de oposição ao governo petista, discursa sobre o julgamento e a absolvição do Senador Renan Calheiros, cujo resultado, positivo para o Senador, o Deputado atribui ao Partido dos Trabalhadores. A contestação da fala do Deputado parte da Deputada Janete Pietá, do PT, favorável ao governo petista.

### 3.1 Trecho 1

1	O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB?
2	O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
3	Presidente, votamos contra essa inversão, porque entendemos que essa matéria é
4	extremamente complexa, difícil e de altíssima importância. Talvez seja a primeira vez
5	nesta Casa em que uma matéria dessa ordem não é submetida a debate público, aberto
6	e transparente, para o qual se convocam pessoas interessadas, especialistas, com as
7	diversas opiniões, com o contraditório que deve ser expresso, como ocorre nas
8	Comissões quando os debates são abertos e democráticos.
9	É um momento negro deste Congresso Nacional. Talvez em nenhuma vez na história
10	do Congresso matéria de tal ordem, de tal importância, tenha sido votada dessa forma.
11	[...]
12	O Congresso Nacional está sendo pressionado pelo interesse do Poder Executivo,
13	atropelando o bom senso, o processo, tudo aquilo que entendemos seja uma discussão
14	aberta e democrática.
15	O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
16	O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.
17	O SR. FERNANDO GABEIRA (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
18	- Sr. Presidente, o Deputado Alberto Goldman é um dos mais competentes Deputados
19	da Casa, e foi um Ministro admirável sob todos os aspectos. Diante disso, peço a S.Exa.
20	que nos ajude a retirar dos Anais da Casa a expressão: "É um momento negro deste
21	Congresso Nacional". (Palmas.)
22	Estamos aqui, há muito tempo, numa luta para avançar nesse campo. Queremos fazer
23	um trabalho politicamente correto, é importante que tenhamos essa preocupação.
24	Temos absoluta certeza de que S.Exa. concordará com essa retirada.
25	O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tenho certeza também de que a intenção
26	do Deputado Alberto Goldman em nenhum momento foi expressar qualquer
27	sentimento negativo, não é Deputado Alberto Goldman?
28	O SR. ALBERTO GOLDMAN - Tenha a santa paciência, Sr. Presidente!

<sup>10</sup>“Fase da sessão ordinária destinada aos líderes que queiram fazer uso da palavra, por período de tempo proporcional ao número de membros das respectivas bancadas, com o mínimo de três e o máximo de dez minutos, não sendo permitidos apartes”. Vide *Glossário*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario/c.html> Acesso em: 10 nov. 2014.

<sup>11</sup>Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/V120907.pdf> Acesso em: 10 nov. 2014.

### 3.1.1 Sequências representativas de cortesia/descortesia

Oradores	Linhas	Sequências
Deputado Alberto Goldman	3-4	Informa os motivos de seu voto contrário à inversão da pauta: “votamos contra essa inversão, porque entendemos que essa matéria é extremamente complexa, difícil e de altíssima importância”.
	4-8	Faz críticas à forma como estão sendo votadas as emendas: “Talvez seja a primeira vez nesta Casa em que uma matéria dessa ordem não é submetida a debate público, aberto e transparente, para o qual se convocam pessoas interessadas, especialistas, com as diversas opiniões, com o contraditório que deve ser expresso, como ocorre nas Comissões, quando os debates são abertos e democráticos”.
	9-10	Continua suas críticas e pronuncia a expressão interdita “momento negro”: “É um momento negro deste Congresso Nacional. Talvez em nenhuma vez na história do Congresso matéria de tal ordem, de tal importância, tenha sido votada dessa forma”.
	12-14	<i>Acusa o Poder Executivo de estar pressionando o Congresso: “O Congresso Nacional está sendo pressionado pelo interesse do Poder Executivo, atropelando o bom senso, o processo, tudo aquilo que entendemos seja uma discussão aberta e democrática”.</i>
Deputado Fernando Gabeira	18-19	Elogia o Deputado Goldman: “Sr. Presidente, o Deputado Alberto Goldman é um dos mais competentes Deputados da Casa, e foi um Ministro admirável sob todos os aspectos”.
	19-21	Solicita correção na fala do Deputado: “Diante disso, peço a S.Exa. que nos ajude a retirar dos Anais da Casa a expressão: <i>“É um momento negro deste Congresso Nacional”.</i>
	22-24	<i>Justifica seu pedido e convoca a adesão de Goldman: “Estamos aqui, há muito tempo, numa luta para avançar nesse campo. Queremos fazer um trabalho politicamente correto, é importante que tenhamos essa preocupação. Temos absoluta certeza de que S. Exa. concordará com essa retirada”.</i>
Presidente (João Paulo Cunha)	25-27	Dá sua opinião sobre a intenção do Deputado Goldman e, como Gabeira, solicita a confirmação de Goldman: “Tenho certeza também de que a intenção do Deputado Alberto Goldman em nenhum momento foi expressar qualquer sentimento negativo, não é Deputado Alberto Goldman?”
Deputado Alberto Goldman	28	Não nega nem confirma sua intenção, mostrando indignação: “Tenha a santa paciência, Sr. Presidente!”

### 3.1.2 Análise

Os aspectos de cortesia prescritos pelo Regimento Interno são atendidos, já que os deputados se manifestam mediante a permissão do Presidente e usam formas de tratamento respeitadas ao se referirem uns aos outros, como a expressão “Senhor Presidente” usada pelo Deputado Goldman e pelo Deputado Gabeira ao se dirigirem ao Presidente, o pronome “S. Exa.” usado por Gabeira para se referir a Goldman e, também, o pronome V.Exa. utilizado pelo Presidente para se referir a Gabeira. Além disso, observamos que os nomes dos dois envolvidos na polêmica são precedidos do título “Deputado”.

Nas linhas 3 e 4, o Deputado Goldman justifica o voto contrário de seu partido à inversão de pauta, como uma forma de atenuação para sua decisão. Em seguida, nas linhas 4 a 14, ele critica a pressa com que a matéria está sendo votada e expõe sua opinião sobre o fato, acusando o Congresso Nacional de, pressionado pelo Poder Executivo, não promover um debate amplo para o assunto. Em sua crítica, utiliza a expressão “momento negro” como qualificativo para a situação.

Nas linhas 18 e 19, o Deputado Gabeira elogia Goldman, numa espécie de afago antes de pedir a correção, após a qual (linhas 19 a 24) volta a modular tanto com a justificativa da intervenção quanto com a solicitação da adesão de Goldman à alteração dos *Anais*. Esse procedimento de Gabeira nos faz lembrar a afirmação de Schegloff, Jefferson e Sacks (1997) de que as heterocorreções são frequentemente moduladas ou amenizadas. A sequência evoca também a opinião de Barros (2005) de que, mesmo em diálogos claramente cooperativos, a heterocorreção é uma forma de exercer controle sobre o parceiro e mostrar saber e poder. Isso fica evidente em toda a fala do Deputado Gabeira, do elogio a Goldman à exposição do motivo de sua solicitação, passando pelo pedido de cooperação.

Nas linhas 25 a 27, o Presidente da sessão expõe sua opinião sobre o que acha da intenção comunicativa de Goldman e solicita a confirmação do Deputado com a pergunta “Não é, Deputado?”. Essa pergunta, apesar de aparentemente conciliadora, contribui para o embaraço do Deputado, pois, como afirmam Garcez e Loder (2005), o constrangimento é maior quando se solicita que o participante reparado se explique de alguma maneira.

Finalmente, na linha 28, temos a resposta de Goldman ao Presidente. Uma resposta dúbia, já que “Tenha a santa paciência” pode ter vários significados, dentre os quais: a) que não se incomoda com a correção, b) que realmente não teve a intenção de expressar sentimento negativo, c) que considera o pedido de correção irrelevante.

As críticas, que não se limitam ao trecho recortado, apresentam ameaças explícitas às faces do Congresso Nacional e do Poder Executivo, mas o ponto questionado pelo Deputado Gabeira é aquele que atinge, implicitamente, a população, mais precisamente a uma parte dela: a comunidade negra, deixando transparecer a ideia de racismo. Neste ponto, invocamos van Dijk (2008, p. 190) ao declarar que “todos os parlamentares rejeitam enfaticamente qualquer acusação ou sugestão de preconceito, discriminação ou racismo”.

### 3.2 Trecho 2

1	O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, peço a palavra para falar
2	como Líder.
3	O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado
4	Antonio Carlos Pannunzio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.
5	O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do
6	orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostemos ou não, o que se passou
7	no Senado se reflete nesta Casa, até porque quem foi julgado e absolvido foi o
8	Presidente do Senado, que é também Presidente do Congresso Nacional, portanto,
9	aquele que vai presidir as sessões do Congresso, de que nós, Deputados, participamos.
10	O resultado fala por si. Quarenta Srs. Senadores rejeitaram o parecer do Conselho de
11	Ética; 35 votaram em conformidade com os princípios republicanos, éticos e morais; e
12	6 se abstiveram, como se o assunto fosse de importância secundária. Afinal de contas,
13	talvez esses 6 Senadores nem precisem prestar contas à Nação brasileira, até porque
14	bom número deles não teve nenhum voto para chegar ao Senado Federal.
15	[...]
16	Se houve um vitorioso nessa história, podemos dizer que foi, sem dúvida, o Presidente
17	Lula, que o tempo todo fez afagos ao Senador Renan Calheiros, e o Partido dos
18	Trabalhadores, que liberou a bancada para que cada um votasse de acordo com a
19	respectiva consciência.
20	[...]
21	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é 12 de setembro, um setembro negro na
22	história do Parlamento, que deslustra as tradições da Casa e do Parlamento brasileiro.
23	[...]
24	A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
25	O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.
26	A SRA. JANETE PIETÁ – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que sejam retiradas
27	expressões de cunho racista do último pronunciamento do Líder Antonio Carlos
28	Pannunzio. O setembro S.Exa. pode colocar ao bel-prazer de seu partido e de sua ilustre
29	peessoa. Porém, a expressão setembro negro, que nesta tarde já foi mencionada,
30	caracteriza tradições racistas em nossa população. Dessa forma, peço que seja retirada
31	a expressão setembro negro.
32	O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – A Mesa vai analisar o pedido de V.Exa.

#### 3.2.1 Sequências representativas de cortesia/descortesia

Oradores	Linhas	Sequências
Deputado Antonio Carlos Pannunzio	1-2	Pede autorização para falar.
	6,21	Dirige-se respeitosamente aos colegas: “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares”, “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados”.
	6-8	Dá sua opinião sobre o julgamento do Senador Renan Calheiros: “o que se passou no Senado se reflete nesta Casa, até porque quem foi julgado e absolvido foi o Presidente do Senado, que é também Presidente do Congresso Nacional”.
	10-14	Censura a atitude dos Senadores, principalmente daqueles que se abstiveram de votar: “Quarenta Srs. Senadores rejeitaram o parecer do Conselho de Ética; 35 votaram em conformidade com os princípios republicanos, éticos e morais; e 6 se abstiveram, como se o assunto fosse de importância secundária. Afinal de contas, talvez esses 6 Senadores nem precisem prestar contas à Nação brasileira, até porque bom número deles não teve nenhum voto para chegar ao Senado Federal”.

Oradores	Linhas	Sequências
	16-19	Acusa o Presidente Lula e o PT pela absolvição: “Se houve um vitorioso nessa história, podemos dizer que foi, sem dúvida, o Presidente Lula, que o tempo todo fez afagos ao Senador Renan Calheiros, e o Partido dos Trabalhadores, que liberou a bancada para que cada um votasse de acordo com a respectiva consciência”.
	21-22	Continuando suas críticas, pronuncia a expressão interdita: “hoje é 12 de setembro, um setembro negro na história do Parlamento”.
Deputada Janete Pietá	24	Pede autorização para falar: “peço a palavra pela ordem”.
	26-28	Dirige-se respeitosamente aos colegas: “Sr. Presidente”, “V.Exa.”, “o Líder”, “S.Exa.”.
	26-28	Solicita correção na fala do Deputado: “solicito a V.Exa. que sejam retiradas expressões de cunho racista do último pronunciamento do Líder Antonio Carlos Pannunzio”.
	29-30	Explica o motivo do pedido de correção: “a expressão setembro negro, que nesta tarde já foi mencionada, caracteriza tradições racistas em nossa população”.
Presidente (Arlindo Chinaglia)	3-4,25	Usa tratamento cortês tanto com o Deputado quanto com a Deputada: “Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio”, “Tem V.Exa. a palavra”.
	32	Não assume a correção: “A Mesa vai analisar o pedido”.

### 3.2.2 Análise

Da mesma forma que o primeiro trecho, este também atende às exigências de cortesia prescritas no Regimento Interno, pois tanto o orador quanto a contestadora falam mediante permissão do Presidente e usam tratamentos respeitosos com seus pares. O presidente, também, segue os preceitos do Regimento ao chamar o Deputado Antonio Carlos Pannunzio de “nobre Deputado” e se dirigir à Deputada Janete Pietá como “V.Exa.”.

Nas linhas 6 a 8, o Deputado Pannunzio deixa clara sua opinião sobre o julgamento do Senador e, nas linhas 10 a 14, é enfático na crítica ao comportamento dos Senadores que, naquele dia, julgaram e absolveram Renan Calheiros em sessão secreta. Também o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores são alvos da censura do Deputado, acusados de terem colaborado para a absolvição do Senador (linhas 16-19). Em meio a suas críticas, qualifica aquele mês de setembro como “setembro negro” (linhas 21-22).

Nas linhas 26 a 28, a Deputada solicita a retirada de expressão que considera de cunho racista da fala do Deputado e, nas linhas 29 e 30, confirma sua opinião de que a expressão usada pelo Deputado guarda princípios racistas. Não se observam, na fala da Deputada, os traços de cortesia vistos no primeiro trecho, como modulação, solicitação de adesão do autor do texto a ser corrigido e elogio. Ao contrário, o pedido de correção é feito diretamente ao Presidente, de maneira abrupta, sem considerar a opinião do orador.

A exemplo do primeiro texto, em que os comentários desfavoráveis à instituição e às pessoas explicitamente citadas não são questionados, a defesa da Deputada é dirigida à comunidade negra, o que constitui ameaça à face do Deputado maior que se ela defendesse os parlamentares ou o Presidente da República, já que uma ofensa à população ou a uma parte dela é negativa para a imagem pública do ofensor, principalmente quando se trata de questões de preconceito.

O parágrafo anterior nos remete a van Dijk (2008, p. 190) ao afirmar que, “em um contexto político de gerenciamento da imagem pública”, os parlamentares rejeitam acusações ou sugestões de preconceito, de discriminação ou de racismo. No exemplo em tela, a contestadora não chama o Deputado de racista explicitamente, mas sugere que o seja ao afirmar que há expressões de cunho racista em seu discurso. Nesse caso, a prática discursiva do orador enseja o rótulo de racista, como observam Possenti e Baronas (2006) com relação à linguagem politicamente correta, de que os autores de discursos considerados politicamente incorretos acabam sendo considerados preconceituosos com base em sua prática discursiva.

O comportamento do Presidente neste trecho é semelhante ao do Presidente do trecho anterior, já que nem um nem outro decide sobre a correção. Observa-se, porém, que, no segundo trecho, a face do orador não é ameaçada pelo Presidente, já que ele não solicita sua opinião sobre a retirada da expressão, passando a decisão para a Mesa.

A expressão usada pelo Deputado Pannunzio não foi omitida na ata nem há registro de sua contestação ao pedido da Deputada Janete Pietá no mesmo documento, porém, o conflito se estendeu para além do plenário, com interpelação judicial da Deputada<sup>12</sup>.

### 3.3 Resultados

A análise dos trechos escolhidos revelou que a cortesia institucionalizada é seguida à risca pelos oradores, o que não ocorre no tocante à parte da linguagem não regulada oficialmente, em que os oradores criticam implícita e explicitamente os adversários.

Um fato que se destacou nos dois exemplos é a eleição, para contestação, de expressões nas quais a palavra negro é usada como qualificativo em detrimento de outros

---

<sup>12</sup>Decisão disponível em: “<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14775984/peticao-pet-4154-df-stf>”. Acesso em 20 nov. 2014.

termos claramente ofensivos, como a acusação do Deputado Pannunzio ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores. Essa estratégia, usada tanto pelo Deputado Gabeira como pela Deputada Janete Pietá, serviu como “abafadora” dos discursos dos deputados, desviando a atenção do tema do debate, que ameaça a face dos parlamentares e do Executivo, para outro assunto que, por sua vez, ameaça a face do próprio orador.

O procedimento dos presidentes nos dois trechos selecionados, em que ambos não assumem a responsabilidade da correção, também é digno de nota, principalmente no primeiro trecho, em que o presidente João Paulo Cunha delega a responsabilidade da correção ao Deputado Goldman, criando uma situação constrangedora para o Deputado.

#### **4 Considerações finais**

Neste artigo, nos propusemos a responder à seguinte questão: As heterocorreções heteroiniciadas no discurso parlamentar cumprem o papel de salvamento de faces ou contribuem para a expansão da ameaça? Em busca da resposta, empreendemos a uma revisão da literatura acerca do texto e do contexto tendo como foco o contexto do discurso parlamentar e suas características específicas, como as normas oficiais que regem o fazer discursivo naquele ambiente e as normas extraoficiais, representadas pela ideologia do politicamente correto. A correção, mais especificamente a heterocorreção heteroiniciada, também fez parte de nossa revisão.

A análise revelou que as heterocorreções heteroiniciadas no discurso parlamentar, pretensamente usadas para o salvamento de faces, podem se constituir em instrumentos de ameaça à face na medida em que significam a devolução do ataque ao ofensor configurando-se, assim, em dois momentos de ameaça: o primeiro, praticado pelo orador contra alguém ou alguma instituição; o segundo, praticado pelo contestador contra o orador. Além disso, se considerarmos a intervenção do presidente da sessão, teremos três momentos de ameaça.

Observamos ainda que a repetição dos termos ofensivos exacerba a ameaça inicial, uma vez que chama a atenção para nuances despercebidas nos discursos. As justificativas dos pedidos de correção, por sua vez, mesmo que moduladas como fez o Deputado Gabeira, são ameaças potenciais à face do autor do texto a ser corrigido, pois, na melhor das hipóteses, o coloca em posição de conhecimento inferior à do autor da correção.

**Referências bibliográficas**

AQUINO, Z. G. O. de. **Conversação e conflito**: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. 1997, 367f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARROS, D. L. P. de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP), p. 147-178.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/regimentointerno.html> Acesso em: 26 out. 2014.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. da C. V. de O.; AQUINO, Z. G. O. de. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do Português falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 255-273.

FOLHA de S.Paulo. **Manual de Redação**: Folha de S. Paulo. 4.ed. São Paulo: Publifolha, 1992.

GARCEZ, P. M.; LODER, L. L.. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em Português do Brasil. In: **Delta**, 21:2, 2005, p. 279-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v21n2/a06v21n2.pdf> Acesso em: 20 nov. 2014.

HANKS, W. F. O que é contexto? In: BENTES, A. C. et al (Org.). **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. BENTES, A. C. et al (trad.). São Paulo: Cortez, 2008, p. 169-199.

JOBIM, N. Discurso proferido na reunião extraordinária de audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 4 de junho de 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/documentos/notas-taquigraficas/notas-2008> Acesso em: 26 fev. 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. da S. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

LEITE, M. Q.; PERUCHI, R. M. G.. Glossário. In: PRETI, Dino. (Org.). **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003, p. 263-271.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, M. A. Arrogância e Construção do Ethos no Discurso Político Português. In: III Simpósio Internacional de Análise do Discurso, 2008. Belo Horizonte. **Anais...**



Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 1-10. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27048/1/Arrog%C3%A2ncia%20e%20ethos.pdf> Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Quando a cortesia é agressiva: expressão de cortesia e imagem do outro. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (Org.). **O fascínio da linguagem**: actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 277-296. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6710.pdf> Acesso em: 04 out. 2014.

NEVES, M. H. de M. A incorreção política do policiamento da metalinguagem: a propósito do cultivo irracional do “politicamente correto” em linguagem. In: **Todas as letras T.** v. 14, n. 2, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/4698/3769> Acesso em: 15 nov. 2014.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? In: **Polifonia**. Cuiabá, UFMT, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/245.pdf> Acesso em: 28 out. 2014.

QUEIROZ, A. C. Politicamente correto e direitos humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: [http://www.awmueller.com/deposito/politicamente\\_correto.pdf](http://www.awmueller.com/deposito/politicamente_correto.pdf) Acesso em: 15 out. 2014.

SCHEGLOFF, E. E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H.. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. In: **Language**, v. 53, n. 2, jun., 1977. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1353/lan.1977.0041>

VAN DIJK, A. T. Texto y contexto de los debates parlamentarios. **Revista Electrónica de Estudios Filológicos**. n. 2, nov. 2001. Disponível em: <http://www.um.es/tonosdigital/znum2/estudios/TAvanDijkTonos2.htm> Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. O discurso e a negação do racismo. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K. (Org.). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-196.

\_\_\_\_\_. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 04.08.2015

## Reflexões sobre *corpora* de pesquisa discursiva e produção oral em aprendizagem de língua inglesa como LE na modalidade a distância

### Reflections on corpora in discursive research and oral production in EFL learning at a distance

Simone Tiemi Hashiguti\*

---

**RESUMO:** Este trabalho apresenta questionamentos e considerações teórico-metodológicas, em uma perspectiva discursiva, sobre processos de aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira na modalidade a distância e a partir de uma pesquisa em andamento. O objetivo é expor: (a) uma discussão do conceito de arquivo, expandindo os sentidos já existentes para o termo na teoria, e enfocando o caso dos dados que se referem à produção oral em língua inglesa, e (b) relatar como a pesquisa tem tratado, até o momento, os dados coletados, de maneira geral, e que constituem um *corpus* híbrido. Em relação a (a), defende-se que a língua inglesa pode ser, ela mesma, considerada um arquivo que, no caso do curso analisado, é arquivo de si, em formato digital, um registro particular que pode ter efeitos particulares no processo de aprendizagem. Em relação a (b), expõe-se como os conceitos de regularidades enunciativas e funcionamento de paráfrase têm norteado a análise e possibilitado o que se propõe ser um mapeamento, unidade geral que mostre um funcionamento discursivo em acontecimento. O estudo pode contribuir tanto para a área da linguística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras quanto para a teoria de análise de discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Inglesa. EAD. Arquivo. Memória. Análise de discurso.

---

**ABSTRACT:** This paper presents questions and theoretical and methodological considerations on EFL learning processes in online distance courses as they have been raised in an ongoing study from a discursive perspective. The aim is to expose: (a) a discussion on the concept of archive, expanding the existing senses of the term in the theory, and focusing on the matter of data of oral production in EFL, and b) report how the research has dealt with the data that has been collected so far, which constitutes a hybrid corpus of analysis. In relation to (a), it is pointed out that the English language can be, itself, considered an archive that, in the case of the analyzed course, is a subject's own, personal archive, in digital format, and can be considered a particular kind of record that can have particular effects in the learning process. In relation to (b), the concepts of enunciative regularities and paraphrase are exposed to show how they have guided the analysis and enabled what is seen as a mapping methodology, in the sense of a general unit that shows an operating discursive process. The study may contribute to both the Applied Linguistics area and the Discourse Analysis theory.

**KEYWORDS:** English language. EAD. Archive. Memory. Discourse analysis.

---

---

\* Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

## 1. Introdução

Este artigo objetiva apresentar questões e reflexões teórico-metodológicas que vêm sendo erigidas em uma pesquisa discursiva, em andamento, sobre processos de aprendizagem de língua inglesa (LI) como língua estrangeira (LE) por meio de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e em ambientes digitais. O recorte da pesquisa a ser explorado é uma discussão sobre o tema específico da constituição e análise de *corpora* sobre produção oral em LI e a questão do agenciamento ou forma de lidar com o *corpus*, constituído de elementos híbridos. Como as considerações são preliminares, o estudo objetiva apenas compartilhar as escolhas teórico-analíticas feitas até o momento e apontar questionamentos e problematizações que se referem a dois aspectos fundamentais da pesquisa – a saber: as especificidades da LI aprendida a distância, sobretudo, em plataforma virtual de aprendizagem, e a especificidade dos dados de análise, que materializam uma história particular de ensino/aprendizagem da língua. O espaço de pesquisa é o de um curso de Letras, Licenciatura em Inglês, na modalidade totalmente a distância. Dadas as especificidades do curso no que diz respeito às formas de interação entre os sujeitos, entre si e com os materiais, e às práticas de linguagem em funcionamento, que mesclam discursos pedagógicos e digitais, propõe-se ser necessário refletir sobre como tais condições incidem nos processos de aprendizagem da língua. Enfocando-se, especialmente, neste artigo, a produção oral em LI, questiona-se: dado que tal tipo de produção no curso é realizada, majoritariamente, pela gravação e disponibilização de arquivos de áudio no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que diferenças analítico-metodológicas se interpõem em uma pesquisa discursiva sobre o tema? Quais as características materiais desse tipo de produção? Tais características poderiam determinar diferenças substanciais nos processos de aprendizagem da LE? As reflexões sobre essas questões são, pois, juntamente com a exposição de outras questões teórico-metodológicas da pesquisa, o objeto deste artigo e visam contribuir tanto para a movimentação teórico-metodológica da/na teoria discursiva materialista ora mobilizada quanto para o âmbito dos estudos em Linguística Aplicada ao ensino de LEs.

A perspectiva discursiva é a materialista (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1983), que conceitua o discurso como instância material da ideologia, e a língua como instância material do discurso (ORLANDI, 2001), sistema de regras parcialmente autônomas, cujos sentidos vêm a ser pelas/nas práticas languageiras dos sujeitos, estes entendidos como posições no discurso. Em tal perspectiva, o foco das pesquisas é na compreensão de

processos de produção de sentidos, levando em consideração as estruturas de significação envolvidas, como a língua e outras materialidades, como as imagéticas, por exemplo, e suas especificidades, e as condições de produção imediatas e históricas nas quais tais estruturas são interpretadas e praticadas. A metodologia de análise é sempre um batimento entre a teoria e o *corpus* de análise, não havendo um quadro pré-determinado de categorias analíticas fechadas para aplicação, mas sim a noção de recorte de pesquisa como diretriz: como o foco é o funcionamento de um ou mais discursos, é somente durante a própria análise, em exercícios de descrição e interpretação do analista, que se constituem as categorias, organizadas em função dos próprios conceitos teóricos mobilizados no gesto de análise. Nesta pesquisa, trabalha-se, portanto, com o sentido de *corpus* como constituído e efeito já da própria teoria e do gesto de interpretação/análise do pesquisador. Distancia-se daquilo que seria a ilusão de neutralidade do analista, possível em ciências e métodos positivistas. Entende-se que o recorte de pesquisa e a escolha dos elementos que constituem o *corpus* são construções que o analista empreende ao mesmo tempo em que constrói seu dispositivo teórico-analítico. Na perspectiva da Análise de Discurso, nem teoria nem método de análise estão prontos, acabados e fechados. Dessa forma, não se trabalha com uma noção de verdade sobre os processos de aprendizagem de LI a ser resgatada nos *corpora* analisados, mas com processos discursivos que podem acontecer em diferentes espaços e formas.

O curso de graduação analisado, licenciatura simples, funciona pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), na região sudeste do Brasil, e acontece na plataforma MOODLE, tendo uma média de 60 alunos ativos hoje. Conforme análise do Projeto Pedagógico do curso, do AVA, dos materiais didáticos e de informações socioeconômicas dos alunos, obtidas através de questionário, pode-se afirmar que são aspectos específicos do curso, além de sua modalidade: ter como objetivo graduar professores de inglês e literaturas de língua inglesa com foco para a atuação nas escolas públicas de ensino fundamental e médio<sup>1</sup>, e formar os alunos para o ensino contemplando as quatro habilidades (fala, leitura, escrita e compreensão oral); ser a maioria dos alunos oriunda de escolas públicas e que não teve educação formal em língua inglesa em escolas particulares de línguas, nem tinha feito um curso na modalidade a distância antes. Sendo a LI uma LE, com uma história singular no Brasil, pós-colônia portuguesa, herdeira de tradições e políticas

---

<sup>1</sup> O curso participa do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica Pública, instituído por meio da Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação.

monolíngues (WANDERLEY, 2013), consideram-se também esses aspectos como condições de produção no curso. Compreende-se que a LI é uma língua de bastante visibilidade no país, e que pode ser praticada em várias situações informais no dia a dia, através do acesso a formas culturais que são comuns a vários grupos sociais (e.g.: filmes, música, hábitos alimentares, digitais e de vestuário etc.), mas que tem uma história de ensino formal geralmente relacionada a um imaginário de fracasso no que se refere à habilidade de produção oral (XXX, 2003) e com uma relação muito íntima com a sala de aula presencial (HASHIGUTI, no prelo), o que pode ser um sentido a incidir nos processos educativos a distância na forma de resistência ou dificuldade de legitimar as produções orais em formato digital.

## 2. LI como arquivo

Apresentando-se como uma necessidade epistemológica emergida durante a pesquisa, a discussão sobre o conceito de arquivo se impôs para ser possível lidar com o *corpus* sobre o tipo de produção linguageira analisado. Neste estudo, parte-se do pressuposto de que aprender uma língua estrangeira é um processo de memória e de corporalidade, processo de arquivamento, no sentido de agenciamento e movimentação de memória, registro, propriamente dito, em uma máquina cerebral<sup>2</sup>, e também como movimentação simbólica e entrada em uma nova ordem significante. No caso do curso analisado, é também uma nova forma de entrada do sujeito na ordem da memória da máquina artificial (computador), já que a relação com a língua passa, obrigatoriamente, por ela. Entende-se que, para enunciar uma nova língua, o sujeito tem que disponibilizar o seu corpo, se voltar para ele em novas práticas de sonoridade, olhar o corpo de outro e se olhar, tentar fazer sentido com uma estrutura linguística que não obedece a mesma ordem significante de sua língua materna. Neste contexto, o da língua estrangeira, propõe-se, portanto, que, por sua modalidade, ela possa ser considerada, ela mesma, um arquivo, que pode ser digital e que é, sobretudo, arquivo pessoal, registro de si como (O)outro de si. Explica-se.

Compreende-se que a LI é estrangeira no sentido discutido por Revuz (1998, p. 215-220), para quem um tal tipo de língua é um objeto de saber e de prática intelectual e corporal, objeto de investimento, de sentimentos e desejo e que afeta imediatamente a relação do sujeito com a língua materna e consigo mesmo. O encontro com uma língua

---

<sup>2</sup>Acerca da relação entre memória cognitiva e memória discursiva, ver Paveau, 2012.

estrangeira, para a autora, sempre pode ter o sentido de confronto, situação que desestabiliza o sujeito. Nesse cenário, a tradição de ensino formal de LI em cursos na modalidade presencial, com a existência e a intervenção de um professor e, na maioria dos casos, com a utilização de livros didáticos tem funcionado, muitas vezes, como apoio, lugar seguro em meio à situação de fragilização a que o sujeito pode incorrer durante o processo de aprendizagem pela própria estranheza da/com a LE. Se esta desestabiliza todas as certezas de sentido que se tinha com/na língua materna, a palavra, o gesto, o olhar do professor e a estrutura do material didático na sala de aula presencial podem trazer de volta algum sentido de segurança, sobretudo quando se refere à prática de oralidade na língua, pois envolve o corpo, território primeiro e último do sujeito, no embate/relação com o corpo presencial do outro, o que é uma condição bastante específica de enunciação. Para sujeitos adultos, a dificuldade de produção oral em língua estrangeira pode ser grande, e o retorno do professor, corrigindo ou legitimando os sons e sentenças produzidas pode ser bastante significativo, funcionando como o lastro, um afeto, geralmente essencial para vários sujeitos, e que os mantém no processo de aprender a LI e se disponibilizar para ela. No caso do curso analisado, entretanto, a interação entre os sujeitos é diferente, pois o espaço é virtual, e o contato entre os sujeitos é a distância, havendo, portanto, outras relações de corpo<sup>3</sup>.

No curso enfocado, como em outros cursos a distância e espaços virtuais, pode haver presenças corporais, há a construção de corporalidades<sup>4</sup> (HASHIGUTI, 2012) que funcionam para que os sujeitos ocupem o espaço e façam-se sujeitos de corpos visíveis para o outro, mas a LI, na maior parte do tempo, não é praticada oralmente na relação com o corpo presente do outro, como ocorre em cursos presenciais, com o processo de enunciação da língua e com o retorno imediato de olhares, sorrisos, gestos, expressões, correções linguísticas que são produzidas com o corpo do professor sincronamente, em resposta às produções dos alunos. Por seu formato e pelas práticas possíveis de serem feitas no ambiente virtual de aprendizagem, o AVA, muito do que se solicita aos alunos

---

<sup>3</sup> Na configuração do curso analisado, os tutores presenciais atuam nos polos presenciais como apoio técnico para utilização de máquinas (computadores, webcams etc.), se solicitado pelos alunos, e na aplicação de provas, recebimento e despacho de documentos, por exemplo. Eles não realizam nenhuma discussão sobre conteúdos de disciplinas com os alunos. Esta parte é feita somente com os tutores a distância.

<sup>4</sup> Noção que remete à construção linguística e/ou por meio de imagens que indiquem a presença do corpo (como os *emoticons*, por exemplo), a ocupação do espaço virtual pelo corpo enunciado, ao corpo de existência virtual.

para produção oral deve ser gravado em arquivos de áudio<sup>5</sup> nas atividades individuais e postado no AVA para correção futura. Uma das condições particulares desses processos de aprendizagem da LI, portanto, e que difere substancialmente de cursos presenciais, é o corte do olhar<sup>6</sup> do outro para a produção oral.

Mas se esse processo de enunciação ocorre, na maior parte das vezes, sem o olhar do outro, a produção oral em si, entretanto, é remetida para um arquivo de produções orais. Gravadas e arquivadas, as produções contam uma história de oralidade na LI que é geralmente esquecida em processos de aprendizagem estritamente presenciais. Retira-se, portanto, em tais atividades, o corpo presencial do professor como elemento de interação síncrona do campo da visão, mas o corpo do aluno se faz presente, corporificado pela voz. Essa prática de oralidade e a construção de um arquivo de dizeres na LI para cada um dos sujeitos no curso difere de práticas em cursos presenciais, pois a memória do processo de enunciar na LI vai se constituindo também como arquivo digital. Se em processos de aprendizagem da LI em cursos presenciais tradicionais não se pode voltar ao passado e ouvir de novo pronúncias, entonações, dizeres que dependem da memória de curto prazo dos sujeitos envolvidos para serem lembradas, nos processos a distância em que ocorre a gravação de arquivos de áudio, há também a memória da máquina e um registro outro. Esse registro mantém o que foi gravado, e para a prática de oralidade, a forma de reprodução do que foi dito, de repetição e de correção, por exemplo, serão distintas e determinadas diferentemente de processos presenciais. É, portanto, a um outro funcionamento de memória de oralidade a que se refere aqui.

Além disso, a prática de enunciar para compor uma gravação de áudio é também diversa da prática de enunciar presencialmente. Numa gravação, nas condições de produção do curso (as atividades geralmente são avaliativas), e como pode acontecer várias vezes, o sujeito grava seu dizer e ouve sua voz várias vezes, para poder manter a gravação ou refazê-la. Esse exercício de escuta de si faz o sujeito se voltar para si mesmo, para seu próprio corpo e pela escuta, não pelo olhar como forma de apreensão. A volta a si, a constituição de uma escuta de si, pautada pelo arquivo gravado na máquina, mas

---

<sup>5</sup> As produções em vídeo podem ser mais difíceis de serem postadas diretamente no AVA, na versão utilizada (MOODLE 1.9), por serem mais pesadas ou de formatos incompatíveis para a reprodução.

<sup>6</sup> Entende-se que, mesmo se a atividade na qual o sujeito deve produzir um arquivo de áudio tem uma vídeo-aula ou vídeo para estímulo ou orientação para tal produção, pode haver uma diferença entre o corpo do professor visto no vídeo e o corpo do professor que olha, analisa e avalia a produção oral de um aluno na sala de aula presencial ou em atividades de web conferência com vídeo, por exemplo. São diferentes formas de olhar e interagir a que se faz referência.

produzido por si, parece suficientemente diferente de processos de aprendizagem estritamente presenciais para se pensar em particularidades específicas dos processos de aprendizagem a distância e que indiquem que não só as práticas de aprendizagem são outras como também a constituição e manutenção de memória para a LI. O sujeito é confrontado consigo mesmo, com seu corpo, com sua voz, pela gravação de áudio obrigatória no curso. Ele é obrigado a se ouvir como gravação de voz, como outra voz, como sua voz digitalizada, processada por uma máquina, mas, sempre, voz, arquivo de si, que pode ser tanto o registro outro, da máquina, como o registro Outro<sup>7</sup>, da incorporação da LI como material, espaço de memória, saber de língua(gem), a depender do processo de aprendizagem.

Nessas condições, a relação de afeto com a língua e com o outro pode ser diferentemente construída, se comparada com cursos estritamente presenciais. São, portanto, práticas de linguagem, corporalidade e de aprendizagem da LI que devem ser consideradas, teorizadas e analisadas conforme suas próprias determinações, e na relação com as tecnologias digitais e com o funcionamento das máquinas. Entende-se, portanto, que a mobilização teórico-analítica, tanto para a constituição dos *corpora* de pesquisa, quanto para a compreensão dos processos de aprendizagem, deve contemplar todos esses aspectos.

Neste contexto, é também instigante a particularidade de que, mesmo sendo a distância, o curso em questão dialoga imediatamente com modelos de cursos estritamente presenciais, pois a memória de representação<sup>8</sup> (HASHIGUTI, 2008) de aprendizagem de LI está construída a partir da história de ensino da língua no país, e que é majoritariamente presencial, mas que, enquanto acontece, desloca práticas e desconstrói certezas. Como pesquisar sobre esses deslocamentos, como compreender quais são os processos discursivos em jogo, como a modalidade do curso incide nesses processos, como a LI incide sobre o curso, como se constitui a memória para a LI, quais são *corpora* possíveis para essas questões de pesquisa são questões sobre as quais a pesquisa maior, de onde se origina o presente recorte, se ocupa.

---

<sup>7</sup> A relação *Outro* e *outro* é tratada, na Análise de Discurso, em um paralelo com conceitos da Psicanálise e diz respeito ao Outro como memória discursiva constitutiva do sujeito, que funciona ao nível inconsciente, e o outro, como presença, mesmo que imaginária, de um interlocutor, a quem se enuncia algo.

<sup>8</sup> Esse conceito se refere a memórias cristalizadas, representações imaginárias que são tomadas como verdades e que habitam o senso comum.



### 3. Memória e arquivo

Na reflexão sobre a constituição de *corpora* de pesquisa discursiva em processos de aprendizagem de LI, os conceitos de interdiscurso e arquivo são fundantes. Para Pêcheux (1982), que relaciona o arquivo a conjuntos de textos, a leitura de arquivos é um efeito de divisões sociais, e a possibilidade de interpretação (produção de leituras originais) dos textos de um arquivo e reprodução de sentidos depende de quem é quem no jogo social. Ao mesmo tempo, também para a própria constituição de um arquivo, já há injunção e determinação social na seleção dos itens. Leitura e arquivo são, portanto, geridos, se relacionam a políticas institucionais, e constituem memórias sociais. Já o conceito de interdiscurso se refere ao conjunto de “pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.” que constituem “o legível em relação ao legível” (PÊCHEUX, 1983, p. 52). Como explica o autor, para se ler um texto, é preciso “restabelecer os implícitos de que sua leitura necessita”, é preciso que algo já seja da ordem do legível. Pode-se compreender o interdiscurso, portanto, como a possibilidade histórica do sentido, aquilo que se aproxima um pouco do que é tratado por Foucault (1969, p. 145-150) como arquivo na relação com o enunciado. Para Foucault, o arquivo é aquilo que define, para o enunciado, seu sistema de enunciabilidade e funcionamento, sendo seu “sistema geral da formação e transformação”, um *a priori* histórico que dá conta, de certa forma, da dispersão de seus sentidos na história, definindo conjuntos de regras para práticas discursivas.

No caso de LEs aprendidas por sujeitos adultos, e no caso do curso focado, quando se propõe que a própria LE possa ser um arquivo, pensa-se que a LI é aprendida em situação formal, num curso de nível superior, que tem materiais e atividades didáticas específicas, num universo particular em acontecimento numa rede digital, em que a língua é institucionalmente gerida. Essa rede tem posições discursivas bem marcadas (professores, tutores, coordenadores, alunos) no constante exercício de poder e legitimação da língua aprendida. O sentido de arquivo, portanto, remete tanto à forma como a LI é praticada nesse espaço (em práticas institucionalizadas) quanto à sua inscrição na memória como sistema institucionalizado, determinado pela relação com a máquina e as redes e na relação com práticas de linguagem de um discurso eletrônico (PAVEAU, 2012).

Retomando a noção de discurso na relação entre estrutura linguística e acontecimento histórico (PÊCHEUX, 1983), em que para fazer sentido a língua como

estrutura precisa da história, também se entende que a LI, por ser estrangeira, vai se constituindo para o sujeito como estrutura que, primeiramente, pode se associar ao acontecimento na língua materna (ali, onde está o legível), pois é somente ao longo do processo de aprendizagem que ela começa a se constituir como legível em relação a si mesma. A construção da legibilidade da LI para a LI é um processo complexo e que varia de sujeito para sujeito. Num primeiro momento da aprendizagem, portanto, a LI como estrangeira pode ser uma estrutura cujos itens (sons, morfemas, palavras, frases) vão sendo arquivados como um bloco, arquivo mais ou menos lógico, cujos sentidos ressoam na memória discursiva da língua materna. Esse arquivo vai sendo constituído pelas práticas nas disciplinas do curso.

Quando se aborda a questão da oralidade nos processos de aprendizagem da LI, é possível visualizar a grande dificuldade que marca esse aspecto e como cada um vai experimentando a sonoridade da língua, construindo arquivos de sons e combinações que marcam sua própria relação com a língua e as relações de memória com a língua materna. Isto é, mesmo havendo práticas e atividades para o grupo, a forma como cada um vai construindo a LI para si e como cada um vai construindo sua sonoridade é já um arquivo individual, como pode ser compreendido a partir da análise dos arquivos de áudio individuais que vão sendo postados no curso, por exemplo.

Pronunciar novos sons, produzir sentenças com novas entonações, palavras e sintaxe são atividades que inibem vários dos alunos. E além das práticas de oralidade sugeridas nas disciplinas, outras podem acontecer a partir da autonomia e comprometimento com a língua que cada um tem e da relação com ferramentas e espaços digitais disponíveis na rede além do AVA. Para compreender como tudo isso tem acontecido no curso enfocado, e como a oralidade na LI tem se constituído, busca-se apreender aspectos da língua e do curso que têm particularizado essa constituição. A particularidade é a de que os *corpora* de pesquisa são constituídos em um espaço digital institucionalizado, de educação superior formal, que segue parâmetros de *design* e organização de instâncias superiores (MEC, UAB, a Universidade, o Centro de Educação a Distância da Universidade), e que, o que se enuncia nessa rede é, então, determinado institucionalmente, ao mesmo tempo em que, por algum espaço que é próprio do digital, entra-se em articulações e redes de sentido que seguem o fluxo e a ordem da *web* e das práticas de linguagem que têm se constituído a partir dela. Como coletar *corpora* de pesquisa que deem pistas sobre esse amplo funcionamento em rede e sobre as

especificidades de cada um dos sujeitos envolvidos, entretanto, é o grande desafio de pesquisa.

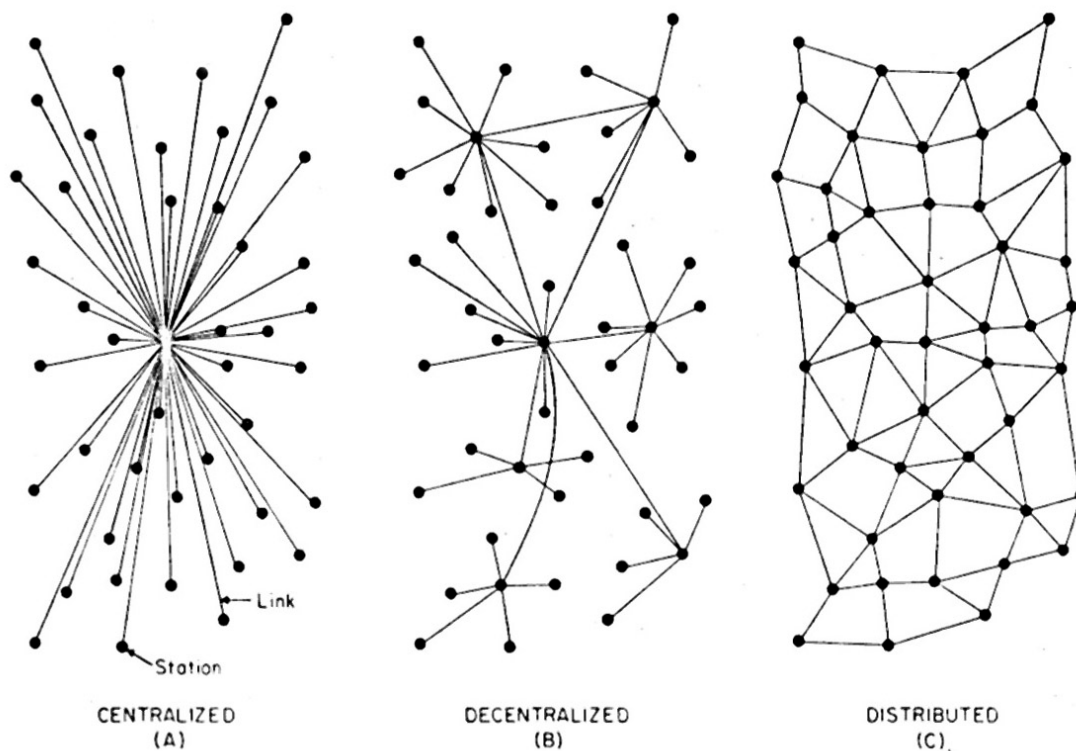
#### **4. Análise do *corpus* virtual da aprendizagem e da produção oral em LI: mapeamento**

No curso enfocado, para compreender como funcionam os processos de aprendizagem da LI, na relação com a modalidade do curso e com a especificidade de aprender essa língua e não outra, trabalha-se com dados variados, que são tanto arquivos de áudio, quanto relatos ou exercícios escritos em fóruns e questionários das disciplinas e avaliativos do curso, por exemplo. São itens de diferentes naturezas, e funcionam como um conjunto híbrido, pelos tipos de dados, a partir dos quais se tenta responder como o curso tem funcionado, como a memória da LI tem se constituído, o que são representações e o que são produções efetivas na língua, que talvez apontem para sentidos contrários aos das representações imaginárias.

Para explicar como uma primeira coleta de pesquisa foi feita com o foco na questão da oralidade e das práticas de oralidade em LI, com seus elementos híbridos constituindo um *corpus*, expõe-se, abaixo, os itens considerados significativos para analisar o todo e as particularidades dos processos de aprendizagem acontecendo no curso:

1. Questionário sócio-cultural e avaliativo sobre o curso (aplicado a alunos voluntários em 2012);
2. Postagens no fórum de discussões proposto em uma disciplina de produção oral em LI, ocorrida no 2º. Período do curso. Nesse fórum, os alunos foram solicitados a fazer uma avaliação do curso, expressando suas opiniões, sugestões e posicionamentos acerca dos pontos positivos e negativos, bem como acerca do que aprenderam e das dificuldades que encontraram.
3. Postagens nos fóruns de discussão em uma oficina virtual realizada em um evento acadêmico em formato digital sobre aprendizagem de LI e TICs, em 2014.
4. Produções orais dos alunos do curso, postadas nas atividades de diferentes disciplinas (2012 a 2014) (ainda em coleta).

Há dados, portanto, que geram gráficos, dados que são relatos escritos em português e em inglês, e que funcionam em encadeamento em um determinado fórum, e há produções orais, arquivos digitais de som, em língua inglesa. Essa variedade de dados se mostra como um conjunto para montagem, um conjunto híbrido de elementos que podem fazer visíveis, no processo de análise, quais práticas de aprendizagem de LI estão em funcionamento e como a própria LI tem sido significada no curso. Nesse sentido, o de constituição de *corpora* com elementos heterogêneos entre si, parece ser adequado retomar uma outra noção de memória, a de memória diagramática de Deleuze e Guattari (1995) para pensar que o curso, em sua forma de AVA, enquanto superfície de acontecimento, ao invés de ser um contínuo maciço de sentidos, tem pontos de sentido que vão emergindo em diferentes práticas (fóruns de discussão, envio de atividades escritas, de arquivos de áudio, comentários, avaliações etc.), e por diferentes sujeitos envolvidos no processo, e se conectando coesivamente para mostrar diferentes de processos de aprendizagem. São pontos em diagramas de memória que vão se combinando e rearticulando, como numa montagem. Também a forma de interpretação dos dados e a articulação dos diferentes tipos de dados para compor uma ou algumas regularidades em processo são montagens, que ora indicam uma visão mais ampla, ora indicam especificidades. De nosso ponto de vista, portanto, deve ocorrer uma movimentação entre teoria e a análise discursiva com a proposta deleuziana de estratos e combinações diagramáticas para que seja possível dar conta dos dados, das línguas em jogo, e para que os *corpora* de pesquisa se mantenham coesos e respondam às questões de pesquisa. Há, então, movimentos de emergência e repetição de sentidos, num processo também de ressonâncias discursivas e novos acontecimentos. Neste ponto da pesquisa, propõe-se, portanto, que um modelo de análise que talvez represente a forma de análise com reverberações entre os dados seria o de uma rede distribuída, como de Paul Baran:



Modelos de rede de Paul Baran. Fonte: <http://instituteformodern.co.uk/category/news>

Apesar de o conceito de rede distribuída se referir a redes de informação cujas topologias apresentam graus de distribuição maiores do que as redes centralizadas e descentralizadas, tendo como lei a redundância de informação para que ela sobreviva e não se apague em um sistema mesmo que parte dele seja destruída<sup>9</sup>, na presente proposta, ressignifica-se a questão da informação duplicada e reduplicada em um sistema para o sentido da ressonância discursiva, isto é, um mesmo sentido ressoa em diferentes pontos da pesquisa, mesmo que em diferentes formulações, funcionando como uma rede ou se constituindo como uma rede. Não é, pois, uma transmissão de uma mesma informação no *corpus* de um ponto a outro, mas o ressurgimento de um mesmo sentido em diferentes pontos e de diferentes formas.

## 5. Considerações finais

Nesta pesquisa, tem-se trabalhado com a noção de regularidades enunciativas e de ressonâncias discursivas para análise dos dados, e propõe-se que o diagrama de rede

<sup>9</sup> O estudo de sistemas de rede, desenvolvido por Paul Baran, na década de 60 do século XX, para a ONG Rand, tinha por objetivo discutir e desenvolver sistemas de comunicação que fossem menos vulneráveis a ataques de inimigos.

distribuída representaria a forma de análise em processo, sendo cada ponto de encontro no esquema exatamente um nó, que liga sentidos e que é um ponto de reverberação desse sentido na rede, e sendo também tanto o momento de sua emergência quanto de sua momentânea estabilização em um recorte. Cada diagrama pode representar um processo individual de aprendizagem ou um processo que acontece para o grupo. Neste momento da pesquisa, está se refletindo sobre como é possível teorizar adequadamente esse diagrama ou outra forma e a relação entre montagem e memória e *corpus* e processo discursivo.

A proposta foi a de discutir aspectos da constituição e análise de dados no curso de tipo EAD focado. Considera-se que a maneira como a questão do *corpus* híbrido na pesquisa de cunho discursivo tem sido abordada tem tornado possível compreender aspectos sobre a aprendizagem de LI e aspectos específicos, tais como a oralidade, enfocada neste trabalho, e também aspectos sobre o que possa ser uma cultura digital de aprender e construir saberes. Por esse motivo, entende-se que o estudo possa colaborar também, quando estiver em uma fase mais avançada, às reflexões sobre cultura digital, e que traga mais elementos para a compreensão mais pormenorizada dos processos de aprendizagem de LI como LE, no Brasil, hoje, e, sobretudo, sobre processos de significação em meio digital por TICs.

## Referências

BRITO, C. C. P.; HASHIGUTI, S. T. **Aspectos discursivos sobre/no ensino-aprendizagem de língua inglesa e na formação de professores em um curso EaD.** (no prelo)

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Vol. I.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

HASHIGUTI, S. T. **Corpo de Memória.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. Visibilidade e relações inter-pessoais nas salas de aula presencial e virtual. **Anais do Fórum Internacional Sobre Prática Docente Universitária.** Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Publicado em 12/01/2012.

\_\_\_\_\_. Subjetividade brasileira e aprendizagem de línguas estrangeiras: um estudo discursivo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

PAVEAU, M. A. **Réalité et discursivité**. D'autres dimensions pour la théorie du discours. Semen, 2012, pp. 95-115.

PÊCHEUX, M. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: EDUNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. [1982] Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (org.) [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66

\_\_\_\_\_. [1983]. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. [1969] Análise Automática do Discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. 4ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158.

WANDERLEY, C. Condições de produção no espaço digital: horizonte de pesquisa. In: HASHIGUTI, S. T. (org.). **Linguística Aplicada e Ensino de Línguas Estrangeiras: Práticas e Questões Sobre e Para a Formação Docente**. Curitiba: CRV, 2013, p. 125 e 136.

Artigo recebido em: 01.03.2015

Artigo aprovado em: 06.07.2015

# Uma proposta de vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos direcionada pelo *corpus*: da teoria à prática

A proposal of a Portuguese/English bilingual vocabulary for Business and Events Tourism directed by the corpus: from the theory to the practice

Danila Alves Carvalho\*

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de evidenciar as etapas de construção de um vocabulário bilíngue direcionado pelo corpus. Antes de demonstrar esta sequência de etapas metodológicas, abordam-se, ainda que rapidamente, as bases teóricas que orientam a produção desta obra terminológica: a Teoria Comunicativa da Terminologia (1995, 2006); a tipologia das obras lexicográficas e definição de campo de Barbosa (1990); os estudos de Krieger e Finatto (2004) sobre Terminologia; a tese de Fromm (2007) que trabalha a construção de vocabulários eletrônicos para aprendizes de tradução e os pressupostos teóricos da Linguística de Corpus, apresentados por Teixeira (2008). Depois da revisão teórica, as etapas metodológicas são descritas: a criação da árvore de domínio do turismo – esta elaborada a partir da realidade brasileira e de base motivacional; a Linguística de Corpus enquanto metodologia para a coleta e tratamento de dados via suíte WordSmith Tools, e a inserção de dados nas fichas terminológicas da plataforma Votec, que trabalha com a gestão terminológica online e também é fonte de inspiração deste trabalho (<http://www.pos.voteconline.com.br/>; FROMM, 2007), para a construção das definições. Este relato de pesquisa visa ajudar os iniciantes em projetos de Terminologia com foco em construção vocabulários, contribuindo com estudos científicos relacionados à área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vocabulário Bilíngue. Terminologia. Linguística de Corpus. Turismo de Negócios e Eventos.

**ABSTRACT:** This article aims to highlight the building steps of a bilingual vocabulary directed by the corpus. Before demonstrating this sequence of methodological steps, we discuss briefly the theoretical foundations that guide the production of this terminological work: the Communicative Theory of Terminology (1995, 2006); the typology of lexicographical works and field setting from Barbosa (1990); the studies from Krieger and Finatto (2004) about Terminology; the thesis from Fromm (2007) that works with the building of electronic vocabularies for translation learners and the theoretical assumptions of Corpus Linguistics from Teixeira (2008). After the theoretical review, the methodological steps are described: the creation of the concept map of the tourism field – this one related to the Brazilian reality and from motivational basis; the Corpus Linguistics as a methodology for collecting and processing data via WordSmith Tools, and the inclusion of data on the terminology records of VoTec platform (<http://www.pos.voteconline.com.br/>; FROMM, 2007) for the construction of the definitions. This research report aims to help beginners in terminology focused on vocabulary building, contributing to scientific studies related to the area.

**KEYWORDS:** Bilingual Vocabulary. Terminology. Corpus Linguistics. Business and Event Tourism.

---

\* Mestre em Linguística pelo PPGEL/UFU.



## 1. Introdução

Uma característica inerente ao Turismo como um todo é que o mesmo acontece porque há deslocamento de pessoas; estas pessoas são os turistas, que se movimentam de um lugar para o outro por diferentes razões, dentre elas, o trabalho. De acordo com dados do Portal Brasil (2013):

O turismo de negócios é um dos segmentos mais importantes e de maior vitalidade para a economia turística do país. Ocupa a primeira posição entre os que mais aumentaram seu faturamento em 2012: cresceu 23,3% em relação ao ano anterior, de acordo com a 9ª Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet), realizada pela Fundação Getúlio Vargas.

Na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, o Turismo de Negócios e Eventos é o principal tipo de turismo local. Em publicação virtual do Uberlândia Convention & Visitors Bureau (2015), temos: “Destaque no cenário nacional de negócios e turismo, Uberlândia oferece infraestrutura de recepção, hospedagem, alimentação, comunicação e apoio logístico para eventos, congressos, seminários e feiras.” Como habitante desta cidade, observamos um crescimento constante desta área não somente por Uberlândia ser um elo estratégico entre as diversas regiões do país, mas também por ser centro logístico do Brasil, que conta com grandes empresas atacadistas e multinacionais de diferentes setores.

Assim, o trânsito de pessoas de diferentes nacionalidades aumenta, e a demanda por um vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos se faz constante. Esta proposta de vocabulário tem o objetivo de ajudar estudantes e profissionais iniciantes dos cursos de Tradução e Turismo a conhecerem os termos da área do Turismo de Negócios e Eventos no português e também no inglês.

Para este trabalho, adotamos a nomenclatura *Turismo de Negócios e Eventos*, por acreditarmos que o evento é o principal aliado dos negócios. Além disso, é ferramenta fundamental para que as pessoas se encontrem, reúnam e realizem suas trocas de conhecimento, bens e serviços em reuniões, feiras, treinamentos, convenções, rodadas de negócio, etc.

Na primeira parte do artigo, apresentamos a base teórica que é necessária ser estudada para a produção de um vocabulário, como a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), o fazer terminográfico e os aspectos fundamentais da Linguística de *Corpus* (LC). Já, na segunda parte do artigo, tratamos da metodologia utilizada na

proposta de produção de um vocabulário bilíngue, como: a elaboração da árvore domínio, a compilação de dados do *corpus* de estudo e, em seguida, a análise do *corpus* de estudo e o processo de criação das definições via fichas terminológicas para se chegar ao formato que será exibido online na seguinte página da WEB – Vocabulário Técnico Online: <http://www.pos.voteonline.com.br> (FROMM, 2007).

## 2. Uma breve passagem por aspectos teóricos relevantes

Como parte das Ciências do Léxico, a Terminologia, grafada com T maiúsculo, é a área de estudos baseada em teorias e análises que abordam os termos a partir de um recorte científico. Já a terminologia, com t minúsculo, designa o próprio conjunto de termos de determinada especialidade. Tanto a área de conhecimento da Terminologia quanto as unidades terminológicas e suas funções devem ser ponderadas para a construção de vocabulários, uma vez que o recorte teórico do seu tratamento contribui para a feição do vocabulário especializado identificado e vice-versa.

Como bem explicam Krieger e Finatto (2004, p.22):

Essa dupla face, teórica e aplicada, que reúne tanto a descrição e a explicação dos termos, fraseologias e definição terminológica quanto o conjunto de diretrizes metodológicas para o tratamento desses objetos configura a identidade da disciplina denominada Terminologia.

Ainda de acordo com as autoras, além de ter como objeto de estudo os termos, a Terminologia também se ocupa das fraseologias e definições terminológicas, de modo que a conceituação e a utilização dos termos em textos também interessam.

A teoria terminológica na qual baseamos a proposta de criação deste vocabulário bilíngue é a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré e seus colaboradores do IULA - Espanha. A TCT defende a tridimensionalidade do termo ao caracterizá-lo como unidade linguística, cognitiva e comunicacional, o que amplia o olhar do terminólogo para a criação da própria definição terminológica para os vocabulários. Para Krieger e Finatto (2004, p.36): “A TCT, ao introduzir de modo sistemático uma visão linguística nos estudos terminológicos, tem impulsionado um maior conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do termo, objeto primeiro da Terminologia.”

Para Cabré (*apud* Almeida, 2006, p.86-87):

Um projeto terminológico vinculado teoricamente à TCT deve refletir na sua prática os seguintes pressupostos gerais: a) o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos. Eleger as unidades como objeto central significa reforçar uma perspectiva linguística e uma abordagem semasiológica; b) não há uma diferença a priori entre termo e palavra, o que há são signos linguísticos que podem realizar-se no discurso como termo ou palavra dependendo da situação comunicativa c) os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado; d) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, ou seja, nos discursos especializados; e) a variação conceitual e denominativa deve ser considerada; f) do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas: i) estão subordinadas a um contexto temático; ii) ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; iii) o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa.

Resumidamente, podemos dizer que a TCT tem o objetivo de entender que há variação linguística a partir de diversidades relacionadas ao uso, é caracterizada pela descrição e denominação, utiliza de um método de pesquisa que é semasiológico (partimos do nome (termo) para criar a definição do conceito) e considera a tridimensionalidade do termo (unidade linguística, cognitiva e comunicacional).

Assim contextualizada, a TCT guia o desenvolvimento desta proposta de vocabulário, pois também acreditamos na preponderância da descrição de usos reais dos termos e na variação do significado e da forma do termo, que comunica e significa tanto na área de especialidade em que está inserido quanto na língua enquanto sistema gramatical.

Mas afinal, o que é um vocabulário? Segundo a concepção de Barbosa (1990), o vocabulário pode ser compreendido também como conjuntos lexicais manifestados em uma área de especialidade e permite que escolhas sejam feitas dentro do sistema linguístico geral, ou seja, dentro de toda a língua. O vocabulário de uma especialidade terá como unidades de trabalho para um analista os termos, que apresentam significado restrito e frequências peculiares. As acepções de sentido de um dado termo, em diferentes situações de uso, integrarão um verbete de um dicionário ou levantamento de termos de uma determinada área de especialidade.

Para este trabalho, entendemos que os termos, seus sentidos e usos estão ligados a uma área de especialidade, o Turismo; mais pontualmente exploraremos o Turismo de Negócios e Eventos.

A concepção de vocabulários usufrui também do entendimento e uso criterioso da Terminografia que promove uma reflexão sobre a prática da criação de obras

terminológicas. Para Krieger (2004, p.332), a Terminografia é uma atividade prática, uma vez que oferece aporte teórico para “o estabelecimento de diretrizes metodológicas às aplicações terminológicas”. Também é possível, através dela, refletir sobre problemas relacionados à identificação e tratamento das terminologias (KRIEGER, 2004, p. 332).

Entendemos que a Terminografia é o processo que inclui desde a coleta e compilação de dados à seleção, estruturação e criação de definições para os termos da área de especialidade que se estuda a partir de princípios, critérios e objetivos pré-estabelecidos, que têm como resultado final uma descrição do uso do termo e sua definição. Ainda como parte do fazer terminográfico, a criação da definição, a partir de fontes confiáveis, e o preenchimento de fichas terminológicas são etapas fundamentais do processo que serão detalhadas em nossa descrição metodológica.

Outra compreensão teórica importante para a criação de vocabulários está relacionada ao entendimento da Linguística de *Corpus* (doravante LC) que estuda a língua e seus aspectos específicos a partir da probabilidade gerada pelo tratamento dos dados. Neste trabalho, usamos a LC, primeiramente, enquanto abordagem, pois as evidências linguísticas presentes no *corpus* é que guiam o desenvolvimento deste vocabulário e todo o processo foi realizado via procedimentos auxiliados pelo computador, outra característica importante dessa abordagem.

Como metodologia, a LC representa uma sequência de ações a serem seguidas criteriosamente, respaldadas por programas computacionais, que contribuem para a análise empírica da língua. Essas ações também podem guiar a construção de um vocabulário de especialidade.

Para Tagnin (2010, p. 358-359) há dois tipos de estudo possíveis de serem realizados a partir do *corpus*:

Estudo baseado em *corpus*: estudo em que o *corpus* é usado (a) para comprovar (ou não) uma hipótese ou (b) para extrair exemplos.

Estudo direcionado pelo *corpus*: estudo que se desenvolve conforme dados apresentados pelo *corpus*, sem pressuposições teóricas.

Neste estudo específico, toda a coleta, conhecimento da área, seleção e tratamento dos termos não visa validar uma hipótese já pronta e definida, mas pelo contrário, o *corpus* construído é que permite com que a área trabalhada seja aos poucos descoberta.

A Linguística de *Corpus* é de extrema importância para criação de vocabulários, uma vez que contribui para a coleta eletrônica específica de textos reais, de onde partirão posteriores análises. Segundo Bevilacqua (2013, p.17),

a Linguística de *Corpus*, além de estabelecer os princípios e critérios para a compilação de *corpora* (...) também oferece recursos e ferramentas que auxiliam nas diferentes etapas metodológicas terminográficas: desde a própria compilação de *corpora*, passando pela identificação de candidatos a termos e fraseologias e chegando à identificação de elementos que permitem a elaboração de uma definição.

Até este ponto entendemos, então, a importância da Terminologia, da Terminografia e da Linguística de *Corpus* na criação de obras terminográficas. É preciso haver um dado ponto de vista, teórico e metodológico, para embasar o reconhecimento e o trabalho de levantamento de usos terminológicos em um âmbito especializado, valendo isso também para o Turismo de Negócios e Eventos.

Para finalizar esta passagem pelas bases teóricas que fundamentam a proposta de um modelo de vocabulário bilíngue para o Turismo de Negócios e Eventos, vale revisar a tese de doutorado de Fromm (2007). Nela, o autor criou o VoTec, um ambiente de gestão terminológica que visa auxiliar os aprendizes de tradução na minuciosa tarefa de traduzir e onde explicou o passo a passo da construção da plataforma, que está disponível na internet (<http://www.pos.voteconline.com.br/>) e oferece vocabulários bilíngues nas áreas de Computação e Linguística.

O que marca e diferencia o VoTec em relação a outros recursos criados no cenário brasileiro é a variação de possibilidades de consulta dos termos propostos. Os modos de consulta, por exemplo, podem ser normal (leiaute de uma obra impressa) ou descritivo (o termo é descrito em detalhes em linhas sequenciais); enquanto os tipos de consulta da microestrutura do termo podem ser: Total (apresenta todos os campos disponíveis no banco de dados para o entendimento do termo), Tradutor (apresenta os campos mais relevantes para o entendimento do termo e que foram apontados pelos tradutores pesquisados,) e Modular (apresenta os campos escolhidos pelo consulente para o entendimento do termo).

A nossa proposta de vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos – identificada pelo nome VocTur, é direcionada pelo *corpus* e baseada nos passos sugeridos pelo VoTec. Esses passos passam pela construção da árvore

de domínio, coleta e tratamento de dados pela *suíte WordSmith Tools*, além da utilização das fichas terminológicas do VoTec para a criação das definições.

### 3. Metodologia - Etapas terminológico-terminográficas para a construção de vocabulários bilíngues

#### 3.1 A Árvore de Domínio

Para chegarmos ao conhecimento de um campo a ser explorado e entendermos em que pontos ou categorias os termos desse campo podem ser classificados, a criação da *Árvore de Domínio/Conhecimento* (ou ainda *ontologia*<sup>1</sup>) é fundamental. Nas palavras de Krieger e Finatto (2004, p.134) “Uma árvore de domínio é um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma.”

Como não há uma árvore de domínio oficial do turismo, então foi necessário criá-la a partir de leituras e buscas por tipologias relacionadas ao Turismo no Brasil. Para tanto, realizamos pesquisas online que foram fundamentais para explorar as tipologias existentes de Turismo, além de pesquisas avançadas de artigos, dissertações e teses; a exploração de web sites diversos (empresas, organizações e governo) ajudou a ampliar as possibilidades de segmentação do Turismo no Brasil.

Para a realização deste trabalho, optamos pela **motivação da viagem** do turista (ou dos turistas) como base para o desenvolvimento da *Árvore de Domínio*.

Organizar as tipologias dentro de uma *Árvore de Domínio* não significa dizer que estas áreas não se relacionam; as tipologias do Turismo interagem entre si de maneira tal que um tipo de turismo pode e terá características de outras tipologias da área. Abaixo (Figura 1) apresentamos a *Árvore de Domínio* do Turismo de base motivacional:

---

<sup>1</sup> Há uma distinção, em Processamento de Linguagem Natural, sobre Ontologias, mapas conceituais e árvores de domínio. Para maiores detalhes, ver, por exemplo, uma publicação específica sobre Ontologias e redes semânticas em *corpora* de Ciências de Saúde da *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* em <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/issue/view/65>

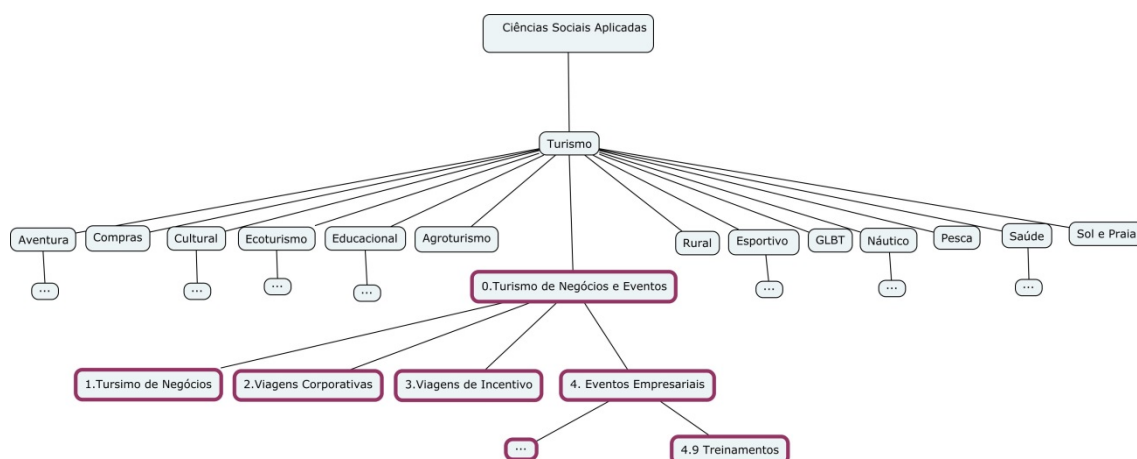


Figura 1 – Árvore de Domínio do Turismo de base motivacional.

Fonte: Elaboração própria. Autora: Danila Alves Carvalho

### 3.2 Compilação do *Corpus* de Estudo

A compilação do *corpus* de qualquer trabalho terminológico é um processo que deve ser sistematizado e criterioso.

Como bem apontado por Oliveira e Muller (2013, p.54)

Para fins terminológicos, o primeiro critério a ser seguido para a construção dos *corpora* de especialidade é garantir que os textos sejam completos, para que não se perca toda a riqueza de termos e de conhecimentos inerentes ao seu conteúdo.

Para a construção deste vocabulário bilíngue compilamos *corpora* comparáveis (pois os textos são similares em duas línguas) em português e inglês, a partir de sites de agências de turismo, sites diversos que tratam do tema e também sites governamentais, além de artigos, teses e dissertações que tratam do Turismo de Negócios e Eventos.

Esta compilação do *corpus* em português obedeceu à seguinte sequência:

- Busca online a partir das subáreas ligadas ao Turismo de Negócios e Eventos.
- Verificação de cada link exibido na página para compor o *corpus* em construção.
- Se no *link* encontramos informações importantes (que tratavam especificamente da área como números e descrição do setor, guias, etc.) para compor o *corpus*, copiamos o arquivo na ferramenta Bloco de Notas (formato txt.) e o salvamos com a codificação *Unicode* (melhor leitura pelo programa *WordSmith Tools*) na pasta à qual pertence.

Para a busca de material que compôs o *corpus* de caráter acadêmico, foi realizada uma pesquisa mais avançada a partir do próprio Google. Então, após escolhido o termo da Árvore que ajudará na busca por dados que vão compor o *corpus*, à direita podemos

selecionar a opção Pesquisa avançada como mostra a Figura 2:

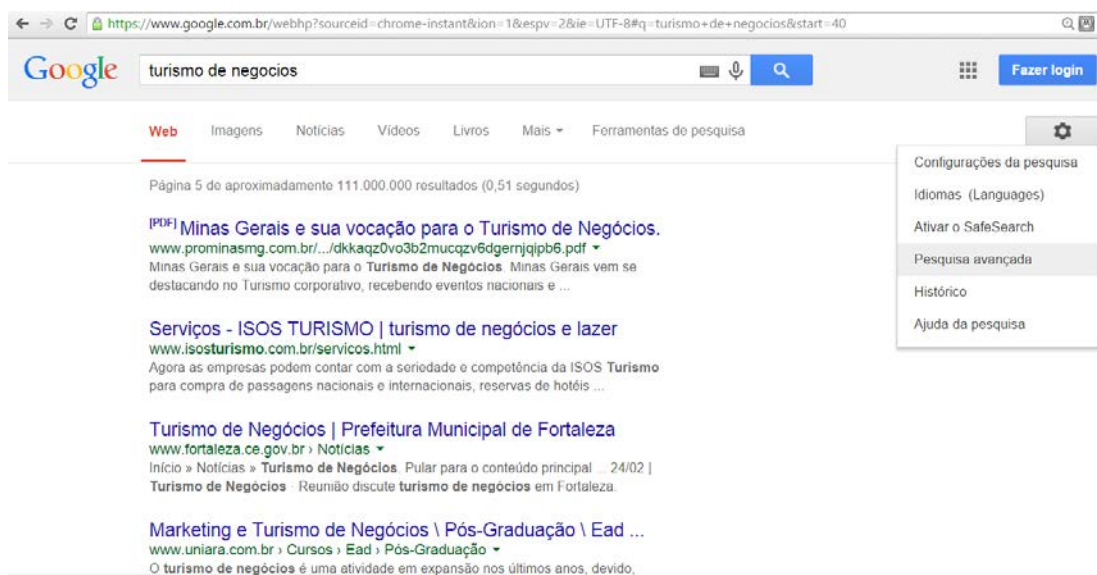


Figura 2 – Primeiro passo para uma pesquisa avançada no Google.com.br

Fonte: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=turismo+de+negocios&start=40> Acesso em: 02 Feb 2015

Depois de acessarmos a página, outros campos devem ser preenchidos (“esta expressão ou frase exata”; idioma; região e tipo de arquivo – pdf), como mostra a Figura 3:

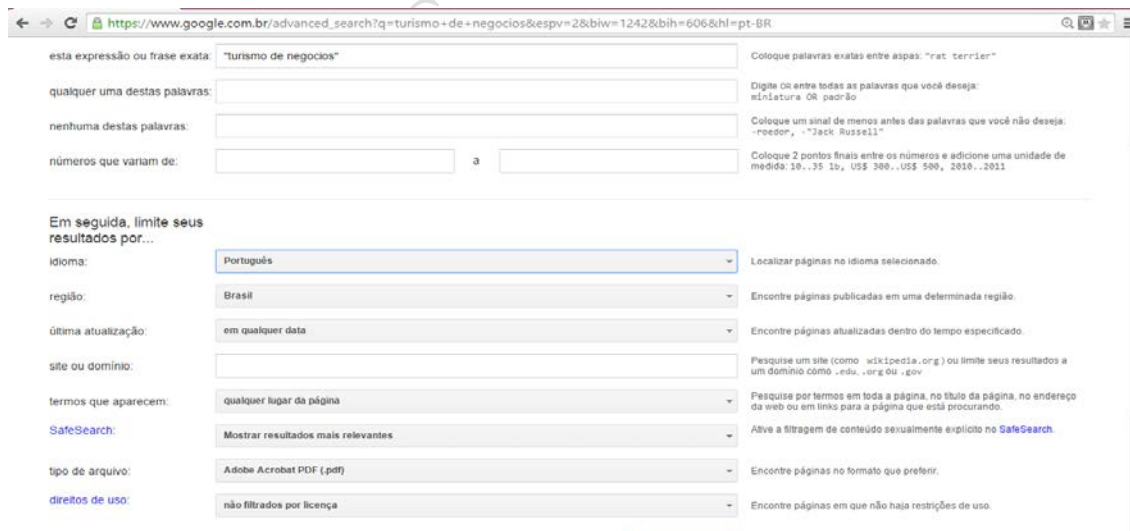


Figura 3 – Outros campos a serem preenchidos para a busca avançada

Fonte: [https://www.google.com.br/advanced\\_search?q=turismo+de+negocios&espv=2&biw=1242&bih=606&hl=pt-BR](https://www.google.com.br/advanced_search?q=turismo+de+negocios&espv=2&biw=1242&bih=606&hl=pt-BR) Acesso em: 02 Feb 2015

Para a coleta e formação do *corpus* em inglês os mesmos procedimentos foram realizados.



### 3.3 A Organização do *Corpus* de Estudo

BERBER SARDINHA (2004, p.72) propõe que:

Uma vez que os textos tenham sido coletados e limpos, a tarefa seguinte é a organização dos arquivos em uma estrutura coerente. Não há regras gerais para isso. Alguns corpora vêm organizados em pastas simples, outros em pastas hierarquizadas (subpastas), outros em textos salvos em arquivos separados, outros em arquivos que contêm mais de um texto.

Realizamos a organização dos *corpora*, primeiramente, a partir de uma divisão simples em pastas: *Corpus* Inglês e *Corpus* Português (Figura 4):

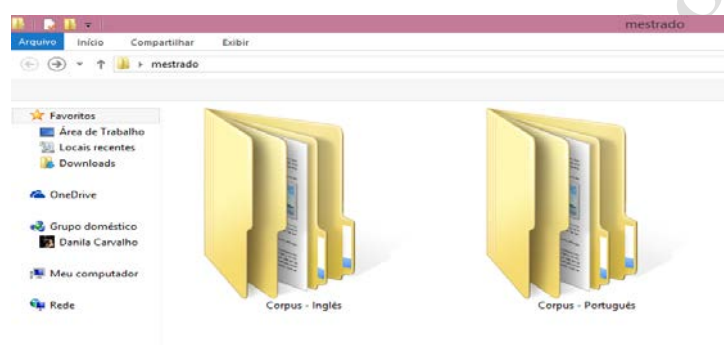


Figura 4– Organização dos *corpora* Turismo de Negócios e Eventos  
Fonte: Elaboração própria.

Cada uma destas pastas possui subpastas que estão relacionadas às subáreas do Turismo de Negócios e Eventos. Cada subárea apresenta outras duas subpastas: Acadêmico e *Sites* Diversos (Figura 5):

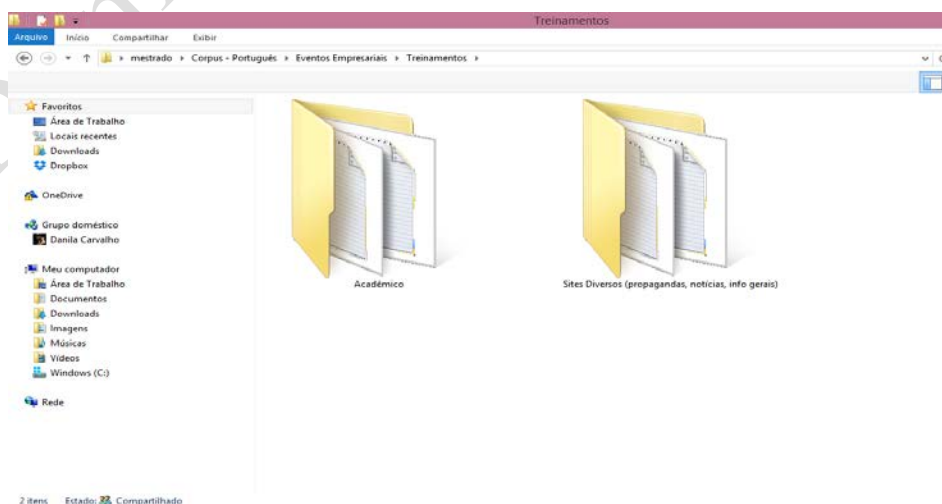


Figura 5 – Organização dos *corpora* dentro da subárea “Treinamentos”  
Fonte: Elaboração própria.

Salvamos os arquivos nas pastas às quais pertencem de acordo com os nomes dos títulos principais, os registros de fonte e as datas, que foram colocados entre colchetes (<>).

Os muitos *links* ativados para a observação e composição dos *corpora* renderam os seguintes valores numéricos: 409 textos coletados em português e 441 textos coletados em inglês (que possuía mais textos acadêmicos de algumas subáreas e por isso a diferença em relação à tentativa de balanceamento quando comparado ao português), num total de 850 textos.

### 3.4 A Análise do *Corpus* de Estudo: Ferramentas utilizadas

Após a compilação do *corpus*, os dados são tratados quantitativamente e qualitativamente. Para iniciar o tratamento quantitativo dos dados, utilizamos a suíte *Wordsmith Tools* (SCOTT, 2011). As ferramentas do *Wordsmith Tools* contribuíram para este trabalho via metodologia da Linguística de *Corpus*, visto que esse programa, em sua arquitetura e recursos, possibilita que sejam seguidos os passos metodológicos básicos da LC. Seus principais recursos estão a seguir descritos.

#### 3.4.1 *Wordlist*

O recurso *Wordlist do Wordsmith Tools* cria uma listagem geral de palavras de um *corpus*, de um texto ou de vários textos e informa o seu número de repetições. Esse é nosso primeiro contato com dados numéricos mais precisos do *corpus*. Para Viana (2010, p. 47):

Uma lista de frequência pode representar o primeiro contato do pesquisador com o seu *corpus* de estudo, já que ela permite a visualização das palavras mais e menos recorrentes. Esse procedimento revela inúmeros aspectos sobre o material incluído no *corpus* e igualmente gera hipóteses investigativas, que precisarão ser complementadas com análises mais detalhadas.

Para este trabalho, nosso *corpus* total apresenta número total de 1.586.426 *tokens*<sup>2</sup> nas duas línguas (português e inglês); sendo 711.703 *tokens* na língua portuguesa (base para levantamento dos candidatos a termo) e 874. 723 *tokens* língua inglesa.

---

<sup>2</sup> *Tokens*: palavras corridas dos textos.

### 3.4.2 Keywords

O recurso *Keywords* permite reconhecer as palavras-chave de um texto/*corpus*, sendo essas palavras específicas de um dado conjunto. Ao buscarem-se palavras ou expressões típicas ou específicas de um dado *corpus*, abre-se, em tese, um boa via para a identificação de que itens que são candidatos a termos. A especificidade é de sua ocorrência em um dados *corpus* – o *corpus* de estudos - comparativamente a outros conjuntos tomados como *corpora* de referência. No nosso caso, foram tomadas, como comparação de referência, as listas de palavras do COCA<sup>3</sup> (Inglês) e do Banco do Português<sup>4</sup> (Português).

Assim, em síntese, como ilustra a Figura 6 a seguir: “O extrator de palavras-chave permite o levantamento de índices linguísticos que caracterizam um *corpus* de estudo quando esse é comparado a outro de referência”. (VIANA, 2010, p.61). Como se pode observar, na busca por prováveis termos em meio a essas *Keywords*, itens gramaticais específicos ou verbos são desprezados, utilizando-se o recurso de filtragem denominado *Stopwords*.



N	Key word	Freq.	%	Texts	RC. Freq.	RC. %	Keyness	P	Lemmas	Set
1	TREINAMENTO	1.501	0,34	66	36.52		9.483, 0,000			
2	VIAGENS	1.236	0,28	87	16.19		9.279, 0,000			
3	INCENTIVO	860	0,19	51	17.69		5.710, 0,000			
4	EMPRESA	1.663	0,37	177	241.3	0,03	4.880, 0,000			
5	TURISMO	852	0,19	51	33.95		4.571, 0,000			
6	EVENTOS	854	0,19	161	43.65		4.173, 0,000			
7	EMPRESARIAL	651	0,15	117	15.86		4.110, 0,000			
8	EVENO	898	0,20	159	56.56		4.030, 0,000			
9	NEGÓCIOS	789	0,18	163	42.08		3.791, 0,000			
10	FEIRAS	544	0,12	52	13.42		3.421, 0,000			
11	VIAGEM	694	0,16	82	39.99		3.232, 0,000			
12	CORPORATIVAS	329	0,07	48	1.252		3.223, 0,000			
13	EMPRESAS	1.168	0,26	176	238.9	0,03	2.715, 0,000			
14	APRENDIZAGEM	481	0,11	21	34.57		2.037, 0,000			
15	TREINAMENTOS	277	0,06	44	4.225		1.998, 0,000			
16	INFRA-ESTRUTURA	126	0,03	18	0		1.853, 0,000			
17	CLIENTES	452	0,10	119	38.02		1.780, 0,000			
18	MARKETING	402	0,09	59	26.97		1.755, 0,000			
19	ORGANIZAÇÃO	702	0,16	110	131.7	0,02	1.737, 0,000			
20	COLABORADORES	308	0,07	56	11.88		1.671, 0,000			
21	EMPRESARIAIS	277	0,06	115	8.182		1.645, 0,000			
22	CONVENÇÕES	249	0,06	50	5.946		1.581, 0,000			
23	FEIRA	683	0,15	53	142.7	0,02	1.562, 0,000			
24	PODE-SE	105	0,02	23	0		1.544, 0,000			
25	EXPOSITORES	203	0,05	28	2.725		1.514, 0,000			
26	ATIVIDADES	666	0,15	86	140.5	0,02	1.512, 0,000			
27	PARTICIPANTES	411	0,09	121	42.90		1.453, 0,000			

Figura 6 - Exemplo de tela do *Keywords* do Corpus Turismo de Negócios

Fonte: *WordSmith Tools*

<sup>3</sup> COCA: *Corpus of Contemporary American English*; o maior *corpus* monitor (sofre atualizações) do inglês, criado por Mark Davis.

<sup>4</sup> Banco do Português: *corpus* monitor (sofre atualizações) do português do Brasil, criado por Tony Berber Sardinha.

Então, após eleitos os melhores candidatos a termo nas duas línguas (português e inglês) a partir do *Keywords*, partimos para a análise das linhas de concordância. Essas *concordâncias*, geradas pelo recurso *Concord*, são as listagens de contextos de cada item - que nos ajudam na identificação de segmentos úteis para a criação da definição terminológica.

### 3.4.3 Concord

Depois de escolhidos, os candidatos a termos são definidos a partir das informações potencialmente explicativas ou definitórias depreendidas das linhas de concordância (Figura 7) disponibilizadas no *Concord*. Assim, diferentes frases com predicções sobre um dado item/termo auxiliam para a composição da porção definitiva da microestrutura do verbete do dicionário. Lembramos que, conforme Biderman (2006), “As concordâncias de texto permitiriam identificar os significados (conceitos) e os usos dos vocábulos selecionados para a nomenclatura do dicionário, que é a espinha dorsal do dicionário”.

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Sen	Parz	Parz	Hea	Sec	Sec	File	Date	%
27	Corporativos: Netas <b>Adventure</b> (Treinamento corporativo) Treinamento	117	3	28	0	72	0	72	0	72	0	Treinamentos	??	64%
28	conceitos que podem nos <b>ajudar</b> • <b>Treinamento</b> - é o processo intencional	125	8	25	0	13	0	13	0	13	0	O que é trein	??	14%
29	exclusivo em Brotas, a PS <b>Alaya</b> <b>Treinamento</b> Empresarial também	930	29	37	0	92	0	92	0	92	0	Treinamento	??	91%
30	chamados, por usuário, que fez <b>algum</b> <b>treinamento</b> 1,01 0,91 -11% 4-Número	30.79	1.4	58	0	43	0	43	0	43	0	CONTRIBUIÇ	??	43%
31	e outros custos relacionados <b>ao</b> <b>treinamento</b> , garantiu um rápido	1.857	12	70	0	3%	0	3%	0	3%	0	CONTRIBUIÇ	??	3%
32	os diversos aspectos relacionados <b>ao</b> <b>treinamento</b> , como local, alimentação,	1.254	49	78	0	74	0	74	0	74	0	Como desen	??	73%
33	processos de negócio relacionados <b>ao</b> <b>treinamento</b> . É importante conhecer os	43.051	2.1	10	0	60	0	60	0	60	0	CONTRIBUIÇ	??	61%
34	não só os diretamente relacionados <b>ao</b> <b>treinamento</b> em si, para que não	2.255	13	74	0	3%	0	3%	0	3%	0	CONTRIBUIÇ	??	4%
35	conceitos de educação a distancia <b>ao</b> <b>treinamento</b> : Um estudo de caso em	10.56	46	53	0	94	0	94	0	94	0	IMPORTANC	??	95%
36	ou diretamente relacionados <b>ao</b> <b>treinamento</b> e, portanto, a	70.04	3.4	85	0	98	0	98	0	98	0	CONTRIBUIÇ	??	98%
37	o grau de importância que você dá <b>ao</b> <b>treinamento</b> no que diz respeito à	11.151	51	64	0	99	0	99	0	99	0	IMPORTANC	??	99%
38	o grau de importância que você dá <b>ao</b> <b>treinamento</b> no que diz respeito à	10.881	50	64	0	96	0	96	0	96	0	IMPORTANC	??	97%
39	de empreendimento voltado <b>ao</b> <b>treinamento</b> e à capacitação de	258	6	64	0	16	0	16	0	16	0	TREINAMEN	??	16%
40	que os colaboradores dar <b>ao</b> <b>treinamento</b> organizacional.	1.727	11	94	0	15	0	15	0	15	0	IMPORTANC	??	19%
41	do cargo. Isso se aplica tanto <b>ao</b> <b>treinamento</b> inicial de um colaborador	1.830	11	37	0	16	0	16	0	16	0	IMPORTANC	??	20%
42	esforço terá sido em vão. O acesso <b>ao</b> <b>treinamento</b> deve ser confiável, não	20.49	1.1	23	0	29	0	29	0	29	0	CONTRIBUIÇ	??	29%
43	que os colaboradores deram <b>ao</b> <b>treinamento</b> . 46 Gráfico 07 - Grau de	8.633	34	10	0	77	0	77	0	77	0	IMPORTANC	??	79%
44	para quebrar a resistência <b>ao</b> <b>treinamento</b> on-line. Se o material de	62.87	3.1	97	0	88	0	88	0	88	0	CONTRIBUIÇ	??	88%
45	seja aprovado, ele pode dar início <b>ao</b> <b>treinamento</b> on-line, para depois fazer	62.011	3.1	54	0	87	0	87	0	87	0	CONTRIBUIÇ	??	87%
46	quebradas e deu-se um novo fôlego <b>ao</b> <b>treinamento</b> que utiliza recursos	18.691	94	85	0	26	0	26	0	26	0	CONTRIBUIÇ	??	26%
47	O usual é estarem habituadas <b>ao</b> <b>treinamento</b> presencial, com um	37.481	1.1	36	0	53	0	53	0	53	0	CONTRIBUIÇ	??	51%
48	e respectivos planos de <b>aplicação</b> . <b>Treinamento</b> Vivencial com refeição	636	20	5%	0	63	0	63	0	63	0	Treinamento	??	62%
49	trabalho, verificar quais <b>aplicam</b> <b>treinamento</b> com seus colaboradores,	736	22	30	0	34	0	34	0	34	0	A IMPORTAN	??	33%
50	os custos estimados para a <b>quisição</b> , <b>treinamento</b> , implementação (quando	49.90	2.4	23	0	70	0	70	0	70	0	CONTRIBUIÇ	??	70%
51	. 1. Breve Relato da <b>Atividade</b> <b>TREINAMENTO</b> EMPRESARIAL	491	17	58	0	30	0	30	0	30	0	TREINAMEN	??	30%
52	Vivencial com atividades de <b>aventura</b> <b>treinamento</b> vivencial com atividades	148	5	20	0	15	0	15	0	15	0	Treinamento	??	15%
53	, agrônomos, advogados, etc.) b) <b>Treinamento</b> dos atendentes Após a	5.290	19	65	0	67	0	67	0	67	0	F undaçã	??	60%

Figura 7 - Exemplo de tela do *Concord* a partir do candidato a termo treinamento

Fonte: *WordSmith Tools*

A linha de concordância selecionada leva o pesquisador a uma análise mais

detalhada do contexto (Figura 8), o que vai além do cotexto <sup>5</sup> da informação:

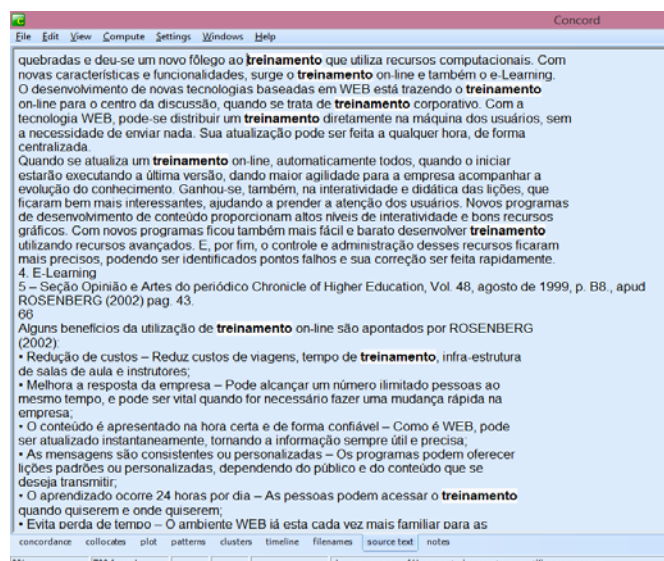


Figura 8 - Exemplo de tela de tela do *Concord* – Análise de linhas de concordância do candidato a termo “treinamento”

Fonte: *WordSmith Tools*

### 3.5 A Ficha Terminológica e a Criação de definições

Para chegarmos à definição final de um verbete, as fichas terminológicas são necessárias; são elas que organizam a informação coletada e como ela será trabalhada para a composição da definição de um verbete.

Duas etapas do processo terminográfico serão aqui discutidas: a definição e a ficha terminológica. Para Krieger e Finatto (2004, p. 92)

Há vários tipos de enunciados definitórios. A definição terminológica (doravante DT) é reconhecida como aquela que mais se ocupa de termos técnico-científicos. A definição lexicográfica, por sua vez, é conhecida como aquela que mais se ocupa das palavras. A definição lógica, de um outro modo, estabelece um valor proposicional de verdade, enquanto as definições explicativas ou enciclopédicas contêm informações variadas sobre um dado objeto da realidade.

Por tratar-se de um vocabulário especializado, a definição utilizada neste trabalho é a DT. Esta definição, para melhor atender o usuário, deve ser construída com base em duas características fundamentais: o gênero próximo e a diferença específica. Ainda para

<sup>5</sup>LINGUÍSTICA: conjunto de sequências linguísticas que precedem ou que se seguem a uma palavra ou um enunciado na linearidade textual. Fonte: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cotexto?homografia=0> Acesso em: 20 Maio 2015.

Krieger e Finatto (2004, p. 93)

Gênero próximo é a porção da definição que expressa a categoria ou classe geral a que pertence o ente definido. A diferença específica é a indicação da (s) particularidade (s) que distingue (em) esse ente em relação a outros da mesma classe.

Assim, partimos da ideia de hiperônimo (mais abrangente) para o hipônimo (mais específico) para criar a definição do termo. Então, a GPDE (Gênero Próximo Definição Específica), também chamada de definição aristotélica (ou clássica), é proposta pelo VoTec; como o VocTur é um trabalho que foi criado dentro da ferramenta VoTec, a definição aristotélica é a que está presente neste trabalho.

As Figuras 9, 10 e 11 ilustram partes das fichas terminológicas dispostas no Votec – Vocabulário Técnico Online (FROMM, 2007) e como é realizado o registro de dados para a posterior criação de definições. A Figura 9 mostra o cadastro dos dados de um conceito, exemplos e fonte, além da data de coleta:

Vocabulário Técnico Online Tela Cheia | English

### Cadastro de Contextos para Treinamento

[Voltar ao Painel](#) [Próximo Passo](#)

**Novo Contexto**

**Passo 2**

Dados do Contexto

Exemplo\*:

Conceito\*:

Fonte:  [Cadastrar Nova](#)

Data de Coleta\*:  (dia/mês/ano ex.: 18/03/2007)

**Contextos Cadastrados**

Exemplo	Conceito	Fonte	Ações
---------	----------	-------	-------

Figura 9 – Tela Cadastro de Contextos

Fonte: <http://www.pos.voteconline.com.br/>. Acesso restrito.

Após registrarmos os contextos, os dados que devem compor a microestrutura do verbete para posterior criação de uma definição são explorados. Preenchemos campos relacionados aos traços distintivos, semântica, termo equivalente, termos remissivos e informações enciclopédicas, como mostra a Figura 10:

Exemplo	Conceito	Fonte
1 o treinamento é visto como uma forma de treinar e adaptar o colaborador na função que exerce dentro da organização, não apenas em sua admissão, mas também no decorrer de sua função	forma de treinar e adaptar o colaborador na função que exerce dentro da organização	PDF 08/12/-1
2 o treinamento é uma maneira eficaz de delegar valor às pessoas, à organização e aos clientes	maneira eficaz de delegar valor às pessoas, à organização e aos clientes	PDF 08/12/-1
3 A função do treinamento é desenvolver o potencial de cada empregado para que eles	tem a função de desenvolver o potencial de cada empregado para que eles tenham	PDF 08/12/-1

Figura 10 – Tela que apresenta as abas que serão exploradas para a criação dos conceitos

Fonte: <http://www.pos.voteonline.com.br/>

Após o preenchimento dos paradigmas que formam a definição da microestrutura do verbete, conceito final e definição são criados pelo autor. Vejamos a Figura 11:

Conceito Final: Ferramenta que treina, desenvolve e melhora o trabalho do colaborador para que ele desenvolva suas habilidades e competências dentro da organização.

Definição: Ferramenta que desenvolve e melhora o trabalho do colaborador para que ele desenvolva suas habilidades e competências dentro da organização.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	forma	treinar	colaborado...	função					organizaçã...
2		maneira	pessoas	função	delegar	valor			organizaçã...
3		desenvolve...	empregago	função .....		habilidade...	suprir	trabalho	

Figura 11 – Tela que apresenta as abas que serão exploradas para a criação dos conceitos – destaque para a tela de Conceito Final e Definição

Fonte: <http://www.pos.voteonline.com.br/>

Esta definição deve ser concisa. Todas as informações necessárias para a construção do conceito final são inseridos em uma oração que define o conceito.

#### 4. Resultados

Abaixo (Figura 12) observamos a tela de um verbete já pronto e a maneira que ele é visualizado no VoTec. Esta disposição da informação permite que os consulentes (neste caso estudantes dos cursos de Tradução e Turismo) possam explorar os termos que buscam de várias maneiras.

Observamos que o tipo de exibição selecionado é o Normal e o tipo de consulta selecionada é a Total, onde visualizamos todos os campos disponíveis no banco de dados para que compreendamos o texto.

The screenshot shows the VoTec online dictionary interface. At the top, there are navigation links for 'Tela Cheta', 'English', and 'Ajuda'. Below that, there are dropdown menus for 'Turismo', 'Turismo de Negócios e Eventos', 'Eventos Empresariais', and 'Treinamentos'. A search bar contains the word 'Treinamento' and a 'Buscar' button. On the left side, there are two main sections: 'Tipos de Exibição' (Normal, Descritiva) and 'Tipos de Consulta' (Total, Tradutor, Modular). Below these are 'Consultas Externas' (Corpus NILC, Google, Answers.com, Wikipedia, CORTEC). The main content area displays the definition for 'Treinamento' in Portuguese, followed by an English section with the word 'Training' and its definition. The Portuguese definition includes information about its frequency (5) and occurrences (1523). The English definition includes information about its frequency (45) and occurrences (1222). Both definitions mention 'Wikipedia' as a source.

Figura 12 – Tela que apresenta o termo treinamento com o tipo de exibição Normal e Tipo de Consulta Total

Fonte: <http://www.pos.voteconline.com.br/>

#### 5. Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de expor os passos que foram fundamentais rumo à proposta de construção de um vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos, ao esclarecer, primeiramente sobre a importância das reflexões teóricas relacionadas à Terminologia, Terminografia e Linguística de *Corpus*. Posteriormente, caracterizamos as etapas metodológicas para a criação do vocabulário: a criação da árvore de domínio como forma de compreensão abrangente da área a ser trabalhada e estrutura que organiza a informação coletada (os termos dentro das áreas); coleta e tratamento dos dados com base na abordagem e metodologia da Linguística de *Corpus*, além do preenchimento das fichas terminológicas utilizadas para a criação de definições, fichas estas disponibilizadas pela plataforma Votec.

Alertamos, entretanto, que o processo de coleta e de identificação dos dados realmente úteis para o nosso usuário do VocTur não é tão simples. Já no primeiro passo, o da elaboração da Árvore de Domínio, observamos dificuldades na sua construção, pois



trata-se de uma estrutura conceitual complexa e para a qual convergem elementos de outras subáreas do Turismo. Outro aspecto importante é a coleta criteriosa dos textos que compõem os *corpora* Turismo de Negócios e Eventos, pois há chamadas para o tema, mas muitos dos textos, quando acessados, não apresentam informações relevantes ou significativas para a composição dos dados da coleta.

O trabalho apontou o caminho percorrido rumo à busca por informações que objetivam compor uma proposta de vocabulário bilíngue português/inglês para o Turismo de Negócios e Eventos direcionada pelo *corpus*. A clareza desta trajetória e as bases teóricas sugeridas como fundamentais possibilitam que esta sequência seja, inclusive, utilizada como um guia para a produção de outros trabalhos terminológicos. Também enfatizamos a importância das descobertas e do aprendizado adquirido quando um trabalho é guiado pelo *corpus*, visto que essa orientação nos mostra caminhos e também nos surpreende ao revelar termos, números e dados. Outro ponto positivo do relato de pesquisa posto neste artigo está no fato de reconhecer que há contribuição científica que se converte em benefício social compartilhado à medida que outras pessoas possam beneficiar-se deste percurso, replicando escolhas e procedimentos que adotamos.

## Referências

ALMEIDA, G. M. B. **A teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática**. Alfa, São Paulo, v.50, n.2, p.85-101, 2006.

BARBOSA, M. A.. **Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campo de atuação**. Disponível em [http://www.ufrgs.br/riterm/por/txt\\_simposios\\_anteriores\\_1990.html](http://www.ufrgs.br/riterm/por/txt_simposios_anteriores_1990.html) Acesso em: 02 Fev.2015

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri S.P.: Editora Manole, 2004, 410 p.

BEVILACQUA, C. R. Por que e para que a Linguística de *Corpus* na Terminologia. In: **Corpora na Terminologia**. TAGNIN, S.; BEVILACQUA, C.. (orgs). São Paulo: Hub Editorial, 2013. p.11-27

BIDERMAN, M. T. C. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, Junho, 2006. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00096725200600020014&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00096725200600020014&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 10 Mai 2014

CABRÉ, M. T. **La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones**. Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil, v.24,n 3 dez. 1995.

FROMM, G. **VoTec**: a construção de vocabulários eletrônicos para aprendizes de tradução. 2008. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-08072008-150855> Acesso em: 21 Agosto 2012

KRIEGER, M. da G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (orgs). Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. 381 p.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B.. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.

OLIVEIRA, L. H. M. de; MULLER, A. F. A Terminologia e a utilização de ferramentas computacionais de análise de corpus. In: **Corpora na Terminologia**. TAGNIN, S.; BEVILACQUA, C. (orgs). São Paulo: Hub Editorial, 2013. p. 47-61.

**PORTAL BRASIL. Disponível em:**  
<http://www.brasil.gov.br/turismo/2013/11/turismo-de-negocios-movimenta-setor-no-pais> Acesso em 24 Fev. 2014

SCOTT, M., 2011, **WordSmith Tools** version 6, Liverpool: Lexical Analysis Software.

TAGNIN, S. E. O. Glossário de Linguística de Corpus. In: VIANNA, V.; TAGNIN, S. O. E. **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Hub Editorial, 2010. 375p.

UBERLÂNDIA CONVENTION & VISITORS BUREAU (UC&VB). Disponível em:  
<http://uberlandiacvb.com.br/portal/sobre-uberlandia/#> Acessado em: 25 Fev. 2015

VIANA, V. Linguística de Corpus: conceitos, técnicas e análises. In: **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. São Paulo: Hub Editorial, 2010. 375p.

Artigo recebido em: 01.03.2015

Artigo aprovado em: 02.08.2015